|  |  |
| --- | --- |
| Nome Mulheres e sucesso no vestibular: as evidências da desigualdade de gênero: | **A 001**  **Premiada** |
| Autora/o: Mani Tebet Azevedo de Marins |
| Orientadora/o : André Augusto Brandão |
| **IES: Universidade Federal Fluminense / Escola de Serviço Social** |
| Cidade/Estado: RJ |
| Outras Informações: Estudante de Graduação - 5º Período do Curso de Graduação em Serviço Social |

Introdução

Este artigo parte de um pressuposto inicial que aponta a interação entre homens e mulheres como uma relação de gênero. Este conceito ultrapassa a questão biológica dos sexos para analisar as diferenças sociais de gênero, ou seja, verificar como as relações simbólicas e estruturais entre homens e mulheres se reproduzem na mente e nos corpos dos agentes sociais. Segundo Scott (1990: 18) o gênero constitui a “forma primeira de significar as relações de poder” e, portanto possui uma direta e inequívoca conotação política. Vale também aqui lançar mão da definição proposta por Louro (1996)

“... o gênero é mais do que uma identidade aprendida ..., sendo constituído e instituído pelas múltiplas estâncias e relações sociais, pelas instituições, símbolos, formas de organização social, discursos e doutrinas.”

(Louro, 1996: 12)

São estas as noções de gênero com as quais operamos nossa leitura. A partir daí, podemos explicitar que o objeto mais amplo deste artigo corresponde às características diferenciais de acesso à educação entre os gêneros no Brasil - especificamente no que tange ao ensino superior. De fato, somente a partir da década de 80 registramos alguma mudança nos quadros das desigualdades entre homens e mulheres no que concerne ao acesso à universidade. No entanto, um longo e árduo caminho foi trilhado pelas mulheres para efetivar esta conquista.

Se voltarmos na história, veremos que no Brasil Colônia, o aparato educacional ainda em formação impedia sistematicamente a presença feminina nos bancos escolares. Certamente, tal situação estava vinculada diretamente à lógica cultural portuguesa que primava pelo androcentrismo e conseqüentemente pela discriminação das mulheres, caracterizadas como pessoas que não deveriam nem mesmo ter acesso à leitura e a escrita.

Sabemos que neste período existia um total domínio da igreja católica- especificamente da Companhia de Jesus- sobre a educação. Reforçando o caráter tradicional da cultura e da sociedade, os processos educativos defendiam moralmente a superioridade masculina.

Uma pequena diversificação da sociedade brasileira vai ocorrer somente com a independência do Brasil que se realizou em 1822. Frente a uma complexificação da sociedade e da economia e frente à necessidade de consolidação de uma máquina estatal própria, cresce a demanda por políticas educacionais. Nesta nova configuração sócio-política, a educação passa a ser pensada como uma forma de ascensão social ou de manutenção do *status quo* para os grupos médios nacionais. Como produto disso, na fase do Império, o Estado assume a responsabilidade pela educação primária e possibilita que as mulheres possam freqüentar este nível de ensino, com a condição de que fossem escolarizadas somente por professoras.

Assim, já na primeira metade do século XIX, são constituídas iniciativas formais de ensino primário voltadas para a demanda feminina e separadas da formação masculina correspondente. Este formato de educação primária, especificamente produzido para as mulheres, continuou reforçando as relações verticais, hierárquicas e assimétricas de gênero e ainda reproduzindo a ordem moral, religiosa e social existente. Ou seja, havia um trabalho sistemático de afirmação da mulher como um ser “eleito” para o meio doméstico. Como lembra Sohiet (1997):

“...o substrato da violência doméstica permanece presente, pois tais práticas expressam as relações assimétricas entre os gêneros e seu significado está enraizado no simbólico, no mental, no doméstico.”

(Sohiet, 1997: 26)

Como vemos, desde seus primórdios, a educação formal no Brasil se desenvolveu no âmbito de uma clara clivagem de gênero, na qual as mulheres ocupavam as posições mais desprivilegiadas. Isto se refletia em uma configuração onde as mulheres alcançavam taxas ínfimas de alfabetização em relação aos homens e dificilmente chegavam ao ensino superior (Romanelli, 2001).

No século XIX ocorrerá uma expansão da educação formal no Brasil, o que se verifica principalmente pelo crescimento da taxa de alfabetização. Neste momento começa a se desenvolver também um sistema formal de educação secundária. Este mais uma vez, se configurou como dualizado. Enquanto os homens seguiam para uma formação mais geral, as mulheres ficavam restritas - em gigantesca maioria - ao chamado “magistério” que viabilizava a carreira docente voltada para o primário. Neste momento a escolarização feminina passou a ser, em alguma medida, objeto de preocupação pública, pelo fato de que as mulheres viam ser ressaltada a sua

“...função materna, que agora as tornava principais responsáveis pela educação de seus filhos. Deveriam transmitir as primeiras e fundamentais lições da língua materna, da geografia e da história.”

(Sohiet, 1997: 14)

Sabemos que em 1881, através de um decreto imperial, a mulher pôde ter acesso ao ensino superior. No entanto, tratava-se ainda de uma realidademuito distante, porque poucas eram aquelas que conseguiam acessar mesmo o ensino secundário, pois este já se encontrava segregado, não somente por conta do alto custo educacional, como também por ser um segmento ainda essencialmente masculino.

Para além disto, outro fator discriminatório e excludente se encontrava no fato de que o curso “normal” (ou seja, de preparação para o magistério primário), não habilitava as concluintes e os concluintes para a entrada no ensino superior. Na medida em que a imensa maioria da(o)s estudantes destes cursos eram do sexo feminino, esta limitação produziu diretamente a inviabilização da entrada das mulheres no ensino superior tanto no século XIX quanto na primeira metade do século XX.

Assim, durante o século XIX, continuaram existindo enormes impedimentos para o acesso das mulheres aos níveis de ensino anteriores ao superior e o confinamento destas na formação para o magistério. Tudo isto, significou a exclusão feminina nos cursos de engenharia, direito e medicina, criados em inícios deste século, e obviamente tais cursos se delinearam inicialmente como estritamente masculinos.

De fato, as mulheres brasileiras aumentaram a entrada no ensino secundário e superior no início do século XX, mas em proporção muito menor do que os homens. Como podemos ver na tabela 1.

Tabela 1 - Percentual de inscrita(o)s no ensino secundário e superior por ano e sexo no antigo Distrito Federal.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Secundário** |  | **Superior** |  |
| **Anos** | **Mulheres** | **Homens** | **Mulheres** | **Homens** |
| 1907 | 24,7 | 75,3 | 1,3 | 98,7 |
| 1909 | 24,1 | 75,9 | 1,2 | 98,8 |
| 1912 | 23,0 | 77,0 | 1,4 | 98,6 |

Fonte: Estatísticas do século XX, IBGE, 2003

Considerando especificamente a antiga capital do país, um dos espaços mais escolarizados da nação, entre 1907 e 1912, a presença feminina nos cursos secundários não alcançava a cifra de 25% dos inscritos. Já no ensino superior as desigualdades eram ainda maiores. O percentual de matrículas femininas não totalizava sequer 1,5% dos alunos.

Esta situação de desigualdade foi mantida por várias décadas do século XX, nas quais as mulheres continuaram segregadas na educação brasileira. Esta exclusão continuava sendo visualizada pelas taxas diferenciais de analfabetismo e de acesso à universidade.

Novas e grandes transformações societárias ocorrem a partir da década de 1930. A chegada de uma nova articulação de classe ao poder significou mudanças econômicas profundas. No período compreendido entre 1930 e 1945 o Estado trabalhou sistematicamente no sentido de intensificar a industrialização nacional e expandir o mercado interno. Assistimos o início de um processo de transformação que nos levou de uma economia agro-exportadora de base rural para uma economia industrial de base urbana.

Data deste período também o início da consolidação de um Estado Nacional com um forte papel de intervenção seja nas relações econômicas, seja no corpo da sociedade, através da organização de aparatos públicos de política social, principalmente voltados para o meio urbano. Vemos então mais uma onda de ampliação da educação pública, mas esta não alterou a clivagem de gênero que se arrastava desde o Brasil Colônia. Ou seja, os homens acessavam em maior medida os mais elevados níveis de ensino e as mulheres quando chegavam à escola eram preparadas para a vida doméstica ou no máximo para a docência primária.

No século XX, a primeira iniciativa que contribuiu para alterar a situação das mulheres na educação formal data de 1961. Neste ano, foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira (LDB), na qual foi institucionalizada a equiparação dos três tipos de variações de cursos que compunham o ensino médio. Com isto, as mulheres que cursavam o “magistério” obtinham a possibilidade de buscar uma vaga na universidade.

Ao mesmo tempo, assistimos nas décadas seguintes à ampliação do ensino superior brasileiro e iniciativas mais sistemáticas de universalização da educação básica. De fato, nos anos 90, o Estado atuou visando expandir a matrícula no ensino fundamental sem, no entanto, dirigir esforços no sentido de melhoria da qualidade deste. Com relação ao ensino superior, observamos um crescimento muito mais acelerado das vagas em instituições privadas de ensino.

De fato, o número de mulheres no Brasil que concluíram o nível superior vai se expandindo progressivamente após a década de 1960, como podemos ver na tabela abaixo:

Tabela 2 - Percentual de população com nível superior no Brasil por sexo e ano.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Sexo** | **1960** | **1980** | **1991** | **2000** |
| Mulheres | 0,14 | 1,64 | 3,42 | 4,46 |
| Homens | 0,87 | 2,41 | 3,72 | 4,19 |

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1960, 1980, 1991 e 2000.

Como podemos verificar o aumento significativo das mulheres no espaço público, através das várias formas de luta e manifestações contra a discriminação por gênero, possibilitou o incremento da inserção destas no meio universitário. Aqui o papel do movimento feminista foi fundamental, porque possibilitou a este grupo de mulheres a conquista de direitos nos três âmbitos: civil, político e social. Sabemos que desde os anos 1920 os movimentos feministas empreendem um caminho de ruptura com as ações mais micro-sociais que o caracterizavam. É a partir deste momento que as mulheres partem para ações mais amplas, utilizando o apoio da imprensa, produzindo associações, inaugurando campanhas, construindo grupos de pressão e buscando apoio em lideranças políticas e sociais (Sohiet, 1997).

O acesso à universidade é um dos pontos de chegada destas lutas. A expansão mais importante se verifica entre as décadas de 60 e 80. Durante este período, o número de brasileiras com o nível superior completo aumenta mais de 1.000%. Esta trajetória de expansão se mantém nas décadas seguintes e o censo de 2000 já indica que há no país mais mulheres do que homens com formação universitária. Esta vantagem quantitativa femininaque se consolida em 2000 é o resultado do grande avanço destas na matrícula no ensino superior a partir dos anos 1980, como vemos na tabela abaixo:

Tabela 3- Percentual de alun(a)os matriculad(a)os no ensino superior por sexo e ano

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Sexo** | **1987** | **1996** | **2000** | **2003** |
| Feminino | 52,62% | 54,29% | 56,54% | 57,20% |
| Masculino | 47,38% | 45,71% | 43,46% | 42,80% |
| Total | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |

Fonte: SIDRA-IBGE (www.ibge.gov.br)

Assim, já em 1987 as mulheres constituíam a maioria da(o)s matriculada(o)s no ensino superior brasileiro. Esta diferença vai se ampliando nos anos seguintes. Isto certamente se relaciona com o crescimento das taxas de escolarização das mulheres, com a diminuição da taxa de natalidade e com o aumento da inserção da mulher no mercado de trabalho (apesar das enormes desigualdades existentes neste espaço[[1]](#footnote-1)).

Esta possibilidade de acesso das mulheres, porém se concretizou principalmente nas carreiras que possuíam vinculação com uma noção “generificada do feminino”, ou seja, principalmente naquelas carreiras intituladas como do “cuidar”. Exatamente por isso, segundo pesquisas do INEP/MEC, em 2003 no Brasil, os cinco cursos com maior matrícula de mulheres eram: Serviço Social e Orientação, Fonoaudiologia, Nutrição, Secretariado e Ciências Domésticas. Já os cinco cursos com maior percentual de matrículas masculinas eram: Mecânica, Construção e manutenção de veículos e motor, Transportes e serviços, Eletrônica, Eletricidade e energia[[2]](#footnote-2).

Temos uma situação na qual as mulheres acessam em maior medida as carreiras que produzem em média menores remunerações após a formatura. Isto representa a persistência com força de divisões arbitrárias que impõem padrões patriarcais de distribuição das atribuições socialmente reconhecidas como femininas ou masculinas.

Mas o acesso das mulheres à estas carreiras deve ser considerado também como um avanço significativo, como lembra Sohiet (1997):

“... a prática daquelas atividades – professora, enfermeira, assistente social etc – foi fundamental para a ampliação dos horizontes femininos. Comprovando sua competência, mergulhando nacompreensão da rede intrincada dos poderes e dos saberes, assumem cada vez mais a construção de sua própria história.”

(Sohiet, 1997: 26)

Apesar destes avanços, a consolidação de uma trajetória de reversão das desigualdades educacionais a que foram submetidas as mulheres desde o período colonial, porém, não está ainda completa. Exatamente por este motivo é necessário que possamos investigar mais detidamente a composição de gênero das universidades brasileiras, centrando um olhar mais detalhado nas características do acesso das mulheres a este espaço educacional.

Neste trabalho tomamos como objeto mais direto o concurso vestibular para uma universidade pública situada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, trata-se da Universidade Federal Fluminense que conta com aproximadamente 21.000 alunas e alunos. Esta análise nos mostra que apesar das mulheres serem a maioria das inscritas no vestibular, estas obtêm uma taxa de aprovação significativamente menor que a dos homens. Esta situação fica escondida quando os números do vestibular são apresentados de forma mais geral.

Nosso estudo, ao ultrapassar o nível mais simples e aparente dos dados gerais, procura produzir análises mais aprofundadas, que mostram haver ainda muito a ser feito para que caminhemos em direção a uma situação de igualdade de gênero no uso da universidade como bem público. Acreditamos que através de indicadores quantitativos precisos e oriundos de fontes oficiais podemos fortalecer a luta das mulheres no sentido de reivindicar do estado a implantação de políticas públicas específicas que são indispensáveis para a produção de impactos na lógica da relação entre os gêneros em uma sociedade como a nossa, que ainda se mostra marcada pelo machismo e pelo androcentrismo.

Objetivos

O trabalho que apresentamos tem como objetivo mais geral contribuir com os estudos que procuram identificar os pontos onde são produzidas e reproduzidas as desigualdades de gênero na educação superior brasileira.

Especificamente, realizamos um estudo mais centralizado nas características do acesso a universidade pública, buscando mapear através do concurso vestibular de 2004 para a Universidade Federal Fluminense a) qual a configuração de gênero da(o)s candidata(o)s que buscam ingressar nesta universidade; b) como esta(e)s se distribuem pelo conjunto dos cursos superiores oferecidos e; c) qual a configuração de gênero na aprovação da(o)s candidata(o)s.

Metodologia

**Nosso estudo se baseou na organização e análise de dados quantitativos através da criação de bancos de dados. Estes dados são oriundos do questionário sócio-econômico e cultural aplicado ao conjunto da(o)s candidata(o)s que se inscreveram para o vestibular da Universidade Federal Fluminense de 2004. Tais dados foram digitados no programa MS EXEL em forma de banco de dados e trabalhados através da ferramenta “relatório de tabela dinâmica”. O banco, a partir daí, foi atualizado com informações relativas ao resultado no vestibular respectivo.**

**Neste sentido foi possível mapear as características de gênero, socioeconômicas e culturais, das candidatas e candidatos, diferenciando a(o)s aprovada(o)s e a(o)s não aprovada(o)s para o ingresso na universidade. Devido às características das informações sistematizadas no banco final com o qual trabalhamos, foi possível construir um indicador simples, mas de grande potencial analítico e demonstrativo que denominamos como “taxa de sucesso no vestibular”. Tal indicador é produzido a partir do cálculo do percentual de aprovadas e aprovados em relação ao percentual de inscritas e inscritos por curso. Assim, uma situação de equilíbrio corresponde a taxa de sucesso igual a “0”, ou seja, um percentual de aprovação idêntico ao de inscritas ou de inscritos. Uma taxa de “100” significa aprovação de toda(o)s a(o)s inscrita(o)s e uma taxa de “-100” corresponde à reprovação de toda(o)s. Disto se depreende que quanto mais próximo de “100” for a taxa, melhor foi o sucesso no vestibular. Ao contrário disto, quanto mais próximo de “-100”, pior foram tais resultados.**

Através do cruzamento das variáveis foi possível estabelecer uma análise quantitativa que em muitos pontos se referenciou a outras análises que tangenciavam as questões investigadas e em outros pontos se apoiou em construções teóricas pertinentes à área e ao tema.

Resultados da pesquisa

Vejamos quais os resultados mais significativos obtidos através da operação do banco de dados.

Tabela 4 – Inscrit(a)os, aprovad(a)os e taxa de sucesso no vestibular por sexo.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **SEXO** | **Inscrita(o)s** | **%** | **Aprovada(o)s** | **%** | **Taxa de sucesso** |
| Feminino | 30506 | 60,53 | 2206 | 53,86 | -11,02 |
| Masculino | 19893 | 39,47 | 1890 | 46,14 | 16,90 |
| Total | 50399 | 100,00 | 4096 | 100,00 | - |

Fonte: COSEAC-UFF - vestibular de 2004

A tabela 4 mostra o caráter excessivamente seletivo deste concurso vestibular, pois menos de 10% da(o)s candidata(o)s se transformam em aluna(o)s da instituição. Como vemos, as mulheres são a grande maioria da(o)s inscritos(a)s, mas são uma pequena maioria entre a(o)s finalmente aprovada(o)s.

Esta situação redunda em uma taxa de sucesso completamente desigual por gênero, configuração na qual os homens aparecem em posição extremamente privilegiada. O fundamental aqui é perceber que o fato das mulheres serem (em números absolutos) mais aprovadas do que os homens naquele vestibular - em realidade - esconde desigualdades que se reproduzem historicamente.

Tabela 5 – Inscrit(a)os, aprovad(a)os e taxa de sucesso no vestibular por sexo e curso

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  | **Se** | **xo** |  |  |
| **Cursos** | **F** | **F** | **F** | **M** | **M** | **M** |
|  | **Inscrit.** | **Aprov.** | **Tx** | **Inscrit.** | **Aprov.** | **Tx** |
| Administração (Macaé) | 59,89 | 52,50 | -12,33 | 40,11 | 47,50 | 18,42 |
| Administração (Niterói) | 48,78 | 44,44 | -8,89 | 51,22 | 55,56 | 8,46 |
| Arquitetura e urbanismo | 63,54 | 70,83 | 11,47 | 36,46 | 29,17 | -20,00 |
| Arquivologia | 63,54 | 57,63 | -9,30 | 36,46 | 42,37 | 16,22 |
| Biblioteconomia | 75,74 | 66,67 | -11,99 | 24,26 | 33,33 | 37,43 |
| Biomedicina | 75,00 | 65,00 | -13,33 | 25,00 | 35,00 | 40,00 |
| Ciência da computação | 18,63 | 8,75 | -53,04 | 81,37 | 91,25 | 12,15 |
| Ciências biológicas | 70,67 | 72,50 | 2,58 | 29,33 | 27,50 | -6,23 |
| Ciências contábeis (Arraial) | 51,66 | 52,50 | 1,63 | 48,34 | 47,50 | -1,74 |
| Ciências contábeis (Macaé) | 53,71 | 40,00 | -25,53 | 46,29 | 60,00 | 29,63 |
| Ciências contábeis (Niterói) | 48,62 | 42,86 | -11,85 | 51,38 | 57,14 | 11,21 |
| Ciências econômicas | 33,63 | 34,59 | 2,85 | 66,37 | 65,41 | -1,44 |
| Ciências sociais | 48,35 | 42,22 | -12,67 | 51,65 | 57,78 | 11,86 |
| Comunicação social-cinema | 50,00 | 42,50 | -15,00 | 50,00 | 57,50 | 15,00 |
| Comunicação social -jornalismo | 69,40 | 89,74 | 29,32 | 30,60 | 10,26 | -66,49 |
| Comunicação social -publ. e propag. | 60,59 | 61,54 | 1,57 | 39,41 | 38,46 | -2,41 |
| Direito (Niterói) | 55,71 | 52,26 | -6,20 | 44,29 | 47,74 | 7,80 |
| Enfermagem | 89,87 | 91,84 | 2,19 | 10,13 | 8,16 | -19,45 |
| Eng. de produção (Niterói) | 38,28 | 33,33 | -12,91 | 61,72 | 66,67 | 8,01 |
| Eng. de produção (V. Redonda) | 34,70 | 33,33 | -3,94 | 65,30 | 66,67 | 2,09 |
| Eng. de telecomunicações | 21,11 | 14,14 | -33,02 | 78,89 | 85,86 | 8,84 |
| Eng. mecânica (V. Redonda) | 10,14 | 8,33 | -17,82 | 89,86 | 91,67 | 2,01 |
| Eng. metalúrgica (V. Redonda) | 22,47 | 20,00 | -11,00 | 77,53 | 80,00 | 3,19 |
| Engenharia agrícola | 28,79 | 30,00 | 4,21 | 71,21 | 70,00 | -1,70 |
| Engenharia civil | 22,77 | 20,00 | -12,17 | 77,23 | 80,00 | 3,59 |
| Engenharia elétrica | 11,25 | 11,43 | 1,61 | 88,75 | 88,57 | -0,20 |
| Engenharia mecânica (Niterói) | 8,27 | 6,67 | -19,42 | 91,73 | 93,33 | 1,75 |
| Engenharia química | 49,30 | 43,75 | -11,25 | 50,70 | 56,25 | 10,94 |
| Farmácia | 75,63 | 71,72 | -5,17 | 24,37 | 28,28 | 16,06 |
| Física | 22,33 | 25,00 | 11,94 | 77,67 | 75,00 | -3,43 |
| Geografia | 41,14 | 41,00 | -0,34 | 58,86 | 59,00 | 0,24 |
| Historia | 48,88 | 37,22 | -23,86 | 51,12 | 62,78 | 22,82 |
| Letras-bac.lingua e lit. alemã | 70,08 | 65,00 | -7,25 | 29,92 | 35,00 | 16,97 |
| Letras-port./espanhol | 83,52 | 83,33 | -0,22 | 16,48 | 16,67 | 1,11 |
| Letras-port./francês | 79,69 | 83,33 | 4,58 | 20,31 | 16,67 | -17,95 |
| Letras-port./grego | 71,79 | 65,00 | -9,46 | 28,21 | 35,00 | 24,09 |
| Letras-port./inglês | 72,43 | 60,00 | -17,16 | 27,57 | 40,00 | 45,10 |
| Letras-port./italiano | 77,97 | 75,00 | -3,80 | 22,03 | 25,00 | 13,46 |
| Letras-port./latim | 78,22 | 80,00 | 2,28 | 21,78 | 20,00 | -8,18 |
| Letras-port./literaturas | 77,48 | 66,67 | -13,96 | 22,52 | 33,33 | 48,05 |
| Matemática (Niterói) | 41,61 | 32,50 | -21,89 | 58,39 | 67,50 | 15,60 |
| Matemática (Pádua) | 68,54 | 65,00 | -5,17 | 31,46 | 35,00 | 11,27 |
| Medicina | 67,32 | 58,75 | -12,73 | 32,68 | 41,25 | 26,24 |
| Medicina veterinária | 72,05 | 70,00 | -2,84 | 27,95 | 30,00 | 7,32 |
| Nutrição | 89,75 | 91,67 | 2,13 | 10,25 | 8,33 | -18,66 |
| Odontologia | 72,32 | 70,89 | -1,98 | 27,68 | 29,11 | 5,19 |
| Pedagogia (Niterói) | 95,09 | 91,25 | -4,04 | 4,91 | 8,75 | 78,10 |
| Produção cultural | 77,45 | 80,00 | 3,30 | 22,55 | 20,00 | -11,32 |
| Psicologia | 84,89 | 73,33 | -13,62 | 15,11 | 26,67 | 76,53 |
| Química | 60,45 | 57,50 | -4,88 | 39,55 | 42,50 | 7,46 |
| Química industrial | 56,47 | 53,66 | -4,98 | 43,53 | 46,34 | 6,46 |
| Serviço social (campos) | 91,01 | 88,00 | -3,31 | 8,99 | 12,00 | 33,53 |
| Serviço social (Niterói) | 89,30 | 87,00 | -2,57 | 10,70 | 13,00 | 21,48 |
| Serviço social (B.J.Itabapoana) | 81,94 | 82,00 | 0,07 | 18,06 | 18,00 | -0,33 |
| Turismo | 68,26 | 60,00 | -12,11 | 31,74 | 40,00 | 26,04 |
| Total | 60,53 | 53,86 | -11,02 | 39,47 | 46,14 | 16,90 |

Fonte: COSEAC-UFF - vestibular de 2004

A dimensão da desigualdade de gênero pode ser melhor caracterizada na tabela 5 acima. Nos 55 cursos oferecidos pela Universidade Federal Fluminense, as mulheres apresentam taxa de sucesso positiva em somente 15, enquanto que os homens têm taxa positiva em 40 destes.

A configuração das “escolhas” de carreira, por sua vez, aponta para uma segregação entre “cursos femininos” e “cursos masculinos”. Tal configuração deve caracterizar não uma escolha literal, mas sim uma adequação da carreira a dois elementos. Por um lado, à lógica perversa da relação candidato X vaga que torna mais fácil o acesso aos cursos que prometem em média menor retorno financeiro futuro. Por outro lado, à valorização de carreiras socialmente apontadas como vinculadas às características tomadas como naturalmente intrínsecas às mulheres (o que nos coloca diretamente no âmbito do conceito de gênero).

Assim, os cinco cursos mais procurados pelas mulheres são: Pedagogia (Niterói), Serviço social (Campos dos Goytacazes), Enfermagem, Nutrição, e Serviço Social (Niterói). Nestes cursos elas são também a imensa maioria da(o)s aprovada(o)os. Todos estes campos profissionais são vinculados aos aspectos tangenciais às operações inerentes ao meio doméstico: a assistência, a educação e os cuidados de saúde.

Já os homens procuram em maior quantidade os cursos de Engenharia Mecânica (Niterói), Engenharia Mecânica (Volta Redonda), Ciência da Computação, Engenharia Elétrica e Engenharia de Telecomunicações. Os homens são também, obviamente, a imensa maioria dos que conseguem aprovação para estes cursos.

De fato, se observarmos na tabela acima o conjunto dos cursos de engenharia e de ciências da computação encontraremos sempre percentuais elevados de inscrição e aprovação de homens e percentuais correspondentes pequenos de mulheres. É como se os homens tivessem naturalmente o “monopólio da manutenção dos objetos técnicos e das máquinas” (Bourdieu, 2002: 113).

Como vemos, as mulheres estão concentradas em cursos que poderiam ser pensados como uma extensão pública das funções domésticas. Já os homens estão concentrados nos cursos que se relacionam com equipamentos, máquinas e tecnologia. Esta configuração constitui de fato uma atualização de oposições historicamente construídas. Neste sentido, a tabelas 5 acima expressa “a força das representações e práticas que impõem a divisão das atribuições entre os gêneros, comprometendo a total emancipação feminina” (Sohiet, 1997: 26).

Nada há de aleatório, portanto, nestas escolhas, elas são o produto de uma longa história de dominação masculina contra a qual as mulheres vêm arduamente lutando. Uma situação de igualdade de gênero, na qual as mulheres estivessem livres de estereótipos e de um processo específico de produção de subjetividades que gera uma intensa e permanente violência simbólica, poderia ensejar uma situação onde as “escolhas” de carreiras, fossem livres e, portanto, literalmente escolhas.

Vejamos agora, através da análise de outras variáveis, quais as características socioeconômicas e culturais de mulheres e homens que foram aprovada(o)s para este concurso vestibular.

Tabela 6 – Percentual de inscrita(o)s e aprovada(o)s por renda familiar e sexo.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  | **Renda Familiar\*** | |  |  |  |  |  |
|  | **Sexo** | **até 1** | **1 a 3** | **3 a 10** | **10 a 20** | **20 a 30** | **30 a 50** | **+ de 50** | **NR** | **Total** |
|  | F | 4,62 | 28,06 | 36,14 | 15,33 | 6,83 | 2,93 | 0,98 | 5,10 | 100,00 |
| Inscrita(o)s | M | 2,52 | 18,59 | 35,66 | 20,08 | 9,79 | 4,79 | 1,83 | 6,74 | 100,00 |
|  | Total | 3,79 | 24,32 | 35,95 | 17,20 | 8,00 | 3,67 | 1,32 | 5,75 | 100,00 |
|  | F | 2,09 | 19,54 | 42,16 | 19,27 | 8,34 | 3,35 | 1,00 | 4,26 | 100,00 |
| Aprovada(o)s | M | 1,16 | 11,64 | 38,36 | 24,87 | 12,28 | 5,34 | 1,48 | 4,87 | 100,00 |
|  | Total | 1,66 | 15,89 | 40,41 | 21,85 | 10,16 | 4,27 | 1,22 | 4,54 | 100,00 |

\* Em salários mínimos de agosto de 2003

Fonte: COSEAC-UFF - vestibular de 2004

As aprovadas e os aprovados no vestibular da UFF advêm de famílias mais ricas do que o total de inscritas e inscritosno concurso. Isto prova que a situação sócio-economica da família constitui uma variável com grande impacto na possibilidade de acesso ao ensino superior público. No entanto, não há homogeneidade entre homens e mulheres neste aspecto. Vemos que se impõe entre os dois grupos uma nítida desigualdade de renda. Tanto entre inscritos como entre aprovados, as mulheres são mais presentes que os homens nas faixas que seguem até 10 salários mínimos de renda familiar, já os homens passam a ser mais presentes a partir daí.

Esta configuração na renda da família é um efeito direto do que podemos chamar de soma histórica de desigualdades; ou seja, as mulheres são em geral mais pobres que os homens devido aos séculos de dominação e discriminação que se abateram sobre estas. Como veremos uma situação de renda mais debilitada produzirá impactos em outras variáveis que analisaremos aqui.

Tabela 7 – Percentual de inscrita(o)s e aprovada(o)s que cursaram pré-vestibular por sexo.

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Inscritos** |  |  | **Aprovados** |  |
| **Cursou**  **Pré-Vestibular** | **F** | **M** | **Total** | **F** | **M** | **Total** |
| Não | 49,12 | 51,33 | 49,99 | 41,68 | 43,74 | 42,63 |
| Sim | 50,68 | 48,32 | 49,76 | 58,22 | 56,20 | 57,30 |
| Não respondeu | 0,20 | 0,35 | 0,26 | 0,09 | 0,06 | 0,08 |
| Total | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |

Fonte: COSEAC-UFF - vestibular de 2004

A comparação mais geral entre inscrita(o)s e aprovada(o)s mostra que cursar um pré-vestibular auxilia substancialmente a entrada na universidade, pois se entre a(o)s inscrita(o)s somente 49,76% o haviam feito, entre a(o)s aprovada(o)s, nada menos que 57,30% passaram por tal modalidade de curso.

Entre a(o)s inscrita(o)s, as mulheres freqüentaram mais o pré-vestibular do que os homens, no entanto com uma diferença pequena (pouco mais de 2 pontos percentuais). Tal diferença se mantém quase inalterada quando observamos a(o)s aprovada(o)s. Vale ressaltar duas conclusões importantes que podem ser retiradas desta tabela. De início, vemos que o acesso ao pré-vestibular impacta de forma muito semelhante aos dois grupos. Além disto, o fato das mulheres serem em média oriundas de famílias mais pobres não impede que estas utilizem em maior medida o recurso ao pré-vestibular do que os homens (embora este recurso possa estar sendo alcançado através de cursos “comunitários”, em geral gratuitos ou de cobrança simbólica, que vem se multiplicando no país a cada ano).

|  |  |
| --- | --- |
| Nome : Mulheres em rádio e revista: Imagens femininas na *Época de Ouro* da música (Rio de Janeiro – 1930/1945) | **A 002**  **Premiada**  **A 002** |
| Autora/o: ANA MARIA VEIGA |
| Orientadora/o : Joana Maria Pedro. |
| IES: UFSC |
| Cidade/Estado: Florianópolis-SC |
| Outras Informações: Estudante de Graduação - Departamento de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina |

**SUMÁRIO**

**INTRODUÇÃO** ........................................................................................................... 4

**OBJETIVOS** ................................................................................................................ 5

**Objetivos Gerais** .......................................................................................................... 5

**Objetivos Específicos** .................................................................................................. 6

**METODOLOGIA** ....................................................................................................... 6

**1 *JORNAL DAS MOÇAS*** ............................................................................................ 9

**2 A MÚSICA POPULAR** ........................................................................................... 18

**2.1 Mulatas, Morenas, Cabrochas: As Musas do Samba** ........................................ 19

**2.2 *Amélias* e *Emílias* – Nas Paradas, As Submissas do Samba!** ............................. 21

**2.3 Mulheres Boêmias – Elas Vão à Forra!** .............................................................. 27

**2.4 Mulher Brasileira em Falsete – Carmen Miranda** ............................................ 29

**2.5 Abaixando o Volume** ............................................................................................ 31

**CONSIDERAÇÕES FINAIS** .................................................................................... 32

**FONTES** ...................................................................................................................... 35

**REFERÊNCIAS** ......................................................................................................... 38

**INTRODUÇÃO**

Escolhi o tema “imagens de mulheres nas letras das canções” quando fui apresentada às músicas de Wilson Batista, em um CD mais ou menos recente, gravado por Cristina Buarque. Percebi que nas décadas de 1930 e 1940 – período denominado *Época de Ouro* deveria ser comum aos autores comporem canções como se fossem mulheres falando. Com um pouco mais de atenção às imagens que tomavam forma nas letras dos sambas, percebi a variedade de personagens que circulavam em um cotidiano de pobreza, restrições, mas também de alegria. Aquelas figuras invadiram a minha cabeça e daí em diante comecei a pesquisar outros sambas, de outros autores. A maior curiosidade era tentar entender como eles construíam aquelas imagens, se pela observação ou pela criação do que eles pensavam ser as mulheres. Com o crescente interesse, outras questões vieram à tona.

Quais os tipos idealizados de mulheres brasileiras que se disputava nas canções dos anos 30? Quando falamos nesse período, logo assimilamos imagens que se associam a Getúlio Vargas – populismo, exaltação ao trabalho, à família e ao nacionalismo. Ao analisarmos as letras das músicas rapidamente difundidas pela larga expansão do rádio como meio de comunicação, podemos perceber as mais diversas imagens. A partir delas, observamos o cotidiano das camadas populares do Rio de Janeiro e seus arredores: *mulatas*, *morenas, bambas*, *malandras*, *cabrochas*, *donas-de-casa*, *trabalhadoras*!

Muitas personagens convivem, num cotidiano que destoa do que é proposto pelo discurso oficial. De um lado, as vozes do rádio; do outro, os discursos elaborados pelo governo para um eficaz projeto de nação.

O projeto dirige-se particularmente à camada média da população (alvo do crescente capitalismo), cujos ditames para as mulheres nós podemos encontrar em outro veículo da mídia, este voltado para elas: o periódico *Jornal das Moças*, conselheiro da alma feminina, editado e dirigido por homens. Aqui, a função que estabelecemos para o *Jornal das Moças*, no sentido de articulá-lo a este trabalho, é a de produtor de subjetividade (buscamos neste ponto apoio na teoria de Félix Guattari, que aponta a mídia como um dos principais instrumentos de produção de subjetividade, a serviço de interesses dominantes).[[3]](#footnote-3)

Em contraposição ao que encontramos nas letras dos sambas – uma produção de subjetividade muitas vezes provinda e voltada para as camadas pobres – a revista nos oferece a produção de um tipo de subjetividade compatível com a camada média da população, de acordo com seus anseios e capacidade de consumir, ditando modelos “adequados” de conduta às mulheres brasileiras.

As imagens que se formam são resultados de disputas discursivas. Este trabalho pretende lançar um olhar diferente sobre elas e perceber os contrastes sociais que se mostram ou os que se escondem em tais imagens. As letras perfilam o cotidiano de mulheres pobres, inacessível à compreensão das elites dominantes e mesmo da camada média, cuja tarefa principal era afastar-se da pobreza. A música pode ser tomada como a alegoria que sublima a evidência destes contrastes. Buscamos perceber a quais propósitos servem as imagens que emergem destas letras, destacando a construção de condutas “adequadas” e “inadequadas” para as mulheres desta camada da população.

Por outro lado (e como complemento), a revista nos ajuda a observar o que se prega e espera em termos de condutas “adequadas” e “inadequadas” às mulheres da camada média, preocupadas com a moral e com seus anseios voltados para a ascensão social.

Estes dois veículos da mídia – a revista e o rádio – foram escolhidos para o propósito de contrapor as imagens, por meio de cruzamentos que nos levem a compreender como se constituem as subjetividades no período recortado, no que se refere à influência destes veículos e à sua representatividade no cotidiano das camadas às quais se dirigem.

**OBJETIVOS**

**Objetivo Geral**

Entender quais são as imagens “adequadas” e as “inadequadas” para as mulheres das duas camadas da população (média e baixa), suas diferenças e similaridades, entrecruzando as *imagens-discursos* encontradas nas letras dos sambas com o que é “prescrito” pela revista *Jornal das Moças* a respeito de condutas para mulheres na sociedade brasileira entre 1930 e 1945; buscando assim delinear um panorama aproximado das relações de gênero no período, partindo da experiência dos contrastes sociais.

**Objetivos Específicos**

1. Fazer um amplo levantamento de letras de canções compostas e cantadas no período que vai de 1930 a 1945;
2. Analisar as imagens construídas sobre mulheres, e a quem elas servem ideologicamente;
3. Fazer uma análise paralela de quem eram os principais autores gravados no período, cujas letras utilizamos;
4. Questionar o papel social desses autores e a quais sujeitos históricos seus discursos favorecem;
5. Analisar os exemplares de *Jornal das Moças* disponíveis, editados no período recortado, separando trechos e desenvolvendo argumentos para discussão;
6. Analisar a revista como parte da representação da camada média da população, assumindo o papel de produtora de subjetividade das mulheres desta camada, para a qual se voltam os interesses do mercado capitalista que então se consolida;
7. Entrecruzar as imagens delineadas, provindas destes dois veículos da mídia;
8. Abrir espaço para uma discussão mais ampla, sobre as questões de gênero na sociedade dos anos 30 e 40 do século XX.

**METODOLOGIA**

Além das letras e revistas, utilizamos fontes de caráter secundário como livros e artigos que tratam do contexto histórico e de estudos sobre compositores, letras, canções e também sobre revistas femininas do período em questão.

A base teórica do trabalho está assentada na produção de subjetividade por parte dos dois veículos da mídia – o rádio e a revista – tendo como diretriz a discussão proposta por Félix Guattari no livro *Micropolítica: cartografia do desejo*, onde o autor discute a influência da mídia como instrumento das elites nesse processo de produção.[[4]](#footnote-4)

Contamos com o apoio de Michel Foucault em *História da sexualidade 3*, onde ele traça uma linha que nos conduz às mudanças de comportamento e percepção da própria sexualidade, com “prescrições” de conduta que partem dos tempos antigos, ainda na Grécia e em Roma. Com o Cristianismo, as “prescrições” tornam-se quase necessárias para a manutenção da ordem e do rigor da doutrina religiosa.[[5]](#footnote-5)

Os caminhos de Roger Chartier e seu olhar sobre as *representações* como realidade de múltiplos sentidos, forjadas pelos interesses de cada grupo, nos ajuda a contrapor e entrecruzar as diversas imagens que se formam e passam a habitar o perímetro de compreensão da sociedade brasileira no período analisado.[[6]](#footnote-6)

Diversos outros trabalhos foram escritos sobre o samba e os anos 30/40: Maria Izilda Santos de Matos escreve sobre alcoolismo e masculinidade, no livro *Meu lar é o botequim*, onde pesquisa os discursos médicos como reguladores de conduta e as letras de músicas para entender como se constrói a então combatida imagem do ébrio no processo de urbanização da São Paulo do final do século XIX e primeiras décadas do XX[[7]](#footnote-7).

Da mesma autora temos também o recente livro *Âncora de emoções*, onde ela nos ajuda a pensar as subjetividades que emergem da produção musical e esta como corpo documental de pesquisa, mesmo abordando um período posterior – os anos 50.[[8]](#footnote-8)

Ana Rita Mendonça, no livro *Carmen Miranda foi a Washington*, nos apresenta um panorama do início dos anos 40, quando o mundo estava em guerra e os Estados Unidos procuravam lançar os tentáculos da “boa vizinhança”sobre a América Latina e, estrategicamente, sobre o seu maior aliado dentro dela: o *Brazil*. O livro preocupa-se mais com a trajetória da Pequena Notável do que com as canções que divulgava.[[9]](#footnote-9)

As relações de “boa vizinhança” e a imagem de Carmen Miranda como mulher brasileira nos Estados Unidos também são discutidas por Antônio Pedro Tota, no livro *O imperialismo sedutor*.[[10]](#footnote-10)

Sobre o tema mulheres na música, encontramos o trabalho de Maria Áurea Santa Cruz, que faz um apanhado e analisa letras que retratam mulheres, do início do século XX até a década de 80, quando foi escrito.[[11]](#footnote-11)

Para trabalhar na análise da revista *Jornal das Moças* escolhemos dois livros: o primeiro é o da historiadora Carla Bassanezi que abre uma discussão sobre revistas femininas, a partir de 1945, até 1964. O período é posterior ao nosso recorte, mas Bassanezi nos ajuda a compreender um pouco mais a trajetória do periódico *Jornal das Moças*.[[12]](#footnote-12)

O outro livro é *Mulher de papel*, de Dulcília Buitoni, que levanta questões e discute a imprensa dirigida às mulheres no Brasil. A contribuição é valiosa no sentido de fazer pensar a manipulação implícita e a abrangência deste veículo sobre seu público alvo.[[13]](#footnote-13)

No entanto, pensamos que resta uma lacuna, um espaço onde se possam cruzar as diversas imagens de mulheres divulgadas pelas canções e aquelas das páginas da revista, endossadas pela política do governo Vargas e seus colaboradores. Com essa intersecção podemos observar uma outra questão sobre a sociedade brasileira do período.

Assim nos deparamos com elas: *Amélias*, *Emílias*, *malandras*, *mulatas*, *donas-de-casa*... Quais são os espaços reservados às diversas *feminilidades* dentro da sociedade brasileira dos anos 30 e 40? Elas realmente ocupam esses espaços? O que delas é esperado e o que a elas é negado? Curiosidades como estas compõem a principal veia deste trabalho, além da grande paixão pela música de todos os tempos.

Como instrumentos usamos ouvidos, olhos e uma grande curiosidade. Com eles trabalhamos, tomando emprestadas as propostas dos autores que traçaram seus caminhos por entre subjetividades, discursos e representações, no sentido de encontrar uma aproximação com realidades que já não podemos alcançar.

**1 *JORNAL DAS MOÇAS***

Ao buscarmos as imagens idealizadas de mulheres no período que vai de 1930 a 1945, nos deparamos com inúmeras representações, algumas ligadas diretamente a determinadas camadas sociais. Podemos encontrar representações da camada média da população em uma revista semanal intitulada *Jornal das Moças*, que supostamente ditaria a conduta adequada às mulheres desta camada.

Nas páginas da revista encontramos pistas sobre os caminhos por onde aflora a misoginia, camuflada neste período por um discurso necessário de modernidade, condizente com as chaves do capitalismo que traz consigo a expansão desenfreada do consumo e encontra nas mulheres um novo grande filão – sejam elas donas-de-casa ou as novas desbravadoras de um mercado de trabalho – com o objetivo principal ascender socialmente.

Um “jornal” cujas notícias – que têm como alvo o público feminino – não são mais do que fofocas e curiosidades sobre os astros do cinema e do rádio, artigos de louvação à pátria, valores morais, poemas contra as atrocidades da guerra (de 1939 a 1945); elas são, principalmente, utilidades práticas para que os lares e as aparências possam ser muito bem mantidos, em nome da moral, da família e do progresso.

Os temas correntes, como moda, beleza, culinária e decoração, desprezam o momento atual, acentuando o desligamento da revista com o mundo real.[[14]](#footnote-14) São pontos a favor de uma ideologia dominante, que prima por manter as mulheres no seu devido lugar – alienadas e felizes dentro das paredes que constituem o lugar mais adequado ao seu controle: o lar. Segundo Dulcília Buitoni, “a imprensa feminina privilegia o ser mulher, propõe modelos culturais como sendo lógicos e naturais”.[[15]](#footnote-15)

No livro *Virando as páginas, revendo as mulheres*, a historiadora Carla Bassanezi atenta para o fato de que “os diretores desta revista para mulheres são homens”[[16]](#footnote-16) – são eles Álvaro e Agostinho Menezes – assim como vários editores. E é sobre este prisma que podemos observar alguns dos conselhos dirigidos às mulheres, como neste texto encontrado na coluna *Evangelho das Mães*, chamado “A Mais Sólida Fortaleza”. O título já demonstra a imagem idealizada recorrente, tida como adequada à mãe de família:

Conhecendo o lugar que nos cabe no lar, devemos sentirmos orgulhosos (sic). A família que o enche, enche também nosso coração. É em torno de nossa pessoa que os componentes de nossa família se reúnem; somos o refúgio de suas dores, somos o relicário de seus pesares. *Certos* de nossa situação no lar, não devemos jamais deixar transparecer um desequilíbrio em nossas atitudes para que não percamos essa confiança que todos depositam em uma mulher virtuosa. A própria fúria masculina quando se dá, se detém diante de nós. Mantenhamos sempre a atitude serena de uma senhora, dona de seu lar. Nunca nos esqueçamos de que através de nossa fraqueza física somos a mais sólida fortaleza oposta ao mal.[[17]](#footnote-17)

O *mal* certamente é qualquer elemento que faça questionar as sólidas estruturas de um lar bem constituído. A “mulher má” é aquela que não cumpre bem o seu papel ou, pior ainda, a que pode ameaçar esse paraíso transformando-se na temida imagem da “outra”.

Vozes masculinas se levantam por trás de textos dirigidos às mulheres e pretensamente escritos por elas. Possivelmente a condução “falocrática” dos temas fosse a mesma se eles fossem redigidos por mulheres.

A misoginia que aflora das linhas da revista e do meio social não pode ser vista como vertical, resultado de uma postura machista que desce como ditame mas, ao contrário, segue horizontalmente, naturalizada, como um rio que corre na superfície mas penetra também as mais profundas camadas da terra.

Pensador e psicanalista, Félix Guattari nos oferece uma teoria que responde à “naturalidade” das relações de superioridade e controle dos homens sobre as mulheres, inserida no amplo contexto do domínio social. Para ele,

Tudo o que é produzido pela subjetivação capitalística – tudo o que nos chega pela linguagem, pela família e pelos equipamentos que nos rodeiam – não é apenas uma questão de idéia, não é apenas uma transmissão de significações por meio de enunciados significantes. [...] Trata-se de sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo.[[18]](#footnote-18)

De acordo com ele, a mídia exerce uma importante função a serviço deste controle social. Portanto, os “conselhos de amiga” que encontramos em *Jornal das Moças* e em tantas outras revistas deste segmento, não são desprovidos de intenções mais amplas.

Na mesma linha, encontramos também o trabalho da historiadora Maria Izilda Santos de Matos, que aponta a convivência do processo de construção de subjetividades com “a imposição coercitivamente atada às homogeneizações de determinados modelos culturais hegemônicos”, como estratégia para o controle de desejos e vontades, com o objetivo de moldar e regular.[[19]](#footnote-19) Para que tais objetivos – claramente notados na mídia – funcionem, o imperativo é o tom de tratamento na imprensa feminina[[20]](#footnote-20), pois os redatores falam diretamente com “você, amiga”. Esse jeito cotidiano de lidar com o público específico “ajuda a passar conceitos, cristalizar opiniões, tudo de um modo tão natural que praticamente não há defesa”.[[21]](#footnote-21) Os conselhos são diretos: “Uma casa simples mas preparada com o gosto necessário vale mais do que todas as riquezas do mundo”[[22]](#footnote-22). E *Jornal das Moças* tinha tudo para que isso se tornasse realidade:

De tudo um pouco, que vale muito: moda, tricot, bordado, literatura, ensinamentos úteis, de par com esmerada reportagem fotográfica da vida social, eis o que faz de Jornal das Moças a revista *leader* do Brasil. Preferi-la é uma prova de bom gosto.[[23]](#footnote-23)

As páginas da revista ditam as maneiras corretas, e as incorretas, de como se portar, do que falar, onde colocar as mãos durante uma conversa mas, antes de tudo, lições de tolerância, harmonia doméstica, serenidade – tudo em nome da ordem.

Ela aparece aqui como o que Guattari chama “produtora de subjetividade”, com suas receptoras sendo moldadas de acordo com uma ideologia adequada à manutenção de uma ordem dominante, em nome do controle e da permanência de modelos de conduta e moral. A revista feminina se coloca do lado das mulheres que precisam de seus conselhos para sobreviver diante das novas (velhas) necessidades modernas.

Os modelos de roupas, cabelos e elegância em geral são os que vêm das telas do cinema hollywoodiano, apesar de o comportamento volúvel e emancipado das atrizes dever ser tomado como excêntrico, longe da realidade das brasileiras.

As propagandas de produtos também anunciam o tom da época e da revista; como um de inúmeros exemplos temos o “Creme Ponds – tanto para a mulher da alta roda, quanto para a *telephonista*”[[24]](#footnote-24) – a rica e a esforçada trabalhadora têm igual valor, assim como a dama brasileira diante da norte-americana[[25]](#footnote-25). O nivelamento social parece estar ao alcance da camada média, que pode se comportar e consumir da mesma forma que a camada mais alta da sociedade. “*Se eu posso ter as mesmas coisas que ela, então sou igual a ela*. A imprensa feminina vive de fomentar essa ilusão”.[[26]](#footnote-26) Assim diluem-se os conflitos.

A imagem da trabalhadora aparece de maneira crescente com o passar dos anos, mas paralelamente ao poder aquisitivo das mulheres ainda aparecem os discursos moralizantes que ditam um comportamento recatado, adequando a “mulher moderna” à sua função principal dos nem tão modernos cuidados com o lar, com o esposo e com os filhos.

Em *História da sexualidade III: o cuidado de si*, encontramos um estudo sobre como se formam as regras morais e como se propagam, com a ajuda do cristianismo, os preceitos de conduta para que elas estejam asseguradas. O casal, para manter a “unidade”, deve se preservar e proteger também, acima de tudo, o equilíbrio e a prosperidade de seu lar. Aos homens cabe a vida pública e a preocupação que dela deriva com a imagem de honrados e provedores; às mulheres a vida privada é a adequada, com discrição e responsabilidade dentro do espaço sagrado do lar. A fidelidade e a boa conduta são cobradas de ambos, mas os deslizes devem ser tolerados pelas mulheres.[[27]](#footnote-27)

Na revista, a coluna “Evangelho das Mães” aconselha sobre “A verdadeira função feminina” e a vocação de toda mulher:

É freqüente ouvir as mães se consultarem sobre o destino que devem dar às filhas moças. Devem ser funcionárias publicas ou comerciais, advogadas ou médicas, contadoras ou secretárias? As perguntas são mais ou menos estas. Melhor seria educá-las como perfeitas mães de família e administradoras de um lar. Parece ser esta a profissão mais indicada para a mulher.[[28]](#footnote-28)

As filhas devem estar vinculadas às tarefas domésticas. A ideologia é perpetuada dentro da família. A revista chega a sugerir que se criem escolas “bem orientadas” para meninas, ainda crianças, que se interessam pelo seu futuro como mães.[[29]](#footnote-29) Seus caminhos são traçados pelas mães “naturalmente” rumo ao que se pode chamar de destino das mulheres.

Ou seja, a “mulher moderna”, tanto no lar quanto no trabalho, é uma imagem quase fictícia, restrita talvez àquelas que não conseguem triunfar na tarefa de vida da quase totalidade das mulheres de classe média do período: o casamento.

“Saber fazer-se linda e elegante é um dos requisitos que toda Eva tem obrigação de exigir para si, a fim de se tornar mais atraente para a conquista do exigente Adão”.[[30]](#footnote-30)

Ao lado da *Eva* – nome pleno de significados, que aparece freqüentemente para designar a mulher – encontramos também o *Adão*. Sem ele, a polaridade e as relações de poder não se concretizam. É nesta relação que a *Eva* se situa plenamente em suas funções tradicionais de inferioridade e perigo. Mas como se apresenta ele no contexto da revista?

“*Gentleman* e homem” – a designação dada ao ator George Brent[[31]](#footnote-31) em 1945 exprime com fidelidade o que se espera de um homem já no início dos anos 30. Desde menino ele deve ser educado como um cavalheiro. Seguindo a doutrina da coluna “Evangelho das Mães”, deve receber os ensinamentos de prudência, moderação, constância, retidão, honra e utilidade. É por meio do trabalho que os homens se dignificam e, em contrapartida, devem estar atentos para escapar das garras do jogo e da embriaguez. Ser vadio é o mesmo que ser criminoso, na construção da imagem do Brasil idealizada pelo governo. Dos homens de bem depende o futuro das famílias, portanto a lição dos pais aos filhos deve se constituir do ensinamento de palavras cristãs.[[32]](#footnote-32)

No período da Segunda Guerra Mundial e do Estado Novo o brasileiro, além de trabalhadores, eles devem ser patriotas e, quando estão a serviço da nação, maior ainda é o seu cartaz. A imagem símbolo do homem ideal passa a ser a do soldado (quanto maior a patente, melhor, é claro), que não cessa de aparecer em propagandas, como alvo primeiro das mulheres solteiras.

A guerra, de acordo com a revista, tem como um de seus papéis recolocar as mulheres na sociedade, deixando de lado sua frivolidade para torná-las “brasileiras de valor”.[[33]](#footnote-33) “Esta segunda guerra, mais vasta que a passada, está proporcionando à mulher um papel mais importante e ativo nos destinos do mundo”, com novos direitos e deveres, que não aceitam mais como desculpa a fraqueza feminina.[[34]](#footnote-34)

Quanto às mulheres das camadas populares, quando aparecem nas páginas de *Jornal das Moças* – fato raro – são tratadas de maneira preconceituosa, principalmente as afrodescendentes. As propagandas de alisantes para os cabelos prometem “cabelo corrido até mesmo nas pessoas de cor”[[35]](#footnote-35); uma propaganda de clareador de cabelos afirma que os homens preferem as louras.[[36]](#footnote-36) O “clareamento” está presente e parece “naturalizado”, na revista, que o publica sob diversos aspectos. Dulcília Buitoni destaca:

A mulher branca, sorridente, é rótulo e marca do produto chamado imprensa feminina. Verdadeira mulher de papel, que conserva fracos pontos de contato com a realidade. Num país de mestiços, a negra raramente surge em revistas femininas, a não ser como manequim exótico.[[37]](#footnote-37)

Um artigo marcante com relação às chamadas “pessoas de cor” é o intitulado “A datilógrafa negra”, assinado por Natal Chiarelo:

Foi uma grande surpresa essa que tive, *fazem* (sic.) algumas horas, ao entrar no escritório do meu amigo: sentada ao lado dele, batendo muito ativamente nas teclas da máquina de escrever, uma datilógrafa de cor preta. Bem retinta.

Nunca tinha imaginado uma auxiliar de escritório da cor da rainha de Sabá. Conheço muitas datilógrafas. Ruivas, louras, morenas, mulatas. Mas preta, nem de imaginação. Geralmente uma datilógrafa é um enfeite, um lenitivo, um pouco de alegria na rigidez de uma sala onde só se fala em negócios. Qual o patrão que não deseja ter a seu lado uma empregada jovem e linda? Uma carinha bonita incute mais otimismo, não há dúvida. Mas é lá concebível uma datilógrafa negra, trabalhando no gabinete de um dos vultos mais destacados do nosso comércio? Desconcertante. Mau gosto.[[38]](#footnote-38)

E encerra com indignação, dizendo que gostos não se discutem, porém devem ser tolerados. Ao permitir tranqüilamente a veiculação destes tipos de texto, fica clara a posição da revista e a quem ela se dirige: uma classe média branca, com pretensões de ascensão social, interessada em distanciar-se das camadas populares e vincular-se aos exemplos de progresso. Se ao menos a datilógrafa fosse morena ou mulata... A mulher negra do artigo é multiplamente descriminada, por ser mulher, por seus traços étnicos e subterraneamente por fazer parte de um mercado de trabalho. É olhada com indignação, como uma aberração, antagônica ao padrão de beleza que se espera encontrar.

Os padrões e anseios dos editores da revista estão em outras terras. A “política da boa vizinhança” encontra eco e rápida adesão por parte das mulheres que não querem se identificar com os costumes que vêm de baixo, precisando de novos ditames de conduta e moral para que sejam aceitas e valorizadas dentro do novo modelo de sociedade que se abre diante delas, moderna e progressista.

Façamos então a distinção entre o que é ser uma mulher “adequada” aos moldes de comportamento prescritos por uma máquina produtora de subjetividade, que busca o nivelamento uniformizador do papel feminino, e uma mulher “inadequada”, perigosa e ameaçadora para um projeto ideológico que opta pelas mudanças superficiais de aparência, enquanto o cerne das questões sociais que se referem às mulheres permanece intocado.

Utilizando conscientemente uma terminologia um tanto maniqueísta na abordagem das questões, pretendemos revolver a terra lançada sobre os conflitos sociais para dissipá-los ou disfarçá-los. Por isso a escolha de uma revista voltada essencialmente para estimular o consumo, ampliar os desejos, mas manter o controle de boa parte das mulheres da camada média na capital federal do período e em outras partes do Brasil, aonde o discurso de *Jornal das Moças* se dirige.

De um lado, as quase eternas “rainhas do lar”, que agora lêem e se informam para fugir de um atraso que ameaça afastá-las da onda de modernidade que invade o país. Elas querem ser bonitas, bem vestidas, bem cuidadas, prendadas, boas mães, capazes até de trabalhar caso os maridos não tenham condições de sustentar sozinhos as famílias. Devem ser comedidas nos gastos e criativas para que, mesmo na simplicidade, a casa se transforme em um “paraíso”. Delas depende a educação dos filhos, adequada à continuidade da tradição e dos meios de controle das elites e do governo sobre toda a população.

Elas têm que saber conversar, saber sobre os diversos assuntos de seu alcance, preferencialmente aqueles estampados nas revistas femininas: cinema, rádio, a vida dos artistas, a moda e as últimas novidades nos Estados Unidos. Patriotas e valorosas, vão à guerra se preciso for, pois em si já são símbolos de honra e glória, na sua sagrada função dentro da família e da nação. Além disso, a coluna “Evangelho das Mães” denota a religiosidade que deve reger seus atos diante da tarefa de educar os filhos.

Enfim, a elas interessa tudo o que possa lustrar as cascas de seus lares, sem que sua condição social seja sequer questionada. Quando solteiras, podem até trabalhar, mas devem abandonar qualquer ambição no momento em que conseguem “capturar” seu homem-provedor. Depois de casadas, seus discursos devem coincidir com os dos maridos, suas idéias devem ser as mesmas que as deles, contribuindo para a conformação e reafirmação da postura privada e discreta que se espera das mulheres em geral.[[39]](#footnote-39)

Elas são infantilizadas e se infantilizam, no jogo de correspondências que afirma a hegemonia dos poderes construídos em favor dos pais e maridos, figuras tidas como de maior valor, capacidade e inteligência. Se assim não forem, correm o risco de perder seus lugares ao sol em uma sociedade que elimina e rotula o que não funciona de acordo com seus preceitos. Essas imagens que se entrecruzam chegam até os nossos dias, ainda plenos do ranço social que envolve as mulheres desde tempos remotos.

Do outro lado, encontramos as “moderninhas”, que se deixam seduzir pelas promessas de um mundo veloz e dinâmico, importadas dos mesmos modelos com os quais a “mulher ideal” deve sonhar. Elas são as mulheres que pretendem imitar as estrelas do cinema e sua alta “rotatividade afetiva”, que olham para os pretendentes pela dimensão de suas posses; elas fumam, cultivam a futilidade, mesmo em tempos de contenção.

Ao contrário daquelas que se tornam donas-de-casa, as “mulheres de hoje” passam seu tempo pensando em como aproveitar melhor a vida e o favorecimento que o sexo oposto pode oferecer. Estão fadadas a se tornarem as “outras”, destruidoras de lares felizes ou apenas passa-tempos nas mãos de homens mais astutos, que as desprezam, usufruem o prazer que proporcionam, mas nunca trocam por elas as suas famílias. São exemplos e companhias a serem evitados por moças decentes.

Essas mulheres geradoras de conflitos expressam a recusa de certo tipo de ordem social dentro da produção de subjetividade coletiva, portanto devem ser difamadas, desacreditadas e, se possível, eliminadas das possibilidades de *vir a ser*[[40]](#footnote-40) social, como modelos relacionados à desordem e ao perigo.

As mulheres negras enquadram-se neste padrão, levando-se em conta a produção de sua subjetividade permeada por uma imagem cristalizada de mulher-propriedade-objeto, advinda do preconceito racial e do nível social, que legam a elas uma idealizada postura de permissividade e mácula. Seu contato com a classe média se dá por meio de serviços subalternos ou sexuais, já que faz parte do senso comum a imagem da empregada negra ou mulata como objeto de iniciação sexual para o deleite dos jovens filhos dos patrões.

No samba, que ganha espaço em outro veículo da mídia, elas ocupam lugares diferentes, que vamos conhecer mais adiante.

Certamente as prescrições disseminadas pela maioria das revistas dirigidas ao público feminino não foram seguidas pela totalidade das leitoras. Se assim pensássemos, estaríamos admitindo a possibilidade de encontrar nas ruas as mesmas mulheres que encontramos nas páginas das revistas. Já pudemos perceber que estas jamais existiram. As prescrições são lançadas, não afirmadas. Cada leitora toma para si o que melhor pode lhe servir como conselho para as questões cotidianas. O ponto comum entre as leitoras, como em toda a classe média, era o desejo de ascensão social e de se parecer com quem já pertence a esse outro nível que elas almejam.

Vamos deixar agora a revista de lado e começar a buscar as imagens de mulheres que emergem de dentro da pequena caixa do rádio e também das rodas de samba e boêmia que fazem parte da vida dos compositores e cantores no Rio de Janeiro desse período. Quem são as “boas mulheres” e quem são as “más” nos discursos que encontramos nas letras das canções que dizem respeito a essa outra camada da população?

Talvez desta busca e destes cruzamentos possamos fazer emergir alguns contrastes e também semelhanças que nos tragam a historicidade ainda pouco nítida, mas cuja existência podemos perceber nos discursos propagados pelos meios de comunicação.

**2 A MÚSICA POPULAR**

A música – assim como o futebol – é um importante veículo de mobilidade social para as camadas populares do Brasil a partir dos anos 30 do século passado[[41]](#footnote-41). Podemos afirmar que, talvez com raríssimas exceções, estes são os dois únicos meios de ascensão para uma população pobre que ocupa o que há de pior em espaços de moradia e mercado de trabalho.

Com a expansão do rádio como meio de comunicação, as vozes dos negros e mulatos podem chegar a todas as partes por onde são vendidos os aparelhos, e suas composições, principalmente em ritmo de samba, fazem emergir imagens de um cotidiano desconhecido e desprezado pela camada média e pelas abastadas elites brasileiras.

Este fenômeno acontece em um momento propício, quando o samba – já conhecido pelos intelectuais que freqüentam os redutos da Lapa (bairro boêmio do Rio de Janeiro)[[42]](#footnote-42) – torna-se a música nacional, na execução dos planos políticos do governo Getúlio Vargas, com intuito de criar uma identidade para o país e ao mesmo tempo controlar uma população, constituída em grande parte pelos descendentes dos africanos que para cá foram trazidos durante o período da escravidão.

Outro fato fundamental é a instalação no Brasil da gravadora Brunswick, no final de 1929, disposta a investir em ritmos tipicamente brasileiros[[43]](#footnote-43). Copiada mais tarde por outras, a gravadora dá início a um duradouro período de mobilidade social para os autores de boas composições populares e também para os cantores de bela voz.

Buscando-se observar processos de construção das subjetividades de gênero – seguindo os passos de Maria Izilda Santos de Matos no livro *Âncora de emoções*[[44]](#footnote-44) – utilizamos aqui a produção musical como corpo documental, procurando dar historicidade ao processo de elaboração e interpretação das canções, apoiado também na biografia dos artistas privilegiados por este trabalho. São os principais: Noel Rosa, Wilson Batista, Assis Valente, Ary Barroso, Geraldo Pereira, além da cantora e compositora Carmen Miranda – devido à importância do que foi a sua representação como mulher brasileira – e, em segundo plano, alguns autores de composições interpretadas por ela.

Adentramos então o universo musical constituído entre 1930 e 1945 para adotá-lo como uma das possíveis representações dos discursos produzidos por músicos provindos das camadas populares – e a elas dirigidos –, mas que alcançaram também outros ouvidos.

A difusão das músicas pelo rádio a partir dos anos 30 proporciona outras formas de sociabilidade e dá origem a novos pensamentos, criando assim novas relações de poder. De acordo com Tinhorão, com os programas dirigidos às grandes camadas e o povo no auditório, veio a massificação.[[45]](#footnote-45) Muitos discursos até então ignorados passam a ter voz.

Seguindo a proposta do historiador francês Roger Chartier, eu convido a quem possa interessar este trabalho a percorrermos juntos os caminhos da observação para então compreendermos se há ou não a possibilidade de transitarmos entre o discurso e o fato. De um lado, as letras das canções; do outro, as mulheres das camadas populares. A realidade não alcançaremos, mas vislumbraremos a produção de determinadas subjetividades.

Aqui, como no primeiro capítulo, o que nos interessa é perceber as imagens de mulheres que brotam das letras das músicas e buscar compreender quais eram as mais adequadas, ou não, a esta outra camada da população, em contraposição ao que pudemos observar com relação ao *Jornal das Moças* e as mulheres da camada média brasileira.

**2.1 Mulatas, Morenas, Cabrochas: As Musas do Samba**

*Nasci no Estácio / Eu fui educada na roda de bamba / E fui diplomada na escola de samba / Sou independente, conforme se vê / [...] Eu sou diretora da escola do Estácio de Sá / E felicidade maior neste mundo não há / Já fui convidada / Para ser estrela do nosso cinema / Ser estrela é bem fácil / Sair do Estácio é que é / O “X” do problema / Você tem vontade / Que eu abandone o Largo do Estácio / Pra ser a rainha de um grande palácio / Pra dar um banquete uma vez por semana / Nasci no Estácio / Não posso mudar minha massa de sangue / Você pode crer que palmeira do mangue / Não vive na areia de Copacabana.* (O “X” do problema – Noel Rosa, 1936).

Eis a primeira imagem de mulher com que nos deparamos, criada por Noel Rosa na canção *O “X” do problema*. Ela é independente, rejeita o casamento e desdenha a vida em um grande palácio – objetos primeiros do desejo daquelas outras, das páginas da revista. Por ser diretora da escola de samba e por ter outra “massa de sangue”, a postura da mulher do Estácio traça uma linha que a distingue socialmente. É a mulata que se valoriza e ao mesmo tempo reconhece as diferenças, guiando-se por ditames próprios de conduta.

Ser a diretora da escola é uma grande honra no seu meio social. Ela carrega o desejo de seu criador – Noel Rosa, branco, pobre, metido sempre nos meios marginalizados da sociedade carioca de então – de mostrar uma mulher independente e diferente dos padrões valorizados pela camada média. Inferimos que algumas como ela podiam ser encontradas nos morros do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo Noel deixa claro que o lugar dela é no Estácio, nunca num palácio. São amplas e sólidas as margens do preconceito social.

A típica imagem da mulher brasileira que se almeja criar para o período é a “morena”, miscigenada, sensual.[[46]](#footnote-46) Mas os olhares sobre ela podem deixar transparecer também o preconceito. Valorizadas como “coisas nossas”, as mulatas brasileiras, além de tentadoras, representam também as imagens das mulheres permissivas, acessíveis a todos os homens, deleite para os brancos, numa visão estendida do preconceito racial.

A baiana é outro objeto de desejo. Mais do que isso, no início dos anos 40 ela vai se tornar estereótipo de brasilidade, fora do Brasil. Mas não é sempre assim que as mulatas aparecem nas letras das canções de outros compositores, alguns deles negros, como Assis Valente. Elas são as “morenas”, as “escurinhas”. Estão sempre presentes nas batucadas, embelezando o samba com seu gingado e sensualidade, dando alegria às festas dos morros.

*Alegria pra cantar a batucada / As morenas vão sambar / Quem samba tem alegria / Minha gente / Era triste, amargurada / Inventou a batucada / Pra deixar de padecer / Salve o prazer, salve o prazer [...].* (Alegria – Assis Valente / Durval Maia, 1937).

Assis Valente tem na voz de Carmen Miranda os seus maiores sucessos, como *Camisa listrada* e *Good-bye boy* – que retrata o americanismo então vigente no Brasil. Com a ida de Carmen para os Estados Unidos sua carreira declina.[[47]](#footnote-47) Em suas letras está sempre presente a “gente bronzeada” da qual faz parte e o amor pelo Brasil, adequado também ao momento musical. Em *Alegria* continua presente a imagem da mulata sensual, não mais como objeto, mas como fonte de alegria – a riqueza das camadas populares.

A batucada é a maneira encontrada para suportar a dureza da vida. Nela, as cabrochas (mulheres boas de samba) convivem com malandros e são objetos de disputas amorosas que podem acabar em tragédia; muitas vezes acabam sofrendo a violência nas relações amorosas, um resultado direto da imagem das mulheres como propriedades dos homens, não apenas nas camadas populares, é claro, mas é nesse espaço de convivência que a violência fica explícita, por meio das canções do período.

**2.2 *Amélias* e *Emílias* – Nas Paradas, As Submissas do Samba!**

*Nunca vi fazer tanta exigência / Nem fazer o que você me faz / Você não sabe o que é consciência / Nem vê que eu sou um pobre rapaz / Você só pensa em luxo e riqueza / Tudo o que você vê, você quer / Ai, meu Deus, que saudade da Amélia / Aquilo sim é que era mulher / Às vezes passava fome ao meu lado / E achava bonito não ter o que comer / Quando me via contrariado / Dizia: "Meu filho, o que se há de fazer!" / Amélia não tinha a menor vaidade / Amélia é que era mulher de verdade.* (Ai que saudades da Amélia – Ataulfo Alves / Mário Lago, 1942).

Muito já se falou sobre a “mulher de verdade”. Hoje ouvimos os versos com indignação, mas durante anos eles foram entoados com alegria e naturalidade. A música *Ai, que saudades da Amélia* foi uma das mais populares do século XX. O autor da letra – Mário Lago – defende a idéia de que Amélia é a companheira ideal, sem ambições, feliz com sua vida simples e restrita, ao contrário da outra. Segundo ele, a letra é um elogio e não um discurso machista.[[48]](#footnote-48) Mas sem os parênteses do autor, a “mulher de verdade” não tem ambição, não reclama das misérias da vida e não tem vaidade, poupando os bolsos do marido, ao contrário da vilã da canção, que ambiciona as ofertas da produção capitalística (voltando a Guattari) do mundo moderno, estampado nas páginas das revistas que ditam como devem ser e agir as mulheres. Talvez o que mais impressione nesta letra seja a construção de uma imagem da mulher “quase objeto”, adequada, que não incomoda o marido e senhor, ficando quietinha no seu canto, como uma boa mulher deveria ficar.

Outro sonho de consumo dos maridos pobres e machistas do período é externado na *Emília* de Wilson Batista e Haroldo Lobo, outro sucesso lembrado até os dias de hoje.

*Quero uma mulher que saiba lavar e cozinhar / Que de manhã cedo me acorde na hora de trabalhar / Só existe uma e sem ela eu não vivo em paz / Emília, Emília, Emília, não posso mais / Ninguém sabe igual a ela preparar o meu café / Não desfazendo das outras, Emília é mulher / Papai do céu é quem sabe a falta que ela me faz / Emília, Emília, Emília, não posso mais.* (Emília – Wilson Batista / Haroldo Lobo, 1942).

Essa lembrança perene pode ser sintoma de um problema social que insiste em permanecer nas relações de gênero: a existência de mulheres que aceitam se submeter, combinada com a postura de homens que acham natural dominar. Em contrapartida à *Emília* aparece o malandro para tirar proveito da situação:

*Lá vem ele com seu terno branco engomado / Trazendo outra morena ao seu lado / E a nêga dele na casa da branca se acabando / E ainda leva o jantar embrulhado / É um golpe errado / Todo mundo diz / É um golpe errado / Toda hora que ele vai pra batucada / É a hora que ela chega do trabalho / E tem que fazer de madrugada / Bife mal passado pra ele / Não ficar contrariado.* (Golpe errado – Geraldo Pereira / David Nasser / Cristóvão Alencar, 1945).

Geraldo Pereira, compositor negro de sucesso, aparece como um dos “defensores” das mulheres. Mesmo depois deste período, a sua conhecida “Escurinha” representa a mulher de valor, que só precisa de um barracão, do amor e do samba para ser “a maior”.

Outras tantas letras de canções falam do cotidiano das mulheres que trabalham para sustentar seus homens. Nessa questão, não entram a honra e o direito do provedor, mas a força bruta e a ginga do malandro. A mulher que frita o bife de madrugada pode estar “acostumada” com a conduta do marido, mas outras já esboçam uma reação:

*Eu já não posso mais / A minha vida não é brincadeira / Estou me desmilingüindo / Igual a sabão na mão da lavadeira / Se ele ficasse em casa / Ouvia a vizinhança toda falando / Só por me ver lá no tanque / Lesco-lesco / Me acabando / Se eu lhe arranjo um trabalho / Ele vai de manhã, de tarde pede as contas / Eu já estou cansada de dar / Murro em faca de ponta / Ele disse pra mim / Que está esperando para ser presidente / Tirar patente / No Sindicato dos Inimigos do Batente / [...] Eu não posso mais / Em nome da forra vou desguiar.* (Inimigo do batente – Wilson Batista / Germano Augusto, 1939).

A mulher cansada de ser explorada, na letra da canção de Wilson Batista e Germano Augusto, quer deixar o malandro pois, já que o sustenta, ela mesma pode se virar. O compositor Wilson Batista, um dos mais conhecidos do período, era mulato, veio da pobreza e para ela voltou depois de conhecer a fama com suas composições. Wilson, ao lado de Noel Rosa, é o compositor que mais trata do cotidiano das camadas populares do Rio de Janeiro de então. Enquanto a camada média almeja a ascensão social, a parcela menos favorecida da população segue sua vida de pobreza e restrição, com as famílias adaptadas aos meios de sobrevivência possíveis.

Em *Inimigo do batente* observamos mais uma letra do “ex-malandro”, que adapta sua obra às exigências de um mercado (entenda-se governo) que quer ouvir a exaltação do trabalho nas letras da música brasileira. A mulher não agüenta mais ver o marido na boa vida enquanto ela trabalha sozinha para o sustento do lar enquanto ele desperdiça. É de Wilson Batista também a emblemática canção *O bonde São Januário*, que começa dizendo: “Quem trabalha que tem razão / Eu digo e não tenho medo de errar / O bonde São Januário / Leva mais um operário / Sou eu que vou trabalhar”.

Muitas vezes as mulheres assumem a dianteira com seus humildes salários de empregadas domésticas, lavadeiras, costureiras, ou à frente de uma economia familiar baseada na venda ambulante de alimentos.[[49]](#footnote-49) Para as brancas pobres, é uma vergonha admitir que trabalham. A necessidade de trabalhar denuncia a baixa condição econômica.[[50]](#footnote-50)

Nenhuma das letras selecionadas para a pesquisa fala de relacionamentos fixos, com casamento civil ou religioso. Enquanto o casamento é fundamental para a camada média, nas camadas populares as famílias parecem se constituir de acordos, muitas vezes violados, sob os olhos de uma vizinhança muito próxima, no cotidiano das favelas.

*Meu moreno fez bobagem / Maltratou meu pobre coração / Aproveitou a minha ausência / E botou mulher sambando / No meu barracão / Quando eu penso que outra mulher / Requebrou pro meu moreno ver / Nem dá jeito de cantar / Dá vontade de chorar e de morrer / Deixou que ela passeasse / Na favela com meu penhoar / Minha sandália de veludo / Deu a ela para passear / Eu bem longe me acabando / Trabalhando pra viver / Por causa dele dancei rumba / E fox trote para inglês ver* (Fez bobagem – Assis Valente, 1942).

Além de a mulher trabalhar para a família viver, seu “moreno” a expõe diante da vizinhança, levando outra para o seu barracão. O samba e suas letras pouco comportadas estão longe de serem adequados à boa educação cristã e também à camada média. Além da traição, as brigas e bebedeiras também são freqüentes nas letras.

Há ainda as imagens das mulheres submissas que se orgulham da casa e do marido, que não são legalmente casadas mas são mulheres de respeito.

*Em 1940, lá no morro começaram o recenseamento / E o agente recenseador esmiuçou a minha vida / Que foi um horror! / E quando viu a minha mão sem aliança / Encarou para a criança que no chão dormia / E perguntou se meu moreno era decente / E se era do batente ou era da folia / Obediente eu sou a tudo que é da lei / Fiquei logo sossegada e falei então: / O meu moreno é brasileiro, é fuzileiro / E é quem sai com a bandeira do seu batalhão / A nossa casa não tem nada de grandeza / Nós vivemos na fartura sem dever tostão / Tem um pandeiro, tem cuíca e um tamborim / Tem reco-reco, um cavaquinho e um violão.* (Recenseamento – Assis Valente, 1940).

A imagem do moreno do batente e patriota completa a harmonia do lar, que tem fartura e diversão, abençoado pela alegria do samba, a música brasileira . Talvez seja este o casal ideal na visão do autor e também do agente recenseador, que representa o governo: ele, um trabalhador, a serviço da nação; ela, a dona-de-casa zelosa e feliz.

Percebemos nesta canção uma crítica à invasão do espaço privado – o morro, que aparece no conjunto documental das canções como uma espécie de “território” da pobreza, com suas peculiaridades e distinções da vida na cidade – pelo poder público. A crítica é amenizada pela exaltação ao patriotismo.

A violência também está bastante presente nesse cotidiano; os homens se sentem no direito de usar a força bruta para manter o controle sobre as “suas” mulheres. A agressão é muitas vezes cantada como piada, aceita e difundida sem qualquer constrangimento.

A canção *Dá nela*, de Ary Barroso, venceu o concurso de músicas carnavalescas do Rio de Janeiro em 1930. A música virou febre no período.[[51]](#footnote-51)

*Essa mulher há tanto tempo me provoca / Dá nela / Dá nela / É perigosa, fala que nem pata choca / Dá nela / Dá nela / Fala, língua de trapo / Pois de tua língua eu não escapo / Agora deu pra falar abertamente / Dá nela / Dá nela / É inteligente, tem veneno e mata a gente / Dá nela / Dá nela.* (Dá nela – Ary Barroso, 1930).

Mulher inteligente e falando demais! Quanta ousadia! Talvez fosse esta a última alternativa para deter as tais mulheres que agora queriam se emancipar. Por fim elas conseguiriam o voto em 1934.

O repertório de Noel Rosa, com letras repletas de piadinhas, pode nos dar uma boa idéia de que era normal cantar a violência dos homens sobre as mulheres. “O maior castigo que eu te dou é não te bater, pois sei que gostas de apanhar”.[[52]](#footnote-52) E ele vai longe...

*Toma cuidado que eu te ripo / Porque tu não és meu tipo / E contigo não fiz fé / E o banzé eu sempre evito / Pois não me fica bonito / “Exemplá” uma mulhé.* (Vou te ripá – Noel Rosa, 1930).

*[...] Tu foste sempre a minha diferença / Chegaste a me obrigar a te bater / Já chega de pancada e desavença / Espera mais um ano que eu vou ver / Sapatos e vestidos eu te dei / E tu me pagaste o que eu te fiz / De tanto te aturar eu já cansei / Agora vou voltar a ser feliz.* (Espera mais um ano – Noel Rosa, 1932).

*Mas que mulher indigesta, indigesta! / Merece um tijolo na testa / Esta mulher não namora / Também não deixa mais ninguém namorar / É um bom center-half pra marcar / Pois não deixa a linha chutar / E quando se manifesta / O que merece é entrar no açoite / Ela é mais indigesta do que prato / De salada de pepino à meia-noite [...]* (Mulher indigesta – Noel Rosa, 1932).

Para Noel Rosa, que não teve muita sorte no amor, fazer piadas em letras que falam de mulheres parece comum, tendo em conta a freqüência com que elas aparecem em seu repertório, repleto de queixas e da certeza de que em mulher não se deve acreditar.

*Julieta / Não és mais um anjo de bondade / Como outrora sonhava o teu Romeu / Julieta / Tens a volúpia da infidelidade / E quem te paga as dívidas sou eu / [...] Nos teus anseios loucos, delirantes / Em lugar de canções queres brilhantes / Em lugar de Romeu, um coronel.* (Julieta – Noel Rosa / E. Frazão, 1933).

*Quando no reino da intriga / Surge uma briga / Por um motivo qualquer / Se alguém vai pro cemitério / É porque levou a sério / As palavras da mulher / Esta mulher jamais se cansa / De fazer trança / Na mentira é um colosso! [...]* (Mentiras de mulher – Noel Rosa / Artur Costa, 1931).

Para ele as mulheres são falsas, mentirosas e interesseiras. Iludem os pobres apaixonados enquanto esperam pelo seu “coronel”. Noel freqüentava assiduamente os cabarés da Lapa – tradicional bairro boêmio do Rio de Janeiro na época – tendo se envolvido algumas vezes com as trabalhadoras destes lugares.[[53]](#footnote-53)

*Foi num cabaré da Lapa / Que eu conheci você / Fumando cigarro / Entornando champanhe no seu soirée / [...] Mas você se despediu e foi pra casa a pé / No outro dia lá nos arcos eu andava / À procura da Dama do Cabaré / Eu não sei bem se chorei no momento em que lia / A carta que recebi (não me lembro de quem) / Você nela me dizia que quem é da boemia / Usa e abusa da diplomacia / Mas não gosta de ninguém.* (Dama do cabaré – Noel Rosa, 1936).

A “dama do cabaré” estava longe de ser uma das “falsas mulheres” cantadas na obra de Noel. Quanto à mulher com quem se casou já nos seus últimos anos de vida – Lindaura – a única música que encontramos explicitamente feita para ela diz assim: [[54]](#footnote-54)

*Você vai se quiser / Pois a mulher / Não se deve obrigar a trabalhar / Mas não vá dizer depois / Que você não tem vestido / Que o jantar não dá pra dois / Todo cargo masculino / Desde o grande ao pequenino / Hoje em dia é pra mulher / E por causa dos palhaços / Ela esquece que tem braços / Nem cozinhar ela quer / Você vai se quiser... / Os direitos são iguais / Mas até nos tribunais / A mulher faz o que quer / Cada qual que cave o seu / Pois o homem já nasceu / Dando a costela à mulher.* (Você vai se quiser – Noel Rosa, 1936).

Noel Rosa reafirma a condição socialmente naturalizada do homem ter como obrigação o sustento da mulher. Esta obrigação é ainda explicada religiosamente, já que “o homem já nasceu dando a costela à mulher”. E reclama que ainda por cima a “sua” não quer nem ao menos se colocar no papel que representa a contrapartida dessa “generosidade” masculina, cuidando dos afazeres domésticos: “por causa dos palhaços, ela esquece que tem braços, nem cozinhar ela quer”.

Mas, há sempre aquelas que respondem e dizem não!

**2.3 Mulheres Boêmias – Elas Vão à Forra!**

*Sambei 24 horas, sambei / Sambei tanto que a sandália furou / Ele me viu de madrugada / Pulando na calçada / Quando voltei não quis / Abrir a porta do chateau / Ai, ai, ai, amor / Não deixe sua pretinha no sereno / Que ela vai se  
 resfriar / Ai, pretinho / Eu venho de Madureira / Tô cansada, quero descansar.* (Sambei 24 horas – Wilson Batista / Haroldo Lobo, 1944).

Em *Sambei 24 horas* Wilson Batista dá alegria e liberdade à sua imagem de mulher sambista, que pode estar voltando do carnaval ou de uma noitada de samba e orgia – termo usado na época para designar a noite e seus prazeres, desprovido da conotação sexual que encontramos nos dias de hoje.[[55]](#footnote-55) Aqui encontramos uma inversão dos papéis convencionais, em que tradicionalmente é o homem que chega em casa de madrugada. Batista e Germano Augusto não param por aí:

*Eu saí de sarongue / Mas que calor, mas que calor, mas que calor / Cantei no Bonde de São Januário, Alá / Alá-lá-ô, alá-lá-ô / Até dancei de índio, auê auê /   
Quem encontrar o meu moreno por aí / Faça-me o obséquio, boca de siri / [...] O trem atrasou quando eu fui pra Meriti / Faz boca de siri.* (Boca de siri – Wilson Batista / Germano Augusto, 1941).

Eis aqui a mulher que engana o seu moreno, mas para brincar o carnaval, quando tudo é permitido. Existem também aquelas que colocam a orgia em primeiro lugar. A mulher de “Seu Oscar” não agüenta a vida regrada do marido trabalhador.

*Cheguei cansado em casa do trabalho / Logo a vizinha me chamou: / Oh! Seu Oscar / Tá fazendo meia hora / Que a sua mulher foi embora / E um bilhete deixou / Meu Deus, que horror / O bilhete dizia: / Não posso mais, eu quero é viver na orgia! / Fiz tudo para ver seu bem-estar / Até no cais do porto eu fui parar / Martirizando o meu corpo noite e dia / Mas tudo em vão: ela é da orgia.* (Oh! Seu Oscar – Ataulfo Alves / Wilson Batista, 1940).

Na letra de *Oh! Seu Oscar*, além da imagem da mulher independente, que não se apega à relação conjugal, encontramos também outra imagem bastante presente na produção musical do período: a da vizinha. Ela aparece como um juiz da vida alheia, sempre pronta a dar sua opinião, ao contrário das prescrições de distanciamento e privacidade ditadas para as famílias de classe média.

*Você me disse / Que a vizinha disse / Que eu sempre disse / Que você é louca / Esta vizinha / Que só faz trancinha / De falar sozinha / Vive sempre rouca [...] / À vizinha rouca / Que ela deve / Se chamar língua-de-trapo / Quanto bate-papo / Quanto bate-boca.* (Noel Rosa – Disse-me-disse, 1935).[[56]](#footnote-56)

É ela aquela que aparece em diversos momentos da vida na favela ou na periferia; podemos inferir que a razão disso é a proximidade das casas num espaço vastamente habitado, onde a privacidade perde seu espaço para a proximidade.

*De madrugada / Voltei do baile na certa / De encontrar minha amada / Achei a janela aberta e as portas / Quero esquecer mas não posso / Tive um pouco de remorso / As horas já eram mortas / Entrei e verifiquei toda a casa / Meus ternos já eram cinzas / E meu violão era brasa / Bati na janela da vizinha / Dona Estela me diga / Aonde foi a Florisbela? / A vizinha respondeu: / “Quando notei a fumaça / Bem que eu disse, oh! Florisbela / Não é coisa que se faça / Ela contou-me chorando / Que lhe viu nos braços de outro alguém / Oh! Meu vizinho, a razão dá-se a quem tem / Botei fogo também”.* (Onde estará a Florisbela? – Geraldo Pereira / Ary Monteiro, 1944).

Aqui está Geraldo Pereira, levando a mulher à forra. E lá vem ela de novo – a vizinha – participando ativamente da vida do casal. Além de contar ao homem o que a mulher fez, a vizinha ainda julga o comportamento dele e ajuda a botar fogo nos ternos e no violão. Florisbela não fica em casa, esperando o retorno do homem, pronta para cozinhar, como vimos em outra situação. Ela externa a indignação e parte para recomeçar a vida ou mesmo voltar depois. Aqui entra também a personagem Zizica, traída por Laurindo:

*Parecia um boi mugindo / Aquela triste cuíca / Tocada pelo Laurindo / O gostoso da Zizica / Ele não deu à Zizica / A menor explicação / E foi guardar a cuíca / Na casa da Conceição / Diferente o samba fica / Sem ter a triste cuíca / Que gemia feito um boi / A Zizica está sorrindo / Já mataram o Laurindo / Mas não se sabe quem foi.* (Triste cuíca – Noel Rosa / Hervê Clodovil, 1935).

A letra sugere que a mulher vai ao extremo da vingança. Se não é ela mesma a matar o companheiro, pouco se importa com a morte do traidor.

Ao lado da vizinha, a última e a maior das antagonistas nas letras das músicas é a sogra! Pior do que a primeira, que assume papel de juiz, a sogra não tem outra função, a não ser atrapalhar.

Fechando o quadro das que vão à forra, encerramos também a exposição das mulheres inadequadas – as “más” – (boêmias, falsas, mentirosas, preguiçosas, vizinhas e sogras), em contraposição à adequadas – as “boas” – (morenas, mulatas, cabrochas, trabalhadoras e donas-de-casa). Antes de passarmos aos cruzamentos das imagens de mulheres nas duas camadas da população, um elemento essencial se faz necessário: a imagem mais conhecida da mulher brasileira no período, dentro e fora do Brasil.

**2.4 Mulher Brasileira em Falsete – Carmen Miranda**

Por meio do rádio – principal veículo de “massificação” na época – uma cantora, conhecida pelo nome de Carmen Miranda veio atingir em cheio as expectativas do novo mercado internacional que se constituía, pautado na chamada “política da boa vizinhança”, estabelecida pelos Estados Unidos com relação ao Brasil no início dos anos 40.

*Nós somos as cantoras do rádio / Levamos a vida a cantar / De noite embalamos teu sono / De manhã nós vamos te acordar / Nós somos as cantoras do rádio / Nossas canções cruzando o espaço azul / Vão reunindo num grande abraço / Corações de norte a sul.* (Cantores do rádio – Lamartine Babo / João de Barro / Alberto Ribeiro – 1936).

A portuguesa criada no Brasil, Maria do Carmo Miranda da Cunha, é a mistura necessária de intérprete expressiva e mulher sensual. Branca e de voz marcante, apresenta-se como boa mercadoria para descontrair os parceiros econômicos e angariar simpatias.

A cantora começa a gravar em 1929 e estoura no início dos anos 30 com a música *Pra você gostar de mim (Taí)*, de Joubert de Carvalho, que a transforma num fenômeno musical.[[57]](#footnote-57) Na segunda metade da década de 1930, Carmen Miranda constrói a imagem que marca sua carreira e a transforma em ícone, com um cesto de frutas sobre a cabeça, onde a banana – símbolo fálico e tropical – ocupa lugar de destaque. Assim desembarca nos Estados Unidos, em 1939.[[58]](#footnote-58)

Ela representa também uma reafirmação do preconceito, que fazia do Brasil um país visto como inferior, com suas mulheres sensuais e divertidas, dispostas a agradar os sentidos e ao mesmo tempo vender mercadorias.

Em muitas letras ela difunde figuras de mulheres de forma jocosa, ajudando assim a popularizar esses tipos de imagem. Percebemos também a violência do discurso machista cantado por uma das mais conhecidas vozes femininas de todos os tempos:

*Eu vou te dar pancada / Eu vou te morder / Eu vou te judiar / Isso não é nada / O pior é ter que te aturar.* (Esta vida é muito engraçada – Joubert de Carvalho, 1930).

*Eu gosto dele / Porque ele é um mulato de qualidade / Vivo feliz, no meu canto sossegada / Tenho amor e carinho, oi / Tenho tudo e até pancada.* (Mulato de qualidade – André Filho, 1932).

Maria Áurea Santa Cruz nos alerta que “Assimilando passivamente os estereótipos a ela atribuídos, a mulher internaliza os preconceitos contra ela instituídos”, a voz que canta canções machistas denota o consentimento.[[59]](#footnote-59)

Carmen Miranda personifica a mulher brasileira na sua época e mesmo depois. Para nós, interessa perceber essa trajetória pessoal, que aproveita a possibilidade de ascensão pelo rádio e pela indústria fonográfica para realizar o sonho de boa parte das moças de ambas as camadas sociais – a fama – fazendo uso do corpo e da sensualidade como ferramentas femininas para ascensão social.

**2.5 Abaixando o Volume...**

Chegando ao final da exposição sobre as imagens femininas que encontramos ao analisar as letras das canções deste período, podemos notar uma impregnação da visão masculina sobre as mulheres. Com exceção de Carmen Miranda, não utilizamos aqui nenhuma letra de canção composta por uma mulher, apesar de inúmeras trazerem a pretensão de dar-lhes voz.

Assim como os textos produzidos pelos editores de Jornal das Moças, os textos que ganham as melodias dos compositores também representam a construção de imagens de mulheres, cada um dentro de sua proposta peculiar de utilizar discursos para a disputa de lugares e a constituição de subjetividades.

Os editores da revista pregam o que lhes é conveniente em termos de condutas a serem adotadas pelas mulheres da camada média da população, no sentido de se parecer cada vez mais com as elites, imitando seus supostos comportamentos. Nas músicas, encontramos um grande desfile de imagens cotidianas das camadas populares, que pela primeira vez estão disponíveis também para as outras camadas da sociedade brasileira. A partir destes pontos, podemos chegar à parte final deste trabalho.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Estivemos até agora envolvidos nas tramas de idéias e sons dos anos 30 e 40 do século XX. Mais de setenta anos são idos desde que estes autores escreveram as primeiras músicas que se tornaram sucessos do rádio, e que foram editados os primeiros artigos de uma revista que se tornaria a mais lida do Brasil durante diversos anos. De lá para cá muita coisa mudou no que se refere às relações de gênero e à consciência e atividade de grande parte das mulheres no Brasil. Mas... e quanto às permanências?

Discursos foram construídos, cada qual partindo de seu ponto determinado na sociedade brasileira, buscando alcançar seus similares e atuar sobre eles, na produção de subjetividades adequadas ao período em questão.

Jornal das Moças aconselha, estimula as mulheres da camada média aos avanços da modernidade consumista, mas ao mesmo tempo exige o comedimento, a moderação das atitudes e a preservação das sagradas famílias, nas quais o papel das mulheres é a pedra fundamental. A postura da revista é ambígua, já que os modelos que se apresentam em suas páginas são os das mulheres norte-americanas, principalmente as atrizes do cinema; ao mesmo tempo que as brasileiras devem seguir estes padrões de elegância por meio do consumo dos mesmos produtos, devem se manter afastadas daqueles padrões de moralidade. Às atrizes muito é permitido, mas não às mulheres comuns, que devem trabalhar (enquanto não arranjam marido) e consumir. A mulher idealizada aqui é esta: comportada, obediente, mas com certo ar de modernidade, evidenciado pelas roupas, cabelos e cosméticos que usa. Ela está adequada também às expectativas do governo, partilhadas pela revista.

Por outro ângulo temos as letras das canções, aparentemente alheias ao consumismo, pois representam uma camada da população que está mais empenhada em sobreviver, com seus humildes empregos ou sua vida de malandragem e orgia, habitando seus barracos, como na realidade de muitos compositores. Do cotidiano que elas representam surgem imagens de mulheres pobres, acostumadas a “dar duro” pela sobrevivência, cuja ambição principal é a alegria do samba e um “mulato de qualidade”. Outros tipos de sonhos seriam inatingíveis.

As letras evidenciam: cada qual no seu lugar. As mulheres idealizadas para os compositores estudados são as honestas, trabalhadoras, boas de samba. A sensualidade é um elemento sempre presente, que pode aflorar nas mulatas e damas de cabaré, mas deve ser discreto quando a mulher é casada e cuida do seu lar. A vizinha é a vilã no território da possível privacidade dos barracos que fazem o cenário da vida nos morros. Muitas vezes a imagem feminina que surge, principalmente no início dos anos 40, é a da patriota, que valoriza as coisas da sua terra. Este tipo de discurso representa a necessidade de inserção social no contexto mais amplo da Nação, já que um dos bens fundamentais para as camadas populares desprovidas de riquezas materiais é a dignidade. Mesmo apresentando outros elementos que divergem do projeto do governo para a sociedade brasileira, os autores são impelidos a dar sua contribuição para a formação deste contexto.

As mulheres “adequadas” e as “inadequadas”, que surgem por meio dessas imagens construídas por homens, representam o ponto de vista masculino sobre elas. Eles as projetam, constroem e interpretam seus pensamentos e atitudes. O que nos é apresentado como realidade, mesmo que idealizada, nada mais é do que a produção de subjetividades almejadas pelos homens, de ambas as camadas da sociedade, para efetivar e manter o controle sobre as mulheres, do qual muitas ainda lutam para se libertar até hoje.

Os cruzamentos das imagens nos permitem traçar um esboço do que pode ter sido o contraste social naquele período; chegamos até a vislumbrar parte daquele cotidiano, mas sob o foco de olhos que não estão desprovidos de intenção. Há uma disputa por imagens femininas adequadas à camada média, assim como há por aquelas convenientes às camadas populares, mas o ponto de partida é o mesmo. O ponto neutro, onde o conflito social se anula é exatamente o controle ideológico dos homens sobre as mulheres e as subjetividades que eles tentam imprimir sobre elas. Neste ponto não encontramos conflito, mas consenso.

Com esta constatação, a minha primeira curiosidade, apresentada no primeiro parágrafo deste trabalho, deixa de ter importância. Pouco importa como as imagens foram construídas pelos autores, se pela observação ou pela criação do que eles pensavam ser as mulheres. O que cabe a este momento é olhar para elas como construções, que provêm de uma fala que é a representação direta do ponto de vista masculino, portanto, usada em benefício de seus próprios ideais e de acordo com a sua visão de mundo. Esta prática quase se perpetua neste período e em outros posteriores.

Efetivamente, é só na década de 1950 que aparecem compositoras de renome na música brasileira, como a Dolores Duran das pesquisas de Maria Izilda Matos, mas assim mesmo muitas delas continuam a alimentar e endossar os discursos machistas, reflexos de uma condição antiga, de um ranço que insiste em se colocar entre um domínio infundado e a igualdade que, esta sim, podemos chamar “natural”.

Aqui terminamos este trabalho, certas da possibilidade de fazermos mais pessoas pensarem estas questões, já bastante discutidas em outros aspectos, e de abrirmos novas portas para outros debates que possam acontecer.

**FONTES**

LETRAS DAS CANÇÕES[[60]](#footnote-60)

**NOEL ROSA**

Dama do cabaré (Noel Rosa – 1936)

Disse-me-disse (Noel Rosa – 1935)

Espera mais um ano (Noel Rosa – 1932)

Julieta (Noel Rosa / E. Frazão – 1933)

Mentiras de mulher (Noel Rosa / Artur Costa – 1931)

Mulher indigesta (Noel Rosa – 1932)

O que é que você fazia? (Noel / Rosa / Hervé Cordovil – 1935)

O maior castigo que eu te dou

O “x” do problema (Noel Rosa – 1936)

Quando o samba acabou (Noel Rosa – 1933)

Três apitos (Noel – 1933)

Triste cuíca (Noel Rosa / Hervê Clodovil – 1935)

Vai pra casa depressa (Noel Rosa / Francisco Matoso – 1933)

Você vai se quiser (Noel Rosa – 1936)

Vou te ripá (Noel Rosa – 1930)

**WILSON BATISTA**

Boca de siri (Wilson Batista / Germano Augusto – 1941)

Emília (Wilson Batista / Haroldo Lobo – 1942)

Inimigo do batente (Wilson Batista / Germano Augusto – 1939)

Sambei 24 horas (Wilson Batista / Haroldo Lobo – 1944)

**ASSIS VALENTE**

Alegria (Assis Valente / Durval Maia – 1937)

Fez bobagem (Assis Valente – 1942)

Good bye boy (Assis Valente – 1933)

Minha embaixada chegou (Assis Valente – 1934)

Recenseamento (Assis Valente – 1940)

**ARY BARROSO**

Benzinho (Ary Barroso – 1931)

Camisa amarela (Ary Barroso – 1938)

Dá nela (Ary Barroso – 1930)

Eu dei (Ary Barroso – 1937)

No tabuleiro da baiana (Ary Barroso – 1936)

**ATAULFO ALVES**

Ai que saudades da Amélia (Ataulfo Alves / Mário Lago – 1942)

Oh, Seu Oscar! (Ataulfo Alves / Wilson Batista – 1940)

**GERALDO PEREIRA**

Falsa baiana (Geraldo Pereira – 1944)

Golpe errado (Geraldo Pereira / David Nasser / Cristóvão Alencar – 1945)

Onde está a Florisbela? (Geraldo Pereira / Ary Monteiro – 1944)

**CARMEN MIRANDA – DIVERSOS AUTORES**

Absolutamente (Joubert de Carvalho / Olegário Mariano – 1931)

A mulhé quando não qué (R. S. de Mello – 1930)

Ao voltar do samba (Synval Silva – 1934)

Cantores do rádio (Lamartine Babo / João de Barro / Alberto Ribeiro – 1936)

Disseram que eu voltei americanizada (Vicente de Paiva / Luiz Peixoto – 1940)

Diz que tem (Hannibal Cruz / Vicente Paiva – 1940)

Dona Balbina (Josué de Barros – 1930)

Esta vida é muito engraçada (Joubert de Carvalho – 1930)

Eu gosto da minha terra (Randoval Montenegro – 1930)

Meu rádio e meu mulato (Herivelto Martins – 1938)

Miss sertão (Plínio de Brito / Domingos Magarinos – 1930)

Mulato de qualidade (André Filho – 1932)

Não há razão para haver barulho (Walfrido Silva – 1933)

Os hôme implica comigo (Carmen Miranda / Alfredo Vianna – 1930)

Piaçaba pra vassoura (Floriano Ribeiro Pinto – 1933)

Por amor a este branco (Custódio Mesquita – 1933)

Samba rasgado (Portelo Juno / J. Pereira – 1938)

*JORNAL DAS MOÇAS* \*

N° 1088 - 23.04.1936

N° 1228 - 29.12.1938

N° 1236 - 23.02.1939

N° 134.. - 23.10.1941

N° 1398 - 02.04.1942

N° 1404 - 14.05.1942

N° 1408 - 11.06.1942

N° 1409 - 18.06.1942

N° 1411 - 02.07.1942

N° 1413 - 16.07.1942

N° 1420 - 03.09.1942

N° 1424 - 01.10.1942

N° 1431 - 19.11.1942

N° 1435 - 17.12.1942

N° 1436 - 24.12.1942

N° 1437 - 31.12.1942

N° 1438 - 07.01.1943

N° 1440 - 21.01.1943

N° 1443 - 11.02.1943

N° 1444 - 18.02.1943

N° 1448 - 18.03.1943

N° 1450 - 01.04.1943

N° 1452 - 15.04.1943

N° 1459 - 03.06.1943

N° 1474 - 16.09.1943

N° 1480 - 28.10.1943

N° 1482 - 11.11.1943

N° 1503 - 06.04.1944

N° 1514 - 22.06.1944

N° 1515 - 29.06.1944

N° 1516 - 06.07.1944

N° 1518 - 20.07.1944

N° 1519 - 27.07.1944

\* Revistas encontradas

em acervo particular.

N° 1522 - 17.08.1944

N° 1523 - 24.08.1944

N° 1534 - 09.11.1944

N° 1535 - 16.11.1944

N° 1536 - 23.11.1944

N° 1537 - 30.11.1944

N° 1540 - 21.12.1944

N° 1541 - 28.12.1944

N° 1543 - 11.01.1945

N° 1546 - 01.02.1945

N° 1548 - 15.02.1945

N° 1549 - 22.02.1945

N° 1551 - 08.03.1945

N° 1552 - 15.03.1945

N° 1556 - 12.04.1945

N° 1562 - 24.05.1945

N° 1566 - 21.06.1945

N° 1568 - 05.07.1945

N° 1569 - 12.07.1945

N° 1570 - 19.07.1945

N° 1573 - 09.08.1945

N° 1574 - 16.08.1945

N° 1575 - 23.08.1945

N° 1578 - 15.09.1945

N° 1580 - 27.09.1945

N° 1582 - 11.10.1945

N° 1584 - 25.10.1945

N° 1586 - 08.11.1945

N° 1587 - 15.11.1945

N° 1589 - 29.11.1945

N° 1591 - 13.12.1945

N° 1592 - 20.12.1945

**REFERÊNCIAS**

ALMIRANTE. *No tempo de Noel Rosa*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Ed., 1981.

ANDRADE, Mário de. *Música, doce música*. 2ª ed. São Paulo: Martins/Brasília: INL, 1976.

BASSANEZI, Carla. *Virando as páginas, revendo as mulheres*: Revistas femininas e relações homem-mulher (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

BUITONI, Dulcília H. S. *Mulher de papel*: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

CABRAL, Sérgio. *ABC do Sérgio Cabral*. Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

CHARTIER, Roger. *A história cultural*: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

DUSSEK, Eduardo. *Adeus batucada*. São Paulo: Irmãos Vitale, 2000.

ENCICLOPÉDIA DA MÚSICA BRASILEIRA: erudita, folclórica, popular. São Paulo: Art Editora, 1977.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade III:* o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

GIRON, Luís Antônio. *Mário Reis: o fino do samba*. S. Paulo: Editora 34, 2001.

GUATTARI, Felix e ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996.

HAHNER, June E. *Emancipação do sexo feminino*: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940. Trad. Eliane T. Lisboa. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2003.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. *Pobreza e política* – os pobres urbanos no Brasil – 1870-1920. Trad. Cecy Ramires Maduro. Brasília: Edunb, 1993.

LENHARO, Alcir. *A sacralização da política*. Campinas: Ed. Unicamp – Papirus, 1986.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Âncora de emoções*. Corpos, subjetividades e sensibilidades. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

\_\_\_\_\_\_\_. *Meu lar é o botequim*: alcoolismo e masculinidade. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

MAUAD, Ana Maria. “A embaixatriz dos balangandãs”. In: *Nossa História*. Ano 1, n° 6. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2004, p. 57 – 61.

MÁXIMO, João e DIDIER, Carlos. *Noel Rosa: uma biografia*. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1990.

MENDONÇA, Ana Rita. *Carmen Miranda foi a Washington*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

NOVAIS, Fernando A. (org.). *História da vida privada no Brasil*: - República: da Belle Époque à Era do Rádio. Vol. 3. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

PARANHOS, Adalberto. “Os desafinados do samba na cadência do Estado Novo”. In: *Nossa História*. Ano 1, n° 4. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2004, p. 16 – 22.

SANTA CRUZ, Maria Áurea. *A musa sem máscara –* a imagem da mulher na música popular brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos, 1992.

SEVERIANO, Jairo e HOMEM DE MELLO, Zuza.  *A canção no tempo –* 85 anos de músicas brasileiras. 1901 – 2957. Vol. 1. S. Paulo: Ed. 34, 2002.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo* (1930 – 1964). 12ª ed. Tradução de Ismênia Tunes Dantas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

SOUZA, Tarik de. *Carmen Miranda*. Rio de Janeiro: RCA/BMG. Sem data.

SOUZA, Tarik de e HOMEM DE MELLO, Zuza (org.) *História da MPB – grandes compositores*: Assis Valente. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

\_\_\_\_\_\_. *História da MPB – grandes compositores*: Wilson Batista. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

TINHORÃO, José Ramos. *História social da música popular brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Ed. 34, 2002.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. *Música popular – do gramofone ao rádio e tv*. São Paulo: Ática, 1981.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. *Música Popular: um tema em debate*. 3 ed. São Paulo: Ed. 34, 1998.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. *Pequena história da música popular*. S. Paulo: Círculo do Livro/Ed. Vozes. Sem data.

TOTA, Antônio Pedro. *O imperialismo sedutor*: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

WORMS, Luciana Salles e COSTA, Wellington Borges. *Brasil Século XX – ao pé da letra da canção popular*. Curitiba: Ed. Nova Didática, 2002.

VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

ZIRALDO. “Na rolança de Mário Lago”. In: *Bundas*. N° 32. Rio de Janeiro: Fernando Chinaglia. p. 7 – 13.

|  |  |
| --- | --- |
| Nome A AUTORIA FEMININA E A LITERATURA BRASILEIRA DO SÉCULO XIX:novas perspectivas sobre a literatura indianista e a representação do embate colonial | **A 003**  **Premiada** |
| Autora/o Anselmo Peres Alós |
| Orientadora/o: Profa. Dra. Rita Terezinha Schmidt |
| IES: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL |
| Cidade/Estado:Porto Alegre-RS |
| Outras Informações: Mestre e estudante de Doutorado. INSTITUTO DE LETRAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS Doutorando em Estudos de Literatura pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS |

**SUMÁRIO**

**1 INTRODUÇÃO:**

**revisitando o século XIX a partir de um outro lugar........................................03**

**2 A METÁFORA NACIONALISTA:**

***D. Narcisa de Villar*, de Ana Luísa de Azevedo Castro..................................................07**

**3 *GUPEVA*, DE MARIA FIRMINA DOS REIS:**

**interfaces com as narrativas de Castro e Alencar..........................................................13**

**4 CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

**reconsiderando a identidade nacional através de elementos trágicos..........................22**

**5 referências BIBLIOGRáficas.........................................................................27**

**1 INTRODUÇÃO:**

**revisitando o século XIX a partir de um outro lugar**

No cenário atual da teoria e da crítica, são constantes afirmações como “o sujeito está morto”, “as ideologias fracassaram”, ou ainda “a identidade está em crise”. Stuart Hall, em *As Identidades Culturais na Pós-Modernidade*, esclarece que, muitas vezes, tais críticas ao sujeito são lidas erroneamente: “um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a idéia que temos de nós próprios como sujeitos integrados” (Hall 2000:9).

Quando se fala em “morte do sujeito”, o que se pretende pôr em relevo é a falência de um conceito essencialista, de uma definição totalizante de sujeito. A noção de sujeito passa a ser vista não como portadora de uma essência imanente, transcendental e imutável, mas sim como uma instância que está permanentemente sendo redefinida a partir de suas múltiplas relações com a realidade e o mundo exterior. Assim, não é o sujeito enquanto categoria analítica, mas sim uma das definições dessa categoria - a que o descreve como uno, autônomo e centrado - que está sendo questionada e problematizada na cultura ocidental patriarcal, a saber: branca, masculina e heterossexual. No lugar deste sujeito uno e centrado que está sendo criticado, uma nova noção é instaurada: a de um sujeito enquanto posicionalidade; não um sujeito fixo e atrelado ao seu correspondente empírico, mas sim um sujeito entendido como uma entidade em luta e em conflito para ocupar determinadas posições sociais na vida cotidiana. Assim, a noção de sujeito deixa de estar engessada pelo caráter metafísico, essencialista e transcendental de sua definição, ao mesmo tempo em que deixa de ser um mero efeito de linguagem (um risco que se corre, muitas vezes, com algumas definições pós-estruturalistas), para ser definido como uma posição assumida por um indivíduo historicamente marcado em relação ao seu próprio agenciamento frente a determinadas demandas políticas e identitárias; não se pode negligenciar a importância da linguagem na configuração do sujeito, visto que toda a construção da subjetividade está por ela mediada.

Torna-se praticamente impossível pensar a categoria *sujeito* sem antes tocar nas questões em torno da ideologia e do discurso, categorias de extrema importância para compreender o descentramento do sujeito e a fragmentação das identidades culturais. Essas reflexões teóricas, por sua vez, se fazem pertinentes para o estudo de textos marginalizados, na medida em que os textos indianistas escritos por mulheres vão problematizar a construção de uma identidade nacional através do questionamento do *pluribus unum*, idéia que pauta o processo de fundação de uma identidade nacional. Assim, a leitura dos textos ficcionais de autoria feminina propõe a problematização das subjetividades representadas nos textos literários, dado que estes se configuram como narrativas a contrapelo, mostrando uma outra perspectiva, desautorizada, sobre a instauração da brasilidade dentro do projeto indianista.

*Ideologia*, tal como *sujeito*, é um conceito que vem sendo deveras questionado pelos diversos ramos das ciências sociais. Muitos, ao decretarem o fim das ideologias, decretam juntamente o fim da história, vista como a história da luta de classes. Ao ser definida como o conjunto de concepções sociais e culturais de um grupo social específico, em um determinado momento da sua evolução histórica, a ideologia torna-se um conceito totalizante. Perde-se de vista o fato de que, em um determinado período histórico, coexistem diversos outros constructos de concepções culturais, diversas *ideologias* paralelas à ideologia hegemônica, naturalizada como a única existente. O papel da ideologia é não apenas legitimar um determinado grupo social, mas legitimar como *unicamente* relevante e representativa a produção cultural e simbólica *desse mesmo grupo*: “a crítica marxista faz parte de um corpo mais amplo de análise teórica que tem por objetivo a compreensão das ideologias - as idéias, valores e sentimentos através dos quais os homens tomam consciência, em diversas épocas, da sociedade em que vivem. E algumas dessas idéias, valores e sentimentos só nos são acessíveis na literatura. Compreender as ideologias é compreender tanto o passado como o presente com mais profundidade” (Eagleton 1978:11). Sendo aqui o objeto de análise constituído por obras literárias, é importante percebê-lo não unicamente enquanto elaboração estética, mas antes, e principalmente, como *produção*, resultado do trabalho de forças produtivas, gerando valores que, por sua vez, passam a circular na forma de capital simbólico-cultural. A ideologia funciona como o conjunto de valores legitimadores da produção cultural.

Compreender a ideologia subjacente à formação do período literário brasileiro conhecido como indianismo contribui, assim, para a apreensão dos interesses que levaram tanto a uma representação estereotipada do brasileiro autóctone quanto à exclusão das *escritoras* do mesmo período. A *ideologia* revela-se um conceito-chave para refletir de que forma categorias como *raça* e *gênero* são manipuladas por ocasião da fundação da identidade nacional através do atrelamento do discurso literário aos interesses de manutenção de *uma* raça e de *um* gênero como legítimos dentro da criação literária da comunidade nacional brasileira: “As obras literárias [...] são formas de percepção, maneiras determinadas de ver o mundo e, como tal, têm relações com a forma dominante de ver o mundo que é a ‘mentalidade social’ ou ideologia de uma época. Essa ideologia é, por sua vez, produto das relações sociais concretas que os homens estabelecem entre si num tempo e lugar determinados; é o modo como essas relações de classe são sentidas, legitimadas e perpetuadas (Eagleton 1978:18).

Ao negar o estatutoda autoria às mulheres do século XIX, realiza-se um duplo movimento de exclusão no estabelecimento da categoria *brasileiro*: são apagadas as diferenças referentes às categorias identitárias de *gênero* e de *raça.* À mulher é negando o espaço de *produtora de capital simbólico*, enquanto ao índio é negado o próprio *status* de sujeito social ativo. Dadas as devidas proporções, mulheres e índios estavam submetidos a processos análogos de dominação: o patriarcalismo e o etnocentrismo. Ao pensar no romance indianista alencariano, as mulheres saltam a nossas vistas como importantes representantes do projeto de formação nacional: quem não se recorda das peripécias de Iracema, mãe do ilustre Moacir, o primeiro representante da raça cearence (e, por metonímia, da raça brasileira), ou da apaixonada Ceci, a civilizadora que retira o *bon sauvage* Peri de sua ignorância “natural” e o leva para os interstícios da cultura européia cravada no solo americano? A mesma Iracema salva o belo Martim e o guia pelas matas, ao passo que o bravo Peri salva sua amada do incêndio e do cruel Loredano. Faz-se urgente uma análise que torne visível os interesses políticos subjacentes à modulação do discurso no que tange à representação de raça e de gênero. Entenda-se aqui “político” na acepção dada por Eagleton, que afirma: “por ‘político’ entendo apenas a maneira pela qual organizamos conjuntamente nossa vida social, e as relações de poder que isso implica [...] Qualquer teoria relacionada com a significação, valor, linguagem, sentimento e experiência humanos, inevitavelmente envolverá mais amplas e profundas sobre a natureza do ser e da sociedade humanos, problemas de poder e sexualidade, interpretações da história passada, versões do presente e esperanças para o futuro” (Eagleton 1983:209-10).

O *gênero* é uma das noções de maior importância, tanto no momento em que se trabalha com o resgate de textos de autoria feminina quanto por ocasião da realização de uma reflexão crítica em torno desses textos. Ele diz respeito à construção social de papéis relativos a uma subjetividade masculina e a uma feminina, estabelecidas em um campo de representação simbólica, tal como define Jane Flax[[61]](#footnote-61) em “Pós-Modernismo e Relações de Gênero na Teoria Feminista”. Diz ela que: “as ‘relações de gênero’ são uma categoria destinada a abranger um conjunto complexo de relações sociais, bem como a interferir a um conjunto mutante de processos sociais historicamente variáveis. O gênero, tanto como categoria analítica quanto como processo social, é relacional. Ou seja, as relações de gênero são processos complexos e instáveis (ou ‘totalidades’ temporárias na linguagem da dialética) constituídos por e através de partes inter-relacionadas. Essas partes são interdependentes, ou seja, não têm significado ou existência sem as outras” (Flax 1991:228).

As análises literárias a partir de uma perspectiva feminista apóiam-se não apenas nas reflexões dos estudos de gênero; elas também levam em consideração elementos formais e estruturais do universo textual. É através da articulação de diferentes saberes produzidos em diferentes áreas de conhecimento, como a narratologia, a teoria feminista e a psicanálise, entre outros, que se torna possível pensar a literatura de um outro lugar, questionando os saberes cristalizados pela historiografia literária oficial[[62]](#footnote-62). O silenciamento da participação de mulheres, negros e índios no processo de constituição identitária nacional é operacionalizado a partir de dois movimentos distintos: exclusão da participação desses grupos como produtores de representações culturais (deslegitimação de autoria negra, indígena e/ou feminina), e construção de imagens estereotipadas desses sujeitos sociais no âmbito do capital simbólico produzido (a mulher passional, o índio travestido de cavalheiro romântico, o negro preguiçoso e indolente).

O primeiro momento do Romantismo no Brasil centrou seus esforços em produzir uma literatura genuinamente nacional. Ao mesmo tempo, foi o responsável por construir a nação brasileira como uma “comunidade imaginada”, nas palavras de Benedict Anderson, ou ainda como “um todo coeso e monolítico”, nas palavras de Edward Said[[63]](#footnote-63). A representação estereotipada do índio como naturalmente inferior, como besta selvagem necessitando de cultura e civilidade configura-se como uma necessidade para legitimar o “povo” brasileiro em seu caráter de identidade coletiva. Em minha leitura dos romances indianistas de autoria feminina, analiso de que forma o *pertencimento* social diferenciado das escritoras será refletido e refratado em sua produção literária. Dado o fato das mulheres estarem à margem enquanto produtoras de representações simbólico-culturais, a percepção destas em relação ao papel do índio (e das próprias mulheres) dentro do *script* narrativo indianista seria diferenciada daquela apresentada por escritores como José de Alencar?

**2 A METÁFORA NACIONALISTA:**

***D. Narcisa de Villar*, de Ana Luísa de Azevedo Castro**

O romance *D. Narcisa de Villar*, de Ana Luísa de Azevedo Castro, está entre os primeiros romances de autoria feminina publicados no Brasil. No mesmo ano de sua publicação (1859), foi publicado também o romance *Úrsula,* de Maria Firmina dos Reis. *D. Narcisa de Villar* circulou anteriormente à sua publicação em livro, na forma de folhetim, no jornal fluminense *A Marmota*, durante o período de 13 de abril a 6 de julho de 1858[[64]](#footnote-64). Não se sabe muito sobre a vida dessa escritora. Mesmo a sua data de nascimento não é dada como certa. Muzart (2000:250) aponta o ano de 1823, e o local mais provável seria a cidade de São Francisco do Sul, no Estado de Santa Catarina. A escritora faleceu no Rio de Janeiro, em 22 de Janeiro de 1869, com cerca de 46 anos.

Antecedendo a narrativa romanesca propriamente dita, há uma espécie de prólogo intitulado “Ao Público”. Assim como em vários outros romances brasileiros escritos por mulheres no século XIX, a escritora vem “rogar a benevolência daqueles que me lerem” (Castro 1990:9). Da mesma maneira como o faz Maria Firmina dos Reis em *Úrsula[[65]](#footnote-65)*, a autora de *D. Narcisa de Villar* traz, antecipando seu texto ficcional, um pedido de desculpas pelo pecado que está cometendo: o de, em um universo de *homens*, ousar a escrever, sendo *mulher.* Esse tipo de “prefácio” - típico tanto em termos de forma quanto em termos de conteúdo nos romances escritos por mulheres no século XIX - mostra que Castro e dos Reis, como muitas outras escritoras da época, manifestavam consciência das condições sociais às quais as mulheres escritoras oitocentistas estavam submetidas no Brasil: a de não-reconhecimento do *status* autoral dos seus escritos, não legitimando assim a incorporação de tais obras no elenco de representações sócio-culturais constitutivos do imaginário nacional.

O enredo de *D. Narcisa de Villar*, se observado de uma forma pouco atenta, soa como tipicamente indianista: trata do embate colonial entre duas civilizações distintas: a portuguesa colonizadora, de um lado, e a indígena autóctone brasileira, de outro. Entretanto, o desenvolvimento dos fatos se dá de forma diferenciada, se comparado ao típico *script* narrativo dos romances alencarianos. A narrativa de Castro desenvolve-se da seguinte forma: D. Narcisa, ainda criança e em Portugal, perde os pais e se vê obrigada a deixar as terras lusitanas e viajar para o Brasil, com vistas a viver com os seus irmãos. Logo no primeiro capítulo, há uma passagem na qual a narradora descreve o caráter despótico já referido dos irmãos de D. Narcisa: “estes governadores [os irmãos de Narcisa], usando quase sempre de um poder despótico, os únicos sentimentos que despertavam nesses espíritos tão impressionáveis que podiam fazer voltarem-se facilmente ao bem, eram os da aversão e vingança. A iníqua opressão e torpe injustiça que quase geralmente era exercida contra essa pobre gente, cimentavam com incremento fatal esse ódio terrível, cujo amargor devia legar em herança a suas futuras gerações, esse povo então na infância dos costumes” (Castro 1990: 23-4).

Tendo em mente que esse trecho se detém na descrição dos irmãos de Narcisa (D. Martim, D. Luís e D. José de Villar), nota-se de imediato que a voz narrativa se mostra acumpliciada com a visão marginal, não se subordinando ao signo colonial português; ao contrário, se coloca desde o início da narrativa *contra* tal signo. Passada a infância de D. Narcisa, continua ela sob a guarda dos irmãos, que se mantêm emocionalmente distantes; as únicas pessoas que estão realmente próximas de D. Narcisa são a velha Efigênia e Leonardo, filho da primeira. Efigênia é uma serviçal da família de Villar, e Leonardo é o seu único filho. Leonardo e Narcisa crescem juntos, e a jovem portuguesa passa sua infância entre brincadeiras e lições religiosas dadas a Leonardo. Em um dado momento, D. Narcisa bruscamente se depara com a realidade: a de que sua infância terminou. É neste momento que os irmãos de D. Narcisa comunicam-lhe sua decisão: ela deverá casar-se com o coronel Pedro Paulo, rico fidalgo português. Nessa ocasião desperta a paixão entre Narcisa e Leonardo. Declaram simultaneamente seu amor e decidem não se subordinar à decisão dos irmãos D. Martim, D. Luís e D. José de Villar. No momento da cerimônia de casamento, Leonardo seqüestra Narcisa e, em uma canoa, ambos fogem para a Ilha do Mel. Abrigados em uma gruta na ilha, são encontrados e assassinados pelos perseguidores. Antes da morte de Leonardo e Narcisa, Efigênia revela a todos que Leonardo é filho de D. Luís, um dos irmãos de D. Narcisa. Portanto, antes do assassinato, o idílio é mostrado como incestuoso, visto que Leonardo e Narcisa têm o mesmo sangue.

Ana Luísa de Azevedo Castro, rompendo com a suposta neutralidade do narrador romanesco, desloca o *locus* de enunciação da voz narrativa ao declinar sua narradora no feminino. Ao filiar a instância enunciativa marcada pela diferença, recuperando aquilo que foi apagado e que Bhabha identifica como *o sinal de menos na origem*, justificando a emergência de suplementos que vão dar conta dessa subtração: obtém-se um resultado que, contrariando a lógica matemática, não apenas acrescenta, mas altera e desestabiliza o cálculo. Em outras palavras, a restituição do estatuto de sujeito a uma narradora marcada pelo gênero, não apenas a possibilidade da voz feminina “narrar a nação” está sendo restituída: a própria articulação de saberes construídos a partir desse silenciamento reemerge dsestabilizando o conhecimento a respeito da literatura indianista novecentista[[66]](#footnote-66). Ao recuperar a perspectiva das mulheres dentro da narrativa indianista, Castro denuncia a violência do processo colonial, pois a voz narrativa está inscrita no gênero pelo pertencimento e pela afiliação solidária ao índio. Deslocando a perspectiva narrativa, Castro recupera as diferenças de raça e de gênero apagadas no processo de constituição do imaginário formativo da nacionalidade. A violência do processo colonial é levantada no âmbito da enunciação narrativa: ao invés de bravos colonizadores europeus, os portugueses são descritos como “fascinorosos saídos das cadeias de Lisboa, que vinham povoar as colônias [...] suplantando toda a sombra de civilização que não podia medrar sem religião. Por isso vemos até hoje muitas de nossas vilas e cidades tão antigas na história e tão retrógradas no engrandecimento” (Castro 1990:23-4).

Ao mostrar uma nova perspectiva sobre o embate entre o colonizador português e os americanos autóctones, a escritora questiona a construção de uma identidade brasileira através da miscigenação. No lugar de um idílio que terminaria com o nascimento de um representante mestiço, como em *Iracema*, de José de Alencar, no qual Moacir perde todas as marcas de pertencimento à raça da mãe, e herda o legado branco e falocêntrico do pai, Castro desconstrói e subverte o mito do idílio indianista, dando um desfecho trágico ao amor de Leonardo e D. Narcisa.

No romance alencariano *O Guarani* (1857), há um par idílico que lembra os protagonistas de *D. Narcisa de Villar*: uma relação amorosa estabelecida entre um homem índio e uma mulher branca. Entretanto, o desenrolar do enredo é complacente com o ideal preconizado pelo *script* narrativo indianista: dada a impossibilidade da relação entre uma branca, por ser mulher em uma sociedade na qual o sujeito de direito é, por excelência, o homem, e um índio, raça inferior, premiada com a camaradagem dos brancos quando é um “índio bom”, e com a morte quando contraria ou questiona o *status quo*, a solução que Alencar encontra para *O Guarani* é uma união que culmina com uma morte simbólica e purgatória, na medida em que representa o indígena como um selvagem que aceitou a salvação cristã e a mulher como uma dama virtuosa que preserva sua castidade até o momento em que isso se torna impossível: o momento da morte na cachoeira. Ainda que se possa deduzir uma possível união amorosa entre Peri e Ceci, é somente em *Iracema* que Alencar vai metaforizar a raça cearense, representando metonimicamente a identidade nacional brasileira, como o resultado da união da raça branca com a raça indígena. *Iracema*: dama a ser amada e possuída, mero objeto a ser apreciado pelo sujeito desejante masculino.

Via de regra, em praticamente toda a produção literária do século XIX, a relação que se estabelece entre indivíduos de diferentes raças (mulher branca e homem indígena) resulta em um casamento infecundo, sem filhos, enquanto a união entre homem branco e mulher índia resulta em um filho que herda do pai o poder patriarcal, garantindo a manutenção do quadro de dominação colonial como em *Iracema*[[67]](#footnote-67). Ao contrário da relação que se desenvolve entre Martim e Iracema, o romance de Castro traz um amor que não se concretiza, no qual a união se dá alguns minutos antes da morte, apontando para um final trágico. O idílio de D. Narcisa e Leonardo não é compatível com o projeto nacional etnocêntrico dos *bravos colonizadores portugueses*. Isso porque, dentro do ideário colonial, a genealogia era terminantemente patrilinear; a consumação do amor entre um índio e uma branca não tinha legitimidade dentro do processo romântico de constituição nacional porque não gerava uma descendência vinculada ao colonizador. Embora a mulher branca não esteja excluída de tal processo, sua participação - tal como ocorre em *O Guarani -* restringe-se à instância reprodutiva.

Essa incompatibilidade entre o idílio consumado e o processo de constituição nacional está marcada pela origem dos enamorados. Leonardo é um bastardo, filho de Efigênia e D. Luís, um dos irmãos de D. Narcisa. Essa, sendo mulher, é também despoticamente colonizada e silenciada. Mesmo sendo portuguesa, portanto, pertencente à esfera do colonizador europeu, a condição feminina a torna subordinada aos desígnios dos irmãos. Enquanto *Iracema* traz essencialmente a romanticização do idílio, *D. Narcisa de Villar* traz uma narrativa na qual o violento drama do encontro amoroso entre as duas raças é levado ao extremo. Em Castro o idílio não é a origem da “raça” cearence, tal como pode ser visto em Alencar, mas a metáfora *par excellence* para denunciar a ideologia do discurso colonial, e sua violenta investida. Assim, afirma-se o caráter *trágico[[68]](#footnote-68)* de *D. Narcisa de Villar.*

Ao inverter o binômio idílico índia/colonizador alencariano (representado por Iracema e Martim), e deslocá-lo colocando uma branca expatriada e um Leonardo mestiço e bastardo, fruto da profanação da mulher autóctone pelo colonizador português, a autora mostra que a participação da mulher branca no processo de construção mítica da raça brasileira está limitada ao fornecimento de herdeiros legítimos para o opressor português, enquanto os “frutos” do sofrimento das iracemas americanas estão condenados a servirem a seus pais-senhores, como índios um pouco mais civilizados, batizados e aculturados, como é posto por Alencar ao final de *Iracema:* “muitos guerreiros de sua raça acompanharam o chefe branco [Martim], para fundar com ele a mairi *dos cristãos*. Veio também um sacerdote de sua religião, de negras vestes, para plantar a cruz na terra selvagem. Poti foi o primeiro que ajoelhou aos pés do sagrado lenho; não sofria ele que nada mais o separasse de seu irmão branco**.** *Deviam ter ambos um só deus, como tinham um só coração.*Ele recebeu com o batismo o nome do santo, cujo era o dia; e o do rei, *a quem ia servir*, e sobre os dois o seu, *na língua dos irmãos*” (Alencar [s.d.]:96 - grifos meus). Através de um discurso que constrói o índio como besta a ser civilizada e a mulher como apenas um ventre fértil ou fonte extra de custos, vê-se que não apenas*o espaço físico nacional* foi colonizado, mas também a subjetividade do índio e da mulher. Mesmo o nome de origem de Poti é *traduzido*, de forma a romper com todos os vínculos do índio com sua antiga raça.

A representação da natureza no romance de Castro é um outro dado importante, que diz muito sobre a perspectiva adotada para narrar o processo romântico de construção da brasilidade. Para fazer o contraponto com *D. Narcisa de Villar*, tome-se novamente o *Iracema*. Em Alencar, podemos ler: “o galo da campina ergue a poupa escarlate fora do ninho. Seu límpido trinado anuncia a aproximação do dia. Ainda a sombra cobre a terra. Já o povo selvagem colhe as redes na grande taba e caminha para o banho. O velho pajé que velou toda a noite, falando às estrelas, conjurando os maus espíritos das trevas, entra furtivamente na cabana” (Alencar [s.d.]:22). Alencar usa os trechos descritivos, nos quais retrata as paisagens selvagens, para exaltar a nação através de sua exuberante natureza. A mestiçagem (ou melhor, o branqueamento do índio) é uma necessidade para que se possa asseverar uma origem para o povo brasileiro. A marcação de uma matriz autóctone não legitima apenas a raça brasileira, mas também a função do colonizador português, que é a de “civilizar” o índio. A descrição da natureza em Alencar não apenas marca a barbárie na qual estão imersos os índios, mas também enobrece o caráter soberano da nação brasileira através da vitória do homem branco sobre o espaço “selvagem”, em um momento essencial para a construção da identidade da nação brasileira.

*D. Narcisa de Villar*, diferentemente de *Iracema*, traz uma representação da natureza que não tem nada do ideal edênico do qual nos fala Sergio Buarque de Holanda em *Visão do Paraíso*[[69]](#footnote-69). Ela não está lá simplesmente para legitimar um projeto nacional identitário através da construção do espaço narrativo. A natureza descrita por Castro é a natureza dionisíaca, noturna, uma instância que se opõe aos protagonistas do idílio, mostrando-se não como provedora amistosa, mas como espaço trágico, como pode ser visto no momento em que a narradora descreve a gruta onde Leonardo e D. Narcisa se escondem dos perseguidores: “o teto era um grosso rochedo que parecia tão estável e seguro, que não se abalaria mesmo com as águas do dilúvio.*Quando o mar enchia demasiado, lavava todo o interior*, e o limo que ali deixava alimentava esse musgo sempre verde, que tapisando esse belo pavimento, encantava como um felpudo tapete à vista do observador. Os pássaros aquáticos escolhiam essa caverna para abrigar sua tenra prole” (Castro 1990:69 - grifo meu). Mesmo no momento em que a narradora descreve o refúgio dos enamorados, Castro faz questão de marcar o caráter violento e ctônico da natureza. A gruta, espaço de refúgio utilizado tanto pelos amantes em fuga quanto pelas aves aquáticas, é periodicamente invadido pelas violentas ondas do mar. Ao contrário dos pássaros que sofrem apenas com a ameaça marinha, Leonardo e D. Narcisa sofrem com a opressão humana: aquilo que aparentemente é um refúgio seguro se torna, na cena final do romance, o altar sacrificial dos enamorados pelos irmãos de Narcisa. Os pássaros são utilizados por Castro para marcar não a beleza oculta da selva, mas sim os prenúncios de mau agouro. Alencar, pelo contrário, utiliza a figura dos pássaros para colocar um colorido no quadro selvagem: “o galo da campina ergue a pompa escarlate fora do ninho. Seu límpido trinado anuncia a aproximação do dia” (Alencar [s.d.]:22).

**3 *GUPEVA*, DE MARIA FIRMINA DOS REIS:**

**interfaces com as narrativas de Castro e Alencar**

Diferentemente do que aconteceu com Ana Luísa de Azevedo Castro, boa parte do percurso da vida de Maria Firmina dos Reis pôde ser levantado por alguns pesquisadores que se detiveram sobre sua singular atuação nas letras e na educação. Em 11 de outubro de 1825, nasce Maria Firmina, mulata e bastarda, filha de João Pedro Esteves e Leonor Felipe dos Reis, na Ilha de São Luís, Maranhão. Em 1847, foi aprovada no concurso de Instrução Primária no município de Viamão, e ali exerceu a profissão, como alfabetizadora, de 1847 a 1881. Em 1859 publicou o romance *Úrsula*, primeiro romance abolicionista da literatura brasileira, e um dos primeiros de autoria feminina a ser publicado no Brasil. Entre outras narrativas de sua autoria, há o registro do conto “A Escrava”, de 1887. Publicou várias poesias esparsas em jornais e, em 1871, vem a lume *Cantos à Beira-Mar* (reproduzido em fac-símile por Moraes Filho em 1975[[70]](#footnote-70)).

Maria Firmina dos Reis não se destacou apenas pela sua produção literária e musical (há pelo menos cinco composições suas das quais se tem registro[[71]](#footnote-71)), mas também por sua atuação social como educadora. Em 1880, fundou uma escola gratuita mista, o que causou escândalo na época, obrigando-a a fechar seu estabelecimento dois anos e meio depois de sua abertura. Zahidé Muzart escreve: “o fato de ter fundado a primeira escola mista do país mostra as idéias avançadas de Maria Firmina para a época. Pense-se no tipo de educação que recebiam as meninas no século XIX: leitura, com o objetivo religioso, bordado, piano e para algumas o ensino do francês, língua da sociedade!” (Muzart 2000:265).

O abolicionismo é praticamente um *leitmotiv* na produção dessa escritora. Entretanto, *Gupeva* destaca-se muito mais pelo diálogo estabelecido com a tradição indianista brasileira do que pelo acento abolicionista. Este romance apresenta um complexo e imbricado enredo, com várias referências a representações de indígenas na tradição literária brasileira: o próprio nome *Gupeva* tem como origem o poema *Caramuru*, de Santa Rita Durão. Ainda que Zahidé Muzart tenha realizado um trabalho de inegável monta, questiono a validade de algumas das afirmações que esta realiza no verbete que dedica a Maria Firmina dos Reis em *Escritoras Brasileiras do Século XIX[[72]](#footnote-72)*. Muzart afirma: “*Gupeva* é o tipo de narrativa desastrada tais os erros de enredo que apresenta” (2000:267). Mais adiante, declara enfaticamente: “até o resumir se torna complicado! De quebra, também aparece, em rápido close, a índia Paraguaçu! Um romance esquecido e que, parece-me, assim ficará” (Muzart 2000:268). Por fim, ao comentar o conto “A Escrava”, Muzart tece o seguinte julgamento: “mais bem construído que *Gupeva*, ainda assim não apresenta o mesmo interesse do romance *Úrsula*, de longe a melhor narrativa escrita por Maria Firmina” (2000:268). Ainda que, em um primeiro momento, possa parecer que a pesquisadora tenha inventariado uma espécie de “hierarquia” das narrativas da escritora maranhense, torna-se visível um problema freqüentemente presente dentro das pesquisas de resgate envolvendo os escritos de mulheres do século XIX: a questão do valor literário. Ainda que não seja o foco principal da presente análise, a questão do valor literário será retomada por ocasião das considerações finais. Uma afirmação valorativa como estas de Muzart não estariam reproduzindo o mesmo discurso exclusionista que manteve as 52 escritoras resgatadas pela antologia no silêncio e no esquecimento?

*Gupeva* veio a público pela primeira vez no jornal *O Jardim dos Maranhenses* entre 1961 e 1962. Em 1963, o folhetim de Maria Firmina dos Reis é republicado duas vezes: uma no jornal *Porto Livre*, outra no jornal *Ecos da Juventude.* Depois disso, somente veio a ser reeditado a partir da transcrição que Moraes Filho fez dele em seu *Maria Firmina: fragmentos de uma vida*, em 1975. *Gupeva* é uma narrativa dividida em cinco capítulos. Partindo da informação de que foi publicado pela primeira vez em folhetim, pode-se supor que essas cinco partes são relativas a cinco números distintos de *O Jardim dos Maranhenses*, dado que - via de regra - a divisão em capítulos dos romances publicados em folhetim obedecia a este critério. Se tal hipótese for verdadeira, fica uma dúvida em suspenso: por que a narrativa de Maria Firmina dos Reis se estendeu apenas por cinco números? Pense-se, por exemplo, nos longos períodos que os folhetins de Alencar e outros escritores românticos levavam para ser concluídos. Torna-se possível levantar duas hipóteses: ou a obra não foi bem recebida pelo público, ou a escritora foi impedida de estender sua narrativa, sendo obrigada a finalizá-la antes do momento em que havia previsto. Dado que, no ano seguinte ao final de sua primeira publicação, dois outros jornais, *Porto Livre* e *Eco da Juventude*, republicaram a narrativa, penso que a segunda hipótese seja verdadeira. Entretanto, tal questão demanda uma investigação mais aprofundada, que abarcasse, o cotejo dessas três versões nos jornais de época, o que poderia eventualmente contribuir significativamente para estudos avançados sobre a produção da escritora.

A narrativa inicia-se com o jovem Gastão apoiado em seu navio, portando um olhar triste que desperta o interesse de um outro jovem oficial, chamado Alberto. A ênfase da narração recai sobre o semblante de Gastão, que deixa transparecer saudade e melancolia: “Seus olhos ardentes pareciam querer divisar através dessas matas ainda quase virgens um objeto qualquer. Sem dúvida nesse lugar outrora solitário, hoje populoso e civilizado, havia alguma coisa que o mancebo amava mais que a vida, em que fazia consistir a toda sua felicidade, resumia todo o seu querer, todas as suas ambições, toda a sua ventura” (dos Reis 1975:105). A partir do diálogo travado entre os oficiais Gastão e Alberto surge o cerne da narrativa: o amor entre o jovem francês (Gastão) e uma brasileira (a jovem índia de nome Épica). O jovem Gastão encontra-se à beira da loucura, pois chega mesmo a pôr em risco as possibilidades de ascensão na carreira militar em prol dos sentimentos que cultiva pela jovem indígena brasiliense. Ainda nesse diálogo, os dois personagens são pintados com cores nacionais: o temperamento de Gastão, impetuoso e apaixonado, é associado à sua origem francesa, enquanto o ponderado e racional Alberto se coloca como um representante do típico pensamento português. O fato de Gastão ser um francês em uma barco português pode ser interpretado como a saída encontrada por Maria Firmina para desassociar o personagem masculino do “romance-fundador”, o qual marca os portugueses como colonizadores: “Alberto, tu não és francês, o teu clima cria almas intrépidas, corações fortes ou rudes, ardendo sempre mas em fogo belicoso: o sangue que herdaste de teus avós gira em teu peito como ambição de glória, de renome; são nobres as tuas ambições, eu as respeito; porém as minhas são destituídas de toda a vaidade [...] - Todos nós, lhe disse Alberto, temos a nossa hora de loucura; também o português, meu caro, a experimenta às vezes, não obstante como dizes, o nosso clima gera corações mais rudes; mas, Gastão, teus pais! Queres acaso afrontar a maldição paterna?” (dos Reis 1975:07).

Gastão solicita então, ao final de sua conversa com Alberto, que este tome seu lugar, visto que o jovem francês deveria fazer a guarda da embarcação durante à noite, pois Gastão havia marcado um encontro em terra com Épica. A fala de Alberto, ao aceitar a substituição de posto, marca o que poderia ser chamado de um momento divisor de águas na narrativa: “compreendo-te! Gastão, o teu delírio, meu caro, te faz ingrato. És surdo a minha voz sensível aos extremos da amizade... Vai, Gastão, vê essa mulher que te fascinou, como fascinam as cobras de seu país a míseros pássaros. Tu também és um pássaro, nascido em regiões estranhas, que levantaste o teu vôo, atravessaste os mares, e posaste amoroso nas franças do pau d’arco americano; Gastão, não te deixes atrair da serpente venenosa; goza um momento disso, a que chamas a tua felicidade; mas desprende novamente o vôo” (dos Reis 1975:108).

Em sua fala, Alberto prenuncia perigos obscuros através de metáforas, tais como a associação de Épica às cobras que fascinam os pássaros para depois devorá-los, e de Gastão com os pássaros hipnotizados: “tu também és um pássaro, nascido em regiões estranhas” (dos Reis 1975:108). A partir dessa fala, a voz narrativa não mais pintará os aspectos paradisíacos do Brasil[[73]](#footnote-73); ao contrário, a natureza será apresentada como cenário funesto e ameaçador, prenunciando perigos e desgraças, tal como em *D. Narcisa de Villar.*

Em terra finalmente, o jovem Gastão vai ao encontro de sua amada, Épica, em mata fechada. A noite cai e a atmosfera começa a dar mostras de que uma tempestade se aproxima. “Havia um negrume espantoso, porém a natureza ainda estava calma; a tempestade que ameaçava não prometia ser breve” (dos Reis 1975:110). A tempestade, que também está presente na narrativa de Castro, é como um verniz que embota a paisagem: esta deixa de ser um espaço paradisíaco, para dar lugar, sob os auspícios da tempestade, ao palco trágico do desfecho idílico. Finalmente o jovem francês chega a um bosque solitário e ermo onde aguardava sua amada. Tenso, Gastão aguarda e, enquanto aguarda, entrega-se à meditação. Refletindo sobre o amor e a morte chega à conclusão de que “do mundo só almejava uma coisa, uma somente, do mundo ele só queria aquela mulher, que ele aguardava com frenesi, aquela mulher, que ela aguardava com delírio, que idolatrava loucamente. Por ela Gastão daria toda a sua vida, todo o seu sangue, sua alma, seu sossego, toda a felicidade de um futuro, que se lhe antolhava risonho” (dos Reis 1975:111).

Em meio aos seus pensamentos, Gastão é assaltado por um ruído da mata que o desperta novamente para o mundo. Surpreso e assustado, frente a frente com um homem desconhecido, Gastão ouve a pergunta: “- quem sois?” (dos Reis 1975:111). Tentando identificar o vulto, Gastão repete a pergunta, e ouve como resposta “eu sou tupinambá [...], sou o cacique desta tribo, sou finalmente o pai de Épica. Isto espanta-vos?” (dos Reis 1975:111) Desembainhando sua espada, Gastão arremessa-se contra o cacique. Ao ouvir as seguintes palavras, entretanto, o jovem francês domina seus ímpetos e ouve o cacique: “esperai, mancebo, esperai, lhe disse o índio, juro-vos por Tupã que hei de matar-vos ou morrer às vossas mãos, e isto antes do meio giro da lua; porque a essa hora Épica, a inocente Épica, virá louca, correndo ao vosso encontro, e só um de nós a deve receber. Se fordes vós ao menos eu não testemunharei semelhante aviltamento” (dos Reis 1975:112).

O velho começa então, sua narrativa. Há muitos anos, no mesmo bosque no qual agora se encontravam o cacique tubinambá e o jovem francês, um velho cacique, acompanhado de um jovem índio chamado Gupeva, despedia-se de sua filha. Esta havia sido eleita por Paraguaçu, entre outras filhas de caciques, para acompanhá-la à França, onde Paraguaçu seria batizada, tomando como madrinha Catarina de Médices (*sic*). O velho cacique, assim como Gupeva (ao qual a jovem estava prometida em casamento) que o acompanhava, chorava por causa da despedida, mesmo sendo a ausência da jovem donzela, de nome Épica, relativamente curta[[74]](#footnote-74). O velho pai de Épica, cegado pelos anos, demandava-lhe insistentemente se sua filha havia retornado. Ao ouvir o não do jovem guerreiro, seguia cabisbaixo, torturado por suas saudades. O jovem guerreiro, que tinha plena certeza do retorno breve de Épica, começa também a se angustiar com a espera. Até que, finalmente, um navio chega trazendo Paraguaçu e Épica de volta para o Brasil. Ambos vão saudá-las e, enquanto o velho cacique, cego, chora emocionado por ter sua filha de volta, um outro sentimento toma conta do jovem guerreiro que o conduz ao encontro da filha: “Épica, a jovem índia, trajava ricos vestidos à européia. Apertava-lhe a cintura delgada, e flexível, como a palmeira do deserto, um cinto negro de veludo, e as amplas dobras do seu vestido branco envolviam-lhe corpo mimoso, delgado, como a haste da açucena à beira-rio. As tranças negras de azeviche, que lhe molduravam as faces aveludadas, eram aqui e ali entremeadas de flores artificiais. Era todo artifício aquele trajar até então desconhecido do moço índio; ele sentiu repugnância em ver aquela que era tão simples no meio da solidão, ornar-se agora de trajes, que faziam desmerecer sua beleza e seus encantos” (dos Reis 1975:114).

A risonha esposa de Caramuru, a Paraguaçu, chega ao Brasil com o semblante pleno de saudades da terra natal; atrás dela vinha Épica, sem entusiasmo e calada. A jovem Épica abraça o pai, mas continua muda. A pedido de seu pai, ela volta o olhar ao seu prometido, e no mesmo instante se desfaz a má impressão que as vestes à européia lhe tinham causado. Chega então o dia do casamento de Épica e do jovem guerreiro. Dado que Épica, juntamente com Paraguaçu, havia sido batizada e convertida ao cristianismo, a cerimônia de casamento é celebrada por um sacerdote cristão, e o jovem guerreiro converte-se também. Ao final da cerimônia, quando falta apenas o “sim” de Épica para finalizar a união, esta cai desmaiada. Quando esta volta a si, Épica confessa a Gupeva que se apaixonara por um homem na França: “- Gupeva, eu cometi uma falta, que mais tarde deveria cobrir de opróbio o homem que me recebesse por esposa. O amor não prendeu o coração do conde, ele esqueceu os extremos de meus afetos, e desposou uma donzela nobre de sua nação, sem sequer comover-se das minhas lágrimas” (dos Reis 1975:117).

Quando Épica descobriu o amor do conde por outra mulher, já trazia em seu ventre um filho. Apesar de toda a dor, o velho Gupeva decide tomar conta do fruto do ventre indígena profanado pelo homem europeu. Gupeva batizou a jovem nascida do encontro da índia e do conde de Épica, tal como a mãe. A filha de Épica e do conde, adotada e batizada por Gupeva, é a jovem pela qual Gastão se apaixonou. Nesse momento, Gastão empalideceu. Reconheceu na figura do conde descrito por Gupeva o seu próprio pai. Gupeva, acusando Gastão de infame ao declarar-se “o filho do sedutor de vossa esposa” (dos Reis 1975:118), fere de morte o jovem francês. Desta forma, a paixão de Gastão por Épica se configura duplamente como destinada ao trágico: primeiramente, pela fronteira racial, o que deslegitima a união frente aos valores europeus; finalmente, por estar esse amor sob as marcas do incesto, visto serem Gastão e Épica meio-irmãos. Diferentemente do *Édipo-Rei* de Sófocles, a união incestuosa não se concretiza, sendo Gastão punido com a morte antes da união consumada com Épica.

Nesse momento, Épica entra em cena, e ao ver seu amado estirado ao chão, pergunta a Gupeva porque assassinara seu amado. Prostrado, Gupeva nada diz. A jovem índia joga-se sobre o corpo inerte do amado que, segundos antes da morte, ainda tem fôlego para falar; “Épica, eu sou teu irmão...” (dos Reis 1879:119). O dia amanhece e Alberto, pressentindo terríveis acontecimentos, comunica ao comandante do navio sua preocupação. Um grupo sai do navio em missão de busca e, ao chegar ao bosque, depara-se com uma cena terrível: “sentado no tronco de uma árvore estava um velho tupinambá; brandia em suas mãos um tacape ensangüentado; a seus pés estavam dois cadáveres!... reclinadas ambas as faces para a terra, Alberto não pôde reconhecer seu amigo senão pelo uniforme da marinha, que o sangue tingira, e que as águas, que se desprenderam à noite, haviam ensopado e enxovalhado. O outro cadáver era o de uma mulher... Bela devia ser ela, porque seus cabelos longos, e ondeados, fáceis aos beijos da viração da tarde, esparsos assim sobre o seu corpo, davam-lhe o aspecto de uma Madalena” (dos Reis 1975:120). Ao contemplarem tal quadro, Alberto e seus companheiros providenciam sepultura para os dois jovens. A semelhança entre ambos é tanta que mesmo Alberto observa que só poderiam ser irmãos, tão parecidos eram. Apenas quando finalizam o improvisado rito fúnebre é que se lembram do velho; ele está morto estirado ao chão. Enquanto o velho Gupeva brandia enlouquecidamente seu tacape, comemorando enlouquecido a sua vingança contra o filho do sedutor de sua prometida, o mesmo lhe escapa das mãos, ferindo-o de morte.

Como já foi visto por ocasião da análise do romance *D. Narcisa de Villar*, as estratégias narrativas são cruciais para se dar voz aos personagens com filiações de raça e gênero destoantes da matriz hegemônica de identidade nacional. Castro manipula elementos formais que extrapolam o universo diegético no qual a narrativa se desenvolve, pois cria uma ruptura metaléptica entre um primeiro nível diegético (a história que deu origem à lenda da Ilha do Mel), e um outro, extradiegético, que dá conta de explicitar ao leitor o porquê de se estar contando essa história. Maria Firmina dos Reis, ao invés de operacionalizar uma voz narrativa branca que se dispõe a registrar um relato oral, utiliza estratégias de encaixe narrativo sem, no entanto, extrapolar o espaço no qual as ações acontecem. Através da voz de Gupeva, Maria Firmina realiza a volta a um tempo passado, anterior ao presente narrativo, possibilitando o acesso a eventos anteriores e a compreensão de eventos aparentemente sem sentido através de uma relação causal estabelecida entre o passado e o presente enunciativo da narrativa[[75]](#footnote-75).

No Capítulo XI da *Poética*, Aristóteles detém-se sobre os elementos da ação trágica complexa: a *peripécia*, o *reconhecimento* e a *catástrofe* (esta última também conhecida como *acontecimento patético*). A peripécia é definida como “a mudança da ação no sentido contrário ao que foi indicado” (Aristóteles [s.d.]:255), ou seja, o momento no qual há uma inversão no encaminhamento dos acontecimentos, de forma a conduzir o desenvolvimento da ação para o final trágico. Normalmente, a chave que desencadeia a peripécia é a *hybris*, a desmedida, o momento no qual o herói trágico ultrapassa o *métron*, a medida de sua própria humanidade. O reconhecimento, “como o nome indica, faz passar da ignorância ao conhecimento, mudando a amizade em ódio ou inversamente nas pessoas votadas à felicidade ou ao infortúnio” (Aristóteles [s.d.]:255); é o momento no qual o enredo trágico é evidenciado e, muitas vezes, é aí onde o herói toma conhecimento de sua própria desmedida: “O mais belo dos reconhecimentos é o que sobrevém no decurso de uma peripécia” (Aristóteles [s.d.]:255). Finalmente, o acontecimento patético é o resultado de “uma ação que provoca a dor ou o sofrimento, como as das mortes em cena, das dores agudas, dos ferimentos e outros casos análogos” (Aristóteles [s.d.]:255). É em função da *nêmesis*, (a vingança divina), que se segue à *hybris* como punição, que o acontecimento patético surge e explicita sua função trágica: reestabelecer uma ordem transcendental que foge ao conhecimento dos personagens trágicos.

Pode-se identificar, dentro das narrativas indianistas aqui analisadas, a presença dos elementos da ação complexa sistematizados por Aristóteles. Tanto Castro quanto dos Reis utilizam-se de um esquema que salienta o caráter trágico do encontro entre duas raças. As narrativas de ambas as escritoras, se em um primeiro momento lembram o *script* narrativo alencariano, em seguida deslizam para um outro esquema narrativo, no qual os traços trágicos dão uma nova significação para a impossibilidade de um amor realizado entre dois sujeitos coloniais pertencentes a raças diferentes. Como afirma Lesky, “com o adjetivo ‘trágico’ designamos uma maneira muito definida de ver o mundo” (Lesky 1990:21).

A peripécia em *D. Narcisa* é o momento no qual seus irmãos decidem entregá-la aos cuidados de um coronel português, com vistas a manter a herança nas mãos dos três irmãos, e ainda acrescentar algum capital a título de dote. Tal peripécia inverte o rumo dos acontecimentos (até aqui era possível supor que havia a possibilidade do amor entre Narcisa e Leonardo), levando à fuga dos enamorados, a perseguição e finalmente o assassinato dos amantes pelos irmãos de Narcisa, um acontecimento patético nos termos em que Aristóteles postulou: “Ah! exclamou a moça exaltando-se: não me consultaram; sou eu a única que tudo ignoro de um fato que sabe-lo-á talvez até o mais obscuro dos criados que me servem, porque dispuseram de mim um fardo, que se mercadeja!... Se querem agora a minha presença, é para que o comprador veja melhor a qualidade do estofo que ajustou pelo preço que se chama dote! Ah! e querem, depois de toda esta profanação do mais sagrado de todos os atos da vida da mulher, que haja casamentos felizes?... Irrisão!...” (Castro 1990:49).

Finalmente, há o reconhecimento: Efigênia revela que Leonardo é primo-irmão de Narcisa: “viu-se então entrar pela gruta uma mulher alta [Efigênia], de braços nus, toda desgrenhada, e cujos vestidos molhados estavam na maior desordem. - Suspende, monstro! disse ela encarando o assassino com majestade; não cometas um novo crime, não mates teu filho!... - Meu filho?!... respondeu, levantando-se, D. Luís” (Castro 1990:77). Em *Gupeva*, a presença dos traços trágicos também ocorre: no momento em que Gastão vai ao encontro de Épica, depara-se com Gupeva. Após o conflituoso encontro, Gupeva começa a relatar sua história (Capítulo III). Ao terminá-la, a possibilidade do incesto desvela-se (reconhecimento), como se pode observar neste trecho: “- Da minha vingança serás tu a primeira vítima - continuou o cacique; mais tarde o Conde de... - Eis-me aqui, disse Gastão, interrompendo. Gupeva, eu sou filho do Conde de..., não me reconheceste então? Oh! eu sou francês, sou o filho do sedutor de vossa esposa, sou irmão de Épica... - Infame! rugiu o velho tupinambá. Infame filho do Conde de..., não terei compaixão de ti. E brandindo seu tacape, o cravou com fúria no peito do jovem oficial. E batia com os pés na terra, e fazia com gritos um alarido infernal” (dos Reis 1975:118).

A peripécia está atrelada ao surgimento inesperado de um personagem que colocará em cena uma ruptura de cunho analéptico na narrativa, a partir da qual o reconhecimento também se dá: ao ouvir a história de Gupeva, Gastão se reconhece como o filho do Conde de..., que violou a mãe de Épica, a prometida de Gupeva. Sendo meio-irmãos, a união é mais uma vez impossibilitada, e Gupeva termina por assassinar Gastão e a própria Épica, filha de sua prometida, e a quem se comprometeu a aceitar como sua própria filha. Por fim, o próprio Gupeva, enlouquecido, acidentalmente fere a si mesmo de morte com o tacape utilizado para assassinar os enamorados.

É extremamente pertinente perguntar qual a motivação encontrada por estas escritoras para lançarem mão de tantos recursos típicos da tragédia grega. Partindo da afirmação já mencionada de Lesky de que o adjetivo *trágico*, muito mais do que um gênero literário, define um modo muito particular de ver o mundo, é possível levantar algumas possíveis respostas para tal indagação.

**4 CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

**reconsiderando a identidade nacional através de elementos trágicos**

Aristóteles, em suas reflexões sobre a tragédia clássica, define duas tríades de elementos constitutivos da mesma. A primeira dessas tríades diz respeito às unidades de tempo, de espaço e de ação. A segunda delas é definida no momento em que ele se detém sobre os elementos da ação complexa: *peripécia*, *reconhecimento* e *catástrofe*. Na narrativa de Maria Firmina, toda a ação ocorre no período que vai do deitar do sol ao amanhecer. *D. Narcisa de Villar*, por sua vez, ainda que apresente algumas digressões como, por exemplo, algumas informações sobre a infância de Narcisa, traz o cerne de sua fabulação também em um período que vai do anoitecer aos primeiros raios de sol. Basta lembrar que a ação propriamente dita de Castro vai do momento do casamento de Narcisa com o coronel português, terminando com o assassinado de Narcisa e Leonardo na Ilha do Mel.

Da mesma forma, as unidades de tempo e espaço também são mantidas: basta que se relativize um pouco a definição destas categorias. Mesmo nas tragédias clássicas, há a presença de elementos narrativos que fogem a uma idéia estrita dessas unidades, e mesmo quando estes estão extremamente atreladas a essas unidades, é importante lembrar que a fábula das tragédias estava baseada nos mitos gregos. Desta forma, a representação do espaço e do tempo na tragédia não necessitava de uma contextualização, que traria os antecedentes do momento específico que estava sendo representado, visto que tais informações estavam disseminadas na cultura clássica; essas não precisavam ser incluídas no texto trágico, pois eram de domínio público: “o homem, em seu trágico destino, não pode fazer outra coisa senão gritar, não se lamentar nem se queixar, mas gritar a plenos pulmões aquilo que nunca foi dito, aquilo que antes talvez nem se soubesse, e para nada: somente para dizê-lo a si mesmo, para ensinar a si mesmo” (Lesky 1990:27).

Os elementos da segunda tríade aristotélica, entretanto, são os de maior importância para a politização do trágico. Se não resta ao homem, frente ao seu trágico destino, gritar coisas que nunca foram ditas, as escritoras do século XIX o fazem sistematicamente. Frente a um processo de escritura da nação que silenciou mulheres e índios, tais escritoras gritaram a plenos pulmões que a identidade nacional não era una, que o projeto de construção de um imaginário nacional a partir do idílio interracial era uma farsa, e que todos os que não se submetessem aos desígnios dos senhores portugueses eram exterminados. Através do redimensionamento da peripécia e da catástrofe, mais do que encenar o drama do colonialismo, estas duas escritoras politizam a catástofre, mostrando uma função não apenas catártica para o mesmo, mas também uma função de denúncia. Se o patético vai, na tragédia clássica, punir a *hybris* do herói trágico, colaborando para a manutenção do *status quo* da pólis grega, nos textos indianistas de autoria feminina esse mesmo elemento vai figurar como estratégia de enunciação, pondo em cena a *diferença* e mostrando a violência decorrente das tentativas de apagamento das subjetividades declinadas na diferença de raça e de gênero.

O reconhecimento - que em ambas as narrativas analisadas vai dar conta da descoberta de uma relação incestuosa[[76]](#footnote-76) - pode parecer apenas uma estratégia moralista a justificar a morte do par romântico. Entretanto, ele ultrapassa essa função para denunciar a violência sexual que os europeus exerceram sobre as indígenas brasileiras. Ora, D. Luís tem um filho com Efigênia, e pelo caráter despótico que a narradora atribui aos três irmãos portugueses em *D. Narcisa de Villar*, não é difícil imaginar de que natureza foi esse contato sexual. O fato de Efigênia manter em segredo a paternidade do filho também é uma estratégia de resistência, pois ela perderia todos os direitos sobre o filho, da mesma forma que aconteceu com Iracema, impossibilitada de deixar seu legado cultural autóctone para Moacir.

Tendo em vista que o deslocamento e utilização dessas estratégias normalmente associadas ao trágico por dos Reis e Castro salienta a violência do embate colonial, minha afirmação é a de que, ao inserir elementos trágicos no idílio indianista, essas escritoras *politizam* e *redimensionam* o significado da narrativa fundadora, na medida em que tais elementos estão presentes não para suscitar sentimentos catárticos, mas para denunciar a violência real, tanto material quanto simbólica, sofrida pelos indígenas e pelas mulheres no período colonial.

Graças à inserção de elementos trágicos torna-se possível visibilizar os processos de opressão sofridos por mulheres e índios. Mais do que um genocídio, um *ginocídio* e um *etnocídio*, um silenciamento que torna a identidade nacional monolítica, marcada por um *sinal de menos-na-origem* que, quando recuperado, não apenas soma, mas desestabiliza completamente a lógica do próprio cálculo. Lesky, ao refletir sobre o conflito trágico cerrado, responsável por levar a tragédia ao desfecho catastrófico, levanta as seguintes questões: “quando, no conflito trágico cerrado, somos testemunhas da destruição do protagonista sofredor, será só isto que o autor é capaz de nos mostrar? Será que nenhuma de suas palavras nos levará além da ação terrível, para um mundo em que há ordem e sentido? Ele nos deixa sair com a sensação de aniquilamento, ou espera que, com fria concordância passiva, nos conformemos com um mundo que se dirige para a destruição, e nada além da destruição? Ou será que, pelo exemplo trágico, ele nos eleva até a consciência de que tudo isso acontece sob o signo de um mundo de normas e valores absolutos, um mundo que permite ao homem conservar o que não pode ser perdido, nem mesmo em meio às trágicas tempestades?” (Lesky 1990:45).

*“Será que nenhuma de suas palavras nos levará além da ação terrível, para um mundo em que há ordem e sentido?”* Eu não saberia responder tal questão pensando nas obras trágicas da Grécia Clássica mas, ao analisar a dramatização do idílio nos escritos indianistas de autoria feminina, fica clara a filiação ideológica[[77]](#footnote-77) dessas autoras, o que permite responder à pergunta de Lesky. Os romances das duas escritoras em questão não vão *purgar* o público leitor do século XIX através de assassinatos e incestos, mas denunciar as operações discursivas que invisibilizam a experiência histórica de sujeitos marginalizados Assim, acredito ter alcançado a resposta da questão que deixei em suspenso no início desse trabalho: *por que tais obras vêm sendo ignoradas pela crítica?.* Ora, porque tocam em questões que desestabilizam o imaginário da brasilidade, que estava em pleno processo de elaboração na segunda metade do século XIX, período no qual tais obras foram publicadas.

A partir da leitura de dois romances indianistas escritos por mulheres, torna-se clara não apenas a divisão entre as “duas historiografias” às quais Edward Said se refere em *Cultura e Imperialismo*, mas também suas conseqüências refratadas no trabalho de crítica literária: uma perspectiva “linear e dominadora”, que vê ainda a produção cultural da nação com um certo anacronismo beletrista, e uma outra, “contrapontual e muitas vezes nômade”[[78]](#footnote-78), que realiza suas reflexões a partir das fissuras nos alicerces monolíticos das concepções de cultura nacional.

Tanto em *O Guarani* quanto em *Iracema*, é possível averiguar que, por trás do projeto estético alencariano, há um comprometimento com outros interesses: entre eles o de, através da literatura, “escrever a nação”, partindo de elementos autóctones, com vistas a incorporar ao imaginário nacional a idéia de uma nação democrática - afinal, tanto índios quanto brancos participaram das suas narrativas fundadoras - e com filiações étnicas americanas e européias. Contudo, se por um lado Peri se mostra um cavalheiro cortês a auxiliar Dom Antônio de Mariz, e Iracema uma leal serva e um fértil ventre a ser semeado, por outro se esquece que, por mais que tenham sido violentamente dizimados por ocasião da ideologia colonial, jamais se poderia afirmar que os povos autóctones não tenham oferecido resistência. Tal como afirma Edward Said: “o contato imperial nunca consistiu na relação entre um ativo intruso ocidental contra um nativo não ocidental inerte ou passivo; *sempre* houve algum tipo de resistência ativa e, na maioria esmagadora dos casos, essa resistência acabou preponderando” (Said 1995:12).

Não podemos ser inocentes a ponto de afirmar que os índios brasileiros não foram massacrados pela violência colonialista. Entretanto, também não podemos negar que houve resistência em várias frentes, ainda que em tempos nos quais a violência física já havia deixado cicatrizes irrecuperáveis. As mulheres que escreveram durante o século XIX, diferentemente dos homens, possuíam uma experiência de marginalização e exclusão social que as deixava mais aguçadas para observar o processo colonial de uma outra perspectiva, a qual permitiu a elas solidarizarem-se com os índios e escrever uma outra versão para o idílico encontro inter-racial que, presumidamente, alicerça o conceito de brasilidade.

E, desse outro lugar, maria Firmina dos reis e Ana Luísa de Azevedo Castro puderam problematizar a representação da fundação mítica da nação brasileira, fundação essa calcada não em um lépido e fugaz intercurso entre Peris e Cecílias, entre Iracemas e Martins. Tal problematização é feita a partir da construção de personagens como o jovem Leonardo, fruto ele próprio da violação de uma índia, ou a jovem Narcisa que, mesmo sendo branca, portuguesa e abastada, estava tão ou mais colonizada do que as terras administradas por seus irmãos. É pertinente perguntar: por que o mestiço Moacir é legitimado como representante da nação, como *fundador da ração cearense/brasileira*, enquanto Leonardo é taxado de bastardo e assassinado pelo próprio pai e pelos tios?

Moacir, antes de tudo, é desligado de Iracema. Isso não significa apenas uma separação entre mãe e filho, mas uma separação do filho de *todos aqueles valores aos quais a identidade de sua mãe estava atrelada*. Ainda que Iracema participe do processo, ela não passa de um ventre fértil cuja função é nutrir o filho do colonizador; ao pequeno Moacir não é dado o direito de herdar os valores de sua mãe, nem do povo que ela representa. Seus antepassados são esquecidos em nome da filiação a um heróico e bravo português; a religião de sua mãe e seus avós é silenciada: mesmo o guerreiro Poti, ao final da narrativa alencariana, abandona sua religião, seus costumes e mesmo o próprio nome, tornando-se um subserviente companheiro de Martim. O preço da existência indígena no mundo colonial é a aculturação.

Leonardo, ao contrário de Moacir, não está ligado à herança branca dos valores paternos. Criado por sua mãe Efigênia, pôde receber os valores autóctones de sua raça, ao contrário de Moacir, a quem não foi dada nem mesmo a oportunidade de conhecer sua mãe. A filiação de Leonardo aos valores maternos não o legitima como um representante nacional, visto que Dom Luís não reconhece sua paternidade. Finalmente, é possível denunciar a falácia do idílio interracial: as índias não colaboram no processo de fundação mítica da nação a não ser como corpos colonizados: seus valores e sua cultura, os valores dos povos verdadeiramente brasileiros, não são em nenhum momento assimilados pelos seus filhos, representantes dessa nova raça. E, nos raros casos em que tal transmissão da herança cultural indígena ocorre, há o despótico assassinato do sujeito cingido pelos valores indígenas (o personagem Leonardo do romance de Castro).

A representação da natureza com tons violentos, tal como é feita por Castro, é repetida em *Gupeva*, de Maria Firmina dos Reis. Tal estratégia está intimamente relacionada com o desfecho trágico dessas duas narrativas que, ao contrário dos romances alencarianos, mostram o encontro colonial não como um algo amistoso e pacífico, mas como um embate marcado pela violência. Castro e dos Reis mostram, através das representações do índio e da mulher, que ambos foram vitimados pelos interesses coloniais: mesmo a mulher branca (em *D. Narcisa de Villar*) está submetida ao despotismo dos portugueses. O embate entre colonizador e colonizados é *representado dramaticamente* em um cenário inóspito e pouco amistoso; já em *Iracema,* há o espetáculo fundacional sobre um cenário cuja função é legitimar a fundação de uma identidade nacional.

Avançar no conhecimento que se tem sobre o passado significa redimensionar, no presente, os nossos conceitos de literatura e cultura, para projetar uma visão de cultura *dialógica* e *plural* que, efetivamente, expresse o choque dos valores e encene a *diferença* como marca de mobilidade permanente do coletivo e das identidades sociais, culturais, nacionais e literárias. Importante salientar que este trabalho não se pretende conclusivo; ao contrário, é o início de uma série de reflexões a serem feitas, pois torna clara a impossibilidade de continuar a pensar a “nação literária” como uma totalidade engessada na historiografia literária canônica.

**5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALENCAR, José Martiniano de. *Iracema.* São Paulo: Ática, [s.d.].

*\_\_\_\_\_. O Guarani.* 19. ed. São Paulo: Ática, 1995.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

ARARIPE JUNIOR, Tristão de Alencar. *Araripe Junior: Teoria, Crítica e História Literária*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: USP, 1978.

ARISTÓTELES. *Arte* *Poética.* Rio de Janeiro: Ediouro, [s.d.].

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da Poética de Dostoiévski.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

BELLEI, Sérgio Prado. *Nacionalismo e Literatura.* Florianópolis: UFSC, 1992.

BHABHA, Homi K. *O Local da Cultura.* Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira.* São Paulo: Martins, 1964.

CASTRO, Ana Luísa de Azevedo. *D. Narcisa de Villar: legenda do tempo colonial pela Indígena do Ipiranga*. 2. ed. Florianópolis: Semprelo, 1990.

CULLER, Jonathan. *Sobre a Desconstrução.* Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997.

DERRIDA, Jacques. A Estrutura, o Signo e o Jogo nas Ciências Humanas. In: \_\_\_\_\_. *A Escritura e a Diferença.* São Paulo: Perspectiva, 1971. p. 227-249.

DOS REIS, Maria Firmina. *Úrsula*. 3 ed. Rio de Janeiro: Presença, 1988.

\_\_\_\_\_. *Gupeva: romance brasiliense.* In: MORAIS FILHO, José Nascimento. *Maria Firmina: fragmentos de uma vida.* São Luís: Imprensa do Governo do Maranhão, 1975. p. 103-134.

\_\_\_\_\_. A Escrava (conto). In: MORAIS FILHO, José Nascimento. *Maria Firmina: fragmentos de uma vida.* São Luís: Imprensa do Governo do Maranhão, 1975. p. 123-34.

DUARTE, Constância Lima. *A Lágrima de um Caeté*: uma nova página do indianismo brasileiro. In: AUGUSTA, Nísia Floresta Brasileira. *A Lágrima de um Caeté*. 4. ed. Natal: Fundação José Augusto, 1997. p. 7-31.

\_\_\_\_\_. O Cânone e a Autoria Feminina. In: SCHMIDT, Rita Terezinha (org.) *Mulheres e Literatura*. Porto Alegre: Palloti, 1997. p. 53-60.

EAGLETON, T. *Marxism and Literary Criticism.* Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1978.

\_\_\_\_\_. *Teoria da Literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

FLAX, Jane. Pós-Modernismo e Relações de Gênero na Teoria Feminista. In: HOLLANDA, H. B. (org.) *Pós-Modernismo e Política.* Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p. 217-50.

FRANCO, Jean. Sentido e Sensualidade: notas sobre a formação nacional. In: HOLLANDA, H. B. *Tendências e Impasses*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 99-126.

GENETTE, Gérard. Voice. In. LANDA, Susana & ONEGA, José Angel García. *Narratology.* London and New York: Longman, 1996.

GOMES, Heloísa Toller. A Questão da Nacionalidade, Relações Sociais e Código Erótico na Literatura Brasileira Oitocentista. In: *Literatura e Diferença: Anais do IV Congresso da ABRALIC.* São Paulo: ABRALIC, 1995. p. 387-92.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade.* 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Brasiliense; PubliFolha, 2000.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.) *Pós-Modernismo e Política.* Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

\_\_\_\_\_. *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

JOBIM, José Luis (org.) *Palavras da Crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

LEMAIRE, Ria. Relendo *Iracema*: o problema da representação da mulher na construção de uma identidade nacional. *ORGANON: Revista da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre, v. 16, nº. 16, p.257-279, 1989.

LESKY, Albi. *A Tragédia Grega*. São Paulo: Perspectiva, 1990.

LOPES, Cristina e REIS, Carlos. *Dicionário de Teoria da Narrativa*. São Paulo: Ática, 1988.

LYRA, Pedro. Ideologia. In: JOBIM, J. L. *Palavras da Crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p. 151-184.

MARX, K. e ENGELS, F. *O Materialismo Histórico e as Superestruturas Ideológicas.* São Paulo: Global, 1979.

MONTAIGNE. *Montaigne*. v. I. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma Catarinense na Literatura do Século XIX. In: CASTRO, Ana Luísa de Azevedo. *D. Narcisa de Villar: legenda do tempo colonial pela Indígena do Ipiranga*. Florianópolis: Editora Semprelo, 1990.p. IX-XVI.

\_\_\_\_\_. (Org.) *Escritoras Brasileiras do Século XIX*. 2. ed. Florianópolis; Santa Cruz do Sul: Mulheres; EDUNISC, 2000.

\_\_\_\_\_. Maria Firmina dos Reis. In: \_\_\_\_\_. (org.) *Escritoras Brasileiras do Século XIX.* 2. ed. Florianópolis; Santa Cruz do Sul: Mulheres; EDINISC, 2000. p. 264-284.

\_\_\_\_\_. Ana Luísa de Azevedo Castro. In: \_\_\_\_\_. (org.) *Escritoras Brasileiras do Século XIX*. 2. ed. Florianópolis;Santa Cruz do Sul: Mulheres; EDUNISC, 2000. p. 250-63.

ORLANDI, Eni (org.) *Discurso Fundador.* Campinas: Pontes, 1993.

PETERSON, Michel. *Estética e Política do Romance Contemporâneo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995.

PRATT, Mary Louise. Mulher, Literatura e Irmandade Nacional. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Tendências e Impasses.* Rio de Janeiro: Rocco, 1994. pp.127-57.

QUEIROZ, Vera. *Crítica Literária e Estratégias de Gênero*. Niterói: EDUFF, 1997.

ROUSSEAU. \_\_\_\_\_. *Rousseau.* v. I. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

SAID, Edward. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente.* Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. O Orientalismo Revisto. In: HOLLANDA, H. B. (Org.) *Pós-Modernismo e Política.* Rio de Janeiro: Rocco, 1992. p.251-273.

\_\_\_\_\_. *Cultura e Imperialismo.* Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHMIDT, Rita (org.) *Mulheres e Literatura: (trans)formando identidades*. Porto Alegre: Palloti, 1997.

\_\_\_\_\_. Em busca da história não contada ou: o que acontece quando o objeto começa a falar? *Revista Letras*. Santa Maria, nº 16, p.183-96, 1998.

\_\_\_\_\_. Os estudos literários como campo de investigação: paradigmas e desafios. *Cadernos do IL.* Porto Alegre, nº 20, p. 85-92, dez. 1998.

SOMMER, Doris. Amor e Pátria na América Latina. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Tendências e Impasses.* Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 158-83.

SOUSA, J. Galante de. Duas escritoras e um problema de autoria. In: *Machado de Assis e outros escritos.* Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1979. p. 217-20.

|  |  |
| --- | --- |
| Nome: Representações de Gênero e Diferença em Contos Africanos Contemporâneos | **A 004**  **Premiada** |
| Autora/o: Vander Vieira de Resende |
| Orientadora/o : Prof. Dra. Adelaine La Guardia Resende |
| IES: Universidade Federal de São João Del Rei. |
| Cidade/Estado: |
| Outras Informações: Estudante de Graduação Acadêmico de Letras - Bolsista PIBIC-CNPq |

Introdução

Fruto de um trabalho de iniciação cientifica, “Identidades Culturais no Conto Africano Contemporâneo”, que buscou traçar um  perfil da identidade cultural africana na pós-modernidade, este texto analisa as representações de gênero em contos africanos contemporâneos. Ao se descrever como as divisões de classe, gênero e religião definem as relações de poder entre os indivíduos retratados nos textos, privilegiaram-se as representações do gênero feminino e as relações entre homens e mulheres.

O *corpus* constituiu-se dedez contos em língua inglesa, escritos na década de 1980, por autores de variadas nacionalidades africanas e presentes na coletânea *Contemporary African Short Stories*, editada por Chinua Achebe e C. L. Innes (1992). Os contos analisados intitulam-se: *The Cages*, de Abdulrazak Gurnah; *Government By Magic Spell*, de Saida Hagi-Dirie Herzi; *A night out*, de Tololwa Marti Mollel; *On the market day*, de Kyalo Mativo; *Leaving*, M. G. Vassanji; *Road Block*, de Jamal Mahjoub; *The Housegirl*, Okey Chigbo; *The miracle*, de Mutia Ba’Bila; *Weaverdom*, de Tijan M. Sallah; e *Vacancy for the post of Jesus Christ*, de Kojo Laing;

A investigação se apoiou sobre a leitura e análise comparativa dos textos literários e teóricos sob a perspectiva dos Estudos Culturais. O referencial teórico incluiu teorias contemporâneas acerca das identidades culturais, em Stuart Hall (2003); as reflexões de Gayatry Spivak (1994) sobre as alteridades; as estratégias lingüísticas utilizadas em textos pós-coloniais descritas por Ashcroft et alli (1991); bem como as teorizações sobre o gênero feitas por Judith Butler (1990).

O pressuposto teórico que embasa a pesquisa é a hipótese de Stuart Hall de que as identidades culturais estão sendo deslocadas e fragmentadas na contemporaneidade. De fundamental importância para o trabalho foram os questionamentos de Gayatri Spivak, em um ensaio seminal a respeito da possibilidade de expressão, ou mesmo, de representação das alteridades. Spivak discute o conceito de “subalternidade” e questiona a possibilidade de os subalternos terem voz em distintos contextos.

Para a abordagem da categoria “gênero” trabalhou-se com as teorizações de Butler a respeito do gênero como uma construção discursiva que se produz no entrecruzamento de diversas categorias identitárias como classe, raça, religião, entre outras. O que se entende por *“gênero”* é um elemento socialmente construído das relações entre homens e mulheres. Gênero como construção discursiva distingue-se de *“sexo”*,um referente biológico e determinista. A partir da análise de gênero, percebe-se que os papéis sociais, atribuídos aos homens e às mulheres, estão sujeitos às injunções da cultura e da conjuntura político-econômica.

Um primeiro aspecto de destaque é que, dos dez trabalhos, nove são escritos por homens, sendo que o conto “Government by magic spell” é o único escrito por uma mulher. Devido a essa característica do *corpus*, esta análise se limitou a uma abordagem da representação do gênero que consideraríamos semelhante à realizada em uma primeira fase dos estudos feministas. Nesta fase, questionavam-se as estruturas do conhecimento (Gunew, 1990, 1991), bem como os estereótipos femininos construídos na literatura, pelo olhar predominantemente masculino (Millet, 1970). Neste trabalho, portanto, não abordaremos especificamente a produção feminina, mas um *corpus* contemporâneo, predominantemente masculino.

Representações de Gênero

Nessas narrativas, a dependência é uma característica recorrente da condição social feminina nas sociedades africanas, em que prevalecem relações patriarcais, é exemplo dessas relações de dependência a situação de Mama Tumaini, no conto “A Night Out”*.* Esta não encontrou alternativa para si e para o filho, a não ser na prostituição, para escapar da fome quando seu marido parte para a guerra. Ao conversar com o amante ela assim descreve seu ex-companheiro: “*he was like a father to me, to my mother, to all of us” (p. 101)[[79]](#footnote-79).* E é a partir de seu filho que ela é identificada, sendo nomeada no conto como: “*Mama tumaini (mother of tumaini )” (p.100)*. Tumaini, o bebê, morre durante a noite, enquanto ela dorme com o amante. Este, ao amanhecer, parte para não se comprometer, ao perceber que a criança morrera. No conto, conflitos políticos originam condições adversas, que determinam os destinos individuais, afetando o relacionamento entre homens e mulheres e destruindo as bases culturais de convivência comunal, alicerçada no matrimônio e na poligamia masculina.

“On the market day”vê-se que a mulher, Kokia, resigna-se às adversidades que impedem seu marido de sustentar a família. Kamali, seu marido, perde todos os recursos que a família possuía, após a morte do touro no qual investira. Já a esposa restringe-se à rotina familiar e à criação dos filhos: “*All that was routine. Last week she did the same. The week before last, she did the same. Last year, when she had only seven children, it was the same thing. And at the end of the year, when her ninth child begins to walk she will do it again” (p. 105)*. Nesta passagem, percebe-se a inelutabilidade dos destinos humanos em meio à pobreza, à falta de oportunidades e a uma cultura que aliena e aprisiona os indivíduos em seus papéis sociais.

As mulheres dos contos “A Night out” e “On the Market day”são as mais características representantes dessa situação de dependência em relação a seus companheiros. Elas sofrem as conseqüências de seu contexto cultural e econômico de forma mais intensa, por não terem voz ativa, não disporem de recursos que lhes garantam autonomia, ficando, portanto, desamparadas na ausência dos seus parceiros, por serem economicamente dependentes. Essa situação ocorre quando o homem é representado como provedor e a mulher como dependente das decisões e ações masculinas para sobreviver ou mesmo se localizar. Essa relação entre os gêneros é mais acentuada nos contos em que os subalternos enfrentam problemas econômicos graves. Tais dificuldades podem ser ocasionadas, também, por alterações climáticas, como as secas, ou por conflitos políticos, tais como as guerras.

Em um outro tipo de representação, a mulher se mostra independente a partir de inserções específicas na sociedade. Um exemplo dessa forma de representação é encontrado, no conto “Government by Magic Spell” em que Halima é uma mulher considerada desde a infância *“possuída por um espírito”* que a orientava sobre como agir. A partir de seus poderes espirituais e forte personalidade, Halima adquire uma posição de liderança política no governo local. Contudo, o que ocorre é que ela é cooptada pelo grupo político que assumira o poder em seu país, após o movimento de independência. Através dessa mulher, o grupo, cujo governo é marcado pela corrupção e pelo nepotismo, apropria-se das formas tradicionais da cultura, como a magia, para legitimar seu poder e manter sua hegemonia. Nessa acomodação entre a velha tradição religiosa e a nova tradição política, o grupo familiar e religioso de Halima permitem-na escapar do destino determinado para seu gênero e lugar social, ou seja, o casamento e a procriação e, ao mesmo tempo, conferindo-lhe nova condição como sujeito social.

E esta mulher antes oprimida, torna-se agora um dos principais agentes de opressão e de silenciamento dos cidadãos subalternos: *“It was Halima, for instance, who thought up the idea of the shortages to keep the common people subdued. (The people) did not have time or energy to spare worrying about the goings-on in the government” (p.99).* O conto tornar-se, portanto, uma denúncia sutil das novas formas de poder, travestidas de elementos tradicionais da cultura: "*The men of the clan continue to govern with the help of Halima's magic spell*” (p. 99). Estes elementos tradicionais garantem a legitimidade das ações políticas e desviam a atenção popular dos problemas de corrupção vigentes nessas sociedades.

A religião cria possibilidades de ascensão social para as mulheres, como no caso de Halima, ou, por vezes, permite que estas assumam posições de resistência ao silenciamento e à coerção social, tornando-se assim sujeitos de sua própria história, como ocorre no conto “The Miracle”. Nesse texto, tem-se a história de Ba'mia, um deficiente físico dividido entre a fé católica da mãe e as crenças tradicionais de seu pai. Mesmo contra a vontade de Ba’mia e do pai, Gwam Fumbat, o jovem é levado pela mãe para assistir à visita  do Papa, pois Manyi acreditava no milagre da cura para seu filho. Manyi, antes de dar à luz a gêmeos tinha outro nome: “*her maiden name was Kogah, until she bore the female twins” (p. 168).* A partir da maternidade ela perde um nome individual e passa a ser identificada por sua condição de mãe, pois no conto o vocábulo Manyi, é traduzido da língua africana para o inglês como “mother of twins”, ou mãe de gêmeos.

Manyi confronta Gwam Fumbat, o qual representa a tradição cultural e religiosa africana tanto a partir de sua fé cristã quanto de seu estatuto de mãe . Na interpelação do líder poligâmico, “*so you’re now throwing my questions back at me?” (p. 169)*, percebe-se a surpresa pela confrontação, pois a voz do marido fora, até então, definitiva e inquestionável. Manyi desafia uma tradição de silenciamento e de submissão feminina ao questionar a crença do esposo e levar o filho para encontrar-se com o papa. O sustentáculo deste confronto é encontrado na religião cristã, imposta pelos colonizadores europeus, o que o texto busca descontruir, pois ao mesmo tempo em que Manyi se expressa, em um movimento de auto-afirmação, ela oprime o próprio filho, ao buscar impor-lhe uma religião e não aceitar suas opiniões. A atitude da mãe leva o adolescente Ba’mia a questionar: *“Don’t I have a chance to talk for myself?” (p. 171).* Nesse momento, Manyi fizera valer sua vontade, e nesse confronto o jovem é silenciado.

Em um outro conto, “Cages”, a descrição e caracterização dos personagens servem ao propósito de construir discursivamente as identidades. Esse é o caso da personagem Rukiya. No episódio em que ela é vista indo às compras na loja de Hamid, a personagem é assim descrita: *"a piece of cloth was wrapped round her body and tucked in under her armpits. The soft cotton clung to her, marking the outline of her graceful shape. Her shoulders were bare and glistened in the gloom” (p.88)*. Nesse momento inicial, Rukiya emerge idealizada, aspecto perceptível pela ambientação e pela adjetivação, a partir do olhar de Hamid, que é o focalizador, ou seja, a partir do olhar de quem o narrador conta a história.

Contudo, esta imagem é diversa daquela que surge das palavras de Mansur, um cliente de Hamid: *"A voice like a* ***zwarde*** *and a body like a* ***gazelle****. Tell me,* ***msichana****, what time are you free tonight” (p. 89)[[80]](#footnote-80) .* Nesta passagem, Rukiya é descrita como um animal. Em outros falas de Mansur percebe-se também um forte preconceito sexual, visível na afirmação: *"She is easy meat (…)these women, all these airs and disgusted looks ... but once you’ve got them into bed, they know who is the master” (ibid).* Hamid confronta as afirmações de Mansur e diferencia sua amada das demais mulheres: *"He did not think she was a girl to be purchased" (p. 89).* Ao defender Rukiya, Hamid classifica as mulheres em duas categorias: *"as que se vendiam”* e *"as que não se vendiam";* *"as compráveis"* e *"as não-compráveis";* Em ambas as mulheres são coisificadas, objetos reificados*.* Para o narrador, Rukiya era especial e diferente das outras mulheres.

Encantado pela jovem, Hamid passa a privilegiá-la com pequenos agrados e “vantagens” no peso das mercadorias que lhe vendia. A história desenvolve-se em torno das mudanças gradativas que vão ocorrendo na vida de Hamid a partir do seu crescente interesse pela jovem, decorrente do diálogo que passa a estabelecer com ela e com a sociedade local, da qual se mantivera alheio e temeroso até então. Contudo, ao final da narrativa, Rukiya se revela um objeto negociável e busca tirar proveito do papel de mulher desejada, ao usa o sexo como instrumento para sua ascensão social, aspecto exemplificado na fala final que dirige a Hamid: *"You're always giving me things. I know you'll want something in return. When you do, you'll  have to give me more than these little gifts"* (p. 93). O desapontamento de Hamid, que marca o desfecho, aponta para a impossibilidade das relações íntimas, o comércio do amor e o interesse que se sobrepõe aos sentimentos, motivados principalmente pelas condições econômicas.

Pouco antes da constatação do interesse “material” de Rukiya, o narrador a descreve nos seguintes termos: *"She was still in her blue work-dress, which was stained under the arms with sweat” (p. 92).* Percebe-se uma clara degradação, ao se comparar a primeira descrição com esta. Se na primeira descrição a ênfase estava sobre a feminilidade de Rukiya, na segunda, a ênfase recai sobre sua condição de classe, que desconstrói a imagem idealizada da mulher presente no início.

No conto "The housegirl" narra-se a história de uma empregada doméstica cujo nome é, ironicamente, Comfort. A narrativa gira em torno de suas desventuras na casa de família em que trabalha. O conto, em terceira pessoa, focaliza o mundo sob o ponto de vista da empregada. A partir dessa perspectiva, o leitor é apresentado aos outros moradores da casa: a patroa, uma mulher de negócios dominadora referida apenas como "Madam"; o marido; e os filhos Obiageli e Callistus; bem como a outra empregada, Selina, que goza de certos privilégios na casa por ser conterrânea da patroa.

A trama se resolve em torno da relação entre Comfort e Callistus, o qual passa a compensar os favores sexuais da empregada com dinheiro que furtava da mãe. Para a empregada, não importava a origem do dinheiro, uma vez que não recebia o seu salário. Com o dinheiro, Comfort se “conforta” adquirindo bijuterias. Quando o furto de Callistus é descoberto, o jovem não esta mais na cidade e a culpa recai sobre Selina, a companheira de trabalho de Comfort, a qual é salva quando a filha de Madam, Obiageli, declara ter visto o irmão pegando o dinheiro no cofre da mãe. Ao final do conto, a ordem parece se restabelecer, porém uma última declaração revela que nem tudo acabará bem: "*Everything now seems all right except for Selina. She seems to be crying a lot these days; her complexion is also getting fairer and her breasts seem to be getting bigger"* (p.164). Grávida de Callistus, Selina, longe de encontrar na gravidez uma realização pessoal, uma nova vida e esperanças, possui agora outro motivo de desespero e angústia, selando assim seu destino de desventura e servidão.

Os nomes têm uma grande importância nesse conto. Como exemplo disso, a narradora traz em seu nome a conotação sexual que lhe é atribuída culturalmente. De fato, tanto Comfort, quanto Selina servem de conforto para Callistus. [[81]](#footnote-81)

As empregadas ocupam praticamente o mesmo lugar social, porém observa-se entre elas relações de poder. Comfort critica Selina por esta ter vantagens por ser conterrânea de Madam: *“Selina gets everything just because she is from Madam’s hometown” (p.149).* o privilégio obtido por Selina se reduz às roupas usadas que ela recebe da filha da patroa. O conflito gerado pela ânsia de obter os objetos usados e descartados permite-nos entrever as condições pessoais depauperadas em que vivem essas personagens.

Comfort por sua vez, por ser a empregada mais antiga, é responsável pela casa na ausência da patroa. Assim é que em uma ocasião em que Madam está ausente, Comfort, ao ser contrariada, confronta Selina com as seguintes palavras: *“Remember it is me who shares out the meals now that Madam is out. If you do not look out, the meals that mice eat will be enormous compared to what I will give you” (p.157).* Dessa forma, Comfort exerce o controle sobre aqueles que ela julga inferiores a ela própria, reproduzindo entre os subalternos as relações de exploração que a subjugam. Neste caso, a mulher se torna predadora da própria mulher, mesmo estando ambas em condições de subalternidade.

O conflito de gênero é mais marcante ainda na relação entre Madam e Comfort, pois, neste caso, advém de acentuadas diferenças econômicas, ou seja, uma mulher de negócios e uma empregada. Madam explora economicamente a empregada, deixando-a sem pagamento por meses, em uma relação de exploração e trabalho semi-escravo, que envolve até mesmo ameaças fisicas.

*Madam* administra a família e é uma mulher de negócios, que estabelece contratos comerciais com militares. De acordo com a narradora: *“Madam is getting thinner every day despite her sucessfull businesss, because her wooden heart is sucking up all the kindness in her bory” (pg.154*). A mudança física de Madam, reflete o sofrimemto e a dureza a que ela também é submetida na medida em que precisa assumir o papel social masculino dentro da família. Com isso ela adquire também o padrão de beleza ocidental, deixando de ser a mulher “plump”, gordinha, tão valorizada em seu contexto cultural. O marido que tradicionalmente seria considerado o provedor da família, é ironicamente denominado *“Master”*, uma vez que não tem mais autoridade, não sendo mais o senhor do lar.

Na figura de Madam, a identidade africana sofre alterações, uma vez que as superstições africanas (como temer espíritos ancestrais que vagam pela madrugada) são ignoradas por essa mulher emancipada, indicando talvez um ganho cultural.

Enquanto Madam *“is getting thinner every day”* (p. 154)*,* sua amiga e também mulher de negócios, Mama Moses *“is getting rounder every day”* (p. 154). Em contraste com Madam, Mama Moses é a mulher protetora, pelo nome e pela aparência física, mantendo uma relação amistosa com suas empregadas. O aspecto relevante desse contraste se liga ao fato de que Madam se associa a assuntos internacionais, a contratos com o exército, negociando com políticos e generais, enquanto Mama Moses é uma mulher de negócios que se liga à própria terra, ao mercado de frutas e legumes. Alegoricamente, portanto, o conto apresenta ao leitor duas possibilidades de emancipação feminina, sugerindo as implicações de distintas “afiliações” sócio-econômicas. Assim como na narrativa bíblica do Exôdus, Mama Moses[[82]](#footnote-82) pode estar representando a positividade desse modelo feminino, enquanto liderança libertadora de seu povo, em contraste com a negatividade de Madam como opressora.

O que esta representação de Madam parece deixar implícito é que a mulher que sai de seu lugar, para enfrentar desafios que vão além dos tradicionais da mulher, perde sua feminilidade. Madam representa um modelo feminino negativo, em que a mulher que assume tarefas tradicionalmente masculinas e alcança o sucesso pode perder a feminilidade. Esse estereótipo inspira-se talvez na figura da primeira-ministra inglesa, Margareth Thatcher, a “dama de ferro” dos anos 1980. Desta forma, o texto sugere que a mulher não é capaz de ocupar um lugar que não aquele ligado as características culturalmente consideradas como femininas, sobe o risco de perder a feminilidade.

Ao colocar Mama Moses como uma mulher de negócios que faz sucesso mantendo suas ligações com a terra, o conto prescreve de forma sutil as características próprias e desejáveis da mulher africana: compaixão, doçura, generosidade e ligação com a natureza. Uma mulher que atua no mercado de produtos naturais, e não no comércio com militares, com mercadores de armas. Estabelecem-se assim os limites ou espaços de atuação do gênero feminino. O conto ratifica, enfim, os “locais da cultura” que mulheres autônomas ou independentes podem ocupar.

Estratégias lingüísticas e textuais presentes nos contos, tais como a não-nomeação e a caracterização das personagens foram paradigmáticas para compreendermos as formas de constituição e de representação do gênero. A não nomeação das mulheres se torna uma particularidade marcante devido à freqüência com que as mulheres são identificadas como mães. A figura materna ocupa posição central em diversos textos: *Manyi,* no conto “The Miracle”; *Mama Tumaini*, em “A Night Out”; ou *“Mother*”, com letra maiúscula, no conto "Leaving", no qual a posição da mulher e seu papel cultural e social se tornam explícitos, a partir da digressão do filho narrador: *"It was, I think, the first time I saw her as a person and not only as our mother" (p. 119).*

A partir das representações, das nomeações e das caracterizações dessas personagens, ao perceber que mulheres representadas como mães fazem parte do grupo que definimos como dependentes, como Mama Tumaini, ou estão entre aquelas que questionam e conseguem resistir à opressão, como no caso de Manyi, percebemos essas mulheres, essas personagens como tipos que habitam as culturas patriarcais de África. Representações de grupos marginalizados dentro das sociedades africanas. De acordo com Spivak, “*the track of sexual difference is doubly effaced” (*1994)*,* ou seja, a mulher é duplamente oprimida e duplamente silenciada, tanto pela categoria identitária gênero quanto como membro de uma classe social subalterna.. Para Fredric Jameson, pode-se estabelecer uma relação simbólica entre a situação individual e a identidade nacional. *" (...) the story of the private individual destiny is always an allegory of the embattled situation of the public third-word culture and society” (1986, p.69),* as situações das mulheres constituem alegorias da situação africana contemporânea

Geralmente nos contos, a independência e autonomia femininas relacionam-se à sua situação na classe dominante política (como é o caso de Halima), religiosa (Halima e Manyi) ou econômica (Madam). Diversamente das mulheres independentes, as mulheres dependentes sofrem as conseqüências de seu contexto cultural e econômico de forma mais intensa, por não terem voz ativa, não disporem de recursos que lhes garantam autonomia, ficando desamparadas na ausência dos seus parceiros. Elas são economicamente dependentes e não possuem representação política, nem voz. Ou seja, nos contos em que a mulher pertence a uma classe econômica abastada, o gênero não definirá seus papéis sociais *a priori*, mas este se torna fator determinante quando a mulher provém de extratos econômicos menos favorecidos, sofrendo, portanto, uma dupla determinação: por pertencer àquela classe social e por ser mulher.

Quando esses contos são analisados sob a perspectiva dos Estudos Culturais, constatam-se formas distintas e, por vezes, contraditórias de representações dos personagens, através da interação continua do gênero com categorias como religião e classe, aliado a fatores políticos, sociais, culturais, pareceu-nos perceptível à existência de diversas formas de representação das personagens. Na comparação entre esses tipos foi possível constatar a grande complexidade das identidades culturais africanas contemporâneas: há mulheres que não conseguem escapar dos locais determinados historicamente para o seu gênero, submetem-se e não possuem meios de ultrapassar suas determinações sociais; há mulheres que se valem do comércio de seus próprios corpos, seja para a sobrevivência ou ascensão social, a fim de que possam superar as condições adversas em que vivem; ainda há outras que utilizam-se de categorias como classe social, religião e etnia para resistirem à opressão e ao silenciamento, e com isso alteram suas inserções culturais.

Mesmo que na maioria das vezes se submetam aos papéis que lhes são determinados culturalmente, as mulheres jogam com as categorias identitárias e de formas diferenciadas se conformam, se adaptam, resistem e confrontam suas determinações culturais. Com isto torna-se possível afirmar que o gênero não é uma categoria estável.

As representações femininas nos contos revelam que não há uma forma única de inserção na sociedade global, mas sim formas locais diferentemente mediadas de inserção no global. As múltiplas posições, negociações, sobredeterminações e interações, bem como os variáveis níveis de dominação e submissão, de adaptação ou de resistência observados nos textos demonstram a complexidade e a fragmentação das identidades africanas contemporâneas.

Conclusões

Ao refletirmos sobre as representações do feminino nos textos em questão, buscamos verificar o funcionamento das estruturas de poder que se constroem e se reproduzem simbolicamente na literatura. Também abordamos como na própria literatura novas identidades vão se construindo.

Um dado relevante que gostaríamos de observar, é que, na maioria desses dez contos, de dez diferentes nações africanas, a diferença de gênero é o primeiro divisor de águas nas representações simbólicas dessas culturas africanas contemporâneas, seguido da diferença de classe, ou econômica, e religiosa. Os textos assumem a função de “denúncia social”, na medida em que dão voz aos excluídos da história (como as mulheres subalternas e os excluídos pelo sistema econômico). Trata-se de uma escrita que questiona o presente, refletindo sobre os paradoxos e dilemas da globalização.

Pela presente leitura, observou-se que as personagens se originam de distintas classes e grupos sociais, a maioria seres humanos em condições de privação e subalternidade. Estes até bem pouco tempo ocupavam uma posição marginal na literatura, conforme atestam as palavras de LaGuardia-Resende (2000): “[seres cuja] *presença anônima ou coletiva na ficção tradicional, (...) cuja realidade não requereu atenção histórica ou cultural” (p.224).*

O enfoque dado às categorias subalternas em geral na contemporaneidade africana revela um novo e amplo movimento das literaturas do continente, cujas preocupações parecem hoje voltadas não para um passado histórico de opressão, ou uma origem mítica que se quer reaver, nem tampouco para uma condição colonial que se busca superar. Os textos demonstram que o presente e as injunções do capitalismo global constituem questões frementes nessas sociedades, em que a inquietude diante do futuro se ocorre na maioria das narrativas, presentes na coletânea *Contemporary African Short Stories.* Marcadas pela condição de deslocamento, pela migração e pela crise, essas produções literárias atestam que não há uma forma única de inserção na sociedade global, mas sim formas locais diferentemente mediadas, oferecendo, portanto, uma visão múltipla da condição “pós-moderna”. .

Essas produções simbólicas retratam uma situação recorrente da condição humana em situações adversas de sobrevivência, de abandono e de ruptura de laços. Sobretudo, as personagens em posições subalternas não têm mobilidade social: sua situação não se altera de forma milagrosa no final, de fato, os narradores não apontam soluções para as peripécias das personagens. Nessas narrativas de desastre social, o futuro parece ainda mais incerto do que o presente. Emerge, enfim, deste estudo a percepção da diversidade cultural e dos dilemas impostos às sociedades africanas pela ordem capitalista global, onde as mulheres se defrontam com a misoginia, o patriarcalismo, a violência, a miséria e a solidão.

Referências Bibliográficas:

ACHEBE, C.; INNES, C.L. *Contemporary African Short Stories*. Oxford: Heinemann, 1992.

APPIAH, Anthony Kwaime. Race. In: *Critical Terms for Literary Study.* Frank Lentricchia; Thomas McLaughlin (eds.). Chicago/London : The University of Chicago Press, 1990, p. 274-287.

ASHCROFT, Bill et. alli. *The Empire Writes Back*. Terence Hawks (ed.) London/ New York : Routledge, 1991.

BUTLER, Judith. *Gender trouble: feminism and de subversion of identity.* London: Routledge, 1990.

GUNEW, Sneja (ed). *Feminist knowledge as Critique and Construct*. London: Routledge, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomáz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP &A. 2003. 7ª ed. ou reimpressão. (2003a )

HALL, Stuart. Significação, Representação, Ideologia – Althusser e os debates Pós-Estruturalistas. In: *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Org: Liv Solik; Trad. Adelaine LaGuardia ... (et al), Belo Horizonte: editora da UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003. (2003b)

HUTCHEON, Linda. *Poéticas do Pós-Modernismo.História, teoria, ficção.* Tradução: Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago ed., 1991.

JAMESON, Fredric. Third world literature in the era of multinational capitalism. *Social text*, n. 15, Fall, 1983, p. 65-88.

LaGUARDIA-RESENDE, Adelaine. *Fragmentos da memória e ruínas da história:* uma leitura de Kazuo Ishiguro. Tese de Doutoramento. Belo Horizonte: UFMG, setembro, 2000.

MILLET, Kate. *Sexual Politics*. Ballantine, 1976.

REIS, Eliana Lourenço de Lima. *Pós-colonialidade, identidade, Mestiçagem Cultura: A literatura de Wole Soyinka.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

SPIVAK, Gayatri C. *Can the Subaltern Speak?* In. *Colonial discourse and post-colonial theory: a reader.* Editor: Patrick Williams. New York: Columbia University Press, 1994. p. 66-111

|  |  |
| --- | --- |
| Nome: Paternidades nas Adolescências: um Estudo sobre Alguns dos Sentidos Atribuídos por Adolescentes Pais à Paternidade | **A 005**  **Premiada** |
| Autora/o: Renata Orlandi |
| Orientadora/o: |
| IES: Universidade Federal de Santa Catarina/SC |
| Cidade/Estado: |
| Outras Informações: |

1. INTRODUÇÃO

Historicamente, o espaço do cuidado dos filhos, em nossa sociedade, tem sido desti-nado, principalmente, às mulheres. Porém, gradativamente, os efeitos da urbanização e da inserção das mulheres no mercado de trabalho têm implicado um grande impacto na cotidianidade das pessoas, consistindo em um destes efeitos a maior visibilidade de uma pluralidade de configurações familiares. O espaço da educação e acompanha-mento dos filhos compõe uma das esferas da paternidade que tornam mais visível a pluralidade de famílias e paternidades.

No decorrer de séculos, na história da civilização ocidental, tanto na esfera privada, quanto na pública, freqüentemente se associou, de forma essencializada, a feminilidade ao cuidado das crianças. Assim, a maternidade e o amor aos filhos seriam atribuídos aos instintos que constituiriam as mulheres, conseqüência de um processo natural pautado pelo gênero. O livro “História social da criança e da família” escrito por Ariès (1981) aponta a produção do sentimento de mater-nidade e da noção de infância nos séculos XVIII e XIX. Porém, de acordo com Machado (2004), no que se refere ao exercício da paternidade, “Um grande silên-cio permanece sobre a paternidade enquanto sentimento na relação com os filhos. Este silêncio está inscrito na redução da paternidade ao valor do provimento e ao poder de controle que dele deriva” (p.53). Segundo a autora, comparado à noção de infância e maternidade, pouco foi ‘inventado’ sobre o sentimento de paterni-dade na literatura científica.

Neste contexto, a temática da maternidade foi problematizada, freqüentemen-te, por diversos campos do saber, destacando-se a contribuição da Psicologia (a esse respeito, habitualmente;, são citados Spitz, 1945; Bowlby, 1969 e Winni-cott, 1971). Porém, diante da identificação da lacuna na literatura especializada referente ao lugar do pai em relação aos cuidados exigidos pelos filhos, pode-se verificar o fato de que publicações sobre a paternidade foram impulsionadas, so-bretudo, pelos estudos de gênero (são exemplos destes trabalhos os de Lamb, 1983; Lyra, 1997; Figueroa Perea, 1998; Siqueira, 1999; e Fuller, 2000).

De acordo com Fuller (1997), o gênero consiste em um marcador social muito importante no processo de constituição do sujeito, posto que, desde o momento em que este é concebido, o mesmo é investido por significados e prescrições so-cialmente produzidos e partilhados que normatizam a sua conduta, tendo como pano de fundo as diferenças anatômicas percebidas entre os sexos. Neste sentido, a autora compreende a paternidade como um aspecto significativo para a experi-ência da masculinidade, tendo em vista o fato de que, geralmente, tal experiência é atrelada no imaginário social à noção de virilidade. Assim, a paternidade pode ser vivida como um momento importante no processo de transição da adolescên-cia para a vida adulta, na medida em que implica novos arranjos no cotidiano do homem, de modo a inseri-lo na cultura valendo-se do status de adulto e do pleno reconhecimento social (Fuller, 1997).

No que diz respeito às prescrições culturais da ordem do gênero, prevalece ainda o pressuposto de que aos homens caberiam as esferas sociais referentes ao exercício da sexualidade e ao espaço público e produtivo, portanto, a proteção e provimento da família; às mulheres, por sua vez, caberia a esfera da reprodução e do cuidado dos filhos, circunscrita ao espaço privado, esfera esta pouco visível e, conseqüentemente, desvalorizada socialmente (Sarti, 1994; Arilha, 1998; Arilha, 1999; Villa, 1997; Villa, 1998; e Olavarría, 2001). Neste contexto, ainda que os dois cônjuges trabalhem no espaço público, freqüentemente, o homem é visto como provedor de bens materiais para a família e a esposa como responsável pelo bem-estar doméstico” (Trindade e Bruns, 1999, p.16). Amato (1998) define os pais como líderes instrumentais da família, consistindo no suporte econômico dessa, sendo também disciplinadores, modelos de realização e de trabalho, caben-do-lhes a responsabilidade pelo status familiar.

Tendo em vista a relação de cuidado destinada às crianças, o recém-nascido da espécie humana depende totalmente dos pais ou responsáveis para a sua sobrevi-vência, bem como para o favorecimento de seu processo de constituição. Contu-do, às práticas atribuídas culturalmente ao campo da paternidade são atrelados significados e sentidos produzidos em contextos históricos singulares. O termo significado, conceito empregado pela abordagem histórico-cultural (Vygotsky, 1984), está atrelado à noção de compartilhamento social; duas ou mais pessoas podem se entender na medida em que estão inseridas em um mesmo contexto se-mântico e empregam um grande número de palavras às quais atribuem o mesmo significado. Por sua vez, o termo sentido trata-se de um conceito que diz respeito às experiências do sujeito que são únicas, pessoais, porém, vale destacar, não indi-viduais e sim constituídas na dinâmica dialógica, como produtos da história e da cultura. O sentido atribuído por um determinado sujeito a um determinado fato é, portanto, dialeticamente, singular e coletivo.

A possibilidade de o sujeito atribuir sentidos diversos ao socialmente estabele-cido demarca a sua condição de autor, pois, embora essa possibilidade seja circuns- crita às condições sócio-históricas do contexto em que se insere, que o caracteriza como ator, a relação estabelecida com a cultura é ativa, marcada por movimentos de aceitação, oposição, confrontamento, indiferença (Zanella, 2004, p. 9).

Nesta pesquisa, os marcadores sociais de gênero, classe social e geração são investidos de especial importância na medida em que esta investigação refere-se às práticas de cuidados de adolescentes pais oriundos de famílias com baixa-renda. De acordo com a ancoragem analítica que norteia esta investigação, a abordagem his-tórico-cultural em Psicologia, os processos singulares de constituição dos sujeitos ocorrem em meio às relações sociais que, dialeticamente, são produzidas/produto-ras pelos/dos sujeitos. No contexto das relações sociais, mediadas semioticamente, os sujeitos apropriam-se dos significados produzidos e acumulados na história de seu grupo e atribuem sentidos aos mesmos (Vygotski, 1995).

Quanto ao cenário das paternidades, entendida no plural, tendo em vista as múltiplas formas de exercício desta atribuição social, Fuller (2000) indica mudan-ças e permanências no significado que, para a população masculina, tem o exercí-cio da paternidade. Segundo a autora, resultados de estudos realizados no Brasil, Chile, Colômbia, México e Peru indicam que o pai é significado, além de protetor e provedor, também como formador e educador de seus filhos, verificando-se, por-tanto, uma ampliação das práticas atribuídas ao exercício da paternidade.

No decorrer das últimas décadas, investigações sobre a paternidade passaram a apontar no imaginário social o “surgimento de um pai cuidador, um novo pai, com uma nova paternidade em que há um envolvimento maior dos homens-pais nos cuidados dos filhos, acentuando as relações de afeto, a subjetividade e a liber-dade no relacionamento familiar” (Resende & Alonso, 1995, p.67). Esta tendên-cia em situar as discussões sobre a “nova paternidade” atrelada ao surgimento de um “novo homem”, configurando uma “nova heterossexualidade”, implica uma crítica ao entendimento da masculinidade, geralmente, pensada no singular. Nes-te sentido, verifica-se uma tendência nos estudos de gênero em se empregar o ter-mo masculinidades, tendo em vista a pluralidade de vozes masculinas, pluralidade esta que se contrapõe à compreensão naturalizada do fenômeno da masculinidade como um discurso hegemônico, como força opressiva homogênea.

No cenário das paternidades, inclui-se a paternidade na adolescência. A paterni-dade e a maternidade na adolescência são compreendidas, aceitas e reconhecidas de maneira diferenciada, de acordo com o contexto histórico no qual este fenômeno é produzido. Porém, no contexto ocidental e urbano, em especial entre as camadas com renda média e alta, as motivações ou causas da gravidez na adolescência são apontadas tendendo para uma patologização deste fenômeno. Tendo em vista a valorização da capacitação acadêmica e profissional, o projeto de maternidade e/ou constituição de uma família é adiado, de maneira a favorecer a inserção no mercado de trabalho e a conseqüente independência financeira (Pinheiro, 2000).

Quanto à gravidez no mundo adulto, parte-se do pressuposto de que toda a gestação ocorrida neste período do ciclo vital consiste no produto de uma decisão, de um planejamento ou de um desejo de ambos os parceiros. Porém, o aspecto etário não é pré-requisito para o estabelecimento de uma relação de cuidados en-tre pais e filhos. A maior parte dos adolescentes pais (grávidos) entrevistados por Siqueira e colaboradores (2002) demonstraram interesse em acompanhar as suas parceiras no atendimento médico pré-natal, os quais gostariam de acompanhar a gestação com maior proximidade, ‘ouvir o coração do bebê’. Entretanto, consta-tou-se que a sugestão de que estes adolescentes participassem desse processo junto com as parceiras, pareceu não compor a rotina dos programas investigados.

No cotidiano em nossa sociedade, freqüentemente, a paternidade na adoles-cência é reprovada, partindo-se do pressuposto de que o adolescente não tem con-dições de atuar como pai, atuação esta fortemente atrelada ao provimento dos fi-lhos. Entende-se que o viés alarmista pode contribuir para com o afastamento do jovem de sua responsabilidade perante a participação na gravidez de sua parceira. A desconsideração das implicações de uma gravidez, por sua vez, pode ocasionar uma omissão dos serviços de saúde e educação, no que se refere ao favorecimento da possibilidade dos adolescentes discernirem sobre os seus projetos de vida e as implicações de seus atos, independente de os mesmos decidirem tornarem-se pais ou não, neste momento de suas vidas. Isto porque, tal como no mundo adulto, a paternidade na adolescência pode ser significada de diversas maneiras, podendo ser desejada ou indesejada, planejada ou não planejada, não cabendo aos estudio-sos nem patologizá-la, nem enaltecê-la.

Neste contexto, faz-se necessário definir o que se entende aqui por adolescên-cia. Tendo em vista a adoção da teoria histórico-cultural como matriz teórica, seria incoerente o entendimento da adolescência como um fenômeno essencia-lizado, de caráter universal. Parte-se do princípio de que as experiências vividas pelos adolescentes são plurais, bem como os sentidos conferidos a tais experiên-cias, sendo que o processo de constituição dos sujeitos está atrelado a uma multi-plicidade de fatores, tais como: etnia, classe social, tradições culturais e religiosas, orientação sexual, entre outros que singularizam cada adolescente.

Assim, pode-se considerar a adolescência, tal como é pensada contempora-neamente, como um fato social produzido na/pela modernidade, em contextos urbanos industrializados. Ariès (1981) indica o processo de produção do conceito de adolescência como período específico e demarcado, caracterizado pela passa-gem da infância para vida adulta, em decorrência da conquista da independência econômica. Sendo assim, geralmente, a definição da adolescência é delineada, paradoxalmente, não pelos aspectos que a caracterizam ou pela sua positividade, mas tendo em vista a passagem da infância para a adultez com a manifestação de alguns fatores e ajustes psicológicos e sociais tidos como próprios da vida adulta, que demarcariam, portanto, o fim deste período no processo de constituição do sujeito. A adolescência é definida pelo que não é (nem infância nem adultez), sen-do que os aspectos que caracterizam este processo não costumam ser abordados.

No que diz respeito à demarcação da adolescência, quando esta é designada em uma dada cultura, diversos critérios podem estar em jogo para defini-la. O critério etário destaca-se em nossa sociedade, porém a delimitação da adolescência pode variar em um mesmo contexto cultural, podendo um sujeito ser entendido ou não como adolescente, tendo em vista aspectos como o seu estado civil e a condição financeira, por exemplo. É por isso que alguns estudiosos (Caridade, 1999; Machado Luz & Castro e Silva, 1999; Lyra & Medrado, 1999) têm pre-ferido empregar o termo adolescências, com o intuito de destacar a tentativa de superação do uso de conceitos genéricos, haja vista a diversidade de grupos sociais e especificidades históricas que acarretam na produção deste fenômeno.

Quando o termo adolescência for aqui empregado, estar-se-á referindo a de-terminados sujeitos inseridos na cultura ocidental com idade entre 10 e 19 anos, conforme estabelecido pela Organização Mundial de Saúde. Quanto à delimita-ção etária da juventude, a mesma organização sugere a faixa entre 20 e 24 anos de idade (World Health Organization, 2004).

No processo de realização deste estudo, as análises serão efetivadas pautando-se nos conceitos de direitos sexuais e reprodutivos, uma vez que o próprio objeto da investigação inclui-se neste campo. Nesta perspectiva, a discussão oficial sobre os eixos principais das políticas de saúde reprodutiva destaca o direito à regulação da fecundidade, à segurança na gravidez e no parto, ao cuidado da criança e ao exercício pleno da sexualidade.

A Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, organizada pela ONU e realizada no Cairo em 1994, ressaltava o direito de se usufruir uma vida sexual satisfatória, bem como destacava a liberdade de cada sujeito para pro-criar ou não (Figueroa Perea, 1999). Nesta conferência também foi incluída, ex-plicitamente, a preocupação em promover a participação do homem no âmbito da reprodução e advogou-se tanto pelo incentivo à produção teórico-conceitu-al, quanto pelo desenvolvimento de estratégias de intervenção em saúde pública (Marcondes, 1999).

Uma das temáticas que vem sendo alvo de pesquisa no campo dos direitos humanos consiste na saúde sexual e reprodutiva das populações adolescentes e, conseqüentemente, nos trabalhos de intervenção nesta área destinados a estes su-jeitos. Ribeiro (2002) chamou a atenção para a importância de se garantir efetiva-mente os direitos sexuais e reprodutivos dos adolescentes. Nos estudos elaborados

pelo PIPA (Siqueira et al, 2002), desde 1998, constatou-se que os jovens investi-gados consideravam o risco de uma gravidez maior que o risco de contrair o HIV. Contudo, como destaca Vera Paiva (2000), ambos, gravidez e contágio, podem ser produto da mesma relação sexual, da mesma decisão ou falta de decisão dos parceiros diante destas possibilidades. Apesar disso, infelizmente, a maioria das iniciativas de planejamento familiar e saúde reprodutiva são voltadas exclusiva-mente para as mulheres e quase sempre desenvolvidas a despeito dos programas voltados à prevenção de DST/AIDS e vice-versa. Esses aspectos acabam por se tornar um obstáculo para a principal mudança de comportamento sexual exigida pela epidemia da AIDS: o diálogo e o compartilhamento da prevenção.

Aqui, convém resgatar a definição de saúde reprodutiva apresentada no relató-rio da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher que afirma que os direitos repro-dutivos abarcam certos direitos humanos reconhecidos internacionalmente. De acordo com o relatório, a saúde reprodutiva consiste em um estado de bem-estar bio-psico-social e não meramente na ausência de sintomas que caracterizam uma dada enfermidade relacionada ao sistema reprodutivo de alguma maneira: “A saúde reprodutiva implica, assim, a capacidade de desfrutar de uma vida sexual satisfatória e sem risco, em que se tem a capacidade de procriar e a liberdade para de-cidir fazê-lo ou não fazê-lo, quando e com que freqüência” (ONU, 1996, p. 77).

Esta monografia pretende contribuir para fundamentar a discussão sobre os di-reitos sexuais e reprodutivos, especialmente dos adolescentes, entendendo-se esta produção acadêmica como um subsídio para a elaboração de políticas públicas desti-nadas a estas populações. Assim sendo, este trabalho contribui para com a produção referente à temática da paternidade na adolescência, na medida em que se pretende responder à seguinte pergunta de pesquisa: Quais os sentidos que adolescentes pais atribuem à paternidade e ao lugar paterno no cuidado dos filhos?

2. OBJETIVOS

**Objetivo geral:**

-Investigar os sentidos que adolescentes pais atribuem à paternidade e à sua participação nas práticas de cuidados aos filhos.

**Objetivos específicos:**

-Identificar os sentidos que os adolescentes pais entrevistados atribuem às prá-ticas exercidas e o lugar social que ocupam em relação aos filhos.

-Identificar os arranjos e re-arranjos que estes homens efetuaram ou pretendem efetuar em seus modos de vida, face ao advento da paternidade.

-Contribuir para a elaboração de políticas públicas no âmbito dos direitos se-xuais e reprodutivos mais adequadas a esta população.

**3. MÉTODO**

Participaram deste estudo como sujeitos de pesquisa adolescentes pais. A faixa etária adotada para delimitar a adolescência baseia-se no referencial da Organi-zação Mundial de Saúde: 10 a 19 anos (WHO, 2004). Muitas críticas podem ser tecidas à rigidez do estabelecimento de uma delimitação etária de um grupo, porém tal escolha foi feita com fins didáticos, bem como para tornar possível o delineamento de critérios para a localização de informantes para a realização desta investigação. Tal faixa etária trata-se de somente uma entre outras tantas propos-tas de delimitação etária identificadas na literatura, contudo fez-se esta escolha teórica tendo em vista o alcance mundial desta organização, buscando empregá-la, na medida do possível, de maneira dinâmica e contextualizada.

Os oito participantes deste estudo foram localizados através de suas par-ceiras que estavam realizando os atendimentos obstétricos no ambulatório de atendimento pré-natal do Hospital da Universidade Federal de Santa Catarina. Os sujeitos foram selecionados considerando-se, apenas, a idade destes e sua disponibilidade em participar da pesquisa. Foram utilizados como instrumen-tos de coleta e registro de informações o Diário de Campo –no qual foram ano-tadas todas as impressões e percepções da pesquisadora durante as observações e encontros com os sujeitos; o Roteiro de entrevista; e o Gravador - utilizado com o consentimento dos sujeitos.

Por intermédio da análise de discurso dos sujeitos entrevistados nos moldes de Orlandi (2002), buscou-se compreender o movimento dinâmico, histórico e cultural dos sentidos atribuídos pelos sujeitos à paternidade e ao lugar paterno no cuidado aos filhos. Destaca-se o fato de que com este tipo de análise “não se objetiva alcançar o sentido do texto, até porque, de certo modo, isto seria reduzir a sua riqueza. Ao contrário, sua finalidade é, antes, fornecer uma interpretação dentre as várias possíveis” (Coutinho, p.328, 1998).

O emprego da estratégia de análise do discurso sobre o material obtido favo-

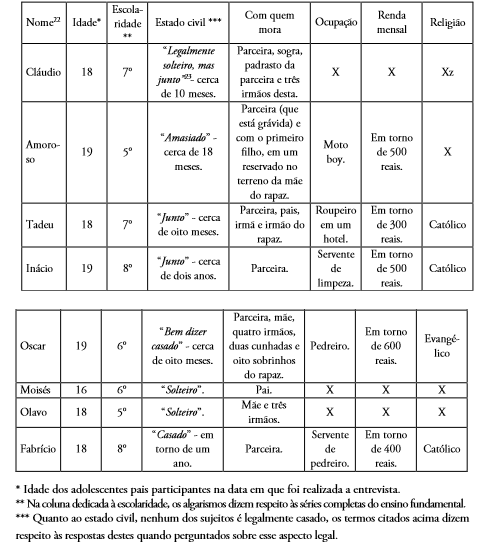
receu a identificação de contradições, lacunas e inconsistências discursivas que possibilitam um certo rigor analítico no processo de realização da investigação. Nesse sentido, os depoimentos foram alvo de análises em profundidade/verticais (internas a um mesmo discurso) e transversais (entre os discursos dos sujeitos).

Os participantes desta investigação foram abordados na entrevista contem-plando-se diversos aspectos, tais como: a família de origem dos sujeitos, desta-cando-se o relacionamento com o pai; o relacionamento com a mãe de seu filho; os sentidos atribuídos à paternidade e a relação de cuidados. Devido ao limite de páginas desta monografia, optou-se pelo aprofundamento dos sentidos atribuídos à paternidade e à relação de cuidados que estes adolescentes estabeleceram e/ou pretendem estabelecer com seu(s) filho(s), não perdendo de vista a perspectiva relacional com a mãe de seus filhos.

4. **RESULTADOS DA PESQUISA E DISCUSSÃO**

**4.1 Caracterização dos sujeitos entrevistados**

A partir desta caracterização, pretende-se esboçar um panorama geral das con-dições de vida e do perfil sócio-econômico dos sujeitos entrevistados. Na página seguinte se encontra um quadro que contém aspectos gerais do cotidiano dos oito adolescentes pais entrevistados nesta investigação



No que tange o número de filhos de cada sujeito, sete deles são pais do pri-meiro filho, sendo que Amoroso é pai de uma criança (de cerca de nove meses) e estava experienciando a gestação do segundo filho. Outros três rapazes estavam acompanhando a gestação das parceiras. Os filhos dos demais sujeitos (4) tinham nascido recentemente, entre um dia e duas semanas.

Todos os sujeitos entrevistados são catarinenses. Quanto ao local onde residiam os participantes, sete deles moravam em Florianópolis e um deles mudou-se para vários locais ao longo do último ano; durante a pesquisa estava morando em Crici-úma e sua filha recém-nascida encontrava-se internada no Hospital Universitário.

Tratando-se da casa onde estava morando, Inácio morava em domicílio pró-prio, tendo ele sido adquirido e construído a partir de suas economias. Fabrício estava morando em uma residência emprestada por um amigo, mas realizou uma série de mudanças antes e durante a pesquisa. Os demais participantes residiam com familiares (6), sendo que três deles moravam na casa de sua família com a par-ceira (Amoroso, Tadeu e Oscar) e um na casa da família da parceira (Cláudio).

Entre os seis entrevistados que se consideravam casados, geralmente, o tempo que coabitavam com a parceira estava em torno do período em que a gestação ocorreu ou foi verificada. Inácio e Fabrício passaram a morar com a parceira antes da ocorrência da gestação que, no caso de Fabrício, ocorreu cerca de quatro meses após a união. Rafael e Olavo não moravam com suas parceiras, destacando-se no caso do segundo, maior confusão na definição do estado civil.

Todos os entrevistados haviam evadido da escola, sendo que nenhum deles tinha o ensino médio completo. A escolaridade destes adolescentes é marcada por um histórico escolar de incompatibilidade entre sua idade e o nível de ensino, já havendo atraso escolar (entre um e seis anos) na época da interrupção dos estu-dos. Em geral, os sujeitos pararam de estudar para trabalhar antes da ocorrência da gestação. Apenas Olavo interrompeu seus estudos após a notícia da gestação, mas ele não passou a trabalhar após a evasão. Fávero e Mello (1997) consideram que a gravidez entre jovens sem perspectiva de sucesso escolar ou profissional pode consistir em estratégia de reconhecimento social.No que diz respeito à renda mensal dos participantes, três deles não traba-lhavam remuneradamente. Quanto aos demais, a renda oscilava entre 300 e 600 reais. Quanto à tradição religiosa, entre os sujeitos (4) que declararam um vínculo com alguma instituição religiosa, não se destacou a relação entre o posicionamen-to destes e valores de caráter religioso.

**Paternidade**

**Negociação do método contraceptivo e o projeto de paternidade**

Todos os sujeitos entrevistados, com maior ou menor freqüência, já haviam vislumbrado a possibilidade de virem a ser pais. Contudo, apenas dois partici-pantes estavam mantendo relações sexuais planejando a gestação (Inácio e Oscar), ainda que estes mesmos sujeitos tenham considerado este empreendimento preci-pitado após a confirmação da gravidez de suas parceiras. Inácio e sua parceira pla-nejaram a gestação e interromperam o uso do preservativo e do anticoncepcional com este fim. Oscar namorava a parceira em torno de dois anos (desde que ela tinha 12) quando o casal planejou a gestação, aliás, eles começaram a ter rela-ções sexuais com esse propósito e após dois meses ela estava grávida. Este rapaz, apesar de já haver pensado em ser pai antes, enfatizou que era a parceira quem desejava mais a gestação: “Achava ela nova, mas ela disse que queria ter um filho meu”. Neste caso, a paternidade e a maternidade pareceram estar relacionadas a uma autorização para a ocorrência das relações sexuais. Fávero e Mello (1997), ao abordar a maternidade na adolescência, identificaram associações entre o sexo e a transgressão, consistindo o casamento em reparação desta infração. Olavo declarou que a gravidez não foi planejada nem desejada, não se im-plicando na fecundação, considerando o evento como “coisa dela” (da parceira). Quanto aos demais participantes, as gestações das companheiras não foram con-sideradas planejadas, mas desejadas. Sobre a adoção de métodos contraceptivos, Tadeu foi o único sujeito que apontou o uso constante da camisinha, porém, segundo este participante, um dia o preservativo estourou e o casal não se preocupou com este fato, pois já desejava a gestação, apesar de não ter havido planejamento. Ao abordar a confirmação da gravidez através de um exame laboratorial, disse: “Daí deu tudo certo”.

Sobre o comportamento preventivo dos cinco demais participantes, houve uma interrupção ou descontinuidade do uso de métodos contraceptivos e/ou o emprego de métodos de baixa eficácia como a tabelinha e o coito interrompido, denotando uma dificuldade para lidar com outros métodos que não a camisinha. A temática do aborto não estava diretamente contemplada no roteiro de entrevis-ta, mas Amoroso e Olavo manifestaram reprovação a esta prática, diante da su-gestão de suas parceiras. Arilha (1999) também identificou entre os homens que entrevistou a crença que eles têm de que podem determinar o posicionamento das parceiras frente ao aborto, direcionando a sua decisão.

Quanto à dificuldade em lidar com a sexualidade e suas implicações, Fabrício responsabilizou a sua família, na qual não havia diálogo sobre este tema. Cláudio e sua parceira conheceram-se em um projeto da prefeitura de Florianópolis volta-do para a educação sexual de jovens, ainda assim, este rapaz demonstrou dificul-dades em lidar com a negociação do uso de métodos contraceptivos/preventivos. De alguma forma, os participantes desta investigação denunciaram a escassez de espaços destinados ao favorecimento do acesso à informação, à discussão e à refle-xão sobre aspectos envolvidos no exercício da sexualidade, tais como as relações de gênero que circunscrevem a negociação do uso de métodos contraceptivos/ preventivos. Neste contexto, Ribeiro (2002) afirmou que os direitos sexuais e reprodutivos não estão efetivamente sendo garantidos aos jovens brasileiros.

No que tange ao controle da fecundidade, Fabrício, Cláudio e Olavo (especial-mente, estes dois últimos) depositaram uma maior parcela de responsabilidade na parceira. Olavarría (2001) associa o comportamento dos homens que não assumem as conseqüências do exercício de sua própria sexualidade, com a forma como os mesmos interpretam seus corpos (a necessidade de satisfazer seus desejos seria mais intensa do que as conseqüências do exercício sexual, pois tal necessidade comporia a sua ‘natureza’). Neste sentido, a responsabilidade pelas conseqüências do exercício da sexualidade do casal seria culturalmente atribuída, em grande medida, à mulher, em função do fato de que a gestação se daria em seu corpo.

Segundo a literatura especializada, a saúde sexual e reprodutiva, na socie-dade ocidental, tem sido principalmente atrelada às mulheres. (Figueroa Perea, 1998; Figueroa Perea, 1999; Villa, 1997; Villa, 2001) . Nesse sentido, a preo-cupação acadêmica com a maternidade em detrimento da abordagem da pater-nidade está relacionada à naturalização da relação mãe-filho e a conseqüente descontextualização do processo histórico-cultural de produção deste padrão hegemônico de relacionamento. ventivo, os participantes demonstraram saber acessar e usar a camisinha, apesar de Tadeu ter declarado que a gravidez da parceira ocorreu como conseqüência da ruptura de um preservativo, fato que geralmente decorre do seu uso inadequado. Em última análise, a camisinha, quando empregada, teve um fim contraceptivo, com exceção de Olavo que usou o preservativo até a realização de um exame (não especificou de quais doenças sexualmente transmissíveis ou se somente da Aids), o qual foi por ele considerado como uma garantia de prevenção do contágio por DST. A confiança também foi apontada como garantia de prevenção a DST, ten-do sido explicitada no discurso de Cláudio e Fabrício.

Segundo Paiva (2000), pesquisas têm constatado que o amor e a paixão dissol-vem o risco, sendo que a cogitação de que o parceiro sexual pode ser portador de uma DST, equivale a uma ofensa, uma demonstração de desconfiança do outro. Portanto, a prevenção de DST geralmente não foi abordada no discurso destes adolescentes e, quando citada, foi tratada como uma preocupação secundária ra-pidamente contornada, tendo como pano de fundo a confiança, mesmo quando a problemática da infidelidade masculina e da desconfiança feminina é tangenciada por Olavo e Fabrício (Oscar também citou o “ciúme” da parceira, mas não foi identificada em sua entrevista uma situação de deslealdade com a parceira).

**4.2.2 Sentidos atribuídos à paternidade**

No delineamento da paternidade, todos os participantes destacaram a dimen-são amorosa como uma atribuição do pai, destacando-se os substantivos amor, carinho e atenção. Cláudio enfatizou a importância da afetividade, pois conside-rava que na ausência do vínculo amoroso o “filho pode se revoltar contra o pai e a mãe. (...) Por isso que vou tratar bem a minha princesinha”. Moisés, por sua vez, considerou que ideal “é o pai que, sei lá, tá presente na hora que o filho precisa. (...) como no primeiro dia de aula, por exemplo, ir ao médico, essas coisas assim. No começo é sempre difícil”. Cláudio afirmou que, além do patrimônio financeiro, pretende que a filha herde a educação, os valores e o carinho que lhe deu, assim como Amoroso que declarou que o pai ideal “não deixa faltar nada”, referindo-se tanto a condições materiais quanto ao amor e o carinho. A vivência da paternidade atrelada ao estabelecimento de vínculos afetivos com os filhos tem sido apontada pela literatura especializada (Trindade, 1991; Resende & Alonso, 1995).

O compromisso com a manutenção e/ou a conquista de um emprego são cruciais na definição de paternidade destes rapazes, que em diversos momentos justificam as suas ausências no cuidado dos filhos em detrimento da atividade remunerada. A problemática do trabalho e do provimento destacaram-se no dis-curso dos sujeitos entrevistados de tal maneira que serão abordadas à parte, no próximo capítulo deste trabalho.

Sobre o exercício da paternidade, destacou-se no discurso dos participantes o compromisso de “Tentar dar tudo de melhor para o filho” (Tadeu), que também foi expressamente declarado por Cláudio, Amoroso, Inácio e Fabrício. O lugar do pai como educador e/ou disciplinador dos filhos também foi abordado pelos sujeitos e será aprofundado no capítulo deste trabalho destinado à abordagem da relação de cuidados estabelecida, ou que se pretende estabelecer com os filhos.

Em se tratando da participação dos entrevistados no pré-natal, Amoroso, Ta-deu, Inácio e Oscar buscaram estar presentes em todos os atendimentos médicos, ausentado-se de um ou alguns deles somente quando não foi possível a negociação com seus empregadores para a dispensa do trabalho no horário das consultas. No caso de Oscar, quando não pôde comparecer, uma de suas cunhadas ou sua mãe o fizeram. Tadeu e Oscar destacaram sua satisfação em ter participado também do parto e pós-parto das companheiras. Moisés afirmou que buscava participar do pré-natal, às vezes em que não compareceu foram justificadas pelas brigas do casal; quando eles brigavam, ele não comparecia. Tadeu e Moisés também parti-ciparam com suas parceiras de grupos de gestantes, no caso de Tadeu, de todos os encontros. Verificou-se que determinadas respostas fornecidas por estes sujeitos, especialmente no que se refere à relação de cuidados que pretendem estabelecer com seus filhos, estavam fundamentadas na experiência com o grupo de casais grávidos. Amoroso, Inácio e Fabrício ainda comentaram sobre o hábito que ti-nham de conversar com o bebê no útero da parceira. Portanto, estes adolescentes consideravam, em maior ou menor grau, que o exercício da paternidade pode ser anterior ao nascimento do filho.

Cláudio, Olavo e Fabrício não participaram do pré-natal de suas companhei-ras. No decorrer da entrevista, diversas vezes, Cláudio afirmou: “Eu quero tá do lado da minha filha quando ela nascer”. Porém, o trabalho de parto da parceira que foi acompanhado pela mãe da garota, enquanto o rapaz foi a uma entrevista de emprego. Olavo, não esteve presente no trabalho de parto do filho, pois sua parceira solicitou a presença de uma tia da mesma neste momento. Fabrício, por sua vez, disse que não acompanhou o pré-natal em função de seu horário de trabalho e que gostaria de ter participado e visto um ultra-som ao menos, bem como de estar presente na sala de parto, mas não foi convidado pela equipe da maternidade onde seu filho nasceu, em Criciúma.

Apesar da declaração de um vínculo com seus filhos anterior ao nascimento deles, Cláudio, Amoroso e Oscar manifestaram que a reação ou a identificação com a paternidade ocorre efetivamente após o nascimento da criança. Amoroso, quanto ao primeiro filho declarou: “Ele é a minha vida”; quanto ao segundo: “A reação acho que é só quando nasce mesmo”. Cláudio, afirmou que apesar de já sentir amor pela filha, ainda não se vê como pai: “ainda não consigo, quando ela falar pai, vai ser um impacto muito forte, vai ser gostoso, vou ficar dizendo ‘re-pete’, aquele pai bem bobo”. Segundo Oscar, o fato de ver a filha superou as suas expectativas: “Foi melhor do que eu pensei”. Assim, estes três rapazes destacam a importância da relação direta com o outro, especialmente o filho, que significará o seu lugar de pai. O sentido da paternidade é produzido na relação dialógica, no processo de relacionamento com o próprio filho, portanto, como produto histó-rico e cultural (Vygostski, 1984).

A responsabilidade foi diretamente atrelada à definição de paternidade de Cláudio, Amoroso, Moisés, Olavo, Oscar e Inácio (estes dois últimos associam a paternidade à responsabilidade por suas parceiras, que têm 14 e 16 anos, respec-tivamente). Amoroso, seria pai pela segunda vez, considerou que passaria a ter “mais responsabilidade ainda”. Amoroso, Moisés e Fabrício pressupunham que a paternidade “amadurece a pessoa” (Amoroso), “muda a mentalidade” (Moisés). Moisés imaginou que, quando o filho nascer, deverá “ter mais de 18 anos”. Neste sentido, Amoroso declarou que se tornar pai também protege o jovem de riscos: “Gostei. Ah, muda bastante a pessoa. Eu se de repente não tivesse tido o filho, acho que eu não ia mais tá casado, ia tá por aí se divertindo, na verdade. Quem tá na rua o risco, acabar acontecendo alguma coisa”.

Todos os participantes em algum momento declararam que consideraram que a paternidade aconteceu “cedo”, sendo que Amoroso considerou precoce somente a segunda gestação de sua parceira. Ainda assim, todos se declararam felizes por serem pais. Abaixo segue a especificidade da abordagem de cada um deles sobre a precocidade da paternidade.

Cláudio preferia que a gestação da parceira houvesse acontecido em outro momento de sua vida, “Não posso falar quando eu for grande, porque eu já sou grande. (...) É um sonho que tá se realizando. Tá se realizando cedo, mas tá se realizando”. Amoroso, declarou que o primeiro filho “veio na hora certa” e “o se-gundo veio um pouco adiantado”. Tadeu disse que a gestação poderia ter aconte-cido “mais tarde”, mas, “por outro lado, poderia ser qualquer hora”. Inácio, apesar de ter planejado a gestação com sua parceira, diante da confirmação da gravidez, pensou que poderia ter adiado tal empreendimento. Oscar, por sua vez, conside-rou-se “um pouco novo” para ser pai, mas a ênfase está em considerar precoce a gravidez da parceira que tem 14 anos.

Moisés, apesar de não fazer uso de nenhum método contraceptivo com sua parceira, imaginava que viria a ser pai de um filho dela em um futuro “Bem mais pra frente, bem mais pra frente mesmo! Mesmo. Acabou acontecendo”. Fabrício também havia projetado a gestação da parceira, mas o “projeto não seria pra ago-ra, mais pra daqui um ano, dois anos (...) mas não deu, fazer o que, paciência, né”. Contudo, este entrevistado considerou-se “preparado para ser pai, entendeu. Eu tô preparado pra ser pai, eu acho que eu tô, entendeu.” Isto porque a sua “vontade é grande”, assim como porque entre seus amigos, apesar de ser o rapaz mais novo, dava conselhos para todos, tendo considerado-se o “mais ajuizado da turma”.

Apesar do fato de que Olavo não estava estudando, nem trabalhando no momento em que a gestação da namorada ocorreu, durante a entrevista, este participante vislumbrou o futuro que desejava pra si antes do advento desta gravidez, não tendo incluído a paternidade de imediato neste projeto: “Antes, só eu e não ter namorada ... Ah, pensava em terminar meus estudo, arrumar um trampo pra mim. Sei lá, ser alguma coisa... Adevogado, sei lá, algum...uma pessoa experiente”. Este registro ilustra o movimento de produção do discurso deste participante na relação com o interlocutor (Vygotski, 1984), neste caso, a pesquisadora.

O hipotético adiamento da paternidade está relacionado, principalmente, à estabilidade financeira e, em alguns casos (Cláudio, Oscar, Olavo, apesar de te-rem evadido da escola antes da gestação da parceira), atrelado à conclusão dos estudos, objetivando este mesmo fim. A avaliação da gestação da companheira como precoce também estaria atrelada ao lazer (Inácio e Cláudio frisaram esta dimensão com palavras como “curtir” e “aproveitar” mais antes de serem pais) e ao processo de constituição do sujeito. Cláudio gostaria de ter mais experiência, Inácio “Queria amadurecer mais um pouco. Ganhar mais um pouco de juízo, essas coisas” e Moisés declarou que a adolescência “É uma fase que tu, tu ainda tá se desenvolvendo, entendeu? (...) mais o psicológico da pessoa assim. (...) Tem pessoas de 16 anos que tem o físico se desenvolvendo ainda. Eu não tenho cara de 16. Mas principalmente o psicológico, a parte financeira, isso tudo. (...) Pre-cisa ser responsável e ter um bom trabalho”.

O lamento pela perda da “adolescência” foi apontado por Cláudio e Inácio, na medida em que relacionaram este período ao lazer e ao descompromisso, enquan-to a paternidade à responsabilidade. Apesar de estarem felizes com o nascimento de seus filhos, disseram que gostariam de ter aproveitado mais o período de suas vidas que antecedeu à gestação das parceiras, considerando que a partir de então tiveram de abrir mão desta condição. Esta observação destes dois rapazes está intimamente relacionada com as suas definições de adolescência e explicitam o caráter dinâmico que supera a delimitação cronológica deste período do ciclo vital. (Ariès, 1981; Caridade, 1999; Machado Luz & Castro e Silva, 1999; Lyra & Medrado, 1999 e Kahhale, 2003).

No que diz respeito à quantidade de filhos que pretendiam ter, nenhum en-trevistado planejava ter um outro logo após o que tiveram ou que estava sendo gestado. Tadeu e Moisés não excluíram a possibilidade de ter um filho daqui a “bastante tempo” (Tadeu), “quem sabe, bem mais tarde! (...) até o nosso filho fazer uns 17, 18” (Moisés).

Oscar, Inácio e Fabrício não mencionaram o projeto de terem outros filhos. Oscar, apesar de sua origem em uma família numerosa, considerou que não terá outros filhos. Inácio, quando criança, costumava dizer para sua mãe que iria lhe

dar uma netinha, pois ela só teve filhos do sexo masculino - e estava feliz, já que teria uma filha. Fabrício não pretendia ter outro filho, “assim, meu sonho é ver uma menina no meu colo toda de rosa, sabe. Bem bonitinha, bem bonequinha, sabe” - e ele havia tido uma filha.

Amoroso que foi pai pela segunda vez, gostaria de ter esperado um intervalo maior entre o nascimento dos filhos, mas que agora o casal iria cuidá-los como se fossem “gêmeos” e desejava que este bebê fosse uma menina. Caso desta vez não fosse formado “o casal” de crianças, pretendiam ter um terceiro filho “mais tarde” - número máximo de filhos que admitiam. Amoroso demonstrou estar preocupa-do com a possibilidade de o primeiro filho ficar enciumado com o nascimento do irmão. Cláudio também gostaria de ter um “casal” de filhos e preferia que a diferença entre eles fosse de dois anos “pra que um pudesse cuidar do outro, meu sonho era ter me criado com um irmão”, mas imaginou que só daqui há dez terá “condições” de ter um outro filho. Olavo pretendia ter uma filha quando ele esti-vesse trabalhando e estudando, além do filho estar matriculado em uma creche.

O questionamento sobre o sexo dos filhos não constava no roteiro de pesqui-sa. Contudo, com exceção de Tadeu e Moisés que não abordaram esta temática, verificou-se que entre os demais sujeitos o sexo do bebê foi apontado como im-portante variável na projeção do número da prole. Este dado sugere a importância da problematização do imaginário social referente ao sexo dos filhos e a questão de gênero nos programas públicos voltados para o controle da natalidade.

**4.2.3 O lugar do trabalho e do provimento no delineamento da paternidade**

A dimensão do trabalho foi abordada pelos entrevistados ao longo de todas as entrevistas, tanto na identificação do sujeito, como na relação com a parceira e/ou de cuidados para com o filho, e, especialmente, na condição de importante aspec-to no delineamento da paternidade. Todos os participantes, em maior ou menor grau, indicaram o pai como o maior responsável pelo provimento da família.

Olavarría (2001) afirma que os modelos dominantes de paternidade e ma-ternidade estabelecidos na cultura tratam-se de referências a partir das quais os sujeitos se comparam e são comparados. Segundo Arilha (1999), “‘fazer filhos’ seria uma capacidade de todo homem, mas sustentar e prover de respeito seria um passo importante na obtenção de status mais elevavo entre os pares” (p.464).

É importante ressaltar que seis participantes desta pesquisa trabalhavam ou já haviam trabalhado antes da gestação da parceira. Olavarría (2001) tendo in-vestigado o significado da experiência de ser pai com jovens de Santiago, Chile, aponta que, no decorrer da adolescência, jovens dos setores populares passam a assumir responsabilidades ligadas ao provimento de suas famílias, seja esta res-ponsabilidade imposta, requerida ou realizada por iniciativa de contribuir para com a manutenção da família. Assim, tem início uma dupla jornada para os ado-lescentes que combinam o estudo com a realização de trabalho ocasional. Neste contexto, para um grande número de jovens oriundos de famílias de baixa renda, ocorre a gravidez da parceira e a paternidade, em um momento em que já estavam inseridos, mesmo que precariamente, no mercado de trabalho.

Olavo, Cláudio e Moisés encontravam-se desempregados no dia da entrevis-ta, sendo que o primeiro nunca havia trabalhado de maneira remunerada. Estes três participantes consideravam que, futuramente, seriam responsáveis financei-ramente pelos filhos, tendo Olavo abordado esta questão com menor segurança: “Eu não sei porque daí tem que ver né. Eu acho que é eu (ri)”. Tadeu passou a trabalhar após a confirmação da gravidez da parceira. Amoroso, no dia da entre-vista, estava recebendo seguro-desemprego, tendo ele desejado a demissão, para vir a ser admitido em um emprego cujo salário era maior, na medida em que estava aguardando o nascimento do segundo filho. Villa (2001) constatou que a paternidade contribui para a inserção permanente de jovens homens no mercado de trabalho argentino.

A parceira de Amoroso era a única que estava trabalhando, mesmo que somen-te alguns dias da semana, no estabelecimento comercial de sua mãe. As compa-nheiras de Fabrício e Tadeu já haviam trabalhado e estavam desempregadas alguns meses antes de ficarem sabendo que estavam grávidas. Cláudio declarou que gos-taria que a sua parceira não precisasse trabalhar e Fabrício que poderia trabalhar “pelos dois”, enquanto Moisés imaginou que terá dificuldade para matricular o filho em uma creche, preferindo que a parceira ficasse cuidando do mesmo, mas também pensou que seria bom ela trabalhar para “ajudar” com as despesas. Inácio e Oscar, cujas parceiras tem, respectivamente, 16 e 14, sentiam-se especialmente responsáveis pelo provimento das mesmas.

Olavo descartou a possibilidade da parceira vir a trabalhar, de maneira remu-nerada, pois considerava que ela não se sente capaz. Moisés, por sua vez, ressaltou que, se sua parceira trabalhasse e ele estivesse desempregado, o mesmo não ficaria em casa cuidando do filho, pois imaginou que a família dela iria reprová-lo. Os seis demais participantes imaginaram que, caso suas companheiras viessem a tra-balhar a divisão das tarefas domésticas seria igualitária, com destaque para Inácio e Amoroso. O planejamento da inserção das parceiras destes rapazes no mercado de trabalho, por sua vez, está vinculado ao momento em que os filhos dos casais estiverem matriculados em uma creche, ou estiverem “mais crescidinho (s)” fican-do aos cuidados de alguém da confiança do casal, sendo a renda destas mulheres considerada complementar a deles. Dados estes semelhantes aos constatados por Trindade e Bruns (1999).

**4.2.4 Sobre a recomendação da paternidade para amigos com idade próxima a dos participantes**

Quando questionados sobre a possibilidade de recomendar a paternidade a um amigo adolescente, as respostas fornecidas pelos participantes foram emble-máticas. Tadeu foi o único sujeito que recomendou a paternidade na adolescência, contudo dependendo das “condições” do amigo hipotético: “Tem que ter força de vontade, né. Ir à luta. Tentar dar tudo de melhor para o filho”. Oscar, Inácio, Moisés, Cláudio e Fabrício declararam enfaticamente que não recomendariam. Amoroso e Olavo, em princípio, também não recomendariam, mas em seguida apontaram outras perspectivas para a questão.

No caso de Olavo, houve muita confusão na formulação de sua resposta: “(...) porque é difícil não tem? Mas eu não acho isso”. Primeiramente, Olavo disse que recomendaria a um amigo de sua idade o uso da camisinha e a realização de exames para o diagnóstico de DST, em seguida, citou algumas condições necessárias para que um colega fosse pai, como um emprego, uma casa e responsabilidade. Amo-roso, em princípio, afirmou que não recomendaria a paternidade na adolescência, especialmente, para os rapazes que estiverem estudando, “acho essencial continuar estudando, tocar a vida assim pra frente”. Porém, tendo em vista a sua conside-ração de que a paternidade “amadurece” o sujeito, recomendaria aos amigos que tivessem filhos “em vez de tá fazendo qualquer outra besteira por aí”, na medida em que iriam “ter mais responsabilidades, vai querer criar uma família, em vez de ficar fazendo coisas que na verdade agora, quem tá na rua é arriscado”.

Apesar de não recomendar a paternidade na adolescência, Fabrício declarou que “Não depende da idade, depende da pessoa em si. (...) se ele tem capacidade, se ele realmente tá com vontade de fazer aquilo, se ele realmente pode criar e man-ter a criança, eu diria que sim, não vai fundo”. Citou como exemplo um amigo seu que tem 23 anos que não considerava capaz de exercer a paternidade: “Ele é uma criança! Menos do que eu assim, uma criança em tudo o que faz. Entendeu? Se ele virasse pra mim e perguntasse se ele poderia ser pai, eu diria que não”. Chama a atenção o fato de que para ressaltar a infantilidade do amigo, Fabrício compara-o consigo próprio considerando-o mais incapaz que ele mesmo.

Os aspectos citados pelos sujeitos atrelados ao delineamento da recomendação ou contra-indicação da paternidade na adolescência dizem respeito, especialmen-te, à continuidade do estudo e as condições de trabalho, conseqüentemente, à condição financeira. Estes critérios coincidem com os aspectos apontados com maior freqüência pelos entrevistados ao avaliar a sua própria experimentação da paternidade como precipitada, preferindo que ela viesse a acontecer em um outro momento de suas vidas, mesmo que estando satisfeitos em serem pais.

**4.3 Cuidados que dedica ao (s) filho (s)**

O caráter didático do exercício da paternidade ficou evidente nos discursos de todos os entrevistados, exceto no de Olavo, que quando questionado sobre o tema, respondeu que não sabia o que pretendia ensinar ao filho, “Mas umas coisa boa”. Os demais participantes ao delinearem o exercício da paternidade, empre-garam expressões como: “ensinar”, “aconselhar”, “mostrar” ao filho o “caminho certo”, dizer o que é o “certo e o que é errado”. O certo e o errado em suas falas geralmente está associado ao estudo e ao respeito pelos demais. Moisés, Amoroso e Inácio pretendiam ensinar “tudo” e/ou tudo o que sabiam.

Cláudio e Fabrício chamaram a atenção para a educação sexual, preferindo que seus filhos não sejam pais com a mesma idade deles: “eu até dez, 12, 13 anos tinha uma idéia errada sabe, do que era sexo e essas coisas. E drogas também. Eu fui descobrir o que era pra saber o que era. Por isso que eu me meti nisso. (...) eles (seus pais) só sabia dizer que era errado. Que não era pra mim, porque eu era mui-to novo” (Fabrício). Este rapaz falou da importância de mostrar para a sua filha “como são as coisas” para que ela possa discernir o que for melhor para si própria. Amoroso destacou a importância de dar o “exemplo” aos filhos, planejando voltar a estudar justamente com este objetivo.

Os participantes que vincularam a paternidade à indicação do “certo e do er-rado” aos filhos o fizeram mesmo quando reprovaram seu uso anterior de drogas (Moisés e Fabrício), que já havia feito “todo tipo de maluquice” (Amoroso) ou que naquele momento considerava-se “encrencado” em função das dívidas con-traídas após a notícia da gestação (Cláudio). Cláudio tinha a expectativa de que a filha se tornasse “mais cabeça” do que ele. Portanto, estes rapazes pretendem apontar para seus filhos o que consideram certo e errado, mesmo quando não consideram apropriadas algumas de suas próprias escolhas. Tadeu, por exemplo, apesar de ter evadido da escola, pretendia “aconselhar” a filha a estudar “porque hoje sem estudo, não dá pra viver”. Tendo em vista a pluralidade de paternidades, haja vista as múltiplas formas de exercício desta atribuição social, Fuller (2000) apontou mudanças e permanências nos significados atribuídos pela população masculina de países como Brasil, Chile, Colômbia, México e Peru ao exercício da paternidade. Conforme a autora, tal como foi verificado na presente investigação, o pai tem sido significado, além de protetor e provedor, também como formador e educador de seus filhos, havendo, portanto, uma ampliação das práticas atribu-ídas ao campo da paternidade.

A questão da educação dos filhos citada acima está diretamente relacionada ao estabelecimento de regras e limites para os filhos. No contexto da cultura ocidental judaico-cristã, segundo Siqueira (1999), a figura do pai esteve sempre relacionada com as noções de autoridade, honra e respeito. “Nunca é demais recordar o pater famílias, figura do Direito Romano que impregnou não apenas o imaginário social, mas, também, as formas concretas de relações sociais e a le-gislação formal” (Siqueira, 1999, p.189).

Cláudio, Tadeu, Oscar, Olavo, Fabrício consideraram que cabe tanto à mãe quanto ao pai a tarefa de estabelecer regras e limites aos filhos. Amoroso e Moisés pretendiam representar a maior figura de autoridade em relação aos filhos, o pri-meiro porque considerava que cabe ao pai fazê-lo e o segundo porque considerava que a parceira não iria “conseguir”. Inácio, por sua vez, pretendia delegar esta tarefa à parceira que é por ele considerada mais apta, na medida em que ele “adora crianças” e, portanto, pensou que não iria “conseguir”.

Foram citados como instrumentos para o estabelecimento de limites a conver-sa e os castigos. A busca da conquista do “respeito” (Amoroso), o “amor” (Oscar) e “palmadas se precisar” (Moisés) também foram citados. Moisés disse que estava assistindo programas televisivos sobre comportamento infantil com o propósito de educar melhor o seu filho. Tadeu considerou que sem a participação do pai, o filho “pode ir por um mau caminho”. Exceto no caso de Moisés que mencionou as “palmadas” como último recurso educativo, o emprego da violência foi descar-tado por todos, mesmo entre os que mencionaram o uso da “vara” ou de “puxões de orelha” em sua família, incluindo os sujeitos com histórias de vida marcadas pela violência familiar (Cláudio e Olavo).

Alguns sujeitos abordaram a relação de cuidados com os filhos, comparando-a diretamente com a de sua família de origem. Neste sentido, Cláudio declarou: “À minha filha eu pretendo dar tudo o que eu não tive, muito carinho, muita atenção e uma família bem unida, bem feliz”. Olavo pretendeu não beber e ao chegar em casa do trabalho, encontrar a família toda reunida. Moisés, imaginou-se levando o seu filho ao parquinho e jogando futebol com ele; “ninguém fazia essas coisas comigo quando eu era criança”. Amoroso, por sua vez, pretendeu ter momentos para estar totalmente disponível para os filhos, assim como foi a relação de seu pai com ele, mas pensou que com o tempo irá procurar ser diferente do mesmo, por exemplo, participando das reuniões na escola dos filhos, ao contrário de seu pai que se ausentava. Tadeu esperava “ser como meu pai foi pra mim, né. Tentar ser bom pra ela” (Olavo, Cláudio). Amoroso mostrou que, dialeticamente, pretende assemelhar-se e diferenciar-se do seu próprio pai.

Vygotski (1995) afirma que a relação dos seres humanos com os contextos nos quais se inserem é sempre mediada pelo outro, o qual torna possível a apropriação dos significados culturalmente produzidos no decorrer da história do grupo do qual fazem parte, sendo os sujeitos ativos no processo de atribuição de sentidos

a tais significados. Nesse sentido, destaca-se, no cenário ocidental, a importância da família como mediadora do capital cultural, haja vista os próprios significados produzidos sobre tal instituição, considerada uma das maiores responsáveis pela socialização dos sujeitos. De acordo com Olavarría (2000), destaca-se a figura do próprio pai do sujeito que se torna referencial do que é ser pai, seja para espelhar-se nele (Tadeu), seja para diferenciar-se deste (Cláudio e Olavo).

No que diz respeito às tarefas com as quais os participantes pretendem ou já se encontravam engajados face à demanda de cuidados de seus filhos, foram citadas uma série delas, incluindo os cuidados com a higiene, a alimentação, a saúde e oacompanhamento dos filhos em questões escolares, além de momentos dedica-dos à brincadeira com os mesmos. Fabrício disse que com exceção da orientação à filha sobre os cuidados com o seu corpo, porque “eu não sei lidar com isso, o resto a gente tem que dividir”. Moisés considerou que cabe ao pai participar de todos os cuidados demandados pelos filhos, inclusive da amamentação. Tadeu, por sua vez, declarou que somente a amamentação é tarefa exclusiva da mãe. Porém, apesar de manifestarem comprometimento em participar da realização de todas as tarefas atreladas ao cuidado dos filhos, presumiram futuras ausências em detrimento de sua atividade remunerada.

No discurso de todos os participantes, em maior ou menor grau, o pai foi definido como um coadjuvante nos cuidados aos filhos. O lugar do pai no cui-dado é delineado em contraste com o da mãe, havendo maior valorização desta que, conseqüentemente, é mais responsabilizada. Quatro sujeitos explicitaram este contraste em suas falas.

Olavo, seguidamente, entrou em contradição ao abordar a negociação da re-lação de cuidados com a parceira; sobre os cuidados do filho afirma que “Os dois têm que saber”, mas justificou a possibilidade dele não participar, pois não tem “experiência”, contudo, criticou a parceira, pois não tinha a experiência que ele imaginava que ela tivesse e já tinham se passado “três dias!” após o nascimento. Em seguida, afirmou que pretende participar de tudo, mas que não sabia trocar fraldas e imaginou que a parceira iria lhe ensinar a fazê-lo, supondo, portanto, que, apesar de ambos serem por ele considerados inexperientes, caberia à compa-nheira aprender primeiro e depois ensiná-lo.

Apesar de ter demonstrado sua intenção em participar com proximidade dos cuidados da filha, Oscar declarou que a responsabilidade pela execução de tais tarefas “é mais da mãe do que do pai, né. Porque veio da barriga da mãe. É a mãe que tem que cuidar”.

Amoroso, apesar de reconhecer que algumas mães se encontram afastadas dos

filhos, declarou que “o aconselhável” é a maior proximidade da mãe: “A mãe tem que tá sempre presente. Na verdade, é a pitadinha que precisa pra criança ser feliz”. Em seguida, o rapaz reconhece que é só ele quem faz o seu filho dormir, fato este que contribui para com que a parceira expresse ciúmes da relação de afeto entre ele e o filho, pois “É só eu chegar, eu convido ele pra vir comigo, ele se joga”. Cláudio, por sua vez, declarou que cabe ao pai “ajudar a mãe em tudo”. Contudo, conside-rou que a mãe é mais capaz de identificar as necessidades da criança.

Conforme Trindade (1991), ao longo da história ocidental, atribuiu-se tradi-cionalmente ao pai o lugar de provedor-protetor ou ‘líder instrumental’ da famí-lia, cabendo à mãe o de cuidadora ou líder expressiva-afetiva. Porém, atualmente, haja vista as transformações e rupturas no conceito de família e relações de gêne-ro, “em algumas áreas da atividade humana os pais são reconhecidos não só como afetivamente importantes para os filhos como também aptos para providenciar todos os cuidados necessários para o seu bem-estar, inclusive aqueles antigamente restritos exclusivamente às mães” (Trindade, 1998, p. 151).

Quanto aos significados atrelados ao exercício da paternidade, de acordo com Villa (1997), os conteúdos dos mesmos podem permanecer relacionados de forma limitada ao campo da feminilidade e maternidade, conteúdo este verificado pelo autor entre homens adultos, ou “podem transformar-se, especialmente entre os mais jovens, na busca de um desejo pessoal de ser pai” (p.136). Entre os sujeitos participantes desta investigação, mudanças e permanências em relação ao modelo hegemônico de exercício da paternidade foram identificadas. Assim como estes adolescentes consideraram que podem participar dos cuidados demandados por seus filhos, de maneira sutil, enfatizam a importância do vínculo entre a parceira e a criança, implicando na naturalização da relação mãe-filho.

**5. CONCLUSÕES**

A presente investigação voltou-se para o estudo dos sentidos que adolescentes pais atribuem à paternidade e à relação de cuidados demandados pelos filhos. En-tre os oito participantes, verificou-se que eles já haviam, em um momento anterior à gestação das parceiras, vislumbrado a paternidade. Dois destes sujeitos planeja-ram a gestação junto à parceira, cinco deles não haviam planejado a gravidez, mas consideravam o filho desejado e somente um sujeito não considerou a paternidade planejada, nem desejada, mas ainda assim considerou-se feliz em ser pai O uso irregular de métodos contraceptivos e/ou preventivos sugere o fato de a maioria destes adolescentes não se considerar em posição de vulnerabilidade frente a DST e, portanto, a existência de risco para a saúde sexual e reprodutiva destes, na medida em que não só a gravidez não planejada, como a contaminação por DST podem decorrer do mesmo relacionamento sexual desprotegido (Paiva, 2000). A dificuldade em lidar e, especialmente, de negociar com a parceira o uso destes métodos denuncia a escassez e/ou a ineficácia de políticas públicas voltadas para a emancipação da população jovem no que se refere ao campo dos direitos sexuais e reprodutivos.

O processo de identificação com o lugar do pai é intenso durante toda a gesta-ção da parceira, contudo, alguns sujeitos destacam a importância da relação com o outro (parceira, familiares do casal, amigos) para este fim. Estes participantes destacam a preponderância da concretude da presença do filho após o nascimento para a identificação com a paternidade. Conforme,Vygotski (1995) a atribuição dá-se na relação dialógica, como produto da história e da cultura.

Na medida em que a paternidade é associada à responsabilidade, assim como a definição de adolescência de alguns participantes é atrelada ao lazer e ao des-compromisso, constatou-se entre dois sujeitos (um dos quais havia planejado a gestação) o lamento pela adolescência perdida. Ao abordarem a recomendação ou a contra-indicação da paternidade na adolescência, os entrevistados mencio-naram critérios que deveriam ser observados antes de um adolescente decidir ser pai, mesmo que alguns deles próprios não apresentassem tais condições. Os aspectos citados pelos sujeitos atrelados ao delineamento da recomendação ou contra-indicação da paternidade na adolescência dizem respeito, especialmente, à continuidade do estudo e à estabilidade no mundo do trabalho, conseqüente-mente, à condição financeira. Tais aspectos coincidem com os mesmos aponta-dos pelos entrevistados ao avaliar a sua própria experimentação da paternidade como precipitada.

Todos os sujeitos declararam-se satisfeitos por terem um filho, mesmo consi-derando que a primeira ou a segunda gravidez da parceira poderia ter acontecido em um outro momento, especialmente, quando apresentassem alguma estabilida-de financeira. Esta ênfase na dimensão financeira da paternidade está diretamente relacionada com o lugar de provedor, sendo este marcadamente atribuído ao cam-po do masculino na cultura ocidental (Sarti, 1994; Amato, 1998; Dominguez, 1998; Trindade e Bruns, 1999; Arilha, 1998; Arilha, 1999; Villa, 1997; Siqueira, 1999; Olavarría, 2001; Siqueira et al, 2002).

A problemática do trabalho e do provimento destacou-se no discurso dos su-jeitos, sendo as parceiras consideradas, no máximo, coadjuvantes no provimento da família, estando as suas hipotéticas ou de fato (a companheira de apenas um dos entrevistados trabalha remuneradamente) inserções no mercado de trabalho condicionadas pelo ingresso dos filhos em uma creche ou sob os cuidados de al-guém de confiança do casal. O compromisso com o trabalho é empregado como justificativa para as ausências ocorridas desde o pré-natal e as que imaginam que irão acontecer no processo de desenvolvimento dos filhos, isto porque pressu-põem dificuldades em negociar com seus empregadores saídas para o acompanha-mento de atendimentos médicos, reuniões escolares, entre outros.

Outras dimensões da paternidade como a educativa e a afetiva foram destaca-das pelos sujeitos, estando em consonância com o delineamento teórico das novas paternidades. Atualmente, pode-se ver pais (homens) de diversas gerações apresen-tando comportamentos que décadas atrás eram considerados inapropriados para o exercício da paternidade. Neste contexto, a literatura especializada tem apontado um fenômeno designado como “novas formas de paternidades”. Este fenômeno diz respeito à “participação mais efetiva dos homens no cotidiano familiar, parti-cularmente no cuidado com a criança” (Lyra, 1998, p. 194). Destaca-se, no deli-neamento destas novas paternidades, a importância da relação afetiva estabelecida entre pais e filhos e a visibilidade da figura do pai cuidador.

Contudo, apesar destes adolescentes pais declararem sua disponibilidade para a realização dos cuidados demandados por seus filhos, a ênfase estava em localizar o pai como um coadjuvante, cabendo a ele auxiliar a companheira nos cuidados aos filhos. Na medida em que o lugar do pai no cuidado é delineado em contraste com o da mãe, identifica-se uma maior valorização desta, a quem, em contrapar-tida, é delegada maior responsabilidade em se tratando do cuidado dos filhos.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AMATO, P.R. More than money? Men’s contributions to their children’s lives. In*:* *BOOTH, A. & CROUTER, A.C. (orgs). Men in families: when do they get involved? What differende does it make?* (p. 241-278). Mahwah, New Jersey,London: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 1998.

ARIÈS, P. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,1981.

ARILHA, M. *Políticas Públicas de Saúde e Direitos Reprodutivos no Brasil: Um* *Olhar para o Futuro.* Em: ARILHA M. & CITELI, T. (orgs.). Políticas,mercado, ética: demandas e desafios no campo da saúde reprodutiva. (p. 11-23). São Paulo: Comissão de Cidadania e Reprodução, 1998.

\_\_\_\_\_. Homens, Saúde Reprodutiva e Gênero: o desafio da inclusão. In: COS-TA, S. H. & GIFFIN, K. *Questões da Saúde Reprodutiva.* (p. 455-467). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

BOWLBY J. *Apego e perda*. São Paulo: Martins Fontes, 1969.

CARIDADE, A. O adolescente e a sexualidade. In: SCHOR, N., MOTA, M.do S. F.T & BRANCO, V.C (org.). *Cadernos juventude, sexualidade e desenvol-vimento.* (p. 206-212). Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Políticasde Saúde, 1999.

COUTINHO, M.L.R. A análise do discurso em Psicologia: algumas questões, problemas e limites. In: FREITAS, M.de F.Q. de, RODRIGUES, M.M.P & SOUZA, L.de. (orgs). *Psicologia: reflexões (im)pertinentes.* (p. 317-345). São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

DOMÍNGUEZ, G. I. Varones adolescentes: los significados de la paternidad en la transición hacia los roles adultos. In: BILAC, E.D.; ROCHA, M.I.B. da. (Org.). *Saúde reprodutiva na América Latina e no Caribe.* Campinas: PROLAB / ABEP / NEPO / UNICAMP; São Paulo: Ed. 34, 1998. p. 237-260.

FÁVERO, MH & MELLO, R.M. Adolescência, maternidade e vida escolar: a difícil conciliação de papéis. In: *Psicologia: teoria e pesquisa.* v13, n1, 131-136, jan-abr, 1997.

FIGUEROA PEREA, J. G. Algunos elementos para interpretar la presencia de los varones en los procesos de salud reproductiva. In: *Cadernos de Saúde* *Pública.* n. 14, v.1, 87-96, 1998.

FIGUEROA PEREA, J. G. Algunas propuestas analíticas par interpretar la pre-sencia de los varones en los procesos de salud reproductiva. In: VALDÉS, T. & OLAVARRIA, J. (orgs.). *Masculinidades y equidad de gênero en Amé-rica Latina.* Santiago: FLACSO, 1999.

FULLER, N. *Identidades masculinas*. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, 1997.

\_\_\_\_\_. (org.). Significados y prácticas de paternidad entre varones urbanos del Perú. In: *Paternidades en América Latina.* Lima/Peru: Pontifícia Universi-dad Católica Del Perú, 2000.

KAHHALE, E.M.S.P. Gravidez na adolescência: orientação materna no pré-na-tal. In: OZELLA, S. (org). *Adolescências construídas: a visão da Psicologia* *sócio-histórica*. (p.91-101). São Paulo: Ed Cortez, 2003.

LAMB, M. E. Fatherhood and social policy in international perspective: an in-trodution. In: LAMB, M. E. & SAGI, A. (orgs.). *Fatherhood and family* *policy*. London: Lawrence Erlbaum Associates, 1983.

LYRA, J. L. C. *Paternidade Adolescente: uma proposta de intervenção*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Ca-tólica de São Paulo, 1997.

\_\_\_\_\_. Paternidade adolescente: da investigação à intervenção. In: ARILHA, M.; RIDENTI, S. U.; MEDRADO, B. (Org.) *Homens e masculinidades: outras* *palavras*. São Paulo: ECCOS, Editora 34, 1998. p. 185-214.

\_\_\_\_\_. & MEDRADO, B. A adolescência “desprevenida” e a paternidade na adolescência: uma abordagem geracional e de gênero. In: SCHOR, N., MOTA, M.do S. F.T & BRANCO, V.C (Orgs.). *Cadernos juventude, se-xualidade e desenvolvimento.* (p. 230-248). Brasília: Ministério da Saúde,Secretaria de Políticas de Saúde, 1999.

MACHADO, L.Z. Masculinidade e violências: Gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. In: SCHPUN, M.R. (org). *Masculinidades.* (35-78). São Paulo: Boitempo, Edunisc, 2004.

MACHADO LUZ, M. T. & CASTRO E SILVA, R. Vulnerabilidade e adoles-cências. In: SCHOR, N; MOTA, M. do S. F. T. & CASTELO BRANCO, V. (orgs.). *Cadernos Juventude, saúde e desenvolvimento* (p. 93-96). Brasília: Ministério da Saúde/ Secretária de Políticas de Saúde, 1999

MARCONDES, W. B. Perspectivas relacionais para inserção masculina na esfera da saúde reprodutiva. In: SILVA, D. M. P. (org.). *Novos contornos no espaço* *social: gênero, geração e etnia*. Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, 1999.

OLAVARRÍA, J.A. *Y todos querían ser (buenos) padres*- Varones de Santiago de Chile en conflicto. Santiago: FLACSO, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS/ FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. *Conferência Mundial Sobre a Mulher, 4/ONU*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.

ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2002.

PINHEIRO, V. de S. *Repensando a maternidade na adolescência. Estudos de Psico-logia de Natal.* n.1, v.5, 243-251, jan./jun. 2000.

PLECK, Joseph. H. Paternal Involvement: levels, sources, and consequences. In: LAMB, Michael E. (org.). *The Role of the Father in child development* (p. 66-103). New York: John Wiley & Sons, 1997.

RESENDE, A. L. M. & ALONSO, I. L. K. *O perfil do pai cuidador. Revista Brasi-leira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, n.7, v.2, 69-76, 1995.

RIBEIRO, A.C.L*. Projeto de vida e gravidez em adolescentes: analisando sua ocorrência no* *contexto de relações.* Dissertação de Mestrado em Psicologia da infância e adoles-cência da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2002.

SARTI, C. A.A. A família como ordem moral. In: *Cadernos de pesquisa*. n.91, 46-53, 1994.

SIQUEIRA, M. J. T. Novas formas de paternidade: repensando a função paterna à luz das práticas sociais. In: SILVA, A.L. da, LAGO, M.C. de S & RA-MOS, T.R.O. (orgs). *Falas de Gênero*. (p. 187-202). Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.

\_\_\_\_\_. et al. Profissionais e usuárias(os) adolescentes de quatro programas públicos de atendimento pré-natal da região da grande Florianópolis: onde está o pai? *Estudos de Psicologia*, n.7, v.1, 65-72, 2002.

SPITZ R. *Hospitalism: an inquiry into the genesis of psychiatric conditions in early* *childhood.* Psychoanal Study Child, 1, 53-74, 1945

TRINDADE, Z. A. *As representações sociais da paternidade e da maternidade: im-plicações no processo de aconselhamento genético*. Tese de Doutorado, Univer-sidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

TRINDADE, E. BRUNS, M. A.de T. *Adolescentes e paternidade: um estudo feno-menológico.* Ribeirão Preto: Holos Editora, 1999.

TRINDADE, Z.A. Concepções de maternidade e paternidade: o convívio atual com o fantasma do século XVIII. In: FREITAS, M.de F.Q. de, RODRI-GUES, M.M.P & SOUZA, L.de. *Psicologia: reflexões (im)pertinentes*. (p. 129-155). São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

PAIVA, V. *Fazendo Arte com a camisinha - sexualidades jovens em tempos de Aids*. São Paulo: Summus, 2000.

VILLA, A. M. Significados da Reprodução na Construção da Identidade Mas-culina em Setores Populares Urbanos. In: COSTA, A. O. (orgs.). *Direitos* *Tardios: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina* (pp. 115-137).São Paulo: PRODIR/FCC/ Ed. 34, 1997.

VILLA, A. M. *Presencias masculinas en las decisiones reproductivas: equidades e* *inequidades entre varones y mujeres jovenes de sectores urbanos medios y pobres.*

Trabalho apresentado na IV Jornadas Nacionales de Debate Interdisciplina-rio en Salud y Población. Buenos Aires, Argentina, 2001.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos* *psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

\_\_\_\_\_. *Obras Escojidas II*I. Madrid: Visor, 1995.

WINNICOTT, D. (org). O papel de espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil. In: *O brincar e a realidade*. (p. 153-162). Rio de Janeiro: Imago, 1971.

WHO. WORLD HEALTHY ORGANIZATION. *Reproductive adolescent* *health*. [citado dia 02 outubro 2004].Disponível na World Wide Web:<http://www.who.int/reproductive-helth/adolescent/into.en.html>.

ZANELLA, A. V. Atividade, significação e constituição do sujeito: considerações à luz da Psicologia Histórico-Cultural. In: *Psicologia em estudo*. v.9, no.1, (p.127-135). jan./abr. 2004.

|  |  |
| --- | --- |
| Nome Antigas Personagens, Novas Histórias: memórias e histórias de mulheres escravizadas na Paraíba, século XIX. | **A 006**  **Premiada** |
| Autora/o Solange Pereira da Rocha, |
| Orientadora/o Drª Rosa Maria Godoy Silveira do PPGH/UFPE |
| IES:UFPE |
| Cidade/Estado: Recife/ Pernambuco |
| Outras Informações: doutoranda do PPGH/UFPE |

“Não nos enganemos: a imagem que fazemos de outros povos, e de nós mesmos, está associada à história que nos ensinam quando éramos crianças” (Marc Ferro).

**Introdução**

O meu interesse pela pesquisa e educação, aliada a minha condição de ativista do movimento anti-racista e feminista, tem me levado a contribuir para a produção de conhecimento histórico sobre a trajetória de mulheres negras brasileiras que viveram no Oitocentos, com vistas a desconstruir, desfazer imagens em que estas personagens surgem, freqüentemente, em situação de inferioridade, de total passividade ou excessivamente sexuais, busco, assim, apresentar experiências concretas de mulheres que, no seu cotidiano, enfrentaram diferentes situações sociais. Neste sentido, realizei uma pesquisa de mestrado na qual os sujeitos pesquisados foram às mulheres escravizadas que residiram na província da Paraíba.[[83]](#footnote-83) Por continuar fascinada pela história da população negra, desenvolvo pesquisa de doutorado, enfocando o parentesco entre escravizados na zona litorânea da Paraíba (século XIX), na qual as mulheres continuam centrais para se pensar os vínculos de parentesco no passado.

Minha questão no mestrado era entender quais estratégias de sobrevivência e resistências foram adotadas por essas mulheres, residentes na Paraíba Imperial, a partir da observação de suas ocupações domésticas, nos espaços públicos, ou seja, nas ruas, das relações familiares, bem como da oposição ao sistema escravista.

A Paraíba desta época, como as outras províncias do Brasil, estava inserida na sociedade escravista, mas esta se caracterizou por apresentar uma economia pouco dinâmica, com alto grau de dependência a Pernambuco. Assim, este território se organizou, desde sua conquista, em 1585, para o desenvolvimento de atividade primária, principalmente, a agricultura de exportação, que se iniciou no litoral e, ao longo dos séculos, se expandiu para o seu interior do território. Desta forma, no século XIX, estava esta economia consolidada em três zonas: no *litoral ou zona da mata,* em que se desenvolveu o plantio e a produção do açúcar; no *agreste,* área de transição do litoral para o sertão, mas com faixas úmidas, que propiciou o cultivo de algodão e a lavoura de subsistência; e no *sertão*, onde os colonizadores se dedicaram à pecuária e à cotonicultura.

Todas as atividades econômicas, nas três zonas foram estruturadas com base no trabalho escravo (de índios e negros)[[84]](#footnote-84) que, ao longo de sua história, passaram por algumas modificações. Entretanto, no decorrer do Oitocentos a elite teve de enfrentar variadas conjunturas, como as de ordem natural (estiagem, epidemias), as sociais (revoltas populares com participação de escravos) e as político-econômicas (fim do tráfico externo e início do interprovincial), que somadas às ações dos escravizados que desgastou e extinguiu a instituição escravista, em 1888.

Foi neste contexto de intensas mudanças do sistema escravista que analisei as experiências de mulheres negras. Para tanto, como fontes primárias, utilizei relatórios de Presidentes da Província, livros de correspondência de autoridades policiais, listas nominativas de escravos e vários documentos avulsos, nos quais obtive evidências históricas sobre o cotidiano das mulheres escravizadas. Desta forma, mediante análises de tais documentos, busquei desvelar histórias de mulheres negras que, além de terem cumprido ordens de seus senhores(as), sido exploradas economicamente e estigmatizadas por se originarem do continente africano, tiveram a ousadia de traçar destinos diferentes dos que seus donos(as) tentaram lhes impor.

As abordagens que privilegiam o estudo da temática relativa às mulheres escravizadas têm sido estimuladas pelo avanço da história social da escravidão, de um “novo olhar” direcionado para o universo dos escravizados, além do que processo de alargamento de temas e aperfeiçoamento metodológico que possibilitaram a recuperação da humanidade dos(as) cativos(as), as vivências conflituosas geradas na relação senhor(a) e escrava (ou escravo), e lançaram novas luze sobre as diversas estratégias de sobrevivência empreendidas por tais sujeitos históricos. Outro mérito da história social foi a aproximação de sujeitos históricos, até então considerados minorias, e que com a “história vista de baixo” (ou das pessoas comuns), se firmou no campo da historiografia a premissa de que estas mulheres e os segmentos populares “não eram simples presas de forças históricas externas e determinantes, tendo desempenhado um papel ativo e essencial na criação de sua própria história e na definição da sua identidade cultural”. (Desan, 1992: 74, Alaniz, 1997: 23).

Não se pode esquecer também que, desde a década de 60, já vinha ocorrendo a ampliação de estudos sobre as mulheres, numa perspectiva de recuperação da historicidade do feminino.[[85]](#footnote-85) Estas análises resultaram dos movimentos feminismo e de mulheres, irrompido à época, que ansiava por interrogar sobre o feminino no passado, as subordinações impostas às mulheres e tudo mais que pudesse fortalecer a sua identidade, então em construção.[[86]](#footnote-86) Em tais estudos, nos anos de 1970, privilegiavam-se as semelhanças entre as mulheres, com o intuito de construir uma identidade coletiva. Na elaboração de um discurso consensual do feminino, se lançou mão da semelhança entre as mulheres, na qual se destacavam os aspectos biológicos e a subordinação ao masculino, que elas partilhavam entre si (Soihet, 1997: 277). Tal discurso, não há duvida, ampliou as denúncias contra as desigualdades entre os sexos e fortaleceu, por um certo período, a luta em defesa da eliminação da opressão masculina nos diferentes setores da sociedade, mesmo não tendo a preocupação em enfatizar as diferenças sociais ou sexuais.[[87]](#footnote-87)

Todavia, logo se percebeu que inexistia essa identidade universal e se substituiu tal discurso homogeinizante pelo enfoque da multiplicidade do ser feminino. Enfim, passou-se a tentar recuperar a heterogeneidade das experiências históricas tanto das mulheres negras quanto das indígenas, das brancas pobres e das senhoras da elite, pois, embora haja semelhanças entre todas elas, o lugar que cada uma ocupou (e ocupa) numa determinada sociedade e num mesmo período histórico, foi muito diferenciado e até mesmo contraditório, dificultando ou mesmo impossibilitando uma identidade feminina mais global. Além disso, não havia uma história única, nem entre os grupos dominantes e nem entre os explorados.[[88]](#footnote-88)

Aos poucos, as reflexões sobre o feminino sofisticaram-se, muitas categorias analíticas foram introduzidas na produção do conhecimento tais como: gênero, raça, classe social, idade, contribuindo para a ampliação das possibilidades de pesquisa e tornando evidentes as complexidades sociais.[[89]](#footnote-89) As interações destas categorias são fundamentais para se analisar a sociedade brasileira, por esta ter convivido com a instituição escravista por quase quatro séculos, possui uma população constituída por grande número de descendentes de africanos, o que pode levar a sobreposição das desigualdades. Assim, a raça pode sobrepor as considerações de gênero, a classe pode ser solapada pelos conflitos desta categoria (o gênero) ou mesmo estar acima das identidades de gênero e de raça.

Para as análises em que as mulheres negras constituem o objeto de estudo este é um problema a ser enfrentado: privilegia-se a subordinação da mulher pela condição de sexo, ou a opressão de classe ou de raça? Discute-se: qual das formas de subordinação é a dominante? Ou se vai além, considera que todas são interações complexas e perversas que têm se perpetuado ao longo do tempo.

Creio que todas as experiências possíveis de serem recuperadas sobre as mulheres negras são importantes, tanto para historicizar suas existências, que vão além daquelas construídas pelo imaginário brasileiro, ou seja, de mulher excessivamente sexual[[90]](#footnote-90) e apta somente para o trabalho doméstico, quanto para demonstrar que as suas diferenças com relação às outras mulheres. Diferenças percebidas, sobretudo, na sua corporalidade – cor/etnia e sexo – que inscrevem sentidos e significados tendentes a colocá-las em lugares sociais de exclusão. Em suma, para demonstrar que não havia (e não há) um único papel desenvolvido pelas mulheres negras.

Assim, na sociedade escravista da Paraíba do século XIX, encontrei imagens de mulheres como trabalhadoras, escravizadas que cumpriam suas tarefas, eram vistas como pessoas de total confiança, mas que, em momento de conflitos, de perda de sua liberdade colocaram-se contra seus donos; outras preferiram se manter na condição de escravas a obter a liberdade. Há aquelas que se colocaram contra o poder público ao “folgar” e dançar pelas ruas, ou circulando em horários proibidos, desobedecendo às posturas municipais, e por isto, recebiam punições. Algumas se juntavam aos homens em momentos de fuga. Enfim, procuro reconstituir fragmentos das experiências cotidianas destas mulheres, mostrando a diversidade e diferenças entre as mulheres do século XIX.

Essas novas imagens são fundamentais para firmar identidades de gênero e/ou étnica e elaborar novas representações sobre as mulheres negras do Brasil, pois, como vários autores já assinalaram, a identidade não é inata, mas construção social, simbólica, dinâmica e mutável, que se elabora e modifica em variados contextos: na família, na escola, nas relações com colegas, na mídia etc, todos eles oferecem exemplos de situações concretas das vivências das pessoas, contribuindo para a formação identitária.

Na elaboração desse trabalho, houve, portanto, a aproximação dessas duas tendências: a história social da escravidão e a da mulher, visando contribuir para a ampliação do conhecimento acerca da escravidão feminina, sinalizando que, além de servirem às elites proprietárias, muitas delas lutaram de diferentes modos e buscaram, incessantemente, conquistar ou manter sua liberdade.

Os estudos que abordam as vivências das mulheres negras têm sido produzidos em diferentes áreas das ciências sociais, mas todos esses campos de pesquisa tendem a balizar como marcos os trabalhos de Gilberto Freyre, inaugurados na década de 1930, nos quais o autor realizou reflexões sobre a formação da sociedade brasileira. Se, por um lado, com tais estudos, o autor rompeu com as teorias raciais difundidas por vários intelectuais no final do século XIX e início do século XX, nas quais se responsabilizava o povo negro pelo atraso econômico e cultural do país, e se valorizou as contribuições africanas para a formação da cultura brasileira, por outro, a difusão de suas idéias acerca da constituição de uma escravidão branda e harmônica na América portuguesa, contribuiu para a elaboração da tese da “democracia racial” (se não literalmente explícita em Freyre, aparece sugerida em seus escritos) e provocou grandes distorções históricas acerca da vida escrava no Brasil.[[91]](#footnote-91) Teses que foram fortemente criticadas a partir da década de 1950.[[92]](#footnote-92) Mesmo assim, as concepções freyrianas influenciaram (e continuam influenciando) várias gerações de estudiosos(as) no Brasil e no exterior, bem como os estereótipos sobre as mulheres negras mantêm-se fortes nos discursos da mídia e no imaginário social do Brasil.

Investigações em que as mulheres negras deixam de aparecer de forma secundária ou generalizante, como já mencionei, começam a ser produzidas, somente nos anos 60, sob o impacto da história social das mulheres e da escravidão, em que mulheres e escravos passam a ser considerados sujeitos históricos. Sendo assim, a historiografia brasileira remodelou-se, incorporando estudos sobre as escravizadas nos quais se enfatiza a luta pela sobrevivência das mulheres pobres (negras e brancas) na cidade de São Paulo (Dias, 1984); a participação das mulheres escravas e livres no pequeno comércio que se deu em diferentes capitanias e províncias do Brasil, com destaque para Minas Gerais no século XVIII (Figueiredo, 1993), a Bahia provincial (Soares, 1994) e, no sul, a capital da província do Rio Grande (Castro, 1994).

Relativos à mulher negra que residiu na capital do Império, Rio de Janeiro, foram desenvolvidas pesquisas nas quais se retratou a dupla exploração (trabalhadora e objeto sexual do senhor) que recaiu sobre a escrava-mulher, bem como as relações familiares dela, as representações acerca das “mães-pretas” e as relações escrava *versus* senhora (Giacomini, 1988). Este tema foi também explorado por Graham (1992), em pesquisa que discutiu os vínculos entre patrões/patroas e empregadas domésticas no Rio de Janeiro, entre 1860 e 1910. Outras análises também têm mostrado que elas lutaram para conquistar a liberdade (Mattoso, 1988; Soares, 1994).

Referindo-se aos trabalhos produzidos sobre a Paraíba, pode-se observar que a historiografia tradicional, de caráter mais geral, quase não analisa o papel dos escravizados na construção material da província. As mulheres negras, quando aparecem, são secundarizadas. Mas como se caracterizam os estudos mais recentes elaborados com a profissionalização do(a) historiador(a)?

Os estudos que retratam a Paraíba e que abordam a escravidão costumam valorizar temas como o declínio da escravidão e transição do trabalho forçado para o livre (Galliza, 1979, Medeiros, 1999, Sá, 1999), a resistência escrava (Lima, 1989 e Lima, 2002), todos importantes para o entendimento da inserção social da população negra nesta localidade, todavia, as histórias das mulheres foram diluídas. Enfim, as mulheres negras no Brasil ainda não foram estudadas de forma sistemática e, quando se lança um olhar para a região Nordeste, da qual a Paraíba faz parte, nota-se ainda que há poucas pesquisas abordando o papel social dessas mulheres na sociedade escravista.

Se nos perguntarmos: para que serve a história das mulheres, não tenho dúvida, como assinalou Del Priore (2001), em responder: para fazê-las existir, para que se vislumbre suas dores, alegrias, derrotas e vitórias, como também, para que, num futuro não muito distante, possamos modificar as imagens feitas dessas personagens históricas e de nós mesmas.

**ESCRAVIDÃO FEMININA NA PROVÍNCIA DA PARAÍBA**

**1 – Circulando pelas hierarquias sociais nas zonas urbana e rural**

No século XIX, a sociedade brasileira firmava-se numa hierarquia social rigidamente estruturada. Para cada indivíduo, havia um lugar bem determinado. A diferenciação social era obtida, sobretudo, com base na condição do indivíduo (livre ou escravizado), e no requisito de cor: de um lado, os brancos naturalmente considerados livres, constituindo uma parcela considerável era proprietária de bens e de seres humanos; de outro, os não-brancos, entre os quais se incluíam aqueles de ascendências indígena e africana que, acreditava-se, deveriam servir aos primeiros. Neste sentido, uma historiadora estudou as hierarquias e o significado da liberdade no Sudeste escravista, demonstrando que no Oitocentos “a liberdade era atributo específico dos brancos e a escravidão, dos negros. Os pardos, (...) negros ou mestiços, tornavam-se, nesta forma de enunciação necessariamente exceções controladas”. (Mattos, 1998: 30).

Na maioria das vezes, exigia-se das pessoas pardas a comprovação de sua condição: livre ou liberto. Aquelas que não conseguiam provar o seu estado, podiam ser mantidas por anos ou mesmo décadas, ilegalmente, na condição de escravas. Na Província da Paraíba, a situação não foi diferente. Existem muitas denúncias de escravização ilegal de mulheres negras no século XIX, a exemplo de uma mulher parda chamada Angélica, registrada em 1864, órfã desde os 12 anos, que foi vendida ao Capitão Raymundo Granja do Termo de Ouricury (Pernambuco). O Delegado de Ingazeira (Pernambuco) se viu obrigado a solicitar das autoridades policiais da Paraíba documentos sobre o local de nascimento de Angélica, sua origem e sua condição jurídica. Questionava se ela teria nascido no Termo de Areia ou de Alagoa Nova – ambos localizados em território paraibano. Tais informações poderiam ser obtidas a partir de consulta do Livro de Assento de Batismo, visto que, na época, cabia à Igreja registrar os dados estatísticos da população.

Quase um ano depois, o subdelegado de Alagoa Nova informava que Angélica era natural da “freguesia de Pilar” onde havia sido batizada, fora vendida para Ingazeira (PE). Entretanto as autoridades não dispunham de documentos para provar sua liberdade. Na década referida, Angélica era mãe “dois filhos e todos escravos”. [[93]](#footnote-93)

Como se percebe, na sociedade escravista da Paraíba, mulheres negras livres mas sem proteção podiam ser mantidas ilegalmente na condição de escrava e os filhos nascidos nesta época, também eram explorados pelos supostos senhores. Angélica esperou meses pelo pronunciamento da justiça, no qual houve o envolvimento até do presidente da Província, Sinval Odorico de Moura que recomendou, ao delegado, as providências para que lhe fosse restituída a liberdade a Angélica. Quanto aos acusados do delito de sua escravização, conseguiram livrar-se, rapidamente, do processo judicial.

Outros casos foram registrados nos livros das autoridades polícias da Paraíba, envolvendo mulheres negras livres a exemplo da “crioula” e inválida Bertholeza Leopoldina, da “menor” Conceição, Úrsula e seus oito filhos, Maria[[94]](#footnote-94). Algumas conseguiram provar a condição de livre ou liberta, mas outras permaneceram, ilegalmente, no cativeiro. Todos estes casos nos levam a questionar: em que conjuntura essas mulheres foram capturadas e vendidas para outras províncias? A resposta está no fim do tráfico internacional, pois os preços dos escravizados subiram de forma significa; uma mulher adulta passou de 438 mil réis, em 1850, para 975 mil réis em 1870, segundo Mattoso (1988: 96). O hábito secular de pessoas serem donos de outras também contribuiu para a escravização de mulheres negras livres e libertas.

O temor da população negra com relação à escravização também foi manifestado na revolta “Ronco da Abelha” (1851-1852), na qual os negros de três províncias do então Norte do Brasil; Paraíba, Pernambuco e Alagoas, não aceitaram a promulgação dos decretos 797 e 798, que se referiam, respectivamente, ao Censo Geral do Império e ao Registro Civil dos Nascimentos e de Óbitos[[95]](#footnote-95). O povo estava convencido de que com tais decretos, o governo Imperial pretendia escravizar as pessoas livres e de ascendência africana (Monteiro, 1981).

Tal sociedade, em que muitos de seus membros não hesitavam escravizar pessoas negras livres, conduz a um outro questionamento: qual teria sido a situação social das mulheres escravizadas? Sem dúvida, a escrava-mulher encontrava-se no mais baixo nível social e era totalmente desqualificada tanto por ser mulher – visto que a sociedade brasileira, ao longo da história, tem se mostrado extremamente sexista –; como por ser negra, indicação pejorativa, na mentalidade do período Imperial, de sua condição de subalternidade e inferioridade e, ainda por ser escrava – podendo ser explorada (econômica e sexualmente), oprimida e humilhada por diferentes segmentos sociais.

Na Paraíba Imperial, nem mesmo as meninas escravizadas escaparam do abuso sexual. Os donos de terras “apoderavam-se das negrinhas, ainda impúberes e faziam-lhes filhos. Ai de quem murmurasse alguma queixa!” (Vidal, 1988: 125). Muitos senhores achavam que a sua conduta era natural, não demonstrando nenhum apreço pelas mulheres escravas. Não apenas se aproveitavam sexualmente delas para o mero desfrute do seu prazer, como, quase sempre, se apossavam das crianças geradas por elas. Esses filhos das escravas herdavam a condição cativa da mãe (*partus* *sequitur* *ventrem*), o que poderia significar um bom investimento para os escravocratas que, na maioria das vezes, não os reconheciam como seus filhos, preferindo utilizá-los no trabalho rural ou até vendê-los para senhores que moravam em locais distantes.

**2 – Conhecendo a população, o trabalho das mulheres na cidade e no campo.**

Para conhecer as mulheres escravizadas que residiram na Paraíba, foi necessária a elaboração de dados populacionais da província da Paraíba, tarefa nada fácil, visto que os registros disponíveis são esparsos e imprecisos, sobretudo na primeira metade do século XIX, dificultando, sobremaneira, a obtenção de amostra estatística sobre as mulheres cativas.

Contudo, na amostra sobre a segunda metade do século XIX foram recuperados dados mais completos da população escrava, apesar dos funcionários que as organizaram não especificassem o sexo e local de residências dos(as) escravizados(as) na província. Em 1852, registrou-se um total de 184.595 pessoas livres e 28.546 (ou 15,5%) escravos. Duas décadas depois, em 1872, no primeiro censo nacional, o quadro já era bastante diferente: a população livre havia aumentado acentuadamente, atingindo o total de 354.700 pessoas, enquanto a soma dos(as) cativos(as) decrescera para 21.526, ou seja, passara a constituir apenas 6% da mão-de-obra, tanto na área urbana quanto na rural. Na década seguinte, o decréscimo persistiu. Assim, em 1884, existiam apenas 19.778 cativos(as); e, no ano da Abolição, eram 9.448 os(as) escravos(as) em toda a Província. (Galizza, 1979: 111).

Dados sobre as mulheres cativas só foram encontrados a partir da década de 1870, embora sem especificação da faixa etária e da procedência das escravas. No primeiro censo nacional, do total de cativos, as mulheres somavam 11.063. Pouco mais de uma década depois, 1884, houve diminuição desse grupo: mulheres: 10.571 de um total de 19.718 escravizados. Nos últimos anos da escravidão, formavam, portanto, uma pequena maioria, o que não era comum nas províncias imperiais, todavia, os escravos que foram transferidos para o centro-sul em decorrência do tráfico eram do sexo masculino na faixa etária reprodutiva (Idem, p. 36). Mas, de qualquer maneiro, deve-se admitir, com base nos números conhecidos, que os escravizados eram pouco representativos no conjunto da população da Paraíba Imperial na segunda metade do século XIX. Embora eles tenham atuando em todos os setores produtivos. (Medeiros, 1999). A população livre, de um modo geral, manifestava grande desprezo pelo trabalho manual e por isso, reservava aos(às) escravizados(as) todas as funções subalternas, tanto no meio rural quanto no urbano.

Um das tarefas reservadas a essas mulheres, ao longo dos séculos, foi a de realizar serviços domésticos nos domicílios das famílias dos segmentos dominantes e médios. Nas cidades e em várias capitais provinciais, elas atuavam no pequeno comércio, como negras de ganho ou de aluguel. A capital paraibana não constituiu uma exceção. São vários os exemplos de mulheres escravizadas que eram adquiridas com vistas a desenvolver tal função, a exemplo de um(a) morador(a) da Capital que, na década de 1860, tentava alugar uma escrava que compre e venda na rua, e que seja fiel, e não seja ébria.*[[96]](#footnote-96)* As escravas-comerciantes eram mais conhecidas como “negras de taboleiro”. Elas circulavam pelas vias públicas oferecendo seus produtos, a exemplo do que fazia a libertável[[97]](#footnote-97) Gertrudes Maria que na década de 1830, negociava com verduras, frutas, e o que mais lhe permitirem suas posses*.*[[98]](#footnote-98)Muitas delas costumavam no horário do trabalho, cantarolar pelas ruas mais movimentadas. Aliás, um contemporâneo da época da escravidão, morador em um dos bairros mais populosos da capital, ao escrever suas reminiscências, deu notícias a respeito do cotidiano das mulheres negras escravas e forras (Medeiros, 1994: 77). Segundo ele, por volta das duas ou três horas da tarde, ouvia-se, nas ruas de Tambiá, o canto forte e afinado de uma vendedora de arroz doce:

Iaiá mando Se não me quisé

Cheiro, pagô, Vou pro Varado.[[99]](#footnote-99)

A mulher que vendia arroz doce, cantando pelas ruas da Capital, colocava em destaque a sua condição de subalternidade, quando anunciava que seguia ordens: *Iaiá mandô*. Um exemplo das diferenças de classe entre as mulheres, no sistema escravista.

Em outras ruas do Tambiá, como a do Grude, por exemplo, além das escravas que por ali circulavam, havia, também, “várias africanas velhas e libertas que por ali moravam e se ocupavam, durante o dia, em vender hortaliças e doces pelas ruas da cidade, quando não faziam na Quitanda”(Medeiros, 1994: 30). Já as ruas da Viração, da Matinha, que durante o dia eram também ocupadas pelas quebradeiras de coco, ao anoitecer transformavam-se em espaços livres para a prostituição (Medeiros, 1994). Outro reduto destinado ao meretrício era o “Curral das Éguas”, cujos cabarés recebiam denominações como “Tombo da Mulata” e “Cabaret de Pacote” (Cavalcanti, 1972: 49). Nesses locais, por mais de um século, muitas mulheres venderam seus corpos aos transeuntes.

No âmbito doméstico, as escravizadas tinham como obrigação, além de outras, proverem com água potável as residências de seus senhores. Entre os pontos de coleta conhecidos estava a Fonte de Tambiá, local em que também acontecia a lavagem de roupas. No interior dos sobrados, as cativas cuidavam dos afazeres domésticos e dos filhos de seus donos. Foram selecionados três anúncios para se exemplificar a forma como as trabalhadoras cativas eram oferecidas em regime de aluguel ou venda pelos seus senhores:

* “Oferece-se uma ama com muito bom leite – quem precisar dirija-se a esta typographia, que se lhe dará informações” (Jornal A Regeneração, 29/05/1861).

* “Vende-se [...] uma negrinha com cinco anos de idade, sem vícios, muito esperta, e de muita boa casta de escravos, própria para brincar com crianças: quem pretender pode dirigir-se à Rua Direita casa n. 84, que achará com quem tratar” (Jornal O Imparcial, 20/02/1861).
* “Aluga-se uma escrava moça com habilitações para todo o serviçodoméstico: coze, engoma, lava e cozinha o diário de uma casa. Quem querer dirigir a typografia” (Jornal A Opinião, 17/05/1877).

No primeiro anúncio, oferece-se uma escrava que havia parido, mas que, provavelmente, estava condenada a abandonar o seu filho para amamentar as crianças de famílias que dispunham de recursos para arcar com custos mensais do aluguel de uma escrava. O hábito de mulheres, normalmente de origem européia, se recusarem a amamentar seus filhos, se estabeleceu na época medieval. Os motivos alegados eram variados; iam desde o estético, como o medo da queda das mamas, até os religiosos, pois se acreditava no mito de que o esperma estragava o leite e como a vida conjugal deveria ser a prioridade da mulher, os religiosos orientavam as esposas a atenderem os interesses dos esposos, evitando, assim, que estes cometessem o adultério. Como saída, passaram a enviar as crianças ao campo a fim de serem criadas por amas-de-leite, por exemplo, no século XVIII, na França, vários segmentos sociais faziam uso de tal expediente, pois o ato de amamentar era visto como algo vulgar, coisa de camponesa (Almeida, 1996: 58-60).

As mulheres com alguma posse, entre elas as brancas, preservaram, por séculos, o costume de entregarem seus bebês aos cuidados das escravizadas. Enquanto isso, os(as) recém-nascidos(as) escravos(as) passavam a viver no meio da comunidade cativa, sob a responsabilidade de outras mulheres negras. Aquelas crianças que sobreviviam também poderiam ser comercializadas, a exemplo do que registra o segundo anúncio, evidenciando que uma garotinha de apenas cinco anos, já estava sendo destinada ao trabalho. Possivelmente, quem a adquirisse teria o cuidado de habituá-la e educá-la sob um regime de dominação, da arbitrariedade, da violência, da opressão, à despersonalização, [inclusive] à passividade, [e] à submissão. (Lima, 1981: 57-58). No último anúncio, uma escrava foi oferecida para a realização de todo o trabalho de uma casa, provavelmente de setores médios da sociedade, que não dispunham de recursos para a compra de uma cativa, mas com condições para podiam desembolsar um valor mensal com aluguel.

Os outros dois espaços geográficos, o agreste e o sertão, abrigaram a maior parte da população escrava da Paraíba, durante o século XIX. As informações obtidas sobre o agreste – área de transição entre o litoral e o sertão, contém alguma faixas de terra úmida – referem-se ao município de Bananeira, área bastante úmida, centro de produção variada: além da cana-de-açúcar (contava com 11 engenhos em 1876) e criação de animais, cultivavam-se, também, algodão, café e produtos de subsistência.

Conformes a lista nominativa de escravos de 1877[[100]](#footnote-100), utilizada nessa pesquisa, foram classificados 706 escravos(as). As mulheres eram um pouco mais numerosas e representavam 53,8% (ou 381) da população cativa, enquanto os homens somavam 46% (ou 325). As maioria das mulheres, encontravam-se na faixa etária intermediária, ou seja, eram adultas nas idades de 15 a 49 anos (eram 279) e, consideradas em plena força de trabalho. Elas se dedicavam tanto ao trabalho agrícola quanto às variadas atividades domésticas: 50% delas trabalhavam no campo, e mais de 42% atuavam como cozinheiras, engomadeiras e em outros serviços domésticos. Poucas delas, apenas 3%, exerciam função especializada como costureiras. A presença das mulheres na lavoura se justifica pelo o seu trabalho tanto no cultivo de algodão e nas pequenas propriedades abastecedoras de alimentos do litoral, localizadas em sete municípios mais úmidos e propícios à agricultura (Rocha, 2001: 33).

No espaço rural sertanejo – área mais seca com baixos índices pluviométricos – três núcleos foram estudados: Cajazeiras, Misericórdia e Piancó. Neles, as mulheres adultas (de 15 a 49 anos) e idosas (a partir de 50 anos) constituíam a maioria da população escrava após 1850 e desempenhando uma variedade de atividades econômicas, com uma maioria exercendo atividades domésticas. Em Cajazeiras e Misericórdia eram mais de 80% das cativas adultas e idosas se ocupavam em cuidar das roupas, da cozinha, da limpeza das casas senhoriais. Em Piancó havia algumas diferenças, embora predominasse o serviço doméstico (mais de 55% delas), havia 23% envolvidas em ocupações que exigiam uma certa especialização, eram as rendeiras, costureiras e fiandeiras.

Entre as crianças (04 a 14 anos), que constituía 13% da população do interior da Paraíba, foi registrado que mais de 50% delas estavam envolvidas em alguma atividade doméstica e, ao menos, em Piancó, 7,5% desenvolveram atividade especializada, como a costura.

**3 – Conhecendo o vínculo familiar entre as escravas do Sertão da Paraíba**

Ainda sobre os três núcleos sertanejos da Paraíba, realizei análise sobre os vínculos familiares das escravizadas, na qual se observou as uniões legítimas (constituídas de cônjuges casados na Igreja, com ou sem filhos) e as naturais, a que denominarei de monoparental, podendo ser formadas por mulheres e homens solteiros com filhos. No entanto, foi mais comum encontrar as mulheres cuidando e tendo a posse de filhos do que os homens. Esta escolha metodológica se deve tanto pelo fato de pesquisas sobre o período Imperial (1822-1889) apontarem o predomínio de uniões consensuais, sobretudo nos setores mais humildes da sociedade (brancos pobres, negros libertos e escravos) quanto por entender que as mulheres escravas ocupavam papel central nos arranjos familiares.

A dificuldade de se casar na Igreja tem sido interpretada, em parte, pelas muitas exigências da Igreja Católica. Esta instituição solicitava dos nubentes a comprovação da condição civil (solteiro) e da religiosa (católica); a apresentação de certidão de batismo; e pagamentos dos custos relativos ao processo, conforme Mattoso (1988). Além de terem que cumprir esses requisitos, mulheres e homens escravizados passavam por constantes separações, podiam ser revendidos para outras regiões, acentuadas a partir de 1850 com a intensificação do tráfico interprovincial, que foi na ordem de 13,2% do total da população escrava de 1852 (Galliza, 1976: 114).

Antes da análise das uniões dos(as) cativos(as), apresento dados sobre a posse de escravos pelos proprietários do sertão, pois tais informações constituem elemento fundamental para se pensar as relações de parentesco no âmbito da população cativa, haja vista a historiografia ter comprovado, que nas unidades produtivas com grande número de escravos, havia a possibilidade de se formarem famílias escravas mais estáveis.

Com relação à posse de escravos nos três núcleos do sertão paraibano, se encontrou um padrão bastante similar. Todos os senhores detinham poucos escravos, apenas entre um a cinco. Em Cajazeiras e em Misericórdia se verificou que cerca de 90% dos proprietários escravocratas possuíam de 1 a 5 escravos, e o restante entre 6 e 20 cativos, sendo uma dezena o número máximo desse tipo de trabalhador em Cajazeiras e duas dezenas em Misericórdia. Em Piancó, também predominaram os pequenos proprietários com 1 até 5 escravos – totalizavam mais de 88% – porém quase 3% deles tinham mais de 10 cativos, e o restante tinha mais de 20 cativos. Como se pode observar, uma maioria significativa de escravocratas paraibanos tinha poucos cativos a seu dispor, fator que limitava a formação de uma vida parental entre eles, como se verá adiante.

Em Cajazeiras, do total de 188 mulheres, entre as que podiam contrair matrimônio havia 137, ou seja, as adultas e as idosas. Contudo, apenas 11 delas se casaram legalmente e uma outra que havia enviuvado, o que representou um percentual de pouco mais de 8% de famílias legítimas. Vale salientar que quatro das mulheres casadas já estavam afastadas do convívio de seus respectivos maridos, a exemplo de um registro lacônico em que o escrivão informava que uma determinada escrava era “casada com homem escravo, pertencente a outro senhorio, cujo senhor ignorava”, ou ainda que a escravizada era casada, porém estava separada de seu marido, que pertencia a outro senhor, cujo nome se ignorava[[101]](#footnote-101), deixando entrever a separação a que eram submetidos os cônjuges escravos de famílias legítimas.

Embora houvesse registro de poucas uniões legítimas, isso não significa afirmar que elas não estabeleceram laços afetivos. Pelo contrário, muitas mulheres adultas solteiras tiveram filhos, formando um total de 20 famílias monoparentais, ou seja, 15% delas, a exemplo de Vicência, de 30 anos, mãe de Ignácio (11 anos), Sabina (9 anos), Romana (6 anos) e de uma criança ingênua, ou seja, o(a) filho(a) da escrava livre, nascido(a) após setembro de 1871.[[102]](#footnote-102) Por fim, em Cajazeiras se constatou que cerca de 25**%** das mulheres escravizadas estabeleceram algum tipo de relacionamento familiar, a partir de uniões religiosas ou de vínculos entre mães e filhos.

A situação conjugal das mulheres escravizadas de Misericórdia era bastante semelhante à da primeira vila estudada. Das 304 mulheres, pôde-se observar que apenas 18 eram casadas e uma somente declarou-se viúva, representando pouco mais de 9% da população feminina adulta e idosa que estabeleceu família legítima. Como em Cajazeiras, prevaleceram as famílias monoparentais: 54 das mulheres adultas e idosas eram mães de filhos naturais, atingindo o percentual de pouco mais de 27%. Somando-se este percentual com as famílias legítimas, conclui-se que, cerca de 44% das mulheres, adultas e idosas construíram algum tipo de laço afetivo.

Em Piancó, das698 mulheres, mais de 70% estavam entre as adultas e idosas, mas apenas 45 eram casadas legalmente e outras 06 haviam enviuvado, representando quase 10% do conjunto da população feminina. Uma situação encontrada entre os escravizados refere-se ao significativo número de matrimônios mistos, ou seja, ocorrido entre indivíduos de diferentes condições sociais: onze cativas casaram com homens livres e dezesseis homens escravos casaram com mulheres livres. Nessa situação, encontrava-se a cozinheira Cypriana, 32 anos, mãe de três filhos, casada com homem livre, enquanto o sapateiro e escravizado Camito, de 36 anos, também casou com mulher livre.[[103]](#footnote-103) Sobre a população com mais de 40 anos, cabe acrescentar que os homens oficializaram mais suas uniões que as mulheres: enquanto doze se casaram e duas ficaram viúvos, apenas três mulheres se uniram legalmente e outras quatro enviuvaram.

Em se tratando de famílias monoparentais, dois grupos se destacam: 118 mães com filhos escravos e 42 mães com filhos ingênuos, totalizando, portanto, 160 famílias, ou 35,8%, um percentual superior ao de famílias legítimas. A reunião dos dois tipos de famílias resulta em mais de 45% de escravizados(as) com laço parental. Laços que tinham dificuldade em serem mantidos, como se verá com a história de Justina e suas filhas e, que nem sempre se teve um final feliz.

Um exemplo de separação entre pessoas escravizadas com laço de parentesco ocorreu em 1878, com Justina e seus filhos que tinham dois donos (Joaquim Agra da Silva e o Alferes João Alexandre Chaves). Ambos poderiam ser parentes ou ter algum “negócio” em comum, porém em razão de algum motivo (financeiro ou conflito) desfizeram a sociedade e, assim, a mãe e filhas foram separadas: Chaves ficou com as meninas e Agra da Silva com a mãe. Dois anos depois, Justina conseguiu ser libertada pelo Fundo de Emancipação e, no ano seguinte, enviou ofício (datado de 29 de dezembro de 1881) ao Presidente da Província, solicitando providências para que suas filhas fossem libertadas, também, com recursos do Fundo. Contudo, mas durante dois anos seguidos não houve classificação de escravos. Somente em 1883 ocorreu uma nova classificação, para que fossem usados recursos da 4ª cota do Fundo de Emancipação, mas quem obteve a liberdade foi o esposo de Justina, chamado Miguel. Já as suas filhas continuaram escravizadas, pois o valor da cota era de apenas 1.267$877, o suficiente somente para a carta de liberdade de Miguel, que foi avaliado em 1.060$000. Os anos passavam e as duas jovens continuavam escravas e separadas de seus pais. Mas estes não desistiram. Em 1884, quando ocorreu uma nova matrícula de escravos para libertação com recursos do Fundo. Desta vez, Chaves, o dono das meninas, apresentou uma relação na qual constava o nome das duas para serem libertadas. Entretanto, para o sofrimento dos pais, elas não foram contempladas e devem ter continuado no cativeiro, por no mínimo, mais quatro anos, ou seja, até a data da Abolição.

Concluindo as análises sobre o vínculo familiar nos três núcleos sertanejos identificou-se, de um lado, um número bastante reduzido de famílias legítimas, variando de 5,4% a 6,3% de uniões legalizadas; e de outro, um pouco superior de famílias monoparentais, que variou entre 9,9% e 22,7%. Os motivos para os baixos índices de vínculos familiares entre escravizados estão ligados à dificuldade das escravas em conseguirem parceiros, visto que residiam em locais com dois ou cinco cativos. Havia, pois, o desequilíbrio numérico entre os dois sexos nos três núcleos, assim como não se pode esquecer o caráter desagregador do sistema escravista, que dificultava a formação e a permanência dos laços afetivos entre as cativas e seus parentes, no caso paraibano, pois referentes a unidades produtivas com grande número de escravos, como ocorreu em municípios cafeeiros, como Campinas, que em pesquisas sobre o século XIX, se verificou, nas médias e grandes propriedades rurais, alta freqüência de casamentos legalizados no interior da comunidade escrava, bem como altas taxas de estabilidade dessas uniões, o que tornou possível a formação de famílias com três gerações (Slenes, 1998).

**4 – Conhecendo histórias da resistência de mulheres negras na Paraíba**

Na última parte deste texto, apresento algumas histórias de mulheres negras que se envolveram em atritos nas ruas ou desobedeceram às normas impostas por autoridades administrativas; fugiram de seus proprietários; litigaram na Justiça pelo reconhecimento de “direitos” adquiridos e/ou desrespeitados por ex-senhores; cometeram suicídios e/ou mataram os seus próprios filhos em atos de extremo desespero.

Atos que, com o redirecionamento recente dos estudos sobre a escravidão no Brasil, passaram a ser valorizados, em razão do alargamento do conceito de resistência. Até a década de 80, consideravam-se apenas os confrontos mais diretos contra o regime escravista, entre eles: a formação de quilombos, as rebeliões, os assassinatos de feitores e senhores e as fugas. Já após o final da década de 80, todos os atos de rebeldia dos escravos que demonstraram inconformismo contra o sistema passaram a ser valorizados. Pode-se, assim, acrescentar, as pequenas lutas disseminadas nas relações cotidianas entre senhores e escravos, ações cíveis contra proprietários, compra de alforria, entre outras.

Na Província da Paraíba, como em outros lugares do Brasil, as relações escravistas foram marcadas por tensão, crueldade, enfrentamento ou resistência dos grupos dominados. Há muitos outros exemplos de crueldades perpetradas pelos senhores paraibanos, sobretudo no interior de suas residências, contra suas escravas, como foi o caso do português Antonio Jacinto d’Amaral, morador na Capital, que açoitou até a morte a sua escrava de nome Joaquina.[[104]](#footnote-104) Em Pombal, uma outra cativa “fora amarrada e barbaramente surrada e depois de restabelecido dos ferimentos”foi vendido para Piancó.[[105]](#footnote-105) Nos anos finais da escravidão, ainda houve o caso de uma “mísera escravizada”[que]“em conseqüência d’um pontapé, na região do ventre”[dado por seu] *‘*respectivo possuidor*”* [...] *“*abortou imediatamente”*.[[106]](#footnote-106)* Os abolicionistas paraibanos foram acusados de não fazer nada em defesa da vítima.

Em virtude do exposto, pode-se afirmar que, apesar da Província paraibana ser uma área de baixa concentração de escravos, a crueldade manifestou-se na região com intenso vigor. Houve, inclusive, escravas que, num momento de desespero, preferiram tirar as suas vidas e as de seus filhos a se manterem no cativeiro. Talvez, para essas mulheres, o suicídio fosse a única forma de libertação. Em São João, na Fazenda de Enéas Villar dos Santos Barbosa, a escrava Antonia, depois de pretender matar três dos seus filhos menores tentou se suicidar. Segundo a autoridade policial, as crianças foram “vítimas do furor de uma mãe”.[[107]](#footnote-107) Já em Pedras de Fogo, a escrava Claudina, que pertencia a José da Silva Torres Júnior, fora encontrada enforcada.[[108]](#footnote-108)

Embora haja vários exemplos de escravas que lutaram para se tornar livres ou mesmo se livrarem do cativeiro tirando sua própria vida, constatei o caso de uma escrava que se recusou a receber sua carta de liberdade. Trata-se de um episódio envolvendo a escrava Hilária, cozinheira de 41 anos, mãe de Félix (14 anos), de propriedade de D. Delfina Maria de Jesus. Todos moravam em Cajazeiras, no início de 1883, quando Hilária, surpreendentemente, recusou a carta de alforria proporcionada pelo Fundo de Emancipação. No documento em que se realizou a classificação dos escravos, estava a justificação: ela havia ficado de fora porque declarou, na “presença da junta que não queria se alforriar, e que sua senhora lhe servia de mãe e não de senhora”.[[109]](#footnote-109) Os representantes da Junta ficaram em dúvida se podiam ou não aceitar a decisão da escravizada e, por isso, levaram o problema ao Vice-Presidente da Província, Antonio Alfredo da Gama e Melo, pois tal renúncia afetaria o direito de seu filho menor. Segundo a documentação, os membros da Junta não puderam atender ao pedido de Hilária, pois, em 21 de fevereiro de 1884, a ela foi incluída numa nova classificação de escravos e, em menos de três meses (em 07 de maio de 1884), junto com mais seis escravos, foi libertada por conta do Fundo de Emancipação.

Esta atitude nos leva à seguinte questão: qual motivo teria levado Hilária a recusar a liberdade concedida pelo governo imperial? Ao menos duas especulações são possíveis: primeiro, havia se acomodado à condição de escravizada e se afeiçoado a sua senhora; segundo, talvez, devido a sua idade avançada teria dificuldades para sobreviver como liberta. No século XIX, uma pessoa escrava com 40 anos poderia ser considerada idosa, com muitas dificuldades de sobreviver, pois a expectativa de vida era na faixa de 30 anos. Apesar de não ter uma resposta sobre a decisão de Hilária, com base nas evidencias documentais, posso afirmar que a atitude desta escravizada foi um fato isolado; a maioria das cativas lutava mesmo pela liberdade e para ficar bem distante de seus senhores, como veremos com o caso de Gertrudes.

Trata-se da história de uma interessante personagem que pode inspirar mulheres do presente, em razão da sua capacidade de defender sua liberdade no início do século XIX, numa sociedade firmemente organizada em hierarquias e sob a vigência de um consenso ideológico com relação ao escravismo, que somente foi fortemente contestado em meados do século XIX.

Vamos aos fatos. Em 08 de julho de 1828, Gertrudes iniciou um processo contra dois credores de seu dono. Eles haviam entrado com uma petição de embargo com vigor de penhora contra Carlos José da Costa, requerendo a comercialização da suposta escrava para se efetuar o pagamento de dívidas. Quatro dias depois, Gertrudes constituiu um advogado como seu procurador – Luis Nogueira Moraes – para “opor-se aos embargos de terceiros”.[[110]](#footnote-110) O argumento principal em sua defesa era o de que não poderia ser penhorada por ser forra desde 27 de janeiro de 1826, data em que pagou 100$000 réis pela sua Carta de Liberdade. Apesar deste procurador não ter dado continuidade à questão jurídica, sob o argumento sempre utilizado para o encaminhamento do seu caso, foi a de que Gertrudes era alforriada sob condição e, portanto devia, em primeiro lugar, atender aos interesses de seus donos.[[111]](#footnote-111)

No período de um ano, sucederam-se algumas audiências, nas quais se manifestaram os advogados da embargante e dos embargados; houve algumas inquirições (dez favoráveis aos credores e sete a Gertrudes), réplicas e tréplicas dos dois lados. Nos debates que ocorriam nessas audiências, foram detectados os diversos interesses envolvidos em tal demanda jurídica. De um lado, uma ex-senhora de cativos, na miséria tentando salvar o único bem que lhe restava: uma escravizada com carta de alforria sob a condição de que dispensasse cuidados à senhora até a morte desta; de outro, os credores tentando receber uma dívida, pouco preocupados se teriam de disputar com uma mulher negra que se dizia forra; e, por fim, a própria ex-cativa que, muito provavelmente, comprara a sua carta de alforria, mas que não fora registrada a *liberdade possível* em cartório, portanto, passível de ser contestada judicialmente.

O advogado dos credores de Carlos José da Costa continuava afirmando que a carta de liberdade era falsa, e que Gertrudes era uma “legítima escrava”, podendo, portanto, ser arrestada para a quitação da dívida. Entretanto, passaram-se quase dois anos e nada foi decidido. Quando, finalmente, se julgou a questão – em 20 de abril de 1831 –o Juiz de Fora Inácio de Sousa Gouveia deu ganho de causa aos credores de Carlos José da Costa, por considerar a carta de liberdade “título nulo, inútil e reprovado”. Sendo assim, poderia ser colocado em “vigor o arresto” contra Gertrudes, cabendo a ela o pagamento das custas do processo.

A publicação da sentença ocorreu quase três meses (em 03 de julho de 1831) após o julgamento. Quatro dias depois, o curador de Gertrudes entrou com a Apelação,[[112]](#footnote-112) e o processo que deveria ser enviado para um julgamento por órgão superior da Justiça, a Ouvidoria Geral da Comarca. Houve, ainda, duas outras audiências públicas, numa das quais não compareceu nem o procurador dos credores e nem os próprios credores.

De qualquer forma, a ação cível foi encaminhada à Ouvidoria Geral da Comarca e, em 08 de agosto de 1831, o então advogado de Gertrudes, Francisco de Assis Pereira da Rocha, enviou os motivos que o levaram à Apelação da sentença. Nesta, defendia o direito da apelante em usufruir a liberdade conquistada com a compra da carta de alforria. Em pouco menos de quinze dias, o advogado Leitão, procurador dos credores, solicitou que fosse confirmada a sentença anterior, que dava o ganho da causa aos seus clientes. Mais uma vez, insistiu na tese de que a carta de alforria era falsa, além de ter acusado Gertrudes de não ter indenizado com os 100 mil réis os seus proprietários.Entretanto, a Ouvidoria foi extinta e os autos remetidos ao cartório local, e nenhuma decisão judicial foi proclamada por quase uma década.

O processo só foi retomado em 01 de novembro de 1841, por José Francisco das Neves, que providenciou a prisão de Gertrudes e de suas “duas crias”, pois, segundo ele, o seu depositário,[[113]](#footnote-113) José Bernardino de França, nomeado em 1828, a deixou viver só e em “concubinato” com um índio do qual teve duas crianças. O mesmo José Francisco das Neves afirmou que Carlos José da Costa estava então morando em Lucena, mas continuava sem nenhum bem. Assim, Gertrudes foi encarcerada na cadeia pública, mas não perdeu tempo: solicitou para si um novo depositário, o Tenente Modesto Honorato Victor. O pedido foi aceito em 01 de dezembro de 1841. Ao livrar-se da cadeia, entrou em contato com o seu antigo advogado, Francisco de Assis Pereira Rocha, que retomou a ação, requerendo a continuidade da causa no órgão superior, isto é, no “Juízo Superior da Relação do Distrito” (naquela época, o Tribunal da Relação de Pernambuco).[[114]](#footnote-114)

Houve uma audiência em 20 de abril de 1842, à qual compareceu apenas o advogado Francisco Inácio Peixoto Flores, novo defensor dos interesses de José Francisco das Neves, que entrou com uma “Ação em Juízo para se seguir a apelação”. Os autos foram enviados ao Juízo Superior em 30 de maio de 1842, porém, nada foi encontrado sobre o desfecho final desse caso. Embora não se saiba qual o resultado da apelação, essa história protagonizada pela crioula Gertrudes permitiu a visualização de fragmentos de uma relação entre libertanda *versus* senhor na Cidade da Paraíba, no início do século XIX, bem como visualizado aspectos da resistência e percepção de liberdade de uma alforriada sob condição.

Com a história de Gertrudes se percebeu o quanto o conceito de liberdade, naquele período histórico, cenário de uma sociedade altamente hierarquizada, impregnada de desigualdades, com vários degraus a serem ultrapassados em direção à condição de liberta, era dinâmico, mutável no tempo e no espaço e que deveria ser construída gradualmente. Esse processo poderia avançar, estacionar e até sofrer retrocessos. Enfim, para o escravo(a), a conquista da liberdade envolvia a superação de diferentes interesses e muitos conflitos (Carvalho, 1998).

Em 1841, quando José Francisco das Neves reativou o processo, Gertrudes se encontrava novamente em perigo, temendo não só por si, mas também pelos seus dois filhos. O credor José Francisco, por sua vez, possivelmente, estava em dificuldades financeiras, razão pela qual tentava receber uma dívida antiga. Sabendo que, naquele momento, se conseguisse manter o argumento de que Gertrudes era escrava, poderia levá-la com seus dois filhos a leilão. Quem sabe ele não teria mais chances de obter uma vitória judicial, ou mesmo de ficar com uma das crianças? Difícil tentar obter uma resposta para essa questão. Sabe-se apenas que, mais uma vez, ela teve que recorrer as suas relações de amizade. Inicialmente, requereu um novo depositário (Tenente Modesto) e, em seguida, retomou o contato com o advogado que a defendera 10 anos antes, Francisco de Assis.

Outro aspecto interessante é o da percepção de liberdade por parte de Gertrudes. Não foi um ato de rebeldia explícito; pelo contrário, ela a buscou de forma jurídica. Inicialmente, em razão da sua profissão e necessidade de forma uma clientela, estabeleceu boas relações de amizade e, certamente, graças ao seu bom comportamento dispunha de grande potencial de receber o título de liberdade. Depois, ao conquistar uma alforria condicionada, continuou transitando por toda a cidade “tratando de sua subsistência”. Nesse sentido, Gertrudes se aproxima da expectativa senhorial acerca do comportamento de libertos, ou seja, ela era boa trabalhadora, honesta e pacífica, porém, não deixou de se posicionar no momento em que sua liberdade estava em perigo.[[115]](#footnote-115)

Embora não se saiba o desfecho do caso de Gertrudes, pode-se observar as desventuras enfrentadas pela libertanda. Ela experimentou a ambigüidade de ser quase livre e, por apenas dois anos, não sem medo, porém com pouco mais de tranqüilidade, pôde usufruir do seu direito de “viver sobre si”, confirmando a noção de que a liberdade, no contexto escravista, era uma conquista que deveria ser reafirmada cotidianamente.

**Considerações** **Finais**

...Eu gosto muito das crianças [hoje já adultas] até hoje. Ele me arrespeita (sic). Depois de casado, eles me encontram na rua, abraça, beija... tem uma mulher desses que não me topa, porque ela não sabia, né? Casou eu já não estava lá mais [na casa da família]. Aí, encontrei com ele [o filho da família para a qual trabalhou]. Aí, ele veio, abraçou, beijou e ela [a esposa do rapaz] ficou falando e chegou com atitude pessoal (...) e disse para ele: “Quem é essa piranha aí? Ainda além de ser **preta** é **piranha**! Aí ele. Coitado, ele abraçou comigo e chorou. Ela não é piranha, ela me criou porque a minha mãe era muito doente! A mãe dele era muito doente. A mãe ficava um mês em casa, dois no [Hospital] Miguel Couto. E eu ficava com eles, né?[[116]](#footnote-116) (Os grifos são meus).

Com o depoimento de Luzia, podemos observar as representações em relação às mulheres negras, quase um século após o fim da escravidão: prostituta, doméstica, cor preta como um estigma, uma perdição. As primeira e terceira imagens fixam o momento em que a esposa do rapaz manifestou, de forma cruel, seu descaso por uma senhora negra. Não passou pela cabeça dela a possibilidade de que seu marido, possivelmente, um homem branco, pudesse ter alguma estima por uma mulher negra mais velha que ele, a não ser de ordem sexual. Demonstrou, também, o desrespeito pelo ser humano, ao dizer em alto tom “Ainda além de ser preta é piranha!”. Mas, se o rapaz mostrou-se condoído com a situação, ao longo de sua vida, parece também não ter tido consideração com Luzia, pois, embora, ele tenha afirmado que “Ela está em lugar da minha mãe”, ao que parece não houve participação de sua vida social, em momentos de casamento, aniversário. Do contrário, sua esposa conheceria Luzia. Não descarto a existência de afetividade entre ela e o rapaz, mas é certo que os laços afetivos não foram cultivados com a saída ou dispensa de Luzia do trabalho. Por sua vez, Luzia, tem uma postura estóica para justificar o comportamento do rapaz, e leva a sugerir que: ele reconhecia o seu trabalho e sentia carinho por ela, quando disse: “coitado, ele abraçou comigo e chorou”, ou pela compreensão de Luzia sobre as interdições sociais, da divisão das classes sociais, que não deveria ser ultrapassada, nem por ela e nem pelo filho do ex-patrão, ou ainda, talvez, pela ausência da construção de uma autodefinição de sua condição de trabalhadora e de sua etnia.[[117]](#footnote-117)

Não se deve esquecer que a própria posição social de Luzia – mulher, negra e trabalhadora doméstica – pode tê-la levado a manter e reproduzir as hierarquias sociais construídas no escravismo e que têm se manifestado no Brasil contemporâneo com novos sentidos. São mantidas as estrutura de privilégios favoráveis aos brancos (ou aos reconhecidos socialmente como brancos) e sobre os negros as idéias eram e são sempre negativas, vistos como preguiçosos, inferiores, feio, em inteligência.

Com este trabalho de pesquisa histórica, busquei mostrar que tais desigualdades raciais têm suas raízes no sistema escravista. Entretanto com o passar do tempo, preconceitos e discriminações ganham novos significados, resultando na permanência de um quadro social de extrema iniqüidade, no qual as mulheres negras continuam vivendo com poucas oportunidades de trabalho, baixa escolarização, sem acesso a serviços de saúde, enfim, mantêm-se na base da pirâmide social.

Ora, no contexto atual, as mudanças no mundo do trabalho numa sociedade historicamente configurada por hierarquias racial e de gênero e, atualmente, predomina uma conjuntura de globalização da economia, que cada vez mais, exige trabalhadoras(es) qualificadas(os), é no competitivo mercado de trabalho que esse grupo de mulheres negras vai enfrentar as maiores dificuldade. É necessário, pois, para reverter ou minimizar essa situação, o envolvimento político de diversos setores, tanto do poder público (com o envolvimento de todos ministérios) quanto da sociedade civil, como as organizações não-governamentais, a família, a escola, a igreja etc. Essas mudanças em curso devem ser estimuladas, pois, como sabemos, o *imaginário[[118]](#footnote-118)* tem sido reelaborado e recriado imagens que contribuem para a manutenção do nas relações sociais e racismo institucionalizado, a exemplo do que ocorre no mercado de trabalho e no sistema de saúde, respectivamente.

Como podemos ver, as pessoas tendem a reelaborar e desfigurar determinadas imagens e, no caso das mulheres negras, tem sido freqüente a atualização de representações que cristalizam estigmas, sobretudo, de ordem sexual e econômica. Neste último ponto, pode-se citar, como exemplo, a questão do trabalho, em razão da mulheres negras serem vistas com baixa capacidade intelectual, consideradas como aptas apenas para atuarem como trabalhadoras domésticas (trabalho socialmente desvalorizado e mal remunerado) ou profissionais do sexo. Assim, mulheres negras defrontam-se com o sexismo – aí, as relações de poder perpassam não só pelos conflitos com os homens brancos como também com os negros –, e o racismo – produtos de relações sociais hierarquizadas, principalmente no mercado de trabalho. Ambos não serão facilmente eliminados das práticas sociais, e as propostas para desarraigar tais valores e comportamentos devem abarcar não só medidas econômicas, mas também mudanças que atinjam o imaginário coletivo da sociedade brasileira para, assim, se desfazer a idéia de que mulheres negras têm baixa capacidade intelectual, o que, de certa forma, justificaria a permanência de tais mulheres em funções subalternizadas.

Esta mudança se faz necessária, pois se mantém uma perversa continuidade na vida socioeconômica das mulheres negras, exemplificada com os fragmentos do testemunho de Luzia: elas permanecem na base, com os mais altos índices de desigualdade e pobreza, exercendo as profissões mais desprestigiadas e com baixas remunerações, mesmo com as mudanças no mercado de trabalho, nos quais os indicadores sociais do IBGE (2003), apontam para avanços e participação crescente de mulheres brasileiras, nas últimas décadas. Em média, as mulheres brancas recebem 40% menos do que os homens para o mesmo trabalho e as mulheres negras chegam a receber 60% menos, dados estes que tornam as discriminações racial e sexual absolutamente visíveis. Numa outra situação, tem-se, como cenário, a maior cidade do Brasil (São Paulo), onde os diferenciais de rendimentos por hora trabalhada divergem se considerarmos o sexo, a raça e o nível de instrução. Em 2000, os dados indicam que, na população escolarizada (com ensino médio completo ou superior incompleto), os homens brancos, em São Paulo, ganhavam R$ 6,29/hora, os negros R$ 4,62, as mulheres brancas R$ 4,35 e as negras R$ 2,92; ou seja, em qualquer situação, as mulheres negras são as que mais sofrem, sob o peso da dupla discriminação.

Embora, nesse início do século XXI, as mulheres negras já se constituem sujeitos políticos (Ribeiro, 1998) e disponha de alguns bons exemplos de mulheres negras públicas que têm defendido mudanças sociais como (Luiza Bairros, Benedita da Silva, Sueli Carneiro e muitas outras), ainda, predomina uma multidão que vêm sendo massacrada pela pobreza.

O poder público também deve integrar as perspectivas de gênero e racial em políticas públicas, pois setores organizados da sociedade civil, como as organizações de mulheres negras, têm reivindicado este posicionamento das autoridades. Reivindicação que não deve ficar restrita a um único órgão, mas fazer parte da formulação de políticas públicas de todos os ministérios e secretarias (estaduais e municipais). Isto significa dizer, que feministas negras reclamam políticas com recorte de transversalidade em todas as dimensões sociais.

Mas, indo além do combate ao racismo institucional nas diferentes esferas sociais, deve-se considerar a importância de estudos sobre as mulheres escravizadas, suas ações e relacionamentos com homens e mulheres, tanto para modificar o imaginário da sociedade brasileira quanto para afirmar identidades de negras e negros da contemporaneidade. Que pessoas de diferentes etnias tenham conhecimentos de que as mulheres negras ao resistirem à escravização, transformaram-se em agentes históricos, deixaram marcas de suas ações e contribuíram para a construção material e cultural da sociedade brasileira, na qual está incluída a paraibana e, quiçá, seja forjada uma sociedade em que a igualdade seja a tônica das relações sociais. Por fim, nunca será demais lembrar, que a igualdade deve se basear na eqüidade e na *educação* *democrática[[119]](#footnote-119)* para a tolerância para que se estabeleça uma consciência ética que inclui a mudança de mentalidades, o combate o racismo e discriminações e que seja enraizado novos hábitos e atitudes de reconhecimento da dignidade de todas e todos.

**FONTES E BIBLIOGRAFIA**

1 – Fontes (Manuscrita e Impressa)

**a) Arquivo Histórico da Paraíba (AHPB)**

*Livros e Correspondências*

Correspondência da Secretaria de Polícia com o Presidente da Província (1848-1850) Secretaria da Polícia, da Província da Paraíba, 1862, caixa 42.

Secretaria da Polícia, ano 1857/1858, caixa 35.

Subdelegacia de Alagoa Nova, 1865, caixa 46.

Secretaria da Polícia, 1874, caixa 60.

Subdelegacia de Alagoa Nova, 1865, caixa 46.

Registro dos Officios dirigidos as Autoridades Policiais (1864-1865).

Correspondência a Delegados e Subdelegados – Chefia de Polícia (1861-1862).

Documentos Avulsos: Secretaria da Polícia da Paraíba, 1862, caixa 42.

Correspondência ao Governo da Província (1860- 1861).

Correspondências a Delegados e Subdelegados – Chefe de Polícia (1861-1862).

Correspondências do Chefe de Polícia - Delegados e Subdelegados (1863-1864).

Secretaria de Polícia, Correspondências (1860 1861).

*Listas Nominativas de Classificação de Escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação:*Bananeiras, 1877, Caixa 60-A; Cajazeiras, 1876, Caixa 60-A; Misericórdia, 1876, Caixa 61-B; Piancó, 1878, Caixa 60-A **.**

**b) Arquivo do Tribunal da Justiça**

Apelação Cível da escrava Gertrudes Maria, 1828-1842.

**c) Arquivo do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR)**

**Jornais**

O Solícito (27/07/1867); A Regeneração (29/05/1861); O Imparcial (20/02/1861); A Opinião (17/05/1877); O Publicador (03/09/1862); O Independente (30/07/1887).

**d) Livros**

ALANIZ, Anna Gicella García.  **Ingênuos e Libertos**: estratégias de sobrevivência familiar em épocas de transição 1871-1895. Campinas: UNICAMP, 1997.

ALMEIDA, Ângela. **Mães, esposas, concubina e prostitutas**. Rio de Janeiro: EDUR, 1996.

BENEVIDES, Maria V. Democracia de iguais, mas diferentes. BORBA, Angela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (Org). **Mulher e Política**. São Paulo: Perseu Abramo, 1998, p.137-152.

CARVALHO, Marcus J. M. **Liberdade**: rotinas de rupturas o escravismo no Recife, 1822-1850. Recife: Ed. Universitária, 1998.

CASTRO, Carmen Lúcia Santos. **Ferro de brasa, tacho de cobre, puxados úmidos: cotidiano das mulheres escravizadas em Porto Alegre (Século XIX).** Dissertação de Mestrado, PUC-RS, 1994

CORRÊA, Sonia. Sobre a invenção da mulata. **Cadernos Pagu**, n. 6-7, 1996, p.35-49.

DEL PRIORE, Mary.(Org.). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1997.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. História das mulheres: as vozes do silêncio. **Historiografia Brasileira em Perspectiva.** 4a ed São Paulo: Contexto, 2001, p. 217-235.

DESAN, Suzanne. Massas, comunidade e ritual. In. HUNT, L. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 63-96.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

FIGUEIREDO, Luciano. **O Avesso da memória**: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Brasília: EDUNB; Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

GALLIZA, Diana Soares de. **O declínio da escravidão na Paraíba 1850-1888**. João Pessoa: Universitária, 1979.

GIACOMINI, Sonia Maria. **Mulher e escrava.** Uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1988.

LEITÃO, Deusdedit. **História do Tribunal de Justiça da Paraíba.** 3 ed João Pessoa: A União, 1991.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio:** os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil.** 2ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. O filho da escrava (em torno da lei do ventre livre). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 8, nº 16, 1988, p.37-55.

MEDEIROS, Coriolano. **O Tambiá da minha infância.** João Pessoa: A União, 1994.

MEDEIROS, Maria Alice A. Mulheres Negras: História de vida. **Dados**. Revista de Ciências Sociais, vol. 30, n. 2, 1987, p. 207-221.

MEDEIROS, Maria do Céu & SÁ, Ariane. **O trabalho na Paraíba**. Das origens à transição para o trabalho livre. João Pessoa: Ed. Universitária, 1999.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. **Nordeste Insurgente (1850-1890).** 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Viajantes, século XIX: negras escravas e livres no Rio de Janeiro. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros.** São Paulo, n. 28, 1985, pp 53-76.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. SILVA, Zélia L. (Org). **Cultura** **Histórica** **em** **Debate**. São Paulo: Ed. UNESP, 1995, p.81-93.

REIS, João José & SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RIBEIRO, Matilde. Antigas Personagens, Novas Cenas: mulheres negras e participação política. BORBA, Angela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (Org). **Mulher e Política**. São Paulo: Perseu Abramo, 1998, p.137-152.

ROCHA, Solange P. **Na trilha do feminino**: condições de vida de mulheres escravizadas na Paraíba (1828-1888). Dissertação de Mestrado. Recife, UFPE, 2001.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos:** engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SLENES, Robert.A formação da família escrava nas regiões de grande lavoura do Sudeste:

Campinas, um caso paradigmático no século XIX. **População e Família.** São Paulo:

CEDHAL/USP/Humanitas, v.1, n.1, 1998.

SOARES, Cecília Moreira. **Mulher Negra na Bahia do século XIX.** Dissertação de Mestrado, UFBA, 1994.

SOIHET, Raquel. História das Mulheres. CARDOSO, Ciro & VAINFAS, Ronaldo. **Domínios** **da** **História**. 10a ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 275-296.

VIDAL, Adhemar. Três séculos de escravidão na Paraíba. **Estudos Afro-brasileiros,** (Edição Fac-similar). Recife, Massangana, 1988, pp. 105-152.

VOLPATO, Luiza R. R. **Cativos do Sertão e escravidão em Cuibá, em 1850-**

**1888.** São Paulo: Marco Zero, Cuiabá: Editora da UFMT, 1993.

XAVIER, Regina Célia Lima. **A conquista da liberdade**. Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX. Campinas: Área de Publicação, Centro de Memória, 1996.

|  |  |
| --- | --- |
| Nome: A escola como promotora de pensamentos e atitudes sexistas: uma abordagem no nível da pré-escola. | **A 007**  **Menção**  **Honrosa** |
| Autora/o Teresa Santos Arruda |
| Orientadora/o Dr. Carlos da Fonseca Brandão |
| IES: UNESP – Campus Assis |
| Cidade/Estado:SP |
| Outras Informações: Estudante de graduação  Trabalho de Iniciação Científica, 3º ano do Curso de psicologia FCL –– 2003 |

**ÍNDICE**

[1. APRESENTAÇÃO](#h.gjdgxs)

[2. INTRODUÇÃO](#h.30j0zll)

[3. MATERIAL E MÉTODOS](#h.1fob9te)

[4. RESULTADOS/DISCUSSÃO](#h.3znysh7)

[4.1 Municipal](#h.2et92p0)

[4.1.1 No cotidiano de sala de aula](#h.tyjcwt)

[4.1.2 Nas histórias](#h.3dy6vkm)

[4.1.3 Nos filmes](#h.1t3h5sf)

[4.2 Particular](#h.4d34og8)

[4.2.1 No cotidiano de sala de aula](#h.2s8eyo1)

[4.2.2 Na educação artística](#h.17dp8vu)

[4.2.3 Na educação física](#h.3rdcrjn)

[4.2.4 No livro didático](#h.26in1rg)

[5. CONCLUSÕES](#h.lnxbz9)

[6. BIBLIOGRAFIA](#h.35nkun2)

[7. OUTRAS ATIVIDADES DE INTERESSE UNIVERSITÁRIO](#h.1ksv4uv)

[8. APOIO](#h.44sinio)

**1. APRESENTAÇÃO**

**Projeto:** A escola como promotora de pensamentos e atitudes sexistas: uma abordagem no nível da pré-escola

**Bolsista:** Teresa Santos Arruda - 3º ano de Psicologia Unesp Assis

**Orientador**: Dr. Carlos da Fonseca Brandão

**Local de execução**: EMEIF “Profª Maria Amélia de Castro Burali” e Colégio Ipê – Sistema Positivo, ambas situada no município de Assis – SP

**Vigência**: Fevereiro a Julho de 2005

**2. INTRODUÇÃO**

A progressiva mudança do papel social da mulher na sociedade contemporânea é evidente. Com a saída desta para o mercado de trabalho as relações entre os gêneros têm entrado em constante conflito. O machismo ainda persiste em muitos dos relacionamentos entre homens e mulheres, confinando freqüentemente estas a tarefas internas familiares (como a maternidade), enquanto o homem seria responsável pelas tarefas externas (produtivas). Reproduzindo-se assim aos moldes da antiga estrutura patriarcal.

Aqui, entendemos gênero como um conjunto de expectativa em relação aos comportamentos sociais que se esperam das pessoas de determinado sexo, isto é, idéias, normas, costumes, valores e tudo aquilo que diz o que é ser homem e o que é ser mulher, e que, não é uma questão biológico-anatômica do sexo masculino ou feminino.

Desde que nasce, a menina-mulher, é educada, condicionada a ser feminina - mãe e esposa. Ao deparar-se com a possibilidade de ser e atuar como uma profissional no mundo produtivo acaba encontrando-se num grande dilema: mulher ou profissional? Como se uma escolha anulasse a outra, transformando-se muitas vezes de mulher passiva para a mulher “maravilha” e estressada.

Belotti acredita que o problema inicia-se desde o nascimento da menina, na origem da formação de suas estruturas psicológicas que “levam-na a viver com um sentimento de culpa qualquer tentativa para inserir-se no mundo da produção, a sentir-se fracassada como mulher se adere a esse mundo e a sentir-se fracassada como individuo se escolhe ao contrário realizar-se como mulher” (BELLOTTI, 1979: 11).

Marodin acredita que o atual contexto de nossa sociedade exige mudanças nos tipos de relações familiares, pois “Muitos casais desejam, atualmente, almejam ter uma relação livre das tradicionais determinações dos papéis de gênero das suas famílias de origem. Apesar desse desejo, tanto o homem quanto a mulher ainda são prisioneiros dessas heranças patriarcais” (MARODIN, 1997:14).

Infelizmente, apesar da necessidade de mudanças, como todo tipo de discriminação, o sexismo tem persistido de forma sutil e imperceptível. Segundo Guimarães, não basta apenas assegurar constitucionalmente a igualdade jurídica da mulher. Para tornar possível a igualdade seria necessário repensar o mito da submissão feminina através da compreensão dos mecanismos de discriminação, que são, segundo ele, institucionais, sociais, educacionais e internos (emergente da identidade psicológica). (Cf. GUIMARÃES, 1997: 36). Afinal, igualdade não se decreta, se constrói.

Neste contexto chamamos a atenção para o papel da escola, pois um dos principais meios de propagação de pensamentos androcêntricos e de inferiorização da mulher está na educação. Como produtora e transmissora do saber, não apenas científico, mas também social, ela tem uma importância fundamental na mudança de concepção a respeito da igualdade entre os sexos.

O simples fato de alunos e alunas terem as mesmas explicações, realizarem as mesmas atividades (quando estas são oferecidas igualmente para ambos), ouvirem as mesmas estórias, não evidencia que recebem a mesma educação. Nem sempre os ensinamentos transmitidos estão dizendo o mesmo às meninas e aos meninos.

Pelos conteúdos de ensino (desenhos, figuras, estórias...) são passados a imagem da mulher e do homem que vai contribuir para formar seu eu social, seus padrões de comportamento e o modelo com o qual devem identificar-se. Informando também através destes a diferença de valoração que é atribuída pela sociedade aos indivíduos de cada sexo.

Segundo Viana e Ridenti, o problema do preconceito ligado à questão do gênero, o qual “afeta meninos e meninas, homens e mulheres, nas salas de aula ou no espaço escolar, tem base em um sistema educacional que reproduz, em alguns momentos, as estruturas de poder, de privilégios de um sexo sobre o outro em nossa sociedade e aparece até mesmo nos livros didáticos e nas relações escolares” (VIANA & RIDENTI, 1998: 102).

Para Neves, Wendling e Blanco é durante a fase escolar que se começa as exigências de um papel feminino e de um papel masculino, esses papéis são atribuídos através de estereótipos de gênero, que são exigidos e formados pelos adultos, principalmente pais e professores, “Nesta época, a questão de gênero passa a se intensificar e a influenciar ainda mais na formação desses papéis” (STEY, WENDLING & BLANCO, 1997: 100).

Montserrat Moreno, em seu livro “Como se ensina a ser menina” constrói todo um trabalho crítico a respeito da discriminação da mulher na sociedade e na escola, tendo como campo de pesquisa a Espanha. Moreno detectou a presença de sexismo na linguagem, nos conteúdos das diferentes disciplinas do currículo escolar e na forma de apresentação desses conteúdos nos livros didáticos.

Na infância, principalmente ao iniciar-se a alfabetização, a interpretação do desenho prevalece sobre a leitura escrita, já que está ainda oferece consideráveis dificuldades aos jovens leitores. O significado das palavras é fortemente influenciado pelo desenho que a acompanha, e estes muitas das vezes são utilizados como uma mensagem subliminar dos papéis sociais restritos e distintos para cada sexo.

Os livros de linguagem não ensinam somente a ler, mas também ditam código de símbolos sociais, já que meninas e meninos tendem a seguir modelos propostos. Estes contribuirão definitivamente para a formação dos padrões inconscientes de condutas nas meninas e nos meninos, que vão continuar atuando ao longo de toda a vida e vão aparecer como imodificáveis dados pela aquisição precoce. (Cf. MORENO, 1999: 35-44).

Belotti, através de uma longa experiência educativa com os pais e crianças escolares, também detecta em sua pesquisa, realizada na Itália, a presença de atitudes e comportamentos sexistas na escola, inclusive promovidas pelas professoras. Salienta que ao se observar os desenhos infantis “aparecem já com toda a clareza aos cinco anos um mundo ‘feminino’ e um mundo ‘masculino’” (BELLOTTI, 1979: 147, aspas no original).

Para Toscano, estamos diante de uma discriminação de gênero – sexismo - toda vez que na prática observamos um tratamento diferenciado, da mulher ou do homem, em prejuízo dos direitos dos outros, em particular nos livros didáticos se:

“através dos textos, das ilustrações, da conduta dos personagens é flagrante que homens e mulheres não recebem o mesmo tratamento, podemos, de saída, afirmar que estamos em presença de algum tipo de discriminação; se o conteúdo dos textos não reflete os fatos, os dados, em uma palavra, a realidade, mas ao contrário, apresenta a mulher como ela era vista na sociedade antiga, sob a ótica distorcida do patriarca, sob o mato do preconceito e da linguagem estereotipada, não há mais dúvida: estamos diante de um exemplo vivo de discriminação, no caso, *nosso dever é denunciar a inflação e trabalhar para que ela cesse*.” (TOSCANO, 2000: 19, grifo meu).

Segundo o autor, um modelo diferenciador de condutas, não estaria apenas nos livros didáticos, mas também, nos intervalos de aula, durante o recreio, ou durante as aulas de educação física (onde os meninos muitas vezes, dispõem de toda a quadra desportiva só para eles) e na visão dicotômica dos professores em relação às normas disciplinares distintas para meninos e meninas. A discriminação estaria pautada na reprodução dos velhos padrões de educação, segundo o qual “homem é homem” e “mulher é mulher”. (Cf. TOSCANO, 2000: 21-30).

Também a respeito de sexismo na educação física, Louro comenta que diferentemente de em outras áreas escolares, este é mais explicito e evidente. A idéia de que as meninas são fisicamente menos capazes que os meninos ainda é muito aceita. Isto impede que seja proposto a elas jogos ou atividades físicas tidas como masculinos. (Cf. LOURO, 2001: 72-83).

Para Toscano, “não há como se programar mudanças profundas na relação entre homens e mulheres, em nossa sociedade, enquanto não conseguirmos mudar as atitudes e os comportamentos dos pais e professores” (TOSCANO, 2000: 20).

Também para Louro, se podemos conceber a escola como transmissora não apenas de conhecimento, nem mesmo apenas como produtora, mas também como “fábrica” de sujeitos, produzindo identidades étnicas, de gênero, de classe, e que essas são produzidas através de relações de desigualdades:

“se admitirmos que a escola está intrinsecamente comprometida com a manutenção de uma sociedade dividida e que faz isso cotidianamente, com nossa participação ou omissão; se acreditarmos que a prática escolar é historicamente contingente e que é uma prática política, isto é, que se transforma e pode ser subvertida; e, por fim, se não nos sentimos conformes com essas divisões sociais, então, certamente, *encontramos justificativas não apenas para observar, mas, especialmente, para tentar interferir na continuidade dessas desigualdades*.” (LOURO, 2001: 86, grifo meu).

Detectar as formas de transmissão de sexismo - e de conceitos machistas e androcêntricos -, vai permitir um esclarecimento junto a profissionais da educação possibilitando assim novas maneiras de se educar, bem como de se ensinar a pensar sobre essa questão, que, por sua vez, abrirá caminhos tanto para as meninas como para os meninos, criarem novas formas de relação, nas quais possa haver infinitas possibilidades de ser, de sentir e de estar no mundo.

A escola, desde o seu inicio, ao invés de ser um espaço de práticas que produzem preconceitos, deve ser um instrumento eficaz na construção de resistências, de novos valores e atitudes, que permita um olhar mais critico sobre os significados masculinos e femininos presentes em nossa sociedade.

Como salienta Belotti, o que se deve fazer é “restituir a todo individuo que nasce a possibilidade de se desenvolver da forma que melhor se adequar à sua índole, independentemente do sexo a que pertence” (BELLOTI, 1979: 10).

Acreditando que só se transforma o que se conhece, julgamos essencial um trabalho mais apurado de investigação a respeito dos meios de transmissão de sexismo, para uma possível mudança de concepção do que é ser mulher e do que é ser homem em nossa sociedade, mudando-se assim o tipo de relação entre os gêneros, alcançando enfim uma plenitude democrática onde não haja nenhum tipo de desigualdade.

Para tanto, o objetivo desta pesquisa foi detectar a existência, ou não, de mecanismos de propagação de sexismo dentro da pré-escola, junto a crianças de cinco/seis anos, que estão iniciando sua alfabetização. Através da pesquisa participativa tivemos o intuito de investigar os materiais didáticos, as atividades físicas e artísticas oferecidas às crianças detectando assim os meios utilizados para se transmitir padrões de condutas femininos e masculinos.

**3. MATERIAL E MÉTODOS**

A pesquisa teve como participantes, duas turmas de crianças de cinco e seis anos, uma de escola municipal (22 crianças, no período matutino) e outra do ensino privado (13 crianças, período vespertino), e suas respectivas professoras.

Visitas semanais foram feitas as escolas, realizando-se assim uma observação participativa no cotidiano de sala de aula. Os dias da semana onde ocorria a observação eram variados, na tentativa que abranger diferentes momentos do dia-a-dia escolar.

Como as realidades das escolas eram diferentes, as aulas observadas também o foram, na escola municipal foi possível participar da rotina de sala de aula (incluindo hora do lanche) e também da hora do vídeo – onde uma vez por semana as crianças assistiam filmes infantis. Não há nesta turma, aula de educação física e nem de educação artística, as atividades desta última, eram dadas em meio aos conteúdos da semana.

Não se utilizam livros ou cartilhas didáticas, as atividades eram dadas em lousa (as crianças possuem cadernos de atividades) ou em folhas mimeografadas disponibilizadas pela professora. Embora não se tenha presenciado nenhum momento onde se contou estórias, alguns livrinhos presentes na sala foram analisados. Enfim, o que mais pôde ser observado foram os comportamentos e atitudes em sala de aula e os conteúdos de alguns filmes e livrinhos infantis.

No colégio teve-se a oportunidade de participação em diferentes momentos da aprendizagem da turma, aula de educação artística, aula de inglês, de educação física, hora do brinquedo, e também aula normal em sala de aula – incluindo a hora do lanche e do parque.

A turma possui cartilha didática do Sistema Positivo de ensino – uma de atividade em sala e outra de atividade em casa -, as quais tiveram que ser analisadas em sala de aula, não havendo possibilidade de adquiri-las. Possuem também cadernos de sala e de aula, tanto de alfabetização quanto de desenho, e eram oferecidos a elas materiais (folhas em xerox, cartolinas...) para atividades em sala.

Foram dois meses de pesquisa em campo (abril e maio de 2005), no total 29 horas de observação participativa (17 horas e meia no Colégio e 11 horas e meia na municipal). Nos dias de observação, foi buscado certa interação com a turma na tentativa de estar evitando algum tipo de influencia no comportamento habitual.

Foram observados desde a decoração das salas até a linguagem utilizada pelas professoras a fim de detectar algum tipo de sexismo. Os materiais utilizados pelas crianças também foram analisados no intuito de encontrar algum tipo de imagem masculina ou feminina que não esteja de acordo com a nossa realidade atual. A pesquisa foi muito bem recebida e aceita por ambas as escolas.

**4. RESULTADOS/DISCUSSÃO**

**4.1 Municipal**

**4.1.1 No cotidiano de sala de aula**

A fila para sair da classe é separada pelos sexos (“- meninos e meninas vamos fazer fila”), assim como na hora do lanche, meninas em uma mesa, meninos em outra. Havendo clara distinção do lugar que cabe a cada um. A criança logo aprende o que significa ser menina e ser menino, antes mesmo de entender o que é ser pessoa, o que ser criança. Divisões desse tipo só servem para sublinhar diferenças (menina e menino), em desde valorizar as semelhanças (crianças).

Assim como cadernos decorados pela professora também o são de forma distinta, para os meninos e as meninas. Para elas, um coração rosa na capa, com o nome escrito em vermelho. Para eles, um dado amarelo, verde e vermelho, com o nome escrito em azul.

Com relação ao capricho e a limpeza não há diferença alguma entre meninas e meninos, há sim diferenças individuais. Ao contrário do que se costuma esperar, que os meninos sejam menos organizados e exigentes com a limpeza, nesta turma há mais cadernos limpos e organizados entre os meninos do que entre as meninas.

Louro diz que “gestos, movimentos, sentidos são produzidos no espaço escolar e *incorporados* por meninos e meninas, tornam-se parte de seus corpos. Ali se aprende a olhar e a se *preferir*.” (LOURO,61). Meninas e meninos APRENDEM a escolher e gostar de cores que lhes convém socialmente, e a rejeitarem as cores que não convém (rosa para os meninos). Meninas são condicionadas a preferirem corações, flores, bichinhos, e os meninos a carros, aviões, dados.

Na parede, peixinhos em cartolina com o nome de cada criança, para as meninas peixinhos amarelos escrito em vermelho, para os meninos peixinho azul e escrito também em azul. Mas, nesta mesma parede encontramos outros peixinhos amarelos escritos com cores variadas, independente do sexo da criança (preto, azul e vermelho) – isto deixa claro a possibilidades de não distinção, porém, diferenciar tem sido há muito tempo o comportamento habitual e dominante.

Na sala, as mesas são coloridas e em conjunto de quatro crianças, e não há lugar pré-determinado, o que possibilita que as crianças se sentem onde quiserem, conseqüentemente não há mesas de meninos e mesas de meninas. O que refuta com a idéia da “naturalidade” de meninos preferirem conviver com meninos, e meninas conviverem com meninas.

A professora ao sugerir à classe um desenho para o Dia das Mães, propõe que cada um desenhe o que a mamãe merece, o que ela sente. Em seguida dá um exemplo “pode ser uma flor para a mamãe”. A imagem da mulher vem ligada a delicadeza, a beleza. Ao sugerir o desenho, dando apenas um exemplo, corre-se o risco de bloquear a criatividade infantil, tão ativa neste período. A mamãe poderia merecer um carro, uma casa, uma viagem, mas a sugestão foi: uma flor (símbolo feminino muito difundido entre nós).

A turma ensaiou, junto com outras crianças, uma dança para a festa junina. Havia o dobro de meninas, estavam distribuídos em: uma fileira de meninas, atrás uma de meninos e em seguida outra de meninas. Enquanto meninas rebolavam com a mão no vestido, os meninos mantinham as mãos para trás. Em um trecho da música, os meninos fingiam estar acendendo rojões e em seguida imitavam o barulho batendo com os pés no chão.

Entre as crianças que não estavam dançando, havia um mesmo número de meninos e meninas, mas devemos considerar que o número de meninas no total era o dobro. Talvez pelo fato de que socialmente, a dança é muito mais difundida entre as meninas, chegando ser considerada depreciativa entre os meninos.

Enquanto as crianças ensaiavam, tinha uma menina dançando fora do grupo, mas dançava a “parte masculina”. Talvez, muitas delas gostaria de estar “estourando rojões” durante a dança, mas sabem que não cabe a elas tal tipo de comportamento.

Os convites para a festa junina eram uma caipirinha rosa para as meninas, e um caipira azul para os meninos. Novamente a distinção se faz.

**4.1.2 Nas histórias**

Duas histórias foram interessantes de observar. Primeiro “Ana e Ana” de Célia Godoy, São Paulo: DLC, 2003. A história fala de duas gêmeas idênticas que eram diferentes. A mãe trabalhava e a avó cuidava, uma gosta de vermelha e outra gosta de azul. Uma ouvia música alta, a outra conversava com as plantas e bichos. Uma adorava ser o centro das atenções e vivia rodeada de colegas. Outra gostava de ficar na pracinha, brincando com crianças menores. Quando cresceram uma usava cabelo curtinho, outra chanel, cada uma estudou o que quis e foi trabalhar no que gostava. Ana Carolina foi trabalhar numa estação de rádio. Ana beatriz viajou para longe, seu grande sonho era estudar e proteger alguns animais que estavam quase em extinção.

Depois a história “A menina das borboletas” de Roberto Caldas, São Paulo: Paulus, 1990. Uma menina era sempre acompanhada por borboletas (quatro, no inicio), ela planta uma flor, mas uma senhora passa por cima com carrinho de feira. Ela vê (agora acompanhada por seis borboletas) e replanta a flor (oito borboletas). Um homem de terno com uma maleta de negócios, passa por cima. Ela vê e replanta (quatorze borboletas). Um menino passa com a bicicleta por cima. A menina chora (dezenove borboletas) e volta com uma outra flor, planta e coloca estacas em volta para proteger (vinte e cinco borboletas). Um cachorro faz xixi na flor, a menina fica furiosa, a planta acaba morrendo. Então ela planta outra e dorme ao lado da flor (acompanhada pelas borboletas), protege-a da chuva e então, a flor brotou e outras flores surgiram, a menina fica muito feliz. (A história passa-se somente com imagens, não havendo texto escrito).

A primeira história mostra uma família constituída apenas por mulheres (caso muito freqüente em nossa sociedade), a mãe trabalha fora, a avó cuida das crianças, e em nenhum momento faz-se menção ao pai ou avô das meninas. Fala-se muito da liberdade de gostar e fazer o que quiser, não colocando em nenhum momento restrições por elas serem meninas. Uma foi cuidar de animais (socialmente, atividade tipicamente feminina), e a outra foi cuidar de uma estação de rádio (atividade tida como masculina). História que, reflete a realidade hoje vivida, podendo ser usada para se discutir junto as crianças questões a respeito do gênero.

Na segunda história já percebemos certas concepções sexistas. Em primeiro lugar em desde uma menina poderíamos ter um menino, ou melhor, ambos – mas a impressão que temos é que como se trata de plantar uma flor e de borboletas, não caberia na história um menino. A senhora que passa é uma típica dona de casa fazendo compras, já o senhor está trabalhando (homem de negócios). Quem passa de bicicleta e mata a flor é um menino (porque não uma menina?). A menina “naturalmente” se encaixa no papel da protagonista principal, é ela quem cuida da flor, tem paciência de plantá-la várias vezes, é quem chora pela flor, se comove, se sacrifica dormindo junto (características e atitudes que nada tem a ver com as ditas socialmente masculinas).

Não que uma história destas não deva ser contada, mas sim discutida com as crianças, re-contada por elas mudando os atores. Experimentando novas formas de ser, de criar.

**4.1.3 Nos filmes**

Ao assistir um trecho do filme “Rei Leão”, alguns pontos chamaram atenção. Uma das meninas logo mostra certa insatisfação, pois queria continuar a assistir “A Pequena Sereia”. Talvez podemos dizer que meninas acabem identificando-se mais com filmes onde mulheres são importantes, assim como os meninos possam preferir (condicionalmente) à filmes onde os “machos” sejam mais evidentes.

O filme começou a ser passado do trecho onde Simba foge do Reino por se sentir culpado pela morte do pai, e é encontrado por Timão e Pumba que cuidam dele.

Em uma cena, Nala (leoa) feroz ataca Pumba (javali) e luta com o Simba (leão), vencendo-o (fêmea vence o macho - cena pouco comum). Mas o Simba é o “Rei”, um cara com poder (expressões usadas pelos personagens).

Todos os meninos se mostram muitos interessados nessas cenas de luta e força, já entre as meninas três se mostram muito dispersas. Quando começa a cena de romantismo, na cachoeira, entre Nala e Simba, elas parecem mais interessadas. Timão e Pumba (machos) se mostram aversivos ao amor entre Nala e Simba. Expressões como “Domado está o Leão” e “Sua liberdade esta quase no fim” são utilizadas por ele.

Estas cenas e atitudes levam-nos a associar o amor, o romance ao feminino. A luta a audácia ao masculino. O quando estes comportamentos têm de natural ou aprendido, é muito pouco discutido. O comum muitas vezes é tido como natural, transformando-se em norma social, que condiciona a reprodução a-crítica de velhos comportamentos sexistas e estereótipos.

Louro vai nos chamar a atenção ao dizer que “São, pois, as práticas rotineiras e comuns, os gestos e as palavras banalizadas que precisam se tornar alvo de atenção renovada, de questionamento e, em especial, de *desconfiança*. A tarefa mais urgente talvez seja exatamente essa: desconfiar do que é tomado como ‘natural’”. (LOURO, 2001: 63, aspas e grifo no original).

Nala tenta convencer Simba a voltar para o reino – “precisamos de você na terra”, “você é o rei”, “se você não voltar todos vão morrer de fome”, “sua responsabilidade”, “a única esperança”. O macho como a salvação do reino, como última esperança.

A sala de vídeo possui um televisor grande e um tapete na frente para as crianças sentarem. Os meninos estão todos deitados na frente da televisão (exceto um que esta sentado), as meninas estão atrás sentadas (exceto duas deitadas). Uma das meninas, esta sentada na frente, ao lado dos meninos. A professora esta deitada com as crianças e uma menina lhe faz carinho na cabeça.

Os meninos parecem sempre necessitar mais espaço do que elas, que não questionam o fato deles estarem a frente, a atitude parece habitual e natural.As meninas se mostram sempre muito atenciosas e afetuosas. Mostram grande necessidade de estar agradando. Sempre procuravam estar próximas, fazendo perguntas, ou dispondo-se a fazer algum favor. Os meninos não procuraram nenhum tipo de aproximação.

Belotti vai justificar este tipo de comportamento dizendo que “Justamente por ser o eu das meninas mais frágil por causa da menor autonomia concedida a elas, da menos exigência da auto-realização, têm elas maior necessidade de contínuas confirmações de fora para saber se estão correspondendo às expectativas ou não” (BELOTTI, 1979:132).

Os meninos diante das “piadas” de Timão e Pumba riem bastante, já entre as meninas nenhuma ri. Simba arrota, grande gargalhada entre os meninos. Comportamentos “típicos” masculinos, aos quais as garotas não se identificam, pois já nesta idade (5-6 anos) as crianças parecem já terem internalizado o que se espera de seus papéis sociais de homem e de mulher.

Na luta final, todos brigam, inclusive as fêmeas contra as hienas, mas a luta final é entre o Simba e o tio (dois machos). Neste momento todos os meninos estão extremamente vidrados, mas entre as meninas muitas estão dispersas e as que estão assistindo exclamam “ai, ele ta mordendo” e “tadinho do simba”.

Em resumo, o filme tenta demonstrar que com a mudança de hierarquias – hienas no poder, fêmeas responsáveis pela caça – o reino é destruído. No reino animal é comum o macho ser o comandante do grupo, o filme esta falando de leões e leoas, portanto esta transmitindo a realidade. Isto nada impede de junto com as crianças, estar trazendo a história para o humano, podendo-se discutir a importância do macho e da fêmea (no caso, humanos) em nossa sociedade.

Ao assistir o filme “A Bela e a Fera”, novamente os meninos se colocaram à frente das meninas. É um desenho de época, portanto, as roupas eram características de uma geração mais antiga. As mulheres falam de compras e vestidos, enquanto passeiam pela rua. Os homens estão no escritório, falando de negócios e dinheiro. Uma sociedade tipicamente patriarcal.

A Bela é a “boazinha” que leva almoço para os homens que estão trabalhando no campo (zona rural). Na cena onde mercadorias de navios estão sendo desembarcadas, só há homens. É ele o responsável pela renda familiar, quando esta não tem mais dinheiro é ele o culpado, por isso se sente mal.

Ao ter, o pai, que ir embora da casa para se entregar para a fera, as filhas perguntam quem é que vai cuidar delas, ele imediatamente faz com que os filhos prometam que vão cuidar de suas irmãs (homem responsável pela mulher, mais frágil). Bela (uma das filhas) entrega sua vida no lugar do pai – pois ela é menos necessária que o pai, que cuida de todos -, entrega-se a Fera, e o pai volta para cuidar da família.

Bela tem pena da Fera. E sempre acredita que dentro daquela fera há uma pessoa gentil, tenta agradá-lo com flores. E em uma conversa dela com a Fera, ela diz “Sempre serei sua amiga, não basta?”, e ele responde “Não, não é o suficiente”.

O desejo maior das mulheres é se casar, quando Bela retorna para casa em uma visita, permitida pela Fera, as irmãs exclamam “Ah, ela voltou, agora nenhum homem vai querer casar conosco”. Não terminamos de assistir o filme, por causa de uma queda de energia no dia.

Novamente surge a oportunidade de se estar discutindo relações de gênero, ao trazer o filme para os dias atuais, poderiam estar discutindo se a família é igual, se as atitudes e comportamentos ainda são iguais como era no filme.

**4.2 Particular**

**4.2.1 No cotidiano de sala de aula**

Para o lanche não há separação por sexos. Em uma das aulas, a professora propôs um problema de matemática para as crianças resolverem, estava desenhado na lousa dois meninos, a tarefa era distribuir bolas entre eles. A reprodução do estereótipo (bola é coisa de menino) se faz.

As etiquetas dos cadernos são personalizadas: branca de neve para as garotas e homem aranha para os garotos. Porém na sala, as sacolas, onde as crianças guardam seus apetrechos de higiene, são azuis para todas as crianças.

No decorrer de uma aula, a professora pede que as crianças recolham as cartolinas que estão no chão, espontaneamente cartolinas viram carros, e todos (meninos e meninas) brincam juntos de motoristas. Na espontaneidade das crianças, todas são iguais, e todas podem ser motoristas, meninos e meninas.

A tarefa era construir uma casa com massinha de modelar, a professora começa a distribui-las aleatoriamente entre as crianças. Para os meninos: azul, branco, cinza, amarelo e verde. Coincidentemente, rosas e vermelhas ficaram com as meninas. Ao terminar de distribuir, a confusão começou, um trocava com um, outro trocava com outro. Todas as meninas queriam rosa, mas ao começar fazer a casa, percebiam que rosa não tinha muita utilidade e queria destrocar novamente a cor.

Uma das meninas diz que o caderno da outra era de menino (capa com desenho do Toy Story). Ao ser interrogada do porquê era de menino, respondeu que não sabia. Imediatamente outra menina veio contar que um dia a mãe dela não quis comprar o caderno que ela queria (de menina!), e comprou do homem aranha. Ao perguntar se gostava do homem aranha, respondeu que adorava e que o irmão dela tinha da Babie.

Embora já saibam o que cabe a cada um, segundo o sexo, percebe-se que é algo reproduzido sem saber o motivo. Elas querem dizer que são meninas, mostrar que são femininas, portanto preferem a cor rosa, o caderno da Barbie, mas não conseguem ou não podem entender o porquê uma coisa quer dizer a outra. (rosa – menina).

A correção dos cadernos é feita sempre com uma cor de caneta, quando rosa, todos os cadernos são corrigidos com rosa, quando azul, todos são corrigidos de azul. Atitude da professora que destaca a igualdade, em detrimento da distinção não justificada.

Ao observar as crianças na recreação (dia de levar brinquedo) nota-se que os meninos levaram carrinhos e as meninas bonecas. Brincam caracteristicamente de acordo com os sexos. As meninas sentadas com as bonecas, e os meninos correm o tempo todo.

Cenas como esta servem para justificar a diferenciação entre garotas e garotos, porém, estes comportamentos não passam, ao nosso ver, de construções sociais, que são freqüentemente reforçadas por pais e mães, professoras e professores, assim como todo adulto plenamente condicionado aos padrões sociais que lhes foram dirigidos.

Em uma dessas ocasiões, a professora pede para uma *menina*, o *favor* de levar a *bolsa* dela para a sala, essa se recusa e faz cara feia, de que não gosta. A professora diz que é chique, logo uma outra menina veio, colocou a bolsa nos ombros e sai rebolando para atração das professoras que assistiam.

São em comportamentos banais do cotidiano, que reproduzimos os esquemas de atitudes femininas e masculinas, o professor/a, como um dos mais importantes agentes de formação de sujeitos, deve estar sempre atento a seus atos, pois como salienta Toscano:

“A atuação do professor primário nas mudanças de atitudes e de comportamento no campo das relações homem/mulher é considerada, tanto mais essencial, quanto mais se percebe o significado de tal atuação na manutenção, quando não no reforço, dos modelos herdados da velha sociedade patriarcal”. (TOSCANO, 1986: 156).

O uniforme do colégio tem clara distinção entre feminino e masculino, embora não obrigatórios neste sentido (qualquer um pode usar tanto o feminino como masculino). As camisetas podem ser azul, rosa ou branca. E os shorts podem ser bermuda grande ou um tipo de shorts-saia.

Na hora da refeição, uma brincadeira surge entre eles “quem olhar a mão vai virar princesa”, as meninas olham, “quem olhar a mão vai virar lutador”, os meninos olham. Uma das meninas fala “quem olhar na mão vai virar um dragão que mata gente”, os meninos olharam e também duas meninas, que imediatamente disfarçam fazendo uma “brincadeira”, pois com certeza já sabem que não é permitido a uma menina ser um dragão.

As crianças a, seu modo, desafiam a norma, brincando, eles exercitam os papéis sexuais ditados pela sociedade, e ao mesmo tempo, na fantasia, podem estar experimentando outras formas de ser, trocando os papéis sociais.

Como na escola municipal percebe-se que as meninas sempre estão querendo agradar, sentam no colo, mexem no cabelo, elogiam, oferecem balas, já os meninos não querem muito contato, não se interessam, exceto um, que um dia ou outro se aproximava timidamente perguntando ou mostrando algo que fez.

Um dos meninos arrota em sala, a classe nem muda seus focos de atenção e ele só ouve pela professora o nome dele como repreensão. Será que também seria assim, caso fosse uma menina?

No refeitório, uma menina e um menino brincavam juntos, queriam ver quem era mais forte, primeiro ela sentava no colo dele para ver se ele agüentava, e em seguida, ele sentava no colo dele para ver se agüentava. Em uma tentativa de testar diferenças entre eles, se é que há alguma. Logo a professora interfere dizendo não gostar daquela brincadeira.

Na escola, segundo Louro, as crianças aprendem que sons são permitidos (arroto), quem e quando tocar (brincadeiras de pegar, típicos jogos sexuais infantis, freqüentes nesta etapa da vida):

“Todos os sentidos são treinados, fazendo com que cada um e cada uma conheçam os sons, os cheiros e os sabores ‘bons’ e decentes e rejeite os indecentes; aprenda o que, a quem e como tocar (ou, na maior parte das vezes, não tocar); fazendo com que tenha algumas *habilidades* e não outras.” (LOURO, 2001:61, aspas e grifo no original)

Para a festa junina a música ensaiada é a mesma para meninos e meninas, ambos mostram-se muito interessados na dança (talvez por ser de peão e incentivada pela novela atual “América” da rede Globo). No trecho onde a música diz que o peão quer muitas mulheres, as meninas rebolam, simulando sensualidade (símbolo de mulher?).

Segundo a professora, ano passado havia muito mais garotos na sala (atualmente, três meninos fazem parte da turma). Estes são mais difícil, mais enérgicos, mas quando se pede para parar, eles param. As meninas são mais fofoqueiras, falam bastante da vida dos outros e acabam brigando. Elas falam o tempo todo.

Os brinquedos que trazem são eles mesmos que escolhem, e os meninos trazem carrinhos, enquanto as meninas trazem bonecas e maquiagem. Novamente um costume cultural é confundido com “natural” (da biologia). Toscano, a respeito da importância da concepção dos professores, na manutenção do sexismo, diz:

“A atitude, as expectativas das professoras quanto à conduta dos alunos, na escola, refletem igualmente a mesma ótica preconceituosa. A imposição de normas disciplinares distintas para uns e para outros confirma a idéia, segundo a qual meninos são “naturalmente” mais rebeldes, mais irrequietos e mais agitados que as meninas.” (TOSCANO, 2000: 26)

Percebe-se que ser ativo ou mais passivo não têm relação alguma com o sexo ao qual pertence a pessoa, nesta sala os meninos são muito mais passivos, quietos, pouco participativo e muito mais sossegados em carteiras do que as meninas

Muitas meninas são super ativas e enérgicas, participam bastante e algumas não param nas carteiras. São bastante falantes. Meninas aparentemente mais agitadas e teimosas, meninos aparentemente mais dóceis.

**4.2.2 Na educação artística**

Em uma das aulas de educação artística, por causa do dia do livro, as crianças fizeram seu próprio livrinho. A professora oferecia a elas as páginas, com trechos da história, e cada um tinha que ilustrava com o desenho que queria, que condissesse com o texto, depois foram unidas e formaram o livro.

Ali estavam todos os personagens, entre eles Pedrinho que foi classificado como sendo “um menino de dez anos que mora com a mãe na cidade, vai para o sítio todas as férias. Ele gosta de aventuras, como caçar onça e saci”. E Narizinho como “neta de dona benta e prima de Pedrinho. Ela tem oito anos e mora no sítio. Sua paixão é a boneca de pano Emília”.

No caso, estes personagens já são clássicos, criados por Monteiro Lobato, mas nada impede de se estar criando outras qualidades a eles, que não fique tão contrastante a distinção entre o menino e a menina. Toscano nos fala do perigo em naturalizar fatos - meninas gostam de boneca, meninos gostam de aventuras -, diz:

“Assim, acredita-se que, desde a primeira infância, o menino apresenta uma ‘inclinação natural’ para atividade que exigem o uso da força muscular, pressupondo-se para seu bom desempenho virtudes tais como audácia, iniciativa e espírito de competição” (TOSCANO, 1986: 152, aspas no original).

A toalha pintada com o nome deles, para dar para a mãe, era verde, sem distinção alguma enquanto o sexo da criança. O quadro feito para o dia das mães podia ter o fundo amarelo ou azul. Todos preferiram amarelos, exceto um menino e uma menina que fizeram de azul. Nota-se no conjunto, certa diferenciações de comportamentos, que anunciam a necessidade e vontade de mudanças.

Em meio a atitudes que ressaltam a igualdade, encontramos resistências como no “Dia do pintOR”, as crianças fizeram uma tela para dar para as mães, o cartão dizia “Posso não ser (nome de um pintor famoso) mas ...” e também foi oferecido a elas um desenho de um meniNO pintor para elas colorirem.

As perguntas que ficam são: não existe pintora famosa? Porque nem foi mencionada no cartão em que as meninas iam entregar para as mães? Qual o efeito desse descaso na motivação das meninas? Isso com certeza pode ser considerada uma situação banal, mas é justamente aí que esta o perigo.

**4.2.3 Na educação física**

As aulas de educação física são administradas por um professor. As brincadeiras, no geral são iguais para ambos os sexos. Mas basta a aportunidade de dividir em grupos, a escolhida é pelo sexo, para beber água – primeiro as meninas, depois os meninos, na brincadeira de caça ao tesouro – se meninas acharem, meninos pagam, e vice-e-versa, e em uma outra atividade com cordas – meninos encostados na parede enquanto as meninas fazem, e depois o contrário.

Em um dos castigos das brincadeiras, o desafio foi uma corrida entre um menino e uma menina, a menina ganhou. O mesmo aconteceu quando em roda, o professor chamava dois nomes, que tinham que correndo dar uma volta e sentar novamente, quem sentava primeiro ganhava. Ao chamar, uma vez em quinze vezes, um menino com uma menina, esta ganhou.

Mesmo com essas evidências, a concepção da fragilidade feminina permanece, separando-se assim que possível as atividades entre meninas e meninos, na tentativa de evitar que eles machuquem elas, pois não são igualmente capazes - fisicamente.

Todas as crianças participavam da aula, menos quatro meninas, que ficaram sentadas porque não queriam suar. Preocupações como essa, não são encontradas nos meninos. O social exige que meninas sejam sempre limpas e arrumadas (mesmo quando criança), enquanto ser natural os meninos estarem sempre sujos. O problema da naturalidade se refaz.

O professor é a atração. Em um universo feminino como a educação infantil, o homem é novidade tanto para os garotos como para as garotas. Belotti vai dizer o quanto isso se torna significativo, pois “A presença de homens e mulheres na escola infantil daria às crianças a real visão de uma efetiva intercambialidade, que automaticamente desfaria qualquer cristalização dos papéis masculino e feminino” (BELOTTI, 1979: 122).

Na hora da brincadeira livre, o professor se propôs a bater corda para as crianças pularem, somente as meninas se interessaram. Mas quando ele propôs que todas pulassem juntas e quem errasse saísse, numa competição, meninos observavam de uma certa distância a brincadeira, demonstrando certo interesse, mas sem se aproximar.

Com certo esforço, meninos acabam se aproximando mais das atividades tidas como femininas, e o contrário também é válido. Incentivando as atividades em conjunto, tornamos possível a maior valorização e respeito pelo outro, diminuímos as diferenças, e ressaltamos a reciprocidade. Em uma outra maneira, Belotti frisa, “Mas não é às meninas que se devem subtrair as bonecas, ao contrário, deveriam ser oferecidas igualmente aos meninos” (BELOTTI, 1979: 54).

**4.2.4 No livro didático**

Positivo: Educação Infantil, Nível III – 1º Semestre / Isabel Lombardi, Regina Emiko Shudo; ilustrações Adilson Farias... [et al.] – Curitiba: Posigraf, 2005.

O livro enfatiza os 10 direitos da criança, aparecendo na capa meninos e meninas, brancas, negras e japonesas, destacando o direito a igualdade, sem distinção de raça religião ou nacionalidade.

Quatro personagens acompanham a aprendizagem (tarefas) do livro, estes são duas meninas e dois meninos.Não havendo aí nenhuma distinção pelo gênero.

Porém na página 10, encontramos no poema de Regina Shudo uma reprodução de estereótipos populares a respeito do gênero:

“nomes e nomes”

...como a mãe, sempre Maria

como o pai, o seu José

...como Alice, a verdadeira

como Ângela, a mensageira

...como Pedro, o mais forte

como Lucas, o que cuida

...como Ana, a mais cheia de graça

como Marta, a dona de casa

Como se pode observar, os únicos nomes masculinos foram ligados a pai, a força, ao que cuida, contrastando com a imagem feminina da verdade, da mensagem, da graça e da mais divulgada - dona de casa.

Embora o livro demonstre certa tendência a valorizar a igualdade, em alguns momentos ele deixa transparecer certa distinção nas tarefas e brincadeiras de meninas e meninos. Na ilustração da página 12 e 13, embora um menino e uma menina estejam brincando juntos de amarelinha, somente os meninos jogam futebol enquanto as meninas balançam e cantam com os pássaros e colhem flores.

Na página 15, enquanto a menina se fantasia de fada, o menino é um pirata. Quando diz respeito a coleções, o menino coleciona bonés, a menina bonecos (pág. 41). O quadro de Doris Lee (Ação de Graça) representa uma cozinha com cinco mulheres, dois bebês e duas crianças. Elas estão muito atarefadas, cozinham no forno, fazem massa, trazem cestas, pegam pratos. (pág. 85).

Entre as perguntas sugeridas às crianças estão: Há mais adultos ou crianças? O que as crianças estão fazendo? Se a cozinha é parecida com a deles? E o que mais chamou atenção?

Não se menciona em nenhuma delas a falta de uma figura masculina na ilustração, o que nada impede que nesta última pergunta pudesse estar discutindo esta questão. Para tanto necessitaria certa habilidade da professora em estar detectando esta falta e certa disposição em estar falando destas questões. Infelizmente o professor e professora hoje, não têm sido preparado para tal tarefa.

Neste mesmo livro, só que na edição para o professor, na pág 19, sugere-se que pergunte para as crianças o que elas gostam de fazer, assim pede-se que elas desenhem. No exemplo, fica claro o esperado de cada criança, pois Pedro desenha uma pipa e uma bicicleta, já Ana Luíza desenha uma boneca e patins, Lucas desenha uma pescaria e futebol, a Camila uma dança e comida.

Na realidade, crianças nesta idade (5-6 anos) já têm fixado em seus comportamentos os papéis esperados por elas, porém nada impede que haja exceções, que devem ser bem recebidas e aceitas. Atitudes como essa do livro, em estar pré-fixando estereótipos, nada ajuda numa mudança de concepções de professores e professoras que trabalham com crianças.

Positivo: Educação Infantil, Nível III – 2º Semestre / Isabel Lombardi, Regina Emiko Shudo; ilustrações Adilson Farias... [et al.] – Curitiba: Posigraf, 2005 (livro do professor).

A respeito da programação (do que consiste e do que se espera do livro), na página 02 vai falar da identidade e autonomia, salientando entre outros itens a participação de meninos e meninas igualmente em brincadeiras de futebol, casinha, pular corda, etc...E o respeito as características pessoais relacionadas ao gênero, etnia, peso, altura, estatura, etc...

Mas, novamente vão aparecer estereótipos, pois meninas aparecem fantasiadas de coelho e canguru enquanto os meninos são pássaros, leão e morcego (pág. 13). Assim como nos desenhos que estão ao lado das páginas, um menino esta contando enquanto a menina mostra uma folha com um coração desenhado. Os meninos nas ilustrações aparecem freqüentemente jogando bola e pião, soltando pipa, e as meninas pulando corda, brincando de bonecas, e também na cozinha como na página 60.

Na página 19, em uma tarefa a respeito de uma história em quadrinho:

No primeiro quadrinho duas garotas fazem piquenique.

* Esse tempo é perfeito pro nosso piquenique, né, Juju?
* Se é! A gente ta planejando há séculos, né, Carol?

No segundo quadrinho, aparece caindo pingos de água.

* Mas hoje eu tenho certeza que não chove nem que...

O menino Maluquinho aparece no terceiro quadro com três amigos, ele está com uma mangueira molhando os seus amigos e as garotas que estão logo atrás.

* IUPIII!
* Nada melhor com esse solão.

Três perguntas são sugeridas para a professora fazer: O que as meninas quiserem dizer com “esse tempo é perfeito para o nosso piquenique?” O que o menino Maluquinho fez que os meninos gostaram? Será que as meninas gostaram da idéia dos meninos?

Excelente oportunidade de estar discutindo o gênero, pois como diz Belotti:

“Tal ‘naturalidade’ tão fortemente construída talvez impeça de notar que, no interior das atuais escolas, onde convivem meninos e meninas, rapazes e moças, eles e elas se movimentem, circulem e se agrupem de formas distintas. Observamos, então, que eles parecem ‘precisar’ de mais espaço do que elas, parecem preferir ‘naturalmente’ as atividades ao ar livre**. Registramos a tendência nos meninos de ‘invadir’ o espaço das meninas, de interromper suas brincadeiras. E, usualmente, consideramos tudo isso de algum modo inscrito na ‘ordem das coisas**’ ”. (LOURO, 2001: 60, aspas no original, grifo meu)

Na página 70/71 contrariando os estereótipos citados acima, em um problema de matemática, tanto menina como menino, estão fazendo ramalhetes de rosa.

**5. CONCLUSÕES**

O sexismo (na linguagem, no conteúdo de ensino, nas atitudes e concepções das professoras) foi percebido, muitas vezes de forma muito sutil, em ambas as escolas embora se perceba algumas diferenças entre elas. A propagação de estereótipos e discriminação fica menos evidente na escola municipal, talvez pelo fato de a classe ser bastante heterogênea, em relação ao rendimento intelectual e ao nível cultural. Causando muitos problemas para a professora, não deixando transparecer assim questões que envolvem relações de gênero.

Na escola particular, pode-se perceber certos vestígios de mudanças na concepção do que é ser mulher e do que é ser homem, embora alternados com velhos preconceitos de uma sociedade machista. Na municipal, pela questão do gênero não ser muito evidente (não ser difundida) essas mudanças não são percebidas, o que pode tornar as questões sexistas ainda mais cristalizadas.

A princípio não há nada de comprometedor, realmente relevante, nos livros e filmes. O problema esta na naturalização do ser menino e ser menina na concepção dos responsáveis pela instrução infantil e na reprodução de antigos estereótipos, do que significa ser garota e garoto.

Para a professora á “natural” que a menina traga boneca e o menino o carrinho. Já que é dele a escolha, pois podem trazer “qualquer” brinquedo (que seja compatível com seu sexo, lógico). Uma visão mais crítica a respeito do gênero por parte dos professores/as e funcionários/as ajudaria a não perpetuação das desigualdades.

Se pensarmos a escola como desconstrutora de “verdades” e estereótipos, esta realmente não esta fazendo seu papel. É nítido que a criança desde essa idade já tem internalizado as identidades de gênero. Mas considerando estas, construções sociais, elas são passíveis de mudanças.

A amostra da pesquisa foi muito restrita, não havendo possibilidade de generalização para outras escolas. Até porque cada escola possui projetos e objetivos específicos, assim como o papel que acredita possuir. Entretanto, podemos afirmar que os professores/as, no geral, estão pouco preparados/as para a discussão de questões sociais (no caso, relações de gênero), pois a escola ainda é pensada como transmissora de conteúdos científicos, e não como um local de formação.

As resistências são muitas, principalmente por parte dos pais (que também poderiam estar sendo conscientizados), com medo que questões como estas, possam estar determinando a sexualidade de seus filhos e filhas (como filho brincar de boneca, ou a filha gostar de jogar futebol).

O trabalho maior estaria em estar conscientizando os profissionais da educação, treinando-os os olhos, os ouvidos, a fala, para que se tornem capazes de detectar todo tipo de transmissão de preconceito, e estejam aptos e disponíveis para estar discutindo e desconstruindo verdades. É na formação de sujeitos mais livres, que damos um passo a mais em busca da igualdade.

**BIBLIOGRAFIA**

BELOTTI, E. G. *Educar para a submissão***.** Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

GUIMARÃES, M. S. A igualdade jurídica da mulher. In: STREY, M. N. (org.) *Mulher:* estudos de gênero. São Leopoldo: UNISINOS, 1997.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação:* uma perspectiva pós-estruturista. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARODIN, M. As relações entre o homem e a mulher na atualidade. In: STREY, M. N. (org.) *Mulher:* estudos de gênero. São Leopoldo: UNISINOS, 1997.

MORENO, M. M. *Como se ensina a ser menina*: o sexismo na escola.São Paulo: Moderna (Coleção Educação em pauta), 1999.

STEY, M. N; WENDLING, M. I. & BLANCO, D. C. As estudantes de psicologia e a construção de seu projeto profissional. In: STREY, M. N. (org.) *Mulher:* estudos de gênero. São Leopoldo: UNISINOS, 1997.

TOSCANO, M. *Estereótipos sexuais na educação:* Um manual para o educador. Petrópolis: Vozes, 2000.

VIANNA, C. & RIDENTI, S. Relações de gênero e escola: das diferenças ao preconceito. In: AQUINO, J. G. (org.) *Diferenças e preconceito na escola*: alternativas teóricas e práticas**.** São Paulo: Summus, 1998. p. 93-105.

**7. OUTRAS ATIVIDADES DE INTERESSE UNIVERSITÁRIO**

Participação no I Simpósio Paraná-São Paulo de Sexualidade e Educação Sexual, 06-09/04 de 2005, Araraquara-SP.

**8. APOIO**

O projeto teve financiamento do CNPq.

|  |  |
| --- | --- |
| NomeRELAÇÕES DE GÊNERO E IDENTIDADE COLETIVA NO MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DE MINAS GERAIS: REDEFINIÇÃO IDENTITÁRIA E POSSIBILIDADES ARTICULATÓRIAS NAS LUTAS POR AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO | **A 008**  **Menção**  **Honrosa** |
| Autora/o Manuela de Sousa Magalhães |
| Orientadora/o Prof. Dr. Marco Aurélio Máximo Prado |
| IES: Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG |
| Cidade/Estado: |
| Outras Informações: Estudante de Graduação |

**“A gente tinha medo de coronel, medo de marido,**

**medo de deixar os filhos, medo dos homens, medo de tudo!**

**Mas a gente tinha que ir quebrando isso...**

**e foi difícil de quebrar, moça.**

**Mas a gente foi questionando e descobrindo que a**

**luta não é só para a libertação da gente, mas tem todo um contexto**

**a ser transformado... isso a gente foi aprendendo junto,**

**se questionando mesmo, e questionando as coisas e as**

**pessoas que tavam em torno da gente”[[120]](#footnote-120)**

**INTRODUÇÃO**

A presente monografia é fruto de uma pesquisa desenvolvida no período de março a novembro de 2005, junto ao Núcleo de Pesquisa e Extensão em Psicologia Política da FAFICH – UFMG, acerca do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais em Minas Gerais. Este Núcleo vem realizando pesquisas acerca dos elementos psicossociais envolvidos em diferentes formas de participação social, como o estudo da constituição de identidades coletivas em diferentes movimentos sociais no estado de Minas Gerais, a saber: Movimento Negro; Movimentos pela Diversidade Sexual; Associação de Profissionais de Sexo e Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais. Essas sub-pesquisas possuem em comum o esforço de diálogo entre a academia e sujeitos historicamente negados. Além disso, outro ponto que une estes projetos é a investigação da constituição da identidade coletiva nestes diferentes grupos reivindicatórios na sua relação com as questões de gênero e poder.

O estudo sobre ação coletiva no movimento de mulheres trabalhadoras rurais em Minas Gerais parte de uma proposta mais geral do Núcleo de Psicologia Política de pesquisa dos processos simbólicos envolvidos nas estratégias de articulação e mobilização de diferentes movimentos sociais, além dos fenômenos de participação social na esfera pública, formação e consolidação de identidades coletivas e políticas. Como parte integrante desse projeto mais amplo, este sub-projeto tem como objeto de pesquisa trajetórias de lideranças do movimento de trabalhadoras rurais que vêm se organizando desde a década de 1980 até a atualidade pela efetivação e consolidação de direitos sociais, reconhecimento identitário e pela diminuição de desigualdades de gênero articuladas às reivindicações de classe, entre outras bandeiras de luta do movimento.

Em um primeiro momento, buscamos levantar e contatar lideranças estaduais que compuseram a Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CEMTR) da FETAEMG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais) no período de 1989-2002[[121]](#footnote-121). Ao longo da pesquisa, o foco das investigações e das observações foi a organização e a mobilização de mulheres trabalhadoras rurais do Médio Vale do Jequitinhonha. Assim, processos de conscientização e mobilização dessas mulheres – que, em sua maioria, compunham a base[[122]](#footnote-122) do movimento – foram analisados à luz de categorias como a Identidade Coletiva e Política[[123]](#footnote-123). Vale ressaltar que o Estado de Minas Gerais tem características muito diversas e não homogêneas em relação às formas organizativas, bandeiras de luta e trajetórias das trabalhadoras rurais.

Após essa primeira etapa da pesquisa, realizamos uma Oficina de devolução com trabalhadoras rurais do Vale do Jequitinhonha, na qual estavam presentes lideranças e mulheres da base do movimento, e uma liderança representante da Zona da Mata. Nosso objetivo foi fazer uma devolução do trabalho realizado até então, além de um levantamento, junto às mulheres rurais, de possíveis caminhos para continuidade da pesquisa[[124]](#footnote-124). Nesta oficina pudemos estabelecer vínculos e firmar parcerias para a continuidade dos trabalhos. Fizemos também interessantes observações sobre a dinâmica que se dá entre as lideranças do movimento e as outras mulheres, além de outras formas de participação, como rituais, cantos, produção de versos, enfim, elementos que retratam a complexidade das formas de participação social no movimento. Por um lado, constatamos elementos que são compartilhados pelo grupo, como sentimentos de pertença grupal, rituais, anseio por igualdade, sentimentos de injustiça social e de opressão de gênero; por outro lado, nos interessou saber quais as estratégias de mobilização de recursos materiais e simbólicos o movimento estaria acionando, na atualidade, para a articulação e materialização das bandeiras de luta das trabalhadoras. Além disso, outras duas questões foram por nós levantadas: como as lideranças, que integraram o grupo da CEMTR vêm trabalhando nas suas respectivas regiões? Como estão se dando as trajetórias locais de luta desde a desarticulação do grupo da Comissão?

Entre outros apontamentos para a continuidade da pesquisa, destacamos a reivindicação do grupo de realizarmos uma retomada histórica das bandeiras de luta do movimento e das estratégias de enfrentamento da opressão de gênero no contexto rural, sejam elas estratégias coletivas ou individualizadas. Além disso, a oficina e as observações em campo apontaram, como ponto a ser investigado, a maneira pela qual se dá a organização do movimento das trabalhadoras rurais atualmente.

A partir do que foi exposto, buscamos neste trabalho partir da pergunta central sobre as implicações das relações de poder e da construção da identidade coletiva na constituição das bandeiras de luta do movimento de trabalhadoras rurais e nas estratégias de enfrentamento das formas de opressão nas quais estão engendradas, e assim fazer um resgate histórico da constituição, consolidação e desarticulação da identidade coletiva do grupo de trabalhadoras rurais organizadas no movimento sindical rural entre 1989 e 2002 (CEMTR), além de analisar as formas de rearticulação identitária que esse grupo de mulheres têm buscado acionar na atualidade no esforço de constituir um novo grupo organizado estadualmente. Nosso diálogo com a realidade empírica pretendeu identificar e analisar formas e esforços de emancipação (SANTOS, 2003), de construção de cidadania (MOUFFE, 1996) e de identidades coletivas (PRADO, 2002) tendo em vista não só os diferentes espaços ocupados por essas trabalhadoras rurais em diferentes momentos históricos como a articulação com as reconfigurações das relações de gênero e poder. Como diferentes contextos institucionais e históricos influem na constituição das bandeiras de luta e nas formas de articulação das trabalhadoras rurais? Onde e como, na história desse movimento social[[125]](#footnote-125), apareceram relações de poder opressoras e como estas foram determinantes para a constituição da sua identidade coletiva, das suas bandeiras de luta e das estratégias adotadas no mundo público e privado?

**Elementos teóricos**

Historicamente, o meio rural foi construído e reproduzido nos espaços acadêmicos e do cotidiano enquanto lugar associado ao atraso, pobreza, conservadorismo e inferioridade. Maria Ignez S. PAULILO (2004) traz uma reflexão, a partir da história da sociologia e da sociologia rural, de como o meio rural foi associado à idéia de comunidade em oposição à idéia de sociedade. A comunidade seria o espaço da tradição e da ausência de conflitos, em contraposição à sociedade como o lugar da razão, dos conflitos e da independência. Essa construção romântica e dicotômica da relação rural e urbano, segundo a autora, foi determinante para análises do trabalho dos camponeses e camponesas a partir de um viés urbano.

Diante da desigualdade em relação ao que é urbano e da insuficiência ou precariedade de categorias analíticas, o meio rural já enfrenta vários preconceitos. Mulheres rurais enfrentam, além dessa dificuldade, as condições opressivas advindas das relações desiguais de gênero, que ainda prevalecem de maneira arraigada nos espaços de produção, de atuação política, na família (PAULILO, 2004; PORTELLA, SILVA E FERREIRA, 2004) e inclusive na educação do meio rural. Nesse sentido, essas protagonistas estão engendradas em condições e relações opressivas tanto pelo lugar geográfico onde atuam, quanto pelas questões de gênero e classe, sendo que essas formas de opressão comprometem o exercício de sua cidadania e de ser agente de sua história no mundo[[126]](#footnote-126).

Além disso, percebemos que, mesmo ocupando importante lugar no cenário das lutas democráticas na América Latina e no mundo, os movimentos sociais rurais não têm sido objeto privilegiado de estudo da Psicologia Social e Política da contemporaneidade. Muitas vezes essas pesquisas, quando existem, não levam em consideração as especificidades do meio rural e das relações de gênero, além dos impactos disso nas formas organizativas e na consolidação de identidades e atores coletivos.

Nos últimos anos, estudos feministas realizados no Brasil acerca da temática dos movimentos sociais têm enfocado, de diferentes maneiras, como grupos de mulheres têm apresentado alternativas à globalização (THAYER, 2001); realizando discussões sobre raça, orientação sexual, relações de gênero e de classe como categorias que não podem estar dissociadas, o que significa que existe uma 'interseccionalidade' dessas categorias que é fundamental para análise feminista e para as lutas dos movimentos sociais contemporâneos (BLACKWELL and NABER, 2002). Parece-nos que os estudos voltam-se para os impactos que determinados movimentos sociais têm alcançado diante das relações políticas e culturais com o Estado (BARSTED, 2003), mostrando como determinadas temáticas, historicamente silenciadas, têm ganhado visibilidade diante dos teóricos da globalização. O movimento das mulheres trabalhadoras rurais, que vem sendo estudado por várias feministas, é um exemplo disso (DEERE, 2004; PAULILO, 2004; THAYER, 2001; SILVA, 2004; BONI, 2004).

Na área de reflexão e pesquisa da psicologia social encontramos publicações que discursam acerca do meio rural, mantém a preocupação com a historicidade e entendem o contexto cultural como importante influência nos sujeitos mas que, no entanto, não utilizam nenhum referencial para analisar o que é próprio do rural e o que é próprio do urbano (MARTINS, TRINDADE, ALMEIDA, 2003) e apesar de apontarem a necessidade de categorias específicas para análise do meio rural, ainda não avançam no sentido de propor quais seriam outras metodologias e categorias analíticas que se adequem a análise da realidade rural (ALBUQUERQUE, 2002). Paulilo (2004), expõe o ponto de vista sociológico dessa questão, e aponta que um viés urbano na leitura dos processos rurais tende a provocar análises equivocadas que ressoam, inclusive, nas práticas dos movimentos sociais de mulheres.

O movimento das mulheres trabalhadoras rurais – sua história, suas reivindicações, formas organizativas e bandeiras de luta – situa-se num espaço de negociações e conflitos que perpassam as ações coletivas da contemporaneidade onde o espaço do político é constituído. A especificidade que envolve as lutas democráticas desse movimento está nas particularidades sociais, culturais, econômicas do meio rural, da agricultura familiar e a interseção com as questões de gênero, na medida em que esses elementos compõem o campo de tensões sobre o qual os movimentos se articulam. Essas tensões tornam-se políticas na medida em que “politiza-se a opressão de gênero e, com isso, tornam-se mais complexas as relações de poder, antes restritas ao conteúdo de classe” (BUARQUE, 2003:3). Cristina BUARQUE localiza na década de 1980 o início desses debates, que nascem no momento em que o movimento das trabalhadoras rurais luta pelo seu reconhecimento identitário. Entendendo gênero como uma categoria estruturante da vida social (BUARQUE, 2003), poderíamos dizer que

nem o mundo rural está incólume às variações que a dimensão de gênero pode sofrer a partir da busca das trabalhadoras rurais por novas identidades e alianças com setores supraclassistas, nem o gênero está a salvo das transformações pretendidas para o mundo rural por agentes, como governo, detentores do capital, difusores de novas tecnologias, etc. (p.3)

Sara PIMENTA (2005) aponta como gênero e poder no meio rural são categorias que não podem ser compreendidas em separado e, baseando-se nas referências da feminista Joan Scott, indica como a categoria gênero está implicada na construção do que é o poder, “pois os papéis atribuídos socialmente a homens e mulheres integram uma hierarquia de poder que irá definir não somente o controle, mas o acesso diferenciado de homens e mulheres a recursos materiais e simbólicos”. (PIMENTA, 2005:26).

Na medida em que a categoria gênero é tomada como eixo central e fundamental para análise das relações de poder, criamos uma chave de leitura para compreender a construção / desconstrução da identidade coletiva nesses movimentos sociais apontando formas pelas quais as desigualdades de poder se articulam, além de dar visibilidade às narrativas de grupos historicamente oprimidos (SCOTT, 1995). A identidade coletiva está sendo compreendida neste trabalho como um sistema de ação onde determinações históricas, sociais e políticas incidem em elementos psicossociológicos como os sentimentos de pertença, as práticas coletivas grupais, o compartilhamento de crenças, interesses e valores, o estabelecimento de redes de solidariedade e de regulação intra e entre grupos (PRADO, 2002:66). Para Santos (2003), a noção de identidades coletivasestá associada “(...) às diferentes formas de resistência, de mobilização, de subjetividade” geradas por práticas diversas de opressão ou de dominação, implicando em noções diferenciadas de justiça. Essas diferentes formas de “resistência, mobilização e subjetividade” são tratadas enquanto lutas emancipatórias*,* que engendram a ampliação de “círculos de reciprocidade” num campo de tensões entre “igualdade e diferença, entre a exigência de reconhecimento e o imperativo da redistribuição” (SANTOS, 2003:61).

Nos interessa, portanto, entender como essa relação entre gênero e poder é apreendida, construída e materializada no cotidiano e na própria constituição da identidade das mulheres rurais. Como as lideranças do movimento de trabalhadoras rurais de Minas Gerais estão construindo espaços de negociação no mundo público e acionando estratégias para que suas bandeiras de luta sejam traduzidas e materializadas? Essa pergunta de pesquisa implica primeiramente que seja feito um retrato histórico do movimento das trabalhadoras rurais no Estado e também de sua atualidade, na tentativa de compreender a complexidade que envolve esses atores e o movimento social. Dados anteriores (ver PRADO, CAMPICI, PIMENTA, 2004) nos indicam que o movimento conseguiu construir e manter uma identidade coletiva – com partilhamento de crenças, práticas grupais, redes sociais, pertença grupal, entre outros (PRADO, 2002) – e também avançou em processos de conscientização social – reconhecimento de equivalências, desnaturalização das desigualdades, sentimentos de injustiça social, anseio por igualdade (PRADO, 2002). Nos interessa, neste trabalho, elencar elementos históricos de constituição do movimento para discutir seu momento atual; mapear quem são os interlocutores das reivindicações dessas mulheres; e ainda, identificar como e onde o movimento localiza e constrói antagonismos políticos. Com isso, buscamos compreender como o momento atual, que é de redefinição identitária, implica na redefinição dos antagonismos. Entendemos que se afirmar como ator político implica a diferenciação entre NÓS X ELES (PRADO, 2002; FERREIRA, 2004) – tensão que não pode ser abolida, pois é a partir do reconhecimento de que há um impedimento posto, de que há negação da existência coletiva e que as formas de consenso baseiam-se em atos de exclusão (MOUFFE, 1996), que é possível definir uma identidade coletiva na forma de um NÓS (PRADO, 2002).

Dessa forma, pretendemos contribuir para a discussão e para a ação política feminista em torno das sendas pelas quais a categoria ‘mulher trabalhadora rural’ é construída a partir de formas de subordinação, não essencializando e tampouco homogeneizando a categoria ‘mulher’, ‘trabalhadora’ ou ‘rural’, mas abrindo espaço para que outras exigências de reconhecimento tenham visibilidade (MOUFFE, 1996). Essa postura, segundo proposta de Chantal MOUFFE, integra o projeto por uma democracia radical segundo uma “perspectiva que nos permita compreender a diversidade de formas em que as relações de poder são construídas, ajudando-nos a revelar as formas de exclusão incluídas em todas as pretensões de universalismo” (MOUFFE, 1996:120).

Do ponto de vista do movimento das trabalhadoras rurais, essa pesquisa se justifica na medida em que pretende construir, na interação com os sujeitos da pesquisa, conhecimentos relevantes acerca de aspectos simbólicos envolvidos na dinâmica grupal. Isso contribui não só para o enriquecimento da pesquisa – na medida em que se apóia na realidade concreta dos atores – como também contribui para práticas de reflexividade que o próprio movimento pode empreender para analisar seu alcance no contexto das lutas contra-hegemônicas (SANTOS, 2005).

A história do movimento das trabalhadoras rurais em Minas Gerais revela experiências de lutas por reconhecimento, estratégias não hegemônicas de inserção no mundo da produção e da política, sentimentos profundos de inconformismo, entre outros, que não devem ser, em hipótese alguma, desperdiçados (SANTOS, 2002) no sentido de permanecerem silenciadas e não visibilizadas. São experiências de grande relevância que nos impõe outro posicionamento diante da realidade e que garantem à pesquisa não só relevância acadêmica, mas também relevância política, já que são mulheres que buscam construir sua autonomia e sua cidadania em contextos de desesperança, de falta de reconhecimento e de infindáveis tensões e jogos de poder.

**OBJETIVOS**

Tivemos por objetivo geral identificar e analisar fenômenos psicossociológicos e psicopolíticos – construção de identidades coletivas, relações de gênero e poder, formas de ação social, práticas grupais, bandeiras de luta – envolvidos na dinâmica de articulação, desarticulação e rearticulação de um grupo de lideranças do movimento das trabalhadoras rurais de Minas Gerais no processo que envolve sua organização tanto na CEMTR (Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais) quanto o atual momento de rearticulação estadual em um movimento autônomo de mulheres trabalhadoras rurais. Este momento de rearticulação se configura como um processo de criação e recriação da autonomia do movimento, o que não nos impede de apreender seus aspectos contraditórios e ambíguos, pois partimos da compreensão que a característica de qualquer processo é justamente um movimento não-linear e não previsível que envolve elementos, situações e atores múltiplos.

Tendo como pressuposto que o estudo de um movimento social só se faz no esforço constante de apreender e respeitar sua dinâmica e sua fluidez ao longo da história, propusemos identificar como a redefinição de práticas e de identidade coletiva que o grupo de lideranças está empreendendo é influenciado pelas tensões dos jogos de poder envolvidas nas relações de gênero que foram estabelecidas enquanto participavam do movimento sindical (movimento misto) e que são estabelecidas atualmente, quando empreendem um esforço de rearticulação através da consolidação de um movimento autônomo[[127]](#footnote-127).

Para isso, tivemos, como objetivos específicos:

* Levantar a história de constituição desses movimentos, buscando identificar como as relações de gênero aparecem e se interpõem na história;
* Mapear das bandeiras de luta do movimento das mulheres e as estratégias de enfrentamento da opressão de gênero, de ações e de mobilização de recursos materiais e simbólicos.
* Levantar os interlocutores e parceiros nesse momento de rearticulação.
* Mapear os espaços de organização das mulheres e os espaços que ocupam.

Diante disso, assinalamos a importância de compreender o movimento das trabalhadoras rurais enquanto um movimento que não é estático, que está carregado de significados múltiplos, de contradições e que está em processo na história, e merecendo, portanto, nossa atenção para não engessarmos e tampouco simplificarmos a compreensão desse movimento. Assim, iniciamos um diálogo com saberes não hegemônicos e historicamente silenciados por formas diversas de opressão.

Outro aspecto fundamental para o desenvolvimento deste estudo consiste no compromisso assumido com as mulheres trabalhadoras rurais em resgatar e sistematizar a sua trajetória de participação e organização política – dentro e fora do espaço sindical, a fim de oferecer-lhes um instrumento que não só rearticule o grupo, seus valores e ideais, como também atue como elemento propulsor de novas ações.

**METODOLOGIA**

Atualmente, existe grande produção teórica acerca dos movimentos sociais e, cada vez mais, essa área oferece conceitos e perguntas de pesquisa que se constroem a partir de referências empíricas, ou seja, o caminho metodológico para se apreender os fenômenos empíricos aparece como algo central para as pesquisas sobre mobilização e participação social. Para Klandermans and Staggenborg (2002), o campo de pesquisa em torno dos movimentos sociais não se sustentaria através de uma metodologia única, sendo que deveria deslocar qualquer tipo de dogmatismo metodológico e ter como referência os tipos de evidência que se desejam pesquisar e as perguntas que se deseja responder. Assim, cada unidade de análise mereceria uma abordagem metodológica específica.

Para esta pesquisa, entendemos que existe uma série de fatores que poderiam ser analisados no sentido de colaborar para apreendermos os aspectos psicossociais envolvidos na construção da identidade coletiva de mulher trabalhadora rural. Além disso, destacamos a diversidade que o estado mineiro congrega, tanto nas suas grandes distâncias, como na multiplicidade de atores envolvidos nas lutas pela terra e na terra, o que nos revela histórias locais diversas e complexas.

No caminho que nos propomos seguir desde a organização de algumas lideranças na Comissão Estadual de Mulheres, passando pela desarticulação desse grupo, até o retrato da atualidade das trajetórias dessas mulheres lideranças, diversas foram as ferramentas metodológicas necessárias para compreender o movimento de construção e reconstrução de identidades coletivas e políticas. Assim, é mister ressaltar que os percursos metodológicos assentam em pressupostos que compreendem a dinâmica social enquanto um todo entrecortado por relações desiguais de várias ordens: gênero, classe, geração e raça. Para este estudo, a categoria analítica gênero será privilegiada tanto por estar mais presente no discurso das trabalhadoras quanto por garantir consistência teórica e analítica ao material empírico.

Concordando com Klandermans and Staggenborg (2002) no que diz respeito à necessidade de um “multi-método” para a pesquisa com este movimento social e tendo como foco a utilização de metodologias qualitativas, realizamos a coleta e análise dos dados da seguinte maneira:

1. **Realização de oficina de devolução e levantamento da continuidade da pesquisa**

Como já foi exposto no início deste trabalho, foi realizada uma **Oficina de devolução e continuidade da pesquisa** junto às trabalhadoras rurais. A idéia de realizar esta oficina surgiu da necessidade de se estabelecer relações produtivas de conhecimento entre a academia e saberes populares. O diálogo pretendeu traduzir práticas – da academia para o movimento das mulheres e vice-versa – a partir do resgate histórico da trajetória de luta do movimento das trabalhadoras rurais no Estado de Minas Gerais. Assim, a primeira etapa metodológica desta monografia constituiu-se numa metodologia de intervenção psicossocial (AFONSO, 2002) que se justifica na medida em que proporciona o trabalho em grupo e potencializa o contexto sócio-político da realidade em questão, apontando caminhos para a continuidade da pesquisa que tenham relevância não só para a academia quanto para o movimento das trabalhadoras rurais.

1. **Análise de documentos e materiais**

Para resgatar a articulação das lideranças enquanto estiveram organizadas no movimento sindical e no atual momento de rearticulação, **analisamos documentos e materiais produzidos pela Comissão e pelo grupo de rearticulação**: publicação com pequeno histórico da Comissão produzido à época pela assessora da CEMTR; regimento interno da Comissão; documento da última plenária que esta articulação participou; músicas que eram cantadas nas reuniões da Comissão e relatório do GRAAL (Movimento do GRAAL no Brasil – parceiro das trabalhadoras rurais no momento de rearticulação) sobre as reuniões de rearticulação. Os documentos referentes a CEMTR datam entre 1989 e 2002 e o relatório sobre a rearticulação foi produzido em 2004. Nosso objetivo foi levantar as bandeiras de luta das trabalhadoras rurais para tentar descrever e reconstruir a sua organização ao longo do tempo, considerando os aspectos materiais e psicossociais envolvidos na construção, desarticulação e rearticulação da identidade coletiva das trabalhadoras rurais.

A importância da pesquisa histórica para as pesquisas de movimentos sociais está na possibilidade de formulação de perguntas, tais como: quando, como e porque as pessoas se uniram e resistiram? Como a mudança social aconteceu? (CLEMENS and HUGHES, 2002). Essas autoras indicam a importância de não reconstruir a história de movimentos sociais utilizando referenciais contemporâneos e a meu ver, hegemônicos, para analisar os fenômenos. Para nossa pesquisa, essa postura mostrou-se fundamental para conseguirmos apreender e reconstruir o caminho de construção e consolidação de identidades coletivas das mulheres trabalhadoras rurais, ou seja, análises que não levem em consideração especificidades que este movimento traz se mostrarão infrutíferas e distantes da realidade empírica.

1. **Participação em reuniões e em seminários do movimento das trabalhadoras rurais**

A estratégia de participar de reuniões e seminários realizados em Belo Horizonte ampliou o espectro da pesquisa, possibilitando-nos apreender a dinâmica das relações estabelecidas e as estratégias que essas mulheres vêm utilizando tanto nesse empreendimento rearticulatório como em suas atividades locais. As lideranças estaduais têm se reunido em Belo Horizonte desde 2003, no intuito de se rearticularem estadualmente. Neste sentido, a **observação participante** nesses espaços foi fundamental para nos aproximarmos do objeto de estudo e construirmos um espaço fértil de interação e co-construção de conhecimento. Segundo PIMENTA (2005), a observação participante significa diálogo com a realidade concreta e material fazendo com que a presença do pesquisador não seja neutra mas que, ao contrário, sua presença “cria um novo campo de relações ou um espaço público que devem ser, eles mesmos, objeto de reflexão porque históricos, datados e marcados pela alteridade” (Zaluar, 1997, citado por PIMENTA, 2005:54). Assim, compreendemos a importância do uso do **diário de campo** como estratégia metodológica para registro, narração e interpretação dessa realidade social que nos propomos acompanhar, um exercício de reflexividade e auto-reflexividade constantes fundamentais para leitura dos fenômenos que aparecem para e com a/o pesquisador/a em campo (PIMENTA, 2005).

**4) Viagens a campo**

As viagens a campo, realizadas para o Vale do Jequitinhonha, situam-se também nos princípios da observação participante que já ressaltamos acima, ou seja, inserção fundamental para apreender e analisar o cotidiano das lideranças, as nuances e detalhes da construção identitária, além das pistas de como se estruturam os movimentos, suas bandeiras de luta, parcerias que estabelecem. No entanto, destacamos a diversidade que o estado mineiro congrega, tanto nas suas grandes distâncias, como na multiplicidade de atores envolvidos nas lutas pela terra que, associado as comuns escassezes de recursos materiais e de tempo, nos impossibilitaram de realizar viagens a campo para outras regiões do Estado. Estas viagens farão parte da continuidade desta pesquisa.

**5) Entrevistas**

Outro recurso foram as entrevistas individuais e em grupo realizadas com o intuito de aprofundar as reflexões acerca da participação, elucidar pontos da história incompreensíveis à pesquisadora somente através da análise documental, localizar como se constroem os antagonismos e como e quais recursos são mobilizados. Para reconstruir a história do movimento, foram realizadas algumas entrevistas com a ex-assessora da Comissão e conversas informais registradas em diário de campo com algumas lideranças. Na continuidade da pesquisa, pretendemos explorar melhor o recurso das entrevistas, principalmente durante as viagens a campo.

Os procedimentos destacados acima não pretendem esgotar as possibilidades metodológicas e tampouco intentam retratar de forma cabal o movimento das trabalhadoras, mas revelam o esforço de diálogo entre o saber acadêmico e a realidade concreta e material. Por isso, destacamos o procedimento da **tradução** entre saberes (SANTOS, 2002) como outro ponto fundamental para a realização da pesquisa, já que sua proposição parte da idéia de criação de espaços de inteligibilidade mútua entre diferentes saberes, como por exemplo, entre o espaço da academia e o da prática cotidiana do movimento. E para isso, como indica Sara PIMENTA (2005) a partir de uma reflexão proposta por Boaventura de Sousa Santos, é fundamental o comprometimento e o posicionamento do/da pesquisador/a com as lutas emancipatórias, pois estas nos deslocam de uma posição de suposta neutralidade metodológica mas “não isenta o pesquisador de se dedicar com afinco aos pressupostos e procedimentos metodológicos. Ao contrário, impõe o compromisso de criar as condições para que os participantes da pesquisa possam se expressar do seu lugar, da sua condição de historicamente silenciados por uma linguagem hegemônica” (PIMENTA, 2005:54).

**RESULTADOS DA PESQUISA E DISCUSSÃO**

Para análise dos dados da pesquisa utilizaremos como uma das chaves analíticas a categoria gênero, da forma como é proposto por Joan SCOTT (1995). Na medida em que a categoria gênero é tomada como eixo central e fundamental para análise das relações de poder, criamos um espaço para compreender a construção / desconstrução da identidade coletiva no movimento das trabalhadoras rurais. Neste trabalho, gênero pode ser compreendido como o “(...) elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e o campo por meio do qual o poder é articulado (SCOTT, 1995:86).

A identidade coletiva é outra chave analítica fundamental para compreender este movimento que se articula e organiza suas bandeiras de luta em torno de direitos culturais, sociais e econômicos, portanto, tanto de caráter redistributivo quanto econômico.

Neste sentido, não é proposta da presente monografia empreender uma tarefa descritiva das relações de gênero nesse movimento social, mas avançar, no sentido de discutir teoricamente – a partir da realidade empírica – a dinâmica da identidade coletiva e sua interface com as relações de poder e a categoria gênero. PAULILO (2004:237) apresenta em seu artigo sobre os movimentos de trabalhadoras rurais uma crítica ao caráter despolitizado que a categoria gênero vem tomando. No entanto, o esforço desta monografia faz-se justamente no sentido de politizar essa categoria, retirando dela características de essencialismo (MOUFFE, 1996) e situando-a para além dos tradicionais dualismos como homem X mulher; cultura X natureza; público X privado. Dualismos estes que contribuíram para legitimar a opressão e exclusão a que as mulheres, historicamente, foram e ainda são submetidas (PAULILO, 2004; PORTELLA, SILVA E FERREIRA, 2004).

A partir de nossa pergunta central sobre como os diferentes momentos históricos influenciam na consolidação da identidade coletiva, e na constituição do que é político, e a partir da categoria gênero com as lutas de poder, dividimos a análise dos dados em quatro categorias / momentos analíticos que retratam as mudanças nas bandeiras de luta das trabalhadoras, sua inserção e saída do movimento sindical (que é um espaço misto) e as estratégias de enfrentamento da opressão de gênero e das relações de poder.

As categorias pode ser assim elencadas: 1) Primórdios da construção da identidade coletiva de mulher trabalhadora rural; 2) Enfrentamento das questões de gênero e de poder nos STRs; 3) Estratégias de trabalhos locais; 4) Rearticulação identitária – Rede de Mulheres Trabalhadoras Rurais.

**1) Primórdios da Construção da Identidade Coletiva de Mulher Trabalhadora Rural**

A história de luta dos movimentos de mulheres camponesas remonta ao final da década de 1970 e início de 1980, que marcam o início de um processo de organização e de mobilização social das mulheres do campo em amplitude nacional. Organizadas, inicialmente, nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s), em grupos de oração e grupos de mães, as trabalhadoras rurais passaram a questionar a naturalização de diferenças que eram determinantes das funções da mulher camponesa, questionando também as relações desiguais, discriminatórias e de sujeição daí decorrentes. Essas práticas discriminatórias estão estreitamente ligadas aos limites tênues (ou sem limites) entre os afazeres domésticos e as atividades agrícolas, e, portanto, na dimensão opressora da distinção entre o mundo público e privado (PAULILO, 2004; PORTELLA, SILVA e FERREIRA, 2004). Desse modelo decorre a recusa em atribuir valor econômico às atividades das camponesas e tampouco qualquer importância no cenário produtivo. Com isso, o trabalho da mulher na agricultura familiar fica caracterizado de forma estereotipada e preconceituosa como um trabalho de caráter complementar e de ajuda às tarefas do marido, companheiro ou pai (PORTELLA, SILVA e FERREIRA, 2004:57). A passagem seguinte corrobora a idéia da importância do reconhecimento do trabalho da mulher no campo como fator de conscientização, de libertação e de construção de uma identidade coletiva através do reconhecimento de que há um impedimento posto:

“Gecina [trabalhadora rural] aponta que este reconhecimento [do trabalho da mulher no campo] é fundamental para apontar o valor produtivo da mulher na família, na roça e na sociedade, para garantir o acesso das trabalhadoras rurais aos direitos e benefícios incluídos em um contexto profissional, anteriormente desconsiderados e, finalmente, para conseguir conscientizar e libertar a mulher rural: ‘antes a gente nem sabia o que era trabalho, hoje a gente sabe da importância de ser trabalhadora rural e a gente luta para ser reconhecida por isso e para que as nossas companheiras também sejam reconhecidas'”[[128]](#footnote-128).

Podemos perceber neste trecho a importância do reconhecimento pela própria trabalhadora do que é ‘trabalho’ e é a partir disso que é possível reconhecer que a luta de uma mulher é também uma luta pelas companheiras. Neste sentido, sentimentos de pertença nascem do reconhecimento de relações opressivas no campo do trabalho.

Em meados da década de 1980, no contexto de abertura democrática e da efervescência do Novo Sindicalismo, da constituição de novos partidos políticos e da consolidação do movimento feminista, as trabalhadoras rurais conquistaram vários Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR’s) e entraram em partidos políticos, sendo possível perceber um esforço de institucionalização da participação política desde o início da história do movimento das trabalhadoras rurais. Como até então, era vedada às mulheres a participação nos STR’s – que eram as principais estruturas de organização desse período – a primeira grande bandeira de luta das trabalhadoras foi pelo direito à participação ativa e reconhecida nos espaços públicos e políticos mistos, sobretudo no movimento sindical rural, além das lutas por benefícios sociais, como o salário maternidade e aposentadoria (DEERE, 2004).

“A luta, no início, era para a entrada das mulheres nos sindicatos, porque elas não podiam participar desses espaços. No entanto, antes de entrarem nos STRs, as trabalhadoras conseguem inserção num partido político, o PT. O lugar da luta em contexto institucional está presente desde a origem e início da luta dessas mulheres. Continuam contando que “tinham que ter uma entidade”. Então para mobilizar a bandeira ‘Terra, Trabalho e Liberdade’, as mulheres se organizaram primeiramente nos grupos de oração e nas CEBs e em seguida, utilizaram estratégias para entrar no PT, e em seguida, conquistar os STRs e se associar a outros grupos” (Diário de Campo, 2005:17-18).

A consolidação da participação política das trabalhadoras rurais se dá em sua inserção nos espaços mistos dos sindicatos como estratégia para garantir a luta por direitos sociais, congregar e aglutinar mais trabalhadoras rurais e para questionar as relações desiguais presentes no meio rural – tanto nos espaços públicos quanto nos privados/domésticos.

**2) Enfrentamento das Questões de Gênero e de Poder nos STRs**

No ano de 1989 foi criada, durante o 1º Encontro Estadual de Trabalhadoras Rurais, a Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CEMTR), como resultado do reconhecimento da categoria ‘mulher trabalhadora rural’ tanto pelas próprias trabalhadoras quanto pelo movimento misto, contribuindo para os esforços de reunir e organizar lideranças de mulheres rurais representantes de diversas regiões do Estado de Minas Gerais.

Organizada dentro do espaço sindical da FETAEMG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura), a CEMTR foi constituída por lideranças de mulheres trabalhadoras rurais, organizadas regionalmente nos STR´s (Sindicatos de Trabalhadores Rurais), que buscavam maior participação e visibilidade das mulheres no movimento sindical rural. Nesse sentido, a CEMTR configurou-se como um espaço, dentro de uma estrutura sindical historicamente patriarcal, que buscou mobilizar e articular a luta das mulheres camponesas no Estado de Minas Gerais. Na ocasião da criação dessa Comissão, suas principais bandeiras de luta foram a **participação no movimento sindical rural** (MSTR), a **luta pela efetivação dos direitos que conquistaram com a constituição de 1988** e, principalmente, **a luta pelo reconhecimento da mulher camponesa como trabalhadora rural[[129]](#footnote-129)**.

Durante alguns anos, por não estar prevista no estatuto da Federação, a CEMTR funcionou informalmente. O processo de discussão desta inserção iniciou-se em 1995, e em 1996 a Comissão foi formalizada, integrando o estatuto da FETAEMG e possuindo um regimento interno próprio. Quais mudanças efetivas ocorreram no cotidiano da Comissão com esta institucionalização? Com isso, essas lideranças passaram a ter acesso a recursos materiais previstos no Orçamento da Federação, puderam ter acesso a informação, enfim, acessaram uma maneira de existir formalmente dentro daquele espaço sindical. Como parte desse processo de criação deste terreno formal da Comissão, novas (ou antigas, mas veladas) disputas políticas e lutas por esse espaço foram despertadas. Além desses novos desafios, havia a necessidade de adequação a algumas normas e a regimentos que pertenciam a uma estrutura sindical tradicional e, portanto, se distanciavam da maneira como aquela organização de mulheres se propunha a trabalhar[[130]](#footnote-130). Para PAULILO (2004) a estrutura formalizada dos movimentos sindicais garante espaço para a participação das mulheres – através das cotas, por exemplo – mas ações tornam-se rígidas ou enrijecidas na medida em que as decisões precisam de aprovação em várias instâncias (PAULILO, 2004:242). Essas questões acerca da consolidação de uma organização através da institucionalização são de grande relevância e freqüentemente fazem parte do cotidiano dos movimentos sociais e, por isso, apresenta-se como um ponto relevante a ser mais bem investigado.

A Comissão de Mulheres era composta por lideranças representantes das regiões de Minas Gerais, sendo que para cada uma das representantes regionais havia também uma suplente. Além destas lideranças, o grupo contava com mulheres da diretoria e do conselho fiscal da Federação e com uma coordenadora e suplente, estas últimas, eleitas no Congresso Estadual dos Trabalhadores Rurais, sendo que esse cargo possuía status de diretoria executiva da Federação.

A escolha das representantes das regiões para integrar a CEMTR era feita nos Encontros Estaduais. A partir de 2001, os Encontros Estaduais passaram a ser designados por Plenárias Estaduais com o objetivo de incorporar o caráter político de preparação do Congresso Estadual da categoria. Isso significou que as Plenárias Estaduais passaram a ter função de “aprovar diretrizes e propostas de ação para o trabalho de organização e participação das mulheres trabalhadoras rurais, a integrarem o documento de propostas a ser apresentado ao Congresso Estadual de Trabalhadores Rurais, resultando em diretrizes de política para o planejamento das ações para a gestão que se inicia”[[131]](#footnote-131). Nas Plenárias Estaduais também eram escolhidas companheiras que integrariam chapas para as eleições da direção da FETAEMG. Esse dispositivo do regimento interno da Comissão possibilitou a integração da coordenadora como diretora executiva da Federação, grande conquista dessas trabalhadoras rurais.

Num processo contínuo de construção da identidade coletiva de trabalhadora rural e da luta por esse reconhecimento, a CEMTR elegeu frentes de trabalho fundamentais para o questionamento das desigualdades e das discriminações de gênero presentes no espaço sindical da Federação e em outros espaços do cotidiano das trabalhadoras – como o espaço da produção na agricultura familiar, da família, do exercício político. Dentre estas frentes de luta, destacamos: 1) **a luta pela participação das mulheres em cargos de diretoria da FETAEMG** – somente em 1993, as rurais conseguiram eleger uma companheira para um destes cargos e em 1996, a cota mínima de 30% de mulheres nesses cargos é conquistada também em função da institucionalização da Comissão, já que a cota estava prevista no regimento interno e a partir daí no estatuto da Federação; 2) comemorações do dia 8 de março em vários municípios desde a criação da Comissão; 3) **luta pelo salário maternidade** – conquistado em 1994; 4) **luta pela previdência social**; 5) **campanhas de documentação das trabalhadoras rurais**; 6) **projetos de formação política**; 7) **projetos sobre sexualidade, saúde e direitos sexuais e reprodutivos**; entre outros.

Além das articulações regionais, a CEMTR atuou em âmbito nacional, com participação na diretoria executiva da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – órgão federal que representa os trabalhadores da categoria), participação nos Congressos Nacionais e em importantes mobilizações, também de alcance nacional, como na Marcha das Margaridas[[132]](#footnote-132). Realizada no ano de 2000, a Comissão teve importante papel na organização dessa mobilização, para a qual levou a Brasília 3.000 mulheres de todo o Estado.

Característica relevante da organização das mulheres rurais na CEMTR é o uso de práticas culturais durante as reuniões como místicas e cânticos, como forma de mobilização e construção de uma cultura política no grupo: “Pra mudar a sociedade / do jeito que a gente quer / participando / sem medo de ser mulher” (Título: Sem medo de ser mulher). Outro exemplo interessante é a canção ‘Eu sou Mulher’ que diz: “Eu sou mulher seu doutor/ o que que é / Eu sou mulher do Brasil / eu sou mulher / Pra lavar a louça eu sou mulher / Pra lavar a roupa eu sou mulher / Pra varrer casa eu sou mulher / E no Sindicato / Por que eu não posso ser mulher?”[[133]](#footnote-133). Essas canções revelam não só uma maneira própria da Comissão se organizar e construir sua luta, mas também o caráter emancipatório que conteúdos como esses, uma vez inseridos em práticas culturais como estes cânticos, podem ter. Atividades culturais têm potencialidade de “dar visibilidade e compreender formas distintas de resistência e estruturação social” (PRADO, CAMPICI, PIMENTA, 2004:310), pois se pautam em uma maneira própria de construir relações cotidianas, o que SANTOS e NUNES (2003) denominam por racionalidades alternativas. Nesse caso, é interessante pontuar que o conteúdo do cântico é relativo a uma das bandeiras de luta, a participação no espaço sindical e o reconhecimento da especificidade da mulher nesse espaço.

Não foi sem dificuldades e sem grandes disputas políticas de poder no interior do movimento social misto, que as trabalhadoras rurais protagonizaram na conquista de direitos sociais, políticos e econômicos para as mulheres, além de dar visibilidade às questões de gênero no meio rural e buscar o engendramento de novas sociabilidades nas várias esferas dos cotidianos dessas mulheres. Construíram e lutaram por um espaço de debate e de reflexão sobre as diversas maneiras pelas quais a mulher trabalhadora rural é discriminada e, por isso, uma importante bandeira foi a luta pelo **reconhecimento da mulher camponesa como trabalhadora rural** e não como ajudante do marido, como doméstica ou “do lar” ou como realizadora de um trabalho meramente complementar ao do marido na unidade familiar. Essa foi uma bandeira de luta comum aos movimentos de trabalhadoras rurais em todo país (DEERE, 2004; PAULILO, 2004; PORTELLA, SILVA e FERREIRA, 2004).

No ano de 2002, durante o Congresso Estadual dos Trabalhadores Rurais, o grupo que integrava na época a CEMTR, sofreu um processo de desarticulação em decorrência de disputas políticas no interior da Federação[[134]](#footnote-134). O trabalho que foi organizado e articulado durante 13 anos por aquelas lideranças foi, assim, desarticulado e dissolvido, uma vez que as diretoras que compunham os departamentos da FETAEMG e a coordenação da CEMTR saíram de seus cargos, e outras mulheres de tendência política antagônica à da configuração original da Comissão ocuparam esse espaço[[135]](#footnote-135). O conhecimento dessa história nos conduziu a outras questões: como essa desarticulação, repercutiu nas trajetórias dessas lideranças que compunham a Comissão? Quais foram os principais desafios que surgiram no cotidiano dessas mulheres e como foram e estão sendo realizadas e concebidas suas ações a partir da desarticulação? Quais outras articulações se formaram após essa desarticulação?

Dona Zelita, liderança do Vale do Jequitinhonha, aponta como essa desarticulação foi sentida como um ‘baque’ para as mulheres da antiga CEMTR: “Ser autônomo é ser mais livre’, o que causa resistência de outras alas. Ela justifica isso com o exemplo da FETAEMG: a Comissão [CEMTR] estava muito livre, a Federação ficou com ciúme e a Comissão foi colocada ‘para escanteio’. E completa refletindo que autonomia incomoda porque o importante para essas pessoas que têm poder é “pensar como eu penso. Agir como eu mando” (Diário de Campo, 2005:21). Outras lideranças nomeiam esse momento de desarticulação como a ‘explosão da FETAEMG’[[136]](#footnote-136). O que pudemos perceber é que a desarticulação desse grupo culminou com uma desarticulação identitária: o espaço que propiciava recursos materiais e simbólicos, troca de informações, redes de solidariedade e práticas coletivas passa a não existir para essas lideranças. O que as unia ‘explode’ nessa desarticulação. Uma das explicações para esse processo está no fato de que a existência da CEMTR no interior do espaço sindical passou a colocar e exigir do movimento misto uma nova reconfiguração nas tradicionais bandeiras de luta restritas aos conteúdos de classe, das relações de poder e da revisão da própria maneira de fazer política. As trabalhadoras rurais, junto a CEMTR, reconceitualizaram o campo do político e inseriram práticas culturais e bandeiras de luta de acordo não só com reivindicações mais amplas das trabalhadoras rurais, mas também em função do espaço que ocuparam no interior da Federação.

A complexidade que envolve o cenário do movimento das rurais está nas nuances e detalhes de processos políticos envolvidos na desarticulação, nas contradições da existência do movimento de trabalhadoras dentro de uma estrutura sindical historicamente patriarcal e nas tensões entre diferença e igualdade. Diante desse contexto, realizamos um resgate histórico da CEMTR até esse processo de desarticulação, buscando compreender a dinâmica interna do movimento, seus processos articulatórios e a relação com a construção e com a desarticulação da identidade coletiva do grupo nas relações de poder que estabeleceram no espaço misto do movimento sindical.

**3) Estratégias de Trabalhos Locais**

O que as lideranças que compuseram a Comissão fizeram nesse espaço de tempo entre a desarticulação e os esforços rearticulatórios do grupo? Quais estratégias utilizaram? Quais recursos materiais ou simbólicos acionaram? O que podemos afirmar é que as ações dessas trabalhadoras continuaram de maneira localizada em suas respectivas regiões e com características específicas.

Na fala das lideranças, percebemos uma crescente preocupação com a educação de jovens no meio rural. Acerca dessa temática, os movimentos das trabalhadoras rurais têm investido, no Vale do Jequitinhonha, na construção e consolidação das EFAs (Escolas Família Agrícola). Partindo da proposta da Pedagogia da Alternância – que propõe regime de internato na escola durante uma semana ou quinze dias, alternado com o mesmo número de dias da/do jovem na sua família e comunidade – as EFA’s realizam uma proposta alternativa de educação para as/os jovens do meio rural. Ao contrário das escolas tradicionais, localizadas nas cidades, distantes não só geograficamente, mas existencial e profissionalmente das/dos jovens agricultores/agricultoras, as EFA’s propõe uma formação integral do estudante, adequando temas, conteúdos e pesquisas com o seu contexto. Por serem fruto dos movimentos sociais rurais, essas escolas incorporam em seus conteúdos e na própria postura dos/das monitores/monitoras, elementos de análise crítica do seu meio social. Também por isso, coordenadores/coordenadoras estão sempre repensando e buscando alternativas para lidar com as questões que as/os adolescentes trazem para a escola[[137]](#footnote-137). Com isso, vemos a preocupação que as trabalhadoras vêm expressando para a formação de novas lideranças, “Zelita, um tanto preocupada, me diz que ‘se não nasce nada novo, é porque o movimento não valeu’. E é por isso que estão investindo nos jovens, pois é difícil formar novas lideranças sem mudar a educação”[[138]](#footnote-138).

Outra frente de ação das trabalhadoras rurais, principalmente ligado ao trabalho das lideranças da Zona da Mata, diz respeito às produções locais e comercialização dos produtos das trabalhadoras rurais. Elas têm buscado participar das feiras de Economia Popular Solidária e vêm buscando capacitações junto a Universidade Federal de Viçosa, entre outros parceiros. Esse viés para geração de renda é sustentado pelas lideranças, além da valorização do seu trabalho, como fonte e possibilidade de autonomia das trabalhadoras rurais. As comissões locais de mulheres trabalham para garantir capacitações para as rurais juntamente com oficinas práticas, objetivando criar Mercados Populares Solidários onde seriam comercializados os produtos das mulheres[[139]](#footnote-139).

Após a desarticulação, as lideranças regionais das trabalhadoras rurais buscaram se inserir em espaços de decisão e de parcerias que pudessem garantir a continuidade dos trabalhos locais uma vez que o espaço da Federação não era mais utilizado. Nesse sentido, ocuparam tanto espaços governamentais, quanto em ONG’s, Fóruns, além de firmaram parcerias com universidades – como vem sendo realizada, por exemplo, a parceria com o Núcleo de Psicologia Política – e com instâncias da Igreja. Na falta de acesso a informação e a recursos para projetos, a estratégia adotada pelas lideranças foi o estabelecimento dessas diferentes parcerias como forma de garantir e fortificar seus trabalhos locais.

1. **Rearticulação identitária – Rede de Mulheres Trabalhadoras Rurais**

Desde o início do ano de 2003, lideranças de mulheres – algumas ex-integrantes da CEMTR – têm acionado estratégias para encontrar outro lugar de organização e construir outras articulações do movimento das trabalhadoras. Nesse sentido, novos esforços têm sido feitos na tentativa de rearticulação dessas mulheres ao nível estadual, mas de maneira autônoma à estrutura sindical – o que não quer dizer que elas não estejam filiadas ao STR’s. Essa ambigüidade pode ser compreendida se entendermos que o espaço formal do Sindicato permite e assegura uma série de direitos conquistados pelas trabalhadoras rurais, como o salário maternidade e a aposentadoria. No entanto, pensamos que essa relação é um ponto interessante e relevante a ser investigado, já que também envolve questões como a participação nessa estrutura de poder. Nesse sentido, seria estratégico para as mulheres ainda ocuparem cargos nos STR’s? Quais outras questões estão envolvidas nessa relação do movimento autônomo de mulheres com os Sindicatos?

Essa busca por autonomia (e não independência, como assinalamos acima) em relação aos Sindicatos tem como propulsores vários pontos, dentre os quais destacamos: 1) insuficiência das organizações locais na consolidação da luta pelos direitos da mulher trabalhadora rural, uma vez que os grupos de mulheres têm encontrado pouco apoio e muitas vezes até impedimentos dos STRs (das quais são filiadas), de ONGs e de outros grupos regionais no desenvolvimento de um trabalho voltado para a trabalhadora rural e com viés de gênero; 2) tentativa de reescrever e reconstituir uma identidade coletiva e política que foi construída no processo de estruturação e atuação da CEMTR durante os anos entre 1989 e 2002; 3) criar uma rede de socialização e de acesso a informações relevantes para os movimentos locais, além de informações e acesso a recursos para elaboração e implementação de projetos; 4) sair da tutela de sindicatos ou outros grupos e, ao mesmo tempo, ampliar o campo de participação de outras trabalhadoras não só representantes de grupos sindicais, mas também do movimento autônomo de mulheres.

Margarida, liderança da região da Zona da Mata, traduz suas expectativas nessa possibilidade rearticulatória nas seguintes palavras: “Só assim temos independência. Só quando temos algo oficializado. Senão ficamos debaixo da asa, trabalhando pros outros”[[140]](#footnote-140).

Essa preocupação se torna relevante para o atual momento de rearticulação justamente porque o espaço sindical se compõe de disputas políticas mistas e porque, em geral, as mulheres despendem grande energia para assegurar suas reivindicações, já que por questões de gênero, são tratadas de forma marginalizada e discriminatória. Gênero e poder estão estreitamente relacionados e segundo Joan SCOTT gênero está “implicado na concepção e na construção do próprio poder” (1995, citado por PIMENTA, 2005, p.25). Sara PIMENTA nos mostra como a construção do poder no interior da categoria gênero implica em “acesso diferenciado de homens e mulheres a recursos materiais e simbólicos” (p.26), o que no espaço sindical torna-se patente e justifica o esforço rearticulatório das lideranças de trabalhadoras rurais.

Atualmente, o que vemos é um esforço por parte dessas mulheres de rearticular um grupo de âmbito estadual que dê continuidade a processos articulatórios e mobilizatórios que se iniciaram, de forma mais estruturada, com a criação da CEMTR. Poderíamos nos perguntar: o que se mantém das bandeiras de luta do antigo grupo nessa atual rearticulação? Como reflete na constituição desse novo grupo a experiência de desarticulação política? Como a desarticulação, que também se deu ao nível identitário, poderia contribuir, ou não, para o surgimento de novas demandas do movimento? E quais demandas seriam essas? Como a busca por autonomia implica em uma reconfiguração das relações de poder e das relações de sujeição X emancipação?

Desde 2003, encontros dessas lideranças vêm sendo realizados junto a um importante parceiro que elas acionaram para esse momento de rearticulação, a saber, o Movimento do GRAAL no Brasil. Segundo relatório produzido por este parceiro, o grupo é formado por representantes das seis regiões do Estado de Minas Gerais (Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Zona da Mata, Vale do Rio Doce, Vale do Jequitinhonha, Noroeste, Norte de Minas) e tem por objetivo buscar “formas alternativas de se fortalecer enquanto lideranças, procurando formas de promover um trabalho articulado nas seis regiões levando para estes locais espaços de formação de multiplicadoras”[[141]](#footnote-141). Isso se deve à dificuldade que as lideranças têm encontrado para sua organização estadual uma vez que o espaço da CEMTR na Federação, dado seu contexto político e organizativo, não acolhe esse grupo e tampouco o grupo gostaria de novamente se organizar na Federação. Até o momento de redação desta monografia, foram realizados 7 encontros da rearticulação.

Dos primeiros seis encontros do grupo, destacamos a busca de re-construção de uma identidade para aquele grupo; a retomada da história de organização e mobilização daquelas lideranças, principalmente, em torno das conquistas e trabalhos realizados pela CEMTR; a utilização desse espaço para planejar, organizar e depois compartilhar ações realizadas nas regiões; a reflexão sobre o que as mulheres precisam para se fortalecerem; os objetivos do grupo; as dificuldades; as bandeiras de luta[[142]](#footnote-142).

Um tema levantado nesses encontros dizia sobre a consolidação do grupo enquanto um espaço que pudesse unir trabalhadoras rurais de diferentes movimentos, que fosse um espaço para intercâmbio de experiências e informações, além de ser uma possibilidade de acionar e buscar novas parcerias para realização de projetos. Assim, ao final do ano de 2004, durante um dos encontros, o grupo de mulheres indicou um possível nome para essa articulação estadual que traduzisse as discussões e os sentimentos em relação àquele grupo: **Rede de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Minas Gerais**.

Neste ano de 2005, durante o 7º encontro, os objetivos do grupo de lideranças foram reafirmados, dentre os quais estão: identidade do grupo; auto-estima; desenvolvimento de projetos político-sociais e regionais; políticas públicas para as trabalhadoras rurais e participação e conquista de espaços políticos[[143]](#footnote-143). Com isso, percebemos que esse grupo de trabalhadoras rurais traz para sua pauta de discussão e de ação elementos de ordem identitária e redistributiva, num processo crescente de organização, de construção da visibilidade e materialidade para as suas bandeiras de luta. Nas palavras de Boaventura SANTOS (2003) é a “exigência de reconhecimento da diferença e de redistribuição que permite a realização da igualdade. Essas tensões estão no centro das lutas de movimentos e iniciativas emancipatórios” (p.25). A constituição da identidade coletiva nos movimentos sociais se dá na convergência dessas lutas, na ampliação dos círculos de reciprocidade e numa redefinição coletiva do político.

A Rede de Trabalhadoras Rurais fez, a poucos meses, sua primeira aparição pública, durante um seminário estadual acerca das políticas públicas do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) para as trabalhadoras rurais. Ao lado de outros movimentos de mulheres do Estado – como o núcleo de gênero do MST, o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e a CEMTR da FETAEMG – uma das integrantes da Rede fez uma exposição que abordou a trajetória e a experiência dos movimentos de mulheres nas lutas por reconhecimento, cidadania e acesso às políticas públicas. Nessa mesa que reuniu os movimentos de mulheres, Elza Ilza da Zona da Mata e integrante da Rede, expôs os objetivos de criação do grupo: “Criamos a nossa Rede a partir do momento que entendemos que era preciso criar outro processo quando saímos da FETAEMG. Era importante a gente se encontrar novamente e nos reorganizar” e ainda indica as estratégias / bandeiras de luta para levarem esse projeto adiante: “**capacitação da produção e da comercialização**. (...) resgate da nossa **auto-estima**, ao campo da nossa **afetividade**, dos nossos **direitos sexuais e reprodutivos**”. Sobre os lugares que ocupam Elza Ilza diz: “Hoje, enquanto Rede estamos nos Sindicatos, na economia solidária, no Consea debatendo e definido **estratégias e ações para a segurança alimentar** e trabalhando para construir uma **educação do campo**. As mulheres integrantes da Rede construíram sua trajetória no Movimento Sindical, onde permanecem”.[[144]](#footnote-144)

Sendo assim, introduzimos as seguintes questões: quais são esses novos espaços organizativos que estão buscando construir e como estabelecem, negociam e mantém as fronteiras políticas do movimento e dessa nova articulação que está se consolidando? A desarticulação do grupo da Comissão significou perdas importantes no que tange ao espaço de articulação, acesso à informação e a recursos materiais e humanos; sendo assim, quais demandas foram criadas para o movimento das rurais a partir disso? Como está se dando esse processo de reconstrução de uma identidade que foi fraturada num processo de disputa política? A CEMTR configura-se em *um* dos momentos do processo das lutas emancipatórias das rurais; nesse sentido, quais os rumos desse novo movimento? (Seria ele um novo movimento?) Como e onde se localizam essas lideranças no processo atual? Quais recursos materiais e simbólicos estão acionados nessa nova etapa de luta por visibilidade, rearticulação e reconstrução de identidade? Como estão construindo suas bandeiras de luta, seus antagonistas/adversários políticos a partir desse processo de reconstrução identitária? Como a categoria de gênero influi nesse processo de reconstrução de espaços políticos e de terrenos de disputa de poder e no processo de definição dos antagonismos?

**CONCLUSÕES**

Para Boaventura S. SANTOS e João A. NUNES (2003) as lutas emancipatórias contemporâneas, como das feministas, têm como pressuposto que “tanto a dominação quanto a resistência se fazem ao longo de diversos eixos, e que estes não estão subordinados, de maneira definitiva, a uma ‘contradição principal’” (SANTOS & NUNES, 2003:35). Devido a essa configuração organizativa e reivindicatória em torno de lutas estritamente econômicas e de classe é que surge a necessidade de criar um espaço específico para lidar com questões de gênero e com os interesses específicos das mulheres, o que contribuiu para a emergência de um movimento autônomo de mulheres rurais, como a Rede de Mulheres Trabalhadoras Rurais. É nesse processo de reconceitualização das lutas democráticas e conseqüentemente, de reconceitualização do político (NUNES e SANTOS, 2003) que se insere o movimento autônomo das mulheres rurais.

Dessa maneira, percebemos que existe um crescente reconhecimento da centralidade da luta em torno das questões de gênero no interior de movimentos sociais de trabalhadoras rurais que já tiveram, em sua trajetória, passagem pelo movimento misto. Neste sentido, concordamos com Jules Falquet no sentido de que esse reconhecimento das relações de gênero no interior dos movimentos sociais tradicionais e conhecidos como movimentos transformadores ainda não ocorre de forma a transformar as relações de poder aí existentes.

A análise dos documentos da Comissão Estadual de Mulheres indicou que além das temáticas como **direitos sexuais e reprodutivos; educação; juventude; geração de renda específica para mulheres** e **participação política em diversas instâncias políticas** (que são temáticas diferenciadas quando pensadas no contexto das lutas no campo), as mulheres rurais e da CEMTR também instauraram uma maneira própria de fazer política no espaço sindical. O uso de músicas, da mística e enfeites no ambiente se contrapunham a aridez do terreno político, até então notadamente masculino. Essa análise não pretende naturalizar características de cuidado e de sensibilidade à mulher, mas compreender que essas práticas culturais fazem parte da dinâmica de constituição da identidade coletiva do grupo e meio pelo qual se realiza conscientização política entre as mulheres, ambos elementos fundamentais para garantir a experiência de um NÓS (PRADO, 2002).

Nesse sentido, é importante destacar que a experiência de desarticulação do grupo da CEMTR foi sentida e percebida pelas lideranças como uma desarticulação de sua identidade coletiva também. Assim, parece-nos que o esforço rearticulatório desse grupo é uma estratégia para que aquelas lideranças, que não tinham mais o espaço da Federação para se organizarem, tivessem acesso a informações, a um ponto de referência para acionar e mobilizar recursos, a um espaço de intercâmbio de experiências das mulheres e a um espaço de reconhecimento de adversários e de construção de estratégias de busca de novas parcerias para a continuidade dos trabalhos. Apesar de ser precipitado analisar o potencial emancipatório dessa nova configuração, é possível afirmar que a Rede de Mulheres Trabalhadoras Rurais vem se consolidando a partir de um ideal de um novo contexto de relações de poder e de novas configurações de gênero.

De toda maneira, o que se observa nas bandeiras de luta pautadas principalmente pela Rede de Mulheres Trabalhadoras Rurais é a construção de uma pauta que têm caráter redistributivo, como por exemplo, a luta por políticas públicas de geração de renda específicas para a agricultora, além de outras de caráter simbólico-cultural e identitário – lideranças da Zona da Mata relatam situações em que a mulher é produtora de certo produto, mas é com o nome de seu marido ou companheiro que ele é comercializado. Para as lideranças é preciso fazer um trabalho de reconhecimento e de valorização do trabalho da mulher e de conscientização dessas relações opressoras a que ela está submetida[[145]](#footnote-145). Outro exemplo desse caráter simbólico-cultural pode ser apreendido na fala de uma liderança do Vale do Jequitinhonha: “Não conseguimos por razões variadas entender o jogo político do poder e por razões de princípios ficamos fora do processo, apesar de termos lutados até os últimos momentos”[[146]](#footnote-146).

O momento atual desse grupo gira em torno da construção de sua identidade coletiva, já que estão empenhadas na reconstrução de novos sentimentos de pertença (por exemplo, com a criação de um nome que representasse suas discussões – Rede), na definição de estratégias para mobilizar recursos (nas parcerias que vêm firmando), na construção de uma cultura política própria (como, por exemplo, durante o seminário estadual, no momento em que se apresentam aos outros movimentos como um grupo que tem objetivos e uma história), no estabelecimento de redes de solidariedade (ao socializarem suas experiências, acreditando num espaço de trocas mútuas de experiências). A construção da identidade, no entanto, não se dá de forma linear e alheia à realidade. Nesse sentido, entendemos com Chantal MOUFFE (1999) que a identidade é o cenário e objeto “de combates políticos, e a existência social de um grupo se constrói sempre no conflito” (p.272). Portanto, a reconstrução da identidade coletiva da Rede de Mulheres Trabalhadoras Rurais passa também pela reconstrução do campo do político, que está permeado de relações de poder. Como indica Cristina BUARQUE (2003), a politização das questões de gênero no meio rural aparecem pela via identitária e se materializam na bandeira de luta principal do movimento que é o reconhecimento da Identidade de Mulher Trabalhadora Rural. Assim, as relações de poder – fundamentais na trama de constituição da identidade coletiva das rurais – deslocam-se do conteúdo exclusivamente de classe, politizando também a opressão de gênero e preenchendo-a de conteúdo político.

Na medida em que entendemos a construção dessa identidade coletiva de forma não essencialista, podemos compreender que o movimento autônomo da Rede se constitui a partir de pontos nodais, ou seja, a partir do que une aquelas mulheres naquele momento histórico que são a base para a ação e para a luta feminista. Tomada assim, a identidade coletiva abre a possibilidade para a incorporação de exigências específicas e de “articulação de várias lutas diferentes contra a opressão”. (MOUFFE, 1996:119).

Para finalizar, transcrevemos a letra de uma das canções que eram mais cantadas nas reuniões da CEMTR, cujo nome é “Deixa-me ser gente”:

“Deixa-me ser gente

***Não me impeça de lutar / Pois a vida me convida / Uma missão realizar***

Deixe eu ser mulher / Ser livre prá sonhar / Não reprima, não reprove / O meu jeito de lutar

Vamos fazer a história / de nós todas, mulherada / Preservar nossos valores / e não ser escravizadas

Muitas mulheres sem saber / estragaram sua idade / Alienadas se entregaram / às drogas da sociedade

Eu me sinto revoltada / ninguém quer me explicar / De tanto ser explorada / eu me pus a protestar

Não nasci para servir / como peça de engrenagem / Nem ser coisa que se venda / ou se compra com vantagem”.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AFONSO, Maria Lúcia. (2002) *Oficinas em dinâmica de grupo:* um método de intervenção psicossocial. Belo Horizonte: Edições do Campo Social.

ALBUQUERQUE, Francisco José Batista. (2002) Psicologia social e formas de vida rural no Brasil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Jan-Abr, vol.18, n.1, pp.037-042, edição eletrônica, consulta dia 21/09/2005.

BARSTED, Leila de Andrade Linhares Barsted. Em busca do tempo perdido: Mulher e políticas no Brasil 1983-1993. www.portalfeminista.org.br consulta dia 24/140/2005.

BLACKWELL, Maylei and NABER, Nadine. (2002) Interseccionalidade em uma era de globalização: as implicações da Conferência Mundial contra o Racismo para práticas feministas transnacionais. *Rev. Estud. Fem*. vol.10, no.1, p.189-198.

BONI, Valdete. (2004) Poder e igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. *Rev. Estud. Fem*. vol.12, no.1, p.289-302.

BUARQUE, Cristina. (2003) *A dimensão de gênero no mundo rural brasileiro contemporâneo.* Texto preparado para o Seminário Internacional: Gênero no Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, realizado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte, Banco Mundial e Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura. Natal, 14-17 de julho de 2003.

CAMPICI, Carmella de P. F. (2004) Relatório Final do Programa PIBIC/CNPq.

CLEMENS, E.S.; HUGHES, M.D. (2002). Recovering past protest: historical research on social movements. IN: *Methods of Social Movements Research*. KLANDERMANS, B.; STAGGENBORG, S (editors). Social movements, protest and contention; v16, University of Minnesta Press (charpter 8).

DEERE, Carmen Diana (2004). Os Direitos da Mulher à Terra e os Movimentos Sociais Rurais na Reforma Agrária Brasileira. IN: *Estudos Feministas*. v.12 n.1. Florianópolis: UFSC. p.175-204.

FALQUET, Jules. *Três questões aos movimentos sociais “progressistas”: contribuições da teoria feminista à análise dos movimentos sociais*. Texto sem data, retirado do site: http://www.nead.org.br no dia 10/09/2005.

FERREIRA, Bernardo. (2004) *O risco do político Crítica ao liberalismo e teoria política no pensamento de Carl Schmitt*. Editora UFMG: Belo Horizonte.

KLANDERMANS, B.; STAGGENBORG, S. (2002) Introduction. IN: KLANDERMANS, B.; STAGGENBORG, S (editors). *Methods of Social Movements Research*: Social movements, protest and contention; v16, University of Minnesta Press (introduction). p.ix-xx.

MARTINS, Priscilla de Oliveira; TRINDADE, Zeidi Araújo; ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira. (2003). O ter e o ser: representações sociais da adolescência entre adolescentes de inserção urbana e rural. *Psicologia: Reflexão e Crítica.* 16(3), pp.555-568, edição eletrônica, consulta dia 21/09/2005.

MOUFFE, Chantal (1996) Feminismo, cidadania e política democrática radical. IN: *O regresso do político*. Lisboa: Gradiva, p.101-120.

MOUFFE, Chantal. (1999) Por uma política da identidade nômade. In: *Debate Feminista*. São Paulo: Companhia Melhoramentos.

PAULILO, Maria Ignez S (2004). Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. IN: *Estudos Feministas*. v.12 n.1. Florianópolis: UFSC. p.229-252.

PIMENTA, S. D. C. (2005) *Trajetórias na Terra: Sociabilidades, gênero e identidades coletivas no Projeto de Reforma Agrária Aliança.* Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte, 2005.

PORTELLA, Ana Paula, SILVA, Carmem e FERREIRA, Simone. (2004). *Mulher e Trabalho na Agricultura Familiar*. Recife: SOS CORPO – Gênero e Cidadania.

PRADO, M. A. M. (2002) Da Mobilidade social á constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. In: *Psicologia em Revista*. V 8, n. 11, jun. Belo Horizonte. p. 59-71.

PRADO, M. A. M.; CAMPICI, C. P. F.; PIMENTA, S. D. (2004). Identidade coletiva e política na trajetória de organização das trabalhadoras rurais de Minas Gerais: para uma psicologia política das ações coletivas. IN: *Psicologia em Revista.* v.10, n.16, p.181-348, dez.2004, Belo Horizonte: PUC Minas.

PRADO, M. A. M. (2005) Movimentos de Massa e Movimentos Sociais: aspectos psicopolíticos das ações coletivas. Revista de Ciências Humanas, v. 37.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2002) Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. IN: *Revista Crítica de Ciências Sociais.* n.63, p.237-280.

SANTOS, Boaventura de Sousa; João Arriscado NUNES (2003). Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. IN: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*: Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, (introdução) p.25-68.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2005). *O Fórum Social Mundial:* manual de uso. São Paulo: Cortez.

SCOTT, Joan (1995) Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica. In: *Educação & Realidade*. Jul./dez. Porto Alegre:. p.71-99.

SILVA, Cristiani Beretta da Silva. (2004) Relações de gênero e subjetividades no devir MST. *Rev. Estud. Fem*. vol.12, no.1, p.269-287.

SPOSITO, Marilia Pontes (2000) Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação. IN: *Revista Brasileira de Educação*, n.13, p.73-94.

THAYER, Millie. (2001) Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no sertão. *Rev. Estud. Fem.* vol.9, no.1, p.103-130.

***Documentos pesquisados***

“Mulheres trabalhadoras rurais: organização e luta pela reforma agrária em Minas Gerais”. Apresentação no seminário realizado no auditório da casa do movimento popular, em contagem, dia 13 de agosto de 1999, numa promoção da comissão estadual das mulheres da FETAEMG e do CEDEFES.

Regimento Interno da Comissão Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais (CEMTR).

Relatório dos Encontros com as Mulheres Trabalhadoras Rurais (Vale do Jequitinhonha, Zona da Mata, Noroeste, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Norte de Minas, Vale do Rio Doce). Realização: Movimento do GRAAL no Brasil. Belo Horizonte, nov de 2004.

Mesa: Trabalhadoras Rurais: cidadania e acesso às políticas públicas, do Seminário Estadual: Mulheres Trabalhadoras Rurais nas Políticas Públicas do MDA. Realizado pelo convênio MDA/SOF. Retirado do relatório da consultora deste convênio Sara Pimenta, setembro, 2005.

|  |  |
| --- | --- |
| Nome : “A Mulher no Legislativo: uma análise das desigualdades de gênero no Senado Federal” | **A 009**  **Menção**  **Honrosa** |
| Autora/o Érika Mara Barbacena |
| Orientadora/o Prof. Dr. Luis Felipe Miguel |
| IES: Universidade de Brasília |
| Cidade/Estado: Brasília - Novembro/2005 |
| Outras Informações: Estudante de Graduação |

**Sumário**

*Introdução* **2**

*1° Capítulo: Revisão Bibliográfica* **3**

Socialização da Mulher 3

Estereótipos de Gênero e Ação Política 7

*2° Capítulo: Desigualdades de Gênero no Senado Federal*  **12**

1. Metodologia 12

2. Resultados da Pesquisa e Discussão 12

2.1. Análise das Comissões Permanentes 12

2.2. Análise das Proposições Legislativas 21

*Conclusão* **27**

*Bibliografia*  **28**

**Introdução**

Há duas ou três décadas a presença de mulheres nos parlamentos era tão reduzida que o estudo de sua atuação e o impacto de sua participação nesta esfera de poder se tornava praticamente impossível. Hoje, embora com um número ainda pequeno, já é possível fazer tal análise.

O objetivo do trabalho é investigar os mecanismos que dificultam a ação política da representante no legislativo pondo em evidência as desigualdades de gênero ainda presentes nesta instituição. Para tanto a pesquisa restringir-se-á ao Senado Federal que em mais de 150 anos de história só teve a presença de senadoras nos últimos vinte e seis anos. Durante este período a instituição contou ao todo com a presença de vinte e oito senadoras, das quais quatorze eram suplentes e tomaram posse em virtude do afastamento do titular do cargo. Atualmente, dos 81 senadores nove são mulheres o que representa 11,11% das cadeiras da casa.

O trabalho irá, dialogando com o referencial teórico da temática, analisar a participação das senadoras nas comissões permanentes e as proposições legislativas por elas apresentadas no período de 1979 a 2005. A hipótese da pesquisa é de que a parlamentar tem sua atuação mais voltada para o campo social devido a regras orientadas pelo gênero masculino e a presença mecanismos de discriminação de gênero que dificultam participação da mulher nas diversas áreas do legislativo. Poucas conseguem sair da esfera social e debater ou dominar regras do processo decisório de modo que suas preferências sejam atendidas.

No primeiro capítulo busca-se um referencial teórico para o assunto, a partir da literatura especializada sobre o tema. Este capítulo trata, inicialmente, da socialização da mulher a fim de mostrar as raízes da exclusão feminina na esfera pública e a perpetuação dos papéis sociais femininos e masculinos na sociedade. Em seguida o capítulo aborda os estereótipos de gênero ligados a ação política das mulheres no poder, mais especificadamente, no legislativo. Por meio de literatura especializada pode-se apontar algumas características atribuídas às legisladoras e os mecanismos de discriminações de gênero presentes nas instituições legislativas.

O segundo capítulo, que está dividido em duas partes, procura identificar as desigualdades de gênero, no Senado Federal, sugeridas na hipótese do trabalho. A primeira parte trata da metodologia da pesquisa, com o objetivo de esclarecer a obtenção e construção dos dados. Na segunda parte do capítulo são discutidos os resultados obtidos na pesquisa. As conclusões, limitações da pesquisa e possíveis caminhos para estudos futuros são abordados na conclusão.

1° Capítulo Revisão Bibliográfica

**Socialização da Mulher**

Na Grécia antiga, berço da democracia, os cidadãos participavam das assembléias, falavam livremente e votavam as próprias leis. O status de cidadão, no entanto, era conferido somente a homens livres; mulheres e escravos, portanto, ficavam à margem da vida pública, não exercendo nenhum papel na *polis*. Maschio (2003) explica que as raízes da exclusão feminina dos assuntos da *polis* são encontradas nos mitos gregos fundadores, segundo os quais os homens descendiam de um indivíduo, enquanto as mulheres eram um *génos,* nascido da ruptura da caixa de Pandora, que trouxe o mal à terra.

Os principais expoentes contratualistas não recorrem a mitos para justificar esta exclusão, entretanto, também utilizam argumentos sem nenhuma fundamentação. De acordo com Miguel (2001), cada autor contratualista utiliza diferentes estratégias para explicar o porquê da não inclusão da mulher na vida pública. Thomas Hobbes considera que as mulheres não participaram do momento da celebração do contrato social a fim de gerar o Estado porque já estavam previamente submetidas aos homens. Hobbes acredita na perfeita igualdade, tanto física quanto mental, entre homens e mulheres. A submissão da mulher ao homem se dá a partir da maternidade, pois com ela a mulher se fragiliza e passa a ser responsável pela segurança de outro ser, o que permite que o homem a domine pela força.

Do contratualismo absolutista de Hobbes para o liberal de John Locke a posição das mulheres piora. Locke argumenta que as mulheres abrem mão dos seus direitos por meio do contrato de casamento. Mas esta atitude de alienar os seus direitos é conseqüência de uma racionalidade inferior feminina, que torna as mulheres inaptas à participação na vida pública.

A justificativa de Jean-Jacques Rousseau, consoante Miguel, é totalmente baseada nas diferenças intrínsecas aos dois sexos. Rousseau explica que o gosto da mulher está nas coisas físicas e que seu julgamento é baseado nos sentidos; o homem, por outro lado, lhe interessa as coisas morais que depende mais do julgamento. A mulher, devido a sua limitação inata da razão, deve se limitar às coisas de suas competências, isto é, as atividades do círculo doméstico.

A Revolução Francesa (1789), que trouxe a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, preconizando os ideais de liberdade e igualdade, parecia indicar o reconhecimento ao direito político à mulher. No entanto, em parte devido à influência do pensamento de Rousseau, as mulheres continuaram à margem do processo político, sob argumento de ser a natureza feminina intrinsecamente diversa da masculina, estando as mulheres destinadas unicamente a gerar os filhos e a cuidar da família, atividades para as quais possuíam virtudes especiais. Esse pensamento contribuiu para a formulação da separação das esferas privada - ambiente feminino- e pública - ambiente masculino (MASCHIO, 2003; MIGUEL, 2001)

Além do confinamento da mulher ao interior do lar o seu trabalho, atividades domésticas por ela desempenhadas, também foi sendo desvalorizado. Esta desvalorização foi estendida para fora do lar e, por meio das agências de socialização, se reproduziu e passou a ser interiorizada pelas novas gerações. De acordo com Barros (1989) a desvalorização social do trabalho doméstico é conseqüência de um processo de ruptura da unidade familiar ocorrida com o capitalismo. Nas sociedades pré-capitalistas as mulheres desempenhavam funções vinculadas à produção e reprodução dentro de uma unidade doméstica. Com a implantação da divisão do trabalho, o homem assume definitivamente a produção, passando a gozar de um status privilegiado, em detrimento do trabalho doméstico – que não é remunerado – executado pelas mulheres no interior da família. Este quadro se agrava com a mistificação do papel feminino no lar, tendo em vista a ideologia da maternidade e afetividade a serem desempenhadas pela mulher.

O reconhecimento da democracia liberal ao direito individual e político da mulher, principalmente por volta da primeira metade do século 20, não foi suficiente para extirpar as discriminações e os vícios da sociedade profundamente enraizados nas relações de gênero. Primeiro porque este reconhecimento não significou uma mudança nos padrões de socialização de homens e mulheres e, segundo, porque as campanhas de desvalorização sofridas durante séculos pelas mulheres não só se refletiram nas relações sociais, mas também, no inconsciente da própria mulher (MASCHIO, 2003).

A sociedade ainda mantém-se bastante comprometida com os padrões tradicionais de comportamento, que conflitam com as mudanças econômicas e sociais conseqüentes do processo de industrialização e modernização. No Brasil, estas transformações vêm ocorrendo ao longo dos últimos quarenta anos e, segundo Verucci (1991), causam uma tensão de papéis que indicam “o conflito resultante das aspirações ocupacionais femininas e os papéis familiares tradicionais” (VERUCCI, 1991, p. 150). Este conflito resultante da combinação de papéis familiares e ocupacionais acaba por revelar as desigualdades de direitos e deveres existentes na relação homem-mulher, pois apesar da participação da mulher na força de trabalho permanecem suas responsabilidades domésticas.

A dualidade de papéis existente na sociedade brasileira atual é, conforme Avelar (1989), conseqüência de fatores contextuais que modificam, em parte, a estrutura de papéis sociais diferenciados por sexo oriunda da socialização primária.

Avelar explica que no processo de socialização há uma hierarquia de valores que variam situacionalmente e formam a personalidade de uma pessoa. Os valores gerais que estão organizados em torno de idéias como justiça, liberdade, autoridade, coletividades etc traduzem-se em atitudes e comportamentos sociais e políticos nos indivíduos. Os valores específicos, relacionados a padrões de socialização por sexo, aliam-se a estes valores gerais. Os valores transmitidos para os homens são os de independência, auto-realização e desempenho; os valores recebidos pelas mulheres enfatizam a dependência, a obediência e o comportamento maternal.

A autora ressalta a participação de determinados agentes que são decisivos no processo de socialização, pois serão os responsáveis pela transmissão diferencial de valores conforme o sexo. As agências de socialização, tais como escola, amigos e, em especial, a família mediarão a aprendizagem e transmitirão os valores. Na família os valores que serão incorporados aos papéis sociais estão previamente estruturados na figura da mãe e do pai, só ocorrendo mudanças neste padrão através de uma experiência diferenciada do cotidiano, isto é, com o processo de socialização secundária. Desta forma, o processo de socialização de homens e mulheres - responsável pela definição de papéis sociais masculinos e femininos - constituirá os padrões de comportamento dos indivíduos que se modificarão em maior ou menor escala através da influência de fatores contextuais.

A imagem de homem e mulher, portanto, corresponde aos papéis sociais atribuídos a cada um dentro da sociedade sendo definidos com base no sexo. Segundo Dahrendorf (1974), o homem, como ser social, é portador de papéis socialmente predeterminados. Para ele o indivíduo *é* seus papéis sociais, mas esses papéis, por seu lado, são o fato coercitivo da sociedade.

Os papéis sociais são conjuntos de expectativas dirigidos aos ocupantes de posições numa dada sociedade. Dahrendorf enfatiza a força das expectativas do papel social. Esta se torna obrigatória devido ao fato coercitivo da sociedade que acaba por impor conformidade a suas determinações. O indivíduo que não desempenha seu papel é punido. A punição pode ser tanto penas aplicadas pela força da lei como desaprovação social. Desta forma, ao homem e à mulher são dirigidos um conjunto de expectativas de comportamento, ao qual devem corresponder sob pena de se exporem às sanções da sociedade. Espera-se, portanto, que o homem seja rude, racional, independente, apegado aos negócios e à vida pública etc; a mulher seja sentimental, intuitiva, dependente, apegada ao lar etc.

Este comportamento estereotipado de homens e mulheres, segundo o qual cada um deve possuir certas características, é fortalecido, conforme Monzón (1988), pela ideologia machista-patriarcal. Estas características de cada sexo podem ser tidas como reais, porque são percebidas em homens e mulheres, no entanto supõem-se naturais, inerentes ao sexo, quando na realidade são produzidas socialmente.

Barros (1989), tal como Monzón, explica que a socialização feminina é marcada por uma forte ideologia patriarcal. De modo geral, as imagens sociais de homem e mulher se caracterizam por uma visão estereotipada que perpassa as relações sociais, atribuindo posições diferenciadas a homens e mulheres como um destino “natural”. A mulher é situada no espaço privado e o homem na esfera pública. A forma diversificada como homens e mulheres são situados nos espaços públicos e privados reflete a relação de poder entre gêneros.

O fator biológico tem sido a explicação mais usual para justificar esta suposta diferença natural entre homens e mulheres. Nesse sentido, Barros explica que a inferioridade da mulher é percebida como uma decorrência de seu corpo fisicamente fraco e destinado à função reprodutiva. Do ponto de vista da função reprodutiva, o corpo também funciona como um instrumento de singularização da condição feminina, contribuindo para definir papéis que mulher vai ocupar na sociedade.

A educação diferenciada a homens e mulheres é conseqüência desta naturalização biológica dos papéis masculinos e femininos. Desta forma a educação é distinta desde a infância. Não somente as brincadeiras, mas também, a liberdade é diferenciada para meninos e meninas. A atitude dos adultos reforça a fixação dos papéis. Prepara-se a mulher para o matrimônio para que seja esposa, mãe e dona-de-casa, não importando se também trabalha. E ao homem para que seja o provedor, o que tomará as decisões.

É notório, portanto, que as características femininas e masculinas transmitidas como biológicas ou psíquicas são conseqüências da socialização que influenciará de maneira decisiva no papel a ser desempenhado. Este sistema de hierarquia entre sexos construído socialmente é, consoante Bourdieu (1999), uma forma de poder passível de modificação.

As transformações ocorridas principalmente nas quatro últimas décadas permitem que as mulheres tenham oportunidade de vivenciar novas experiências, que as levem a incorporar outros valores aos da sua estrutura de origem. Significativa parcela das mulheres rompeu com os limites impostos pela ideologia patriarcal, que lhe conferia como lugar próprio à esfera privada. Este rompimento, no entanto, não tem se dado de forma tranqüila. A participação da mulher na vida econômica não alterou a divisão de tarefas no interior da família. Ao lado dos novos papéis profissionais, persistiram os domésticos, como parte do conjunto da personalidade social da mulher (AVELAR, 1989).

**Estereótipos de gênero e ação política**

A ideologia patriarcal, ao reproduzir valores relativos aos papéis políticos, reitera um padrão político-cultural que privilegia o gênero masculino. Judith Butler (BUTLER, 1998 apud GROSSI & MIGUEL, 2001) sugere que o sujeito político é identificado como um “sujeito ocidental masculino”, desta forma mulheres e homens ao atuarem dentro dos parâmetros da política instituída reproduziriam atos codificados como políticos e assim masculinos.

Esta reprodução de atos tendo como parâmetro um gênero é possibilitada pelo fato das instituições serem *gendered*, isto é, formadas por gênero, porque ele está presente nos processos, práticas, imagens, ideologias e distribuições de poder nos vários setores da vida social. Como o gênero masculino é o dominante em várias instituições, como os legislativos que historicamente são habitados por homens, elas são orientadas pelo comportamento masculino, ou seja, este é a norma da instituição (KENNEY, 1996 apud CAMMISA & REINGOLD, 2004).

**A participação da mulher na política, embora ainda pequena, fez surgir à necessidade de examinar a influência dela nesta atividade. Com base nos estudos que procuram investigar o impacto da presença de representantes femininas nos parlamentos Valiente, Ramiro & Morales (2003) apontam algumas caracterizações da atuação das parlamentares que recorrentemente estão presentes nestas pesquisas:**

1. Tendência política das representantes: as parlamentares, como grupo, apresentam ponto de vista político mais liberal. Esta tendência apontada deve ser entendida de acordo com a concepção norte-americana do termo, desta forma, as parlamentares são percebidas como mais liberais por serem estarem majoritariamente em partidos de esquerda;
2. Prioridades Políticas: as prioridades políticas das parlamentares são diferentes da dos parlamentares, porque atuam mais em defesa de assuntos de igualdade de oportunidades de gênero, como igualdade salarial, e em temas tradicionalmente associados às mulheres, entre outros, família, minorias e saúde;
3. Estilo de liderança: o estilo de liderança das parlamentares tende a ser diferente ao dos parlamentares, isto é, menos baseado na confrontação e mais inclusivo e cooperativo.

As características apontadas são por vezes naturalizadas como sendo próprias da mulher ou justificadas com base na socialização, no entanto, o contexto *gendered* em que as parlamentares atuam é pouco considerado. De acordo com Cammisa & Reingold (2004) o ambiente hostil dos parlamentos põe dificuldades para as mulheres exercerem seus trabalhos e as confinam a lidarem com questões tradicionalmente ligadas a elas.

Embora estas características sejam verificadas e assim confirmadas pela realidade a atribuição delas como sendo próprias das representantes cristaliza as tendências, opiniões e ações das parlamentares. Busby & Macleod (2002) criticam a suposição de que as mulheres sejam um grupo homogêneo com interesses e atributos similares. A atribuição de certas qualidades aos parlamentares como masculinas e às parlamentares como femininas pouco contribui para derrubar o estereótipo dificultou o envolvimento de mulheres nas instituições políticas.

Estes estereótipos de gênero que são atribuídos às mulheres e aos homens, segundo Leonie Huddy e Nayda Terkildsen (HUDDY & TERKILDSEN, 1993 apud Fox & Oxley, 2003), são distintos entre dois tipos: convicções estereotipadas e características estereotipadas.

As convicções estereotipadas referem-se as preferências ideológicas e políticas que são atribuídas a cada sexo e as características estereotipadas referem-se as qualidades pessoais que são deduzidas sobre homens e mulheres. Em termos de convicções estereotipadas as mulheres são vistas como mais liberais que os homens e são percebidas como mais bem ajustadas para tratarem de questões ligadas à educação, saúde, meio ambiente, arte, proteção ao consumidor e às minorias. Os homens são vistos como mais competentes para tratarem de questões como as militares, políticas, econômicas e crime. Da mesma maneira pelas características estereotipadas as mulheres são identificadas como mais sentimentais, dispostas a compromissos e orientadas para as pessoas enquanto os homens são vistos como mais impositivos, ativos e autoconfiantes.

A influência destes estereótipos de gênero afeta substancialmente nos assuntos que serão objetos de campanha pelas candidatas. Os estudos de Herrnson & Stokes (2003) e Fox & Lawless (2003) revelam que os eleitores vêem as candidatas como sendo mais competentes que os candidatos para tratarem de assuntos que são tradicionalmente associados à mulher, como as questões feministas e femininas. Da mesma forma que os estereótipos influem na campanha das mulheres eles também interferem na atuação política delas: a) espera-se que a representante aja em conformidade com sua campanha; b) o processo de socialização, como visto, define papéis que serão socialmente aceitos sendo que os papéis esperados para as mulheres são aqueles relativos à preocupação com o outro, à sensibilidade; c) as parlamentares trabalham em contextos dominados pelas normas masculinas como conseqüência devem se adaptar a tais espaços.

**Parece haver uma unanimidade entre os estudos que analisam a atuação das parlamentares em apontarem que as mulheres exibem um comportamento diferente dos homens na política porque expressam um maior cuidado com os outros e são mais sensíveis ao social. Grossi & Miguel (2001) expõem dois argumentos que são utilizados para justificar esta sensibilidade o primeiro como sendo ela natural e o segundo como uma construção social.**

A sensibilidade da mulher ao social é percebida não somente pelos pesquisadores mas também pelas próprias parlamentares. Os depoimentos das representantes no Seminário Mulheres na Política –Mulheres no Poder[[147]](#footnote-147) mostram que as parlamentares brasileiras reconhecem ter seus trabalhos voltados para área social e acreditam ter uma ética diferente da dos homens. Em estudo realizado com base neste seminário Grossi & Miguel constatam que a sensibilidade é vista tanto por mulheres quanto por homens como um valor positivo para ser incorporado ao campo da política. Para muitas parlamentares “uma das‘vantagens’ da entrada das mulheres no espaço da política seria a sua capacidade, senão de transformar a chamada ‘política dura’ (hard), em ‘política leve’ (soft), pelo menos de suavizá-la, a partir da sua tão decantada ‘sensibilidade’” (GROSSI & MIGUEL, p. 193, 2001).

Esta tendência não é uma exclusividade do legislativo brasileiro. As entrevistas realizadas por Freedman (2002) no Parlamento Europeu demonstram que as parlamentares sabem que são identificadas por se preocuparem pela política *soft*. Porém alegam que se não colocarem estas questões na agenda ninguém colocará. Soma-se a isso a dificuldade que encontram de colocarem outros itens na agenda que não os relacionados àquela política.

Este último argumento de que as mulheres têm dificuldade de colocarem diferentes itens na agenda deve ser levado em consideração tendo em vista que elas atuam em instituições *gendered* com presença de mecanismos de discriminação de gênero. Segundo Cammisa & Reingold as mulheres nos legislativos são sujeitas a comportamentos machistas incluindo comentários sobre a aparência e incompetência. Kirkpatrick (KIRKPATRICK, 1974 apud CAMMISA & REINGOLD, 2004) considera que os comportamentos masculinos em relação às mulheres são de exclusão, limitação das possibilidades e ênfase nas diferenças.

Portanto, para as representantes não é fácil sair da área social e conseguir exercer influência em outras áreas. Além disso, as mulheres que não têm as características consideradas femininas (características estereotipadas) e que atuam em áreas de políticas *hard* como militar, política e econômica são consideradas e percebidas como homens “honorários” ou pseudo-homens (ROSS, 2002). Nota-se, desta forma, a forte presença dos estereótipos de gênero na ação política porque se a parlamentar deixa de desempenhar o papel socialmente esperado a ela dentro da política, isto é, de sensibilidade e cooperação, ela deixa de ser mulher.

**O estudo de Swers (2001), feito com base em pesquisas realizadas em legislativos americanos, mostra a influência dos estereótipos de gênero na ação parlamentar. A autora constata que em legislativos estaduais as parlamentares priorizam todo tipo de política, isto é, não exibem prioridades diferentes de políticas na atividade legislativa. No legislativo federal, entretanto, as parlamentares são mais liberais e exibem um maior comprometimento com questões feministas e legislações que incorporem assuntos tradicionalmente relacionados às mulheres como educação, saúde e bem-estar. Estes resultados parecem revelar que, em invés de haver uma inclinação natural das mulheres para tratarem de determinados assuntos, em lugares onde há uma cultura política tradicional com existência de desigualdades de gênero e em legislativos mais profissionais[[148]](#footnote-148) a atuação das parlamentares tende a ser limitada a certas áreas.**

Não se nega que as representantes nos parlamentos tenham preocupações com as áreas sociais questiona-se a alegação de que as mulheres tenham inerentemente diferentes prioridades e estilo político em relação aos homens. Para Ross (2002) ceder uma moralidade especial para as mulheres é fazer uma generalização que pode ser difícil de defender. Além disso, ao homogeneizar todas as experiências das mulheres rejeita-se, não somente, os seus sensos de autonomia mas também contribui a dar invisibilidade a todas outras diferenças entre mulheres que determina as perspectivas específicas, ações e comportamentos.

A forma de liderança exercida pela mulher também é apontada como uma característica de sua atuação. De acordo com Swers as pesquisas entre mulheres e homens de estilos de lideranças demonstram que as mulheres exibem um método alternativo de liderar que é um desafio às normas institucionais. A autora cita como exemplo o estudo de Rosenthal (ROSENTHAL,1997, 1998, 2000 apud SWERS, 2001) que verificou que as bancadas femininas exibiam uma liderança mais coletiva que as masculinas. Este estilo de liderança enfatiza a decisão consensual, cooperativa e inclusiva, em invés dos estilos tradicionais de barganha e competitivos empregados pelos colegas masculinos.

**No entanto, este estilo de liderança alternativo não pode ser incorporado facilmente em todos conjuntos institucionais. Rosenthal concluiu que o comportamento de liderança coletiva é menos provável de acontecer em legislativos mais profissionais como em nível federal. Ela nota, também, que cada vez mais os estados têm seguido a tendência do modelo profissional de legislar no qual tanto homens quanto mulheres evitam um estilo de liderança inclusivo, colaborador em favor de um modelo mais competitivo de liderança.**

**Verifica-se que o estilo de liderança coletiva atribuído às mulheres, tal como sua inclinação ao social, de nada tem de natural. Ela é resultado, consoante Swers, da socialização e fortemente influenciada pelo meio em que estão inseridas. Para Ross (2002) a visão de que as mulheres naturalmente sejam mais conciliadoras constrói o caminho da mulher de fazer política como sendo biologicamente determinado o que enraíza as suas formas de tomarem as decisões.**

**A tensão entre modelos de lideranças atribuídos as parlamentares e as normas institucionais estabelecidas demonstram não ser possível assumir que o aumento do número de mulheres nos legislativos conduzirá a uma reforma do processo político (SWERS, 2001).**

**Enfatiza-se, por fim, que a influência da presença das mulheres no processo legislativo, particularmente na área de questões de mulheres, não é negada. As parlamentares estão abrindo a agenda a preocupações relacionadas a gênero e patrocinando mais legislação relativa assuntos que se relacionam ao papel tradicional da mulher (SWERS, 2001). É possível concluir que o aumento do número de representantes pode conduzir não necessariamente a uma mudança no processo mas a uma maior possibilidade para as parlamentares lidarem com quaisquer políticas de seus interesses, *soft* ou *hard,* sem que para isso deixem de ser vistas como mulheres.**

2° Capítulo Desigualdades de Gênero no Senado Federal

1. Metodologia

A fim de verificar a hipótese da existência de desigualdades de gênero no Senado Federal a pesquisa analisará, tendo por base o referencial teórico, os resultados levantados da participação de senadoras e senadores em comissões permanentes e as proposições legislativas apresentadas pelas senadoras.

O período escolhido para a análise das comissões, excluindo a Comissão Diretora que será analisada desde o ano de 1979, compreende os anos de 1989 a 2004. A escolha deste período justifica-se pelo fato de ser a partir de 1989 que as comissões permanentes passam a ter denominação atual. As fontes consultadas para obtenção dos dados foram o Relatório da Presidência e o sítio do Senado Federal. Será analisada a participação de senadores e senadores em cada comissão cargo a cargo – Presidente, Vice-Presidente, Titular e Suplente. Os dados evidenciados nas tabelas das comissões são proporcionais ao número de lugares para cada cargo na comissão e ao número de anos considerados na pesquisa.

O período de análise das proposições legislativas tomadas por senadoras é compreendido entre 1979 e 2005. Foi realizado o levantamento de todos os instrumentos legislativos apresentados por senadoras. Devido à pequena freqüência e ao objeto de que tratam foram excluídos da análise os Diversos, a Indicação, o Requerimento da Mesa do Senado, o Requerimento da Comissão Representativa e a Sindicância. Foram considerados pela pesquisa, portanto, o Projeto de Lei do Senado, o Projeto de Decreto Legislativo do Senado Federal, o Projeto de Resolução do Senado, a Proposta de Emenda à Constituição e o Requerimento do Senado Federal. As proposições legislativas consideradas foram classificadas quanto ao objeto (assunto) específico por elas tratado. As categorias utilizadas nas proposições foram sendo sugeridas pela própria massa de dados analisada e tendo por base a classificação adotada no estudo de Santos (2004). Para a obtenção dos dados das proposições legislativas utilizou-se a base de dados do Senado Federal.

2. Resultados da pesquisa e discussão

2.1. Análise das Comissões Permanentes

Para discutir a ação política das senadoras, suas preferências e prioridades será analisada a participação delas nas comissões permanentes no período compreendido entre os anos de 1989 e 2004. Esta análise seria simples caso houvesse plena igualdade de representação e atuação entre homens e mulheres: bastaria analisar a participação de cada gênero nas comissões e verificar onde concentrariam seus trabalhos. No entanto, além da pequena participação de mulheres no Senado Federal[[149]](#footnote-149) a instituição é, tal como as demais instituições tradicionais, fortemente regida por regras masculinas o que não permite conclusões precipitadas.

Inicialmente será discutido o pertencimento de senadores e senadoras nas comissões permanentes de políticas sociais. Foram consideradas comissões dedicadas a políticas sociais a Comissão de Assuntos Social, a Comissão de Educação e a Comissão de Legislação Participativa[[150]](#footnote-150). Esta última, criada em 2002, é responsável por opinar e fazer pareceres de sugestões legislativas trazidas ao Senado Federal por associações e órgãos de classe e entidades organizadas da sociedade civil[[151]](#footnote-151).

A tabela 1 traz as porcentagens de homens e mulheres em comissões de políticas sociais no ano de 2004. Com a intenção de mostrar a participação real nestas comissões, isto é, o exercício de cargos que possibilitem participação na tomada das decisões dentro da comissão, não foi considerado o cargo de suplência.

**Tabela 1: Participação dos senadores e senadoras em comissões de políticas sociais\* em 2004 - Brasil**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Gênero | Homem | Mulher |
| Freqüência | 63 | 12 |
| Porcentagem (%)\*\* | 29,16 | 44,44 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados em www.senado.gov.br/sf

\*Foram considerados os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Titular.

\*\*Proporcional à quantidade de senadores (72) e senadoras (9)

Como mostra a tabela à porcentagem de mulheres que estão nestas comissões é nitidamente superior. Esta disparidade pode indicar a existência de distintos interesses políticos entre senadores e senadoras, mas também, pode refletir a existência do fenômeno de confinamento das senadoras a comissões ligadas a determinadas áreas. Considerando as teorias de apresentadas na revisão bibliográfica do contexto *gendered*, orientado pelo gênero masculino, em que as parlamentares atuam, a segunda hipótese é mais cabível. Tal ambiente põe dificuldades para o exercício do trabalho das senadoras e as confinam a lidarem com questões tradicionalmente ligadas a elas como educação, saúde, proteção às minorias e ao meio ambiente.

Embora a tabela 1 mostre a porcentagem de senadoras que pertençam às comissões ligadas a políticas sociais apenas no ano de 2004 este reflete todo o período analisado. A fim de visualizar melhor o confinamento das senadoras a determinadas comissões será analisada a participação das parlamentares em duas comissões sendo uma identificada como masculina por tratar da política *hard* e a outra feminina que trabalha com a política *soft*. A tabela 2 mostra a porcentagem de senadoras e senadores na Comissão de Assuntos Econômicos que é responsável, dentre outras atribuições, por opinar sobre proposições pertinentes a aspecto econômico e financeiro, tributos, tarifas e escolha dos Ministros do Tribunal de Contas da União e do Presidente do Banco Central[[152]](#footnote-152). Na tabela 3 estão dados da Comissão de Assuntos Sociais que opina sobre proposições que digam a respeitos de relações de trabalho, proteção e defesa da saúde e do meio ambiente[[153]](#footnote-153).

**Tabela 2: Proporções de senadores e senadoras na Comissão de Assuntos Econômicos no período de 1989 a 2004 - Brasil**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | Comissão de Assuntos Econômicos | |
| Posição (1989 - 2004) | Senadores (%) | Senadoras (%) |
| Presidente | 100,00 | 0,00 |
| Vice-Presidente | 100,00 | 0,00 |
| Titular | 97,73 | 2,27 |
| Suplente | 95,10 | 4,90 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados em www.senado.gov.br/sf e Relatório da Presidência

**Tabela 3: Proporções de senadores e senadoras na Comissão de Assuntos Sociais no período de 1989 a 2004 - Brasil**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | Comissão de Assuntos Sociais | |
| Posição (1989 - 2004) | Senadores (%) | Senadoras (%) |
| Presidente | 93,75 | 6,25 |
| Vice-Presidente | 75,00 | 25,00 |
| Titular | 91,04 | 8,96 |
| Suplente | 98,03 | 1,97 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados em www.senado.gov.br/sf e Relatório da Presidência

As tabelas sugerem que na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) as senadoras estão presentes em todos os cargos o que não acontece na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), considerada como masculina e com grande influência dentro da instituição. O número de senadoras titulares na CAS chega a ser quase quatro vezes superior ao da CAE, porém ao descer o grau de importância de cargos observa-se o contrário, ou seja, o número de senadoras suplentes da CAE é superior ao da CAS. Isto pode indicar que em comissões consideradas de maior importância às mulheres são ainda mais relegadas a cargos que pouco exercem influência como, por exemplo, a suplência que é o mero pertencimento a comissão.

Outro dado que chama atenção é a maior proporção de senadoras vice-presidentes do que de titulares na CAS. Devido ao grau de importância do cargo espera-se que o número de senadoras titulares seja superior ao de vice-presidentes, porém deve-se ter em conta que os resultados mostrados nas tabelas são proporcionais a quantidade de cada cargo da comissão. No período estudado duas senadoras foram vice-presidentes e dezesseis foram titulares da Comissão de Assuntos Sociais.

Analisando-se as comissões consideradas de grande relevância dentro da lógica congressual verifica-se que os resultados obtidos seguem padrões similares ao da Comissão de Assuntos Econômicos. As tabelas 4 e 5 trazem, respectivamente, as proporções de senadores e senadoras para cada cargo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) - competente para opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias e emitir parecer sobre as matérias de competência da União[[154]](#footnote-154) - e na Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) – responsável por fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos o da Administração Indireta[[155]](#footnote-155).

**Tabela 4: Posições na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no período de 1989 a 2004 - Brasil**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania | |
| Posição (1989 - 2004) | Senadores (%) | Senadoras (%) |
| Presidente | 100,00 | 0,00 |
| Vice-Presidente | 100,00 | 0,00 |
| Titular | 95,19 | 4,81 |
| Suplente | 96,43 | 3,57 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados em www.senado.gov.br/sf e Relatório da Presidência

**Tabela 5: Posições na Comissão de Fiscalização e Controle no período de 1989 a 2004 - Brasil**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | Comissão de Fiscalização e Controle | |
| Posição (1989 - 2004) | Senadores (%) | Senadoras (%) |
| Presidente | 100,00 | 0,00 |
| Vice-Presidente | 100,00 | 0,00 |
| Titular | 97,09 | 2,91 |
| Suplente | 95,40 | 4,86 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados em www.senado.gov.br/sf e Relatório da Presidência

Evidencia-se pelas tabelas que os cargos de presidente e vice-presidentes na CCJ e na CFC nunca foram ocupados por uma senadora. Embora na CCJ o número de senadoras titulares seja um pouco superior ao de suplente ele ainda é um número pequeno se comparado aos das comissões de políticas sociais como, por exemplo, a CAS que possui a porcentagem de 8,96% de senadoras titulares no período em questão. A CFC segue a tendência da CAE, ou seja, maior número de suplentes do que de titulares mulheres, inclusive com porcentagens dos cargos das comissões bastante similares.

Estes resultados podem ser justificados pelo fato de que a partir de 1991 pelo menos uma senadora esteve presente como titular na CCJ[[156]](#footnote-156) o que não aconteceu nas duas outras comissões – CAE e CFC - que chegaram a ter períodos de até quatro anos sem a presença de nenhuma senadora como ocupante de um cargo titular.

Os dados trazidos nas tabelas 2, 4 e 5 sugerem uma nítida desigualdade de gênero, reflexo da própria instituição, nestas comissões – CAE, CCJ e CFC – que além de pouco possibilitarem a participação das mulheres na comissão às confinam a posições meramente simbólicas dentro da mesma.

A análise das comissões de políticas sociais deixa ainda mais clara a presença de discriminações de gênero dentro do Senado Federal. Observa-se pela tabela 6 que a Comissão de Educação (CE) identificada como uma comissão de política social por tratar de educação, cultura, ensino e desportos[[157]](#footnote-157) apresenta números menos satisfatórios as senadoras que a Comissão de Assuntos Sociais. Enquanto na CAS houve a participação de senadoras em todos os cargos na CE o cargo de presidente foi ocupado exclusivamente por homens. Mesmo para os cargos de vice-presidente a CAS apresenta o dobro da porcentagem. O único cargo que CE apresenta uma porcentagem maior ao da CAS é o de suplente e este, como já destacado anteriormente, é de pouca relevância. As porcentagens de titulares, no entanto, são próximas nas duas comissões - 8,96% na CAS e 8,83 na CE – o que é um dado significativo pois este cargo possibilita uma atuação ativa e não simplesmente figurativa da senadora na comissão.

**Tabela 6: Posições na Comissão de Educação no período de 1989 a 2004 - Brasil**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | Comissão de Educação | |
| Posição (1989 - 2004) | Senadores (%) | Senadoras (%) |
| Presidente | 100,00 | 0,00 |
| Vice-Presidente | 87,50 | 12,50 |
| Titular | 91,17 | 8,83 |
| Suplente | 96,03 | 3,97 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados em www.senado.gov.br/sf e Relatório da Presidência

A tabela 7 mostra a participação de senadores e senadoras na Comissão de Legislação Participativa em funcionamento desde 2003. Embora não haja mulheres nas duas posições diretoras da comissão chama atenção à porcentagem de senadoras titulares. Por ser uma comissão recente torna-se difícil definir um padrão, todavia, é perceptível que segue a tendência das duas outras comissões também identificadas como sendo de políticas sociais, CAS e CE, isto é, ter um número significativo de titulares mulheres.

**Tabela 7: Posições na Comissão de Legislação Participativa\* no período de 2003 a 2004 - Brasil**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | Comissão de Legislação Participativa | |
| Posição (2003 - 2004) | Senadores (%) | Senadoras (%) |
| Presidente | 100,00 | 0,00 |
| Vice-Presidente | 100,00 | 0,00 |
| Titular | 88,24 | 11,76 |
| Suplente | 91,18 | 8,82 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados em www.senado.gov.br/sf e Relatório da Presidência

\* Criada em 2002 (Resolução 64/2002)

Infere-se que para o cargo de titular as comissões de políticas sociais apresentam tendências similares o que não se observa nos cargos de direções das comissões. A relevância da presença de mulheres nas comissões deve ser considerada, portanto, tendo por base o cargo de titular, pois ainda que não seja o de maior visibilidade dentro da comissão ele é importante porque participa das tomadas de decisões.

A partir dos dados evidenciados nas tabelas das comissões até então estudadas é possível concluir que as comissões de políticas sociais não seguem padrões entre si tão similares aos verificados entre a CAE, CCJ e CFC. Desta forma, percebe-se, que não há somente uma hierarquia entre comissões que acaba por confinar as mulheres a algumas delas, mas também dentro das próprias comissões por cargos de maior prestígio. As senadoras além de estarem sub-representadas na maioria das comissões ainda são discriminadas dentro da própria comissão pouco conseguindo cargos diretivos.

O caráter masculino da comissão também ajuda a justificar a menor participação das senadoras em determinadas comissões. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN) não necessariamente é tida como uma comissão de grande relevância dentro do Senado Federal mas é identificada como uma comissão tipicamente masculina por tratar de segurança e de política externa dois assuntos em que homens são vistos como mais aptos a lidarem[[158]](#footnote-158).

A tabela 8 traz as porcentagens de senadores e senadoras na CREDN. Verifica-se a pequena participação real feminina na comissão no período considerado pela análise: não houve senadoras nos cargos diretivos, a porcentagem de titulares é melhor do que na CAE, CCJ e CFC, porém ainda baixa quando comparada com a própria porcentagem de suplentes mulheres da comissão que é superior.

**Tabela 8: Posições na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no período de 1989 a 2004 - Brasil**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional | |
| Posição (1989 - 2004) | Senadores (%) | Senadoras (%) |
| Presidente | 100,00 | 0,00 |
| Vice-Presidente | 100,00 | 0,00 |
| Titular | 94,57 | 5,43 |
| Suplente | 91,56 | 8,44 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados em www.senado.gov.br/sf e Relatório da Presidência

A Comissão de Infra-Estrutura, tabela 9, trata de matérias pertinentes a transportes, obras públicas, recursos geológicos e hídricos e serviços de telecomunicações[[159]](#footnote-159). Embora não seja uma comissão de grande prestígio dentro do Senado Federal ela opina sobre matérias de política *hard* e que envolvem grande quantidade de dinheiro. Desta forma, era esperado que seguisse a tendência da CREDN o que não se verificou. A CI é a única comissão não considerada de política social que teve a presença de senadora[[160]](#footnote-160) como presidente e que apresentou o percentual de titulares mais próximos aos das comissões de políticas sociais.

A maior participação de senadoras nesta comissão é evidenciada a partir de 1997. Até este ano a CI apresentava freqüências muito similares a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. De 1997 a 2005 a comissão contou com a presença de senadoras em todos os anos mantendo a média de duas senadoras titulares por ano ao contrário da CREDN que passou por período de até 4 anos sem a participação de mulheres como titulares.

**Tabela 9: Posições na Comissão de Infra-Estrutura no período de 1989 a 2004 - Brasil**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | Comissão de Infra-Estrutura | |
| Posição (1989 - 2004) | Senadores (%) | Senadoras (%) |
| Presidente | 87,50 | 12,50 |
| Vice-Presidente | 100,00 | 0,00 |
| Titular | 92,99 | 7,01 |
| Suplente | 94,14 | 5,86 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados em www.senado.gov.br/sf e Relatório da Presidência

Os resultados das tabelas das comissões analisadas mostram que a participação de senadores e senadoras em comissões é regida mais pela da relevância da comissão dentro do jogo político do que pelo caráter, feminino ou masculino, dos assuntos tratados pela comissão. Os dados da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e, principalmente, da Comissão de Infra-Estrutura indicam que uma comissão que atue com a política *hard* mas que não tenha uma grande influência na instituição terá mais representantes femininas do que uma comissão que não trate necessariamente de assuntos percebidos como masculinos, como a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, mas que tenha uma posição de prestígio na política.

Com base nesta conclusão é possível afirmar que as prioridades e preferências políticas das senadoras não podem ser colocadas como sociais somente pelo fato das mulheres estarem em sua grande maioria em comissões de políticas sociais. O Senado Federal além de ser um legislativo profissional, ou seja, instituição em que há grande disputa entre seus membros é uma instituição ainda tradicional com forte existência de desigualdades de gêneros. Estes dois aspectos acabam por limitar a ação política das senadoras a certas áreas, pois por serem um grupo novo no Senado e visivelmente pequeno encontram dificuldades de disputarem postos na instituição ficando relegadas a áreas consideradas menos importantes para o jogo político.

As diferenças no acesso a postos de responsabilidade parlamentar entre senadores e senadoras são verificadas, também, na composição da Comissão Diretora da casa. Esta comissão é constituída dos titulares da Mesa, isto é, Presidente, dois Vice-presidentes e quatro Secretários[[161]](#footnote-161). Os suplentes embora substituam os secretários em eventuais ausências não são considerados membros da Mesa.

A tabela 10 mostra as proporções de senadores e senadoras em cada cargo na Mesa Diretora durante todo período em que o Senado Federal contou com a presença de senadoras. A fim de evidenciar desigualdades de gênero no acesso a cargos da comissão o posto de suplente, ainda que não componha a Mesa, foi considerado na pesquisa.

**Tabela 10: Proporções de senadores e senadoras na Mesa Diretora no período compreendido entre 1979 a 2005 - Brasil**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | Mesa Diretora | |
| Posição (1979 - 2005) | Senadores (%) | Senadoras (%) |
| Presidente | 100,00 | 0,00 |
| Vice-Presidente | 96,30 | 3,70 |
| Secretário | 98,15 | 1,85 |
| Suplente | 89,82 | 10,18 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados em www.senado.gov.br/sf e Relatório da Presidência

Como mostra a tabela 10 a participação de senadoras na Mesa Diretora é ínfima. Considerando-se os cargos titulares da Mesa é possível dizer que por somente duas vezes a Comissão Diretora contou com a presença de senadora, pois apenas uma mulher[[162]](#footnote-162) foi Vice-Presidente da Mesa e uma[[163]](#footnote-163) Secretária. Chama a atenção o fato de ter havido, proporcionalmente, mais mulheres Vice-Presidentes que Secretárias, considerando que este é um cargo de menor relevância que aquele. No entanto, deve-se levar em conta que estes valores são proporcionais ao número de vagas para cada cargo sendo que o são quatro secretários e dois vice-presidentes por isso o dobro da porcentagem.

Dos anos de 1979 a 1992 o Senado Federal contou ao todo com a presença de oito senadoras, somente duas eleitas, sendo que neste período nenhuma mulher foi membro da Comissão Diretora. A situação se torna mais grave quando evidencia que o ano de 1998 foi o último a ter uma senadora como membro titular da Mesa. O fenômeno de confinamento a postos de menor relevância política é claramente percebido ao se verificar o percentual de mulheres suplentes, que chega a ser quase o sêxtuplo de secretárias[[164]](#footnote-164), pois a suplência nem mesmo é considerado um cargo componente da Mesa. Como na maioria das comissões ao descer a escala de relevância verifica-se o aumento da representação feminina. Sabendo-se que o cargo de suplência é meramente simbólico é possível concluir que a presença das mulheres na Comissão Diretora é mais quantitativa do que qualitativa, isto é, sua presença pouco influência na tomada das decisões.

Estes dados podem indicar que embora as elites políticas consideram importante para a imagem pública da instituição que as mulheres estejam presentes nos órgãos de governo da Casa as estruturas de poder continuam a favor dos homens. As mulheres são bem-vindas, especialmente em postos de caráter mais simbólicos, porém ainda estão longe de compartilhar com igualdade o poder.

2.2. Análise das Proposições Legislativas

O estudo das proposições legislativas ajuda a delinear o perfil parlamentar. O objetivo desta secção, entretanto, não é homogeneizar a ação de todas as senadoras como se tivessem os mesmos atributos e preferências. Pretende-se mostrar que a existência de desigualdades de gênero na atividade parlamentar verificada na análise das comissões interfere, também, na escolha das questões que serão objetos de proposições pelas senadoras.

No período compreendido entre 1979 a 2005 foram identificadas 896 proposições legislativas[[165]](#footnote-165) realizadas por senadoras. A tabela 11 mostra a porcentagem de cada proposição legislativa no período em questão.

**Tabela 11: Instrumentos Legislativos utilizados pelas senadoras no período compreendido entre 1979 e 2005 - Brasil**

|  |  |
| --- | --- |
| Instrumento legislativo | Porcentagem (%) |
| Projeto de Lei do Senado | 50,45 |
| Requerimento do Senado Federal | 42,19 |
| Proposta de Emenda à Constituição | 3,46 |
| Projeto de Resolução do Senado | 3,01 |
| Projeto de Decreto Legislativo do Senado Federal | 0,89 |
| Total Global | 100,00 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados em www.senado.gov.br/sf

Percebe-se pela tabela 11 que os instrumentos legislativos mais utilizados pelas senadoras são os projetos de lei e os requerimentos. Os dois instrumentos somam quase 95% das proposições legislativas. O projeto de lei dá origem a lei ordinária e refere-se a matéria da competência do Congresso Nacional, com sanção do Presidente da República; o requerimento, apesar de não gerar norma jurídica, também caracteriza o desempenho da função parlamentar pois possibilita a atividade de fiscalização do legislador. Embora ambos instrumentos façam parte da atividade política das parlamentares eles têm tramitações e finalidades diferentes, portanto, devem ser devem ser discutidos em separado.

A tabela 12 compreende a freqüência dos projetos de lei, segundo assunto, apresentados pelas senadoras no período analisado. Destaca-se a porcentagem de projetos relacionados a direitos da mulher. Eles representam 2,88% dos projetos de lei apresentados pelas senadoras. Pode-se dizer que é um número pequeno quando comparado com os demais projetos das parlamentares o que vai de encontro com a teoria de que a mulher no legislativo prioriza assuntos feministas. No entanto, deve-se ter em conta que a bancada feminina que representa somente 9% do Congresso Nacional apresentou a partir do ano 2000, em média, 1/3 do total das proposições da questão feminina, sendo que o ano de 2003 quase assiste à paridade com a participação parlamentar masculina (SANTOS, BRANDÃO & AGUIAR, 2004).

**Tabela 12: Assuntos tratados nos Projetos de Lei apresentados pelas senadoras no período de 1979 a 2005 - Brasil**

|  |  |
| --- | --- |
| Projetos de Lei | Porcentagem (%) |
| Economia | 13,50 |
| Saúde | 10,18 |
| Educação | 9,96 |
| Jurisdição | 8,63 |
| Social | 7,52 |
| Direitos Trabalhistas | 7,08 |
| Geração de Símbolos | 5,75 |
| Fiscalização e Regulação do Estado | 5,31 |
| Criança e Adolescente | 5,09 |
| Necessidades Especiais | 4,20 |
| Assistência Social | 3,10 |
| Direitos da Mulher | 2,88 |
| Minorias Étnicas | 2,43 |
| Família | 2,21 |
| Meio-ambiente | 1,99 |
| Segurança | 1,77 |
| Política | 1,55 |
| Idosos | 1,33 |
| Consumidor | 1,33 |
| Direitos Individuais | 1,33 |
| Trânsito / transportes | 1,11 |
| Cultura | 0,88 |
| Habitação | 0,88 |
| Total Global | 100,00 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados em www.senado.gov.br/sf

Chama a atenção o fato de serem os projetos de lei que tratam de economia os de maior porcentagem. Todavia, deve-se considerar que o objeto economia é amplo englobando economia, finanças, tributos e tarifas diferente dos outros objetos que são extremamente específicos. Portanto, para ter uma noção clara das políticas tratadas pelas senadoras os projetos de lei serão divididos em três grupos: 1) Projetos de Lei de Política *Soft*; 2)Projetos de Lei de Política *Hard* e 3) Demais. As tabelas 13 e 14 mostram, respectivamente, os projetos de lei que se enquadram na política *soft* e na política *hard*, suas porcentagens e o total global de cada tipo de política.

**Tabela 13: Projetos de Lei de Política Soft apresentados pelas senadoras no período compreendido entre 1979 a 2005 - Brasil**

|  |  |
| --- | --- |
| Projetos de Lei de Política *Soft* | Porcentagem (%) |
| Saúde | 10,18 |
| Educação | 9,96 |
| Social | 7,52 |
| Criança e Adolescente | 5,09 |
| Necessidades Especiais | 4,20 |
| Assistência Social | 3,10 |
| Direitos da Mulher | 2,88 |
| Minorias Étnicas | 2,43 |
| Família | 2,21 |
| Meio-ambiente | 1,99 |
| Idosos | 1,33 |
| Cultura | 0,88 |
| Habitação | 0,88 |
| Total Global | 52,65 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados em www.senado.gov.br/sf

**Tabela 14: Projetos de Lei de Política Hard apresentados pelas senadoras no período de 1979 a 2005 - Brasil**

|  |  |
| --- | --- |
| Projetos de Lei de Política *Hard* | Porcentagem (%) |
| Economia | 13,50 |
| Segurança | 1,77 |
| Política | 1,55 |
| Total Global | 16,81 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados em www.senado.gov.br/sf

Evidencia-se mais claramente pela tabela 15 a diferença de porcentagem entre as áreas de concentração dos projetos de lei. Os projetos de lei ligados à política *soft* chegam a ser 3 vezes superior aos ligados à política *hard* confirmado a impressão de que as parlamentares fazem mais projetos de lei de políticas sociais. Este dado poderia levar a conclusão de que as senadoras têm preferência à política *soft*.

**Tabela 15: Áreas de Concentração dos Projetos de Lei apresentados pelas senadoras no período de 1979 a 2005 - Brasil**

|  |  |
| --- | --- |
| Áreas de Concentração | Porcentagem (%) |
| Política Soft | 52,65 |
| Política Hard | 16,81 |
| Demais | 24,78 |
| Total Global | 100,00 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados em www.senado.gov.br/sf

Considerando-se as regras institucionais regidas por desigualdades de gêneros verificadas no estudo das comissões é cabível discutir se a preferência apontada é própria da mulher parlamentar ou se é conseqüência do jogo congressual. A análise dos Requerimentos do Senado Federal pode ajudar a esclarecer esta questão porque além de ser o segundo instrumento legislativo mais utilizado pelas senadoras ele caracteriza uma das funções parlamentares.

Os requerimentos podem ser classificados em três grupos: 1) Fiscalização e Regulação do Estado que são pedidos de informação a Ministro de Estado ou a qualquer titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República; 2) Geração de Símbolos que são homenagens, votos de aplauso, criação de dias comemorativos, batismo de instituições e 3) Pessoal que são os pedidos de licença como, por exemplo, tratamento de saúde, viagens. Por ser trato de assunto pessoal este último grupo foi excluído da análise.

Os Requerimentos de Fiscalização e Regulação do Estado foram subdivididos por assuntos tratados para que se possa saber a áreas de concentração por eles abordadas. A tabela 16 mostra as freqüências dos assuntos tratados pelas senadoras nos requerimentos de acordo com as duas classificações adotadas, isto é, Geração de Símbolos e Fiscalização e Regulação do Estado.

**Tabela 16: Assuntos tratados nos requerimentos pelas senadoras no período de 1979 a 2005 - Brasil**

|  |  |
| --- | --- |
| Requerimentos | Porcentagem (%) |
| Geração de Símbolos | 46,56 |
| Fiscalização e Regulação do Estado / economia | 19,58 |
| Fiscalização e Regulação do Estado / segurança | 4,50 |
| Fiscalização e Regulação do Estado / meio ambiente | 4,23 |
| Fiscalização e Regulação do Estado / política | 3,97 |
| Fiscalização e Regulação do Estado / saúde | 3,70 |
| Fiscalização e Regulação do Estado / questão agrária | 3,44 |
| Fiscalização e Regulação do Estado / assistência social | 2,65 |
| Fiscalização e Regulação do Estado / trânsito / transportes | 1,85 |
| Fiscalização e Regulação do Estado / educação | 1,59 |
| Fiscalização e Regulação do Estado / minorias étnicas | 1,32 |
| Fiscalização e Regulação do Estado / criança e adolescente | 1,32 |
| Fiscalização e Regulação do Estado / direitos trabalhistas | 1,32 |
| Fiscalização e Regulação do Estado / social | 1,06 |
| Fiscalização e Regulação do Estado / cultura | 0,79 |
| Fiscalização e Regulação do Estado / idosos | 0,53 |
| Fiscalização e Regulação do Estado / habitação | 0,53 |
| Fiscalização e Regulação do Estado / direitos da mulher | 0,53 |
| Fiscalização e Regulação do Estado / necessidades especiais | 0,26 |
| Fiscalização e Regulação do Estado / jurisdição | 0,26 |
| Total Global | 100,00 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados em www.senado.gov.br/sf

Utilizando-se da mesma divisão entre política *soft* e *hard* adotada nos projetos de lei foram construídas as tabelas 17 e 18 que mostram os requerimentos que se incluem em cada política, suas respectivas freqüências e a porcentagem total de cada tipo de política.

**Tabela 17: Requerimentos de Fiscalização e Regulação do Estado de Política Soft tratados pelas senadoras no período de 1979 a 2005 - Brasil**

|  |  |
| --- | --- |
| Requerimentos de Fiscalização e Regulação do Estado de Política *Soft*\* | Porcentagem (%) |
| Fiscalização e Regulação do Estado / meio ambiente | 4,23 |
| Fiscalização e Regulação do Estado / saúde | 3,70 |
| Fiscalização e Regulação do Estado / assistência social | 2,65 |
| Fiscalização e Regulação do Estado / educação | 1,59 |
| Fiscalização e Regulação do Estado / minorias étnicas | 1,32 |
| Fiscalização e Regulação do Estado / criança e adolescente | 1,32 |
| Fiscalização e Regulação do Estado / social | 1,06 |
| Fiscalização e Regulação do Estado / cultura | 0,79 |
| Fiscalização e Regulação do Estado / idosos | 0,53 |
| Fiscalização e Regulação do Estado / habitação | 0,53 |
| Fiscalização e Regulação do Estado / direitos da mulher | 0,53 |
| Fiscalização e Regulação do Estado / necessidades especiais | 0,26 |
| Total Global | 18,52 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados em www.senado.gov.br/sf

\* não foram identificados requerimentos relacionados à família

**Tabela 18: Requerimentos de Fiscalização e Regulação do Estado de Política Hard tratados pelas senadoras no período de 1979 a 2005 - Brasil**

|  |  |
| --- | --- |
| Requerimentos de Fiscalização e Regulação do Estado de Política *Hard* | Porcentagem (%) |
| Fiscalização e Regulação do Estado / economia | 19,58 |
| Fiscalização e Regulação do Estado / segurança | 4,50 |
| Fiscalização e Regulação do Estado / política | 3,97 |
| Total Global | 28,04 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados em www.senado.gov.br/sf

Como mostra a tabela 19 a porcentagem de requerimentos de política *hard* é superior a de política *soft*. Embora a diferença não chegue a ser tão ampla quanto à verificada nos projetos de lei ela é significativa, cerca de 1,6 vezes maior. Caso a análise fosse baseada somente em requerimentos chegaria a conclusão de que as senadoras têm preferência à política *hard* e, em especial, a economia já que esta representa quase 70% dos requerimentos desta política. A análise dos dois instrumentos legislativos mais utilizados pelas senadoras mostra, portanto, resultados opostos.

**Tabela 19: Áreas de concentração dos requerimentos apresentados pelas senadoras no período de 1979 a 2005 - Brasil**

|  |  |
| --- | --- |
| Áreas de Concentração dos Requerimentos | Porcentagem (%) |
| Geração de Símbolos | 46,56 |
| Requerimentos de Fiscalização e Regulação do Estado de Política Hard | 28,04 |
| Requerimentos de Fiscalização e Regulação do Estado de Política Soft | 18,52 |
| Demais | 6,88 |
| Total Global | 100,00 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados em www.senado.gov.br/sf

Se fosse partir da premissa que as mulheres são naturalmente inclinadas a políticas sociais o resultado mostrado pela tabela 19 seria contraditório, pois, já que a mulher é mais preocupada com os assuntos sociais, ela teria interesse de fiscalizar prioritariamente as atividades relacionadas a esta área, o que não acontece.

É possível concluir que o requerimento é o instrumento encontrado pelas senadoras para atuarem com êxito nas áreas que dentro do contexto em que trabalham não conseguem. Os requerimentos por serem instrumentos legislativos com exigências regimentais mais simples possibilitam as senadoras exercerem suas atividades fiscalizadoras nas áreas que lhes interessam e não naquelas que o processo decisório impõe.

Portanto, não cabe inferir que as senadoras têm preferência ao social somente pelo fato de fazerem mais projetos de leis ligados à política *soft*. As regras do jogo congressual conduzem a certas atitudes que quando seguidas facilitam a ação parlamentar e isto deve ser levado em consideração. A mulher parlamentar, tal como o parlamentar, tem interesses, prioridades e preferências que lhe são próprias podendo ser ligados à política *soft* e/ou *hard.* Nesse sentido, o perfil ideológico da senadora não deve ser delineado somente por sua condição de representante do gênero feminino mas também pelas normas institucionais estabelecidas que a atividade legislativa precisa obedecer.

**Conclusão**

Após a análise dos resultados das comissões permanentes e proposições legislativas é possível concluir pela existência de desigualdades de gênero no Senado Federal. Os dados das tabelas das comissões evidenciam o fenômeno de confinamento das mulheres senadoras a determinadas comissões e cargos. Este confinamento mostra discriminação de gênero existente na instituição tanto, por achar que a mulher não tem capacidade para lidar com, por exemplo, economia e segurança, quanto e, principalmente, por dificultar a ação política das senadoras colocando-as, muitas vezes, em cargos meramente simbólicos dentro da instituição. Os resultados evidenciados nas proposições legislativas apresentadas pelas senadoras demonstram que a defesa de que as mulheres são naturalmente sensíveis ao social e preocupadas com os outros não passa de um estereótipo de gênero que cristaliza as tendências, opiniões e ações das parlamentares, o que pouco contribui para garantir a igualdade de representação de mulheres e homens nas instituições legislativas.

Os resultados analisados, confrontados com o referencial teórico da pesquisa, mostram que a lógica congressual interfere no trabalho das senadoras e, portanto, não se deve caracterizar a atuação da representante somente com base em algumas constatações visto que a ideologia patriarcal que privilegia o gênero masculino ainda está fortemente presente na instituição.

Este trabalho teve como intenção mostrar a existência de desigualdades de gênero no Senado Federal a fim de contribuir com a literatura especializa sobre a temática e chamar a atenção para as discriminações que as mulheres sobrem na elite congressual, com isso pensar em mecanismos que possibilitem uma maior igualdade de disputa dentro das instituições como cotas por cargos nas comissões. A pesquisa, no entanto, apresenta algumas limitações. No estudo das proposições legislativas seria interessante trabalhar com mais dados comparativos entre senadoras e senadores a fim de saber até que ponto a lógica congressual está presente nas ações dos parlamentares. Todavia, há uma grande dificuldade de obter tais dados e a construção deles exige grande disponibilidade de tempo e recursos.

O trabalho não teve o objetivo de estudar a ação política das senadoras, pois seria necessária uma análise que incluísse discursos, entrevistas, dados socioeconômicos, orientações políticas etc. Todavia abre-se o caminho para pesquisas futuras tanto para estudos que tenham o mesmo objetivo deste quanto para pesquisas que procurem analisar os trabalhos desenvolvidos pelas parlamentares.

Bibliografia

**AVELAR, Lúcia,** O Segundo Eleitorado – tendências do Voto Feminino no Brasil. **Campinas, Unicamp, 1989.**

**BARROS LIMA, Nadia R. L.,** Movimento de Mulheres: um delineamento das tendências ideológicas. **Cadernos do CEAS, n. 121, pp. 19-30, maio/junho 1989.**

BUSBY**,** Nicole**;** MACLEORD, Calum **Maintaining a Balance: The Retention of Women MPs in Scotland.** Parliamentary Affairs; n. 55, 1, 2002, pp 30 – 42.

CAMMISA, Ane Marie; REINGOLD, Beth **Women in States Legistatures and State Legislative Research: Beyond Sameness and Difference**. State Politics and Policy Quarterly, Vol. 4, n. 2 (Summer 2004): pp. 181–210

DAHRENDORF, Falf, **Ensaios de Teoria da Sociedade**, Rio de Janeiro: Zahar, São Paulo: USP, 1974.

FOX, Richard L; LAWLESS, Jennifer L. **Entering the Arena? Gender and the Decision to run for Office**. American Journal of Political Science. v.48, n.2, pp.264-280, April 2004

FOX, Richard; OXLEY, Zoe M. **Gender Stereotyping Elections: Candidate Selection and Success**. The Journal of Politics, v.65, n.3, pp.833-850, August 2003.

FREEDMAN, Jane **Women in the European Parliament**. Parliamentary Affairs, n. 55, 1, pp. 179 – 188, January 2002.

GROSSI, Mírian Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros **Transformando a diferença: as mulheres na política.** Revista Estudos Feministas, v. 9, n.1, pp. 167-206 , 2001.

HERNSON, Paul; STOKES, Atiya K. **Women Runinning “as Women”: Candidate Gender, Campaign Issuis, and Voter - Targeting Strategies**. The Jounal of Politics, v. 65, n. 1, pp. 244-255, February 2003.

MASCHIO, Jane Justina **Eficácia/ineficácia do sistema de cotas para as mulheres**. Resenha eleitoral: nova série, v.10, n.1, p. 46 –62, jan/jun. 2003.

MIGUEL, Luis Felipe **Política de interesse, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”**. Revista de Estudos Feministas, v.9, n. 1, p. 253 – 267, 2001.

MONZÓN, Ana Silvia **El Machimo, mito de supremacía masculina**. Nueva Sociedad, pp. 148-155, enero-febrero 1988.

PIERRE, Bourdieu **A dominação masculina**; tradução Maria Helena Kühner – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

ROSS, Karen **Women´s Place in “Male” Space: Gender and Effect in Parliamentary Contexts**. Parliamentary Affairs, n.55, v.1 , pp. 189 – 201, 2002.

SANTOS, Eurico A. Gonzalez Cursino. **Estudo sobre os tipos de iniciativas legislativas tomadas por mulheres parlamentares no Congresso Nacional***.* Consultoria Legislativa do Senado Federal, 2004.

SANTOS, Eurico; BRANDÃO, Henrique; AGUIAR, Marcos. **Um Toque Feminino: Recepção e formas de tratamento das proposições sobre questões femininas no Parlamento brasileiro, 1826-2004**. Proposições legislativas sobre questões femininas no Parlamento Brasileiro, 1826-2004. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Arquivo, 2004.

Senado Federal.Brasil. **Senadoras: dados biográficos : 1979 /2004**. Brasília: Senado Federal, subsecretaria de Arquivo, 2004.

SWERS, Michele **Understanding the Policy Impact of Electing Women: Evidence from Research on Congress and State Legislatures**. Political Science and Politics, v 2, n. 34, pp. 217 – 20, 2001.

VALIENTE, Celia; RAMIRO, Luis; MORALES, Laura. **Mujeres en el parlamento : un análisis de las desigualdades de género en el Congresso de los diputados**. Revista de Estudios Políticos, n.121, p.179-208, jul./sep. 2003.

VERUCCI, Floriza **A Eficácia do Direito Igualitário nas Relações de Gênero.** Revista Brasileira de Estudos Políticos, n. 72, pp. 149-155, jan. 1991.

www.senado.gob.br/sf

|  |  |
| --- | --- |
| Nome : ABORTO LEGAL POR ESTUPRO E RELAÇÕES DE GÊNERO: A sociedade respeita e o Estado garante | **A 010**  **Menção**  **Honrosa** |
| Autora/o: Lorena Cardoso Mangabeira Campos |
| Orientadora/o : Patrícia Figueiredo Marques |
| IES FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS -FTC  CURSO: Enfermagem |
| Cidade/Estado: Salvador-Ba -2005 |
| Outras Informações: Estudante de Graduação |

**INTRODUÇÃO**

A mulher, como membro da família e sócio-culturalmente imbuída da responsabilidade de cuidar dos demais, desempenha diferentes papéis que são perpassados por relações de desigualdade. A divisão sexual do trabalho, tanto no âmbito produtivo quanto reprodutivo, reforça esta desigualdade. Entretanto, deve-se salientar que a expressão dessas situações varia em intensidade de uma sociedade para outra e a depender do contexto histórico.

As relações sociais são permeadas por situações de poder entre indivíduos ou grupos. Nas interações entre homens e mulheres, a existência de conflitos e da própria violência se faz presente desde os primeiros registros históricos, sendo condenado ou valorizado a depender do contexto. Estas relações entre os sexos justificadas pela cultura, história, política ou economia podem ser chamadas de relações de gênero.

Cientificamente apresentado, nos anos 60, como uma categoria útil de análise histórica, o gênero, e todas as relações entorno dos papéis sexuais influencia e é influenciado pela sociedade (SCOTT, 2000). No caso da situação de violência quando se usa “justificações” no sexo para existência e continuidade da mesma pode-se considerar uma violência de gênero.

Violência de gênero pode ser conceituada como qualquer ato que resulta ou possa resultar em dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, inclusive ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária de liberdade em público ou na vida privada, assim como castigos, maus tratos, pornografia, agressão sexual e incesto (KRONBAUER, MENEGHEL,2005).

Ao longo da história cultural brasileira foram construídas, dentro das relações de gênero, desigualdades em relação à mulher na família e na sociedade. Pode-se exemplificar pela divisão sexual do trabalho no espaço público e privado, na qual no primeiro as condições de trabalho, como remuneração, são diferenciadas tanto numa perspectiva de gênero como em outras dinâmicas relacionais. No privado, fica sobre a responsabilidade da mulher o cuidado, produção/reprodução da saúde. Conseqüentemente, a conservação dessas discriminações, tais como, a gravidez no corpo dela e assim responsabilidade da mesma, obrigação em cuidar dos membros, quase nula a divisão justa do trabalho sexual, reprodutivo e produtivo estabelece situações desfavoráveis às mulheres sendo reforçadas por práticas de violência física, sexual, psicológica e na saúde.

Segundo Barsted (1999, p. 95) “a manutenção da mentalidade de que os homens são superiores as mulheres, e de que a "natureza masculina" confere ao homem o poder no espaço público e no espaço privado, estão na base cultural que legitima a violência contra a mulher”.

Dentre as violências sofridas pelas mulheres está o estupro que constitui uma das situações de violência sexual, definido pelo Ministério da Saúde (1999, p. 18) “como todo ato de penetração oral, anal ou vaginal utilizando o pênis ou objetos e cometido à força ou sobre ameaça, submetendo a vítima ao uso de drogas ou ainda quando esta for incapaz de ter julgamento adequado”.

No entanto, a definição do Código Penal, 1940, delimita os casos de estupro à penetração vaginal e mediante violência restringindo-o à apenas penetração vaginal, desconsiderando outras situações de violência que a mulher está sujeita e que são tão constrangedoras quanto à outorgada. Isso numa perspectiva de gênero também exclui a visibilidade da violência sexual contra o sexo masculino, já que não possuem uma vagina na perspectiva biológica e limitante, mas que também sofre com a violência.

Pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde (2002, p. 07) em Delegacias Especiais de Atendimento a Mulher, em 1993, registrou 11 mil estupros em 12 grandes cidades brasileiras e uma agressão à mulher a cada 4 minutos. Na garantia da cidadania destas mulheres, o mesmo Código Penal de 1940, assegura na Legislação Brasileira, o direito ao aborto através do artigo 128 quando a gravidez indesejada resulta de violência sexual (estupro) ou quando há risco de morte para a gestante.

Entretanto, esta lei não regulamenta como se processa na prática de saúde o cumprimento deste direito. O estabelecimento do primeiro serviço de aborto legal no país ocorreu no final da década de 80, em São Paulo. Isto demonstra que mais de quarenta anos depois da promulgação é que as mulheres tiveram acesso ao seu direito. No estado da Bahia existem dois serviços de aborto legal, para atender os 417 municípios e foram implantados no início do século XXI.

Além do estabelecido por lei, o aborto provocado é considerado como crime na legislação brasileira, com possibilidade de prisão para mulher e quem a auxiliar. Isto não impede que as práticas abortivas, em muitos casos, inseguras, sejam realizadas. Segundo Cavalcante (2005, p.09),

[...] ocorrem mais de 1 milhão de abortos anualmente no Brasil, que cerca de 250 mil mulheres são internadas anualmente no SUS – Sistema Único de Saúde – por complicações de abortos clandestinos; que abortos desse tipo configuram a 4ª causa de mortalidade materna; que o aborto clandestino acarreta a 2ª ocorrência de obstetrícia no SUS, sendo as mulheres mais afetadas pela legislação punitiva do aborto as mulheres negras, jovens e pobres.

Diante destas desigualdades das relações de gênero sentiu-se a necessidade de conhecer e discutir o enfoque de gênero acerca do aborto legal após estupro para melhorar a assistência de saúde e contribuir para a equidade entre homens e mulheres levando conhecimento para o meio acadêmico.

Baseada nas condições expostas acima se pergunta: Qual o uso da categoria gênero na produção de conhecimento em artigos nacionais e internacionais sobre aborto legal pós-estupro no Brasil? E para reflexão o objetivo deste artigo é identificar o uso da categoria gênero na produção de conhecimento em artigos nacionais e internacionais sobre aborto legal pós-estupro no Brasil.

**CONSEQUÊNCIAS E RAÍZES DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER - algumas reflexões de gênero**

Gênero entendido como relações entre mulheres, homens e mulher-homem, foi utilizado como categoria de análise especialmente em estudos sobre mulheres e suas relações com homens, sem, contudo restringir seus usos a este tipo de interação (SCOTT, 2000). A partir de estudos sobre a mulher, desenvolveu-se o conceito de gênero, os quais desconstroem as categorias “sexo feminino/sexo masculino” e apontam aspectos sociais e políticos, antes, incorporados com os aspectos biológicos nessas categorias.

Para Giffin (1994, p. 05), “a anatomia não é destino e o corpo feminino não determina a condição social da mulher”, ou seja, essas diferenças biológicas cujo significado principal são as diferenças genitais não podem definir socialmente os papéis de homem e mulher.

O primeiro espaço de convivência e interação de homens e mulheres é a família. Desde sua origem, a família é identificada como a principal instituição social que organiza as relações sexuais entre os gêneros. O controle social atuava diretamente sobre o corpo das mulheres, cuja identidade principal era a de mãe, e cuja sexualidade era socialmente aceita na reprodução de filhos legítimos. Esse controle sobre a sexualidade é na visão de Bleier (1984 *apud* GIFFIN 1994, p. 06) o método por excelência das culturas patriarcais, o qual controla cotidianamente as mentes e os corpos das mulheres.

A família é definida como “um terreno privilegiado para o aprendizado de normas, valores e técnicas de violência” (PRADO; OLIVEIRA, 1982, p. 08). A partir do momento que o marido pensa ser detentor dos direitos legais sobre suas esposas, inclusive do direito ao controle pela violência física, a família torna-se um campo de guerra, protegido pelo silêncio sobre o que ocorre “entre quatro paredes”, tão reproduzido pelo ditado popular brasileiro: “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”.

Há décadas a mulher é identificada com a natureza/corpo/emoção, e o homem com a cultura/mente/razão, segundo Seidler (1987, p. 87 *apud* GIFFIN 1994, p. 07) as mulheres são vistas como “constantemente tentando os homens a desviarem do caminho da razão e da moralidade”, frase que demonstra pensamento arcaico, com traços fortes que levam a reflexão sobre a criação de Adão e Eva. O autor acima diz que a mulher é sedutora, pecadora, responsável pela atração sexual do homem e, portanto, guardiã da moralidade. Seguindo o mesmo raciocínio, o qual se discorda, a mulher sempre pode ser culpada pelos ataques sexuais que ela “atrai”, ou seja, ela pede para ser estuprada.

Heise (1994 *apud* GIFFIN 1994, p. 08) conclui que a violência é:

Um fenômeno extremamente complexo, com raízes profundas nas relações de poder baseada no gênero, na sexualidade, na auto-identidade e nas instituições sociais e que em muitas sociedades, o direito (masculino) a dominar a mulher é considerado a essência da masculinidade.

No caso do estupro, que representa a violação física, psicológica e moral da pessoa, as conseqüências podem durar anos. Segundo Kaplan; Sadock; Grebb (1997) a vítima de estupro sofre choque e medo próximos do pânico, tendo como motivação principal manter-se viva. Para os mesmos autores, após o estupro “a mulher pode experimentar vergonha, humilhação, confusão, medo e raiva”.

Os efeitos psicológicos crônicos do estupro se enquadram nos distúrbios de stress pós-traumático, algumas dessas mulheres quando equilibradas sexualmente podem reassumir relacionamentos sexuais com homens, outras se tornam fóbicas à interação sexual.

Na discussão sobre as conseqüências do estupro para a saúde, Heise (1994 *apud* GIFFIN 1994) aponta dois tipos: não mortais e mortais. As não mortais ainda são caracterizadas como, de caráter físico, tais como dor de cabeça, dor abdominal, infecções vaginais, gravidez, lesões, doenças sexualmente transmissíveis (DSTs); e mentais, tais como depressão, ansiedade, comportamento obsessivo compulsivo. Já, as mortais pode-se considerar o suicídio e o homicídio. Neste conjunto pode-se incluir ainda as conseqüências de uma gravidez interrompida, como infecção puerperal, hemorragias, esterilidade, entre outras.

Segundo Gray (1988), a mulher sofre no estupro, danos físicos os quais geralmente se localizam nos órgãos genitais femininos tanto internos (ovários, tubas uterinas, útero e vagina) como externos (lábios maiores e menores do pudendo, clitóris, bulbo do vestíbulo e as glândulas vestibulares maiores).

O estupro pode ser realizado usando o pênis ou objetos que causam lesões como escoriações, equimoses, hematomas e ferimentos não apenas no canal vaginal, mas também nos grandes lábios e períneo. Essas lesões podem ser dolorosas e sangrar profusamente. Quando o estupro resulta em gravidez, a lei garante o aborto e este deve ser feito por via endo-cervical. Conforme Croce (1998, p. 757) os métodos mais utilizados são os Cirúrgicos e o Método Karman, o qual consiste em:

Aspirar o ovo por pressão negativa, pela introdução de uma cânula após a dilatação do colo do útero com velas seriadas de Hegar, conectando a um recipiente completamente vazio ao qual se adapta uma seringa hipodérmica para fazer vácuo ou então utiliza-se à aspiração elétrica de pressão regulada com uma bomba aspirante e um monômetro controlador, sob anestesia.

O mesmo autor divide os métodos cirúrgicos em micro cesariana e curetagem uterina:

A micro cesariana é tecnicamente idêntica à cesariana segmentar transversa. Tem os mesmos riscos inerentes a ela. É empregada para preservação de nascimento vivo cujo estágio de desenvolvimento é de monta a impedir a passagem do feto pelo canal cervical e colo do útero. A curetagem uterina consiste na raspagem, por curetas, das paredes da matriz, prévia dilatação do colo por velas metálicas de HEGAR, para deslocar o ovo e a placenta para o exterior, sob sedação ou sob anestesia, preferencialmente geral.

O Ministério da Saúde coloca como meio de realização do aborto, a dilatação do colo uterino e curetagem e aspiração manual intra-uterina (AMIU).

A dilatação do colo uterino deverá ser realizada em centro cirúrgico, sob anestesia, com administração de um comprimido de misoprostol intravaginal até que a dilatação seja suficiente para introdução da pinça de Winter a qual servirá para a tração das membranas ovulares sendo seguida pela curetagem da cavidade uterina. Já o AMIU consiste em dilatar o colo uterino até que fique compatível com a idade gestacional. Introduz-se a cânula correspondente e se procede à aspiração da cavidade uterina, tomando-se o cuidado de verificar o momento correto do término do procedimento, ocasião esta em que se sente à aspereza das paredes uterinas, a formação de sangue espumoso e o enluvamento da cânula pelo útero, em que as pacientes sob anestesia paracervical refém cólicas. (BRASIL, 1999)

***PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO***

O uso do conceito de gênero nas pesquisas em saúde contribui para ampliar a compreensão sobre o processo saúde-doença-cuidado, como também pode modificar os modelos assistenciais e expandir novas frentes de estudos e resoluções de problemas (AQUINO; BARBOSA; HEILBORN, 2003). Mesmo sendo crescente, o uso do gênero como categoria de análise ainda é insuficiente sendo importante o desenvolvimento de pesquisas, principalmente na área de saúde. (AQUINO, 2005).

Para o alcance do objetivo proposto, decidiu-se por fazer um estudo de caráter exploratório, pois segundo Gil (2002, p.41), “a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”.

Desta maneira, a fim de alcançar o objetivo proposto está pesquisa trata-se de uma revisão bibliográfica, realizada em todos os periódicos científicos nacionais e internacionais que apresentassem artigos cujo enfoque fosse relações de gênero na prática do aborto legal após estupro. Tais produções textuais deveriam referir-se a realidade brasileira, com publicação no intervalo de 1993-2005, nas línguas portuguesa, inglesa e/ou espanhola. A pesquisa na internet foi através da Biblioteca Regional de Medicina – BIREME em três bancos de dados: BDENF, Lilacs e Medline.

As combinações de descritores foram mescladas por combinações duplas (aborto and gênero; aborto and estupro; aborto and legal; aborto and religião; aborto and violência; violência and religião; gênero and religião); triplas (aborto and legal and gênero; aborto and violência and sexual; aborto and violência and mulher; aborto and homem and mulher; aborto and direito and sexual; aborto and direito and reprodutivo; aborto and legal and mulher; aborto and legal and estupro; aborto and legal and violência; aborto and legal and homem; direito and reprodutivo and religião); e quádruplas (aborto and legal and mulher and estupro; aborto and legal and violência and mulher; aborto and legal and gênero and mulher; aborto and legal and gênero and violência).

Os resultados foram organizados em gráficos onde foram identificados as combinações dos descritores utilizados e a freqüência de artigos publicados em cada uma das três fontes de dados, sendo que, a análise dos dados encontrados deu-se a partir da observação da freqüência desses artigos acompanhada de uma reflexão com enfoque de gênero do conteúdo apresentado nestas produções textuais.

**RESULTADOS**

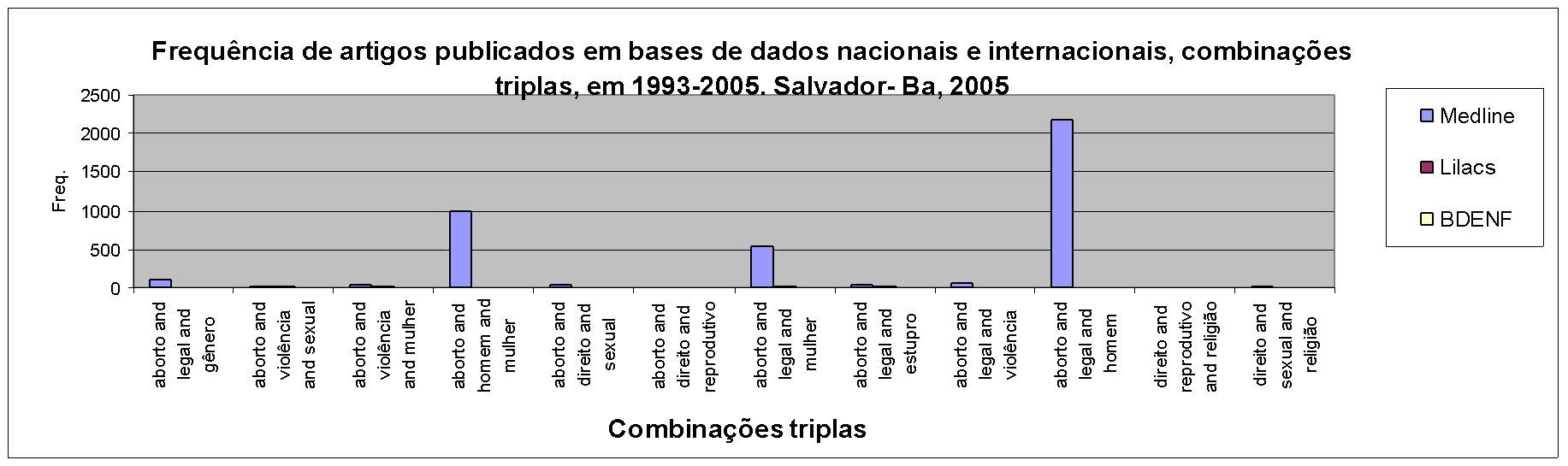
No levantamento bibliográfico realizado nas bases de dados virtuais foram encontrados 7.843 artigos publicados, destes, 7.486 fazem parte do banco de dados do Medline, 339 do Lilacs e 18 do BDENF, os quais estão distribuídos de acordo com as seguintes combinações: duplas (3.407 no Medline, 239 no Lilacs e 11 no BDENF); triplas (4.008 no Medline, 93 no Lilacs e 7 no BDENF); e quádruplas (71 no Medline, 7 no Lilacs e 0 no BDENF); podem ser conferidos nos gráficos 1, 2 e 3.

**GRÁFICO 1**



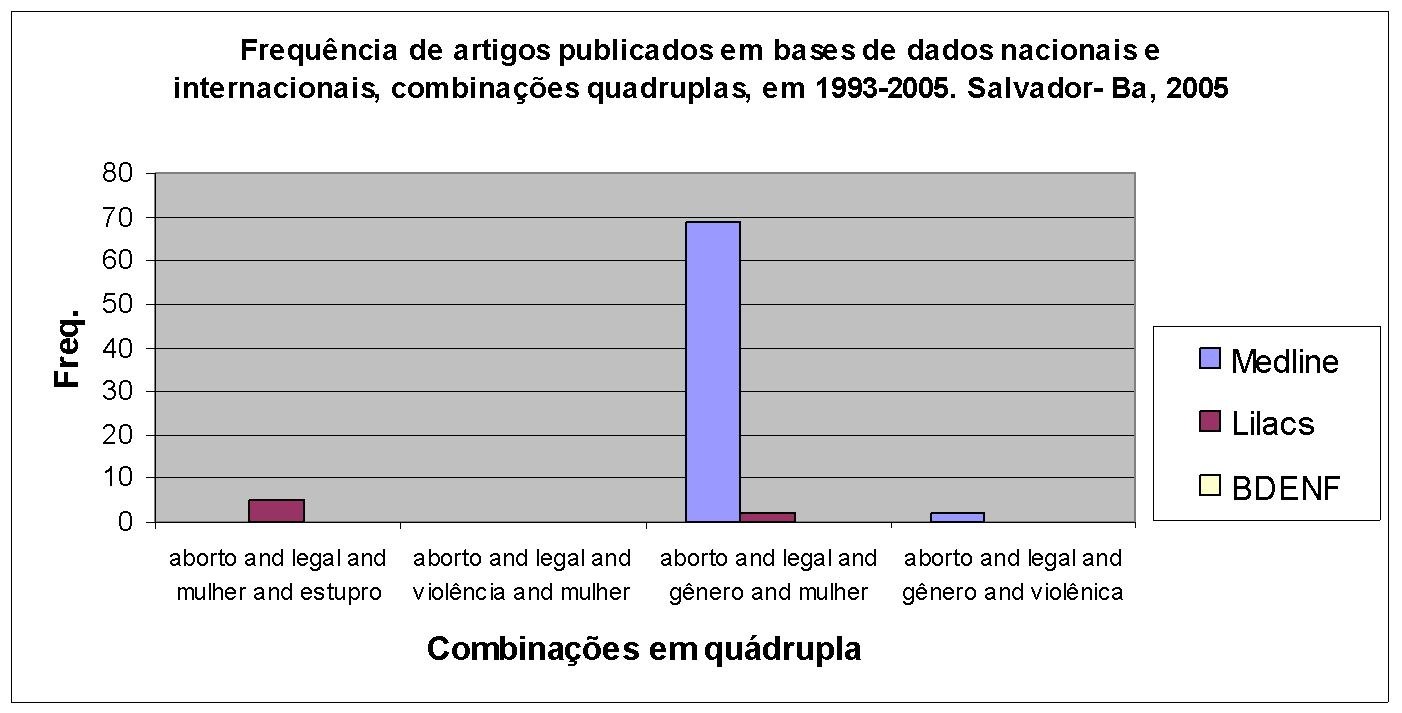
FONTE: dados da pesquisa

**GRÁFICO 2**



FONTE: dados da pesquisa

**GRÁFICO 3**



FONTE: dados da pesquisa

Verificou-se que desses artigos, 7.816 foram excluídos, por não atenderem aos critérios de inclusão e/ou por serem comum (repetidos) a mais de um dos bancos de dados pesquisados; portanto a amostra/análise foi constituída por 27 publicações, 9 provenientes do Medline, 16 do Lilacs e 2 do BDENF.

Em relação à temática, essas publicações foram as que mais se aproximaram do estudo do tema, abordando questões como comportamento dos profissionais de saúde frente à prática do aborto legal; aborto provocado; gênero, poder, sexualidade e violência; violência conjugal e a influência na decisão de abortar; desqualificação de profissionais dos serviços especializados em aborto legal; influência religiosa sobre tal questão; as leis que regem o país e o aborto.

**ANÁLISE E DISCUSSÃO**

As publicações consultadas no sistema Bireme nos últimos treze anos acerca da temática podem ser consideradas inexpressivas. Isto porque existem poucas publicações abordando o tema aborto legal pós-estupro no contexto brasileiro e praticamente as questões de gênero não são diretamente abordadas nos artigos publicados criando uma lacuna de conhecimento sobre o tema.

Percebeu-se que o Banco de Dados de Enfermagem - BDENF, não atende as expectativas no que se refere às publicações científicas, pois apresentou menor quantidade de artigos, sendo que a maioria destes já estava disponível em outros bancos de dados. Uma vez que, o acesso a periódicos de qualidade na enfermagem é um importante instrumento para divulgação na comunidade científica da produção teórica da profissão e se manifesta, principalmente, na abordagem temática dos Congressos Brasileiros de Enfermagem e nos Seminários de Pesquisa em Enfermagem ao longo dos últimos dez anos, faz-se necessário à atualização e aprimoramento da qualidade dos artigos publicados.

Também se deve registrar que a primeira publicação encontrada numa busca sistemática foi em 1961, num dos números da Revista Brasileira de Enfermagem. Este periódico corresponde a um importante meio de comunicação e divulgação científica da área, o que reforça a importância de atualização constante do BDENF.

No levantamento realizado verificou-se a falta de qualidade na produção dos resumos, como a presença dos elementos mínimos na elaboração dos mesmos (introdução, objetivo, metodologia, resultados e considerações). Essa “precária elaboração” também compromete na utilização dos mesmos como referência, pois em sua maioria há insuficiência ou ausência de aspectos/conteúdos importantes enfatizando os temas aborto legal, estupro, gênero no contexto brasileiro. Isto pode ser justificado pelo déficit de registros e/ou sub-registro referentes ao aborto legal secundário ao estupro.

Loureiro; Vieira (2004) diz que a maior parte dos serviços de saúde não está preparada para atender as mulheres em situação de violência e, particularmente, os casos de estupro. A partir da análise dos artigos selecionados constatou-se que há necessidade de capacitação dos profissionais de saúde perante a prática do aborto legal, já que esses têm resistência em realizar o aborto por falta de conhecimento da lei, oferecendo dessa maneira atendimento desqualificado. Dentre as principais dificuldades dos profissionais de saúde em lidar com a questão do aborto legal está a pouca ocorrência de casos de gravidez pós-estupro, o temor de serem enganados pelas mulheres, a rejeição do aborto e proteção do feto.

As profissões de saúde fazem um juramento de salvar vidas e por isso, necessitam de mudanças de valores para lidar com a questão do aborto uma vez que muitos profissionais sentem o peso de tal juramento no momento da realização desse procedimento. Para Loureiro; Vieira (2004, p. 04), “os médicos têm as mesmas limitações do meio a que pertencem e as mesmas ambigüidades, e estão tolhidos pela hipocrisia dos costumes”.

Todos os cursos de saúde que têm a possibilidade de trabalhar nessa área deveriam desde a formação acadêmica, debater/refletir a questão do aborto para que haja uma melhor preparação desses profissionais que atenderão mulheres vítimas de violência e que necessitarão realizar um aborto proporcionando, acima de tudo, a ética profissional, o respeito à mulher e a sua decisão. Algumas ações voltadas à inclusão da temática gênero na formação de graduação na área de saúde ocorre no curso de enfermagem das universidades públicas e algumas privadas.

Sabe-se que muitas grávidas em situação de estupro, provavelmente ainda não têm acesso ao aborto legal, já que é relatado pelo Ministério da Saúde (1999) o alto número de estupros contra a baixa solicitação de realização do procedimento nos poucos serviços especializados. Talvez por não conhecerem seus direitos e/ou terem medo da “re-vitimização” por parte de profissionais, essas mulheres acabam realizando um aborto ilegal. De acordo com artigos pesquisados muitos abortos são feitos com o uso de misoprostol, podendo causar malformações fetais, morte materna por ruptura uterina ou levar a um aborto incompleto necessitando de atendimento hospitalar, para realizar curetagem, dentre outras, causando custos ao sistema saúde. Nestes casos a garanti de acesso à medição de qualidade também deve ser levando em consideração na contribuição do risco de vida das mulheres.

Algumas mulheres usam drogas inespecífica, chás abortivos ou recorrem a locais que fazem abortos clandestinos. Essas mulheres estão sujeitas às complicações pós-aborto dentre elas infecções e esterilidade. Na Bahia, a realização do aborto ilegal tem um agravante que é o estado só oferecer dois serviços para realização do aborto legal, sendo um na capital e outro no interior. A violência institucional inicia-se na peregrinação da procura de um leito hospitalar, agravando-se pela discriminação dos profissionais e no ato de assistir.

A violência é assim considerada nas relações interpessoais dentro de um processo histórico sócio-econômico e cultural que o contextualiza. No âmbito conjugal, os artigos encontrados relatam que a violência doméstica proveniente das relações desiguais de gênero influencia na decisão da mulher pelo aborto, seja um ato praticado para desvencilhar-se de mais um vínculo com o agressor ou por imposição do mesmo. Evidenciando a importância de ampliar e trazer a discussão para o campo da saúde, perpassando à adequação dos programas, oferecendo acolhimento humanizado a essas mulheres.

Como o aborto provocado é uma das principais causas de mortalidade materna no Brasil, há uma produção de artigos que visam saber opiniões das mulheres sobre a legalização do aborto. Nestes percebeu-se que quanto maior a escolaridade e a renda, mais favoráveis são as opiniões sobre a legalização do aborto. Indiretamente nestes artigos o gênero é abordado, pois a construção da identidade de gênero é estruturada em questões como a escolaridade, dentre outras.

Porém, estes artigos apenas traçam o perfil dos entrevistados, caracterizando os grupos em: favoráveis e não favoráveis ao aborto legal. Ao invés de somente traçar perfis, os pesquisadores precisam preocupar-se em saber o porquê de serem favoráveis ou não. Desta forma será possível relacionar e discutir a influência das questões de gênero nessa temática, uma vez que estas são tão importantes.

É sabido, através do senso comum, que as religiões influenciam na decisão de não abortar, mesmo nos casos assegurados por lei. Há pouquíssimos escritos científicos sobre religião e aborto no contexto brasileiro. Na pesquisa realizada, utilizou-se apenas um artigo, o qual abordava a ideologia católica frente aos direitos reprodutivos, sendo que nada foi encontrado referente a outras religiões. Kissling (1998, p. 06),

[...] os católicos ao redor do mundo não seguem a doutrina Católica Romana oficial em assuntos de sexualidade e reprodução, que inclui a posição de que a contracepção até mesmo para casados, sempre é má, e que o aborto provocado, ainda que para salvar a vida da mulher, nunca é justificado moralmente e nunca deveria ser considerado legal.

A Igreja não proíbe de forma absoluta tirar a vida, baseando-se na teoria da “guerra justa”, ou seja, quando se pode matar em certas circunstâncias, tais como, em defesa contra um agressor injusto, proteção da integridade da Nação e proteção de valores vistos como iguais ao da própria vida, sendo estas justificativas dirigidas para homens.

Kissling (1998) faz uma crítica ao posicionamento da igreja católica, uma vez que homens têm autonomia em tirar a vida, mas as mulheres mesmo em situação de estupro não podem utilizar-se das justificativas citadas acima, pois não são reconhecidas como adultos morais competentes, capazes de tomar decisões adequadas sobre a vida. O artigo traz uma reflexão sobre o paradigma conservador defendido pela Igreja, que contribui para as desigualdades de gênero.

O texto ainda descreve como a igreja influencia de maneira conservadora em questões ligadas a sexualidade e reprodução, como por exemplo: condenando o aborto em qualquer circunstância, prática esta que provoca uma distância entre as suas posições e o ponto de vista dos fiéis, contudo, acaba por interferir nas ações destes, seja no âmbito político e/ou ideológico.

Esta reflexão ao ser trazida para o campo do Direito, no caso do Código Penal Brasileiro, classifica o aborto entre os crimes contra a vida, que são subclasse dos crimes contra as pessoas. Não se pune o aborto praticado por médico se não há outro meio de salvar a vida da gestante ou em caso de gravidez resultante de estupro (artigo 128). Assim mesmo, a expressão “não se pune” dá margem para se considerar que, para a legislação, qualquer forma de aborto continua sendo crime, ainda que não passível de punição.

Algumas pesquisas sobre indicações maternas, "na visão obstétrica da prática atual, têm em mira evitar o agravamento da doença da gestante, enquanto a lei Brasileira subentende que somente quando a piora caminha para o óbito é a intervenção permitida" (LOUREIRO; VIEIRA, 2004).

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A identificação do uso da categoria gênero na produção de conhecimento em artigos nacionais e internacionais sobre aborto legal pós-estupro no Brasil foi possível, contudo durante a pesquisa bibliográfica percebeu-se que a temática aborto legal pós estupro e gênero é pouco discutida na sociedade/ meio científico brasileiro e isto gera uma lacuna de conhecimento sobre o tema. Abrir espaço no meio científico e mobilizar/ esclarecer a sociedade quanto à importância do tema é uma forma de despertar o interesse de pesquisadores para que se preencha essa lacuna.

Os homens têm papel fundamental no processo da fecundação, porém não sofrem a criminalização do aborto, fato este que evidencia as desigualdades de gênero, uma vez que direta e/ou indiretamente abortam. A participação dos homens nas questões sobre saúde sexual e reprodutiva foi abordada em pesquisa realizada por Aquino, Heilborn, Knauth, et al. (2003). Nesta, em três grandes capitais brasileiras, os maiores índices de homens que referem “terem abortado” (lembrar/relatar que companheira(s) realizou/realizaram alguma prática abortiva) encontram-se em Salvador.

O aborto legal por estupro é um ato que responde a uma necessidade que é só das mulheres. O movimento de mulheres, entre estes o feminista, coloca ainda que, como “nosso corpo nos pertence” as discussões sobre o aborto mesmo que os homens participem, continua sendo uma decisão da mulher no final. No caso de situação de estupro, o Estado ao negar este acesso contribui para acentuar as diferenças sexuais, sendo sua obrigação garantir serviços públicos que informem e atendam com qualidade as vítimas de estupro.

Um ponto que merece reflexão é perguntar por que o estado da Bahia só oferece dois serviços especializados para realização do aborto legal? A Bahia por ser um estado com 417 municípios deveria dispor de mais serviços especializados para a prática legalizada do aborto, uma vez que este é um direito da mulher. Nota-se então, uma contradição entre a Constituição e a realidade, havendo uma necessidade de reformulação/implementação das leis para assegurar os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

O sistema de saúde desempenha papel fundamental na identificação de mulheres em situação de violência. Acredita-se que para enfrentar a violência o setor saúde deve manter-se atualizado quanto à incidência e a prevalência da violência, levando em consideração as questões de gênero.

O atendimento à vítima de estupro é complexo, necessitando de cuidados de uma equipe multidisciplinar, tanto policiais quanto profissionais de saúde, devendo estes estarem preparados para conduzir o caso, evitando que a mulher seja “re-vitimizada” por estes serviços. Esclarecer os profissionais de saúde sobre as leis do aborto e em quais situações eles não serão punidos é uma forma de melhorar a assistência de mulheres em situação de violência sexual.

A taxa de mortalidade materna por aborto só irá diminuir quando o Estado for capaz de oferecer pelo sistema de saúde serviços seguros e acessíveis para realização de abortos, quando as leis deixarem de ser restritivas e punitivas e as mulheres ocuparem o seu devido espaço/ respeito/ autonomia na sociedade.

Apesar dos pontos críticos descritos já serem bem conhecidos e até freqüentemente relatados por acadêmicos iniciantes na produção cientifica, cabe reconhecer a não existência de modelos, mas a responsabilidade compartilhada entre os diversos atores do processo de construção e socialização do conhecimento, no aprimoramento da qualidade dos meios de divulgação científica.

***REFERÊNCIAS***

AQUINO, E. M. L. Desafios e limites no ensino de gênero em saúde coletiva - a experiência do MUSA. In:VILLELA,Wilza, MONTEIRO,Simone. **Gênero e Saúde-**programa de saúde da família em questão.Rio de Janeiro: ABRASCO, UNFPA. 2005.

AQUINO, E. M. L.; BARBOSA, R. M.; HEILBORN, M. L. *et al*. Gênero, sexualidade e saúde reprodutiva: a constituição de um novo campo na Saúde Coletiva.**Cad. Saúde Pública**, 2003, vol.19, supl. 2, p.198-199. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 13 nov. 2005.

AQUINO, E. M. L.; HEILBORN, M. L.; KNAUTH, D. *et al*. **Adolescência e reprodução no Brasil: a heterogeneidade dos perfis sociais.** *Cad. Saúde Pública*. [online]. 2003, vol.19 supl.2 [citado 21 Novembro 2005], p.377-388. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0102-311X2003000800019&lng=pt&nrm=iso>. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 24 out. 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes**. Brasília: Ministério da Saúde, 1999, p. 15-16.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Violência Intrafamiliar: orientação para a prática em serviço**. Caderno de atenção básica, nº 8. Brasília: Ministério da Saúde, 2002, p. 7-22.

BRASIL Decreto/Lei nº 2.848, 07 dezembro, 1940. **Código Penal Brasileiro**.

CAVALCANTE, A. A democracia Frankenstein e a legalização do aborto no Brasil. **Jornal Fêmea**, Brasília, jun. 2005, p. 08-09.

CROCE, D.; JÚNIOR, D. C. **Manual de medicina legal**. 4. ed. São Paulo: editora Saraiva, 1998,p.186.

GIFFIN, K. Violência de gênero, sexualidade e saúde. **Cad. de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 10, supl. 1, 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 13 nov. 2005.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175p.

GRAY, H. **Anatomia**. 29. ed. Rio de janeiro: editora Guanabara, 1988,.

KAPLAN, H. I.; Sadock, B. J.; Grebb, J. A. Problemas relacionados a abuso ou negligência. In: KAPLAN, H. I.; Sadock, B. J.; Grebb, J. A. **Compêndio de psiquiatria: ciências do comportamento e psiquiatria clínica**. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 1997. p. 745-746.

KRONBAUER, J. F. D.; MENEGHEL, S. N. **Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro.** *Rev. Saúde Pública*. out. 2005, vol.39, no.5, p.695-701. Disponível em World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0034-89102005000500001&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0034-8910. Acesso em: 21 nov. 2005.

LOUREIRO, D. C.; VIEIRA, E. M. Aborto: Conhecimento e opinião de médicos dos serviços de emergência de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil, sobre aspectos éticos e legais. **Cad. de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 20, n.3, maio/jun. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 13 nov. 2005.

PRADO, D.; OLIVEIRA, C. F. Relacionamento entre homens e mulheres nas camadas de baixa renda: amor e violência. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**. v. 31, 1982, p. 06-10. Disponível em: <Lilacs>. Acesso em: 10 out. 2005.

SCOTT, J. El género: una categoria útil para el análisis histórico. In: LAMAS, M. **El género: la construcción cultural de la diferencia sexual.** México: Miguel Ángel Possúa, 2000. p. 265-299.

|  |  |
| --- | --- |
| Nome: QUEBRANDO O COCO E FAZENDO A ROÇA: Gênero e identidade no cotidiano de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão | **A 011**  **Menção**  **Honrosa** |
| Autora/o: Viviane de Oliveira Barbosa |
| Orientadora/o : Jocélio Teles do Santos |
| IES: UFBA- Universidade Federal da Bahia |
| Cidade/Estado: **Salvador** |
| Outras Informações: Estudante de Graduação  CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ORIENTAIS  PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ÉTNICOS E AFRICANOS (MESTRADO) |

**1 INTRODUÇÃO**

Este trabalho faz uma análise acerca de relações de gênero e construções de identidades no universo de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão, buscando notar como práticas e discursos conformam o cotidiano dessas mulheres. Consideramos para tal estudo, de um lado, trabalhadoras que enfrentaram conflitos pela preservação de babaçuais e pelo acesso à terra e que assumiram a identidade de quebradeiras de coco, organizando-se no MIQCB (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu), e, de outro, quebradeiras que não se integraram nesse movimento (embora muitas também tenham enfrentado conflitos), mas que, em suas comunidades, trocam experiências com as primeiras.

Examinamos discursos e práticas de lideranças do Movimento no Maranhão e de trabalhadores rurais (quebradeiras de coco e seus maridos/companheiros) do povoado de Monte Alegre, município de São Luís Gonzaga (MA), no intuito de apreender olhares em torno do masculino e do feminino e analisar processos de construção de identidades. Assim, buscamos perceber em que medida memórias, representações e vivências cotidianas daqueles sujeitos se distanciam ou se aproximam.

A produção existente sobre o tema tem considerado sobretudo a dimensão político-econômica em que estão inseridas aquelas trabalhadoras . [[166]](#footnote-166) Obviamente, este enfoque não pode ser deixado de lado. Entretanto, a realização desta pesquisa se dá entendendo que o sentido do babaçu na vida de trabalhadores rurais e agroextrativistas, especialmente das quebradeiras, embora se reporte às esferas econômica e política, as ultrapassa, e se relaciona a um leque considerável de possibilidades de vivências como as relações e dinâmicas sociais tecidas em torno do gênero e as construções imaginárias que permeiam a vida coletiva.

**2 OBJETIVOS**

**2.1 Objetivo Geral**

* Analisar discursos e práticas de trabalhadores rurais e agroextrativistas, pontuando especialmente relações de gênero e processos de construções identitárias no cotidiano de mulheres quebradeiras de coco babaçu no Maranhão.

**2.2 Objetivos específicos**

* Demonstrar a constituição e a trajetória sócio-histórica e política do MIQCB a partir de literatura existente sobre o tema e de memórias de quebradeiras pertencentes ao Movimento, destacando suas experiências em conflitos e as implicações destes para a construção da identidade coletiva de quebradeiras de coco.
* Observar processos de construções de identidades (grupal, de gênero e étnico-racial) assumidas por quebradeiras de coco, sublinhado inter-relações entre elas.
* Destacar, a partir da análise de práticas e discursos de moradores de Monte Alegre, o processo de construção da identidade do povoado como remanescente de quilombo e relações de gênero e trabalho nessa dinâmica imbricadas.
* Examinar representações dadas por trabalhadores rurais às palmeiras de babaçu, percebendo diferentes discursos a elas associados.

**3 METODOLOGIA**

Esta pesquisa tem como suporte de análise um viés sócio-antropológico e histórico, buscando, desse modo, estruturar uma análise de cunho inter e multidisciplinar. Os métodos e técnicas desenvolvidos neste estudo se apóiam na história oral e no trabalho de campo. Os métodos qualitativos de análise, entre os quais a história oral, tem aumentado crescentemente seu prestígio frente aos cientistas sociais, sobretudo antropólogos, sociólogos e historiadores. A história oral – “voz viva”, espaço de “diálogo, confronto, interface” (FERREIRA, 1997, p. 59), espaço em que “a subjetividade [...] produz o testemunho vivo, a rememoração” (AUGRAS, 1997, p. 27), apresenta-se como método através do qual pudemos apreender uma série de sentidos dos agentes aqui estudados, que comumente constroem suas identidades tomando como conteúdo memórias do passado ressignificadas em seu presente. [[167]](#footnote-167)

A escuta da “voz viva”, assim como a observação em campo, também tem sido importante devido à escassez de material documental escrito sobre os sujeitos em análise. Assim, além de anotações em cadernos de campo, realizamos entrevistas semi-estruturadas com trabalhadores rurais e agroextrativistas. As entrevistas aqui citadas foram realizadas entre março e junho de 2005. Outras informações foram coletadas durante o VEIQCB (V Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu), realizado em São Luís, MA, em 2004.

Como veremos nos resultados e discussões (item 4), analisamos parte da bibliografia existente sobre quebradeiras de coco, uma literatura relacionada aos mais diversos temas, como mobilização e relação com a economia do babaçu. Além disso, examinamos literatura sobre construções de identidades de gênero e étnico-raciais.

Neste trabalho, aproximamo-nos da perspectiva teórico-medológica sugerida por Gebara (2000), a saber, uma “fenomenologia existencial” que considera a intersecção gênero/raça/classe. Não se trata do desenvolvimento de teorias de fenomenólogos como Edmund Husserl e Paul Ricouer, mas sim da construção de um discurso sobre vivências particulares, uma abordagem que deve sempre ser retomada de diferentes lugares, perspectivas e tempos. Assim, consideramos uma fenomenologia existencial que parte do discurso sobre uma vivência particular, a vivência cotidiana de mulheres quebradeiras de coco babaçu no Maranhão, mergulhando em experiências por elas vividas, especialmente em relações de gênero e processos de construção de identidades.

Itens analisados neste trabalho foram apresentados e discutidos em eventos (BARBOSA, 2004a; 2004b; 2004c; 2005c) e relatórios (BARBOSA, 2005a; 2005b).

**4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

**4.1 Quebradeiras em Movimento**

Mulheres trabalhadoras rurais e agroextrativistas se mobilizaram em fins da década de 1980 e início dos anos 90, identificando-se coletivamente como quebradeiras de coco e criando um movimento. Se considerarmos a perspectiva de Hobsbawm (1995), este é um dos “novos movimentos sociais”, cujas características são a defesa ambiental e ecológica, discussões sobre identidade étnica e questões de gênero.

A primeira tentativa de organização dessas mulheres foi em 1989, porém, o seu reconhecimento efetivo se deu apenas em 1991 com a AMQCB (Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu). Segundo dona Maria Chagas (BARROS; CHAGAS et al., 2004), coordenadora geral do Movimento no Maranhão, somente após 1995 é que a articulação passou a se chamar MIQCB. Esse movimento se concentra em quatro estados da Federação, estendendo-se “por centenas de povoados distribuídos desde o Vale do Parnaíba, no Estado do Piauí, até o Vale do Tocantins, nos Estados do Pará e do Tocantins, atravessando diagonalmente o Estado do Maranhão” (ALMEIDA; SHIRAISHI NETO, 2001, p. 15). Toda essa extensão territorial está dividida em seis regionais: do Mearim, de Imperatriz e da Baixada (as três no Maranhão), do Pará, do Piauí e do Tocantins. Cada uma delas possui uma coordenação executiva e assessoria técnica, apoiada por projetos financiados pela União Européia, Ministério do Meio Ambiente, ONG Pão para o Mundo, entre outros.

Quebradeiras de coco babaçu rememoram conflitos em defesa dos babaçuais, os quais impulsionaram a mobilização de mulheres e homens trabalhadores rurais pelo direito à sobrevivência, o que logo se estendeu à reivindicação pela terra. Os conflitos de terra já eram recorrentes no Maranhão e se acirraram no momento em que o acesso aos babaçuais se tornou restrito quando da implantação da chamada “Lei Sarney de Terras” (Nº 2.979/ 17-07-1969) [[168]](#footnote-168), que respaldava a privatização das terras públicas do estado e incentivava a implantação de projetos agro-pecuários, que excluíam as famílias rurais do acesso à terra e ao extrativismo.

A microrregião do Médio Mearim, em particular, foi marcada entre os anos 1970 e 1980 por intensos conflitos entre trabalhadores rurais e fazendeiros e/ou grileiros, quando estes passaram a proibir a extração do coco babaçu, arrogando-se o direito de propriedade, o que desencadeou uma forte resistência por parte daqueles trabalhadores. Antes da restrição aos babaçuais enfrentada pelas quebradeiras o direito à terra já havia sido cerceado, limitando o espaço de plantio dos trabalhadores. Entretanto, segundo lideranças do MIQCB, os homens só entraram na luta motivados pelas reivindicações das mulheres pelo extrativismo.



**Médio Mearim, Maranhão, Brasil**

Fonte: <http.www.citybrazil.com.br>

Num primeiro momento, a reivindicação era pelo acesso e pela não devastação dos babaçuais, uma vez que o corte das palmeiras, com o objetivo de coibir o trabalho extrativo e mesmo eliminá-lo, passou a ser recorrente. Para as famílias rurais, essa luta era questão de sobrevivência e também significava resistir à violência imposta às suas formas culturais e cotidianas de vida. Sendo assim, a violência sofrida por esses trabalhadores se inscreveu em sua memória e cotidianidade tanto em nível material quanto simbólico.

As quebradeiras realizam o extrativismo do babaçu através de um sistema de uso comunal desse recurso, conforme suas necessidades e capacidades produtivas. Nesse sentido, a restrição da atividade significou, de imediato, a perda de sua autonomia no campo do trabalho. Daí o período dos cercamentos [[169]](#footnote-169) ter sido caracterizado por elas e seus familiares como “tempo do coco preso” (especialmente anos 70 e 80). Sobre os cercamentos, a devastação dos babaçuais e a reivindicação da continuidade do trabalho extrativo, os versos da música “Maria, filhos de Maria” não poderiam ser mais expressivos:

Não devaste o palmeiral / Deixe o coco dá raiz,

Eu vivo quebrando o coco / Do coco eu sou feliz.

Se você é fazendeiro / Ou um grande industrial,

Segure sua cabroeira [[[170]](#footnote-170)] / Eu não sou o seu rival,

Mas deixe nossas palmeiras / Botar coco em seu quintal.

Eu não sei toda essa história / Nem quando terá fim,

Eu só quero quebrar coco / Eu não quero o seu capim,

Já não basta o mal da seca / Vem a cerca contra mim.

Você é dono do pasto / Do açude ou do curral,

Mas não é dono do coco / Nem também do coqueiral,

Você corta boi de corte / Mas não corte o palmeiral. (SANTOS, 2004)

Os trabalhadores falam de “tempo do coco liberto” e “tempo do coco preso” para caracterizar, respectivamente, o período anterior aos cercamentos e o momento de ocupações de terras por fazendeiros/grileiros, quando se iniciaram os conflitos. As famílias rurais ficaram sujeitas a manipulações econômico-comerciais de fazendeiros, sendo implantados vários mecanismos a fim de subjugá-las. Ficaram submissas aos donos de “barracões” [[171]](#footnote-171), sendo obrigadas a vender o coco ou trocá-lo por gêneros alimentícios nas próprias fazendas.

Os contratos extrativos mais conhecidos são o de “meia”, o de “foro” e o de “arrendamento”. [[172]](#footnote-172) Entretanto, independentemente do tipo de contrato, trabalhadores faziam mutirões, dos quais homens e mulheres participavam, visando quebrar a maior quantidade possível de coco, para obter um maior rendimento ao final do trabalho. Ocorria que os fazendeiros/grileiros, além de pagarem um valor ínfimo pelo quilo do coco, adulteravam o peso do produto em seu favor. Os mecanismos de dominação postos em ação pelos proprietários, eram, portanto, uma prática de superexploração da força de trabalho dos extrativistas. Ainda há casos, em que a amêndoa do coco é vendida a atravessadores, que compram-na por valor ínfimo e lucram em cima da produção desses trabalhadores. [[173]](#footnote-173)

Além da exploração de seu trabalho, aquelas famílias também sofreram ameaças, sendo alguns homens vitimados em meio a esses conflitos, [[174]](#footnote-174) apesar de alguns relatos apontarem que a negociação com os fazendeiros era feita pelas mulheres para evitar derrubada de palmeiras, ficando os homens afastados para evitar confrontos diretos (ANDRADE; FIGUEIREDO, 2005). Quebradeiras foram agredidas quando, como forma de resistência, entravam nas propriedades e eram encontradas dentro das “soltas” [[175]](#footnote-175) coletando coco, realidade que não é distante, pois há “ainda casos de violência física contra as quebradeiras no qual gerentes da fazenda, vaqueiros ou encarregados submetem as mulheres a surras e violência sexual” e “casos em que a mulher precisa roçar a quinta, ou seja, limpar a área do pasto, para ter acesso à área de quebra e coleta do coco” (ARAÚJO et al., 2004, p. 223).

Comumente os sujeitos sociais se valem de estratégias para vencer barreiras que lhes são impostas, e não foi diferente com as quebradeiras. O desejo coletivo dessas mulheres em enfrentar restrições de fazendeiros/grileiros e suas iniciativas para “empatar” a derrubada de palmeiras, buscando dialogar com proprietários, tomando a frente nas negociações, incentivou a emergência expressiva de um movimento organizado. Isso fez com que elas fossem aos poucos adquirindo representatividade. [[176]](#footnote-176)

Segundo Almeida (1995), a idéia que se tinha quando da explosão de ocupações de terras e da reorientação do mercado econômico neoliberal era a de que os trabalhadores agroextrativistas se enfraqueceriam politicamente, ficando à margem do mercado. No entanto,

quebradeiras de coco através de um processo de intensas mobilizações e conflitos, romperam com essa representação pictórica e usual e com a moldura do exotismo da floresta, que tradicionalmente as envolviam. Descongelaram esta imagem folclórica, quebraram a imobilidade iconográfica de décadas e se derramaram organizadamente nas estruturas do campo do poder e nos circuitos de mercado, desnaturalizando-se e afirmando sua nova condição. (ALMEIDA, 1995, p. 18)

4.1.1 A trajetória do MIQCB e suas conquistas

Tendo vivenciado lutas e mobilizações no curso de sua trajetória, as quebradeiras de coco tiveram algumas conquistas que fortaleceram o MIQCB. Dentre outros aspectos, essa organização denota um momento significativo da passagem dessas trabalhadoras do espaço privado para o público e o seu reconhecimento enquanto sujeitos políticos. O MIQCB rompe as fronteiras do espaço vivencial dessas mulheres, repercutindo internacionalmente. Na medida em que a organização foi crescendo política e economicamente, algumas delas passaram a coordenar cooperativas e associações políticas e várias de suas lideranças assumiram cargos político-institucionais, como o de vereadoras e a direção de sindicatos. Luta, persistência e conquistas são temas sempre reanimados nos encontros do Movimento:

Prazer enorme a gente ter tanta companheira aqui [...] A gente tem uma luta muito árdua, mas é muito interessante pra nós. Só agüenta ser coordenadora e ser quebradeira é mulher forte, é mulher de fibra [...] nós nascemos em 91, em 93 nós tivemos o segundo [Encontro] que foi no Piauí e o terceiro foi aqui, mas a maioria das quebradeiras lembra que a governadora era mulher [[[177]](#footnote-177)] e a gente não foi recebida, teve em 2001 o quarto em Imperatriz [...] somos de fibra e não é mentira. [[178]](#footnote-178)

Uma das conquistas das quebradeiras foi a implantação em alguns municípios da “Lei Babaçu Livre”, que determina o uso comunal dos babaçuais, podendo ser este recurso explorado pelas quebradeiras ainda que esteja em propriedades privadas. No Maranhão, são beneficiados pela Lei os municípios de Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, Esperantinópolis, São Luís Gonzaga do Maranhão, Capinzal do Norte e Imperatriz (ARAÚJO; CARVALHO; MAGALHÃES, 2004). Mais recentemente, o município de Peritoró também foi contemplado.

A educação formal também tem sido um instrumento importante, inclusive no que tange à igualdade de gênero, pois tem sido uma alternativa educar suas crianças questionando discursos e práticas de dominação masculina, uma educação que enfatiza as diferenças entre homens e mulheres, mas busca não perpetuar desigualdades. As quebradeiras de coco vêm desenvolvendo cursos de formação e capacitação de suas lideranças, o que contribui também para discussões sobre os problemas relativos à mobilização e à economia do babaçu. [[179]](#footnote-179)

Um projeto desenvolvido junto a esses trabalhadores é a produção de roças orgânicas que objetiva, dentre outras coisas, evitar o desgaste do solo. Há também um estudo com plantas aromáticas e medicinais que visa criar essências de espécies nativas para a produção de óleo do babaçu a ser comercializado no próprio estado. E ainda, o projeto da Escola Família Agrícola, que oferece formação até a oitava série do ensino básico, desenvolvendo o conteúdo teórico da escola formal e ensinando a crianças e adolescentes a história e o modo de vida de suas mães e de seus pais.

No Mearim maranhense há quatro cooperativas, a dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco, de Esperantinópolis, de São Luís Gonzaga e de Lima Campos, que criaram uma linha de produção e comercialização de seus produtos, o que contribui para que as quebradeiras vendam as amêndoas do babaçu por um preço mais justo. A primeira exporta o óleo de babaçu, principalmente para os Estados Unidos e Inglaterra, e esta última utiliza o mesocarpo para a produção da farinha do babaçu (espécie de multimistura que serve para alimentar crianças e para fins medicinais). A AMTR (Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais), constituída em grande parte por mulheres do MIQCB, fabrica e comercializa sabonetes com o óleo comprado da cooperativa. Outros produtos com a bandeira “Babaçu Livre” estão sendo comercializados, como o carvão cocal e a torta de babaçu.

As quebradeiras de coco ganharam visibilidade na esfera da produção e comercialização através de seu trabalho extrativo, pois antes, na maioria das vezes, somente homens se envolviam no processo de comercialização do coco (MARTINS, 2001). Os problemas ainda persistem, haja vista que, como mostra Almeida (2001), há um desconhecimento total da economia do babaçu, fazendo das quebradeiras alvo de planejamentos externos que visam apenas lucros próprios. As mais recentes reivindicações do MIQCB junto aos órgãos governamentais são o desenvolvimento de tecnologias apropriadas para a completa utilização do babaçu e para a conversão das amêndoas em biodiesel; o acesso do Movimento aos programas governamentais voltados para a saúde da mulher; a punição de pessoas que cometem crimes ambientais, devastando principalmente babaçuais, castanheiras e seringais; a desapropriação imediata de áreas de conflitos que envolvem quebradeiras; a implantação de reservas extrativistas e, ainda, a garantia de livre acesso às áreas de babaçuais.

Quebradeiras ligadas ao MIQCB se autodefinem como corajosas, enérgicas, trabalhadoras empenhadas em alcançar seus objetivos, auto-atribuição que podemos notar, por exemplo, nas palavras de dona Eunice Costa, da regional de Imperatriz, referindo-se às suas companheiras de ofício e luta: “Nós somos corajosas. Botamos muita fé no nosso trabalho e outra coisa é a energia que nós temos. Cada vez o Movimento tá se estendendo mais”.

4.1.2 Evidenciando identidades grupal, de gênero e étnico-racial

Gênero e identidade no universo de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão se inter-relacionam. Entendemos identidade a partir da relação entre a construção da imagem de si, sendo, portanto, a representação do “eu” que se pretende assimilada pelos outros, e a imagem que estes “outros” fazem daquele “eu” que se autodefine. Do mesmo modo, consideramos gênero uma categoria relacional, evidenciada em discursos e práticas, na qual dialogam construções sócio-históricas e culturais acerca do masculino e do feminino.

As relações de gênero vivenciadas no cotidiano em diferentes espaços e tempos apontam, em geral, para complexidades e ambigüidades. A realidade das quebradeiras de coco babaçu aqui enfocadas não escapa a essa assertiva. Tais relações assumem uma amplitude de questões e construções sociais a respeito do “ser homem” e do “ser mulher” e são perpassadas por relações de poder, compreendidas na perspectiva de Foucault (1993) como algo que se processa no cotidiano das sociedades e se dá por meio de (re)negociações.

A afirmação da identidade grupal/coletiva de quebradeiras de coco vem acompanhando o MIQCB desde suas primeiras articulações, chegando, através de intercâmbios de experiências, a mulheres que não se vincularam a essa organização. As que participam do Movimento lutam para serem definidas também como trabalhadoras rurais, uma vez que, tradicionalmente, configurou-se uma imagem do trabalho rural como masculino. Observamos a constituição dos movimentos sociais rurais no Brasil considerando que

a propriedade da terra, de caráter concentrador, é um dos marcos históricos mais firmes de exclusão e de impedimento à mudanças e, portanto, à própria democratização do país. Os movimentos sociais rurais têm uma história recente, cerca de 40 anos, de luta por direitos básicos de cidadãos com direito à terra e ao trabalho. As mulheres trabalhadoras rurais experimentam essa exclusão somada à discriminação de gênero e lutam, ainda [...] hoje, pelo direito ao reconhecimento da própria categoria de “trabalhadoras rurais” (FARIAS, 2001, p. 156).

Debates no Movimento enfatizam questões sobre a identificação dessas mulheres enquanto quebradeiras de coco, quanto às estratégias desenvolvidas por elas em defesa do meio ambiente e também a respeito de suas experiências em uma sociedade dividida em gêneros, na qual, em grande proporção, as mulheres foram e são silenciadas e esquecidas.

Muitas produções musicais e artísticas que, embora geralmente tenham autorias individuais, são (re)apropriadas recebendo significado coletivo impresso na historicidade e cotidianidade dessas mulheres. A “Música do Movimento”, por exemplo, é um de tantos cantos que enfatiza a afirmação da identidade de quebradeiras de coco, bem como a sua integração coletiva nos quatro estados em que atua o Movimento:

Eu sou quebradeira, eu sou quebradeira e vim para lutar

Pelos meus direitos, pelos meus direitos vim reivindicar

Mais educação e saúde pra toda nação.

Eu sou quebradeira, sou mulher guerreira e venho do sertão.

No Tocantins tem quebradeira, no Piauí tem quebradeira, lá no Pará tem quebradeira, no Maranhão estão as quebradeiras. (VEIQCB, 2004)

A identificação com o trabalho por parte dessas extrativistas é fundamental para manter viva e intensa a sua mobilização, reforçando sua luta em direção à obtenção de políticas públicas em prol dos trabalhadores rurais. Desse ponto de vista, a valorização de uma identidade grupal foi fundamental para que essas mulheres buscassem caminhos para atingir seus objetivos. Elas se esforçam, ainda, para alcançar representatividade dentro de uma sociedade em que as condições étnico-racial e de gênero apontam para a exclusão de muitos e inclusão de poucos, como é nítido no que diz dona Maria Chagas (BARROS; CHAGAS et al., 2004) a respeito de si e de suas companheiras de luta: “até hoje a gente é discriminada [...] se a gente é pobre, quebradeira de coco e negra a gente é discriminada”. O fato é que muitas quebradeiras de coco sofrem uma tripla exclusão: étnico-racial, de gênero e de classe. [[180]](#footnote-180)

No tocante a mulheres que são do Movimento, percebemos não só a existência de uma identificação diferenciada de ser quebradeira, como uma disposição em prosseguir na articulação. Uma das explicações para que antes se envergonhassem de seu trabalho reside no fato de ser a atividade extrativa desvalorizada e estar diretamente relacionada à pobreza. “De primeiro”, afirma dona Francisca de Aquino, moradora de Monte Alegre, “era muito difícil dar esse tipo de valor as pessoa que quebra coco”. A mobilização vem mudando tal realidade e reforçando um reconhecimento tanto dentro quanto fora do Movimento: “eu acho”, afirma dona Maria Bringelo, “que é assim, cada categoria tem uma identificação [...] uma identidade de quebradeira mostra que nós somos profissionais [...] do dia-a-dia”.

A identificação assumida por quebradeiras do Movimento evidencia uma percepção da quebra do coco como profissão merecedora de reconhecimento social. Há uma identificação com esse discurso na fala de mulheres que não se associaram, mas que compartilham experiências com quebradeiras articuladas, como é o caso de Teresa Pereira, moradora de Monte Alegre: “eu acho um trabalho muito honesto, a gente se esforça e faz por prazer [...] eu prefiro quebrar coco do que ir pra roça”. A visibilidade das quebradeiras e o reforço de sua identidade grupal se verificam de tal modo que encontramos homens que quebram coco e mantêm contato com o Movimento manifestando interesse em serem reconhecidos como quebradores de coco.

Tal discurso afirmativo da identidade está associado a questões de gênero. As quebradeiras têm se mobilizado na tentativa de desconstruir imagens que configuram uma assimetria entre homens e mulheres. Em geral, há o entendimento e o sentimento de que tal realidade precisa ser mudada. Em discussões no MIQCB, essas mulheres têm buscado apreender o sentido do gênero e suas complexidades, entrando em contato com um debate, por muitas, nunca anteriormente feito de modo direto. Outra preocupação tem sido a de inserir os homens na participação desses diálogos. [[181]](#footnote-181)

Um dos elementos que perpassa todo o processo de afirmação das quebradeiras reside na busca de autonomia nas relações com seus maridos/companheiros e de igualdade de espaços, a partir das quais possam mais efetivamente participar das tomadas de decisão no âmbito familiar. Algumas dessas trabalhadoras entendem que uns poucos homens já desenvolveram uma percepção das desigualdades alicerçadas em nome das diferenças de gênero, o que se verifica, por exemplo, no fato de entenderem ou mesmo incentivarem (ainda que muitas vezes timidamente) suas companheiras a se engajarem no Movimento. Sobre esse aspecto, falando de sua própria experiência, dona Maria Chagas (2005) afirma:

a gente identifica o avanço na questão de gênero [...] Hoje eu estou no Movimento, eu vou pra São Luís passar tantos dias e meu marido não me impede de eu ir, então ele já tem uma certa compreensão de gênero [...] ele termina assumindo o trabalho que é meu, ele não vai pra cozinha lavar o prato [...] mas o negócio da administração [da casa] na hora que eu tô fora o marido toma o encaminhamento.

A maioria das quebradeiras não tinha o apoio de seus maridos/companheiros no início da mobilização. Algumas delas chegaram a se separar para continuar no Movimento. Surgiam tensões familiares quando elas começavam a manifestar indícios de autonomia, como freqüentar reuniões. De fato, a mobilização contribuiu para que essas mulheres contestassem (em alguns casos, com veemência) relações de dominação masculina.

O MIQCB vem discutindo problemáticas bem atuais a respeito das questões de gênero, como percebemos no discurso de dona Maria Bringelo: “Eu acho que gênero em qualquer lugar que for discutido tem que ser discutido num sentido transversal, onde tiver homens e mulheres [...] porque muita gente não sabe nem o que significa gênero”. Essa mobilização tem reivindicado igualdade das mulheres perante os homens, buscando, no entanto, não considerar apenas o feminino em detrimento do masculino. Dentro desse mesmo viés, Dona Maria Chagas (2005) é enfática ao afirmar que

gênero [...] é uma questão de espaços de eqüidade. Tem as quebradeiras de coco, não temos sindicato próprio, fazemos parte dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais [...] Isso dá de compreender que gênero não é só ser homem e ser mulher, não tem essa coisa [...] de ser só homem e ser mulher. Eu penso gênero uma discussão em conjunto, homens e mulheres onde esses direitos sejam respeitados [...] muita gente chama gênero uma divisão do trabalho, mas não é pra mim só isso.

Essas discussões de gênero que circulam no Movimento foram, em parte, introduzidas por instituições de amparo aos trabalhadores rurais, como a Igreja Católica e a ASSEMA, e por pesquisadores de diversos campos de estudo. A própria idéia de gênero e os termos usados para tratar dela são sintomáticos dessas influências externas. Evidentemente, trata-se de processos em que tais idéias externas são apropriadas a partir de interesses e perspectivas das quebradeiras, apropriação entendida à óptica de Chartier (1985), referindo-se às diversas práticas que se apropriam de forma variada dos materiais que circulam numa dada sociedade, dando lugar a usos diferenciados e até opostos dos mesmos bens, textos e idéias.

Em se tratando de identificação, observamos que existe um elo entre as identidades grupal e feminina que são construídas relacionando o trabalho realizado pelas extrativistas à condição de gênero: são mulheres quebradeiras de coco, não apenas mulheres, não somente quebradeiras. Elas afirmam essas duas condições. Entretanto, vemos que no Movimento as identidades coletiva e étnico-racial são bem mais acentuadas, enquanto que no espaço familiar a identidade feminina é a mais evidenciada. [[182]](#footnote-182)

Como vimos, quebradeiras interagem no MIQCB e algumas delas tentam levar discussões ali feitas ao campo familiar. Dona Zulmira Mendonça, coordenadora da articulação na região da Baixada Maranhense, afirma que atua nesse sentido, uma vez que tenta demonstrar aos seus filhos que não tem vergonha de ser mulher e nem de ser quebradeira de coco. O canto “Sem medo de ser mulher” sintetiza a sua perspectiva e a do Movimento:

Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer,

Participando sem medo de ser mulher.

Porque a luta não é só dos companheiros,

Participando sem medo de ser mulher.

Pisando firme sem medir nenhum segredo,

Participando sem medo de ser mulher.

Pois sem a mulher a luta vai pela metade,

Participando sem medo de ser mulher.

Fortalecendo os movimentos populares,

Participando sem medo de ser mulher.

Na aliança operária camponesa,

Participando sem medo de ser mulher.

Pois a vitória vai ser nossa com certeza,

Participando sem medo de ser mulher. (VEIQCB, 2004)

A visão do MIQCB, expressa em muitos dos seus cantos, demonstra a reivindicação na igualdade entre os gêneros, entendendo que as quebradeiras precisam primeiramente se orgulhar de sua condição de mulher.

ESSA LUTA NÃO É FÁCIL

Essa luta não é fácil / Mas vai ter que acontecer,

As mulheres organizadas / Têm que chegar ao poder.

Vamos juntas companheiras / Vamos botar pra valer

Vamos quebrar as correntes / Do machismo e do poder.

Sem mulher neste mundo / Seria triste demais

Não nascia gente nova / O mundo não tinha paz.

A mulher nasceu pra ser / Pelo homem bem amada

Ser amiga e companheira / Pra não ser discriminada. (VEIQCB, 2004)

A quebradeira Cândida Barros, da região da Baixada Maranhense, reportou-se à época em que as mulheres não se consideravam totalmente do Movimento e compartilhando de uma mesma identidade: “Quando a gente começou esse encontro nós sabemos que foi por uma média de 200 pessoas [...] as pessoas se envergonhavam de dizer que eram quebradeiras de coco”. De todo modo, a identificação e afirmação do trabalho extrativo que acompanha os debates concernentes às relações de gênero alcançam mulheres que não se vincularam ao MIQCB, mas que estabelecem contato com as que o integram.

**4.2 Em Monte Alegre: luta pela terra e aproximações com o MIQCB**

Articuladas ou não no MIQCB, casadas, vivendo relações estáveis ou fortuitas, ou sendo mulheres sós com seus filhos, existe um dado que iguala essas diversas existências: a realização do trabalho de quebra do coco babaçu para o sustento de suas famílias. O povoado de Monte Alegre (onde não mais de cinco mulheres são associadas ao Movimento), pertencente ao município de São Luís Gonzaga do Maranhão, que compõe a região central do Vale do Mearim, é identificado pelos seus moradores como área de remanescentes de quilombo e herança de pessoas na condição de ex-escravas vindas de África, que lá começaram a viver desde o período da implantação de engenhos açucareiros. De acordo com a memória que circula entre os moradores, aquelas pessoas receberam a terra de seu fazendeiro em 1870. A constituição do povoado teria se dado como relatou dona Maria Bringelo, coordenadora do MIQCB na região do Médio Mearim e moradora de Monte Alegre:

Lá nas areias tinha um porto que as coisas daqui eram todas transportadas a vapor e tinha dois irmãos que moravam em Montevidéu [povoado vizinho a Monte Alegre]. Um deles veio pra cá e fez um sítio, a Igreja sempre foi naquele lugarzinho ali [...] Ele tava iniciando a fazenda. Aqui tinha sítio, tinha engenho. A minha bisavó, Sizina Parga foi escrava aqui nesse dito lugar [...] Ela já veio ficar livre aqui.

Em Monte Alegre, a descendência africana e o auto-reconhecimento como negros fazem parte dos discursos dos moradores. São Benedito, o “santo dos pretos” – como afirmam moradores, é o padroeiro da localidade. O senhor Floriano Silva, outro morador, afirma: “eu nasci em 1916 [...] meu povo mais véio era escravo, meu pai nasceu no dia que gritou a liberdade, mamãe num sei não [...] a terra era dos fio dos escravo.” Esse reconhecimento é claramente enunciado e talvez tenha sido decisivo no período dos conflitos, posto que reforçava os laços entre o grupo de moradores, bem como fortalecia sua reivindicação de permanecerem nas terras cuja memória afirmava serem suas. Como reforça dona Maria Bringelo, eles “queriam mostrar pro governo e pro INCRA que essa área não deveria ser desapropriada, que o governo tinha que passar essa terra como terra de remanescentes.”

Considerando que os grupos não são fechados, interagindo com sujeitos individuais e coletivos na dinâmica social, é evidente que pessoas que não compartilhavam da origem comum dos habitantes de Monte Alegre (a maioria das quais oriundas de outros estados do nordeste) passaram a viver nessa localidade. Desse modo, pessoas foram incorporadas ao grupo constituído pelos moradores do povoado, passando a fazer parte de estruturas cotidianas presentes nesse espaço, inclusive a praticar o extrativismo.

A identidade étnica [[183]](#footnote-183) tem sido também um elemento que perpassa o MIQCB, embora sejam múltiplas as identidades (de caráter étnico ou não) assumidas pelas quebradeiras, uma vez que esse movimento agrega trabalhadoras de diversas partes. Efetivamente, o que tem sido confirmado por essas mulheres são os ditos traços africanos e indígenas como componentes básicos de sua formação. No que diz respeito à sua descendência africana, é claro o seu posicionamento político quanto ao direito de o negro ser respeitado e reconhecido pela sociedade.

Observamos que o conflito vivenciado pelos moradores de Monte Alegre, em 1979, deu-se em concomitância com disputas em outras localidades do Maranhão, sendo mais um, embora com suas particularidades, dentre os conflitos envolvendo quebradeiras no estado. Nessa ocasião, várias casas foram queimadas e tal episódio, marcado pela violência, ficou registrado na memória dos trabalhadores como o “tempo do fogo”.

Com o apoio do governo e da Justiça, fazendeiros queriam a desapropriação das terras de Monte Alegre por seus antigos ocupantes – os trabalhadores rurais –, e contavam com o auxílio do INCRA. Segundo os moradores, aqueles fazendeiros apresentavam documentos falsos que confirmavam a posse da terra em seu favor. Nesse quadro de tensões, enquanto os homens do povoado se escondiam no mato e planejavam a resistência, as mulheres se articulavam para a luta. As reuniões de mulheres no “tempo do fogo” visavam criar estratégias que garantissem a permanência dos moradores na localidade. Segundo dona Maria Bringelo, a luta pela posse da terra foi diretamente iniciada por três delas.

Os moradores do povoado rememoram o acontecimento [[184]](#footnote-184) dizendo que as casas foram queimadas porque no dia 12 de novembro de 1979 uma juíza de São Luís conseguiu uma liminar que autorizava a desocupação das terras. Dona Maria R. dos Santos, uma das moradoras, narra o ocorrido: “a gente foi jogado, ficou na chuva [...] Eles chegaram, queimaram, a gente via gente apanhando [...] Era uma vida muito sofrida, os pais da gente arriscado perder a vida com uma arma, corriam [...] e se escondia”. O senhor Floriano Silva lembra que “já tinha saído daqui [...] mas quando foi queimado eu ainda tinha casa [...] era três casa, uma do forno, uma da moradia e uma do meu fio”.

Lutando pela posse das terras os moradores também acreditavam manter recursos básicos de sobrevivência, além de garantir a continuidade de suas práticas, reforçadas por um laço de pertencimento (geográfico e simbólico) àquela localidade. Os moradores de Monte Alegre asseguraram a posse de suas terras e hoje já possuem uma certidão coletiva, recebida da Fundação Cultural Palmares que reconhece a terra como de remanescentes de quilombo.

Cabe pontuar que o fato de mulheres associadas e não associadas viverem nos mesmos povoados (no caso em específico, Monte Alegre) e, na maioria das vezes, compartilharem de uma mesma memória coletiva, em geral relacionada à luta pelo direito de usufruir dos babaçuais, acaba aproximando as histórias individuais de cada uma delas na história coletiva do grupo, estreitando ainda mais, possíveis laços de identificação entre elas.

Uma das diferenças fundamentais entre as mulheres do Movimento e as que (ainda) não se articularam é que aquelas não só se identificam e são identificadas como quebradeiras de coco, mas afirmam esta condição se orgulhando de sua atividade, enquanto que estas apesar de se reconhecerem e serem reconhecidas da mesma forma, não necessariamente consideram tal reconhecimento como algo positivo. Evidentemente que as conquistas obtidas pelo MIQCB têm contribuído para que as não associadas comecem a se orgulhar de seu trabalho, assumindo o valor da atividade extrativa a partir de um outro ângulo.

4.2.1 Representações e práticas em Monte Alegre: relações entre o masculino e o feminino

Em Monte Alegre, há pelo menos três discursos em torno da importância do trabalho agrícola (roça) e do trabalho extrativista (coleta e quebra do coco), relacionados respectivamente a atividades masculinas e femininas. De acordo com o primeiro, em conformidade com o imaginário que envolve relações de gênero vivenciadas no povoado, são os homens que asseguram o sustento de suas famílias, diante do que a renda das mulheres é vista como complementar à dos maridos/companheiros. Um segundo discurso afirma que longe de serem sustentadas, no mais das vezes, são as quebradeiras que asseguram o sustento de suas unidades domésticas. E, um terceiro, que aponta que ambas as rendas, mutuamente complementares, garantem o sustento das famílias. O primeiro é o discurso mais forte e propagado, os dois últimos são menos percebidos. Esperar que quaisquer dessas lógicas sejam aplicadas sem contradições e ambigüidades é esquecer que quase nunca as práticas coincidem com os discursos. O melhor caminho parece ser entender como esses discursos são construídos e como se (des)articulam, mostrando suas ambigüidades e contradições.

Do mesmo modo que verificamos na sociedade mais ampla, também no espaço sócio-histórico das quebradeiras de coco existe uma divisão de trabalho que define tanto o lugar feminino quanto o masculino. A maioria das pessoas envolvidas na quebra do coco babaçu é do gênero feminino, sendo comum os homens coletarem e as mulheres quebrarem o coco. Entretanto, há homens que quebram coco, mesmo tendo tradicionalmente como atividade a agricultura.

A idealização do homem como chefe da família e, portanto, provedor, contribui para que a renda feminina do extrativismo seja vista apenas como uma mera ajuda na manutenção familiar. Contudo, contrariamente, algumas mulheres afirmam ser tal sustento garantido pela sua renda. Dona Dalvanir de Jesus, participante do MIQCB e moradora de Monte Alegre, afirmava que quando ia quebrar coco a opinião de seu marido “era de que eu fosse, por causa que ele ia trabalhar da roça e eu pro mato quebrar coco [...] Quem dava o mantimento, as coisa era eu, ele ia era cuidar da roça.” Observemos que esta quebradeira se refere à renda do coco como essencial para a manutenção de sua família, assim como dona Maria R. dos Santos que afirma: “tenho quatro filhos, eu sustento meus filhos, sempre sustentei assim no coco, quebrando”.

Como destaca Sarti (1997), quando estuda a condição moral do homem e a sua relação com o trabalho, a categoria “pai de família” complementa a auto-imagem masculina e legitima a autoridade do homem no âmbito familiar, na medida em que estabelece sua moral enquanto provedor. Tal visão é presente no povoado, pois embora haja uma tentativa de valorizar o trabalho feminino, homens e mulheres reproduzem a idéia de que os primeiros devem ser os mantenedores da família, o que se expressa em diversos discursos sobre as funções ditas masculinas, como no depoimento de dona Rosa de Lima: “se ele [...] pega uma fia [...] o dever dele se ele pega uma moça ou mesmo uma muié, de manhã ele deve ir trabaiá, comprar as coisa [...] Ele bota dentro de casa aí a muié vai arrumar.”

Encontramos também, em depoimentos de alguns homens, como no de Luís Cruz, a importância das duas atividades para a manutenção da família, pois o sustento da casa é dado pelos “dois, um faz de um lado, outro faz de outro”. Confirmando a importância do trabalho extrativo, o senhor José de Freitas, afirma que nem sempre os produtos de uma colheita são suficientes para esperar uma outra safra, sobretudo por causa de pragas. Assim, principalmente no período da entressafra, o extrativismo é primordial para a sobrevivência não sendo o trabalho masculino (agrícola) o principal para a subsistência das famílias.

Encontramos casos em que maridos/companheiros vendem a produção do trabalho feminino e se apropriam da renda advinda da comercialização do coco, usando-a em benefício próprio, como mostra dona Rosa de Lima em sua própria experiência: “Eu nem me lucrava desses coco que eu quebrava [...] eu ia quebrar coco, ele ia vender pra ir beber mais as outra [mulheres] na rua”. Há também aqueles que ficam insatisfeitos porque suas mulheres realizam o trabalho extrativo, como demonstra Rosinere de Lima dizendo que o companheiro “num acha muito bom não, mas eu quebro coco mais na roça junto dele”. Dona Maria das N. dos Santos é um outro exemplo quando afirma que “quebrava em casa as vez, mas não era muito”, mesmo sendo o marido contra a sua atividade em qualquer que fosse o espaço, já que ele “até num gostava muito, mas eu quebrava.”

De modo geral, as mulheres de Monte Alegre assumem uma tripla jornada de trabalho: atividades domésticas, quebra do coco e trabalho na roça. De fato, a inserção feminina no espaço de trabalho considerado fundamentalmente masculino, a roça, não é incomum. Dona Maria Araújo, que ali reside, descreve as suas outras tarefas: “trabalho de roça, faço caieira, tiro carvão, faço tudo”. Outras mulheres realizam as mesmas atividades ou tarefas parecidas: “as vez eu vou pra roça, mas eu prefiro quebrar o coco do que ir pra roça”, diz Teresa Pereira; “também as vez eu vou pa roça, as vez eu capino”, afirma Rosinere de Lima; “eu tenho [cultivo] arroz, feijão, eu capino”, diz Francidalva de Jesus.

A idéia de que os homens só quebram o coco quando são crianças é recorrente na literatura sobre o tema. Entretanto, o caso do senhor José de Freitas, de 63 anos, pai de seis filhos, relativiza essa assertiva, haja vista que quebra coco desde os 20 anos, quando chegou em Monte Alegre vindo de outro estado, embora, paralelamente à quebra do coco, também pratique a agricultura: “hoje, vou pro mato [...] pago pra botar e eu quebro em casa. Hoje quebro mesmo de atentado, já sou aposentado, pra não tá parado”. Um outro morador do povoado, Luís Cruz também afirma que “caboco roça, capina, broca. Da roça ao coco, agora eu não quebro coco, mas junto pra mulher quebrar em casa”.

O fato é que embora nas práticas sociais de Monte Alegre homens e mulheres desenvolvam as mesmas atividades em graus de intensidade e momentos diferentes, nas representações dos moradores, não raro os papéis masculino e feminino se mostram estabelecidos: “A função do homem”, afirmava dona Dalvanir de Jesus, “é trabalhar de roça porque não tem outra função, é ser lavrador mesmo [...] Ser mulher é [...] uma senhora dona de casa [...] A função da mulher aqui na comunidade é quebrar coco [...] não tem outra [...] Eu acho que é trabalhar mesmo na família, é”.

No pensamento dos sujeitos em questão, de fato, há aspectos que relacionam as atividades femininas a tarefas “mais fáceis”, que exigiriam menor força física: “Todos dois serviço são pesado, o da mulher é mais maneiro um pouco, quer dizer o da mulher é mais maneiro”, afirma Luís Cruz. Essa visão sugere uma certa fragilidade da mulher, reforçando a imagem de que a quebra do coco é a tarefa feminina por excelência e confirmando uma idéia de força masculina que vincula o homem aos trabalhos ditos pesados.

Essa percepção dos papéis sociais reafirma que as tarefas domésticas são inerentemente femininas, como Francidalva de Jesusnos deixa perceber: “Assim, a mulher sempre é mais fraca, ela ajuda, mas sabe que é mais pouco que o homem. Ela é tudo, porque lava uma roupa, varre uma casa, o homem não faz isso”. Rosinere de Lima, por sua vez, se reporta às tarefas do marido, deixando clara a sua percepção sobre o trabalho que ele realiza, dizendo que “é bom porque ele trabáia numa roça, faz um serviço [...] Ele faz muito serviço que muié num faz, aí por essa parte é bom”.

Assim como é comum se associar o trabalho da roça não a um qualquer trabalho agrícola, mas a uma atividade do ser homem, a atividade doméstica não tem sido considerada apenas uma tarefa, mas um componente do ser mulher, o que podemos notar nas palavras de Luís Cruz: “A mulher também ajuda de tudo [...] a mulher tá fazendo o que tá certo, cuida de tudo, da casa, faz outras coisas também, porque se não, não dava [...] porque tem a mulher aqui, mas ela me ajuda de tudo [...] eu acho que assim tá bom”.

Essas mulheres não dividem afazeres domésticos com seus maridos/companheiros, ou porque não reivindicam isso, ou ainda porque estes não se sentem confortáveis em negociar uma divisão de tarefas no âmbito familiar. Dona Maria R. dos Santos diz que, em Monte Alegre, “os homem são muito machista, eles querem a mulher mesmo só pra cozinha, cuidar dos filho, na hora da sociedade eles pulam fora”. Sendo assim, o machismo estaria contribuindo na não divisão do cuidado dos filhos, ficando essa tarefa quase exclusivamente a cargo da mulher. No caso em que as mulheres não realizam nenhum tipo de trabalho extracasa (em geral, porque tem filhos pequenos), o comportamento dos homens se dá, geralmente, como Francidalva de Jesus descreve: “ele sempre dá uma de durão, tem homem que bota tudo dentro de casa”.

Verificamos que tanto mulheres vinculadas ao MIQCB quanto aquelas que compartilham experiência com as primeiras, gostariam de vivenciar relações mais igualitárias no que diz respeito a esse aspecto, como dona Maria Bringelo, que concorda “que o homem ajuda, mas isso não é em toda casa. Depois que o homem vai pra roça ele acha que não deve fazer muita coisa, a responsabilidade é da mulher.” Dona Cleonice de Andrade também expressa que os homens “Sempre aqui, acolá, eles ajuda, mas não ajuda não, eles sempre vão é pra roça. Mas tem deles que quebra, tem muitos que quebra. É, outro junta pras mulher quebrar em casa, porque o pessoal tá quebrando mais em casa”.

Fato é que poucos homens auxiliam suas companheiras ficando com seus filhos em casa ou mesmo os levando para a roça. Antes, quando as mulheres saíam para quebrar coco comumente o irmão mais velho cuidava do(s) menor(es) e, segundo dona Maria Araújo, quando isso não era possível, “levava pro mato e a redinha dentro do cofo e a latinha de leite, fazia um foguinho e o cumê dele.” A experiência de dona Josefa Silva é bem parecida, uma vez que “Só era um [filho], assim mesmo eu levava, levava massa, açúcar [...], mas não ficava com ninguém [...] do jeito que eu padecia, ela [a criança] também, nos mato.”

Em grande medida, a visão do trabalho de quebra do coco como uma extensão do trabalho doméstico perpassa o cotidiano desses trabalhadores rurais. Tal visão pode confirmar, inclusive, o motivo de os homens admitirem a quebra do coco como uma função essencialmente feminina e preferirem que esse trabalho seja realizado em casa. Embora reconheçam a importância do trabalho feminino para a sobrevivência, já que, como aponta dona Francisca de Aquino, “é difícil um homem sustentar a mulher sem ela trabalhar [...]. Inda mais quem tem muito filho [...] porque eles não tem ganho [...] eles trabalha é na roça”, os homens quase sempre vêem a referida atividade como uma mera ajuda familiar.

Muito embora algumas dessas mulheres tentem desconstruir essa imagem, a assimetria de gênero contribui para que a maioria delas acabe assimilando a idéia de que o seu trabalho extrativo é subsidiário ao trabalho do marido/companheiro. Isso se expressa freqüentemente através de um conjunto de termos que caracteriza a atividade de quebra do coco, entre os quais, o constante uso do verbo “ajudar”.

Por parte dos homens, são perceptíveis a valorização da atividade agrícola e a legitimação da divisão social dos papéis, confirmando uma idéia de que o masculino viria em primeira instância na participação da esfera pública e no sustento da casa. Alguns deles, que quebram ou já quebraram coco, ao perguntarmos qual atividade preferem realizar, responderam ser o trabalho na roça. Uma das razões seria, segundo Paulo de Miranda,

Porque assim o ganho do coco é pouco, se eu for me dedicar ao coco não dá. Aí eu trabalho mesmo de roça, fazendo serviço pra um e pra outro [...]. Eu preferia mesmo ir pra roça, porque sempre na roça a gente tem mais vantagem [...] Da roça a gente tira arroz, feijão, milho, melancia.

O senhor José de Freitas também diz que prefere a roça, “porque [...] é melhor mesmo de qualquer maneira, porque quando a gente cultiva ela, ela dá mais [...] que se não der o arroz, dá a macaxeira [...] Eu prefiro a roça, porque a roça é uma mãe.” É também reforçado pelo senhor Luís de Miranda o motivo da não associação da quebra do coco como ofício masculino: “É que a gente não tem outra [atividade] mesmo, é ser lavrador [...] Pro homem não dá pra se dedicar em quebra de coco, porque o coco não tem todo tempo, dá pra ele se dedicar à lavoura.”

Atualmente, em Monte Alegre, poucos homens quebram coco, o que antes, por motivos diversos, não raro ocorria. O senhor João Borges conta: “foi todo dia quebrando coco. Eu já quebrei foi muitas vez, porque tinha precisão, necessidade. O coco era quebrado quando tava devagar, serviço mais pouco.” O senhor Floriano da Silva também afirma que quebrava coco “porque tinha necessidade grande, os ano que tinha legume bem, outros ano num tinha, e nesse tempo não tinha quem vendesse arroz pra gente como tem hoje”.

Assim, conforme dona Maria Bringelo, “os jovens é que mais tem essa história de dizer que não quebram coco, mas os homens quebravam, e muito, o pessoal mais velho [...] Aqui os homens quebram coco, os que não quebram hoje, já quebraram muito.” Há deles que quebravam e quebram o coco por interesses outros, como Luís Cruz, que, segundo Maria Cruz (sua esposa), diz “que quebrava quando ele era solteiro ainda dentro de casa, que ele ia pro mato com os amigo pra comprar roupa pra ir pra festa.”

Quando jovens, era comum, e ainda o é, as mulheres usarem a renda do coco para comprar pertences de uso pessoal. Maria Cruz afirma que “Quando era no inverno a gente quebrava coco só pra comprar arroz, mas quando era no verão que já tinha um arrozinho, a gente quebrava coco só pra nós, pra comprar roupa, esmalte, coisa de cabelo”.

O fato é que não existem espaços sociais fixamente delimitados em Monte Alegre. Há uma separação que serve de referência para identificar “ser mulher” e “ser homem” nesse campo vivencial, porém as relações que lá se estabelecem são tão flexíveis quanto complexas.

**4.3 Vivendo e imaginando os babaçuais**

As experiências dos trabalhadores rurais de Monte Alegre refletem a importância da extração do coco babaçu na vida de muitas famílias. Essa importância se encontra diretamente ligada ao valor que o extrativismo adquire na subsistência diária, entretanto, o sentido do babaçu na vida dessas pessoas toma dimensões não somente econômicas, mas também sócio-culturais, não somente materiais, mas também simbólicas.

4.3.1 Os babaçuais como recurso à sobrevivência

A atividade extrativista tem sido condição principal para a sobrevivência daqueles trabalhadores rurais, pois, como relata dona Cleonice de Andrade, “muita gente vive do babaçu, quebrar, vender”. Dona Lindalva Cruz também pontua: “a gente quebra esse coco é porque a gente é pobre e a gente precisa ter as coisa [...] tirando do coco é a roça”. Diz ainda, Maria R. dos Santos, que o babaçu “é tudo porque sem ele a gente não é nada [...] pro sustento, comprar o açúcar, o café, porque assim, a gente não tem nenhum emprego aí quebra o galho da gente.”

As mulheres retratam as dificuldades de extração do coco e, mesmo sendo árdua e sofrida, algumas cultivam um certo prazer em realizá-la, posto que, segundo dona Josefa de Miranda, a atividade “é muito útil, porque eu sempre falo que a gente tem que amar aquele trabalho que foi servido pra gente. Muito cansativo, mas muito útil.”

Antigamente, era mais comum mulheres quebrarem o coco umas junto das outras em áreas de babaçuais. Quando crianças (meninos e meninas), aprendiam aquela tarefa, sobretudo com suas mães e avós, como dona Rosa de Lima: “comecei quebrar coco bem novinha, logo minha mãe não tinha [recursos financeiros], meu pai também num tinha [...] nós rodamos [Rosa e sua mãe] dentro do mato, ela me ensinava quebrar coco.”

Algumas delas, em menor número, não foram diretamente ensinadas a quebrar o coco, mas na rede de sociabilidade com as demais mulheres foram aprendendo a praticar essa atividade. Atualmente, muitas têm quebrado em casa e recebem ajuda de seus maridos/companheiros na tarefa de coleta do coco babaçu. Maria das N. dos Santos comenta sobre essa prática recente dizendo que “as vez eu quebro no mato, mas eu quebro mais em casa que no mato. O que a gente usa é um jacá pra pegar o coco no mato, tem vez que é na cabeça mesmo”. Às vezes, o cansaço é recompensado quando o quilo do coco está acima da média, mas é sempre difícil carregá-lo para a realização da quebra em casa.

Algumas mulheres chegam mesmo a não se identificar com a atividade fazendo-a apenas por necessidade, sem que haja um prazer ou satisfação, como Luciana Freitas: “não é bom não, mas a gente não tem outro ganho, o ganho que a gente tem é só esse, aí a gente tem que quebrar [...] porque eu quebro assim mesmo, mas não que eu gosto”. Dona Josefa Silva também compartilha dessa mesma visão: “meu Deus a gente quando não tem do que viver, a gente arrisca a vida até morrer [...] se eu achasse outro meio eu não queria mais quebrar coco, pra mim é muito sofrido.”

Além das dificuldades citadas acima, o desânimo na realização do trabalho extrativo decorre do fato de estar relacionado a uma freqüente desvalorização, além da possível vergonha em praticá-lo. De todo modo, a renda familiar fica abalada quando as mulheres deixam de quebrar coco por motivos diversos, sendo os mais comuns relacionados a problemas de saúde, pois como o trabalho exige um esforço repetitivo, as quebradeiras geralmente sofrem de dores na coluna, devido a posição em que se colocam para a quebra. Tratando disso, Maria Carneiro diz que quebrar coco “não é muito bom não, porque a gente passa ali o dia sentado direto, quando não a gente passa o dia todinho andando, mas a gente passa mais o dia sentado, dá uma dor nas costa.”

De certa forma, a prática de quebra do coco é tomada como costumeira por esses trabalhadores rurais, como mostrava dona Dalvanir de Jesus: “Eu não quebro mais, já interou ano que eu larguei de quebrar coco por problema de saúde, mas quando eu quebrava todo dia eu ia pro mato, só que eu não tô mais quebrando, mas a vontade é louca, quando a gente tem aquele costume”.

4.3.2Relações e tensões de gênero em meio a representações das palmeiras

Analisando o universo de representações em torno dos babaçuais, identificamos que há no imaginário dos moradores de Monte Alegre a percepção da palmeira de babaçu como uma “mãe”, que dá sustento às pessoas que vivem da extração do coco. Para dona Josefa Silva, “ela serve duma mãe porque eu chego debaixo de uma palmeira ela tá cheia de coco, eu pego esse coco, eu quebro esse coco, eu tiro o azeite, eu tiro as palha pra cobrir as casa, pra fazer o cofo pra juntar coco. Pra mim é mesmo que ser uma mãe”.

Não só as mulheres, mas também os homens, consideram a palmeira uma mãe pela sua importância para a sobrevivência de suas famílias, assumindo significado similar ao que é atribuído à roça, como deixa entrever Domingos Lima:

A palmeira de babaçu é a obra da natureza que serve pra gente [...] a gente faz o carvão. A palmeira é uma mãe [...] na parte inté da alimentação [...] Eu pego minha machada, quebro quatro quilo de coco e vou comprar dois quilo de arroz [...] Eu faço cofo, faço esteira, faço ninho de galinha. Pra mim eu considero ela como uma rocinha, é mesmo como a roça, que é minha mãe.

Como podemos perceber, a palmeira é um recurso natural totalmente aproveitável, em relação à qual se constroem sentimentalidades. Essa afirmação é evidente nos depoimentos analisados e se acentua em diversos cantos do MIQCB, como no que se segue:

XOTE DAS QUEBRADEIRAS

Ei! não derruba esta palmeira / Ei! não devora os palmeirais.

Tu já sabes que não pode derrubar / Precisamos preservar as riquezas naturais.

O coco é para nós grande riqueza / É obra da natureza / Ninguém vai dizer que não.

Porque da palha só se faz casa pra morar / Já é meio de ajudar a maior população.

Se faz óleo pra temperar comida / É um dos meios de vida pros fracos de condição.

Reconhecemos o valor que o coco tem / A casca serve também pra fazer o carvão.

Com o óleo de coco as mulheres caprichosas / Fazem comidas gostosas de uma boa estimação.

Merece tanto seu valor classificado / Que com o óleo apurado se faz melhor sabão.

Palha de coco serve pra fazer chapéu / Da madeira faz papel / Ainda aduba nosso chão.

Talo de coco também aproveitado / Faz quibano e cercado para poder plantar feijão.

A massa serve para engordar os porcos / Tá pouco o valor do coco / Precisam dar atenção.

Pra os pobres este coco é meio de vida / Pisa o coco Margarida e bota o leite no capão. (VEIQCB, 2004)

Nos rituais de socialização de costumes, de histórias (re)significadas de pais para filhos, transmitidas oralmente de uma geração à outra, observamos elementos do imaginário daqueles trabalhadores que revelam “mecanismos sociais de propagação e reelaboração da memória [...] capaz de relacionar recordações não experimentadas diretamente pela pessoa ou grupo; esse conjunto de recordações (memória herdada) é transmitido por vários meios, como a tradição oral e escrita e os rituais (AMADO, 1994, p. 6).

Em Monte Alegre, conforme Rosinere de Lima, “tem um dizer que quem tá matando uma palmeira é mesmo que tá matando uma mãe de famía”. Tal associação, segundo aquela moradora, é “O povo mais véio é que conta [...] que uma palmeira carregada de cacho parece uma mãe carregada de menino”. A representação da palmeira como mãe é uma realidade em outros lugares onde o extrativismo é realizado. Para dona Maria Chagas (2005), essa mesma identificação, revela, sobretudo, aspectos ligados à sobrevivência, porque “as pessoa de baixa renda quase todos são filho de leite da palmeira [...] a gente não bebe leite do coco quando é bebê, mas da palmeira, do fruto dela, a gente alimenta os filho [...] Eu sou filha da palmeira porque ela que deu condição de minha mãe me criar.”

Como aponta Baczko (1985), toda sociedade desenvolve, ao longo de sua história, seu próprio sistema de significados correspondente a um circuito de idéias-imagem que exprime uma visão representativa da coletividade e se expressa em uma identidade e no estabelecimento de práticas e de regras dos membros envolvidos. Em Monte Alegre, observamos que as articulações simbólicas são construídas nas relações em grupo. Os sujeitos estão relacionados geográfica e imaginariamente.

Consideramos que o sentido dado aos palmeirais varia de acordo com o contexto sócio-cultural de cada grupo, podendo ser diversas as representações. [[185]](#footnote-185) Em se tratando de Monte Alegre, encontramos apenas a identificação da palmeira como “mãe” e entendemos que esta associação está para além do objetivo de garantir que este recurso esteja disponível.

Este é, ao mesmo tempo, um campo permeado de representações e tensões. A relação das quebradeiras de coco com os babaçuais apresenta um sentido muito intenso no campo da subsistência, nos conflitos vivenciados e nos costumes cotidianos. Seus discursos (cantos, poesias, etc.) e práticas são reveladores de seu universo simbólico de interação com a natureza e da construção de sua militância política, o que se evidencia fortemente em discursos sobre a devastação dos babaçuais, como na oração “Ave-Maria das Quebradeiras”:

A palmeira caindo em carreira / A caminho da morte, mudando sua sorte

Suspiro derradeiro, gemido profundo / Treme a terra e o mundo

Sufocando o coração das quebradeiras / Ave palmeira que sofre desgraça

Malditos derrubam, queimam, devastam / Bendito é teu fruto que serve de alimento

E no leito da terra ainda dá sustento. / Santa mãe brasileira, mãe de leite verdadeiro

Em sua hora derradeira, rogai por Todas nós quebradeiras. / Amém. (LIMA, 2004)

Em Monte Alegre, palmeiras foram cortadas por homens do povoado, que alegavam falta de espaço para o plantio, gerando tensões entre aqueles e quebradeiras de coco da localidade, como confirmou dona Raimunda Sousa:

Aqui tem muito deles [homens do povoado] que derruba na época da roça [...] sabe o que é isso é porque a pessoa num pensa porque o coco dá munta produção [...] se a gente entendesse não devorava [...] Agora eles derruba e a gente vai lá, mas ela já tá no chão e a gente num pode botar em cima de novo [...] mas a gente grita que só falta se dismantelar. Num é muito, mas derruba sempre [...] a palmeira é a vida do cristão, se jogar ela no chão não tem mais produção, nem tem mais vida.

Em algumas regiões, o corte de palmeirais por companheiros de quebradeiras era uma prática presente em meio aos conflitos com fazendeiros/grileiros daquele referido período de resistências. Em Lago do Junco, enquanto as mulheres impediam que contratados de fazendas cortassem as palmeiras de babaçu, os próprios homens dos povoados derrubavam-nas. Para impedir essas práticas as quebradeiras tentavam mostrar aos seus maridos/companheiros que o que eles ganhavam com o corte era inferior à renda obtida pela mulher na quebra do coco. (ASSEMA EM REVISTA, 2004)

A derrubada dos babaçuais significa, para as mulheres, uma perda material e simbólica, uma vez que a palmeira, de acordo com o povoado, assume um lugar personificado (“mãe”, “virgem”, “viúva”). [[186]](#footnote-186) Em Monte Alegre, derrubadas de palmeiras por homens da localidade podem significar uma desvalorização do trabalho feminino, posto em segundo lugar, portanto, subsidiário ao trabalho masculino. Muitos homens não admitem quebrar o coco e aqueles que quebram, na maioria das vezes, o fazem como uma atividade secundária.

Muito embora a implantação de roças seja uma prática antiga nessa localidade, sendo ainda usadas técnicas tradicionais de cultivo, como o corte das árvores e arbustos, incluindo palmeiras, e a queima das áreas de plantação, consideramos que com as novas discussões levadas pela ASSEMA e pelo MIQCB sobre a modificação de recursos no trabalho agrícola, visando conter a derrubada de babaçuais e manter a fertilidade do solo, os homens já possuem conhecimento de práticas de agricultura que não devastam os babaçuais. Nessa perspectiva, sugerimos que quando homens cortam palmeiras pode existir uma relação próxima entre devastação dos babaçuais e auto-afirmação masculina, uma hipótese que incentiva uma posterior discussão acerca das relações de gênero tecidas nesse povoado.

O fato é que nas relações dos trabalhadores rurais de Monte Alegre com os babaçuais, ambos os gêneros reconhecem a importância do trabalho extrativo para a manutenção familiar. Mais que os homens, é visível que as mulheres mantêm relações mais íntimas e subjetivas com os palmeirais, o extrativismo é uma prática realizada sobretudo por elas, sendo associada ao feminino, o que não implica que os homens mantenham tão somente relações materiais com as palmeiras.

**5 CONCLUSÕES**

Relações de gênero e processos de construções identitárias marcam o universo de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. Notamos que mulheres integradas ou não no MIQCB, embora tenham experiências diversas, encontram-se existencial, histórica, social, econômica e culturalmente relacionadas enquanto mulheres que quebram coco babaçu. Os trabalhadores rurais aqui enfocados se autodefinem e vêm sendo definidos como remanescentes de quilombos, tendo sua história e cultura relacionadas a uma dada herança que remonta a africanos e, em menor grau, a grupos indígenas. A descendência africana e o auto-reconhecimento como negros e/ou pretos é elemento constantemente reatualizado em seus discursos, sejam eles de Monte Alegre ou de outros povoados. Um reconhecimento que certamente está relacionado ao período mais intenso de conflitos com fazendeiros/grileiros, no contexto da passagem do “tempo do coco preso” ao “tempo do coco liberto”, passagem ainda em disputa, o que reforça os laços entre o grupo, fornecendo-lhes um passado comum. As identidades assumidas por esses grupos são diversas, destacando-se as identidades étnico-racial e de gênero. Para as mulheres, em particular, some-se a essas identidades, o fato de serem quebradeiras de coco babaçu e de buscarem se pensar a partir desse lugar.

O MIQCB, em grande medida, consiste na afirmação de mulheres coletivamente integradas e articuladas enquanto quebradeiras de coco. Mulheres não associadas ao MIQCB têm mantido constante diálogo com as associadas, trocando experiências e conhecimentos com as mesmas. A identidade grupal daquelas mulheres (quebradeiras de coco) se articula à sua identidade feminina e elas têm se esforçado para alcançar representatividade em uma sociedade que historicamente as discrimina sob um tripé: de sexo/gênero, de cor/“raça”/etnia e de classe. Em decorrência disso, está havendo uma releitura das percepções sobre os afazeres que circundam uma “quebradeira de coco”. Essas trabalhadoras têm buscado desconstruir discursos e práticas que solidificam uma diferença que gera desigualdade de tratamento entre homens e mulheres, atuando diretamente no seio familiar, convidando a participação masculina ao debate.

Nesse contexto, também notamos que discursos e práticas em torno do feminino e do masculino quase sempre não se encontram. Não há uma divisão atávica e fixa do trabalho entre homens e mulheres nas realidades estudadas, mas ela constantemente é enunciada. Na prática, mulheres fazem trabalhos que no discurso são de homens, como trabalhar na roça, e também há casos de homens que quebram coco, trabalho que, nos discursos, é estritamente feminino. Mulheres que lutam e reivindicam relações menos desiguais entre os gêneros, reproduzem discursos que legitimam a idéia de que os comportamentos e práticas individuais estão associados a uma condição de sexo/gênero. Apesar de, em muitos casos, serem as mulheres que, através de sua tripla jornada (especialmente em casa e na quebra do coco, mas também na roça) garantem o sustento da família, tal responsabilidade é facultada tão somente ao homem, mesmo quando o trabalho deste na roça não é suficiente para aquele sustento. Homens se apropriam (material e simbolicamente) do trabalho de suas esposas/companheiras. O trabalho na roça é lido como mais difícil e a quebra do coco como mais fácil e leve sugerindo uma relação antitética entre homens (força) e mulheres (fragilidade). Apesar de terem conquistado um espaço público, pelas suas reivindicações, o espaço dos afazeres do lar/casa continuam sendo vistos como essencialmente de sua responsabilidade e inscritos em seu ser (mulher). A ambigüidade é, em grande medida, a tônica das relações.

Se, de um lado, experiências dos trabalhadores de Monte Alegre refletem a importância do extrativismo do babaçu na vida de muitas famílias, apontando para uma dimensão econômica e material – de subsistência –, de outro, temos que considerar dimensões simbólicas que permeiam essas realidades, entendendo, como nos lembra Baczko (1985), que as construções imaginárias podem reger a vida coletiva.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. de. **Quebradeiras de coco – identidade e mobilização:** legislação específica e fontes documentais e arquivísticas. São Luís: MIQCB, 1995.

\_\_\_\_\_\_. Preços e Possibilidades: A organização das quebradeiras de coco babaçu face à segmentação dos mercados. In.: ALMEIDA, A. W B. et al. (Orgs.). **Economia do babaçu:** Levantamento preliminar de dados. 2. ed. São Luís: MIQCB; Balaios Typographia, 2001.

ALVES, M. de F. P. Gênero e família camponesa: repensando a unidade. In: FERREIRA, Maria Luzia Miranda A. et al (Orgs.). **Os saberes e os poderes das mulheres:** a construção do gênero. São Luís: EDUFMA; Salvador: REDOR, 2001.

AMADO, J. **O grande mentiroso:** tradição, veracidade e imaginação em história oral. Caxambu, 1994. 10 f. Trabalho apresentado no GT Memória do XIX Encontro da ANPOCS.

AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. **Usos e abusos da história oral**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ANDRADE, C. de; AQUINO, F. de; ARAÚJO, M. da C.; BORGES, J.; BRINGELO, M. de J.; CARNEIRO, M. da C.; CRUZ, L.; CRUZ, L. C.; CRUZ, M. C.; FREITAS, J. de; FREITAS, L.; JESUS, D. de; JESUS, F. de; LIMA, D.; LIMA, R. de; LIMA, R. de; MIRANDA, L. de; MIRANDA, J. de; MIRANDA, P. de; PEREIRA, T.; SANTOS, M. das N. dos; SANTOS, M. R. dos; SILVA, F. da; SILVA, J.; SOUSA, R.. **Cotidiano, gênero, agroextrativismo...:** entrevistas semi-estruturadas realizadas em Monte Alegre, Maranhão, Brasil.São Luís, mar./abr./maio 2005. Entrevistas concedidas a Viviane de Oliveira Barbosa.

ANDRADE, M. de P. (Org.)**. Coleção Célia Maria Corrêa – Direito e Campesinato**. São Luís: NAV; Mestrado em Políticas Públicas, UFMA, 1998.

\_\_\_\_\_\_. **Terra** **de índio – Identidade étnica e conflito social em terras de uso comum**. São Luís: UFMA, 1999.

ANDRADE, M. de P.; FIGUEIREDO, L. **Na lei e na marra. A luta pelo livre acesso aos babaçuais.** São Luís: Projeto Olhar Crítico; DFID; ACTION AID, 2004. Mimeografado, em fase de elaboração.

ARAÚJO, H. de F. et al. As quebradeiras de coco babaçu e a luta pelo fim da sujeição no campo.In: **DIREITOS HUMANOS NO BRASIL**: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo: Fundação Heinrich Böll, 2004.

ASSEMA EM REVISTA. **Um novo modo de vida existe no campo**. São Luís: ASSEMA, dez. 2004.

AUGRAS, Monique. História Oral e Subjetividade. In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes (Org.). **Os Desafios Contemporâneos da História Oral – 1996**. Campinas, SP: Centro de Memória, UNICAMP. 1997.

BACZKO, B. Imaginação Social. In: **Enciclopédia Einaudi. Antropos-Homem,** Lisboa, Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985, v. 5.

BARBOSA, V. de O. **Quebradeiras de coco babaçu: memória, gênero e identidade em foco**. 2005. 45 f. Relatório (Trabalho final de pesquisa) – Programa de Bolsas de Iniciação Científica; Pró-Reitoria de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, Universidade Federal do Maranhão; Conselho Nacional de Pesquisa. São Luís, 2005a.

\_\_\_\_\_\_. **Quebradeiras de coco babaçu no Maranhão: gênero e etnicidade**. 2005. 30 f. Relatório de Pesquisa (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) – Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Centro de Estudos Afro-Orientais, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2005b.

\_\_\_\_\_\_. “Quebra coco nega, eu não! Eu não! Quebra coco nega, eu estou quebrando”. In.: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA, 57., 2004, Cuiabá. **Anais da 57ª Reunião Anual da SBPC.** Cuiabá, SBPC, 2005c.

\_\_\_\_\_\_. Memórias da mobilização pela terra: Quebradeiras de Coco Babaçu no Maranhão. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 15, n. 1/2, suplemento, p. 227, 2004. Trabalho apresentado no 1º Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFMA; 16º Seminário de Iniciação Científica, São Luís, MA, 2004a.

\_\_\_\_\_\_. Uma análise sobre o Movimento de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu no Maranhão. In.: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 2., 2004, São Luís. **História e Historiadores hoje.** São Luís, ANPUH; UEMA, 2004b, p. 46-47.

\_\_\_\_\_\_. Quebradeiras de coco babaçu no Maranhão: gênero, identidade e ecologia num movimento social. In.: ENCONTRO REGIONAL NORTE/NORDESTE DE ESTUDANTES DE HISTÓRIA, 16., 2004, Fortaleza. **Caderno de Resumos do 16º Encontro Regional Norte/Nordeste de Estudantes de História.** Fortaleza, UFC, 2004c.

BARTH, F. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In.: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da Etnicidade.** São Paulo: UNESP, 1998.

BARROS, C.; CHAGAS, M. A.; COSTA, E.; LIMA; O.; MENDONÇA, Z. **Pronunciamentos, debates e discussões durante o VEIQCB**. São Luís, 08-10 dez. 2004. Anotações dos pronunciamentos, debates e discussões.

CHAGAS, M. A. **MIQCB, gênero, trabalho, identidade...** São Luís, jun. 2005. Entrevista concedida a Viviane de Oliveira Barbosa.

CHARTIER, R. **A História Cultural, entre práticas e representações**. Rio de Janeiro/Lisboa: DIFEL/Bertrand, 1985.

COSTA, W. C. da. **Sob o Signo da Morte: Decadência, Violência e Tradição em terras do Maranhão.** 2000. 200 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

\_\_\_\_\_\_. **Do Maranhão Novo ao Novo Tempo:** a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. São Luís, 1998. Mimeografado.

DORNELLES, L. V. **Pedagogias culturais: Sexualidade e identidades**. Florianópolis, 2002. Disponível em: <http:// [www.unit.br/unit/universidade\_profope.asp](http://www.unit.br/unit/universidade_profope.asp)>. Acesso em: 15 dez. 2004.

FARIAS, M. D. M. Nem caladas nem silenciadas: as falas das mulheres trabalhadoras rurais e a desconstrução de sujeitos políticos tradicionais. In: FERREIRA, M. L. M. A. et al. (Orgs). **Os saberes e os poderes das mulheres:** A construção do gênero. São Luís: EDUFMA; Salvador: REDOR, 2001.

FERREIRA, Jerusa Pires. Os Desafios da Voz Viva.In.: **Os desafios contemporâneos da história oral – 1996**. Campinas, SP: Centro de Memória; UNICAMP, 1997.

FIGUEIREDO, L. D. **Empates nos babaçuais:** do espaço doméstico ao espaço público – lutas de quebradeiras de coco no Maranhão. 2005. Dissertação (Mestrado em Agricultura Familiar) – Universidade Federal do Pará da UFPA, Belém, 2005.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

GEBARA, I. **Rompendo o Silêncio:** Uma fenomenologia feminista do mal. São Paulo: Vozes, 2000.

GILROY, P. **O Atlântico negro**: Modernidade e dupla consciência. São Paulo: Ed. 34, 2001.

GONÇALVES, F. **A Invenção do Maranhão Dinástico.** São Luís: EDUFMA; PROIN-CS, 2000.

HALL, S. **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: UNESCO, 2003.

HOBSBAWM, E. **A era dos extremos:** O breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEMOS, C. T. Gênero na agenda dos movimentos sociais. In: PElOSO, R. et al. **Saberes e Olhares – A Formação e Educação Popular na Comissão Pastoral da Terra**. São Paulo: Loyola, 1999.

LIMA, M. do S. T. **Ave-Maria das Quebradeiras**. São Luís: Auditório do Praia Mar Hotel, 2004. Produção musical cantada no VEIQCB, São Luís, 2004.

MARTINS, C. C.. Acesso aos babaçuais e a relação entre as atividades econômicas no Médio Mearim, Baixada Maranhense, Tocantins e Piauí. In.: ALMEIDA, A. W. B. et. al. (Orgs). **Economia do babaçu:** Levantamento preliminar de dados. 2 ed. São Luís: MIQCB; Balaios Typographia, 2001.

PINDOVA. Informativo bimestral do MIQCB. São Luís: MIQCB, 2005, n. 1, fev.; mar. 2005.

\_\_\_\_\_\_. São Luís, 2005, n. 3, jun.; jul 2005.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n.10, 1992.

QUEIROZ, T. Do singular ao Plural. In: CASTELO BRANCO, P. V. **Mulheres Plurais:** a condição feminina em Teresina na Primeira República. Teresina: F.C.M.C., 1996.

SANTOS, E. S. dos. Maria, filhos de Maria. **ASSEMA em Revista**. Um novo modo de vida existe no campo, São Luís, ASSEMA, dez. 2004.

SARTI, C. A. A sedução da igualdade: trabalho, gênero e classe. In.: SCHPUN, Raisa (Org.). **Gênero sem fronteiras:** Oito olhares sobre mulheres e relações de gênero. Florianópolis: Mulheres, 1997.

SHIRAISHI NETO, J. Babaçu livre: conflito entre legislação extrativa e práticas camponesas. In.: ALMEIDA, A. W. B. et al. (Orgs). **Economia do babaçu:** levantamento preliminar de dados. 2 ed. São Luís: MIQCB; Balaios Typographia, 2001.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes (Org.). **Os Desafios Contemporâneos da História Oral – 1996**. Campinas, SP: Centro de Memória, UNICAMP. 1997.

VEIQCB, 2004, São Luís, 08-10 dez. 2004.

|  |  |
| --- | --- |
| Nome: ERA UMA VEZ UMA MENINA E UM MENINO:  UM ESTUDO DE GÊNERO NA LITERATURA INFANTIL | **A 012**  **Menção**  **Honrosa** |
| Autora/o: SILVIA MONNERAT |
| Orientadora/o : Professora Doutora Mirian Goldenberg |
| IES: UFRJ |
| Cidade/Estado: Rio de Janeiro |
| Outras Informações: Estudante de Graduação aluna de Ciências Sociais da UFRJ |

**INTRODUÇÃO**

Podemos fazer a apresentação inicial do trabalho dizendo que ele decorre da leitura de narrativas escritas para crianças e que, a partir dos textos selecionados, propõe-se investigar a existência (ou não) de diferenças significativas quanto a papéis desempenhados por meninas e meninos. Escolher como campo de estudo o universo infantil deve-se ao fato de, durante este estágio do desenvolvimento, serem as regras de socialização pela primeira vez passadas para as pessoas em cada cultura. Valores culturais referente à sociedade em que vivemos são transmitidos constantemente para as crianças, dentre os quais podem ser ressaltados os valores referentes a gênero[[187]](#footnote-187).

Estudar gênero relacionando-o com a infância mostra-se fundamental para o entendimento sobre a permanência (ou não) de valores distintivos de gênero, pois a sua transmissão pode se apresentar como um indicador de que estes valores poderão continuar vigorando ainda durante um bom tempo na sociedade, caso haja a absorção destes por parte das crianças que com eles tiveram contato.

Os papéis a serem assumidos pela pessoa em fase de formação podem estar sendo passados de diversas maneiras, através de discursos, de brinquedos, brincadeiras, cores, sentimentos, que caberiam, de maneira diferenciada, a meninos e a meninas. Estes elementos, por sua vez, têm como canal para chegar às crianças, a televisão, a escola, o ambiente do lar, a *internet* e a literatura infantil, entre outros.

A escolha da literatura infantil para análise das representações de gênero no universo infantil foi feita por acreditar ser esta uma forma de comunicação, privilegiada em nossa cultura letrada, permitindo que a criança estabeleça um contato com aquilo que se passa para ela, e que foi escrito, na quase totalidade das vezes, por um adulto que está transmitindo, consciente ou inconscientemente, valores e tipos ideais de comportamento que poderão ser por ela assimilados, visto estar em fase de formação.

**OBJETIVOS**

Este trabalho tem como objetivo geral investigar a existência (ou não) de diferenças significativas quanto a papéis desempenhados por meninas e meninos, ao analisar o *corpus* de histórias infantis selecionadas.

A pesquisa teve por meta identificar as personagens infantis, presentes no centro dessas narrativas, que podiam ser estudadas segundo marcas distintivas de gênero, buscando verificar modalidades de marcas distintivas presentes (sejam elas relacionadas a aspectos descritivos de características dessas personagens, sejam relacionadas a tipologias de ações e expressões de sentimentos a elas atribuídas), entendendo ainda a pertinência do estudo das relações das personagens infantis com as demais no que disser respeito às questões de gênero.

Como decorrência das questões que conduzirão ao alcance dos objetivos gerais da investigação, mais especificamente, quando a hipótese da existência de papéis distintivos de gênero ficou comprovada para o conjunto de narrativas pesquisado, ou mesmo para uma parte do *corpus* pesquisado, a investigação avança na direção da busca da identificação das matrizes que, no universo da análise, organizam identidades culturais do feminino e do masculino reconhecidas no âmbito da cultura escrita produzida para crianças no Brasil, no domínio das publicações consideradas.

**METODOLOGIA**

Da existência de múltiplas representações de gênero voltadas para um público infantil, associadas a diferentes práticas culturais, derivou a necessidade de circunscrevermos o âmbito do material a ser pesquisado. A literatura infantil foi o campo de representações escolhido, a partir daí estipulamos trabalhar apenas com edições brasileiras dos anos compreendidos entre 1988 e 2004[[188]](#footnote-188).

Ao verificarmos que, entre nós, a edição literária recente para crianças reúne uma produção de histórias de autores contemporâneos assim como muitas reedições de traduções e adaptações de contos tradicionais (contos de fada, de reis, de princesas...), na relação de nossas fontes, optamos por dividir o *corpus* da pesquisa em dois segmentos, o primeiro incluindo versões atuais de histórias tradicionais (privilegiando edições com ampla tiragem e distribuição), por serem estas narrativas identificadas pelo senso comum como sendo a literatura infantil propriamente dita, e o segundo segmento contendo um conjunto de obras de autores brasileiros contemporâneos.

Para delimitação do *corpus* foi, inicialmente, feita, em bibliotecas escolares, uma leitura extensiva de um numeroso conjunto de obras infantis, com a preocupação de selecionar um pequeno elenco de textos que, além de apresentar questões de gênero recorrentes, pudesse dar conta dos dois temas privilegiados, e as subdivisões constidas neles. Nessa leitura inicial, de forma exploratória, os recortes temáticos foram consolidados e de um número muito maior de obras selecionadas, foram escolhidas as obras para análise em cada um dos grupos temáticos.

**ANÁLISE DO *CORPUS***

**Representações de gênero na literatura infantil tradicional (contos de fadas)**

Nesta primeira parte dedicada à análise de obras que integram nosso *corpus*, iremos trabalhar com duas estórias que figuram entre um elenco das mais conhecidas obras da literatura infantil tradicional, pertencentes, ambas, ao conjunto reconhecido pela denominação de “contos de fadas”.

Por um lado, a escolha que fizemos, tendo em vista o estudo de representações de gênero, optou por restringir-se a contos dos mais divulgados, com múltiplas edições correntes, por entendermos que, em virtude de sua ampla circulação, ainda hoje essas estórias fornecem modelos para a identificação de um público de crianças. Por outro lado, buscamos selecionar um material em que as representações de gênero das personagens principais (protagonistas e antagonistas) ficassem restritas à categoria humana[[189]](#footnote-189).

**Cinderela**

Iniciaremos a análise pela estória de “Cinderela” - por muitos chamada de “Gata Borralheira” - um conto tradicional, de antiga circulação oral, cujo registro escrito mais prestigiado no âmbito europeu foi o de Perrault, publicado em 1697, sob o título “Cendrillon ou la petite pantoufle en vair”, no livro *Histoires ou contes du temps passé, avec des moralités*, também conhecido como *Contos da Mamãe Gansa*.

Serão utilizadas cinco adaptações desta estória, para tentarmos perceber se os valores relacionados a gênero permanecem de modo semelhante nas versões consultadas da estória. Para tanto, faremos uma análise das diferenças e semelhanças encontradas nestas versões. Os livros a serem analisados por nós são das coleções: *Fábulas de Ouro, Sonho Infantil, Clássicos Infantis* e o livro *Cinderela Surda*, além de nos utilizarmos também do livro *Contos de Fadas – Edição comentada e ilustrada* que tem uma versão que pretende ser fiel à de Perrault.

A principal questão a ser levantada acerca desta estória é o fato do casamento aparecer como forma de aumentar o valor social, tanto para o homem quanto para a mulher. O príncipe oferece um baile para escolher a mulher com quem irá se casar e as meio-irmãs de Cinderela, assim como ela, almejam estar neste baile. Nas versões por nós analisadas ocorrem diferenças no que diz respeito a quem irá oferecer a festa para as damas do reino para o futuro casamento do príncipe: nos livros das coleções *Fábulas de Ouro* e *Clássicos Infantis* o baile é oferecido pelo rei que deseja casar o filho; no livro *Cinderela Surda* é o próprio príncipe que deseja, através do baile, encontrar uma esposa, e no livro da coleção *Sonho Infantil* não é mencionado quem oferece o baile, apenas que o intuito é o de que o príncipe encontre uma donzela para se casar. Percebemos então que o baile funciona como um “mercado” no qual as moças iriam para serem escolhidas pelo homem. As mulheres se enfeitam, como é colocado em todos os livros do nosso *corpus*, e existe uma preocupação exacerbada com a beleza e a apresentação no baile. O casamento aparece para as mulheres como uma forma de ascensão social, as mulheres desejam mais do que casar, casar com o príncipe, que é, obviamente, um homem rico.

A beleza se mostra como um capital: Cinderela é bela mesmo debaixo de suas roupas maltrapilhas, mas ao colocar um vestido especial se transforma na mulher mais linda do reino e é esta beleza que faz com que o príncipe a perceba e que ela seja a escolhida para dançar durante toda a noite com ele. Se a beleza é um capital, a vaidade, no entanto, não recebe o mesmo destaque na estória, e de nada vale as meio-irmãs de Cinderela se arrumarem pois nunca estarão à altura, no quesito beleza, da personagem principal. Percebemos claramente isso em *Cinderela Surda* quando “No dia do baile, a madrasta vestiu as duas filhas com roupas bonitas, mas elas não ficaram bem.” (Hessel *et all*: 16). Na estória de Perrault, quando Cinderela experimenta o sapatinho, no final do conto, está vestida com roupas rasgadas e velhas, porém, mesmo assim, o príncipe a acha mais bela do que nunca.

Na versão de Perrault dois bailes acontecem, e é apenas no segundo que Cinderela perde seu sapatinho de Cristal, no entanto nas versões por nós analisadas apenas em uma isto acontece, na coleção *Fábulas de Ouro*: lá a personagem título vai a dois bailes; nos outros três livros, por outro lado, apenas um baile acontece. Parece, aqui, estar sendo evidenciado o amesquinhamento no conteúdo que as estórias sofreram com o passar do tempo, Bettelhein (1978) trata desta questão, e para ele esse empobrecimento na obra faz com que processos cognitivos sejam excluídos do processo de aprendizagem que a criança deveria ter ao ter contato com os contos de fadas.

Outro ponto a ser destacado é que neste conto os afazeres aparecem como uma obrigação que Cinderela deve cumprir, após a morte de seu pai. No entanto, essa tarefa também não é evidenciada como um fardo insustentável. A personagem principal gostaria de deixar os afazeres para ir ao baile (e o faz) mas em nenhum momento se rebela contra a madrasta e os serviços da casa: ela continua os realizando como uma obrigação a ser cumprida, sendo, aparentemente, incorporados pela mesma o papel que deve desenvolver, ao passo que não há nenhuma reivindicação contrária a isso durante toda a estória.

Nesse sentido podemos mostrar como o papel feminino principal é caracterizado como ingênuo e bobo. Na versão de Perrault Cinderela senta, no primeiro baile, ao lado das irmãs durante o jantar e conversa com elas sem raiva alguma e, inclusive, as perdoa quando estas imploram seu perdão ao descobrirem que ela era linda donzela do baile e que, neste momento, já era a escolhida do príncipe para com ele se casar. A moralização sofrida nas estórias de autores como os irmãos Grimm, ou no caso, Perrault, tem como exemplo, aqui, no perdão concedido por Cinderela a suas meio-irmãs, um valor cristão, que aparece como uma qualidade da personagem feminina que, mesmo após sofrer maus-tratos das irmãs e da madrasta, abraça-as e perdoa. Das versões que compõe o nosso *corpus,* em apenas duas aparece o pedido de perdão por parte das outras personagens femininas, sendo que uma delas, a anteriormente citada *Contos de Fadas – edição comentada e ilustrada*, é fiel à versão de Perrault: nela “as duas irmãs perceberam então que era ela a bela jovens que tinham visto no baile. Jogaram-se aos seus pés para lhe pedir perdão por todos os maus-tratos que a tinham feito sofrer. Cinderela perdoou tudo e, abraçando-as, pediu que continuassem a lhe querer bem”. (Tatar: 2004). O perdão aparece novamente naadaptação da *Coleção Sonho Infantil*: “a madrasta e as irmãs se arrependem do mal comportamento em relação à Cinderela e pediram desculpas. Cinderela, que tinha bom coração não quis guardar rancor.” (Coleção Sonho Infantil: 8).

Na análise deste *corpus* também percebemos que, mesmo que as versões permitam grandes modificações no conteúdo da estória, os papéis de gênero tendem a ser mantidos. Como exemplo paradigmático disto podemos citar a estória aqui analisada da *Cinderela Surda*, na qual a personagem título, assim como o príncipe, sofre de deficiência auditiva. Entendemos que o que é enfatizado aqui será uma forma de discutir a inclusão social destas crianças e fazer com que estas se sintam pertencentes a um universo que, para elas, se mostra mais distante do que para crianças que não sofram do mesmo problema que elas. O que pretendemos levantar é que não estamos evidenciando apenas o fato dos personagens principais serem surdos como fator de mudanças na estória. O tradicional sapatinho de cristal é suprimido nesta estória e trocado por uma luva, além do fato de, nesta estória, ser um gato transformado em cavalo, e não dois ratos como na estória de Perrault e em duas adaptações presentes no nosso *corpus -* as coleções *Sonhos Infantil e Fabulas de ouro*. É claro que não desconsideramos que para crianças surdas, teoricamente, seria interessante manter uma regularidade de procedimentos com a obra na qual foi inspirada mas, de fato, isto não parece acontecer. Mesmo sendo verificadas modificações na estória em diversos aspectos - mudanças não apenas referentes ao problema auditivo sofrido pelos personagens principais, alterações essas que teriam como intuito uma aproximação maior com o mundo da criança para a qual está sendo destinado o livro - , podemos verificar que nenhuma modificação nos papéis de gênero foi percebida. Cinderela permanece, como na versão original, à espera do casamento, como forma de se livrar dos maus tratos sofridos em sua casa, e este é alcançado através da ida a um baile no qual a personagem é escolhida para ser o par do príncipe, dentre tantas outras que também estavam em busca do casamento.

**Branca de Neve e os sete anões**

O livro *Contos de Fadas – edição comentada e ilustrada*, de Maria Tatar (2004), que reproduz estórias tradicionais de Perrault, dos irmãos Grimm, Andersen entre outros autores, segue a mesma perspectiva colocada por Darnton (1986), que indica que algumas versões dos contos de fadas tendem a desaparecer, prevalecendo uma matriz que servirá como referencia para as demais. Tatar evidencia, a propósito, que após o lançamento do filme da Disney sobre o conto dos irmãos Grimm que conta a estória de Branca de Neve (em 1937), as sucessivas versões tenderam a ser tornar padronizadas, modeladas pela versão da adaptação da animação, ofuscando as outras variantes.

Para a discussão sobre o conto *Branca de Neve e os sete anões* foi feita uma análise de cinco adaptações desta estória, e sobre elas nos foi possível identificar semelhanças e diferenças no que diz respeito aos levantamentos apresentados por Tatar. Também foi possível fazer outros questionamentos sobre estas adaptações.

As versões por nós analisadas foram: a que integra o livro *Uma história por dia*, uma coletânea com diversos textos, dividida em 365 partes para serem contadas por um ano, podendo uma mesma estória estar dividida em várias partes, cada uma representando um dia do ano; as versões das coleções *Contos clássicos, Clássicos infantis* e *Sonho infantil.*

Sobre as questões levantadas por Tatar no livro *Contos de Fadas – edição comentada e ilustrada* percebemos que no nosso *corpus* parece não haver grande discrepância no que diz respeito àquelas colocações. Dos cinco livros analisados em apenas um livro, *Clássicos Infantis,* a exigência por parte da madrasta de que o caçador traga uma garantia da morte de Branca de Neve é mantida, sendo que nesta adaptação o que é pedido é o coração e não os pulmões e o fígado, enquanto nos outros três livros nada sobre isto é mencionado, assim como na versão da Disney.

Podemos aqui falar sobre mais uma versão, a que, no entanto, não dedicaremos muitas análises, pelo fato desta também pretender se manter fiel à versão dos irmãos Grimm. Trata-se da versão presente no livro *Meu primeiro Larousse dos Contos Infantis*, que tem a exigência de que sejam trazidos o fígado e os pulmões de Branca de Neve. Nessa versão, todavia, o personagem masculino incumbido da tarefa pela madrasta só não matou a personagem principal por acreditar que um lobo o faria, mais cedo ou mais tarde.

Destacamos entre as três versões que mais se afastam da versão Grimm o fato de, no livro da coleção *Contos Infantil,* ser pedido o coração de Branca de Neve após o caçador tê-la deixado na floresta, porém, no entanto, nesta estória é enfatizado que foi pela bondade de Branca de Neve, conhecida pelo caçador, que ele não a mata, destacando-se aqui uma oposição entre o bem e o mal, entre a jovem e a madrasta.

Outros fatores a serem levantados para discussão aqui, acerca do nosso *corpus*, e seguindo as questões acima consideradas, são as diferenças que existem entre as versões em outros dois aspectos: Quantas vezes a madrasta irá à casa dos anões até que consiga envenenar Branca de Neve; e também como esta irá despertar.

Sobre a primeira questão em três das quatro versões por nós analisadas a madrasta conseguirá que a jovem seja envenenada em sua primeira visita, oferecendo-lhe uma maçã, e em apenas uma serão realizadas três visitas até que a jovem seja dada com morta. Nesta versão, *Uma história por dia*, no entanto, o corpete presente na versão dos irmãos Grimm será trocado por um cinto (talvez para aproximar da realidade das crianças), e o pente e a maçã serão mantidos.

Outro aspecto presente em versões que fugiam da padronização pós-Disney dos contos de fadas, é o fato do caixão não ser necessariamente de vidro, como é visto no filme, existindo versões nas quais o material da fabricação do caixão era de chumbo, ouro ou prata, existindo até algumas em que o caixão tinha pedras preciosas incrustadas. O estudo de Tatar coloca ainda que o fato do caixão ser velado no alto da montanha, na versão mais conhecida, não indica que haja uma regularidade deste aspecto em todas as versões: existe uma em que o caixão desce rio abaixo, outra em que o caixão é colocado em cima de uma árvore, e outra que ele é trancado em um cômodo cercado por velas.

Como uma mudança percebida pela autora nas versões posteriores ao filme da Disney pode-se destacar também o fato de, na versão dos irmãos Grimm, a personagem principal ser despertada quando o príncipe está levando-a, acreditando estar morta, e os seus empregados tropeçam, o que faz com que o pedaço de maçã preso na garganta de Branca de Neve se solte e ela volte à vida, enquanto na versão da Disney a jovem é despertada após um beijo do príncipe, perspectiva que, segundo Maria Tatar, foi tomada emprestada de *A Bela Adormecida*, mas que parece vigorar nas adaptações mais recentes.

Percebemos que mesmo no livro *Uma história por dia* que pretende uma maior semelhança com a versão dos irmãos Grimm, no qual podemos notar que a personagem principal desperta da mesma forma e que a madrasta faz três visitas até que consiga seu objetivo de deixar Branca de Neve desfalecida, encontramos modificações na estória, tais como o corpete ser trocado por um cinto e também o fato de não ser mencionado que seja trazida uma garantia da morte da jovem. As outras versões, de maior tiragem e, também, de preço mais acessível, se mostram menos preocupadas em seguir a versão dos irmãos Grimm, todas elas mostrando uma maior semelhança com a versão da Disney, na qual a estória se mostra muito mais amenizada e contada de forma mais rápida, deixando que detalhes de versões mais remotas fiquem de fora.

Depois de mostrar algumas das diferenças encontradas entre as estórias de nosso *corpus*, gostaríamos de levantar algumas questões gerais que são identificadas nos cinco livros por nós analisados, e, de forma geral, no conteúdo da estória. Em todos a beleza aparece como um valor fundamental e um bem que deve a todo custo ser adquirido. A rainha passa a desejar a morte da enteada após descobrir que esta é a mais bela do reino, posição que a rainha sempre teve e que deseja por tudo alcançar novamente, chegando ao extremo de matar a jovem para conseguir seu objetivo. Essa importância da beleza será evidenciada em todas as versões por nós selecionadas, chegando a extremos como a da versão presente na coleção *Clássicos Infantis* na qual a madrasta não consegue reverter o antídoto da poção, que havia feito para ficar velha e poder levar a maçã sem que fosse reconhecida, e morre de tristeza por não conseguir voltar à sua forma inicial. Branca de Neve também tem sua beleza evidenciada e ela até se beneficia desta beleza. Podemos perceber claramente isso na adaptação presente na coleção *Contos Clássicos*, na qual os anões a deixam continuar dormindo, após terem a encontrado em sua casa, depois de terem visto sua beleza – “Ao entrarem no quarto, espantaram-se ao ver que uma linda moça lá dormia. Ficaram maravilhados com ela e deixaram-na dormir” (Coleção Contos Clássicos: 9).

Acreditamos que estes posicionamentos que exaltam a beleza e mostram, por um lado, o desejo incontrolável da madrasta em ser a mais bela do reino, chegando ao extremo de matar para conseguir ou de, em uma versão, morrer de tristeza por não conseguir voltar a sua forma anterior permanecendo como uma velha, e por outro, de conseguir, em uma versão, abrigo devido a sua beleza, fazem com que a beleza seja entendida, muitas vezes, como um bem fundamental a ser alcançado, sobretudo por mulheres, em nossa sociedade. A partir do momento em que isso é evidenciado como um bem a ser alcançado, de forma que quem não tem esse bem deve almejá-lo (como a madrasta) e, quem já o possui (Branca de Neve) conseguirá benefícios através de sua posse, podemos entender que este valor está sendo reiterado como socialmente aceito. Não pretendemos dizer com isso que a estória deva ser modificada, mas sim mostrar que em algumas versões é sobrevalorizada essa perspectiva da beleza que se transforma em um capital a ser buscado e a ser utilizado é passado ao extremo.

Acreditamos que estas adaptações estão veiculando diversas representações de expectativas em relação ao papel que os gêneros devem assumir. Em relação à questão da exaltação da beleza, cabe ainda ressaltar que, apenas em relação às personagens femininas, a beleza é evidenciada. Outra representação de gênero muito marcada na estória diz respeito ao fato de Branca de Neve conseguir moradia em troca de realizar afazeres domésticos. Esta troca, realizada de bom grado pela personagem título, nos evidencia uma naturalização de que cabe à mulher esse tipo de trabalho: a mulher deve se restringir à esfera doméstica enquanto aos homens cabe o trabalho braçal. Em nenhum momento se questiona o porquê de Branca de Neve não ajudá-los em seu trabalho na mina. Os próprios anões, na versão dos irmãos Grimm e em algumas adaptações, falam claramente sobre esta troca de favores. Na adaptação *Contos Clássicos* esta perspectiva é evidenciada: “Quando acordou, Branca de Neve contou a sua triste história. Os sete anões ofereceram abrigo para ela. Branca de Neve passou a cuidar das coisas de casa.” (Contos Clássicos:10) Na *Coleção Sonho Infantil* também encontramos essa troca de favores: “Branca de Neve contou a eles sua triste história, e os bons anões a convidaram para ficar com eles. Branca de Neve limpava a casa, lavava e costurava as roupas e, quando os anões voltavam à noite, após o trabalho na mina, preparava para eles uma deliciosa refeição.”, grifo nosso. Em *Uma história por dia* vemos: “Na manhã seguinte, Branca de Neve teve que contar sua história aos anões. Um então sugeriu: ‘se cozinhares para nós e manteres nossa casinha limpa podes ficar morando aqui’. Branca de Neve aceitou de bom grado.” (Rehfeld: 144). O único dos livros que não menciona esta troca é o da coleção *Clássicos Infantis*.

Outro aspecto interessante que evidencia que existe um sexo subjulgado ao outro nestas estórias é o fato de, na versão dos irmãos Grimm, o príncipe ao se deparar com a jovem em seu caixão e ficar encantado com a sua beleza, se oferece para comprar o caixão, mas os anões não aceitam. Porém quando o rapaz pede de presente a jovem os anões aceitam e dão o caixão para ele. Essa posição mostra uma situação em que a mulher é tratada como objeto, como uma mercadoria negociada pelos homens. O que nos traz espanto é que em duas das versões por nós selecionadas o príncipe também receba como presente o caixão da jovem que está aparentemente morta. Na *Coleção Sonho Infantil* o príncipe pede para levar o caixão para o seu palácio e quando o levanta é que a jovem desperta; enquanto em *Uma história por dia* a história é retratada como na dos irmãos Grimm (com a proposta de compra, primeiro, e depois o pedido que lhe seja dada de presente).

Entendemos que este episódio da estória tenda a desaparecer, ou que se oculte a proposta da venda, sendo esta mantida apenas nas versões que não pretenderem fazer grandes modificações na obra que nos serve como paradigma. Acreditamos que venha a se impor, cada vez mais, a tendência a ocultar isto, pois o episódio parece encontrar mais resistências em ser “naturalizado”, o que parece ser correto atribuir ao avanço das lutas pelas mudanças nas perspectivas sociais, nas quais a mulher já alcançou um lugar de mais destaque devido principalmente às lutas feministas. Outra hipótese, que não anula a anterior, pode ser a de que, como foi colocado nas anotações feitas por Maria Tatar no livro *Contos de fadas – edição comentada e ilustrada*, como este fato foi suprimido do filme da Disney, os livros de maior tiragem, que tendem a ser espelhados nesta adaptação, também o tiraram. No entanto, continuamos a reiterar que acreditamos que este fato foi tirado de algumas versões contemporâneas porque socialmente já não é bem aceito que mulheres sejam tratadas, de forma tão direta, como mercadoria. Mesmo que a dominação masculina continue a vigorar (Bourdieu:2002), mudanças já ocorreram, o que impede que a presença de episódios assim sejam encarados com naturalidade.

Gostaríamos ainda de ressaltar que em todas as adaptações, pretendendo elas serem mais ou menos fiéis à versão escrita pelos irmãos Grimm, é sempre um personagem masculino que salva nossa personagem principal. Quando Branca de Neve sofre três tentativas da bruxa para envenená-la, são os anões que a salvam nas duas primeiras vezes e o príncipe que assume esse papel na última. Nas versões em que há apenas uma tentativa, na qual a bruxa consegue deixar a jovem desfalecida, é também o príncipe que a salva por definitivo. Acreditamos que a salvação vinda de um homem evidencia o papel masculino como o do valente, o forte, o porto seguro das mulheres, enquanto a donzela indefesa tem que aguardá-lo para que seja salva. O papel feminino nesta estória, principalmente nas versões em que ela recebe a madrasta três vezes na casa dos anões sem reparar que corria perigo, é a de uma menina ingênua e bondosa que não percebe que corria perigo, mesmo tendo os anões a avisado.

**Representações de gênero na literatura infantil contemporânea**

Nesta parte iremos trabalhar com sete estórias que agruparemos em três conjuntos temáticos, todas elas publicações recentes de autores da literatura infantil brasileira. As subdivisões adotadas – vinculadas ao tratamento dos temas dos brinquedos, do medo e do choro - expressam recortes específicos no campo das representações de gênero e apontam para a investigação da diferenciação de papéis masculinos e femininos desempenhados pelas personagens infantis que protagonizam as estórias selecionadas.

Todas as obras, entretanto, foram escolhidas em função da confirmação na leitura de que questões distintivas de gênero nelas estavam presentes. Assim para as questões sobre brinquedos femininos e masculinos, presentes em um número elevado de obras lidas, na escolha decidiu-se por selecionar duas obras de coleções com objetivos pedagógicos específicos, voltadas para leitores iniciantes, em período de alfabetização, a saber, a coleção “Mico Maneco” de Ana Maria Machado e a série “Beto e Bia”, publicada pela José Olympio. Em alguma medida, quatro dos sete títulos já trazem explícitas, para além do que contêm seus textos completos, palavras-chaves associadas aos temas do medo e do choro e sua associação ao gênero da personagem central da história (este é o caso dos dois livros de Tônio Carvalho sobre medos e também o dos livros sobre choro escritos por Regina Nemer e Flávio de Souza). Embora, no total, tenha sido feita a leitura de muitas dezenas de obras infantis, certos títulos, como os acima indicados, sinalizavam temas que se pretendia investigar.

A limitação a apenas sete estórias, dentre uma enorme produção identificada, deve-se ao caráter qualitativo da análise pretendida. A despeito de imprimir restrições ao estudo de uma variedade maior de situações em que a diferenciação de papéis quanto ao gênero se faça presente, a escolha de somente três recortes temáticos parece-nos apta a oferecer à reflexão um conjunto significativo de questões que tradicionalmente marcaram diferenças na construção de atores sociais infantis masculinos e femininos.

**Brinquedos têm gênero na literatura infantil?**

Neste segmento iremos trabalhar com dois livros direcionados a crianças que estão tendo seus primeiros contatos com a leitura, obras de uma literatura infantil direcionada, como instrumento para-didático, a alunos do primeiro ciclo escolar, em etapas iniciais do processo de letramento. Para essa análise utilizaremos *Pena de pato e de tico-tico*, escrito por Ana Maria Machado, e *Beto e Bia*, de Iduína Mont´Alverne Chaves, Sylvia de Castro e Tânia Cozzi.

Faremos, primeiramente, uma breve apresentação das duas estórias para que seja possível situarmo-nos melhor em relação às observações que iremos traçar.

*Pena de Pato e de tico-tico* conta a estória de duas crianças, Janaína e Benedito, que têm, cada qual, o seu brinquedo: ela, uma boneca e ele, uma bola. Eles, porém, não brincam juntos alegando que o seu brinquedo não serve para o gênero oposto. Acusações como a de que bola não é brinquedo para menina e que boneca não é brinquedo de menino estão presentes no texto, como reprodução das falas infantis, na parte inicial da história, muito embora esses discursos não sejam mantidos ao seu final.

Benedito chuta sua bola e ela cai no mato, Janaína deixa sua boneca na janela e ela cai na moita e, assim, ambos perdem seus brinquedos. As duas crianças pedem ajuda a uma pipa para encontrarem os objetos perdidos, porém esta não consegue ajudar. O tico-tico, no entanto, avista a boneca de Janaína na moita, enquanto o pato vê a bola no mato. No texto é destacado o fato que tanto o tico-tico quanto o pato têm penas e também ambos ficam com pena (se compadecem) dos meninos.

As crianças acham penas dos dois animais e logo têm uma peteca. Com essa peteca começam a jogar juntos, pelo fato de acreditarem que a “peteca é de menino e de menina – fala Janaína.” (Machado, 1988:16). O tico-tico leva o brinquedo de penas até onde está a boneca de Janaína e depois a peteca é jogada, ao acaso, para onde está a bola de Benedito e, assim, os dois acham seus brinquedos e passam a brincar todos juntos de bola, boneca, peteca e pipa.

Se acompanharmos o desenvolvimento do texto, perceberemos que, no final, é a voz do narrador que apresenta a nova situação, não havendo reprodução, em discurso direto, das falas das próprias crianças para verbalizarem, de forma explícita, a revisão dos conceitos de brincadeiras que envolviam, no início, uma divisão sexual dos papéis na opção por brinquedos e no relacionamento com esses objetos.

Após o esclarecimento sobre o conteúdo das estórias a serem analisadas, poderemos traçar comparações entre as mesmas. *Beto e Bia* é uma estória que não pretende muito mais do que apresentar os dois personagens, o enredo aparecendo de fato apenas do meio para o final do livro. Bia é uma “menina mimada”, “amada” (Castro et all, 1993:3), “bonita, cabelo dourado, pele corada” (*idem*: 6), que “toca piano” (*ibidem*: 8), e “tem um tucano” (*ibidem*: 10), “boneca, peteca, caneca” e uma “panela” (*ibidem*: 11); enquanto Beto é um “menino levado, muito educado” (*ibidem*: 5), “belo”, com “cabelo anelado” e “ouvido apurado” (*ibidem:* 7), que “toca viola” (*ibidem:* 9), “tem um louro” (*ibidem:* 10), “luneta, pipa, cavalo de pau, pote de cola e... a danada da bola!” (*ibidem*: 12-13).

O enredo se resume ao fato de Beto ter chutado sua bola e ela ter ido em direção à lua, e a boneca de Bia e a dona, olhando o céu nesse momento, tiveram dúvidas sobre o fato de realmente estarem avistando a lua, mesmo depois que a menina olha com a própria luneta de Beto (“É a lua ou é a bola do Beto?”, *ibidem:*17 ). Após o menino dar a luneta à menina, ordena que ela tire a bola da lua para que a lua não se transforme em bola. Bia passa a luneta ao dono, que também olha através do instrumento, concluindo que o que estão vendo não é nem a bola nem a lua e sim um cometa.

Sobre estas estórias podemos ressaltar o fato de que, em ambas, brinquedos de menina e de menino aparecem demarcados. Nos dois livros a boneca é da menina e a bola é do menino. Em *Beto e Bia* outros brinquedos também aparecem sendo os da menina distintos aos do menino. A ela, além da boneca, também pertencem a peteca, a caneca e a panela, enquanto ele tem, além da bola, uma luneta, uma pipa, um cavalo de pau e um pote de cola.

Gostaríamos de destacar que os brinquedos da menina, tais como a caneca e a panela, representam a vida no interior do lar, enquanto certos brinquedos que cabem ao menino nesta estória, tais como a pipa, o cavalo de pau e a própria luneta, representam o direcionamento a espaços externos e abertos. Dirigindo o menino para o conhecimento de espaços externos, algumas das brincadeiras privilegiadas por esse recorte diferenciador dos gêneros no mundo do brinquedo apontam para o imaginário da aventura (como costuma ocorrer em brincadeiras que dramatizam conquistas, como as dos mocinhos do ‘Velho Oeste’, ou as dos piratas com suas lunetas orientando-se pelas estrelas em mares bravos).

A posse da luneta pelo menino – embora na história ele a ceda, por instantes, à menina, mandando que ela resolva a questão da bola/lua – , pode levar o leitor a uma dupla interpretação: poderia, igualmente, tratar-se de um brinquedo ou de um instrumento ótico verdadeiro, restando ao leitor identificar em que medida a aprendizagem social de papéis, no livro analisado, privilegiaria, através da referência à luneta, contextos imaginários de aventuras em mundos de fantasia distantes ou representaria um estímulo para o desenvolvimento escolar no campo das ciências em geral e, em particular, da astronomia, enquanto os brinquedos de meninas apontam para a reprodução de tarefas domésticas, entre as quais a maternidade se destaca, tendo a boneca (ou, de uma maneira geral, os bonecos) como brinquedo paradigmático desse aprendizado infantil de papéis de gênero em uma sociedade fortemente marcada pela oposição de papéis femininos e masculinos. Os brinquedos de meninos parecem estimular o percurso da investigação do desconhecido, seja através de um imaginário fantástico, seja através da ciência, ambos reconhecidos como ocupações “naturalmente” adequadas ao “espírito aventureiro” de meninos.

Como vimos, pode ser percebida uma oposição entre o mundo do lar, que é estimulado como referência central para a menina e o mundo dos estudos e da diversão, para o qual é estimulado o menino.

No livro *Pena de pato e de tico-tico* a pipa e a peteca aparecem como elementos de união entre os personagens masculino e feminino e mediadores do impasse colocado no início da estória, em que há brinquedos que só cabem às meninas e brinquedos que só cabem aos meninos, um não estando apto a utilizar-se do brinquedo do outro, o que impossibilitaria que brincassem juntos. Estes dois elementos surgem na estória e fazem com que esta interação seja possível, trazendo, inclusive, os dois elementos que criaram o impasse para a brincadeira no final do livro. Na outra estória, a peteca pertence ao personagem feminino e a pipa pertence ao masculino. Não acreditamos, todavia, que o fato de, no segundo livro, cada um dos personagens possuir um objeto que, no primeiro, é o elemento de união entre os dois gêneros indique uma contradição em nosso trabalho. Pelo contrário, como pode ser visto na última ilustração do livro *Pena de pato e de tico-tico,* aparecem a menina e o menino brincando juntos, mas a menina segura a boneca e a peteca e o menino está segurando a pipa e mantém o pé na bola. Este fato, traduzido pela ilustração de Claudius, pode, inclusive, fazer com que pensemos que talvez haja uma maior identificação do feminino com a peteca e do masculino com a pipa, com a ressalva de esses dois brinquedos não se apresentarem como diferenciadores de gênero na mesma medida que pudemos citar a boneca e a bola.

Em *Beto e Bia* o objeto que seria responsável por fazer a integração entre as crianças seria a luneta: eles dividem o objeto para observarem o céu, acrescendo o fato de o menino mandar a menina utilizá-lo para conseguir um resultado por ele visado, a saber, a recuperação de sua bola e o evitamento de que bola e lua se (con)fundam. Salientando que o objeto que pretende integrar os dois é um objeto que pertence ao menino, pode-se sugerir, seguindo o trabalho de Chodorow (2002), que parece ser mais fácil e mais aceitável que uma menina se utilize de um brinquedo masculino do que o contrário, pelo fato da formação do homem ser dada através da negação e da oposição ao feminino. A menina, durante a sua formação, não tem a necessidade de procurar se opor ao masculino, pelo fato de, durante a formação tanto do homem quanto da mulher, o papel feminino estar muito mais presente do que o masculino (através da figura da mãe), fazendo com que as meninas se espelhem no papel que é conhecido por elas de feminino e com que os meninos procurem se opor a ele.

Gostaríamos, ainda, de evidenciar que estas duas estórias, por serem voltadas para um público que está tendo seu primeiro contato com a leitura - assim como acreditamos ocorrer em muitas outras estórias voltadas para este mesmo público - apresenta uma preocupação maior dos escritores com a aprendizagem da escrita, buscando que a leitura dos textos se dê de forma fácil e prazerosa para as crianças, fazendo com que, em relação ao conteúdo, a maior preocupação não seja com a transmissão de valores sociais (incluindo os de gênero), os quais estariam mais abertamente presentes em uma vertente significativa da literatura voltada para um público de uma faixa etária um pouco mais elevada, como veremos nas duas seções seguintes em que analisaremos textos que aparentemente foram escritos com o propósito da desconstrução de representações fortemente estereotipadas quanto às diferenças na presença de medos em meninos e meninas e quanto à manifestação de sentimentos, através do choro, por meninos.

**Meninas têm mais medo que meninos?**

Do nosso *corpus* destacamos dois livros, ambos escritos por Tônio Carvalho, que trazem a discussão sobre os medos e abordam, de formas diferenciadas, o medo de meninos e meninas. Os dois livros que serão analisados são *A menina que não tinha medo de nada* e *O menino que tinha medo de tudo*.

O primeiro conta a estória de uma menina que não sentia medo “de pegar sarampo, catapora, rubéola, cólera, caxumba, hepatite ou coqueluche” (Carvalho, 2004a:3); “de fantasma, de sombra na parede, de morcego, de suspiro dobrado ou de assombração” (*idem*: 4); “cachorro bravo, gato preto, lobo mau, barata tonta, rato morto, mau-olhado, urubu ou baixo astral” (*ibidem*: 5). Em uma noite chuvosa a menina foi dormir e se deparou com três figuras: inicialmente, uma pulga perguntando se ela teria coragem de ir escondida a lugares desconhecidos, assim como o animal fazia; depois foi um vaga-lume que indagou a ela se conseguiria imaginar tudo aquilo que ele via à noite, devido à sua luz, e tudo aquilo que ele não via, quando estava apagado; e, por fim, um palhaço que perguntou a ela se teria coragem de ficar sozinha em um picadeiro e fazer todo mundo rir. Para todos a menina respondeu que coragem não lhe faltava, mas que ela não era nem pulga, nem vaga-lume, nem palhaço para fazer essas coisas. A menina se sentiu tão orgulhosa nesta situação que foi ficando cada vez mais cheia de si e foi inchando, inchando, até que estourou e se transformou em muitas meninas, cada qual com um medo diferente. Foi então que a menina acordou assustada com o seu pesadelo e percebeu que tinha molhado toda a cama. Percebeu, ainda, que também tinha medo, medo de ter medo. Depois desse sonho, ela vê que pode ter medo, que não precisa se amedrontar com tudo, mas que também não é uma menina sem medo algum.

A segunda estória é sobre um menino que tinha medo de tudo: “de brincar na rua” (Carvalho, 2004b: 2), “de ir à escola” (*idem*: 3), “de ter amigos” (*ibidem*: 4), “de ter namorada” (i*bidem*: 5) e até “de chorar” (*ibidem*: 6). Por causas desses medos ele vivia sempre sozinho e triste. De modo semelhante ao outro livro, um dia encontrou uma gaivota que lhe perguntou se ele não gostaria de “conhecer o alto, o alto mais alto dos seus sonhos” (*ibidem*: 8); outro dia, um peixe que lhe perguntou se ele não gostaria de conhecer o fundo do mar; depois, um palhaço que perguntou se ele não gostaria de ter a “coragem dos trapezistas” (*ibidem*: 10). Depois o menino se viu indagado por todas as coisas do mundo, propondo-lhe se não teria algo que gostaria de fazer e não fazia por medo. O menino, no entanto, sentiu ainda mais medo, por ter percebido que havia muitas coisas que ele não conhecia.

Um dia o menino começou a chorar, no inicio bem baixinho, depois “mais e mais alto” (i*bidem*: 14) até que seus medos foram se esvaindo em lágrimas. Só parou de chorar quando tudo aquilo que ele havia guardado saiu em forma de lágrimas. Ao parar de chorar percebeu que um lago havia se transformado, e ele sorriu. Fez um barco de papel do tamanho do seu quarto e navegou com muita coragem, e um pouco de medo também, e aprendeu o momento certo de rir e o de chorar.

Sobre estas duas estórias, cabe destacar que ambas explicitam em seus discursos uma inversão dos papéis tradicionalmente relacionados à gênero dentro dos valores de uma sociedade patriarcal como a nossa, em que a figura masculina tende a ser mostrada como a destemida, enquanto a feminina tende a ser evidenciada como frágil. A tentativa de rompimento com o paradigma ocorre quando os textos colocam, pelo menos a princípio, o menino como o medroso e a menina como a valente, perspectivas essas que, no entanto, não permanecem no final das estórias, ocasião em que passa a vigorar o que parece ser um reforço dos estereótipos.

Quando, em um livro, a figura feminina é a que deve aprender que a vida é feita de medos e que ser uma pessoa completamente destemida não é o ideal para mulheres e, por outro lado, a figura masculina é a que deve aprender a superar seus medos pois, mesmo sabendo que estes existem, deve controlá-los, estamos, de fato, reiterando os protótipos de papel de homem e mulher na sociedade e não os negando como, à primeira vista, pode parecer. O que ocorre é uma legitimação daquilo que é visto na sociedade, de que o homem deve aprender a ser corajoso e a passar por cima dos seus medos, enquanto a mulher deve assumir seus medos e não ignorá-los: a menina pode ser frágil para que o valente menino a proteja, construindo a teia de dominação de que trata Bourdieu (1998). O conceito de “dominação masculina”, proposto por esse autor, trabalha com a idéia de que na estrutura de gênero os papéis do homem e da mulher se dão de forma extremamente diferenciada: o homem, dentro de uma sociedade patriarcal, foi construído como dominante e seu papel, assim como o da mulher, já foi de tal forma incorporado e legitimado que passou a dispensar justificação.

Ressalto, no entanto, que ao tomar a perspectiva da dominação masculina proposta por Bourdieu não pretende-se assumir uma posição vitimista, em relação a forma como o feminino é representado, perspectiva esta em que os mecanismos de resistência não são pensados. Para tanto, podemos nos utilizar de Saffioti (2001). A autora destaca que na perspectiva vitimista não há espaço para ressignificações de gênero, e este, como ela coloca, deve ser pensado dentro de uma perspectiva histórica e por isso não pode ser colocado dentro de uma “camisa-de-força”: o gênero apresenta um caráter dominante porém existindo lugar para o imponderável, que seria referente à existência de um grau variável de liberdade de opção. Para explicar isso, ela retoma Butler (1990) quando esta apresenta o conceito de inteligibilidade cultural de gênero, no qual se pensa não apenas na existência de uma única matriz de gênero, e sim na existência de múltiplas matrizes, sendo uma a dominante e outras que, entre elas, competem pela hegemonia.

O que destacamos é que os livros analisados parecem estar reforçando a matriz de gênero dominante em nossa sociedade, ao invés de estar propondo, em suas estórias, a discussão de gênero se baseando dentro de uma perspectiva na qual este é pensado com menos distinções.

A forma como os medos são tratados nestes dois livros pode ser facilmente relacionada ao tratamento dado às estórias encontradas no item posterior, que irá tratar do choro externalizado por figuras masculinas. Nos dois casos, aquilo que a principio é mostrado como, e que a um olhar mais rápido parece ser, uma inversão nos padrões pode passar, quando analisado com mais calma, a ser reconhecido como uma reiteração de valores tradicionais. Assim como veremos nos livros do próximo item, os livros aqui também mostram primeiramente algo que não é comum de ser visto na sociedade como um todo (no caso seguinte veremos meninos chorando e aprendendo a lidar com isso, e neste item meninas sendo corajosas e meninos sendo medrosos) e que pode até parecer servir como estímulo a uma mudança nos paradigmas. Mas pode-se perceber, quando analisados em outros níveis, que, sob a aparente desconstrução de representações estereotipadas da cultura patriarcal, certas obras estão passando mensagens que fazem com que valores tradicionais de gênero já incorporados continuem a ser passados para os indivíduos.

Não pretendemos discutir aqui a intenção dos autores ao escrever suas obras, mas sim tentar perceber que, mesmo estórias que estão trazendo para discussão temas que são de forma geral destoantes ou que pretendem “educar” de algum modo seus leitores, estes estão também imbuídos daquilo que vigora na sociedade. Podemos entender isso quando não deixamos de nos pensar como fruto daquilo que vivemos, que aprendemos a ser e não pensamos apenas que somos “naturalmente” assim, e que, quando entendemos que nesse processo de aprendizagem diversos valores culturais são introjetados e perpassados, mesmo que esse processo não seja por nós percebido como um dado imediato.

**Homem não chora?**

Do *corpus* selecionado três livros discutem o fato de, na nossa sociedade, ser ensinado a crianças do sexo masculino que estas não devem expressar seus sentimentos através do choro. As três estórias são: *Engole esse choro, Lucianooo!,* de Regina Lucia Pires Nemer; *O menino Nito – Então, homem chora ou não?*, escrito por Sonia Rosa; e, por fim, *Homem não chora*, de Flavio de Souza.

*Engole esse choro, Lucianooo!* conta a estória de um menino de nove anos de idade, nascido em uma família em que ele foi o primeiro filho homem (ele tinha quatro irmãs). Durante todas as vezes que sua mãe engravidava o seu pai escolhia um nome de menino, acreditando que nasceria uma criança desse sexo, porém sempre era uma menina que nascia e o nome passava para o feminino. Durante todos esses anos, antes de seu nascimento, o pai criou muitas expectativas em torno de ter um filho e depois que Luciano nasceu esperava sempre que ele fosse o melhor em tudo que fizesse, no entanto o menino não correspondia às altas expectativas do pai, mesmo não sendo ruim em nada, apenas não sendo o melhor.

O pai de Luciano não permitia que ele chorasse e, ao menor indício, ele já gritava “Engole esse choro, Lucianooo!” (Nemer, 1994:17, não numerada). O menino obedecia e parava de chorar. Um dia, no entanto, ele encontrou seu carrinho de brinquedo preferido quebrado e começou a chorar. O pai escutou e gritou antes mesmo de saber o que havia acontecido. Dessa vez o menino não se calou e respondeu que não iria engolir o choro. O pai, então, perguntou porque o menino chorava. Ele respondeu que o fazia “Por tudo junto, e mais, muito mais, por ter um pai que” nunca o deixava chorar (*idem*:22, não numerada). O adulto ficou com os olhos mareados e os dois começaram a chorar juntos. Neste momento, a mãe abriu a porta para saber o que estava acontecendo. Os dois responderam a ela que estavam apenas colocando para fora todo o choro que haviam guardado. A mãe, então, saiu e deixou que pai e filho ficassem sozinhos. Os dois continuaram a conversar e o menino contou o verdadeiro motivo do choro e os dois juntos consertaram o carrinho. A partir daí o menino passou a dar ainda mais valor ao carrinho, ainda que este não andasse mais, mesmo tendo sido concertado.

O segundo livro deste grupo conta a estória de Nito, um menino lindo, que recebeu esse apelido exatamente pela sua beleza. Primeiramente era chamado de Bonito, porém logo este apelido passou para uma forma simplificada, sendo chamado de Nito. Este menino, apesar de belo, chorava à toa, até que, em uma ocasião, o pai, cansado de ouvir choro durante todo o dia, chamou-o para uma conversa e disse: “Homem não chora!” “Você é macho!” (Rosa, 2002:4). Após esse dia, o menino parou de chorar e passou a “guardar” todas as suas lágrimas e ninguém mais viu ou ouviu o choro de Nito. Junto a isso, a criança parou também de correr, de brincar e de pular, até que, após um mês, o menino não conseguiu mais se levantar da cama. Os pais preocupados chamaram um médico para uma consulta. Este descobriu o problema e mandou que ele chorasse todas as tristezas e raivas que haviam sido guardadas. Nito, no entanto, relutou e perguntou se podia de fato chorar, pois homens não choram e ele era um homem. O médico respondeu a ele: “Exatamente porque você é homem é que não pode engolir os choros. Todo homem tem lágrimas e as lágrimas são para rolar pelo rosto. Qualquer rosto: de homem, mulher, criança e gente de idade.” (*idem*:11). O menino começou, então, a chorar e, junto com o choro do menino, veio o choro do pai, o da mãe e o do médico.

O terceiro livro selecionado para fazer parte deste grupo, chamado *Homem não chora*, conta a estória de um menino que um dia viu seu pai chegar em casa muito nervoso por ter perdido o emprego. O clima ficou tenso em sua casa, o que deixou o menino muito triste. Durante a noite ele, não conseguindo dormir, escutou barulhos no andar de baixo e resolveu ver o que se passava. Ao chegar ao primeiro andar, o menino encontrou seu pai sentado no sofá chorando. Ele sentou no colo do pai e falou para ele que era para parar de chorar.

Ao acordar no dia seguinte, o pai já havia se recomposto e não estava mais triste, mas sim nervoso, o que fez com que o menino duvidasse se seu pai havia mesmo chorado na noite anterior ou se tudo aquilo não havia passado de um sonho. Durante todo o dia o menino não conseguiu parar de pensar na noite do dia anterior, na cena de seu pai sentado no sofá. Quando a noite chegou novamente, o pai voltou para casa, só que dessa vez extremamente feliz por ter conseguido outro trabalho: a noite foi diferente da anterior, foi uma noite muito feliz. O menino, então, resolveu indagar a seus pais se homens podem ou não chorar e os pais responderam para o menino que chorar é normal e que acalma, que, da mesma forma como os lobos uivam para a lua quando estão tristes, o homem chora.

Mesmo no livro *Homem não chora*, em que é mostrado o momento em que o menino elucida suas dúvidas acerca do choro numa conversa em que todos os integrantes da família estão presentes (pai, mãe e filho), a questão da identificação de gênero em situações de choro surgirá como algo que não é negativo para homens. Ao presenciar seu pai chorando, contrariando um aprendizado anterior, expresso pela frase-feita “HOMEM NÃO CHORA.”, (Souza, 1994:3) presente, em letras maiúsculas, na primeira página do livro e, sofrendo variações na pontuação, em todas as outras páginas, até chegarmos ao fim do texto que se encerra com a explicação, dada pelos pais, que mostra que não é defeito chorar e que, “pra pôr a tristeza pra fora”, diferentemente do que ocorre com outras espécies, “HOMEM**,** NÃO**.** CHORA**.**”(i*dem*: 14).

Percebemos nas três estórias que a figura que faz com que o menino aprenda que pode chorar é a de um personagem masculino. Nos livros *Engole esse choro, Lucianooo!* e *Homem não chora*, o pai que é o responsável, mesmo que de formas distintas, por esta percepção. Neste livro, não é explicitado como o menino incorpora a pretensa proibição de homens chorarem, mas é ao ver seu pai chorando que o menino percebe que é permitido que homens chorem. Já nos dois outros, quem dá voz à censura ao choro masculino é o próprio pai da personagem criança de sexo masculino. Na primeira estória abordada, tanto a proibição quanto a permissão do choro partem da figura paterna. Durante toda a estória, o menino escuta a proibição por parte do pai e, ao final, em uma conversa entre os dois, Luciano, através da situação narrada, mostra ao pai que em determinadas situações deve-se chorar e, principalmente, que se deve perguntar a razão do choro, não sendo razoável proibir aquilo que se desconhece. Na terceira estória, o aprendizado de que se pode chorar não vem por parte do pai, mas também de uma figura masculina, o médico; porém o trauma que gera a incapacidade de o menino chorar é criado a partir de uma proibição paterna.

Estas caracterizações podem nos levar a interpretações de que essas estórias tendem a fazer uma divisão entre o choro permitido e o choro não permitido, e ainda, entre choro de homem e choro de mulher. Tendemos a este posicionamento pelo fato de, em nenhuma das estórias estudadas, o menino ter aprendido que chorar pode ser socialmente aceito, para o gênero masculino, através de ensinamentos da mãe. Estas ocorrências, associadas ao fato de que, nas inúmeras obras lidas para seleção do *corpus*, não foi identificado nenhum enredo centrado no choro feminino como questão socialmente problematizada, levando-nos a retomar Nancy Chodorow quando ela evidencia que o desenvolvimento masculino é feito através da negação do feminino e, a partir daí, a pensar que estas estórias representam que o menino só se sentirá legitimado a chorar quando perceber, através de uma fala e/ou um exemplo masculino, que este ato não é característico apenas do gênero oposto ao seu, aquele gênero cujos papéis ele, socialmente, vai aprender a negar.

Sem minimizarmos a importância da parte final da história, pode-se depreender o papel da constatação feita pelo menino ao descobrir que o pai estava chorando: “Alguém estava chorando. Era meu pai. Sentado, sem jeito, na cozinha. Parecia uma criança. Sem pensar, eu sentei no colo dele. Ficamos assim um tempão.” (Souza, 1994:6). A conversa familiar será apenas o ápice no qual o menino conseguirá verbalizar sua dúvida. Para além do jogo de palavras mantido por todas as páginas escritas do livro (na verdade um jogo com as mesmas palavras da frase clichê, alterando a estrutura de sua forma inicial) e embora o título constante da ficha-catalográfica inclua a negação, é muito interessante verificar o jogo gráfico feito pela ilustradora e programadora visual da obra, Letícia Gelli, em que se destacam, em letras maiúsculas garrafais, as palavras “HOMEM CHORA”, em que a letra “O” de “CHORA” é a representação de uma esfera, de cor distinta das outras letras, contendo dentro dela uma exclamação, uma interrogação, reticências e, ainda, de pé em sua parte superior, um menino de braços abertos, tendo pendurada ao pescoço uma plaqueta, com a inscrição em letra minúscula, manuscrita e infantilizada, a palavra ‘não’. Este interessante disfarce do ‘não’ deixa ao leitor a ambigüidade de ler a questão que atravessa toda a história: Homem (não) chora?

Percebemos ainda que, além da figura masculina trazer à tona que o choro pode ser permitido para crianças deste sexo, esta externalização é ainda legitimada pelo choro do pai que, em todas as estórias, acontece em determinado momento. Isto nos faz pensar que o menino só irá aprender aquilo que pode fazer, ou que não pode, quando percebe que aquilo que considerava errado (pela negação do feminino) é feito por outros homens. Essa identificação, no nosso *corpus*, em nenhum momento foi feita com a mãe. Em *O menino Nito* há uma passagem, acompanhada de ilustração (Rosa, 2002:13) na qual a mãe chora junto ao filho, no entanto, este ato é contrabalançado pelo fato de ter também dois homens chorando (o pai e o médico).

Na estória *Engole esse choro, Lucianooo!* ainda podemos perceber que o universo masculino, como um todo, estaria legitimando o choro da criança. Luciano irá chorar por ter encontrado seu carrinho de brinquedo preferido quebrado, carrinho este que fará com que ele enfrente seu pai e o faça entender que pode chorar. Além disso, este carrinho, dado por uma pessoa “que já não existia mais pra me dar outro” (Nemer, 1994:19), passa a ser o símbolo de união entre os dois, sendo evidenciada esta união quando o menino diz que o brinquedo passou a ter mais valor após eles terem se unido para concertá-lo (mesmo que este não estivesse mais funcionando como antes e servindo apenas como enfeite de sua estante). Este carrinho, que, pelo que entendemos, já se mostra como um objeto do mundo masculino, passará a ter um valor simbólico pelo fato de, ao mesmo tempo, ter sido o motivo do choro e também, por outro lado, o elemento que propiciou que o menino percebesse que homens podem chorar.

Nesta estória coube ao menino mostrar ao pai que chorar é permitido em determinadas ocasiões. Em *Homem não chora*, a situação se mostra invertida e o menino só irá aprender que pode chorar quando vir o pai chorando. Então, neste livro, o menino que já estava internalizando o papel que exclui o choro da atuação masculina, vem a redimensionar o caráter genérico da afirmação “Homem não chora” ao ver o pai chorando, enquanto na outra obra é o pai que vem a chorar ao ver e conversar com o filho que está chorando, cabendo, pois, ao adulto relativizar o valor cultural que identifica como próprio da natureza do homem, o não chorar. A mesma situação ocorre em *O menino Nito*:o pai, que fez a proibição, deixa as lágrimas caírem ao ver seu filho chorando.

Nos três livros analisados o papel da figura materna é secundário. Em *O menino Nito* a mãe irá, assim como o pai, aparecer falando para o menino parar de chorar. Mas, quando a mãe fala para que o menino se cale não estabelece, em seu discurso, diferenciação de gênero para expressar a interdição social de que meninos não devem chorar. Ela irá dizer: “Pára de chorar!” em oposição ao pai que, marcando uma valorização do papel que o homem deveria desempenhar na sociedade, irá dizer: “Que menino chorão!”, “Homem que é homem não chora!” e “Você é macho!” (Rosa, 2002: 5) - marcando bem que se trata da educação voltada para o gênero masculino, evidenciando, nas três frases, que o fato de ele estar mandando o menino parar de chorar liga-se ao fato de ele ser menino. Sobre este posicionamento, podemos destacar mais uma vez Nancy Chodorow que irá ressaltar que o papel do homem (pai) na diferenciação de gênero é muito mais explícito e maior em relação ao da mulher. Os homens, segundo a autora, “tipificam sexualmente seus filhos mais conscientemente que as mulheres no sentido tradicional das funções de gênero” (Chodorow, 2002: 152). No mesmo livro infantil, a mãe só irá aparecer novamente quando o pai fala para ela que eles devem chamar o médico e quando o médico manda que ela busque bacias (talvez por serem objetos socialmente relacionados a uma esfera do trabalho caseiro “naturalizado” como feminino) nas quais o menino deveria “depositar o seu choro”. Destacamos aqui que a mãe, nesta estória, aparece apenas para realizar alguma tarefa designada pelo personagem masculino.

Em *Engole o choro Lucianooo!* a mãe também aparece em poucas situações durante a estória. Quando se está explicando que, durante todas as vezes que a mãe ficou grávida, exceto a última, foi o pai quem havia escolhido o nome do bebê por acreditar que nasceria um menino e que, ao nascer uma menina, passava-se o nome para o feminino. A mãe escolhe apenas o nome do último bebê, por acreditarem que viria outra menina, o que não ocorre, e , mesmo a mãe tendo escolhido um nome feminino, este será mantido, só que, desta vez, passado para o masculino, Luciano. Ressalta-se que o nome só foi escolhido pela mãe porque o pai havia se cansado de escolher nomes para meninos quando sempre nasciam meninas, o que nos mostra que o pai, nesta estória, ocupava um papel de destaque no que diz respeito à escolha do nome dos filhos, além de uma preferência pelo sexo masculino por parte do progenitor. A mãe só irá aparecer novamente no meio da estória quando ela entra no quarto para perguntar o que está havendo entre pai e filho. No entanto, ela não permanecerá durante muito tempo na estória: quando obtiver a resposta de que eles estão colocando para fora todas as lágrimas que haviam guardado, ela sairá e os deixará à sós, parecendo caracterizar um certo desconforto social de o choro masculino ser presenciado por mulheres.

No livro *Homem não chora*, o papel da mãe é também secundário. Ela só será citada poucas vezes: quando sobe as escadas atrás do pai que tinha recebido a notícia que havia sido demitido (Souza, 1994:3); quando o pai abraça o filho e dá um beijo nela, ao arrumar outro emprego (*idem*: 12); e, por fim, aparecerá – aí sim com maior destaque – mas sem que as falas de resposta do pai e da mãe sejam identificadas, quando o filho indagar aos pais se homem pode ou não chorar (*ibidem*: 14).

Após todas essas colocações sobre os textos lidos, queremos destacar que não pretendemos camuflar que essas obras pretendem romper com o tradicional paradigma, ainda quotidianamente reiterado na educação de meninos em inúmeros segmentos de nossa sociedade, de que os homens não devem chorar, que apenas as mulheres podem fazer isso, e que o choro é um sinal de fraqueza. É, aliás, muito significativo que nenhum dos textos explicite a máxima inversa que identifica o choro com o feminino e que constrói a representação do feminino em uma esfera de sentimentalidade e de fraqueza. Da mesma forma, os textos não enfatizam a dependência feminina face ao masculino em atividades que sejam tidas como prioritariamente associadas à esfera da razão e da força e não dos sentimentos. O que estamos querendo destacar é que a forma como este paradigma pretende ser passado nas três obras analisadas está ainda imersa em ideais patriarcais. A mensagem que está sendo passada é intermediada por outras micro-mensagens que ainda estão de acordo com a visão dominante no que diz respeito aos papéis de gênero.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Sendo, o estágio infantil, o momento em que as regras para a socialização de uma pessoa vão ser pela primeira vez transmitidas, junto com elas, nesta fase, os valores culturais referentes aos papéis que devem ser assumidos na sociedade estarão constantemente sendo passados para as crianças. Dentre esses valores podemos destacar aqueles que são relacionados a gênero, que são transmitidos de diferentes formas, tais como, através de brinquedos e brincadeiras diferenciadas para meninos e meninas, através do reforço de gestos, sentimentos, discursos e até de cores que seriam apropriadas para cada sexo, além de serem transmitidos através de programas infantis e da literatura destinados a esse segmento da sociedade, todas estas formas envolvendo situações nas quais representações de tipos ideais para homens e mulheres vão ser feitas.

Não procuramos, no entanto, no que diz respeito ao papel desempenhado pela criança, assim como enfatiza Cohn (2005), em seu livro *antropologia da criança*,camuflar o caráter de produtoras de cultura que elas também tem, “as crianças não são apenas produzidas pelas culturas” (Cohn, 2005: 35) também as produzem, através da “efetivação de algumas relações sociais dentre aquelas que o sistema lhe abre e possibilita” (*idem:* 28), portanto, elas não são apenas passivas no que se refere a incorporação de papéis, elas interagem de forma ativa, porém dentro de uma “margem de manobra”, ou seja, dentro das possibilidades que a sociedade e sua cultura possibilitam a elas. Dentro desta perspectiva destacamos que não estamos deixando de considerar a criança como ativa dentro do processo de construção dos papeis de gênero, e sim que a forma como eles estão sendo passados a elas podem estar restrin4gindo as suas “margens de manobra”

Escolhemos a análise de textos de literatura infantil, tanto da tradicional, que compreende os contos de fadas, quanto de manifestações contemporâneas, para que pudéssemos testar nossa hipótese da existência de papéis distintivos de gênero para o conjunto de narrativas pesquisado. Após a análise do *corpus* selecionado, entendemos ter cumprido com o objetivo indicado, reunindo elementos comprobatórios que confirmam a hipótese formulada. A análise qualitativa do corpus, remeteu a investigação para a identificação de matrizes que nos parecem estar associadas à organização distintiva de identidades culturais do feminino e do masculino.

Percebemos após o estudo de um *corpus* composto de dezesseis livros, sendo nove referentes aos contos de fadas e sete à literatura infantil atual, que em ambos os grupos as representações de gênero se encontram bem marcadas.

Nos dois contos analisados por nós em diferentes versões, *Cinderela* e *Branca de Neve e os sete anões*, os papéis femininos principais possuem características, atributos físicos e realizam ações que procuram demarcar o lugar a que cabe a mulher ocupar. Ambas são personagens lindas, bondosas, prestativas e ingênuas, o que representaria o que a mulher deve ser, enquanto, por outro lado, em ambos os textos existem personagens femininos que representariam o mal, ou aquilo que a mulher não deve ser, que é caracterizado nas estórias por mulheres vingativas, exploradoras e/ou invejosas (madrastas, nos dois contos e as meio-irmãs em *Cinderela*).

Os personagens masculinos aparecem em ambas as estórias no momento em que a personagem principal precisa de ajuda, eles representariam, então, o papel do salvador, destacando-se, nos dois casos, o príncipe na seqüência que leva, em cada estória, à conclusão feliz em que toda a trajetória de sofrimentos e provações femininas é recompensada com o casamento.

Sobre o *corpus* referente à literatura atual voltada para crianças devemos ressaltar que, mesmo nas estórias nas quais em que se pretende inverter os papéis de gênero tradicionais, o que acaba acontecendo é uma reiteração dos mesmos. Como foi comentado nos itens de análise do *corpus* intitulados: “as meninas têm mais medo que os meninos?” e “homem não chora?”, os cinco livros desses dois segmentos começam por tratar de questões que o senso comum coloca como aparentemente aparadigmáticas para seus respectivos sexos, porém, no final dessas estórias, acontece uma mudança e o que passa a vigorar é, ou uma inversão dos valores reafirmando os que são socialmente aceitos, ou uma percepção, por parte dos personagens, de que determinadas ações ou sentimentos tipicamente conhecidos como femininos, ou masculinos, também podem integrar o seu universo, porém de uma forma diferenciada a como é vivida pelo sexo oposto.

É interessante destacar que os dois contos de fadas analisados parecem estar preocupados em descrever um modo de viver feminino, estando interessados em dar destaque àquilo que é referente aos modos de uma mulher se portar e ao que ela deve esperar em relação à sua vida, o que faz com que explorem mais os processos cognitivos femininos do que os masculinos, pois, segundo Bettelheim (1978), a identificação dos gêneros do leitor com o do personagem acontece, num primeiro contato com o texto, entre iguais, só ocorrendo uma inversão desses termos quando a criança, de qualquer dos sexos, passa a ter uma maior familiaridade com a estória, cabendo aí, então, a possibilidade de que um menino possa vir a se identificar com uma personagem do sexo feminino ou vice-versa.

Na leitura da literatura infantil contemporânea analisada foi percebida uma maior representação do universo masculino. Em apenas uma obra, *A menina que não tinha medo de nada*, aparece uma personagem principal menina, em todos os outros livros do nosso *corpus* de obras recentes o personagem principal é um menino ou um representante do sexo feminino e outro masculino aparecem com igual destaque. Consideramos que esse predomínio da representação do mundo masculino nas obras mais recentes se dê por três razões: 1) nos utilizando de Colomer (2003), podemos pensar que tal situação ocorre pelo fato de atualmente meninas lerem mais que meninos (quantitativa e qualitativamente), logo uma maior representação do homem nessas estórias poderia ser explicada por uma intenção de atrair o público masculino, que menos lê, fazendo com que ele se identifique com aquilo que está lendo, se sinta representado e, assim, pertencente ao ambiente de leitura. 2) Com a ajuda de Chodorow (2002) podemos entender essa maior representação masculina a partir da idéia de que a personalidade masculina é formada de uma forma mais complexa que a feminina, necessitando, portanto, negar tudo aquilo que seja referente ao outro sexo e buscar uma identificação com referenciais masculinos e assim aprender a agir e pensar como o seu gênero. A menina, por sua vez, aprenderia com sua mãe o papel que deve desempenhar na sociedade por meio da observação. 3) Podemos, por fim, justificar essa predominância partindo do conceito de dominação masculina proposto por Bourdieu (2002), se pensarmos que, pelo fato de já ter sido incorporado que tudo aquilo que diz respeito ao ambiente masculino deve predominar na sociedade, tendemos a retratar mais esse universo patriarcal do que o das mulheres, por acreditarmos que aquele é o paradigma a ser seguido, enquanto este continua a ser mantido como estigmatizado e inferiorizado.

Não podemos, porém, deixar de ressaltar que, para que seja feita uma análise mais aprofundada sobre esta questão, seria necessária uma análise de um *corpus* maior de obras recentes, para que uma conclusão de cunho quantitativo fosse tirada. No entanto o nosso interesse neste trabalho foi o de fazer uma análise qualitativa, de forma que muitas das características presentes neste livros fossem trabalhadas mais aprofundadamente e que não passassem despercebidas, o que, ao nosso ver, não interferiu, de forma alguma, para que conclusões a esse respeito pudessem ser tiradas.

Gostaríamos, ainda, de destacar o fato de, no segundo segmento analisado, termos percebido que os personagens que protagonizam todas as obras contemporâneas são crianças, sendo esta uma estratégia dos autores para fazer com que uma proximidade e uma identificação entre leitor e personagens sejam mais facilmente estabelecidas.

Sobre o *corpus* dos contos de fada cabe ressaltar que as duas estórias compreenderiam ao grupo que Marilena Chauí (1984) chama de “contos de partida”[[190]](#footnote-190), na qual:

*“A adolescência é atravessada submetida a provações e provas até ser ultrapassada rumo ao amor e à vida nova. Nesses contos a adolescência é um período de feitiço, encantamento, sortilégio que tanto podem ser castigos merecidos quanto imerecidos, mas que servem de refúgio ou de proteção para a passagem da infância à idade adulta. É um período de espera: Gata Borralheira na cozinha, Branca de Neve semimorta no caixão de vidro (...)”*

E completa:

*“A expressão, muito usada antigamente, ‘esperar um príncipe encantado’ ou ‘pela princesa encantada’ não queria dizer apenas esperar por alguém muito bom e belo, mas também a necessidade de aguardar os que estão enfeitiçados porque ainda não chegou a hora do desencantamento.”* (p.35)

Percebemos, então, que nesses dois contos a transformação esperada pelas personagens principais será através da aparição de um personagem masculino. O casamento será a realização da mudança de paradigma que irão sofrer: Cinderela se verá livre da exploração que sofria por parte de sua madrasta e irmãs postiças e Branca de Neve vai voltar a ter um lar e poderá deixar a casa dos anões na qual vivia em caráter provisório e, com isso, obter uma nova perspectiva de vida.

A beleza das duas será fundamental para conseguir alcançar essas mudanças, os dois príncipes irão se apaixonar pelos atributos físicos das personagens à primeira vista, o que evidencia que a mulher não precisa dispor de muitos atributos, salvo o da beleza, para conquistar um homem e assim emergir socialmente e, quem sabe, “viver feliz para sempre”. Em *Branca de Neve e os sete anões* a vaidade irá ser condenada. A representação feita para a madrasta, vinculando essa vaidade com a figura que representa o mal, faz com que esta característica assuma uma posição de repulsa. A madrasta irá sofrer represálias por ter esse sentimento e, em uma das adaptações vistas por nós, chegará a morrer de tristeza por não conseguir mais ser bonita e jovem.

Este trabalho teve como objetivo destacar que as representações dos papéis que cada gênero deve assumir na sociedade são constantemente passadas para as crianças e que, a despeito das transformações que a mulher conseguiu ao longo do tempo conquistar - as quais fizeram com que as mulheres conseguissem se desatar da esfera privada e alcançar lugar junto aos homens na esfera pública -, as caracterizações femininas ainda estão intimamente relacionadas aos afazeres domésticos e à espera por um homem com quem possam casar. Essa verificação surge não somente da reiteração, nas versões ainda hoje impressas, das estórias tradicionais de fadas mas também no universo representado de brincadeiras de menina nas obras contemporâneas *Beto e Bia* (em que à menina cabe brincar com boneca e panela) e *Pena de pato e de tico-tico* (em que o brinquedo feminino está associado à preparação para o ato de maternar).

Essas diferenciações tão marcadas acabam fazendo com que ainda prevaleça no imaginário das pessoas que as diferenças em relação ao gênero não são culturais, mas intrínsecas e determinadas geneticamente, perspectiva essa que pode ser transformada caso os valores que subjuguem um sexo ao outro deixem de ser transmitidos.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

**Corpus de obras literárias analisadas**

**Contos tradicionais**

ANDRADE, Marisa Tuzi (adapt). *Branca de Neve e os sete anões.* Aparecida de Taboado, MS: Pais e Filhos, [s.d.]. (Coleção clássicos infantis).

ANDRADE, Marisa Tuzi (adapt). *Cinderela.* Aparecida de Taboado, MS: Pais e Filhos, [s.d.]. (Coleção clássicos infantis).

COLEÇÃO CONTOS CLÁSSICOS. *Branca de Neve.* [s.l.]: Ciranda Cultural, [s.d.]

COLEÇÃO FÁBULAS DE OURO. *Cinderela.* Blumenau, SC: Editora EKO, [s.d.]

COLEÇÃO SONHO INFANTIL. *Branca de Neve e os sete anões*. [s.l.]: Edipar, [s.d.]

COLEÇÃO SONHO INFANTIL. *Cinderela*. [s.l.]: Edipar, [s.d.]

HESSEL, Carolina; KARNOPP, Lodenir; ROSA, Fabiano. *Cinderela Surda*. Canoas, RS: Editora da ULBRA, [s.d.]

NICOLELIS, Giselda Laporta. *Cinderela.* [s.d]: Editora Moderna, [s.d.]

REHFELD, Klaus H. G. *Uma história por dia.* São Paulo: Brasiliense, 1995.

TATAR, Maria. *Contos de fadas: edição comentada e ilustrada.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

**Literatura infantil contemporânea**

CASTRO, Sylvia de; CHAVES, Iduina Mont’Alverne; COZZI, Tânia. *Beto e Bia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

CARVALHO, Tônio. *A menina que não tinha medo de nada*. São Paulo: Melhoramentos, 2004.

\_\_\_\_\_\_ . *O menino que tinha medo de tudo*. São Paulo: Melhoramentos, 2004.

MACHADO, Ana Maria. *Pena de pato e de tico-tico.*Rio de Janeiro: Salamandra, 1988.

NEMER, Regina Lucia. *Engole esse choro, Lunianooo!.* Rio de Janeiro: Imago Ed., 1994.

ROSA, Sonia. *O menino Nito.* Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

SOUZA, Flávio de. *Homem não chora*. Belo Horizonte: Formato Editorial, 1994.

**Referências teóricas**

BETTELHEIM, Bruno. *A psicanálise dos contos de fada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação Masculina.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CHAUI, Marilena. *Repressão Sexual – essa nossa (des)conhecida.* São Paulo: Brasiliense, 1984.

CHODOROW, Nancy. *Psicanálise da maternidade: Uma crítica a Freud a partir da mulher.* Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 2002.

COHN, Clarice. *Antropologia da criança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

COLOMER, Teresa. *A formação do leitor literário.* São Paulo: Global, 2003.

DARTON, Robert. *O grande massacre dos gatos, e outros episódios da história cultural francesa.* Rio de Janeiro: Graal, 1986.

Tabela 8 – Percentual de inscrita(o)s e aprovada(o)s por tipo de escola de ensino médio e sexo.

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Tipo escola** |  | **Inscritos** |  |  | **Aprovados** |  |
|  | **F** | **M** | **Total** | **F** | **M** | **Total** |
| Escola pública | 36,41 | 31,79 | 34,61 | 30,59 | 28,50 | 29,63 |
| Escola particular | 52,34 | 54,67 | 53,25 | 60,48 | 61,48 | 60,94 |
| Maior parte em escola pública | 5,47 | 6,60 | 5,91 | 4,32 | 4,15 | 4,24 |
| Maior parte em escola particular | 5,33 | 6,27 | 5,70 | 4,23 | 5,20 | 4,68 |
| Outro | 0,37 | 0,57 | 0,45 | 0,38 | 0,61 | 0,48 |
| Não respondeu | 0,08 | 0,11 | 0,09 | 0,00 | 0,06 | 0,03 |
| Total | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |

Fonte: COSEAC-UFF - vestibular de 2004

A tabela acima mostra que mais de 50% da(o)s candidata(o)s ao vestibular da UFF cursaram todo o ensino médio em escolas privadas. De fato, como já demonstraram Brandão e Teixeira (2003) as chances de acessar a universidade pública são muito maiores para aquela(e)s oriundos da rede privada de ensino. Exatamente por isto, vemos que quase 61% da(o)s aprovada(o)s no vestibular têm origem nesta rede.

No que tange a(o)s candidata(o)s, o número de mulheres que cursavam somente escola pública é maior que o de homens, esta diferença, no entanto, cai pela metade quando observamos a(o)s aprovada(o)s. Esta correlação nos indica que cursar a escola pública dificulta mais o sucesso no vestibular das mulheres do que dos homens. Por outro lado, vemos que o número de homens que cursaram somente escolas privadas é cerca de 2 pontos percentuais mais alto que de mulheres, o que deve contribuir para a taxa de sucesso no vestibular mais positiva por parte destes.

Nesta variável estamos encontrando, entre outros elementos, os reflexos da desigualdade de renda entre os dois grupos de gênero. Na medida em que são mais pobres, as mulheres acabam tendo menor possibilidade de acesso ao ensino privado. Nos quadros atuais dos concursos vestibulares para universidades federais (que se realizam em meio a um nível muito elevado de disputa, como vimos na tabela 4) e frente ao sucateamento sistemático das redes públicas de ensino fundamental e médio, o acesso à escolarização privada é fundamental para o sucesso nos processos seletivos.

Na mesma medida é também a soma histórica de desigualdades que explica o fato de que, mesmo considerando somente a(o)s oriunda(o)s de escolas públicas, os homens obtêm melhor desempenho no vestibular de que as mulheres. Na verdade, além de herdar o despreparo educacional da rede pública, as mulheres carregam dificuldades que têm origem na dominação de gênero que enfrentam e que sobredetermina os demais déficits sociais.

Tabela 9 – Percentual de inscrita(o)s e aprovada(o)s por escolaridade da mãe e sexo.

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Inscrita(o)s** |  |  | **Aprovada(o)s** |  |
| **Escolaridade** |  | **Mãe** |  |  | **Mãe** |  |
|  | **F** | **M** | **Total** | **F** | **M** | **Total** |
| Não freqüentou | 3,59 | 2,55 | 3,18 | 1,79 | 1,83 | 1,81 |
| Fundamental Incompleto | 19,60 | 14,16 | 17,47 | 14,02 | 10,10 | 12,22 |
| Fundamental Completo | 11,19 | 10,45 | 10,90 | 9,97 | 8,49 | 9,29 |
| Médio | 31,77 | 31,57 | 31,69 | 33,96 | 34,18 | 34,06 |
| Superior | 24,83 | 30,38 | 27,00 | 31,00 | 35,74 | 33,17 |
| Pós-graduação | 6,94 | 8,56 | 7,57 | 8,04 | 8,44 | 8,22 |
| Não respondeu | 2,09 | 2,34 | 2,19 | 1,22 | 1,22 | 1,22 |
| Total | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |

Fonte: COSEAC-UFF - vestibular de 2004

Tabela 10 – Percentual de inscritos e aprovados por escolaridade do pai e sexo.

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Inscrita(o)s** |  |  | **Aprovada(o)s** |  |
| **Escolaridade** |  | **Pai** |  |  | **Pai** |  |
|  | **F** | **M** | **Total** | **F** | **M** | **Total** |
| Não freqüentou | 3,15 | 2,23 | 2,79 | 1,32 | 1,16 | 1,25 |
| Fundamental Incompleto | 19,08 | 14,27 | 17,20 | 15,00 | 11,12 | 13,22 |
| Fundamental Completo | 9,55 | 8,40 | 9,11 | 8,04 | 7,08 | 7,60 |
| Médio | 28,83 | 28,03 | 28,52 | 32,55 | 29,59 | 31,19 |
| Superior | 26,15 | 31,98 | 28,43 | 31,14 | 37,78 | 34,19 |
| Pós-graduação | 7,30 | 9,94 | 8,33 | 8,33 | 10,34 | 9,25 |
| Não respondeu | 5,95 | 5,14 | 5,63 | 3,62 | 2,94 | 3,3 |
| Total | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |

Fonte: COSEAC-UFF - vestibular de 2004

As duas tabelas acima nos mostram alguns elementos importantes. De início, vemos que a escolaridade dos pais e das mães da(o)s aprovada(os)s é mais elevada que a da(o)s inscrita(o)s. Ou seja, como já demonstraram outros estudos (por exemplo: Brandão e Teixeira, 2003 e Brandão, Silva e Marins, 2005) o acesso ao ensino superior público cresce na razão direta da escolaridade da família.

A sociologia da educação têm se dedicado a esta discussão há algumas décadas. Uma das indicações importantes neste campo aparece em Bourdieu (1999) que afirma a existência de uma espécie de capital cultural, denominado pelo autor como “incorporado”. Este “estado” do capital cultural seria adquirido pelo indivíduo de forma insensível no âmbito de suas relações familiares primeiras. Fica claro que para a composição deste tipo de capital a formação escolar da mãe e do pai é fundamental.

Quando saímos das análises mais gerais, percebemos também nesta tabela as representações de uma nítida desigualdade de gênero. Como vemos, as mães de inscrita(o)s e aprovada(o)s apresentam uma estrutura de escolarização inferior a dos pais, o que se verifica tanto na maior presença destas nas primeiras faixas de escolaridade, quanto através da presença maior entre os pais, de indivíduos com nível superior e com pós-graduação.

Outra desigualdade visível se encontra no fato de que tanto as candidatas quanto as aprovadas possuem mães e pais em média pior situados no quesito escolaridade que os candidatos e aprovados.

Assim, em qualquer direção que olhemos as duas últimas tabelas veremos uma situação educacional melhor para os homens. Esta configuração resulta mais uma vez da soma histórica de discriminações que vem se reproduzindo sobre este grupo de gênero.

Tabela 11 – Percentual de inscrita(o)s e aprovada(o)s por situação de atividade e sexo.

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Trabalho** |  | **Inscrita(o)s** |  |  | **Aprovada(o)s** |  |
|  | **F** | **M** | **Total** | **F** | **M** | **Total** |
| Não Trabalha | 81,20 | 73,64 | 78,23 | 85,13 | 75,24 | 92,08 |
| Trabalha | 18,50 | 25,92 | 21,42 | 14,82 | 24,43 | 7,72 |
| Não respondeu | 0,30 | 0,43 | 0,35 | 0,05 | 0,34 | 0,21 |
| Total | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |

Fonte: COSEAC-UFF - vestibular de 2004

Vemos aqui que os indivíduos que trabalham de forma remunerada são uma pequena parcela da(o)s inscrita(o)s para o vestibular e uma ínfima parcela dos aprovada(o)s. De fato, os números mostram que não trabalhar contribui substancialmente para a entrada na universidade.

A tabela acima nos mostra também que tanto entre a(o)s candidata(o)s quanto entre a(o)s aprovada(o)s, os homens trabalham em maior medida que as mulheres. Este dado é fruto mais uma vez do processo histórico de subordinação a que as mulheres foram submetidas, que reservou a estas o espaço doméstico enquanto que os homens ocuparam fundamentalmente os espaços públicos, inclusive aqueles relacionados com a produção de riquezas nas formas de sociedade que se sucederam na história da humanidade. Neste sentido, embora estejamos verificando um aumento progressivo da presença feminina no mercado de trabalho, estatisticamente as mulheres ainda se encontram em menor proporção neste (como mostra em detalhes o estudo de Barros et all, 2001).

Um olhar mais profundo sobre estes dados mostra também que o fato de trabalhar impacta muito menos o sucesso no vestibular dos homens do que das mulheres, pois enquanto a diferença entre inscrita(o)s e aprovada(o)s que trabalham é de 3,68 pontos percentuais entre as mulheres, atinge somente 1,49 pontos entre os homens. No mesmo movimento, a maior freqüência entre os indivíduos que trabalham não impede que os homens tenham taxa de sucesso no vestibular melhor que as mulheres.

Esta configuração somente pode ser explicada se ultrapassarmos a “cortina de fumaça” que tenta tornar invisível o esforço de trabalho cotidiano realizado no âmbito do espaço doméstico das mulheres. O androcentrismo que impera em nossa sociedade gera representações específicas acerca da noção de “trabalho”. Assim, a pergunta constante no questionário sócio-economico do vestibular da UFF se referia a trabalho remunerado. Neste sentido, somente respondem positivamente a esta pergunta aquela(e)s que exercem atividade remunerada. Na medida em que o trabalho doméstico – que em sociedades machistas é atribuição por excelência e exclusividade das mulheres – não é remunerado, os homens aparecem com um percentual mais elevado de trabalhadores. Na verdade se o “trabalho doméstico” fosse considerado “trabalho” sem adjetivações, na medida em que também significa dispêndio de força de trabalho, desgaste físico e mental e diminuição de tempo livre, provavelmente teríamos uma situação diferente na tabela 11 acima. Ou seja, a freqüência de trabalho seria muito mais alta entre as mulheres.

Estas considerações explicam também porque o fato de trabalhar “atrapalha” menos a aprovação dos homens do que das mulheres. Também por conta das características androcentricas de nossa formação social, a imensa maioria das mulheres que exercem atividades de trabalho remuneradas (e que responderam “sim” a pergunta que deu origem à tabela 11) também exerce atividades de trabalho em suas casas, o que configura uma situação de dupla jornada de trabalho e conseqüente diminuição substancial do tempo disponível para a preparação para o concurso vestibular. Os homens que trabalham de forma remunerada, por sua vez, em grande medida não trabalham no lar, portanto, estão vinculados a somente uma jornada de trabalho e possuem maior disponibilidade de tempo para investir na sua formação educacional.

Tabela 12 – Distribuição percentual dos critérios para escolha do curso por sexo entre a(o)s aprovada(o)s.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **O que mais contribuiu para a escolha do curso** | **F** | **M** | **Total** |
|  |  |  |  |
| Adequação às aptidões pessoais | 75,71 | 70,39 | 73,27 |
| Maior oferta no mercado de trabalho | 5,32 | 7,56 | 6,35 |
| Recompensa financeira mais promissora | 1,51 | 3,28 | 2,32 |
| Prestígio social da profissão | 0,99 | 1,28 | 1,12 |
| Influência familiar | 1,08 | 1,61 | 1,33 |
| Indicação de teste vocacional | 1,60 | 1,28 | 1,45 |
| Baixa relação candidato/vaga | 2,40 | 1,83 | 2,14 |
| Já está atuando em área afim | 3,01 | 5,28 | 4,05 |
| Outro | 8,24 | 7,22 | 7,77 |
| Não Respondeu | 0,14 | 0,28 | 0,20 |
| Total | 100,00 | 100,00 | 100,00 |

Fonte: COSEAC-UFF - vestibular de 2004

Esta tabela que procura mapear os critérios que teriam levado a(o)s aprovada(o)s no vestibular à escolha de seus cursos aponta questões interessantes. De início, verificamos que a maior freqüência de respostas de mulheres e homens aparece na opção “adequação as aptidões pessoais”.

No entanto, esta afirmação de caráter mais subjetivo é mais encontrada nas mulheres do que nos homens. Já nas opções que apontam para a instrumentalidade material da formação superior (“maior oferta no mercado de trabalho”, “recompensa financeira mais promissora” e “já está atuando em área afim”) a freqüência relativa dos homens é sempre mais elevada que a das mulheres.

Este padrão de respostas também não é aleatório. O que vemos na tabela acima é a expressão na subjetividade de mulheres e de homens da forma como foram construídas as relações de gênero na sociedade ocidental em geral e na sociedade brasileira em particular. As mulheres em menor medida que os homens apontam como prioridade o mercado de trabalho e a remuneração neste e, portanto afirmam com maior ênfase a aptidão individual como elemento principal que alicerça suas escolhas.

Os homens produzem um padrão diferenciado de respostas exatamente porque em sociedades androcentricas e patriarcais estes têm sua subjetividade produzida na direção de se preparar constantemente para exercer a função de “provedor do lar”, o que por sua vez corresponde à noção de virilidade e responsabilidade. A contrapartida da provisão econômica é a posição de “chefe” da família.

De fato, vemos um processo no qual a dominação masculina se reproduz nas subjetividades e a partir daí também se perfaz na objetividade das relações materiais. Estamos afirmando que, na medida em que são formados para se preocupar mais diretamente com a obtenção de ganhos econômicos no mercado, os homens ocupam a maioria dos espaços de poder econômico, político e simbólico. As mulheres, por sua vez, porque são formadas para atuar na gestão doméstica e somente de forma complementar no mercado, acabam ocupando os espaços subalternos deste e vivendo no lar a dependência econômica e a dominação do macho provedor.

**Conclusões**

Nosso estudo se deteve sobre mulheres e homens que viveram uma situação específica: a realização de um concurso vestibular para uma universidade pública situada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Para produzir os indicadores utilizamos dados oficiais da própria Instituição Federal de Ensino, a Universidade Federal Fluminense, oriundos do cadastro relativo ao seu concurso de admissão.

A avaliação dos indicadores mostra de início, uma situação de inequívoca desigualdade de gênero. Em primeiro lugar as mulheres são originárias de famílias mais pobres que os homens. Esta constatação não pode ser considerada de forma inercial. Embora o dado estatístico represente uma situação existente em determinado momento, este é a expressão de um processo histórico. Assim, a forma através da qual as relações de gênero foram produzidas em nossa sociedade condicionou uma super-representação das mulheres entre os mais pobres no Brasil.

Uma derivação direta desta informação se encontra no fato de que, como mostrou Rocha (1995), as famílias chefiadas por mulheres são imensamente mais sujeitas à pobreza e à indigência do que aquelas chefiadas por homens. Neste ponto as desigualdades mais uma vez se somam, se sobredeterminam e se condicionam reciprocamente. Estudos importantes elaborados com dados oficiais do Estado brasileiro mostram que as mulheres em geral estão em situação pior que os homens na taxa de participação no mercado de trabalho, bem como na taxa e no tempo médio de desemprego. Além disto, sabemos que existem diferenças sérias de remuneração entre homens e mulheres ainda que considerados os mesmos patamares de escolaridade, qualificação, postos de trabalho e região geográfica (Barros et all, 2001).

Há também uma inequívoca segregação ocupacional, isto é, existem profissões majoritariamente ocupadas por homens, nas quais a participação feminina é mínima e, ao contrário disto, ocupações prioritariamente femininas, nas quais os homens estão muito pouco presentes. A distribuição de mulheres e homens pelos cursos da Universidade Federal Fluminense, que também analisamos aqui, é um reflexo disto. No entanto, esta segregação ocupacional é ainda mais perversa porque as mulheres ocupam em larga maioria os postos com menor remuneração e prestígio. Nesta espiral de desigualdades que se somam as mulheres acabam sendo mantidas, em maior medida que os homens, nas franjas mais pobres da sociedade.

Voltando a(o)s candidata(o)s e aprovada(o)s no vestibular por nós analisado, as mulheres por serem em média mais pobres que os homens alcançam em menor medida a rede privada de ensino médio, onde atualmente se concentram níveis melhores de preparação para o vestibular[[191]](#footnote-191). Mas vimos também que as escolas públicas conseguem aprovar relativamente mais homens que mulheres, o que significa que outras variáveis condicionam uma situação de maiores dificuldades para estas, mesmo quando competem em condições aparentemente próximas dos homens.

No que tange à escolarização da família as desigualdades de gênero são também enormes. As mulheres que se candidatam e que são aprovadas no vestibular da UFF são em números muito mais elevados que os homens filhas de mães e pais que não chegaram ao ensino superior. Neste sentido estas mulheres tendem a herdar um capital culturalmenossignificativo o que, no caso das inscritas contribui para explicar a taxa de sucesso no vestibular muito aquém da dos homens. Já no caso das aprovadas esta diferença indica uma tendência a maiores dificuldades de realização acadêmica.

Os dados referentes à situação de trabalho remunerado são muito significativos. Acompanhando as tendências nacionais, os homens que se candidatam e os que são aprovados no vestibular da Universidade Federal Fluminense, apresentam uma taxa de ocupação maior que a das mulheres. No entanto, como as mulheres possuem uma enorme taxa de ocupação no lar – que é tornada invisível pelas estatísticas – é óbvio que no que concerne ao dispêndio de tempo e ao desgaste físico, estas ficam em situação pior que os homens no que tange às possibilidades de preparação para o vestibular.

Esta situação se agrava no caso daquelas que possuem também a jornada de trabalho remunerada. Ou seja, os homens quando chegam em casa retornando do trabalho remunerado estão livres para gerir seu tempo, as mulheres quando chegam do trabalho “fora de casa” começam o trabalho “do lar”. Esta situação historicamente construída produz assim possibilidades desiguais dededicação aos estudos e consequentemente de acesso ao ensino superior.

O posicionamento subordinado das mulheres em todos estes indicadores discutidos em nosso trabalho explica nossa questão inicial, a saber: porque as mulheres apesar de serem mais presentes nas inscrições para o vestibular obtêm uma taxa de sucesso tão menor que a dos homens?

A resposta é bastante clara. A aparente igualdade produzida pelo concurso vestibular daquela instituição federal de ensino é falsa. Tal noção de igualdade corresponde em verdade a uma mistificação ideológica que através do princípio abstrato do mérito esconde violências e desigualdades que se reproduzem há milênios. O fato de realizarem a mesma prova, no mesmo horário e sob as mesmas condições de vigilância não equaliza as oportunidades para as candidatas e para os candidatos.

Como imaginar que as mulheres competem em situação de igualdade com os homens quando advém de famílias mais pobres e menos escolarizadas; quando estudaram em escolas de pior condição material e pedagógica e quando possuem tempo para estudar mais restrito.

Estas questões mais objetivas se relacionam com a violência simbólica e subjetiva que também se volta contra estas em sociedades machistas e androcentricas. As mulheres foram por séculos apontadas como “inferiores” no que se refere a sua capacidade para o conhecimento cientifico. Eram tomadas como indivíduos “essencialmente” desprovidos da desenvoltura intelectual necessária à realização da produção de conhecimento. No campo pedagógico, as formas de educação que historicamente foram construídas para estas, não apontavam para a autonomia, a reflexão e a liberdade, mas sim para a internalização de valores sociais que garantiam a desigualdade e a reprodução das “... funções que se lhes reconhecia como próprias – a de esposa e mãe” (Sohiet, 1997: 19).

Já na consolidação do chamado “Renascimento”, quando se constitui um campo científico e literário autônomo, este se fez exclusivamente masculino. A origem disto – que terá conseqüências desastrosas para as mulheres em específico, mas para a humanidade em geral – foi a reprodução de uma noção abstrata que reservava aos homens o domínio da razão e do conhecimento científico em geral.

Assim, o antropocentrismo típico do renascimento, que colocava a espécie humana no centro do universo em oposição ao teocentrismo anterior (no qual Deus ocupava este lugar central) era na verdade um androcentrismo, pois o elemento humano que ganhava os espaços de produção de conhecimento não era abstrato, mas concretamente generificado. As mulheres mantidas longe do espaço público eram na mesma medida excluídas do saber e do poder.

O acesso à ciência possibilitou a uma parte dos homens se desvincular ou pelo menos relativizar a determinação religiosa na explicação do mundo natural e social. As mulheres, porém continuaram confinadas na religião e mesmo no âmbito desta eram mantidas em situação subordinada. No campo religioso, sob a égide da Igreja católica, as mulheres recebiam os ensinamentos doutrinários que reforçavam com força de leis divinas noções seu papel de mãe e esposa, de ser doméstico e incapacitado para a vida pública. A lógica religiosa, portanto, teve também um papel fundamental no processo de produção de uma cultura na qual as mulheres eram pensadas como dotadas de uma “essência” objetiva e subjetivamente diferente e inferior a dos homens[[192]](#footnote-192). Os dados aqui apresentados são exatamente o reflexo da histórica exclusão feminina na produção do saber e na participação da vida pública, provocando dificuldades gigantescas na sua trajetória social.

O poder masculino unilateral chegou em determinados períodos da história da humanidade a requintes exacerbados de violência, quando punia as mulheres que tentavam se inserir ainda que de forma alternativa e transversa na produção de saberes e conhecimentos. A inquisição, concebida, gerida e executada exclusivamente por homens foi um exemplo cruel e perverso disto. As fogueiras foram em grande parte acesas para as chamadas hereges.

Por tudo isto, podemos dizer que para as mulheres o período do “Renascimento” correspondeu de fato a um aborto imediato da sua liberdade de expressão lingüística, literária, cultural e cientifica. A forma histórica através da qual foi criado o mito da racionalidade masculina e o correspondente mito da sensibilidade feminina explica porque, séculos depois, os homens estejam mais presentes nos cursos das chamadas ciências exatas, nas quais se encontra com maior ênfase o fetiche da descoberta e do uso da razão em sentido instrumental. Enquanto isto as mulheres se aglutinam principalmente nas áreas humanas, em geral representadas como menos instrumentais e mais subjetivas. Assim, como lembra Soihet (1997):

“Até os dias atuais, nas sociedades ocidentais marcadas pelo selo da racionalidade instrumental, a sensibilidade é considerada uma preparação, uma antecipação, ou uma forma menor do pensamento racional. Logo o elogio da sensibilidade feminina, excluindo-a da racionalidade, revela uma modalidade de violência.”

(Soihet, 1997: 16)

Para a taxa de sucesso no vestibular tão negativa das mulheres que investigamos no vestibular da UFF também não podemos aceitar uma explicação exclusivamente fundada sobre a classe social. De fato, as mulheres além da pobreza que enfrentam em maior medida, se debatem também com um conjunto de impedimentos associados ao gênero que se somam reproduzindo uma espiral contínua de desigualdades. Por outro lado, a dominação masculina atravessa as classes sociais – apesar de possuir matizes diferenciadas nos diferentes tipos de famílias. As representações que essencializam a mulher como frágil, sensível, emotiva e doméstica faz parte da cultura machista de nossa sociedade e, portanto atinge aos pobres e aos não pobres.

Apesar de todos estes elementos históricos apontados, vimos que no Brasil já no fim do século XX as mulheres chegaram a ultrapassar os homens em presença no ensino superior. Mas esta chegada quantitativa, não pode ser lida como uma situação na qual estas alcançaram uma igualdade no campo da educação. Um exemplo desta tese equivocada se encontra no estudo de Kaizô e Alves (2004). Estes apontam que teríamos alcançado uma configuração na qual as mulheres reverteram o “hiato de gênero” na educação:

“O hiato de gênero e o déficit educacional das mulheres fizeram parte da realidade brasileira durante mais de 400 anos. Contudo as mulheres conseguiram eliminar e reverter este hiato durante o século XX.”

(Kaizô e Alves, 2004: 3)

Tal afirmação espelha uma leitura superficial dos números acerca da educação. Se a chegada das mulheres ao ensino superior é um fato consumado, estas se encontram ainda longe de reverter diferenças e “hiatos”. No caso por nós estudado, o aumento quantitativo da presença feminina é reflexo exclusivo do fato de que estas se candidatam mais ao vestibular. Quando nos voltamos para uma avaliação da qualidade deste acesso vemos a desigualdade de forma transparente.

Isto mostra que ainda temos um longo caminho a trilhar. Se a cada concurso vestibular a soma histórica de discriminações produz resultados diferenciados por gênero, podemos afirmar então que elementos materiais e subjetivos estão ainda em operação, reproduzindo a dominação masculina e reforçando as condições para a manutenção das mulheres em posição desprivilegiada na sociedade.

Se não temos atualmente uma exclusão explícita e legal das mulheres do campo da educação temos uma exclusão implícita que resulta de uma condensação específica de fatores. As mulheres podem agora alcançar a educação primária, secundária e mesmo chegar com força na universidade, mas elas acabam acessando de forma diferenciada este bem público, como se estivessem sofrendo um novo processo de exclusão que agora se processa no próprio interior do campo educacional (Bourdieu, 1998). A operação diária do machismo e do androcentrismo faz com que mesmo inserida a mulher permaneça em posição subordinada, foi o que tentamos demonstrar com os dados discutidos neste artigo.

Neste sentido, é preciso ter coragem para afirmar que políticas universais podem – em alguns casos – ter resultados excludentes, fortalecendo os grupos sociais já estabelecidos e dificultando o acesso dos grupos discriminados. Assim, acreditamos que para reverter de fato o “hiato de gênero” (Kaizô, 2004) é necessário desenvolver uma política específica de acesso à universidade para as mulheres, política que privilegie este grupo e discrimine positivamente aquelas que são lidas socialmente como desiguais. Nossa proposição não caminha no sentido de originar mais uma política focal, mas sim de produzir políticas que – ao tratar diferentemente os socialmente diferentes – possam auxiliar a construção de uma situação de igualdade e de reforço dos valores democráticos.

Talvez a longo prazo – e aliadas com outras medidas – políticas deste tipo possam re-configurar as desigualdades de gênero já banalizadas, institucionalizadas e socialmente legitimadas no Brasil.

**Referências Bibliográficas**

Barros, Ricardo Paes (et all). “Inserção no mercado de trabalho: diferenças por sexo e conseqüência sobre o bem-estar.” Texto para discussão nº. 796, Rio de Janeiro, IPEA, 2001.

Barros, Ricardo Paes; Machado, Ana Flávia e Mendonça, Rosane P. “A Desigualdade da Pobreza: Estratégias Ocupacionais e Diferenciais por Gênero.” Texto para discussão nº. 453, Rio de Janeiro, IPEA, 1997.

Bourdieu, P. A miséria do mundo. Petrópolis, Vozes, 1998.

Bourdieu, P. A dominação masculina. São Paulo, Bertrand Brasil, 2002.

Brandão, André A. e Teixeira, Moema de Poli. Censo étnico-racial da UFF e da UFMT. Niterói, EDUFF, 2003

Brandão, André A., Marins, Mani Tebet e Silva, Andersom P. “Raça, escolhas e sucesso no vestibular: que profissão você vai ter quando crescer?”. Trabalho apresentado na 28ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Caxambu-MG, 2005.

Butler, J. Problemas do Gênero: Feminismo e Subversão de Identidade. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

Cornell, Drucila & Benhabib, Sheila. Feminismo como Crítica da ModernidadeRio de Janeiro, Editora Rosa dos Tempos, 1987.

Costa, Albertina de Oliveira (org). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro, Editora Rosa dos Tempos, 1992.

Guedes, Moema de C. e Alves, José Eustáquio D. “A população feminina no mercado de trabalho entre 1970-2000: particularidades do grupo com nível universitário.” Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambú-MG, 2004.

Guimarães, Ana Lúcia. Por que no Brasil mais mulheres buscam o ensino superior? Trajetórias educacionais, família e casamento em questão. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, ICHF-UFRJ, 2003.

IBGE. Censo Demográfico de 1960. Rio de Janeiro, IBGE, 1960.

IBGE. Censo Demográfico de 1980. Rio de Janeiro, IBGE, 1980.

IBGE. Censo Demográfico de 1991. Rio de Janeiro, IBGE, 1991.

IBGE. Censo Demográfico de 2000. Rio de Janeiro, IBGE, 2000.

IBGE. Estatísticas do século XX. Rio de Janeiro, IBGE, 2003.

Kaizô, Iwakami Beltrão. “Acesso à educação: diferenciais entre os sexos”. Texto para discussão, nº 879, Rio de Janeiro, IPEA, 2002.

Kaizô, Iwakami Beltrão e Alves, José E. D. “A reversão do hiato de gênero na educação brasileira do século XX”. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambú-MG, 2004.

Louro, Guacira Lopes. “Nas redes do conceito de gênero”. IN: Lopes, Marta Julio (org). Gênero e Saúde. Porto Alegre Artes Médicas, 1996.

Muniz, Jacqueline. “Feminino - A Controvérsia do Òbvio”. IN Physis – Revista de Saúde Coletiva (IMS-UERJ), Volume 2, nº1, 1992.

Pinto, Celi Regina. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo, Editora da Fundação Perseu Abramo2003.

Rocha Sonia. “Governabilidade e pobreza o desafio dos números.” Texto para discussão, nº. 368, Rio de Janeiro, IPEA, 1995.

Romanelli, Otaíza O. História da Educação no Brasil. Petrópolis, Vozes, 2001.

Rosemberg, Fulvia. “Políticas educacionais e gênero: um balanço dos anos 1990”. Cadernos Pagu, nº16, 2001.

Rosemberg, Fulvia. “Desigualidades de raza y género en el sistema educacional brasileño.” In Wincler, Donald R. & Cueto, Santiago. Etnicidade, raza, género y educación en América Latina. Santiago, Preal, 2004.

Saffioti, Heleieth I. B. “Rearticulando gênero e classe social”.In: Costa, Albertina de Oliveira (et all). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro, Editora Rosa dos Tempos, 1992.

Saffioti, Heleieth I. B. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo, Editora da Fundação Perseu Abramo, 2004.

Scavone, Lucila. Dar a Vida e Cuidar da Vida: Feminismo e Ciências Sociais. São Paulo, UNESP, 2004

Scott, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”.In Educação e Sociedade. Porto Alegre, 16(2), jul/dez de 1990.

Soares, Serguei e Izaki, Rejane Sayuri. “A Participação feminina no mercado de trabalho”.Texto para discussão nº. 923, Rio de Janeiro, IPEA, 2002.

Soihet, Rachel. Bertha Lutz e a ascensão social da mulher: 1919-1937. Dissertação de Mestrado em História. Niterói, ICHF-UFF, 1974.

Soihet, Rachel. “Violência Simbólica: Saberes Masculinos e Representações Femininas”. IN: Estudos Feministas, Nº1, 1997.

**Sites Consultados**

www.ibge.gov.br

www.inep.gov.br

www.ipea.gov.br

|  |  |
| --- | --- |
| Nome : GÊNERO EM AÇÃO: Rompimento do teto de Vidro nos Novos Contextos da Tecnociência | **A 013**  **Menção**  **Honrosa** |
| Autora/o: Cristina Tavares da Costa Rocha |
| Orientadora/o : Prof.a Dr.a Carmen Silvia de Moraes Rial  Co-Orientadora: Prof.a Dr.a Luzinete Simões Minella |
| IES: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA |
| Cidade/Estado: SC |
| Outras Informações: Aluna do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas (DICH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC |

**prEÂMBULO**

O presente estudo é desenvolvido levando-se em conta a complexidade das relações sociais com foco em gênero através de imensa gama de vivências dimensionais dos indivíduos, relações estas que estão cada vez mais mediadas pelos produtos, serviços e processos da ciência e da tecnologia. Dificilmente as diversas dimensões da vida: a social, a

política, a econômica, a religiosa, dentre outras, inclusive a da tecnociência, inseridas no interior de dimensão mais abrangente, a das cultur[as5](#h.z337ya), estão cristalizadas no interior de si próprias. Muito pelo contrário. As bordas limítrofes destas dimensões, “ad continuum”, imbricam-se, interconectam-se, mesclam-se, sobrepõem-se, refletem-se, difratam-se em interferências várias e mútuas e, conseqüentemente, as ações dos indivíduos e respectivas decisões migram nessas esferas dimensionais, de acordo com situações vivenciadas por eles a

cada momento tecno-socio-histórico. As soluções vão depender de ininterrupta negociação de significados através das relações sociais, em todas as dimensões envolvidas nos processos.

Para Haraway (1997), as relações sociais, também entendidas nos contextos da contemporaneidade como alianças e/ou redes sociotécnicas, integram uma diversidade e uma multiplicidade de temas da tecnociência no último quarto do século XX, a exemplo dos vinculados a necessidades militares, aos processos democráticos, a investigações acadêmicas, ao desenvolvimento do comércio e da economia, ao acesso ao conhecimento e ao aprendizado, aos processos de padronização e globalização, além de saúde. No geral, tais alianças sociotécnicas permanecem atravessadas por relações assimétricas e estigmatizadas de gênero, raça e etnia, nas diferentes camadas sociais e geracionais.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_

5 Sahlins (2004) propõe uma configuração de culturas na contemporaneidade que ele denomina de “fractal”, porque “desprovidas de limites, estruturas ou regularidades euclidianas” e, por isso mesmo, complexamente superpostas. Para essa configuração de interações culturais fractais e superpostas ele inspira-se na teoria matemática do “caos”, emprestada pelos antropólogos como tentativa de estudar os fatos culturais atuais. Enfim, nesse trabalho, entende-se cultura como a “organização da experiência e da ação humana por meios simbólicos”.

A partir, portanto, da constatação de que há intenso imbricamento entre artefatos e sociedades, resultante de inter-relação respectiva de produção x uso, entende-se que o desenvolvimento da ciência e da tecnologia ocorre simultaneamente com o desenrolar também de conflitos quando da produção e quando da (re)apropriação dos artefatos pelos indivíduos. Envolvidos/as nos atuais processos da tecnociência estão os/as atores/[as](#h.3j2qqm3)6 dos cenários da contemporaneidade, muitos/as deles/as ligados/as por redes computacionais de trabalho e de lazer, redes estas possibilitadas pelas novas tecnologias da informação e da comunicação, e com o aparato tecnológico digital que está na base deste processo, que é ininterrupto e intenso. Os/as atores/as promovem entrelaçamento entre si, através das redes e estão a desempenhar papéis importantes no (re)modelamento das sociedades, principalmente no final do século XX e início deste século XXI.

(...) A minoria estatística, representada pelas mulheres inseridas nos níveis hierárquicos superiores da pirâmide organizacional, tendo crescido nos últimos anos em muitos contextos nacionais, aponta para a permeabilidade do “teto de vidro” (Andréa PUPPIN, 2001, pág. 186).



6 Embora o feminino de “ator” seja “atriz”, entende-se que esta última palavra está mais comprometida com cenários fílmicos e teatrais. Portanto, opta-se por usar “atora”, mesmo sabendo da inexistência dessa palavra no

dicionário português.

INTRODUÇÃO

É nestes cenários científico-tecnológicos, digitais-sociais da contemporaneidade, que esta pesquisa se insere. Contemporaneidade esta que tem sido caracterizada como a era da informação de sociedades em redes (CASTELLS, 1999), onde são geradas configurações complexas de inter-relações sociais, que carecem de estudos mais aprofundados, a exemplo de como mulheres e homens estão atuando nestes cenários; como se (re)apropriam dos artefatos tecnológicos disponibilizados incessantemente no mercado e, no caso do presente estudo, como os produzem, como as forças do macro e do micro poder são exercidas pelos gêneros, como as identidades de gêneros se (re)constroem, (re)forçam-se, (trans)formam-se, diferenciam-se em multiplicidades instáveis e fluidas, nos fluxos locais e globais.

Embora Judy Wajcman (1998, pág. 248) afirme que a realidade é que a “cultura da engenharia, com sua fascinação pelos computadores e pelas técnicas mais automatizadas, é arquetipicamente masculina [e que] os homens predominam entre os profissionais, tais como gerentes, programadores de computador e analistas de sistemas (...)”, o fato é que em algumas micro-empresas de tecnologia da atualidade, há evidências (algumas expostas neste texto, nas páginas seguintes) de que há uma minoria de mulheres que compõem a rede que concebe e

produz a tecnociência[7](#h.1y810tw)  no Brasil. É, sim, uma minoria, mas é uma minoria[8](#h.4i7ojhp)  que começa a

fazer a diferença no vislumbramento de tendências que vão se constituindo em maior espaço no mundo do trabalho para as mulheres e, ainda, com maiores possibilidades de ascensão para ocuparem cargos e exercerem funções hierarquicamente mais elevados nessas empresas. Nelas, os fatores relacionais de gênero revestem-se de fundamental importância para reflexões e discussões sobre inovação e/ou concepção, desenvolvimento e implantação de tecnociência



7 Opto neste texto pelo conceito de tecnociência proposto por Haraway (1997): “I use technoscience to signify a mutation in historical narrative, similar to the mutations that mark the difference between the sense of time in European medieval chronicles and the secular, cumulative salvation histories of modernity. (…) Technoscience extravangtly exceeds the distinction between science and technology as well as those between nature and society, subjects and objects, and the natural and the artifactual that structured the imaginary time called modernity.”

8 Inspiro-me, aqui, na epígrafe desta introdução.

no mercado, visto que produtos e/ou serviços daí advindos estão impregnados de símbolos e significações culturais socialmente construídos, assim como também o são as situações generificadas nos vários contextos da sociedade e do ambiente de trabalho em especial.

É em vista deste cenário computacional que nesta pesquisa se dá prioridade para um recorte direcionado ao segmento de mercado da produção de softwares (programas de computação), até porque este é o segmento mercadológico que mais tem crescido nos últimos 10 anos (55% em relação aos demais produtos processos e serviços em várias áreas do conhecimento): eletro-eletrônica/automação (16%); agroindústria (11%); couro e calçados

(5%); biotecnologia (5%); e outros segmentos (8[%)](#h.2xcytpi)9. Faço esta escolha, ainda, por ser este um

segmento de mercado que tem adentrado praticamente todos os demais, visto que a informática tem feito parte das atividades mais corriqueiras da vida pessoal e profissional dos indivíduos, desde saúde, educação, agroindústria, biologia, zootecnia, etc., até mesmo lazer. Esta nova lógica da sociedade interligada em redes ora corrobora, ora conflita com as experiências dos indivíduos, que ainda são intensamente locais – com valores mais homogêneos, embora globais – valorizando a pluralidade, a diluição, a fragmentação, principalmente na ambientação virtual propiciada pelo ciberespaço – em um contínuo, dadas as novas circunstâncias emergidas de um sistema mundial, que, aos poucos, vai reconfigurando o saber e o fazer dos modos de produção e dos usos dos artefatos tecnológicos e, atreladas a estes, as decorrentes relações sociais.

**O CAMPO TEÓRICO-METODOLÓGICO: Gênero, Ciência e Tecnologia**

Historicamente, tanto a ciência quanto a tecnologia têm sido consideradas, ao longo do tempo, como atividades masculinas por excelência. Esta constatação é pertinente principalmente ao se referir à área das exatas, a exemplo das ciências da computação, sistemas de informação, e de telecomunicações, vinculadas à informática. Isabel Tavares diz que, segundo dados do CNPq retirados do censo 2004 do Diretório dos Grupos de Pesquisa, nas “tecnológicas e nas chamadas hard sciences – Engenharias (cerca de **¼** do total de pesquisadores são mulheres), Exatas e da Terra – e nas Agrárias, predominam os homens, já que elas perfazem **⅓** dos pesquisadores. As mulheres são numericamente pouco representadas, principalmente na Física e na Matemátic[a”1](#h.1ci93xb)0. Melo, Lastres e Marques (2004, pág. 87) informam que as exatas referem-se a “um saber técnico historicamente dominado por



9 Dados estatísticos obtidos na Associação Nacional das Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas (ANPROTEC), através de site < [http://www.anprotec.org.br](http:///h) > Acesso em 01 set 2004. 10 Disponível em: < [http://www.sbc.org.br](http:///h) > Acesso em 10 out 2005.

homens (...); no século XVIII, com a criação das primeiras grandes escolas francesas, foram formados técnicos e matemáticos habilitados a aplicar os princípios da geometria à guerra e à maquinaria (...); esse padrão se difundiu pelo mundo, bem como no Brasil”.

Deste modo, ciência e tecnologia são marcadas por padrões culturais, inclusive os vinculados às relações de gênero, a partir de perspectivas decorrentes da teia das significações que os indivíduos tecem e dão ao seu existir no mundo. Este processo ocorre através da mediação dos seus artefatos culturais e do seu “habitat”, sendo, os próprios indivíduos, considerados artefatos culturais humanos, visto que “(...) nossas idéias, nossos valores, nossos atos, até mesmo nossas emoções são, como nosso próprio sistema nervoso, produtos culturais” (GEERTZ, 1978, pág. 63). Este campo de significações é apriorístico às concepções e às representações que os indivíduos têm sobre quem deve fazer ciência; como ela deve ser realizada e, neste sentido, demarcado também e inclusive por padrões de gênero. Em síntese, o ponto focal das análises da tecnociência deve estar no fato inconteste de que tanto a ciência quanto a tecnologia são dimensões construídas socialmente. O mesmo é entendido sobre gênero e cultura. A partir desta perspectiva, o movimento feminista foi responsável por intensas modificações que começaram a ocorrer nos trabalhos de historiadores/as, sociólogas/os, antropólogas/os e lingüistas, dentre outros.

Assim, a presente pesquisa está inserida no campo dos estudos de gênero (*gender studies*). Nele são englobados os trabalhos investigativos relacionados a gênero enquanto construções sociais a partir de bases diferenciadas de sexo e é um campo cuja fertilidade teórico-metodológica e empírica tornou-se mais densa, nos domínios acadêmicos, particularmente nos norte-americanos, até mesmo por ter aí se iniciado na década de 1980. Nos “estudos de gênero” ainda se integram os trabalhos relativos a *women studies* e a *gay studies*. O campo de estudos de gênero tem se revelado maduro através da riqueza crescente de estudos, pesquisas e publicações nessa área do conhecimento, propiciando a criação de novos pensamentos, de novas práticas e, por conseqüência, de novas ações, e esse conjunto vai rompendo, pouco a pouco, o “establishment” sociocultural vigente, na medida em que os indivíduos inseridos nessa sistemática diferenciada de relações mais eqüitativas de gênero, vão subvertendo o já estabelecido, ora radicalizando situações, ora transformando-as pela relativização e permeabilidade necessárias até que o “novo” se consolide. Tal se dá também e inclusive pelo rompimento com o “status quo” de dominação masculina milenar, dando audibilidade para as diversas vozes há tanto tempo impostamente silenciadas das mulheres (e demais minorias) na caracterização de papéis estereotipados responsáveis pela manutenção da

distância recorrente das mulheres aos campos de atuação da tecnociência, além de outros, tidos como especificamente masculinos.

Um dos textos considerado um marco no campo de gênero em sua intersecção com a Ciência é o intitulado: *Mulheres na ciência: por que tão poucas?*, publicado na revista “Science”, em 1965. Nesse artigo, há algumas respostas explicitadas para o questionamento, dentre as quais, o surgimento de problemas referentes às dificuldades de se conciliar carreira profissional com casamento e/ou maternidade, que podem gerar situações de instabilidade no campo de trabalho das mulheres, mesmo que sejam instabilidades periódicas. Ainda, outra resposta possível seria a dependência de terceiros, geralmente pai e marido, a que estariam as mulheres habituadas, a partir de sua educação centrada no androcentrismo sociocultural. O artigo aponta não apenas falta de persistência no trabalho, mas também, maior envolvimento com ações sócio-assistenciais em detrimento de atividades acadêmicas, além de influências familiares.

Ao longo do tempo, diversos outros estudos e pesquisas sobre gênero e tecnociência foram gerados no interior e mais especificamente na intersecção dessas áreas do conhecimento. Fazendo ligeiro retrospecto, historicamente o conceito de feminismo centrou- se na busca por igualdade entre os sexos (processo que tem raízes aproximadamente em 1792), mas acabou incorrendo em algumas armadilhas para as mulheres. Por exemplo: elas, em termos biológicos, não são realmente iguais aos homens e suas reivindicações culminaram por gerar paradoxos, visto que, ao negarem diferenças, colocavam-nas em evidência. Em fase posterior, caracterizou-se o feminismo da diferença (início da década de 1980, embora suas raízes remontem ao século XIX), que postulava três diferenças básicas em relação ao feminismo da igualdade, a saber: 1) enfatizava a diferença principalmente cultural (não biológica, como pretendiam, até então, abordagens centradas no determinismo biológico) e a não uniformidade entre homens e mulheres; 2) valorizava qualidades como subjetividade, cooperação, sentimento e empatia, até então desvalorizadas pela sociedade e pela ciência androcêntrica; e 3) necessidade de políticas de incentivo para que as mulheres pudessem se tornar iguais e visíveis nas ciências (Londa SCHIEBINGER, 2001, pág. 24).

Nessa fase, entende-se, por decorrência destas novas abordagens, que a ciência não é neutra. No entanto, ainda há armadilhas no feminismo da diferença. Dentre as armadilhas, depreende-se, por exemplo, a ilusão da constatação de uma “mulher universal”, visto que elas são múltiplas; têm interesses distintos e diferenciados; não têm necessariamente valores, antecedentes, comportamentos e/ou hábitos em comum; provêem de diversas camadas sociais, raças, etnias, orientações e opções sexuais, gerações, países, o que implica em variadas e

diversificadas histórias de vida, e lhes proporciona conhecimentos situados sócio- historicamente. Schiebinger tinha por meta investigar se o tecido cultural permeia a identidade de gênero, “então a identidade de gênero do cientista deve influenciar o conteúdo da ciência” (opus cit., pág. 32). A partir de seu questionamento sobre se “as mulheres fazem ciência de uma maneira diferente” (opus cit., pág. 31), expõe diversos casos de mulheres que produziram o conhecimento científico, embora a maioria não esteja contemplada na história oficial da ciência. Ela sugere que se incorpore “uma consciência crítica de gênero na formação básica de jovens cientistas e no mundo rotineiro da ciência”, após constatar que o feminismo mudou, sim, a ciência, daí porque apresenta sua posição de uma “ciência sustentável”, no sentido de incorporar a contribuição das mulheres. Portanto, para ela, é mister buscar “entendimento crítico de gênero, de como ele funciona na ciência e na sociedade” (opus cit, pág. 39), a partir do conceito de gênero, como:

(...) entendimentos multidimensionais e mutáveis do que significa ser um homem ou uma mulher no interior de um determinado ambiente social. Ele [gênero] é historicamente contingente e constantemente renegociado em relação a divisões culturais tais como status, classe e etnia. Embora qualquer homem ou mulher particular possa rejeitar um conjunto particular de atributos de gênero, ele ou ela, não obstante, se sujeita às regras e regulamentos mutáveis de gênero. Ele é mais propriamente usado para referir um sistema de signos e símbolos denotando relações de poder e hierarquia entre os sexos. Ele pode também referir-se a relações de poder e modos de expressão no interior de relações do mesmo sexo (SCHIEBINGER, 2001, pág. 45-46).

A tecnociência deve incorporar em suas atividades os conhecimentos situados de pesquisadores/as, construídos também a partir de suas próprias visões de mundo. Neste sentido, sim, o olhar das mulheres durante os experimentos pode contemplar pontos não necessariamente contemplados por homens. Daí a importância de pesquisadores/as não se algemarem em possíveis neutralidades no campo científico, neutralidade esta, aliás, que tem sido desconstruída por estudiosos/as da contemporaneidade, em diversas áreas do conhecimento, a exemplo de Bruno Latour e Boaventura Santos. Daí, também, a importância de se não deixar algemar pelas tradições científicas vigentes da ortodoxia androcêntrica. Schiebingher entende que as mulheres, na prática da Ciência, estão modificando a Ciência, pelo seu modo diferenciado dos homens, de ver este mundo, de propor metodologias e de interpretar os resultados de suas pesquisas. Em síntese, para ela, o feminismo influenciou a produção do conhecimento humano. Esta constatação é feita mesmo que as disciplinas científicas não explicitem de modo uniforme tais evidências.

Sandra Harding (1991) propõe, para os estudos e investigações nessa área do conhecimento, uma forte objetividade que adviria, para ela, da somatória das abordagens objetivas das teóricas feministas, que integra um entendimento do contexto social às

pesquisas científicas. Isto fortaleceria, portanto, a objetividade tão exigida nos contextos da pesquisa na tecnociência. Isto porque não apenas conceitos, definições, categorias, hipóteses, mas também, teorias, interpretações de resultados, enfim tudo que identifica práticas científicas, em qualquer campo do conhecimento humano, devem ser entendidos como “situados no interior de quadros históricos de significado” (HARDING, 1991, pág. 341). Ela esclarece que os representantes desta nova e recente tendência da tecnociência teceram críticas não apenas aos que tinham abordagens cujos olhares estavam viciados e dirigidos somente aos contextos americanos e europeus, que se mostraram incapazes de perceber as contribuições científicas desenvolvidas em outras partes do mundo, algumas muito significativas, a exemplo de estudo de Joseph Needham sobre a influência da ciência chinesa nas ciências ocidentais. Muitas dessas contribuições tecnocientíficas têm estado em um regime de invisibilidade durante muito tempo em vista da posição hegemônica da cultura ocidental centrada no eixo EUA-Europa, situações estas que vão sendo escancaradas em termos de tirania cultural deste eixo central para os demais países considerados periféricos na perspectiva da globalização reinante na contemporaneidade.

A bióloga e feminista Donna Jeanne Haraway (1995) é um dos ícones a trilhar estes caminhos. É célebre sua abordagem do ciborgue, figura híbrida de organismo e máquina, cujos limites se mesclam, perdendo a nitidez fronteiriça, e através do qual ela se coloca politicamente ironizando e desconstruindo a hegemonia masculinista da ciência e as prerrogativas desta quanto a sua tão requisitada e exigida neutralidade. Sua proposta é de que o conhecimento é construído em contextos sócio-históricos “situados”, possibilitando, portanto, a integração de diversas abordagens que não apenas uma única, reducionista, feita por homens em suas escolhas de teóricos, métodos e interpretações de resultados que são, sim, diferenciados, a partir dessas escolhas supostamente neutras. Ela se posiciona quanto ao conceito de gênero, como sendo “sempre uma relação entre categorias de homens e mulheres de vários modos constituída (...) diferenciada por nação, geração, classe, linhagem, cor, e muito mais” (1997, pág. 28); enfatiza que “(...) a identidade masculina da ciência não é mero artefato de história sexista; através de sua evolução, a cultura da ciência não tem simplesmente excluído as mulheres, ela tem sido definida em desafio às mulheres e à sua ausência (...)”(Opus cit., pág. 29). Portanto, em se tratando de categorias relacionais, gênero só pode, por conseqüência, estar em transversalidade com raça, etnia, classe, sexo, geração, elementos que, em conjunto com focos microfísicos de poder, vão influir, de modo integrado, na constituição do conhecimento geral e do conhecimento científico. Estes elementos

dificilmente poderiam ser analisados em separado, tal a imbricação e interconexão entre todos eles na formação dos indivíduos.

Aí se encontra, inclusive, a crítica de Haraway às feministas, visto que, para ela, não existe uma única mulher universal. Portanto, essa categoria não pode e não deve ser naturalizada. Ela propõe a construção de identidades diferenciadas a partir não de algo uno e natural que unifique todas as mulheres, visto que não há um substrato comum e universal que sirva de base de sustentação às identidades pela própria fragmentação destas, mas sim, uma caracterização de “afinidade” na diversidade, que une as mulheres em seus mais diferenciados contextos existenciais. A nova categoria do ciborgue advém, portanto, como mito fundante – modelo – dessa sua nova política de identificação, na qual ela propõe a fragmentação, contrariamente ao dualismo homem-mulher enquanto categorias de gênero.

Gênero é uma construção social a partir das diferenças percebidas de sexo, naturalizadas em corpo físico. Rememora-se, aqui, Simone de Beauvoir (1980) e seu “O Segundo Sexo”, em uma de suas mais clássicas afirmações de que a mulher é um devir, é um “tornar-se mulher” (portanto, “não se nasce mulher”), é um ser que está sempre em um curso processual, passando por ressignificações a partir de intervenções. No entanto, alguns pesquisadores/as (como Laqueur, 2001) problematizam o corpo físico/biológico, enquanto um construto também social e ideológico, produzido pelo “establishment” vigente que tem, em sua base, abordagens heterossexuais. Além disso, o gênero é relacional e contextual em sua concepção. Emerge como uma categoria útil de análise no estabelecimento de relações sócio- culturalmente construídas (Scott, 1995) entre indivíduos constituídos em contextos sócio- históricos específicos e determinados (Haraway, 1991). Expressa-se por contínuas ações e atividades repetidas “n” vezes. Nesse sentido, ele é plural, jamais dicotômico “homem- mulher”, na medida em que possibilita variedade de interpretações socioculturais possíveis ao corpo sexuado (Butler, 2003).

Mister, ainda, tecer rápidas pinceladas sobre o **ciberfeminismo** e suas expressões, enquanto segmento dos estudos de gênero e da tecnociência, visto optar-se neste trabalho por encará-lo a partir de uma de suas gêneses, que é aquela que conecta o fazer da tecnociência por parte das mulheres em sua conexão com as máquinas. Explicando: segundo Ileana

Stofenmacher (2005), o ciberfeminismo tem duas gêneses simultâneas. Surge com Sadie Pla[nt1](#h.3whwml4)1 que começou a usar o termo para identificar toda e qualquer problemática relacionada às mulheres e à tecnologia, ou seja, ciberfeminismo tem, em sua base, a cooperação entre



11 Na época, ano de 1991, Diretora do Departamento de Novas Tecnologias e Cultura Cibernética, da Universidade de Warwick, na Inglaterra.

mulher, máquina e novas tecnologias, objetivando a liberação da mulher de tradicionais injustiças e assimetrias de valores e poderes em que vivem. Mas, também, o ciberfeminismo iniciou-se na cidade de Adelaide, na Austrália, através da ação conjunta de quatro artistas. Elas criaram um grupo experimental de trabalho – *VNS Matrix* – que tinha, aprioristicamente, um único objetivo: divertir-se com a arte na intersecção com a teoria feminista de cunho francês, produzindo textos enquanto obras de arte. O primeiro de uma série desses trabalhos foi produzido em homenagem a Haraway, e ao seu conceito de ciborgue, intitulado “Manifesto para o século XXI”. As propostas prioritárias do grupo – e que foram seguidas por outras feministas em diversos países – eram não apenas explorar o ciberespaço como construção de espaço de sociabilidade, de identidades, subjetividades, e sexualidades, mas principalmente pesquisar as narrativas de dominação e controle na ambientação virtual. Reforçando: é a partir desta conceituação de ciberfeminismo que a presente pesquisa nas empresas nascentes de base tecnológica, integradas por incubadoras se insere e transcorre. Em síntese, o computador seria uma espécie de epicentro de ações visando a mudanças no mundo globalizado, a atividades alternativas através da necessária fusão tecnologia e cultura, na tentativa de eliminação de poderes centralizados e hierarquizados, em favor de comunicações

horizontais, possíveis pela liberdade de informaç[ão1](#h.2bn6wsx)2.

**Enfim, rompendo o “teto de vidro”**

O fenômeno do *glass ceiling* não é recente e já foi objeto de atenção e reflexões de organizações e pesquisadoras/es preocupadas/os com a paridade de gênero nas diversas esferas da vida. Este foi um dos itens discutidos em mesa-redonda, cujo tema foi “A responsabilidade das mulheres no desempenho de sua carreira e no ensino superior”, ocorrida em Lisboa no ano de 1985, organizada pela UNESCO e pela Federação Internacional de Mulheres Universitárias. O encontro resultou em documento contendo sugestões e recomendações, dentre as quais, está a questão do *glass ceiling*, nos seguintes termos: “Nos níveis profissionais de tomada de decisões, as mulheres estão quase sempre ausentes foi mencionado o fenômeno do *glass ceiling*, ou seja, de modo geral, as mulheres conseguem chegar ao 2.o escalão, mas não ao [1.º1](#h.qsh70q)3 Elas são muito poucas, nos níveis decisórios onde se exercem o poder e a influência” (Fanny TABAK, 2002, pág. 37-38). Os motivos que



12 Alerta-se, porém, que há correntes de pensadoras, a exemplo de Stofenmacher, que entendem o ciberfeminismo como movimento ainda em gestação, dado seu breve tempo em curso, menos de quinze (15) anos e, portanto, não se constituiria em uma teoria já fundamentada, e muito menos em uma corrente ideológica firmada, por insuficiência de bases sólidas.

13 Há conceito semelhante na Matemática, com a “função *ceiling*”, que estabelece um limite superior para uma função qualquer.

confluem para o quadro sobre a parcial participação das mulheres na Ciência (e na Tecnologia), mencionado pela pesquisadora Tabak (opus cit., pág. 388), vão desde obstáculos institucionais, que possuem estruturas funcionais não favoráveis às mulheres; até obstáculos psicológicos, visto que as próprias mulheres se sentem, muitas vezes, “inseguras quanto à sua capacidade e aos seus direitos de avançar profissionalmente”; além da falta de apoios sociais significativos, como creches e/ou outros serviços sociais. Andréa Puppin (2001, pág. 74) afirma: “Em nossa pesquisa (...) na fábrica de lubrificantes, consta ter havido estratégia de boicote de funcionários em torno do trabalho de uma mulher gerente – que teve as atribuições operacionais de seu cargo esvaziadas e assumidas por outro gerente”. Puppin (opus cit., pág.

186) diz que o teto de vidro “demarca o limite de acesso feminino ao topo das empresas, e sublinha o caráter de transitoriedade e reversibilidade de situações de *social closure* (fechamento social), expresso em casos como o da ‘exclusão’ de mulheres em níveis hierárquicos e setores específicos de empresas, bem como de sua concentração em *clusters* feminizados no interior de espaços organizacionais expressivos (...)”.

Deste modo, ao contrário do que Tabak (2002) aponta, baseada em situações do passado recente, e em similaridade à abordagem contemporânea de possíveis mudanças colocada por Puppin, a análise dos dados obtidos durante a pesquisa etnográfica que realizei na incubadora “C”, evidencia uma não rigidez, e sim, permeabilidade do “glass ceiling”, ou melhor me expressando, apesar da rigidez, há evidências de rompimento do teto de vidro.

Antes, porém, uma ressalva: em vista da limitação de espaço, dentre as opções possíveis de explicitação dos resultados, escolho dois elementos que considero importantes ao se abordar a tecnociência na contemporaneidade. O primeiro, é a necessidade de aprimoramento educacional, explicitada pelas informantes. Se esse aprimoramento não se dá, é um fator que continua a obstaculizar a consolidação para maior eqüidade de gênero nas empresas. Há dados que denunciam lacuna estrutural nos contextos universitários, que ainda hoje, embora haja vislumbres de mudanças, persiste com a hegemonia masculina em algumas áreas do conhecimento, principalmente nas ciências exatas, e levando-se em conta os postos mais elevados na hierarquia acadêmica, situação esta que se reflete no mercado de trabalho. O segundo, é a constatação da tendência do novo, em se tratando de segmento de mercado onde algumas mulheres estão atuando, na medida em que elas estariam rompendo o “teto de vidro” ao exercerem atividades nas ciências exatas e nos postos e funções hierarquicamente superiores na pirâmide empresarial.

Assim, para que o engendramento gênero, ciência e tecnologia se opere, há necessidade de profissionais melhor preparados/as, o que se consegue pela excelência da

formação acadêmica. Há, também aí, dados estatísticos reveladores da crescente participação das mulheres nos cursos universitários, fato que corrobora com sua maior participação no mercado de trabalho. Nos níveis: Superior, de Pós-Graduação e com Superior Completo: 1,5 mil; 78 mil e 2,6 mil homens respectivamente. E, 1,9 mil, 84.500 e 3,1 mil mulheres, respectivamente. Portanto, as mulheres são maioria nos três níveis mencionad[os1](#h.3as4poj)4. No entanto, apesar dos ganhos femininos recém citados, é mister se pontuar que também há dados estatísticos evidenciando que esses números não correspondem necessariamente a uma

atuação de relevo nos postos mais elevados da hierarquia acadêmica. Os dados explicitados nas páginas a seguir neste trabalho evidenciam, sim, lacuna estrutural que corrobora para esse *status quo* de participação feminina precária em postos de comando na construção e produção do saber tecnocientífico, embora os resultados da presente investigação vislumbre a tendência do novo a se estabelecer na incubadora-foco deste estudo.

Portanto, **OBJETIVA-SE** pesquisar contextos atuais da tecnociência; para tanto, traçar e analisar trajetórias de profissionais, priorizando as mulheres, que se deslocam para o campo das ciências exatas, mais especificamente Ciências da Computação e Sistemas de Informação, na sua transversalidade com a Informática, redutos de trabalho tidos até então como hegemonicamente masculinos; explorar a atuação desses profissionais, a fim de investigar as relações entre gênero, ciência e tecnologia – e respectivas hierarquias de poder – que aí se estabelecem; estudar como identidades são (re)construídas e/ou reforçadas a partir das alteridades e subjetividades presentes nestes contextos. Em síntese, visa-se a contribuir para gerar uma discussão teórico-metodológica sobre gênero, tecnociência e cultura.

O **LÓCUS DA PESQUISA** é a incubado[ra1](#h.1pxezwc)5 de empresas nascent[es1](#h.49x2ik5)6 de base

tecnológica, denominada “C”, instalada na cidade de Florianópolis-SC. O termo e o conceito de incubadora são aplicados para ambientes dotados de infra-estrutura física e um conjunto de serviços de suporte voltados para apoio, criação e desenvolvimento de novos empreendimentos em diversas áreas: setores tradicionais, tecnologia, design, artesanato, et[c.1](#h.2p2csry)7 No conceito de empresas de base tecnológica está o entendimento de que elas promovem e



14 Fonte: MEC/FINEP/IBGE, 2003.

15 Na área médica, incubadora refere-se a aparelho que se destina a manter uma criança prematura em ambiente de temperatura, oxigenação e umidade apropriadas. Em: *Novo dicionário Aurélio*. Disponível em: <

[http://universitario.educacional.com.br/dicionarioaurelio](http:///h) > Acesso em 27 out 2005.

16 Embora haja divergências quanto ao conceito de empresas nascentes, no que se refere ao tempo de incubação, neste texto elas são consideradas como tendo de cinco a dez anos de vida.

17 O orçamento anual da “C” é de R$ 700 mil, dos quais 90% provêm da prestação de serviços às empresas

incubadas, 10% de entidades parceiras, como Sebrae e Governo do Estado. Há cerca de 250 incubadoras desse tipo no Brasil, abrigando cerca de duas mil empresas incubadas. Elas começaram a surgir no país no início da década de 1980. Disponível em: <[http://www.anprotec.com.br](http:///h)> Acesso em abr 2004.

desenvolvem produtos, processos e serviços inovadores nas áreas da microeletrônica e da informática. No geral, elas integram pólos, incubadoras, condomínios e parques tecnológico[s.1](#h.147n2zr)8 A escolha dessa incubadora como lócus da pesquisa deveu-se principalmente ao entendimento de que estes são espaços onde se concebe, planeja, executa, desenvolve, inova, a tecnociência, principalmente pela interrelação entre iniciativa privada, governo, mas principalmente universidades, laboratórios e institutos de pesquisa.

Esta pesquisa **JUSTIFICA-SE** pela gama complexa de atividades da tecnociênc[ia19](#h.3o7alnk),

advindas de vários elementos gerados pela atual sociedade em rede. Detecta-se lacuna da maior importância, que é a ausência de estudos e pesquisas nos recentes contextos da tecnociência, concebida, desenvolvida e aplicada nas empresas nascentes de base tecnológica, integradas em incubadoras e focados em processos configurativos de gênero. Estes delineariam tendência para uma mais ampla participação das mulheres nos redutos tidos até então como de exclusividade masculina, porque emergiram das ciências exatas, historicamente mais aceitas e absorvidas pelos homens. Esta tendência estaria aí propiciando uma maior eqüidade de gênero, visto que são locais onde as mulheres estão a exercitar e a experienciar o ciberfeminis[mo2](#h.23ckvvd)0 enquanto segmento tanto da tecnociência quanto de gênero, tendo chances de explicitar suas diversas expressões e possibilidades mais elásticas e abrangentes para romperem o “teto de vidro”, momento em que passam a ser sócias das empresas, cargo até então ocupado por homens.

Mister se ressaltar que esta investigação é desafiadora pelo seu caráter interdisciplinar, visto que gênero, enquanto concepção e campo de estudos, integra mais de uma área do conhecimento, e requer que se contemple o seu dimensionamento de modo não fragmentado, mas sim a partir de um olhar **multi e interdisciplinar**, caracterizando como um “macroproblema” a questão relacional da mulher e do homem e visando a um amplo “entendimento das complexas relações de poder na sociedade” (TELES, 1993, pág. 148). Assim, o enfoque interdisciplinar de gênero facilitaria melhor concepção, implementação e direcionamento de políticas públicas nesse campo de atuação (Opus cit.). Inspiro-me em Judith Butler (2003, pág. 12), que afirma a importância de se “participar de todas as redes de zonas marginais a partir de outros centros disciplinares, as quais, juntas, constituam um

18 A gênese desse modelo institucional está na região norte-americana “Vale do Silício”, na Califórnia e na “Route 128”, em Massachusetts, no período pós-guerra. Os aglomerados iniciais de empresas de base tecnológica localizavam-se nas proximidades da Universidade de Harvard e Stanford e do Massachusetts Institute of Technology (MIT), “como resultado de uma série de ações conjuntas empreendidas pelo governo americano, instituições acadêmicas e a indústria local.” Aliás, o sucesso dessa região foi fundamental para a concepção de incubadoras de empresas (STAINSACK, 2003, pág. 9).

19 Algumas mencionadas nos parágrafos anteriores deste texto.

20 Neste trabalho, expõem-se apenas pinceladas sobre o ciberfeminismo, devido à limitação de espaço.

deslocamento múltiplo dessas autoridades”. Daí a importância, para ela, de gênero não ser tratado como questão marginal. Depreende-se, assim, a complexidade conceitual de gênero, condição “sine-qua-non” para a exigência de “um conjunto interdisciplinar e pós-disciplinar de discursos, com vistas a resistir à domesticação acadêmica dos estudos sobre o gênero ou dos estudos sobre as mulheres, e de radicalizar a noção de crítica feminista” (Opus cit.).

A opção do **PERCURSO METODOLÓGICO** centrou-se no enfoque qualitativo, de cunho interpretativista, através de incursões nas esferas interacionais e simbólicas do agir humano na sua cotidianeidade, extrapolando estruturas socioculturais predeterminadas. Recorreu-se a estratégias de etnografia da incubadora “[C”21](#h.ihv636), que integra trinta e nove empresas nascentes de base tecnológica, com observação participante no campo, incluindo desde entrevistas semi-estruturadas com roteiro previamente definido, até levantamento de dados estatísticos contidos em fontes documentais, tanto obtidas no suporte papel-impresso, a

exemplo de catálogos, *folders*, publicações diversas, manuais, periódicos internos, relatórios, livros, dissertações, monografias, específicos da incubadora lócus da pesquisa. e, quanto no suporte “site virtual”, como dados estatísticos, nomes e logomarcas das empresas incubadas e das graduad[as2](#h.32hioqz)2. Foram feitas entrevist[as2](#h.1hmsyys)3, que variaram de vinte minutos a uma hora e meia cada uma, direcionadas a profissionais – homens e mulheres, embora se privilegiando as mulheres–, centradas nas trajetórias e narrativas de vi[da2](#h.41mghml)4 dos/as informantes (delas/es próprias/os e das empres[as2](#h.2grqrue)5) – efetuadas na incubadora, além de conversas informais dentro e fora do contexto estudado. Houve, *a posteriori*, interpretação por parte desta pesquisador[a.2](#h.vx1227)6

**RESULTADOS PARCIAIS E REFLEXÕES DA PESQUISA**

**Constatação de Continuísmos e de Tendências de Novas Práticas**

Expõe-se situações de continuísmos e também o delineamento da “tendência do novo”, que é encontrar mulheres que tenham duas dimensões incorporadas no seu agir: a de

21 Período: de novembro de 2004 a fevereiro de 2005.

22 Empresas graduadas são as que já cumpriram a contento seu processo de incubação e são consideradas aptas, pelos Diretores da Incubadora, a atuarem no mercado por si próprias.

23 Ao todo foram feitas trinta e sete entrevistas na incubadora-lócus da presente pesquisa, sendo seis a homens e trinta e uma a mulheres.

24 Recorre-se a Catherine RIESSMAN (1993, pág. 2), que diz: “Interpretation is inevitable because narratives are representations (...) Individuals construct past events and actions in personal narratives to claim identities and

construct lives”.

25 Os nomes das empresas e dos/as informantes foram mudados visando a manter o anonimato, embora nada há que desabone os/as envolvidos/as.

26 Um ou outro dado inovador acontecido após a realização da etnografia foi incorporado à pesquisa, com a

ressalva de sua obtenção “a posteriori” ao campo. Isto porque, após o campo, retornei à incubadora “C” diversas vezes, reforçando os nós da rede sociotécnica que se estabeleceu desde os primeiros contactos. Também, houve posteriores intercâmbios por telefone, além de troca de e-mails.

donas de empresas e a de Técnicas, no que se refere a desenvolvimento de softwares (programas computacionais-informacionais). São Analistas de Sistemas, Desenvolvedoras de Softwares, Designers especializadas em Suporte Técnico ao Cliente, partilhando, portanto, tarefas técnicas específicas dessas atividades. Dentre outras funções técnicas, há a do Atendimento ao Cliente, feito tanto via telefone quanto via virtual, mediado por computador.

Assim, na incubadora-lócus da presente investigação, trabalham nas empresas 329 homens e 91 (noventa e uma mulheres). Destas, 18 (dezoito) são Técnicas e 04 (quatro) são empreendedoras/donas, sendo que 09 (nove) delas apresentam ambos os perfis. Elas totalizam

31 (trinta e uma) mulheres. Ou seja, praticamente **⅓** das mulheres que trabalham na incubadora “C”, considerados nesta pesquisa como novos contextos da tecnociência. Embora ainda seja uma minoria comparativamente aos homens, apresenta um perfil diferenciado daquele onde é mais comum vê-las atuando, quais sejam, nos setores administrativos, financeiros, relações humanas, vendas, secretarias, etc.

Em decorrência do contato pessoal quando das entrevistas, vê-se que essas mulheres têm as seguintes característic[as2](#h.3fwokq0)7: são branc[as2](#h.1v1yuxt)8; pertencem à camada média da população, e à faixa etária média de 27 anos; algumas são casadas e têm filhos. São graduadas: doze têm curso superior completo nas áreas de: Informática, Ciências da Computação e Sistemas da Informação. Sete graduadas – outras oito, graduandas – estudaram/estudam em outras áreas, a exemplo de Administração, Direito, Design de Produtos, Engenharia Civil, Engenharia de Produtos e Engenharia Mecânica, Psicologia, Administração & Marketing, Administração

Pública. Seis são Técnicas, tanto em Edificações, Estilismo e Coordenação de Modas, Informática, quanto em Telecomunicações e Eletro-Eletrônica. Algumas cursaram pós- graduação: Especialização nas áreas de: Programação, Análise de Sistemas, Engenharia de Softwares, e Manutenção de Aparelhos Eletrônicos; ou pós-graduação *strictu senso* (uma completou o Mestrado em Ciências da Computação; outra é Mestranda em Engenharia Mecânica; ainda uma outra é Mestranda em Ciências da Computação).

Estas características referentes ao nível de estudos dessas mulheres vêm de encontro à imposição de novas exigências direcionadas ao seu grau educacional, grau este que vai influir necessariamente na escalada delas para funções mais elevadas hierarquicamente. Liliana Segnini (1998) também pesquisou sobre gênero na área do trabalho na intersecção com a

27 A tabela geral contendo as características de todas as informantes é extensa e extrapola os limites deste texto, motivo pelo qual optei por extrair dados que referenciem apenas algumas das informantes.

28 Há, aqui, um componente étnico que não se pode deixar de sublinhar, ainda que possa não apresentar nenhuma diferença em relação a outros empregos de salários elevados no país, isto é, nota-se a ausência de mulheres

negras e japonesas.

Informática, que foca a necessidade do aprimoramento educacional e da requalificação contínuas de trabalhadoras na readequação de suas funções, resultante da racionalização e na reorganização da força produtiva em contextos onde foram introduzidas inovações tecnológicas. Hildete Melo et all (2004) detectou que o “aumento da participação feminina na população economicamente ativa (PEA) se realizou com o crescimento da sua escolaridade”. Nos anos 90, e em 2001, “as mulheres eram 52% da população com diploma universitário (...) requisito mínimo para a carreira de cientista”. Esta é, portanto, condição *sine-qua-non* “na produção do conhecimento científico e tecnológico.” Ao se referir à titulação acadêmica máxima, o doutorado, há hegemonia masculina, visto que eles perfazem 64,6% e elas, 35,4%. Já para mestrado, especialização e graduação, as taxas percentuais masculinas são, respectivamente, 54%, 58,2% e 64,3%. Atualmente, há mudanças nesses cenários na década 2000; de acordo com Isabel Tavares (2005), as estudantes são maioria nos níveis de graduação e de pós. Baseando-se nos dados do censo de 2004 do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, ela diz que há 56.069 estudantes mulheres e 44.106 homens fazendo pesquisa no país. No entanto, os homens continuam sendo maioria, quando se trata de Bolsas

de Produtividade de Pesquisa (P[Q)29](#h.4f1mdlm), exceção feita apenas às áreas de Artes, Letras e

Lingüística. São 41.168 homens e 36.080 mulheres, o que resulta em 47% de participação feminina. Neste ponto, está-se no topo da carreira científico-acadêmica. A prevalência masculina aí sugere reprodução de mecanismos de exclusão das mulheres nos demais setores da sociedade como um todo. Nas Ciências Exatas e da Terra e Engenharias, o sexo feminino representa aproximadamente 1/5 do total de pesquisadores. Na Matemática, há 186 bolsistas, sendo 19 mulheres. Na Física, há 533 homens e 63 mulheres. Aliás, no nível [1A3](#h.2u6wntf)0, entre quase 600 bolsistas na Física, há apenas uma mulher nos últimos anos; e duas, em 2004. Nas Engenharias e Ciências da Computação, nos níveis mais altos, houve apenas 14 bolsas para mulheres e 244 para homens. Quanto ao fator idade, até 29 anos as mulheres predominam entre pesquisadores, sendo que na faixa de 35 a 39 anos, sua participação é a mais reduzi[da31](#h.19c6y18), e volta a atingir patamar anterior na faixa entre 40 e 50 anos. Em síntese, a prevalência dos

29 Bolsas de Produtividade em Pesquisa são concedidas pelo CNPq a pesquisadoras/es de todas as áreas, com aprovação de projetos analisados e avaliados por Comitês Assessores (CAs) constituídos por pesquisadores indicados por associações acadêmicas, porém escolhidos pelo Conselho Deliberativo (CDs), instância máxima do CNPq. CAs e CDs são formados majoritariamente por homens, com exceção para os CDs de Humanas e Sociais Aplicadas, Letras, lingüística e Artes, onde há 21 mulheres e 20 homens; nas Ciências da Vida, há 64 homens e 16 mulheres; nas Engenharias, Exatas e da Terra, 72 homens e 3 mulheres. Apesar de tais dados, na gestão iniciada em 2005, três mulheres integram o CD, com 16 homens e, na gestão anterior, a vice-presidência do CNPq foi exercida por uma mulher. Disponível em: < [http://www.sbc.org.br](http:///h) > Acesso em 10 out 2005.

30 O nível 1A refere-se ao dos pesquisadores com maior titulação, segundo critérios do CNPq relativos a titulação e produção científica dos pesquisadores.

31 A autora do artigo sugere que tal se dá “provavelmente por coincidir com a fase reprodutiva da mulher”.

homens aumenta quanto mais se aproxima o topo da carreira acadêmica. Isto também se reflete nas Ciências Biológicas e da Saúde. As mulheres predominam nos dados do Diretório e os homens quanto às bolsas PQ nessas mesmas áreas. Segundo boletim da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), apenas 10% de mulheres pertencem à Academia Brasileira de Ciência[s.3](#h.3tbugp1)2

Dentre os casos apurados na pesquisa que ora desenvolvo no doutorado, por limitação de espaço, pinço aleatoriamente e explicito algumas informações colhidas em campo e respectivas reflexões a partir de entrevistas feitas com profissionais na incubadora. Ainda, exponho informações sobre dados estatísticos que corroboram a falha estrutural tanto na base quanto no topo da pirâmide educacional das academias.

Assim é que João, dono da incubada Direzix, enfatiza o que foi recorrente nas informações a mim prestadas pelos responsáveis por contratações nessas empresas: que “recebe poucas propostas de trabalho de mulheres, quando divulga nas faculdades o pedido dispondo vagas para estagiários: menos de 10% de currículos de mulheres do total geral de currículos”. Informação semelhante à de João surge na fala de Antonia, sócia e técnica da Anistizix. Ela esclarece que em 2004, houve um processo de seleção para Programador/a, ocasião em que foi colocado um anúncio no jornal e foram recebidos 38 currículos. Desses 38, seis estavam fora do que a vaga oferecia (três de homens querendo estágio e três de mulheres se candidatando para trabalhar no setor administrativo da empresa). Dos 32

currículos restantes, 26 eram de homens e seis de mulhere[s.3](#h.28h4qwu)3 Foi feita uma pré-seleção

através do exame dos currículos e de acordo com o que a empresa precisava no momento, e apenas uma mulher foi chamada para entrevista, mas ela não compareceu. Em outubro de 2005, houve novo contacto com Antonia. Ela diz que a empresa está realizando um outro processo de seleção para candidatos à mesma função de Programador/a. A opção para essa seleção foi a de não se colocar anúncio em jornal, mas recorrer ao envio de e-mail para os cursos de Computação da UFSC e da Unisul, expondo sobre a oportunidade do emprego. Após uma semana do envio do e-mail, foram recebidos oito currículos, todos da Unisul, sendo que apenas um dos currículos era de uma mulhe[r.3](#h.nmf14n)4



32 MASCARENHAS, Maria da Graça. Mulheres na ciência brasileira. In: *Agência Fapesp*. Boletim publicado em 22/09/2003. Disponível em: < [http://www.agencia.fapesp.br](http:///h) > Acesso em 14 out 2005.

33 Informação idêntica surge no depoimento de profissional que atua no Instituto de Pesquisas Tecnológicas, que

integra a Universidade de São Paulo (IPT/USP). Ela é Física e trabalha com produção de softwares, tanto institucionais, profissionais, quanto educacionais. Informou que quando emite edital visando a preenchimento de vaga para bolsistas e/ou estagiários, etc. nessa área, recebe currículos de candidatos do sexo masculino, em sua quase totalidade.

34 Alerta-se que a UFSC estava passando por um período de greve de durou cerca de três meses e talvez isto explique porque até aquele momento, nenhum currículo havia sido recebido desta Universidade.

Além disso, ela rememora que quando cursou Ciências da Computação, havia em sua turma onze mulheres, em um total de quarenta alunos; número esse que foi considerado um recorde por todos os envolvidos no processo do vestibular deste curso, visto que na turma anterior, foram aprovadas cinco mulheres; em outra, seis e, ainda em outra turma, três mulheres. Na turma seguinte à que Antonia cursou, havia cinco mulheres em sala de aula. Ela, então, arremata constatando que “(...) a média era essa; tem muito pouca mulher; muito pouca; eu lembro que o comentário era esse; ainda mais no CTC [Centro Tecnológico de Santa Catarina], que é a base das [Ciências] Exatas!”

Os dados expostos nas narrativas destas/es informantes denunciam lacuna estrutural na base do ensino acadêmico, visto que ainda são poucas as mulheres que procuram por cursos voltados às ciências exatas, o que afunila ainda mais as opções delas adentrarem no mercado de trabalho voltado a tais segmentos empresariais. São os seguintes os dados advindos de pesquisa documental-estatística que realizei no DAE-UFSC (Departamento de Administração Escolar da Universidade Federal de Santa Catarina) referente aos cursos Ciências da Comunicação (CC), iniciado em 1977; e Sistemas de Informação (SI), iniciado em 2000, ambos diretamente envolvidos no foco da presente pesquisa:

* no curso de CC, em 1977, havia 34 homens e 06 mulheres; dez anos depois, havia 247 homens e 100 mulheres; dez anos após, 263 homens e 93 mulheres e, finalmente, em 2004, 404 homens e 34 mulheres. Tais dados equivalem a cerca de, respectivamente, seis, três, três e doze homens para cada mulher em sala de aula.
* no curso SI, em 2000-II, havia 78 homens e 12 mulheres; em 2004-II, havia 387 homens e 68 mulheres, isto é, cerca de seis homens para cada mulher em ambos os semestres.

Os dados estatísticos referentes aos semestres subseqüentes ao início dos cursos mencionados são cumulativos, mas evidenciam defasagem recorrente entre os números de homens (sempre maioria) e de mulheres que freqüentam as aulas.

Recorro, ainda, a um estudo de Alice R. de P. Abreu, vice-presidente do CNPq, ao expor dados do Programa de Apoio a Revistas Científicas Nacionais. Inspirando-se na base de dados do CNPq e da Capes a partir de 19[9535](#h.37m2jsg), ela apresentou no I Encontro Brasileiro de Publicações Feministas, realizado em 07 de agosto de 2002, as informações, a seguir, que também evidenciam a hegemonia masculina no contexto educacional brasileiro. Em 19[9536](#h.1mrcu09), segundo a Capes, nos cursos de Mestrado: nas grandes áreas do conhecimento os homens são



35 A opção por expor dados estatísticos de 1995, visa a proporcionar comparação entre as décadas de 90 e 2000.

36 Embora possa se argumentar que dados referentes a 1995 estariam defasados em relação aos dias de hoje, opta-se por explicitá-los visando a proporcionar às/aos leitoras/es comparação entre eles.

a maioria quando se refere às Ciências Exatas e da Terra; Engenharias. Quanto às Ciências Humanas; Biológicas; Agrárias; Lingüística, Letras e Artes, a maioria é feminina. Há certa equiparação para as grandes áreas de Ciências da Saúde e Ciências Sociais Aplicadas, onde se percebe um ligeiro predomínio masculino. Os dados referentes a algumas áreas do conhecimento são corroborados pelas situações de continuidade encontradas, a exemplo das Humanidades. Em 2000, segundo Melo, Lastres e Marques (2004, pág. 84), baseadas em dados do CNPq, as mulheres representam 51,5% e os homens 48,5% dos pesquisadores.

Aliás, em estudo feito a partir também do Diretório de Pesquisa 4.0, de 2001, do CNPq, as pesquisadoras Hildete Melo e Helena Lastres (2005) informam que “(...) ainda há uma diferenciação que aparentemente levará algum tempo para ser vencida pelas mulheres: em todas as áreas do conhecimento, sem exceção, seja em 1990 ou em 19[993](#h.46r0co2)7, havia um predomínio masculino. Mesmo em Humanidades, os mais titulados da área pertencem ao sexo masculino.” Um outro exemplo, é o da hegemonia das mulheres na Arquitetu[ra3](#h.2lwamvv)8. No entanto, ao se fazer um recorte para amostragem dos pesquisadores “seniors”, os homens são maioria, “o que só demonstra a recente entrada feminina na área” (MELO; LASTRES, 2005). Os Diretórios dos grupos de pesquisa do CNPq, a partir de uma distribuição de pesquisadores/as por sexo, apresenta, ainda uma vez, dados reveladores da hegemonia masculina, ou seja: em 1995, 10.344 mulheres e 16.422 homens; em 1997, 14.139 mulheres e 19.536 homens; em 2000, 21.252 mulheres e 27.394 homens. Quanto à distribuição das bolsas de pesquisa do diretório do CNPq (período: agosto/2000 a julho/2001), na faixa de idade até 24 anos, e de 25 até 29, as mulheres são maioria (58% e 54% respectivamente). A partir dos 35 anos de idade,

a prevalência é masculina, chegando a 69% após 65 anos de idade.

Mister se pontuar, contudo, que para as bolsas de produtividade em pesquisa do CNPq, há um outro indicador interessante para a análise ora em curso: os dados referentes a outubro de 2001, são: 5.304 para homens e 2.511 para mulheres. As bolsas de produtividade são dadas para pesquisadores/as considerados “maduros/as” e, portanto, são aqueles/as que estão no “topo da carreira científica, com titulação máxima e produção científica expressiva nos últimos cinco anos, portanto, a nata dos/as pesquisadores/as nacionais sejam docentes ou pesquisadores dos institutos nacionais” (MELO; LASTRES, 2005). Ressalta-se que também nesse segmento prevalecem os homens. Essa mesma prevalência ocorre na distribuição dos líderes de pesquisa (dados de 2000), onde em todas as faixas de idade, os homens são maioria.



37 Período abrangido pelo estudo das duas pesquisadoras.

38 Para um vislumbre mais abrangente da atual hegemonia feminina graduação da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal de Santa Catarina (por exemplo, no último exame de seleção ocorrido, ocorrido em 2005-

II, houve cerca de 70% de mulheres aprovadas) ver ROCHA, C. T. da C. (2005).

Se a opção de análise for pela condição “liderança de pesquisa e sexo” tendo por base os mesmos diretórios do CNPq, ainda há a predominância masculina. Veja tabela a seguir, extraída das séries históricas do Diretório do CNPq:

**Distribuição dos pesquisadores por sexo segundo a condição de liderança - 1995-2004.**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Condição de liderança** | **1995 1/** | | **1997 2/** | | **2000 3/** | | **2002 4/** | | **2004 5/** | |
| **Masc.** | **Fem.** | **Masc.** | **Fem.** | **Masc.** | **Fem.** | **Masc.** | **Fem.** | **Masc.** | **Fem.** |
| Líderes6/ | 5.820 | 3.020 | 6.572 | 3.912 | 9.971 | 6.485 | 12.493 | 8.569 | 15.431 | 11.058 |

Não-líderes 10.602 7.324 12.974 10.227 17.423 14.767 18.366 17.453 25.741 25.022

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Total** | **16.422** | **10.344** | **19.546** | **14.139** | **27.394** | **21.252** | **30.859** | **26.022** | **41.172** | **36.080** |

1/ Não inclui 13 pesquisadores sem informação sobre a variável sexo.

2/ Não estão computados 305 pesquisadores participantes de 88 grupos da UEM cadastrados na base após a tabulação dos dados.

3/ Não inclui 135 pesquisadores sem informação sobre a variável sexo. 4/ Não inclui 11 pesquisadores sem informação sobre a variável sexo.

5/ Não inclui 36 pesquisadores líderes e 361 não-líderes, sem informação sobre a variável sexo.

6/ Primeiro ou segundo líder de pelo menos um grupo de pesquisa. O líder que participa apenas como pesquisador em outro grupo só é contado como líder.

No geral, os dados estatísticos recém explicitados evidenciam que os sistemas da ciência e da tecnologia têm sido reforçados, ao longo do tempo, como masculinos em seus padrões de atuação, a partir da pouca participação das mulheres e/ou sua invisibilidade em diversas áreas do conhecimento, principalmente das Exatas: da Engenharias e Física, sendo que Matemática tem dados sinais de alteração nessa situação, visto que nessa disciplina, “os dados mostram que nos últimos anos da década de noventa, há uma taxa de participação feminina superior à masculina” (MELO; LASTRES, 2005). Um dos indicadores de mudança nessa situação seria a distribuição de bolsas PIBIC (Iniciação Científica) a um maior número de estudantes do sexo feminino; desde 1993 tem aumentado a taxa de participação das mulheres nesta modalidade de bolsa do CNPq (opus cit). É interessante notar dados referentes a bolsas de iniciação científica (PIBIC), onde há hegemonia feminina (8.104 mulheres e 6.402 homens). Esta situação poderá influir no perfil dos/as futuros/as pesquisadores/as, suprindo, desse modo, lacuna estrutural existente na base da carreira científica e tecnológica, lacuna esta decorrente, ainda, da “inclusão tardia feminina no sistema científico e tecnológico” (opus cit). Ao suprir essa lacuna, e caso elas optassem pela carreira acadêmica, poderia haver, nos anos vindouros, como conseqüência, maior participação das mulheres nas posições mais elevadas na hierarquia acadêmico-científica. Há pesquisadoras de gênero que entendem que apesar dos reflexos positivos do movimento feminista, ainda há mais elementos de permanência do “status quo” androcêntrico, reforçado pelas ações das próprias mulher[es39](#h.111kx3o). Paradoxalmente, uma participação mais expressiva de mulheres nesse ponto básico da cadeia universitária,



39 Evidências são encontradas na mídia, a exemplo de revistas como “Caras”, que reforçam papéis femininos, como o da mãe exemplar, o da esposa dedicada ao marido e ao lar.

através das bolsas PIBIC, é o de que elas, de algum modo e em graus diferenciados, teriam sido beneficiárias do movimento feminista libertário das “amarras” de um pensar e agir masculinista como um todo, desde os seus primórdios, pela reação em cadeia que se processou – através de suas mães, avós, tias, amigas, e da mídia em geral – a partir dos anos sessenta, cujo pico no Brasil deu-se na década de setenta (consagrada como a “década da mulher”), e pode ter sido um dos fatores que resultou na maior penetrabilidade das mulheres, tanto nas universidades, quanto no mercado de trabalho nos anos posteriores e mais recentes.

Em síntese, uma das conclusões do estudo dessas duas pesquisadoras, finalizado no primeiro semestre de 2004 é que embora os dados evidenciem um número mais expressivo de mulheres engendrando tanto ciência quanto tecnologia no país, e que “todos os campos científicos, com exceção da Física, foram tocados pelos novos tempos” caracterizados por gradual participação central e/ou periférica, na demonstração de que elas querem mudanças inclusive quanto à construção do conhecimento, ainda percebe-se a:

pouca visibilidade que a perspectiva de gênero tem no sistema científico, tecnológico e inovativo nacional [e] não há uma preocupação manifesta dos órgãos oficiais que coordenam o sistema de CT&I em desvelar a presença feminina neste sistema. Como os estudiosos do tema “gênero” alertam, somente o olhar dos interessados com a questão pode encontrar a mulher onde os números insistem em tratar os diferentes como iguais (MELO; LASTRES; MARQUES, 2005, pág. 83).

As autoras ainda denunciam falhas existentes nas informações – que não contemplam diferenciações por gênero – que se encontram no Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) no que “diz respeito à produção acadêmica, na forma de artigos científicos e técnicos publicados em periódicos (...) e nos pedidos de patentes [visto que] é importante variável institucional, indicador dos laços entre a ciência e a produção econômica e da capacidade de resposta da comunidade técnico-científica às necessidades do setor produtivo constituído no país”(opus cit.). Contudo, e enfim, aparentemente frágeis, por causa dos contextos ainda intumescidos de uma cultura e de uma tecnociência cujas forças sugerem intransponibilidade, as conquistas das mulheres têm ocorrido, paulatina e incessantemente.

Uma das mulheres entrevistadas na pesquisa, é Joa[na40](#h.3l18frh), 33 anos, loura, olhos azuis,

branca, gaúcha, de ascendência portuguesa e espanhola. Formou-se em Análise de Sistemas, com ênfase em Administração de Empresas, pela PUCRS, em 1993-II. Seu marido também é da área da Informática. É mãe de uma menina de dois anos e três meses à época de nosso contacto. Sua opção por este curso deveu-se, principalmente, à influência de sua tia, a qual,

40 A trajetória mais detalhada desta e das demais informantes deste texto consta de capítulo da tese, em construção. Por limitação de espaço, não há como aqui explicitar maiores dados pessoais e profissionais.

quanto às dúvidas acadêmicas expostas a ela por Joana, orientava-a sobre a novidade e a tendência à ascensão dessa área do conhecimento, a Informática. Atua como Analista de Sistemas. Abriu sua própria empresa de informáti[ca4](#h.206ipza)1 em 1998, em sociedade com seu pai. Ela detém 99% e seu pai 1% das cotas da empresa. Sua firma terceiriza trabalhos técnicos em desenvolvimento de softwares não somente para a incubada Direz[ix4](#h.4k668n3)2, mas também para outras empresas. Aliás, como atesta Hildete Melo (2005), “a intensa terceirização da economia brasileira na década de 1990 favoreceu a inserção feminina no mundo do trabalho, porque é na prestação de serviços que há um claro predomínio entre as mulheres”. Esta é uma prática empresarial, portanto, que tem se consolidado ao longo do tempo até os dias atuai[s.4](#h.2zbgiuw)3 Joana informou sobre sua vontade de progredir, evoluindo para a função de Gerenciamento de Projetos. Em sua narrativa, sobressaem duas informações sobre fatos que ela tem vivenciado em sua trajetória profissional, informações estas que têm sido recorrentes nas narrativas das mulheres entrevistadas para esta pesquisa: que ela, Joana, “não vê problemas em trabalhar com a maioria de homens”; e que “algumas mulheres são muito competitivas”. Joana está continuamente atuando nas duas dimensões – a particular e a pública – em uma única atividade profissional; ou seja, quando trabalha na Direzix, exerce a função de empreendedora e técnica, já que é sua empresa que está representada em sua pessoa, portanto, está, nesses momentos, na esfera pública; mas está simultaneamente atuando como se fosse colaboradora da empresa para quem terceiriza seus trabalhos, tendo que ficar no interior da empresa, produzindo, programando e desenvolvendo programas computacionais. Esta é uma das ambigüidad[es4](#h.1egqt2p)4 que tem surgido no presente estudo; outra ambigüidade seria a da migração

fluida e constante da esfera particular/doméstica para a pública/empresarial e vice-vers[a.4](#h.3ygebqi)5

Outra informante é Antonia, 26 anos, casada, não tem filhos, nascida em Florianópolis. É alta, esguia, cabelos pretos, longos e lisos e tem pele branca. Formou-se em Ciências da Computação (UFSC) e Educação Física (UDESC), ambas as faculdades cursadas simultaneamente. Seu marido, Ernesto, graduou-se em Ciências da Computação. É sócia (além de técnica) na incubada Anistizix: possui 42% das cotas/ações da empresa; seu marido,



41 Joana também tem uma Pousada, na Barra da Lagoa, na capital catarinense, em sociedade com seu marido (50% das cotas para cada um). A Pousada foi inaugurada em 2001 e é o local de moradia de Joana e sua família.

42 Esta é uma empresa que só trabalha com produção, serviços e processos voltados para “banco de dados” no atendimento a grandes clientes, tendo ficado em 11.o no ranking das empresas similares em avaliação feita pelo

SEBRAE. A empresa existe há cerca de dez anos, porém está incubada há um ano e meio e conta com dezesseis funcionários, todos estagiários das universidades locais.

43 Considerações e reflexões a respeito de benefícios (ou não) dessa prática não são pertinentes neste texto por limitação de espaço.

44 A questão das ambigüidades, que tem aparecido nas narrativas das informantes desta pesquisa, relativas aos espaços público-privado, empresas-doméstico, está sendo tratada em um outro texto, em composição.

45 Embora se pontue essas ambigüidades, não há como explicitá-las neste texto por limitação de espaço.

Ernesto, possui 42% e outros dois sócios detêm 14% e 2%. O casal montou a empresa juntos, estipulando já no seu início, a divisão de cotas de modo que também ela fosse sócia de modo igualitária. Na empresa, ela exerce a função de Desenvolvedora de Softwares, i.e., programa e desenvolve sistemas de computaç[ão4](#h.2dlolyb)6.

No início do empreendimento, o casal executavaas mesmas atividades, inclusive a de programar e de desenvolver sistemas computacionais. Com o crescimento da empresa, Ernesto passou a viajar muito e sempre, verificando *in loco* as necessidades dos clientes, sendo que estes dão sustentabilidade financeira para à firma; ele passa a ela as especificidades que cada software precisa ter para atender os clientes, e Antonia executa, com “maestria” essa atividade da área da Informática e Computacional, de acordo com seu próprio depoimento. Antonia expressa sua preferência por não viajar e por ficar na empresa programando e desenvolvendo sistemas operacionais, embora já tenha feito viagens pela firma, visitando clientes, fazendo exposição em feiras e em encontros de profissionais sobre a concepção e modos de executar os programas que ela elabora em termos técnicos. Antonia reafirma com segurança que seu “trabalho é mesmo programar”. Pontua-se que o casal, mesmo sem perceber ou se questionar sobre situações na empresa, dão continuidade ao relacionamento convencional de um casal no ambiente doméstico. Ou seja, ela desenvolve o produto com qualidade e executa o trabalho interno, e ele, o trabalho público da empresa, ambos colaborando para sua excelência no mercado. Antonia constata que nessa composição “a gente se completou”. Daí, segundo ela, o sucesso da empresa; sem um ou outro parece que a firma não se sustenta.

Ainda outra informante é Maria, 40 anos; tem um filho com seu primeiro marido e uma menina com o segundo; é formada em Comunicação Social, com ênfase em Publicidade e Propaganda; e Pós-Graduação em Programação e Análise de Sistemas na PUCRJ. Ela atua na incubada “Prosperuzix”, na função de Diretora Operacional, além de ser sócia, visto que tem 15% das cotas; 15% para seu sócio (atual e segundo mari[do4](#h.sqyw64)7); 15% para sócias/os minoritárias/os; e 55% para três empresas-sócias. Promove reuniões freqüentes com seu *staff*, além de provocar conversas informais com suas/seus funcionárias/os, coletiva ou

isoladamente, na tentativa de identificar e sanar insatisfações que possam estar brotando nos



46 De acordo com o “Dicionário Enciclopédico de Informática”, programa, em Informática, é um termo genérico para um plano de trabalho que especifica as ações que devem ser ou não realizadas; (FRAGOMENI, 1986). A parte de programação refere-se, portanto, a trazer para as linguagens de computador atividades prática reais que o cliente vive.

47 Quando a empresa (e respectiva divisão de cotas) foi legalmente constituída, eles eram apenas conhecidos.

Decorrido certo tempo é que se casaram. Portanto, entendo que esta profissional conseguiu de fato romper o “teto de vidro” antes mesmo de poder usufruir alguma circunstância mais favorável à sua atuação na empresa propiciada por laços matrimoniais.

relacionamentos, além de incentivá-las/os de todas as formas possíveis. Esta empresa inova principalmente em situações específicas de relações de gênero e trabalho. Isto porque alguns profissionais – homens e mulheres – após seis meses de atuação na empresa, migram aos poucos, até fazerem reversão completa, da condição de funcionárias/os para a de sócias/os minoritárias/os. Elas são um total de 7 (set[e)4](#h.3cqmetx)8 e recebem até 1% das cotas da empresa. Integralizam, com os demais 8 (oito) profissionais homens, o total de 15%, conforme dito em parágrafo anterior. A maioria, além de ser dona, é Técnica da Informática e da Computação.

Elas são Desenvolvedoras de Softwares, Programadoras e Analistas de Sistemas. Tanto o reduto de “donas” quanto o de “técnicas” são tidos como hegemonicamente masculinos, até então. Elas seguem regime de trabalho de sócias minoritárias que consta de documento estatutário elaborado por elas/eles próprias/os em conjunto com os sócios majoritários. Enquanto sócias, mesmo que minoritárias, e mesmo que através de representante, responsável por fazer mediações junto aos demais sócios, participam ativamente nas reuniões da empresa,

inclusive com poderes de decis[ão4](#h.1rvwp1q)9.

Quanto às situações de continuísmos referentes à dicotomia casa/rua em relação a doméstico/público, Maria diz que é Diretora de Operações e que seu segundo marido é o Diretor Executivo. Que seu marido fica mais fora da empresa. Que ela dirige a empresa “da porta para dentro, o que equivale a “todas as áreas da empresa: a Técnica, de Desenvolvimento; de Serviços; e de Produtos, com os quatro Gerentes que tem”. Ao expor estas situações vivenciadas tanto em sua casa, enquanto espaço privado, e a empresa, enquanto espaço público, percebe-se que Maria migra com certa freqüência e facilidade entre um e outro, entendendo e administrando as situações de poder como semelhantes nos dois contexto[s.5](#h.4bvk7pj)0

Interessante a percepção de que tanto o espaço doméstico (lar, casa) quanto o público (neste caso, as empresas nascentes de base tecnológica), no interior da esfera da incubadora e suas empresas incubadas, acabam se mesclando nas atividades desenvolvidas pelos/as atores/as que nelas atuam no seu dia-a-dia. Dentro deste raciocínio, encontra-se a narrativa de um gerente de incubadora, ao ouvir um desabafo de um empreendedor durante uma das reuniões com os demais empreendedores e gerências de incubadoras que, no geral, todos



48 Não há como expor a trajetória pessoal e profissional de cada uma delas, por limitação de espaço.

49 Há uma contrapartida nessa situação que deve ser levada em conta, embora todas as informantes tenham se posicionado favoravelmente à sua nova função de donas. É o fato de que, com essa identidade, elas não mais têm os direitos trabalhistas garantidos pela CLT, isto é, 13.o salário, férias integrais, horários fixos de trabalho, recolhimento do INSS, dentre outros.

50 Há um texto em construção onde são feitas reflexões demonstrativas das diferenças entre os dois contextos, pontuando-se situações de micro-esferas do poder.

estavam deixando os problemas presentes e se preocupando tão somente com os problemas futuros. Ele reforça que “(...) a incubadora devia ter o espírito da mãe que tem filhos no ventre. Ela até sonha que um dia ele seja um grande profissional ou um atleta de sucesso mas não descuida um segundo de manter o repouso e a alimentação para garantir que a criança vai sobreviver hoje para um dia alcançar o futuro sonhado” (Fiates & Chierighini, 2001, pág. 83). As informantes citadas neste texto, inclusive as que perfazem o **⅓** das que produzem a tecnociência na incubadora-lócus desta pesquisa, conseguiram romper o *glass ceiling*, visto que compõem juridicamente – e algumas com percentual significativo– as cotas das

empres[as51](#h.2r0uhxc). Ainda mergulhada na análise e reflexão e conseqüente discussão dos resultados –

ainda que no momento, parciais – da pesquisa, frases provocadoras teimam em andar à solta em meus pensamentos. Dentre elas, o questionamento seguinte: quais outros tetos (de vidro) estas profissionais estariam, também, a romper nos recentes contextos da tecnociência?

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir de resultados parciais encontrados neste estudo, evidencia-se que há um acréscimo no acesso de algumas mulheres nos níveis funcionais hierárquicos mais elevados na pirâmide empresarial (no presente estudo, na incubadora “C”). Elas estariam, portanto rompendo o teto de vidro. No entanto, elas ainda representam uma minoria em termos aritméticos/estatísticos, cuja significância, embora possa não ser considerada relevante, reveste-se de importância sociocultural, na medida em que sinaliza tendência do novo a se configurar e talvez a se consolidar com o decorrer do tempo, a partir da abrangência da conscientização e respectiva ação das mulheres nesse sentido, tendo na base de tal processo o aperfeiçoamento educacional destas. Quando se usa este universo das incubadoras, que é o universo do absurdamente novo, porque as empresas são nascentes, elas nem estão no mercado ainda, isto é um excelente sinalizador de novas configurações de gênero no âmbito do trabalho, em sua intersecção com ciência e tecnologia. Significa que por volta de cinco a dez anos, esse segmento populacional estará no mercado, fazendo a diferença para uma maior eqüidade de gênero nas empresas.

Mais do que sinais de mudanças, estas novas configurações de gênero vão, aos poucos, colocando por terra posturas arcaicas e ossificadas como a explicitada em palestra proferida



51 Não se pode esquecer que tais contextos e suas novas configurações de gênero também integram diferenciadas relações de trabalho, sempre estas permeadas e hierarquizadas fortemente por instâncias de microfísica do poder (FOUCAULT, 2004). Texto sobre esta temática, em construção.

por Lawrence H. Summers, presidente da Universidade de Harva[rd5](#h.1664s55)2, quando ele considera que as diferenças nas atitudes de homens e mulheres são inatas, o que explicaria o número reduzido de mulheres na área das exatas. Tal postura não é mais hoje em dia considerada nem ética e muito menos politicamente correta, na medida em que várias instituições estão introduzindo programas de eqüidade de gênero nos seus departamentos.

Necessárias, portanto, conscientizações que resultem em atitudes pró-eqüidade de gênero, como as reveladas por L.E.Soares, no prefácio do livro de Puppin (2003, pág. 11-12), quando afirma que “não é possível compreender as características singulares de nossa sociedade, se não atentarmos para as formas peculiares que as relações de gênero assumem no Brasil [e que] as ações afirmativas não só se justificam como são indispensáveis, em sociedades marcadas pela discriminação misógina multissecular”. Soares reforça que há “(...) ostensividade da distinção de poder e se manifesta nas crenças e posturas que consagram a superioridade ou a centralidade do masculino, com maior ou menor pudor e discrição”. No entanto, ele adverte que isto é parte de um movimento “duplo e contraditório”, na medida em que, além da afirmação da “diferença instauradora do gênero”, recém exposta, ainda há a sua negação, que “funciona como recurso de ampliação, aprofundamento e perpetuação do domínio, e se realiza de múltiplas formas, através de incontáveis estratégias de dissimulação (...) (opus cit, pág. 12).

Em síntese, mister estabelecer e proporcionar condições para se praticar políticas públicas (d)e ações afirmativas iniciais como mecanismos efetivos de gestão de fomento, direcionados a mudanças nas Ciências e nas Tecnologias, visando a promover uma maior eqüidade de gênero, minimizando e mesmo anulando situações tidas até então como hegemonicamente androcêntricas.

E aí, sim, finalmente, pode ser que a tendência mais forte que se delineia e se concretiza seja a de uma história escrita e documentada pelo explicitamento não mais de uma minoria, mas sim de uma massa crítica ampla e madura, composta também e inclusive de diversas cientistas e pesquisadoras, como produtoras do conhecimento.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero:* Feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.



52 Disponível em: <[http://www.nytimes.com/2005/01/18/national/18harvard.html](http:///h)> Acesso em 10 jan 2005.

FIATES, José Eduardo Azevedo; CHIERIGHINI, Tony. 35 lições que aprendemos nos 15 anos de existência do CELTA. In: *As incubadoras de empresas pelos seus gerentes*: Uma coletânea de artigos. Associação Nacional de Entidades Promotoras de Tecnologias Avançadas – ANPROTEC. LEAL, Sayonara & PIRES, Sheila Oliveira (Orgs.). Brasília, 2001. p. 81-96.

FOUCAULT, Michel. *A microfísica do Poder*. Organização, Introdução e Revisão Técnica de Roberto Machado. 19a ed., São Paulo: Graal, 2004.

FRAGOMENI, Ana Helena. *Dicionário enciclopédico de informática*. São Paulo: Nobel. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

HARAWAY, Donna J. An Ironic dream of a common language for women in the integrated circuit. A Cyborg manifesto: Science. Technology, and socialist-feminism in the late twentieth century. In: *Simians, cyborgs and women: The reinvention of nature*. New York: Routgedge, 1991.

. *Ciencia, cyborgs y mujeres: La reinvención de la naturaleza*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1995.

HARAWAY. Donna Jeanne. *Modest\_Witness@Second\_Millennium.FemaleMan*©*\_Meets\_OncoMouseTM: Feminism and Technoscience*. New York: Routledge, 1997.

\_ . “Gender” for a marxist dictionary: The sexual politics of a word. In: PONTES, Heloisa (Org.). Cadernos PAGU (22), janeiro-junho de 2004, pp. 201-246.

\_ . Simians, cyborgs, and women: The reinvention of nature. New York: Routledge, 1991a.

HARDING, Sandra. Common Histories, Common Destinies: Science in the First and Third Worlds. In: *Whose Science? Whose Knowledge?* – Thinking from women’s lives. New York: Cornell University Press/Sage, 1991.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo*: Corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MELLO, Hildete Pereira de. *Linha de pobreza: Um olhar* feminino. Disponível em:

<[http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/326.pdf](http:///h)> Acesso em 02 out 2005. Também disponível em <[http://www.uff.br/econ/download/tds/UFF\_TD169.pdf](http:///h)> Acesso em 02 out 2005.

MELO, Hildete Pereira de; LASTRES, Helena Maria Martins. *Ciência e tecnologia numa perspectiva de gênero: O caso do CNPq*. Disponível em:< http://www.cbpf.br%Emulher/hildete2.pdf > Acesso em 02 set 2005.

PUPPIN, Andréa Brandão. *Do lugar das mulheres e das mulheres fora de lugar*: Um estudo das relações de gênero na empresa. Niterói: EdUFF, 2001.

RAPKIEWICZ, Clevi Elena. Informática: domínio masculino? In: *Cadernos Pagu* (10). Campinas: Publicação do PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, p.169-200, 1998.

RIESSMAN, Catherine Kohler. *Narrative Analysis*. California: Sage Publications, Inc., 1993. ROCHA, Cristina Tavares da Costa. Relações de gênero nas redes sociotécnicas: Desafios atuais no cotidiano. In: LAGO, Mara C. de S.; GROSSI, Miriam. P.; ROCHA, Cristina. T. da C.; GARCIA, Olga R. Z.; SENA, Tito. (Org.). *Interdisciplinaridade em diálogos de gênero: Teorias, sexualidades, religiões*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004, p. 176-197.

\_ . Representações de gênero em contextos educacionais: Reflexões preliminares. In:

*Simpósio Sociedade & Tecnologia*, PPGTE-UTFPR, CD-ROM, Curitiba, 8-11 nov 2005. SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (partes I e II). *Mana* [online]. abr. e out. 1997, vol.3, no1 e no2 [citado 30 Março 2004], p.41-73 e p.103-150. Disponível na World Wide W[eb: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttex&pid=SO104-](http:///h) [93131997000100002&Ing=pt&nrm=isso](http:///h). ISSN 0104-9313. Acesso em 30 out 2004.

SCHIEBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Tradução de Raul Fiker. Bauru: EDUSC, 2001.

SCOTT, Joan Wallach. *A cidadã paradoxal: As feministas francesas e os direitos do homem*. Tradução: Élvio Antônio Funck. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

\_ . Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. In: Revista *Educação e Realidade*. Porto Alegre: 20(2): 71-99, jul/dez, 1995.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. Relações de gênero no trabalho bancário informatizado. In: *Cadernos Pagu* (10). Campinas: Publicação do PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1998, p. 147-168.

SOARES, Angelo. Automação, (des)qualificação e emoção nos paraísos do consumo. In: *Cadernos Pagu* (10). Campinas: Publicação do PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1998, p. 147-168.

STAINSACK, Cristiane. *Estruturação, organização e gestão de incubadoras tecnológicas*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia do Centro Federal de Educação Tecnológica, em março de 2003. Curitiba.

STOFENMACHER, Ileana. Feminización de la red. In: *Revista do Programa Avançado de Cultura Contemporânea*. Disponível em:

<[http://acd.ufrj.br/pacc/z/ensaio/ciberfeminismo.htm](http:///h)> Acesso em 15 jul 2005.

TABAK, Fanny. Gênero, conhecimento, ciência e poder. In: CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; PEREIRA, Maria Zuleide da Costa (Org.). *Gênero e educação: Múltiplas faces*. João Pessoa: Editora Universitária/UFBA, 2003.

\_ . Obstáculos a superar. In: *Ciência hoje*, 20 (115). Rio de Janeiro: SBPC, novembro de 1985, p. 40.

\_ . A mulher brasileira, a universidade e a pesquisa científica. In: *Ciência e Cultura*, 33(2). São Paulo: SPBC, Fevereiro de 1981, p. 167-172.

TAVARES, Isabel. Mulheres na Ciência. In: *Jornal da Ciência*. Disponível em: < [http://www.sbc.org.br](http:///h) > Acesso em 10 out 2005.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

WACJMAN, Judy. Tecnologia de produção: Fazendo um trabalho de gênero. In: *Gênero, tecnologia e ciência. Cadernos Pagu* (10) 1998, pp. 201-256. Campinas: Publicação do Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP.

- o -

Primavera de 2005. / Novembro de 2005.

|  |  |
| --- | --- |
| Nome : A reprodução das desigualdades de gênero no discurso dos julgadores e a vítima mulher frente ao sistema de justiça penal | **A 014**  **Menção**  **Honrosa** |
| Autora/o: Paula Pinhal de Carlos |
| Orientadora/o : Prof. Dr. Rodrigo Stumpf González |
| IES: Instituição: Universidade do Vale do Rio dos Sinos |
| Cidade/Estado: |
| Outras Informações: Mestre e estudante de doutorado |

**Autora:**[[193]](#footnote-193)

**Orientador:**[[194]](#footnote-194)

Nós vos pedimos com insistência:

não digam nunca isso é natural!

(…)

Para que nada passe a ser imutável!

Bertold Brecht

**Introdução**

Neste trabalho buscaremos verificar que tipo de discurso é proferido pelo Poder Judiciário acerca da mulher. Para tanto, utilizaremos a categoria de análise gênero, por compreendermos que as desigualdades entre mulheres e homens não são biológicas, mas construídas socialmente. Pretendemos demonstrar as desigualdades de gênero refletidas nas decisões judiciais. Sendo assim, realizamos uma coleta de acórdãos no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, sendo a pesquisa restrita aos processos julgados no ano de 2003 e que versassem sobre o delito de estupro[[195]](#footnote-195).

Inicialmente verificaremos as diferenças entre homens e mulheres, abordando-as sob a perspectiva de que o gênero é construído socialmente. Assim, analisaremos as desigualdades de gênero como forma de poder e dominação, com vistas a culminar numa forma específica de expressão dessas desigualdades, que é a violência de gênero.

Trataremos, então, de avaliar a atuação do sistema de justiça penal em relação à vítima mulher. Para tanto, primeiramente analisaremos os instrumentos normativos que protegem os direitos humanos das mulheres (instrumentos internacionais, Constituição Federal e Código Penal Brasileiro). Pretendemos verificar se o Poder Judiciário reflete as desigualdades de gênero existentes em nossa sociedade e de que forma isso ocorre, examinando se há a prática de uma violência de gênero institucional, a partir da revitimização da mulher, a qual veria julgada a sua adequação ao papel de gênero feminino tido por ideal, quando do julgamento de delito de estupro de que foi vítima. Objetivamos estudar, com isso, a eficácia do sistema penal em relação à proteção das mulheres contra a violência sexual.

**1. A violência sexual contra as mulheres enquanto violência de gênero**

O conceito de gênero foi produzido após a intensa movimentação cultural da década de sessenta, mais especificamente a partir dos anos setenta, principalmente no campo das Ciências Sociais. Esse conceito foi criado com o intuito de separar o fato de alguém ser fêmea ou macho, do trabalho de simbolização que a cultura realiza sobre essa diferença sexual[[196]](#footnote-196).

Para contrapor o argumento da distinção biológica entre mulheres e homens como fundamentadora das desigualdades, faz-se necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas a forma com que elas são representadas ou valorizadas que constrói o feminino e o masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Esse debate constitui-se através de uma nova linguagem, na qual gênero é um conceito fundamental[[197]](#footnote-197).

Vários aspectos do papel ou da identidade de gênero, que são construídos socialmente, são tidos como biológicos[[198]](#footnote-198). A biologização ou naturalização das diferenças vem a legitimar as desigualdades entre mulheres e homens, na medida em que pode torná-las invisíveis[[199]](#footnote-199) e incontestáveis. Assim, um discurso que prega que os homens são naturalmente infiéis, por exemplo, legitima um comportamento masculino que, na realidade, é cultural[[200]](#footnote-200).

Uma mesma cultura, sob a qual vivem mulheres e homens, destina a cada um dos gêneros um papel diverso nas relações sociais. Esses papéis serão exercidos de diferentes formas, de acordo com a cultura local e o período histórico[[201]](#footnote-201). Levando-se em conta que existem diversos papéis de gênero na sociedade, o que pode ser comprovado pelo fato de eles serem variáveis de acordo com a cultura, não podem os mesmos ser tidos como inevitáveis[[202]](#footnote-202).

O conceito de gênero utilizado neste trabalho será o de Joan Scott. Para a autora, o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos[[203]](#footnote-203). O gênero é, ainda, uma primeira maneira de dar significado às relações de poder[[204]](#footnote-204).

Estudar desigualdades de gênero significa averiguar sua relação com a dominação e o poder. Segundo Louro, na instituição das diferenças (que se tornarão desigualdades), estão implicadas relações de poder[[205]](#footnote-205). São essas relações de poder que fazem com que o conjunto do social esteja dividido segundo o mesmo simbólico que atribui aos homens e ao masculino funções nobres e às mulheres e ao feminino funções menos valorizadas[[206]](#footnote-206). A discrepância nessa valorização é o que permite a concretização da dominação masculina.

Conforme Bourdieu, se a idéia de superioridade é responsável pela dominação masculina, a incorporação dessa dominação decorre justamente do processo biologizante, fundado nos corpos. A visão androcêntrica é continuamente legitimada pelas próprias práticas que ela determina, pois suas disposições resultam da incorporação do preconceito desfavorável contra o feminino, que é instituído socialmente. Às mulheres só resta, portanto, confirmar seguidamente esse preconceito[[207]](#footnote-207).

A dominação coletiva e individual que os homens exercem sobre as mulheres atribui-lhes privilégios materiais, culturais e simbólicos[[208]](#footnote-208). Welzer-Lang refere que *"a opressão das mulheres pelos homens é um sistema dinâmico no qual as* desigualdades vividas *pelas mulheres são os efeitos das vantagens dadas aos homens"*[[209]](#footnote-209). Logo, reduzir desigualdades implica necessariamente reduzir privilégios. Por isso explica-se a afronta produzida pelo movimento feminista, ao questionar essa dominação.

Não é somente o exercício da violência de gênero, mas também a sua legitimação tem origem na forma com que, com base em desigualdades, são construídos socialmente os gêneros. A violência de gênero seria, dessa forma, a face mais cruel da desigualdade entre mulheres e homens[[210]](#footnote-210).

A violência deve ser compreendida *"como qualquer comportamento que visa controlar e subjugar outro ser humano pelo uso do medo, humilhação e agressões emocionais, sexuais ou físicas"*[[211]](#footnote-211). Já a violência de gênero envolve ações ou circunstâncias que submetem unidirecionalmente, física e/ou emocionalmente, visível e/ou invisivelmente as pessoas em função de seu gênero[[212]](#footnote-212). Dessa forma, a violência de gênero teria origem não na violência em geral, mas nas desigualdades sociais existentes entre mulheres e homens.

A violência de gênero, segundo Saffioti e Almeida, está inserida nas normas sociais que regulam a convivência entre mulheres e homens, sendo que a mera obediência a tais normas conduziria a ela[[213]](#footnote-213). A violência de gênero é um fenômeno democrático, devido ao seu caráter universal e indiscriminado em relação às classes sociais[[214]](#footnote-214). E, assim como as desigualdades de gênero, esse fenômeno social está enraizado na sociedade. Logo, modificar essa situação depende de medidas que promovam uma modificação cultural[[215]](#footnote-215). Sendo a violência de gênero um reflexo das desigualdades de gênero, a naturalização desse fenômeno também é verificada em nossa cultura[[216]](#footnote-216).

A partir do processo de naturalização, fenômenos socialmente inaceitáveis são ocultados, negados e obscurecidos através de pactos sociais informalmente estabelecidos e sustentados. São buscadas, então, justificativas para a violência contra a mulher, tais como: *"apanhou porque mereceu, nada se pode fazer quanto a isso, pois sempre foi assim ou as mulheres têm um gozo na violência"*[[217]](#footnote-217). Invertem-se os papéis, passando a operar a desqualificação da vítima, o que é visível inclusive no âmbito judicial[[218]](#footnote-218).

A violência sexual será caracterizada aqui como uma forma de violência física de gênero. Ela não se restringe ao estupro, englobando ainda todos os atos atentatórios à liberdade sexual de um ser humano.

A violência sexual contra a mulher situa-se numa relação de forças que é a expressão máxima das diferenças de gênero, sob a forma da desigualdade[[219]](#footnote-219). Para Giddens, a violência sexual masculina tornou-se a base do controle sexual. O autor sustenta que grande parte da violência sexual masculina provém mais da insegurança e dos desajustamentos, do que de uma continuação ininterrupta do domínio patriarcal[[220]](#footnote-220). A violência sexual contra a mulher tem, ainda, implicações sociais amplas, devido ao medo que se instaura quanto à integridade (física e psíquica) e à liberdade sexual femininas[[221]](#footnote-221).

Pode justificar a prática da violência sexual o fato de que a maioria dos homens que perpetram abusos sexuais contra mulheres e crianças terem sido abusados em sua infância. Essa afirmação demonstra que essas pessoas compreenderam, em seu processo de desenvolvimento, a violência, não só como um meio de resolução de conflitos, mas como uma forma de afirmação de poder[[222]](#footnote-222). O mesmo pode ser verificado em relação às mulheres que, na sua infância, presenciaram manifestações de violência em suas famílias.

Um dos mitos que caracterizam a violência sexual é o de que quem a sofre fez algo para provocá-la. No entanto, a violência é responsabilidade de quem a exerce, pois não há provocação que justifique a violência sexual[[223]](#footnote-223). Tal mito serve apenas para transferir a culpa para a vítima, o que pode ter repercussão em relação às cifras de ocorrências policiais de delitos sexuais registradas por mulheres, bem como em relação ao número de processos instaurados contra os agressores.

Outro mito que caracteriza esse tipo de violência é o de que ela pertence à essência do ser humano. Contudo, conforme Cardoso, *"a violência (…) é aprendida a partir de modelos familiares e sociais que a definem como um recurso válido para resolver conflitos"*[[224]](#footnote-224). Podemos concluir, portanto, que, assim como as desigualdades de gênero, a violência e, conseqüentemente, a violência de gênero, é algo com raízes culturais, e não biológicas.

A idéia de que os dados oficiais não refletem o número de violações ocorridas faz com que questionemos o que leva as mulheres a silenciarem frente a uma agressão tão brutal contra seu corpo e sua vontade. Estima-se que as vítimas têm medo de sofrer represálias ou que crêem que a violência sofrida é um assunto privado e pessoal. Tornar a violência pública pode gerar uma sobrecarga emocional e um aumento da experiência de humilhação. O estigma negativo que paira sobre as mulheres violentadas faz com que elas avaliem profundamente a relação custo-benefício de uma denúncia formal[[225]](#footnote-225).

Outras formas de violência de gênero também podem ser expressas através da violência sexual. Conforme Züwick, isso ocorre com a dominação simbólica (anteriormente referida, com base na teoria de Bourdieu):

*“Em relação ao estupro, a dominação simbólica se expressa no senso comum que o entende como um ato perpetrado por alguém portador de um desvio de conduta ou de insanidade mental frente às atitudes propiciatórias da mulher; que interpela a vítima quanto à sua vida sexual pregressa e que imprime em seu corpo significados de desvalorização que alteram sua subjetividade feminina. A vergonha de que deveria ser portador aquele que a agrediu volta-se contra a mulher e a silencia tornando-a parte da rede que sustenta a dominação.”*[[226]](#footnote-226)

É exatamente a existência disso que tentaremos demonstrar no item posterior. Buscaremos verificar se as idéias baseadas no senso comum, descritas acima, estão presentes nas decisões judiciais, sob a forma de definições persuasivas e estereótipos. A intenção é, portanto, estudar se essa dominação simbólica pode ser estendida ao Poder Judiciário.

2. O discurso dos julgadores nos acórdãos de estupro: definições persuasivas e estereótipo de gênero

Sendo a linguagem jurídica um instrumento ideológico[[227]](#footnote-227), temos que as representações simbólicas podem servir para reassegurar no campo da linguagem as relações de poder[[228]](#footnote-228). E, conforme visto anteriormente, o gênero está imbricado nas relações de poder. Dessa forma, buscaremos estudar de que forma a linguagem contribui para auxiliar no jogo de naturalização das desigualdades entre mulheres e homens.

Warat divide as cargas valorativas da linguagem em definições persuasivas e estereótipos. As definições persuasivas estão integradas por propriedades designativas selecionadas para a produção de convencimento. Elas encobrem, dessa forma, juízos de valor, sob a aparência de definições empíricas. Já como estereótipos são qualificadas as palavras cujo sentido designativo sempre é contextualmente construído[[229]](#footnote-229). Assim, definições persuasivas são caracterizadas como aquelas que contêm estereótipos, enquanto discursos persuasivos são aqueles em que a aceitação dos argumentos depende de sua articulação a um ou vários estereótipos[[230]](#footnote-230).

As definições persuasivas de gênero servirão, portanto, para designar o papel social atribuído aos gêneros feminino e masculino. Elas indicarão as atitudes esperadas socialmente por um indivíduo de determinado gênero, sejam elas positivas ou negativas. Essa carga valorativa da linguagem prestar-se-á para naturalizar, também nos processos judiciais, diferenças que são culturais, e não biológicas, imutáveis e universais. Não buscamos a rediscussão de um caso já julgado. Pretendemos, apenas, através da identificação das definições persuasivas de gênero, propor uma reflexão sobre a forma com que a mulher é vista nas hipóteses de ocorrência dos crimes sexuais.

Foram coletados todos os acórdãos que versassem sobre o delito de estupro julgados pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul no ano de 2003. A jurisprudência foi buscada na *Internet*, através do *site* do Tribunal[[231]](#footnote-231). Selecionamos os julgados que continham decisões de mérito, ou seja, que averiguavam a ocorrência ou não do delito de estupro, e excluímos os julgados cuja fundamentação dissesse respeito somente a questões processuais, pois nestes não havia elementos valorativos relacionados à vítima mulher. Analisamos cento e quarenta e nove acórdãos, sendo que encontramos definições persuasivas de gênero em cinqüenta e um deles.

Dentre os relatores das decisões nas quais encontramos definições persuasivas, havia duas desembargadoras e onze desembargadores. Sendo assim, temos que as julgadoras mulheres representavam aproximadamente quinze por cento, enquanto que os julgadores homens representavam aproximadamente oitenta e cinco por cento do total de relatores. A ocorrência de definições persuasivas foi verificada em cinqüenta e três acórdãos (ressalta-se que alguns julgados contêm mais de uma definição persuasiva). Desses, pudemos perceber que, nos acórdãos julgados por homens, foram encontradas quarenta e três definições persuasivas (representando aproximadamente oitenta e um por cento das definições), enquanto que, nos acórdãos julgados por mulheres, foram encontradas dez definições persuasivas (representando aproximadamente dezenove por cento). Logo, frente à proporção existente entre julgadoras e julgadores, conclui-se que a reprodução das desigualdades de gênero se dá tanto por mulheres, quanto por homens, não se podendo afirmar que se trataria de uma conduta apenas masculina, mas de uma conduta do Poder Judiciário, o que vem a corroborar a afirmação de que as desigualdades de gênero são reproduzidas pela sociedade, seja por homens ou por mulheres.

Pudemos diferenciar quatro definições persuasivas. A primeira definição persuasiva, denominada *“delito atribuído ao réu em virtude de vingança”*, foi encontrada em trinta e um acórdãos. A segunda definição persuasiva, denominada *“adolescente que não pode assumir o relacionamento sexual mantido”*, foi encontrada em dois acórdãos. A terceira definição persuasiva, denominada *“comportamento sexual liberal da vítima”*, foi encontrada em nove acórdãos. Dentre esses nove julgados, em quatro deles encontramos também o estereótipo da *“garota problema”*. Por fim, a quarta definição persuasiva, denominada *“reação da vítima”*, foi encontrada em doze acórdãos.

Em virtude do espaço reduzido, traremos aqui apenas dois exemplos de cada definição persuasiva. Ressaltamos, ainda, que trazemos acórdãos que resultam na absolvição dos réus somente por compreender que estes demonstram de forma mais clara as definições persuasivas. No entanto, também as encontramos em acórdãos nos quais a decisão final era pela condenação dos réus.

A definição persuasiva *“delito atribuído ao réu em virtude de vingança”* é baseada na idéia de que é possível atribuir o delito de estupro a alguém que não o tenha perpetrado em virtude do sentimento de vingança. Tal atribuição pode ser feita não somente pela vítima, como por seus familiares. Quando a acusação parte da vítima, a definição está pautada na existência de um relacionamento pregresso entre esta e seu agressor, o qual teria sido frustrado contra a sua vontade, motivando a imputação do delito àquele que pôs término à relação. O que se verá nos acórdãos consiste numa definição persuasiva de gênero, pois a idéia pré-concebida de que uma mulher é capaz de, por todas as formas possíveis, tentar prejudicar um homem que não a quer mais está baseada na crença de que as mulheres têm seus impulsos emocionais preponderantes à razão (ao contrário do que ocorreria com os homens) e também na crença de que os relacionamentos afetivos consistem no fato mais relevante na vida de uma mulher. Essas crenças permeiam o imaginário social e consistem numa desigualdade de gênero, refletida aqui pelo Poder Judiciário.

No caso nº 1[[232]](#footnote-232), a vítima e o réu eram amantes. Consta, ainda, que o réu teria se dirigido até a casa da vítima *"com o intuito de finalizar o relacionamento amoroso, já que possuía esposa e filhos"*. O julgador aduz que é

*"(…) perfeitamente possível não tenham os fatos ocorridos (sic) exatamente como constou na denúncia. Na situação denotada nos autos, tem-se que considerar a animosidade, ainda que momentânea entre os amantes, já que segundo se depreende do relato do acusado, bem como de testemunhas e, também de sua companheira, na época, vítima e réu estavam juntos"*.

Já no caso nº 2[[233]](#footnote-233), a descrição dos fatos indica que a vítima e o réu teriam tido um envolvimento amoroso e que, na saída do bar, o réu teria apenas causado lesões corporais na vítima:

*"O réu, no interrogatório (…), disse que teve um namorinho com a vítima na época do fato; estava no bar tomando cerveja quando ali apareceu a vítima; ela falou que ‘iria aprontar para o depoente (…)*. *Tudo está a indicar que tiveram um encontro na saída do bar, em que se verificou, no mínimo, um desentendimento entre eles"*.

Nesse caso a acusação envolve, além do delito de estupro, o de lesões corporais, o que não foi suficiente para afastar a utilização da definição persuasiva, pois é possível depreender-se do acórdão que se credita somente o abuso sexual à vingança da vítima, uma vez que as lesões restaram comprovadas por prova pericial.

A definição persuasiva *“adolescente que não pode assumir o relacionamento sexual”* diz respeito à idéia de que uma adolescente que, em virtude de sua idade, dos valores de sua família ou da manutenção de outro relacionamento, não poderia assumir as relações sexuais havidas com o seu consentimento, pode utilizar-se da figura do estupro como forma de não deteriorar sua imagem na comunidade. Está presente no imaginário a possibilidade de uma jovem atribuir a alguém um delito tão grave, apenas com o intuito de não assumir que manteve relações sexuais por livre e espontânea vontade.

No caso nº 1[[234]](#footnote-234), verifica-se a idéia de que a vítima não poderia assumir para seu namorado que teria mantido relações sexuais com outro homem. A argumentação sugere que a relação sexual ocorrida entre vítima e réu teria sido consentida, tendo a acusação fundamento no fato de a vítima possuir um namorado e por isso não poder assumir a prática sexual com o réu.

O caso nº 2[[235]](#footnote-235) traz a hipótese de a vítima não poder assumir o relacionamento sexual frente a seus pais. O réu teria constrangido a vítima, com treze anos de idade, à conjunção carnal, a qual resultou numa gravidez. As versões da acusação e da defesa são conflitantes no que tange à existência de um namoro entre réu e vítima. *“S. (...) escondeu não só a relação sexual mantida com E. de seus pais, como também a gravidez, tanto quanto pôde”*.

A definição persuasiva *“comportamento sexual liberal da vítima”* é embasada no comportamento sexual da vítima. Nos julgados em que foi encontrada, a vítima é sempre adolescente, podendo ser, no entanto, maior de quatorze anos. Isso significa que essa definição não é utilizada apenas quando o julgador pretende afastar a presunção de violência. Ela é embasada na idéia de que uma jovem experiente sexualmente poderia ter consentido com a prática sexual, já que não seria a primeira vez em que isso ocorreria. Em alguns dos acórdãos analisados, encontramos ainda o estereótipo da *"garota problema"*, o qual também é visto travestido com outros termos, embora tendo o mesmo significado. A *"garota problema"* pode ser aquela que possui vasta experiência sexual para a sua idade, a usuária de drogas, a que se insinua para os homens ou a que realiza programas, apresentando um comportamento que é tido como socialmente inadequado. Trata-se de um estereótipo de gênero, uma vez que um adolescente do sexo masculino não será visto como um *"garoto problema"* em virtude de seu comportamento sexual, pois um dos ideais de masculinidade dos adolescentes é justamente o de ter o maior número de relações sexuais possível e com o maior número de parceiras possível.

No caso nº 1[[236]](#footnote-236), narra o relator que o réu pagou à vítima, com onze anos de idade, o valor de cinco reais, com o intuito de manter relações sexuais, não consumando o delito devido à chegada de policiais civis, que se dirigiram ao local após o recebimento de denúncia anônima:

*“(...) é da prova que a ofendida não era ingênua. Ao contrário, já experiente em matéria sexual, tendo como parceiros vários garotos de idade semelhante. O próprio Conselho Tutelar dá conta de que ela é uma garota problema*. *(...) inocente, sempre falando em experiência sexual, certamente a ofendida não era*. *(...) De acordo com as testemunhas e o próprio depoimento da vítima, que apesar da pouca idade, convence da vasta experiência em assuntos sexuais. Inclusive, o autor de exame de corpo de delito (...) consignou que a vítima não tinha sinais de desvirginamento recente”*.

A vítima, mesmo com apenas onze anos de idade, não era mais virgem, tendo mantido relações sexuais com vários homens. Além disso, fazia programas. Logo, a experiência sexual da ofendida é a justificativa para o afastamento da presunção de violência[[237]](#footnote-237). Aqui está presente o estereótipo da *“garota problema”*, referido pelo conselho Tutelar. A vítima não se encaixa nos padrões sociais porque, com apenas onze anos, teria vasta experiência sexual e praticaria sexo em troca de dinheiro.

Segundo o relatório do recurso analisado no caso nº 2[[238]](#footnote-238), os réus teriam praticado o delito de estupro contra a vítima, com treze anos de idade. A vítima teria fumado maconha na oportunidade. Sua versão é de que os réus lhe forneceram maconha até que ficasse dopada, conflitando com a versão da defesa, de que as relações sexuais foram consentidas:

*“D., embora menor de 14 anos, consentiu e aderiu à prática dos atos libidinosos, consoante se depreende dos depoimentos acostados aos autos. Como é cediço, a violência presumida não tem caráter absoluto, podendo ser afastada mediante a prova de que a vítima era pessoa que possuía experiência em relação a fatos sexuais, tendo mantido, como* in casu*, relações com todos os réus e com outros rapazes antes destes*. *(...) a versão dos acusados de que a ofendida costumava promover encontros e festinhas em sua residência é ratificada pelo testemunho da vizinha Y.M.S., aduzindo: ‘D. É uma menina problemática, a mãe trabalha todo o dia e ela fica sozinha aprontando (...)”*.

Também aqui não é questionado se especificamente aquele relacionamento sexual não foi consentido, pois a vítima, de apenas treze anos, possuía experiência sexual, tendo mantido relações com os quatro réus, além de outros rapazes. A vítima desse processo também é vista como *“garota problema”*, pois *“apronta”* em sua casa na ausência de sua mãe, fuma maconha, promove *“festinhas”* e relaciona-se sexualmente com vários homens.

Por fim, a definição persuasiva *“reação da vítima”* refere-se à reação da vítima criança ou adolescente. Aqui, presume-se que tal reação deve ser igual à de uma mulher adulta, sob pena de gerar-se a compreensão de que o ato sexual foi consentido. Esquece-se que a criança e o adolescente são seres em desenvolvimento e, portanto, mais vulneráveis, inclusive às ameaças perpetradas pelo agressor. Procuramos demonstrar que está presente no imaginário dos julgadores a idéia de que a vítima tem que utilizar todos os meios possíveis para reagir no momento da ocorrência do delito e também a idéia de que suas reações posteriores devem necessariamente demonstrar a profundidade dos traumas causados pela violência. Caso contrário, estaria presente a dúvida acerca do consentimento para a cópula. Olvidam-se os julgadores, por sua vez, das particularidades de cada indivíduo, pois, diante de situações de perigo e ameaça, pode-se ter as mais diversas reações possíveis.

O caso nº 1[[239]](#footnote-239) traz-nos a seguinte situação: a vítima, com quatorze anos de idade, teria tido sua liberdade sexual violada pelos réus. A versão dos réus é a de que teriam ido até a casa da vítima, pois esta tinha convidado um dos réus para manter relações sexuais. Este teria chamado o outro réu, o qual teria aceitado o convite:

*"(…) a própria vítima abriu a porta de madrugada, sendo estranho (sic) a justificativa de que abriu porque caso contrário seria pior. Se tivesse alguma ameaça efetiva naquele momento, poderia ter gritado ao invés de abrir a porta. (…) a vítima não viu tal canivete, referindo apenas que os réus teriam dito que usariam. (…) não há lesões parentes nos braços e pescoço, indicativos de que tenha sido segurada, mas apenas duas escoriações nas pernas, que não podem dar certeza quanto às relações forçadas"*.

Está demonstrada a idéia de que a vítima não utilizou todos os meios possíveis para evitar o estupro. Isso porque ela abriu a porta de sua casa, diante da ameaça dos agressores, quando deveria, por exemplo, ter buscado ajuda, gritando por socorro. A vítima teria, ainda, segundo a argumentação, condições de enfrentar os dois réus, pois eles não estariam armados, já que não mostraram o canivete que diziam possuir. Por fim, as lesões verificadas denotam que a vítima não teria se debatido o suficiente, a indicar que não opôs efetiva resistência às relações sexuais.

A vítima do caso nº 2[[240]](#footnote-240), com treze anos de idade, teria sido estuprada durante três dias por um colega de trabalho de seu pai. O réu e a vítima teriam conversado algumas vezes por telefone e decidiram se encontrar. Levou a adolescente, então, a um hotel e a estuprou, tendo mantido a vítima durante três dias consigo. *"A vítima afirmou que eles trocaram de hotel, e sabendo que o réu não estava armado, a vítima poderia ter gritado, chamado a atenção, ou, até, fugido para longe do réu, o que não foi feito no caso dos autos"*. Verifica-se que, para o julgador, é desconsiderado o temor que uma vítima de estupro pode sentir de seu algoz, sendo que apenas a mulher que grita, se debate e tenta fugir quer realmente mostrar o não consentimento.

3. O sistema de justiça penal e sua atuação em relação à vítima mulher nos delitos de estupro

Trataremos agora da verificação dos instrumentos normativos protetivos dos direitos humanos das mulheres, verificando de que forma elas seriam protegidas juridicamente de uma eventual ação discriminatória por parte do Poder Judiciário. No que tange aos direitos consagrados em documentos internacionais, podemos mencionar, dentre outros, a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres, aprovada em 1979 na Assembléia Geral das Nações Unidas, a qual traz, em seu artigo 2º, o comprometimento dos Estados signatários de *"garantir, através de tribunais nacionais competentes (...) a proteção das mulheres contra qualquer ato de discriminação"* (alínea *c*), bem como de *"tomar todas as medidas necessárias (...) para modificar ou abolir (...) costumes ou práticas existentes que constituam uma discriminação contra as mulheres"* (alínea *f*)[[241]](#footnote-241).

A Conferência de Viena (Conferência Mundial sobre Direitos Humanos), aprovada em 1993 em Viena, *"destaca, especialmente, a importância do trabalho destinado a eliminar a violência contra a mulher na vida pública e privada"* e *"a eliminar os preconceitos de sexo na administração da justiça"*.

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, adotada pela Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos em 1994 e ratificada pelo Brasil em 1995 é, sem dúvida um instrumento de suma importância no que tange ao combate à violência de gênero. É proclamado, no artigo 3º, que *"toda mulher tem direito a uma vida livre de violência, tanto no âmbito público como no privado"*. O artigo 4º menciona, ainda, *"o direito à igualdade de proteção perante a lei e da lei"*.

Como afirmei em outro lugar, o Direito, ainda que de forma bastante incipiente, e graças mais aos instrumentos internacionais de proteção de direitos humanos do que aos mecanismos jurídicos internos, já estabeleceu princípios e normas mínimas de proteção aos *“direitos sexuais”*[[242]](#footnote-242). Esses compreendem

*“a) o direito a decidir livre e responsavelmente sobre a sua sexualidade; b) o direito a ter controle sobre o seu próprio corpo; c) o direito a viver livremente a sua orientação sexual, sem sofrer discriminação, coação ou violência; d) o direito a receber educação sexual; e) o direito à privacidade; f) o direito a fruir do progresso científico e a consentir livremente à experimentação, com os devidos cuidados éticos recomendados pelos instrumentos internacionais; g) o direito de ter a prática sexual desvinculada da gerência do Estado e da reprodução e h) a sexualidade como direito de personalidade.”*[[243]](#footnote-243)

Quanto à Constituição Federal, o princípio da dignidade da pessoa humana, disposto no artigo 1º, inciso III[[244]](#footnote-244), é um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito[[245]](#footnote-245). Para Sarlet, a consagração do princípio da dignidade da pessoa humana na Constituição Federal decorre do fato de que o ser humano, tão somente em virtude de sua condição biológica humana, e independentemente de qualquer outra circunstância, é titular de direitos que devem ser reconhecidos e respeitados pelos seus semelhantes e pelo Estado. O autor salienta que a dignidade da pessoa humana é inalienável e irrenunciável, pois existente e inerente a todos os seres humanos[[246]](#footnote-246).

A Constituição Federal consagra, ainda, em seu artigo 5º, os direitos à liberdade e à igualdade[[247]](#footnote-247). O inciso I do mesmo dispositivo prescreve explicitamente a igualdade entre mulheres e homens[[248]](#footnote-248). Portanto, na esteira dos preceitos constitucionais, as mulheres têm direito à liberdade sexual. A Carta Magna veda, ainda, o tratamento desigual entre os gêneros. O tratamento igualitário inclui aquele a ser dado pelo Estado, através do Poder Judiciário.

No que se refere ao Código Penal, tem-se que o delito de estupro está tipificado no artigo 213[[249]](#footnote-249). A questão está centrada na ausência de consentimento da vítima, não havendo referência ao momento em que o não consentimento deve ser verificado, do que se denota que ele pode ocorrer inclusive quando o ato sexual inicialmente consentido já teve início. Não são exigidos, ainda, meios específicos para a configuração da grave ameaça, como, por exemplo, a utilização de uma arma.

O bem jurídico protegido nos crimes sexuais é a liberdade de dispor do próprio corpo e da sexualidade[[250]](#footnote-250). Portanto, é a liberdade sexual de qualquer mulher que é tutelada, e não a honra, seja da mulher ou de sua família, por exemplo, que se pretende resguardar ao tipificar o estupro como crime. Por fim, não está prevista no tipo penal do estupro nenhuma condição subjetiva em relação à vítima, como a honestidade ou a conduta sexual[[251]](#footnote-251). Dessa forma, a análise do comportamento da vítima deveria limitar-se ao seu consentimento para a prática do ato sexual, não tendo relevância para tal averiguação a sua vida pregressa.

Verificados os instrumentos normativos nacionais e internacionais que visam à proteção das mulheres, coibindo a violência de gênero, passaremos a analisar se o Poder Judiciário pratica, nos casos expostos no item 2, uma violência de gênero institucional, revitimizando as mulheres. Podemos dizer que a reprodução das desigualdades de gênero nas decisões judiciais tem ocorrido porque o Poder Judiciário, assim como as demais instituições estatais e sociais, reproduz acriticamente idéias e estereótipos sociais, pois é parte da sociedade[[252]](#footnote-252).

Tal situação pode ser verificada, segundo Barsted, porque os julgadores estão imersos numa cultura na qual foram naturalizados determinados papéis tendo sido, dessa forma, cúmplices da violência simbólica praticada contra as mulheres, já que por suas decisões são passadas mensagens políticas. Essa política do Poder Judiciário é havida pela autora como incentivadora da violência de gênero[[253]](#footnote-253). Izumino sustenta que a Justiça, a partir do modelo liberal, é definida como instância privilegiada de resolução dos conflitos, em que estaria preservada a igualdade de todos os cidadãos. No entanto, na prática, o Judiciário tem se apresentado muito mais como instância meramente reprodutora das desigualdades[[254]](#footnote-254).

A política do Judiciário, nesse sentido, parece estar sendo a da tolerância da violência contra a mulher ou, pelo menos, contra algumas mulheres (aquelas que não correspondem ao ideal referente ao gênero feminino). Pode-se dizer que o princípio da igualdade não tem sido aplicado em vários casos analisados, quando apenas a conduta da mulher é analisada, recaindo o julgamento sobre a sua adequação ou não ao papel social que lhe caberia.

Quanto à forma com que a vítima mulher tem sido tratada no julgamento dos delitos de estupro, temos que o que estaria em julgamento não é o crime, mas a adequação dos envolvidos aos papéis sexuais socialmente definidos, ou seja, ao gênero[[255]](#footnote-255). No julgamento de um crime sexual se está julgando simultaneamente, confrontados numa forte correlação de forças, a pessoa do autor e da vítima, ou seja, o seu comportamento e a sua vida pregressa. Nessa arena estaria em jogo, para a mulher, a sua reputação sexual, que é uma variável tão decisiva para o reconhecimento da vitimação sexual feminina quanto a variável *status* social o é para a criminalização masculina. Logo, o sistema penal, no campo da moral sexual, tem promovido uma inversão dos papéis e do ônus da prova. Assim, a vítima acaba por ver-se *"julgada"*, incumbindo-lhe provar que é uma vítima real, e não simulada[[256]](#footnote-256).

A vítima teria que provar, dessa forma, estar apta a receber a proteção penal, ao atestar sua conduta moral, o que faz com que, além da violência real, a mulher esteja sofrendo ainda a violência institucional[[257]](#footnote-257). A vítima vê-se obrigada, dessa forma, a provar que não contribuiu para a ocorrência do delito e que vive de acordo com o papel determinado pelos padrões sociais pré-estabelecidos[[258]](#footnote-258).

Haveria, dessa forma, uma lógica específica acionada para a criminalização das condutas sexuais que deve ser encarada como uma sublógica da seletividade, pois consiste não apenas na seleção estereotipada de autores, como na seleção estereotipada de vítimas, de forma relacional. Essa seleção das vítimas seria assentada, nuclearmente, na reputação sexual. A vitimação seletiva das mulheres obedece, assim, à proteção seletiva do bem jurídico moral sexual, sendo que a moral sexual dominante seria simbolizada no conceito de *"mulher honesta"*[[259]](#footnote-259).

O sistema da justiça penal não só tem sido um meio ineficaz para a proteção das mulheres contra a violência sexual, como também tem duplicado a violência de gênero. Andrade, ao sustentar a ineficácia do sistema penal, o critica em dois níveis:

*“num sentido fraco, o sistema penal é ineficaz para proteger as mulheres contra a violência porque, entre outros argumentos, não previne novas violências, não escuta os distintos interesses das vítimas, não contribui para a compreensão da própria violência sexual e gestão do conflito ou muito menos para a transformação das relações de gênero. (…) Num sentido forte, o sistema penal duplica a vitimação feminina porque além de vitimadas pela violência sexual as mulheres o são pela violência institucional que reproduz a violência estrutural das relações patriarcais e de opressão sexista, sendo submetidas a julgamento e divididas. (…) Num sentido forte, pois, o sistema penal expressa e reproduz, do ponto de vista da moral sexual, a grande linha divisória e discriminatória entre as mulheres tidas por honestas (cidadãs de primeira categoria) que merecem respeito e proteção social e jurídica e as outras (cidadãs de segunda categoria) que a sociedade abandona na medida em que se afastam dos padrões de comportamento estritos que o patriarcalismo impõe à mulher.”*[[260]](#footnote-260)

Isso ocorre porque se trata de um sistema de controle social seletivo e desigual e porque é, ele próprio, um sistema de violência institucional que exerce seu poder e seu impacto também sobre as vítimas[[261]](#footnote-261). O sistema penal tem expressado e reproduzido, do ponto de vista da moral sexual, a linha divisória e discriminatória das mulheres tidas por honestas e desonestas, sendo que as últimas seriam inclusive capazes de falsear um crime horripilante como o estupro para reivindicar direitos que não lhes caberiam[[262]](#footnote-262).

O exposto faz com que pensemos que o bem protegido no delito de estupro não é a liberdade sexual feminina, mas a moral sexual dominante. Isso porque a sexualidade feminina referida ao coito vaginal diz respeito à reprodução. Então, a função reprodutora é que tem encontrado proteção, sob a forma da sexualidade honesta. Ao proteger tal função, mediante a proteção seletiva da mulher honesta, se está protegendo, latentemente, a unidade familiar[[263]](#footnote-263).

Não defendemos aqui a despenalização dos crimes sexuais, já que o Direito Penal possui como uma de suas funções a repressão, o que é de grande valia para defender as potenciais vítimas de violência, cuja prática, certamente, deixará marcas psicológicas por toda a vida. No entanto, pelo fato de o sistema penal ser uma instituição que tem reproduzido valores sociais, torna-se necessário que a sociedade reveja seus valores e que os operadores jurídicos sejam capazes de introduzi-los (os novos valores, calcados na igualdade) no discurso jurídico.

Ainda que a sociedade em geral reproduza valores que perpetuam desigualdades, o Direito possui instrumentos que as podem fazer cessar, ao menos em casos específicos. Pelo exposto, torna-se possível concluir que é possível que a violência de gênero não seja mais reproduzida pelo Poder Judiciário. Para tanto, faz-se necessária a inclusão, não somente do paradigma de gênero, mas também de outros, tais como o de etnia, o de classe social, o de orientação sexual, o de idade cronológica etc, para que possamos construir uma sociedade justa, inclusiva e igualitária, na qual esse Poder seja um instrumento de garantia dos direitos humanos, e não de sua negação.

**Notas conclusivas**[[264]](#footnote-264)

Ao analisar a temática da violência contra a mulher a partir de uma abordagem de gênero, elevamos a discussão a um outro patamar, percebendo que as desigualdades são passíveis de mutação. Estando as desigualdades de gênero arraigadas de tal forma em nossa sociedade, tem sido as mesmas reproduzidas pelo Poder Judiciário, quando do julgamento dos delitos de estupro. Pela identificação de cargas valorativas de gênero no discurso dos julgadores, demonstrou-se que o seu filtro de imparcialidade não tem percebido as desigualdades de gênero, fazendo com que o Poder Judiciário reproduza papéis sociais.

Tal atuação é contrária ao que dispõem os instrumentos normativos que protegem os direitos humanos das mulheres, contra o próprio Código Penal Brasileiro, contra os preceitos constitucionais da dignidade da pessoa humana, da igualdade e da liberdade. Também não leva em consideração os instrumentos internacionais que visam a proteger as mulheres de todo e qualquer tipo de violência, negando, ainda, os direitos sexuais, reconhecidos como direitos humanos.

Tem-se, dessa forma, que o Poder Judiciário tem praticado uma forma de violência de gênero, qual seja, a violência institucional. Isso porque, ao reproduzir as desigualdades de gênero em suas decisões, os julgadores acabam por julgar a vítima, ou melhor, por julgar a sua adequação ao papel de gênero feminino tido por ideal. Portanto, demonstra-se que o sistema de justiça penal tem sido ineficaz na proteção das mulheres contra a violência sexual, já que, na busca de uma solução para o seu problema, a mulher vê-se revitimizada.

**Referências bibliográficas**

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Criminologia e feminismo: da mulher como vítima à mulher como sujeito. In: CAMPOS, Carmen Hein de (org.). *Criminologia e feminismo*. Porto Alegre: Sulina, 1999, p. 105-117.

\_\_\_\_\_\_. Violência sexual e sistema penal: proteção ou duplicação da vitimação feminina?. In: DORA, Denise Dourado (org.). *Feminino masculino*: igualdade e diferença na justiça. Porto Alegre: Sulina, 1997, p. 105-130.

BARSTED, Leila Linhares. Metade vítimas, metade cúmplices?: a violência contra as mulheres nas relações conjugais. In: DORA, Denise Dourado (org.). *Feminino masculino*: igualdade e diferença na justiça. Porto Alegre: Sulina, 1997, p. 73-84.

*Boletim IBCCRIM*, São Paulo, 2003, ano 11, n. 128, p. 713-714.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina.* Trad. Maria Helena Kühner. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. *Código penal*. 38. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

BRASIL. *Constituição federal*. 4. ed. São Paulo: Rideel, 1999.

BUGLIONE, Samantha.Reprodução e sexualidade: uma questão de justiça. In: BUGLIONE, Samantha (org.) *Reprodução e sexualidade*: uma questão de justiça. Porto Alegre: Themis – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero/Sergio Antonio Fabris Editor, 2002, p. 123-176.

CAMPOS, Carmen. Da violência real à institucional: do Direito Penal clássico ao moderno. *Cadernos Themis Gênero e Direito*: crimes sexuais, Porto Alegre, 2000, ano 1, n. 1, p. 30-39.

CARDOSO, Nara Maria Batista. Mulher e maus-tratos. In: STREY, Marlene Neves (org.). *Mulher, estudos de gênero*. São Leopoldo: Unisinos, 1997, p. 127-138.

CHAUI, Marilena de Souza. *O que é ideologia*. 37. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CITELI, Maria Teresa. Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 2001, v. 9, n. 1, p. 131-145.

CRUZ, Rúbia Abs. Os crimes sexuais e a prova material. *Cadernos Themis Gênero e Direito*: direitos sexuais, Porto Alegre, 2002, ano III, n. 3, p. 79-100.

GIDDENS, Anthony.  *A transformação da intimidade*: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1993.

GROSSI, Miriam; HEILBORN, Maria Luiza; RIAL, Carmen. Entrevista com Joan Wallach Scott. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 1998, v. 6, n. 1, p. 110-129.

GUIMARÃES, Marilene Silveira. A igualdade jurídica da mulher. In: STREY, Marlene Neves (org.). *Mulher, estudos de gênero*. São Leopoldo: Unisinos, 1997, p. 29-38.

HEILBORN, Maria Luiza. Corpo, sexualidade e gênero. In: DORA, Denise Dourado (org.). *Feminino masculino*: igualdade e diferença na justiça. Porto Alegre: Sulina, 1997, p. 47-58.

IZUMINO, Wânia Pasinato. *Justiça e violência contra a mulher*: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero. São Paulo: Annablume; Fapesp, 1998.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MUSZKAT, Malvina Ester. Violência de gênero e paternidade. In: ARILHA, Margareth; UNBEHAUM, Sandra G.; MEDRADO, Benedito (orgs.). *Homens e masculinidades*: outras palavras. São Paulo: Ecos; 34, 1998, p. 215-234.

PIMENTEL, Silvia; SCHRITZMEYER, Ana Lúcia P.; PANDJIARJIAN, Valéria. *Estupro: crime ou "cortesia"?* Abordagem sociojurídica de gênero. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1998.

SAFFIOTI, Heleieth; ALMEIDA, Suely Souza de. *Violência de gênero*: poder e impotência. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais*. 3. ed. rev. atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 1990, p. 10-34.

SIMIONI, Fabiane; CARLOS, Paula Pinhal de; SCHIOCCHET, Taysa. Saúde, sexualidade e adolescentes no contexto jurídico brasileiro. In: *Campaña por la convención de los derechos sexuales y los derechos reproductivos*. Serias para el debate nº 2. Lima, Peru: CLADEM, 2003, p. 9-28.

STRECK, Lenio Luiz. Os crimes sexuais e o papel da mulher no contexto da crise do Direito: uma abordagem hermenêutica. *Cadernos Themis Gênero e Direito*, Porto Alegre, 2002, ano III, n. 3, p. 135-164.

STREY, Marlene Neves *et alli*. Mulher, gênero e representação. In: STREY, Marlene Neves (org.). *Mulher, estudos de gênero*. São Leopoldo: Unisinos, 1997, p. 79-98.

\_\_\_\_\_\_; WERBA, Graziela C. Longe dos olhos, longe do coração…: ainda a invisibilidade da violência contra a mulher. In: GROSSI, Patrícia Krieger &WERBA, Graziela C. (orgs.). *Violências e gênero*: coisas que a gente não gostaria de saber. Porto Alegre: Edipucrs, 2001, p. 71-82.

THEMIS - Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero. *Direitos sexuais e reprodutivos*: instrumentos internacionais de proteção. Porto Alegre: Themis - Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, 1997.

VANCE, Carole S. A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. *Physis*: revista de saúde coletiva, Rio de Janeiro, 1995, v. 5, n. 1, p. 7-31.

WARAT, Luiz Alberto. *O direito e sua linguagem*. Col. Leonel Severo Rocha. 2ª versão. 2. ed. aum. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1995.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 2001, v. 9, n. 2, p. 452-468.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Ideologia, estado e direito*. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

ZÜWICK, Ana Maria. O corpo violado. In: GROSSI, Patrícia Krieger; WERBA, Graziela C. (orgs.). *Violências e gênero*: coisas que a gente não gostaria de saber. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p. 83-94.

|  |  |
| --- | --- |
| Nome : SUBMISSÃO E RESISTÊNCIA: EXPLODINDO O DISCURSO PATRIARCAL DA DOMINAÇÃO FEMININA | **A 015**  **Menção**  **Honrosa** |
| Autora/o: Martha Giudice Narvaz |
| Orientadora/o : Sílvia Helena Koller |
| IES: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Instituto de Psicologia  Programa de Pós-Graduação em Psicologia |
| Cidade/Estado: Porto Alegre, RS |
| Outras Informações: Mestre e estudante de Doutorado |

**I. Introdução**

“*Houve um tempo em que não eras uma escrava, lembra-te disso.*

*Caminhavas sozinha, alegre, e banhavas-te com o ventre nu.*

*Dizes que perdeste toda e qualquer lembrança disso, recorda-te...*

*Dizes que não há palavras para descrevê-lo, dizes que isso não existe.*

*Mas lembra-te. Faze um esforço e recorda-te.*

*Ou, se não o conseguires, inventa*”.

‘*Les Guérillères*’

Monique Witting

Consoante com as epistemologias feministas, que advogam a ligação do fazer acadêmico com as práticas e lutas sociais (Harding, 1986; Neves & Nogueira, 2003), este trabalho é resultado da articulação entre a pesquisa acadêmica, a clínica feminista e a política, trajetória que culminou com a pesquisa de mestrado em Psicologia, realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e intitulada "*Submissão e Resistência: Explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina"* (Narvaz, 2005).Esta investigação, a partir da qual são tecidas as considerações nesta monografia, tenciona explodir o discurso patriarcal da dominação feminina, segundo o qual as mulheres são apenas vítimas submissas das violências que sofrem. Nesse sentido, busca problematizar os discursos condenatórios das mulheres vítimas de violência e, em especial, das mães das vítimas de incesto, acusadas de coniventes e de culpadas pelo abuso sofrido pelas filhas.

O interesse por este tema emergiu de narrativas coletivas que se construíram no cotidiano de minha prática enquanto terapeuta de famílias e de grupos de mulheres e de meninas vítimas de várias formas de violência, sobretudo de violência sexual. Também minha inserção em outros espaços institucionais enquanto militante de Movimentos de Mulheres levou-me a refletir acerca das possibilidades de intervenção com famílias abusivas e com as redes sociais em que estavam inseridas com vistas ao empoderamento das mulheres e das meninas vítimas de violência. Nesta trajetória, minha escuta ocorria não só em relação às subjetividades vitimadas, mas fundamentalmente à dinâmica social e comunitária em que estavam inscritas. Ao dar voz àquelas mulheres no espaço de confiança e confidencialidade oportunizado pela terapia familiar e pelos grupos terapêuticos (Narvaz, Berwanger, Brusius & Rosa, 2000), desvelaram-se inúmeros segredos de vitimização, tanto passada quanto atual: aquelas mulheres-mães tinham sido vítimas de diversas formas de abuso em sua infância, inclusive sexual, bem como viviam, na atualidade, relacionamentos conjugais abusivos. Tais mulheres relatavam sofrer violência emocional, econômica e física dos atuais parceiros, abusadores sexuais de suas filhas, que, muitas vezes, faziam uso de drogas psicoativas e mostravam-se violentos no contexto familiar (Narvaz, 2002b, 2003).

Iniciei, então, minha busca pela compreensão das dinâmicas familiares e sociais dos contextos abusivos, identificando um padrão de transmissão transgeracional da violência, no qual os aspectos de gênero apareciam profundamente implicados (Narvaz, 2002, 2003; Narvaz & Koller, 2004). As falas daquelas mulheres e meninas denunciavam que suas tentativas de rompimento com as situações de abuso sexual geralmente eram mal acolhidas pelos órgãos de denúncia legal e pelo sistema de saúde aos quais recorriam. As crianças e as mulheres diziam-se desacreditadas ao realizarem seus relatos e, quando o faziam, não contavam com a proteção familiar, comunitária e institucional de que necessitavam. Permaneciam, assim, em situação de vulnerabilidade diante do medo de retaliação do agressor, uma vez denunciado. Por não acreditarem na real possibilidade de rompimento com a condição de assujeitamento e dominação impetrada pela violência, estas mulheres e meninas suportavam, às vezes por muitos anos, situações abusivas. Diante disso, silenciavam, mãe e filha, ambas vítimas de um sistema social opressor e hierárquico que não lhes oferecia suporte para a superação de sua condição de subordinação. A escuta daquelas famílias, em especial das mulheres e meninas, revelou-me, ainda, o despreparo das instituições para a acolhida das denúncias das violações que sofriam. Impregnadas por discursos que postulavam as teses da provocação e da sedução feminina, do silêncio, da conivência e da culpabilidade materna essas instituições, implícita e, por vezes, explicitamente, responsabilizavam as mulheres e as meninas pelos abusos sofridos. Instituições que deveriam ser instrumentos de garantia de direitos, de promoção de saúde e de proteção integral, constituíam-se em dispositivos disciplinares e de re-vitimização.

Comprometida com a denúncia da violência e dos processos mantenedores da posição de dominação das mulheres, meu interesse de pesquisa localizava-se, inicialmente, na problematização dos discursos que atribuíam às mulheres, mães das vítimas de incesto, o papel de coniventes e de culpadas pelo abuso das filhas. No resgate da genealogia desses discursos, desvelou-se a ideologia patriarcal que os constituíram, a qual interessa manter as mulheres em uma posição de dominação. Uma vez que as subjetividades são engendradas pelos discursos que as constituem (Butler, 2003; Foucault, 1995), ao denunciar apenas a dominação a que têm sido submetido o feminino em nossa sociedade, corre-se o risco de mantê-las numa posição homogênea de vítimas, anulando suas singularidades e suas competências. Ao (des)construir o discurso homogeneizante de vitimização das mulheres, podem emergir outros discursos e, com eles, novos olhares sobre subjetividades não só assujeitadas (Butler, 2003). Para efetivamente romper com a formação discursiva de vitimização do feminino, na qual também meu discurso encontrava-se capturado, foi necessário, então, dar visibilidade às estratégias de resistência feminina diante das violências sofridas e resgatar a condição das mulheres enquanto também protagonistas de suas histórias (Soihet, 1997; Strey, 2000, 2004). O objetivo do estudo ampliou-se, envolvendo a investigação das diferentes posições assumidas pelas mulheres diante das violências sofridas, não só de submissão, mas também de resistência. Nesse sentido, as questões de pesquisa que tomaram corpo na presente investigação, são: quem são as mães das vítimas do incesto? que discursos têm sido produzidos sobre as mulheres-mães das vítimas de incesto? quais as histórias de vida destas mulheres? que discursos têm sido produzidos sobre as mulheres ao longo da história? quais as possíveis articulações entre estes discursos e a dinâmica da violência contras as mulheres e contra as meninas? como se articulam os aspectos de poder e gênero na produção desses discursos e na dinâmica das famílias violentas e incestuosas? seriam estas mulheres, na atualidade, igualmente vítimas dos abusos masculinos? são cúmplices, coniventes e, portanto, culpadas as mães das vítimas de incesto pela violação sofrida por suas filhas? essas mulheres teriam sido também vítimas de abuso sexual em sua infância? pode-se falar em um padrão de transmissão transgeracional no abuso sexual? que processos estariam presentes na reprodução do abuso sexual ao longo de gerações? que efeitos o abuso vivido na infância destas mulheres teria produzido em sua subjetividade? as violências sofridas, tanto passadas quanto atuais, interferem no enfrentamento do incesto (re)vivido pelas mulheres-mães através do abuso de suas filhas? de que recursos dispõem para o enfrentamento dos abusos sofridos tanto por elas quanto pelas filhas? que alternativas os contextos sociais e comunitários oferecem para a superação destas violações? Ao investigar as estratégias de resistência das mulheres diante da dominação patriarcal, damos visibilidade às competências de mulheres e de meninas com vistas ao seu empoderamento (Leon, 2000), daí a relevância científica, social e política deste trabalho.

**II. MÉTODO**

**1. Objetivos**

O objetivo deste trabalho é o de investigar as diferentes posições (de submissão e de resistência) ocupadas por uma mulher, mãe de meninas vítimas de incesto, diante das violências sofridas por ela e por suas filhas.

**2. Delineamento**

Esta investigação foi estruturada com base no delineamento do Estudo de Caso (Yin, 1994). A unidade de análise principal deste estudo refere-se às posições de submissão e de resistência identificadas na História de vida de uma mulher-mãe de vítimas de incesto.

**2.1 Participante**

Participou do estudo uma mulher-mãe, vítima de várias formas de violência, tanto em sua infância quanto em sua vida adulta, cujas filhas foram vítimas de incesto perpetrado pelo padrasto. Foram nomeadas, ficticiamente, as pessoas envolvidas no estudo para facilitar a compreensão dos processos descritos. A participante, será denominada Iara; suas filhas serão chamadas Ana, a mais velha, e Vanessa, a caçula. O filho de Iara será chamado Gabriel. Os parceiros sexuais e conjugais, citados por Iara, com os quais manteve relacionamentos ao longo de sua história de vida serão chamados Paulo, Pedro, João, José e Aquiles.

Iara é uma mulher, de 45 anos de idade, pobre, residente de uma vila da periferia da cidade de Porto Alegre. Apesar da simplicidade de sua vestimenta, Iara tinha uma aparência cuidada, aparentando menos idade do que sua idade cronológica. De estatura mediana, Iara é filha de mãe índia. A tez morena e seus traços faciais revelam a miscigenação típica de sua descendência. Iara conviveu pouco tempo com seus pais biológicos na infância. A mãe, segundo ela, abandonou a família em função de um amante quanto Iara tinha cerca de quatro anos de idade. Iara e o irmão ficaram, então, aos cuidados do pai e da família paterna. Iara foi vítima de abuso sexual pelo tio paterno nessa época, quanto tinha cerca de quatro anos de idade. O pai de Iara, encontrando outra companheira, deixa a família paterna e os filhos. Iara é levada pela mãe para uma família substituta, onde sofre diversas formas de violência. O irmão permaneceu aos cuidados da mãe de Iara. Com cerca de 13 anos, Iara foge dos maus tratos e vai ao Juizado de Menores, sendo entregue a outra família, quem considera sua mãe adotiva. Iara mora com a mãe adotiva até seus 17 anos, quando, segundo ela, é “devolvida” pela mãe adotiva para a mãe biológica. Mais ou menos nessa ocasião, aos 17 anos, Iara sofre assédio sexual de seu dentista e engravida pouco tempo depois de um namorado, Paulo, ainda morando em São Paulo.

Desse relacionamento, com Paulo, Iara teve sua primeira filha, Ana. Iara e Paulo não se casaram legalmente, morando juntos durante apenas um ano. Segundo ela, o relacionamento não deu certo porque Paulo bebia e a agredia fisicamente. Após, Iara foi morar em S. M., interior do Rio Grande do Sul, levando a filha Ana consigo. Relacionou-se com Pedro, com quem teve dois filhos, Gabriel e Vanessa. Segundo Iara, Pedro fazia brincadeiras de cunho sexual com a filha Ana, mas nunca soube se houve abuso sexual. Pedro também era abusador de álcool, de drogas e violento fisicamente com Iara. Pedro, conforme relato de Iara, vendo que esta não tinha condições econômicas de cuidar do filho Gabriel, então com dois anos de idade, entrega o menino para ser criado por sua irmã, em Porto Alegre. Depois deste relacionamento, que durou cerca de dois anos, Iara veio morar na Grande Porto Alegre, a fim de ficar mais perto de seu filho. Teve um terceiro companheiro, João, com quem se casou legalmente, convivendo com ele durante cerca de quatro anos. Nesse período, a filha Ana ficava, segundo Iara, um pouco com ela, um pouco no internato, um pouco com sua mãe biológica e um pouco com sua mãe adotiva, em S. P. Iara relatou não nutrir sentimentos amorosos por João, que não a satisfazia sexualmente, mas lhe oferecia uma casa e uma família. Iara referiu tratar muito mal este companheiro, sendo agressiva inclusive fisicamente com ele. João não era agressivo fisicamente com Iara, mas bebia e a agredia verbalmente, diz ela. Quando Iara discutia com João, voltava para S. M. e ficava lá um tempo com o companheiro anterior, Pedro, engravidando então da filha caçula, Vanessa. Retornando a Porto Alegre, voltou a morar com João que, mesmo sabendo não ser o pai biológico do bebê, assumiu a paternidade da menina, provendo alimentos à Vanessa até hoje. Enquanto morava com João, Iara conheceu seu quarto companheiro, José, com quem iniciou um relacionamento. Segundo Iara, José era um homem violento, ex-presidiário e abusava de álcool. José expulsou João de casa e passou a conviver com Iara e com suas filhas, Ana e Vanessa. José abusou sexualmente de Ana durante o período em que ela morou com a mãe, sendo agressivo física e emocionalmente tanto com Ana quanto com Iara. Iara e José estão separados há cerca de dois anos, período em que Iara começa a relacionar-se com Aquiles. O quinto e atual companheiro de Iara, Aquiles, é filho adotivo de José, que freqüentava a casa da família. Iara vive maritalmente com Aquiles há cerca de dois anos. Aquiles tem 23 anos de idade e trabalha com Iara vendendo churrasquinhos. Iara já trabalhou como empregada doméstica e babá de crianças em casas de família. No momento, nenhum dos filhos reside com Iara. Em função do abuso cometido por José, Ana fugiu de casa aos 15 anos de idade e foi para um abrigo, não tendo mais contato pessoal com a mãe há cerca de dez anos. O filho, Gabriel, atualmente com 21 anos de idade, desde os dois anos de idade foi criado pela madrinha e tia paterna, com quem reside até hoje em Porto Alegre. Ambos, Ana e Gabriel, não têm contato com a mãe, falando-se ocasionalmente apenas por telefone. Os irmãos também não têm contato entre si. A filha caçula, Vanessa, atualmente com 14 anos, sempre residiu com Iara. Entretanto, há cerca de um mês, devido à suspeita de abuso sexual que também Vanessa estaria sofrendo por parte de José, que continuou freqüentando a casa de Iara, Vanessa foi morar com o pai adotivo, João. Vanessa e Iara continuam em contato. Iara, embora não tendo acreditado em Ana acerca do abuso cometido na época por José, diz ter acreditado e defendido Vanessa contra os assédios do padrasto. Atualmente, Iara tem tomado todas as providências legais de denúncia do abuso e de avaliação psicológica que estão sendo efetivadas no Centro de Referência ao Atendimento da Infância e Adolescência (CRAI), especializado no atendimento a situações de violência, sediado na instituição onde foi realizado o presente estudo.

**2. 2 Instrumentos e procedimentos**

Após a aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, foi feito contato com a instituição na qual foi realizada a investigação, um ambulatório de atendimento a famílias e vítimas de violência da rede pública de saúde de Porto Alegre. O projeto de pesquisa também foi submetido à apreciação do Comitê de Ética da referida instituição. Concluída esta etapa, foi solicitado o encaminhamento de possíveis participantes.. Uma vez encaminhada, a participante foi entrevistada individualmente. A entrevista foi gravada e posteriormente transcrita. Dada a extensão e a complexidade do estudo, foram realizadas duas entrevistas com Iara, totalizando cerca de cinco horas de duração. As entrevistas foram realizadas na própria instituição. Foi utilizada para a coleta dos dados uma entrevista semi-estruturada incluindo dados biodemográficos e questões referentes aos objetivos investigados.

**2. 3 Questões éticas**

Todo o processo de pesquisa foi realizado dentro dos Critérios da Ética na Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução n. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (1996). O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética da Instituição em que se desenvolveu a investigação, formulando-se Consentimento Livre e Esclarecido e Autorização para gravação da entrevista em audiotape, que foram lidos e preenchidos pela participante. Foram também fornecidas todas as informações referentes aos objetivos da investigação. Uma vez que a temática investigada é bastante mobilizadora, foi assegurada a interrupção do processo de entrevista caso se percebesse algum desconforto prejudicial à participante, bem como esta poderia também solicitar a interrupção da entrevista. Foi oferecido apoio para questões mobilizadoras durante e após a realização das entrevistas.

**2.4 Análise dos dados**

Os dados coletados a partir das falas da participante foram submetidos à Análise de Discurso Francesa de Michel Pêcheux (Pêcheux, 1969/1983). O objeto da análise do discurso é desvelar o funcionamento dos textos observando sua articulação com as formações ideológicas presentes em determinado contexto. O processo de analisar um discurso consiste em desvelar a estrutura invisível que determina sua produção. Neste trabalho, a análise dos efeitos de sentido dispersos nos enunciados da participante buscou encontrar os elementos regulares que pudessem desvelar a formação discursiva dominante de seu discurso. Segundo a AD de Pêcheux, uma fala é um recorte das representações de um tempo histórico e de um espaço social (Brandão, 1993). Assim, a análise do discurso de uma única mulher remete-nos às condições de produção às quais estão capturados os discursos de muitas mulheres em determinado contexto histórico-social. Tal análise não ocorre descolada do olhar de seu interlocutor-analista do discurso que, ao interpretar o discurso, é também constituinte do seu processo de produção (Mutti, 2003).

**III. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os resultados serão apresentados e discutidos aqui de forma conjunta, uma vez que se encontram articulados à compreensão do problema investigado, sendo exemplificados por falas significativas da participante, destacadas em itálico ao longo do texto. Nesse sentido, foram identificados alguns fatores e processos que contribuíram à posição de silenciamento e de submissão da participante aos abusos sofridos, entre eles: vivências de violência na família de origem; a re-vivência do abuso sexual sofrido em sua infância e a falta de modelos de família protetiva; as estratégias de culpabilização das vítimas, acusadas de sedutoras pelo perpetrador do abuso; o desejo de ter uma família e de manter a família unida; a dependência emocional e econômica dos parceiros abusivos; o medo do companheiro abusivo, que era violento fisicamente fazia uso de álcool; a prescrição de obediência e submissão engendrada pelo poder patriarcal; e, a falta de apoio familiar, comunitárioe/ou social.A posição de resistência da participante e de suas filhas às violências sofridas que foram desveladas nesta investigação envolveu várias formas de transgressão aos ditames patriarcais a elas impostos, tais como fuga, a separação dos companheiros, a traição dos mesmos e a denúncia das violências sofridas. Contribuíram ao engendramento da posição de resistência a revolta causada pela opressão do poder patriarcal e o acesso a recursos de apoio familiar, comunitário, institucional e social competentes e efetivos disponíveis à participante e às suas filhas, inscrevendo-se, também como fator de apoio, a relação estabelecida com a pesquisadora durante as entrevistas realizadas para a investigação.

**A posição de submissão**

Destacam-se na história de vida de Iara as violências sofridas na infância e a falta de um modelo de família e de mãe protetivas ou de um cuidador não-abusivo capaz de proporcionar apoio emocional e adequado modelo de interação social nos casos de violência doméstica (Muller, Goebel-Fabri, Diamond & Dinklage, 2002). A falta destes modelos talvez esteja associada à repetição da experiência de negligência e de educação abusiva vivenciadas e sua infância. O risco de repetição é postulado aqui através da hipótese da transmissão transgeracional de padrões aprendidos, tanto de violência física quanto de violência sexual (Narvaz, 2002a, 2002b, 2003; Narvaz & Koller, 2004). Os resultados apontam, ainda, que as desigualdades de gênero, de classe social e de etnia, inscritos nas formações sociais patriarcais e capitalistas modernas contemporâneas (Pateman, 1993; Saffioti, 1979, 2001; Toledo, 2003), são fatores e processos presentes na dinâmica da violência sexual, da qual a participante deste estudo e suas filhas foram vítimas. Articulam-se, dessa forma, diversos elementos que parecem ter contribuído à posição de assujeitamento e de submissão às violências sofridas pelas mulheres, ao longo das gerações, da família pesquisada. A história de vida de Iara remete, assim, à subordinação e à dominação histórica do gênero feminino (Cardoso, 1997b; Narvaz & Koller, 2004; Strey, 2004).

A transmissão transgeracional da violência, em especial da violência sexual contra o gênero feminino, é uma transmissão histórica de padrões abusivos contra mulheres e meninas. A violência pressupõe dominação, expropriação e abuso de poder (Foucault, 1995; Ravazzola, 1997, 1999), sendo meninas e as mulheres as principais vítimas da violência sexual (Nunes, 1999; Werba & Strey, 2001). Tais violações são violências de gênero e violação dos direitos humanos das meninas e das mulheres (Negrão, 2002, 2004; Oliveira, 2004; Strey & Werba, 2001).

Ao gênero feminino é prescrito, ao longo da história, a obediência e a submissão aos desejos masculinos (Del Priore, 2001; Rago, 1997, 2001; Soihet, 1997). Valores que prescrevem a hierarquia, a obediência e a submissão do feminino ao masculino foram identificados em pesquisas recentes (Amendola, 2004; Carrasco, 2003; Cardoso, 1997a, 1997b; Meneghel & cols., 2003) que envolveram famílias, mulheres e meninas brasileiras vítimas de violências. Sustenta-se, assim, a hipótese da transmissão transgeracional da violência sexual ou transmissão transgeracional da violência de gênero (Narvaz & Koller, 2004), uma vez que as vítimas preferenciais da violência sexual pertencem ao gênero feminino (Werba & Strey, 2001). Uma vez que uma fala é um recorte das representações de um tempo histórico e de um espaço social (Brandão, 1993), as falas de Iara representam não só sua história de vida individual, mas a história de muitas mulheres brasileiras e pobres vítimas de várias formas de violência. Como refere Matos (2002, p.111) “A história coletiva e individual são inseparáveis (...). No instante atual se inscreve o passado mais remoto, assim como a cicatriz individual é histórica”.

Além da violência de gênero, Iara foi (ainda é) vítima das desigualdades de classe e de etnia que configuram a violência social e estrutural (Minayo, 1994) das famílias, em especial das mulheres (Prá, 2001), vítimas da feminização da pobreza. As violências sofridas na infância não são apenas lembranças ruins para Iara, mas realidades concretas que continuam a fazer parte do seu cotidiano. Iara seguiu sendo submetida a várias formas de violência perpetrada por seus companheiros, homens violentos e abusadores de álcool. Iara foi vítima de abuso emocional e de violência física em quase todas as relações conjugais que estabeleceu. Iara foi, ainda, vítima de violência sexual por José, abusador de suas filhas, “*que a forçava a ter relações sexuais com ele*”. As relações desiguais de poder que marcaram os relacionamentos conjugais de Iara podem ser identificadas também na obediência aos companheiros, “*que decidiam tudo, e ela obedecia*”.

Os ditames patriarcais que prescreveram à Iara a obediência à família na infância, parecem ter engendrado em sua subjetividade a idéia de que, desde menina, “*não tinha direitos, sem defesa* *nenhuma*”, comenta ela, ao referir-se aos abusos sofridos na família substituta. As violências sofridas por Iara como vítima e como testemunha da violência na infância (Koller, 1999) caracterizam a socialização violenta e autoritária da família patriarcal burguesa, matriz de submissão e de passividade (Reis, 1985). Essa socialização talvez tenha contribuído para a naturalização da violência nas relações conjugais vividas por Iara. A naturalização da violência, não só do abuso físico enquanto forma de disciplinamento (Narvaz & Koller, 2004), mas também dos abusos conjugais evidencia-se quando Iara conta, sem nenhum tom de questionamento em sua voz, que “*o vô batia na vó, mas ela não fazia nada*”. À semelhança da avó, Iara foi vítima de violência física conjugal e, mesmo tentando separar-se dos companheiros, voltava a conviver com os mesmos. As tentativas de separação do companheiro violento e a reconstituição da família foram identificadas como formas de resistência à violência conjugal em pesquisas com mulheres vítimas de violência (Carrasco, 2003; Meneghel & cols., 2003). Contudo, muitas destas mulheres agredidas por seus companheiros, mesmo após tentativas de separação, retornam a conviver com os mesmos ou, ainda, a violência volta a repetir-se com um novo companheiro, o que foi identificado na história de vida de Iara.

Conviver com a violência imposta pela socialização desigual e sexista de gênero desde tenra idade faz com que as práticas abusivas sejam naturalizadas e banalizadas. Essa aprendizagem acontece a partir da vivência de relações abusivas, como ator, vítima e testemunha da violência nas relações familiares e sociais (Koller, 1999). Testemunhar violência de forma reiterada pode conduzir a crenças de que a violência é um componente ‘normal’ em uma relação conjugal, de que não há outros tipos possíveis de relação entre homens e mulheres e que estas devem se submeter. Os papéis estereotipados de gênero veiculados pela cultura através da família tornam invisível tanto a produção e a reprodução da subordinação feminina (forma de violência simbólica e de gênero), quanto a violência física. Institucionalizadas pela cultura sexista através da prescrição de papéis sociais e familiares, a regra da subordinação e da obediência são absorvidas como fazendo parte da dinâmica familiar e como algo que não poderia ser evitado (Cardoso, 1997a, 1997b; Koller, 1999; Strey, 2000). Além disso, a naturalização e a institucionalização das relações violentas facilita a passividade e a submissão às situações de violência, que sequer são identificadas como tal (Ravazzola, 1997, 1999).

A submissão diante da violência e a permanência das mulheres e das meninas em relações abusivas têm sido interpretadas como consentimento, aquiescência ou passividade. A aparente passividade das mulheres diante da violência é oriunda da paralisia, do medo e do pânico do agressor, assinala Zuwick (2001). Iara explicita que, em especial José, o quarto companheiro, abusador de suas filhas, “*era um homem violento, ex-presidiário, capaz de tudo*”, tendo ameaçado Iara de morte. Evidencia-se aqui que a posição de submissão de uma mulher-mãe de vítimas de incesto está associada a repetidas vivências de violência ao longo de sua historia de vida, relações violentas assentadas em ditames patriarcais que prescrevem, há séculos, a obediência e a submissão das mulheres aos desejos e abusos masculinos através da violência e do medo. Segundo Azevedo e Guerra (1989, p.60), “os elementos mais vulneráveis dentro da casa são as mulheres que, por ignorância, medo e submissão à autoridade não ousam protestar”.

Há discursos que situam as mulheres como cúmplices de seus agressores (Gregori, 2003; Grossi, 2001), nos quais “a posição das mulheres oscila entre ser passivo, coisa e cúmplice do agressor” (Saffioti, 2001, p.127). Tais teorias remetem aos discursos científicos, incorporados pelos discursos sociais de culpabilização e de provocação feminina (Ravazzola, 1997, 1999). Discursos que atribuem às mulheres a produção de relações violentas, parecem desconsiderar que, nas situações de violência, não se pode atribuir igual responsabilidade a pessoas que têm diferentes percentuais de poder em uma relação, o que tem sido denunciado pelas feministas. Cabe retomar a diferença entre relações de poder e de dominação. Os abusos não são relações de poder, mas de dominação. Nos abusos, o poder está congelado, vertical, estático e não há possibilidade de inversão ou de resistência, uma vez que a resistência só é real para sujeitos livres (Foucault, 1995). A dominação se dá, então, de forma assimétrica, desigual, linear e vertical. A noção de circularidade confunde o entendimento das relações assimétricas, atribuindo complementaridade a pessoas que não a tem (Goldner, 1988; Ravazzola, 1999). Ao salientar o "*poder dos fracos*" nas relações complementares são mantidos os abusos de poder fora de foco, alheios à consciência crítica. Faz-se necessário considerar que a noção circular de poder e a idéia de Focault de que *“não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual; toda relação de poder implica, pelo menos de modo virtual, uma estratégia de luta*” (Foucault, 1995, p. 248) parece servir aos interesses de alguns mais do que de outros (Goldner, 1988). Assim, para “compreender o porquê de a mulher permanecer com quem a agride, torna-se necessário desvelar essa realidade oculta que oprime cotidianamente a mulher e a mantém no pólo da subordinação” (Cardoso, 1997b, p.136).

No discurso de Iara evidencia-se a prescrição patriarcal de obediência aos pais, na infância, e aos homens, na vida adulta. Essa prescrição aparece naturalizada em suas falas, o que nos permite concluir que, no engendramento da posição de submissão de Iara às violências sofridas, as questões da obediência, do poder patriarcal e da reprodução de padrões aprendidos desde a infância tiveram papel importante. Além destes fatores, a presença de alcoolismo na dinâmica das relações violentas confirma-se no relato de Iara. Segundo ela, os companheiros que faziam uso abusivo de álcool eram também violentos. O álcool desencadeava situações de violência, em especial se “*eu reagisse, tinha que ficar quieta*”, comenta ela. A associação entre alcoolismo, violência conjugal e incesto é descrita por Bass e Davis (1988), cuja estimativa é a de que cinqüenta por cento das vítimas de incesto e 74% das mulheres de famílias alcoólicas provêm de lares alcoólicos, sendo física, sexual e emocionalmente abusadas, o que se confirma aqui. Iara também vem de um lar em que o avô e o pai eram abusadores de álcool, sendo que o avô era violento com a avó. A associação entre violência conjugal, alcoolismo e permanência das mulheres em relações violentas tem sido descrita na literatura (Cardoso, 1997a, 1997b; Carrasco, 2003; Meneghel & cols., 2003). A relação entre alcoolismo e violência é, entretanto, tema controverso (ver Gomes e colaboradores, 2002). Nas falas de Iara, o alcoolismo parece justificar e atenuar comportamentos abusivos, tanto dos companheiros quanto o seu próprio.

Tais aspectos remetem à questão do poder e da violência nas famílias abusivas e incestuosas. João, o quarto companheiro, violento com Iara e abusador de suas filhas: “*por ele ser um cara mau, né, tinha todo o controle...da* *nossa vida*”. Em outra fala, Iara explicita as ameaças de morte feitas por José e o medo dela e das filhas, pois “*ele era capaz de tudo, já tinha sido preso por assalto à mão armada*”. Nas formações sociais patriarcais os homens têm o poder de controlar as mulheres, de dispor de suas vidas e de seus corpos, tais como os senhores feudais dispunham da vida dos/das filhos/as, podendo vendê-los como escravos/as e tendo o direito de vida e de morte sobre a mulher e os filhos (Engles, 1884/1964). Reis e soberanos das antigas formações sociais eram os proprietários do corpo de um condenado, que se “tornava coisa do rei, sobre o qual o soberano imprimia sua marca e deixava cair os efeitos de seu poder” (Foucault, 1975/2002, p. 91). Talvez a história da apropriação dos senhores feudais, dos reis e dos soberanos sobre os corpos e as vidas de suas famílias e sobre os destinos dos condenados possa ser metaforicamente reeditada no controle dos corpos das mulheres e das meninas, sobretudo nos casos de violência e de incesto. A gênese da violência contra a mulher, a rígida divisão dos papéis sexuais e o controle sobre seus corpos têm sido atribuídos ao patriarcado e à família monogâmica burguesa (Engels, 1884/1964; Millet, 1970; Saffioti, 1979). A tese de Pateman (1993) sobre a permanência de um ‘patriarcado moderno’ encontra sustentação nesta investigação.

A disponibilidade dos corpos das mulheres e das meninas aos desejos masculinos encontra-se ao longo das gerações da família de Iara. Os homens aparecem, nas falas de Iara, como seres hiper-sexuais que não podem se controlar, devendo ser atendidos em todas suas necessidades, o que é descrito por Ravazzola (1997, 1999) como o mito da hiper-sexualidade masculina. Iara menciona ter atendido às fantasias sexuais de José, o companheiro abusador das filhas, “*de ter relações com nós duas, tipo casais trocados*”. Em outro momento, relata que foi forçada por José a ter relações sexuais com ele. Segundo ela, na medida em que sempre atendeu às necessidades sexuais de José, “*não tinha motivo para ele abusar da filha nem mesmo para ele ficar falando de outras mulheres, para fazer ciúmes*”. Como se o não cumprimento com os deveres de esposa na satisfação das necessidades sexuais do parceiro pudesse justificar diversas formas de violência, em especial o adultério ou o abuso sexual da filha. Tanto a figura do avô quanto a do tio paterno são claramente associadas à hiper-sexualidade masculina. Na percepção de Iara, o avô era “*um abusador nato, que abusou de todas as filhas, menos de uma, que fugiu com o namorado*”, enquanto o tio “*era um excluído da família abusou de mim e de outras* *também*”. Iara menciona que José havia traído a primeira mulher, como se isso fosse natural e esperado para os homens.

No discurso de Iara, há uma maior valorização da figura masculina, percebida como salvadora e protetora. Desvela-se também aqui a ideologia patriarcal de valorização do masculino em nossa sociedade. Os homens, detentores de poderes, força e prerrogativas, podem proteger ou, então, ‘servir-se das’ mulheres e das crianças de acordo com sua vontade. Estudos (Fonseca, 2001; Zaluar,1993) encontraram que, nas famílias brasileiras, a mulher deve ser virgem antes do casamento e deve se controlar, enquanto o homem deve usufruir ao máximo da sexualidade a fim de manter o culto à virilidade masculina. A lógica encontrada nessas famílias é a de que a masculinidade está associada à virilidade e à violência, inclusive sexual.

Associada à sexualidade normatizada está a idealização do amor romântico, que estabeleceu diferentes padrões morais para as sexualidades masculina e feminina (Reis, 1985). O amor romântico aparece nos relatos de Iara, que permanecia na relação como o companheiro abusador da filha, porque gostava dele: “*quando a gente gosta a gente faz certas coisa que envergonha até a sociedade*”, confessa ela em tom de arrependimento*.*  A idealização da figura masculina imposta pela sociedade patriarcal propicia a dependência das mulheres, o que favorece a dependência emocional do parceiro, abusivo ou não. Iara verbaliza que “*estava apaixonada por José, que tinha encontrado o homem dos seus sonhos, era o meu ídolo*”. A dependência das mulheres aos homens abusivos deve ser entendida no contexto da mentalidade patriarcal brasileira, segundo a qual principalmente as mulheres necessitam de figuras que as protejam (Chauí, 1989). Em famílias pobres do Norte e do Nordeste do Brasil, Azevedo e Guerra (1989) relatam que homens, pais e padrastos abusivos justificam “servir-se” sexualmente das filhas por serem eles que “dão o que comer”. À semelhança da tutela do antigo senhor feudal as meninas e as suas mães submetem-se ao jugo patriarcal do provedor dadas às condições miseráveis de vida desta região do país. Além da ‘proteção econômica’, Fonseca (2001) relata que as mulheres necessitam de uma figura masculina dentro de casa para sentirem-se seguras contra a violência da comunidade. Neste estudo, realizado em uma vila de periferia de Porto Alegre, tal qual a comunidade onde reside Iara, as mães preferem entregar as filhas, mesmo que bem meninas, aos traficantes que dominam a vila, pois, se não o fizerem, elas serão tomadas à força, colocando em risco não só as filhas como toda a família. Nas investigações com mulheres vítimas de violência conjugal (Cardoso, 1997a, 1997b), a dependência financeira dos parceiros e o desejo das mulheres de manterem a família unida são fatores que propiciam a submissão e a permanência em relações abusivas.

A violência estrutural (Minayo, 1994) da pobreza imposta em especial às mulheres (Prá, 2001) favorece a dependência econômica do parceiro. Apesar das pertinentes problematizações (ver Gomes & cols., 2002) à associação entre violência e pobreza, estes aspectos conjunturais e macroestruturais não podem ser desconsiderados. A dependência emocional de Iara ao parceiro abusivo parece desempenhar importante papel na posição de submissão e de não-proteção da filha Ana diante do abuso cometido. Articulam-se, assim, dependência econômica e emocional, ambas, tributárias da dominação patriarcal e capitalista (Saffioti, 1979, 2001; Toledo, 2003), na dinâmica da submissão feminina, tanto das filhas quanto das mães das vítimas de incesto.

A dificuldade de Iara de perceber, acreditar e proteger a filha Ana do abuso remete ainda à estratégia de culpabilização da vítima pelo abusador identificada neste estudo. José atribui à Ana a sedução, a provocação e, portanto, a culpa pelo abuso sofrido, valendo-se da prerrogativa de “*que é homem*”. Conforme Iara, José dizia “*não, eu não quero ficar com ela (a filha mais velha). Eu só fiquei com ela porque eu sou homem*”*.* Além da vítima, também a mãe é culpabilizada pela não-revelação do abuso das filhas, não só de Ana, mas de Vanessa. José atribui a Iara a culpa pela não-revelação do abuso dizendo que Ana não lhe contou sobre o abuso porque “*Iara era braba e batia na filha*”. Esse desvio da responsabilidade do agressor é identificado no relato de Iara. Estas estratégias confundem as vítimas (Fontes, 1993; Ravazzola, 1999) e as mantêm em silêncio e submissas ao abuso, dificultando a revelação do segredo. Ana, ao não contar à mãe o que estava acontecendo, parece ter sido interpretada como conivente, como quem estava aceitando e, talvez, gostando da situação imposta pelo abusador, aspecto que pode estar presente na dificuldade de Iara em acreditar e proteger a filha do incesto.

O discurso de provocação da vítima e de cumplicidade e de culpabilização da figura materna pelo abuso da filha é um discurso capturado pelas formações ideológicas patriarcais e burguesas que prescrevem à mãe o papel de proteção dos filhos, isentando os homens de sua responsabilidade (Ravazzola, 1997, 1999; Zuwick, 2001). Iara revela a captura de seu discurso e a internalização da culpa pelo abuso de Ana, mais uma armadilha do refluxo psicologizante (Keil, 2001) imposta pela sociedade patriarcal às mulheres, que são responsabilizadas e culpabilizadas de forma individual por sua condição social.

O discurso de culpabilização da vítima, acusada de sedutora e de ter provocado o abuso, estratégia utilizada por José para livrar-se da responsabilidade de seus atos abusivos, engendra na relação de Iara e da filha sentimentos de rivalidade e de disputa. A ambivalência, a rivalidade e a raiva são expressas claramente por Iara ao dizer que “*eu passei a ver ela (Ana) não como filha, mas como a outra, como uma rival. E eu fiquei com raiva dela por ela ter escondido*”, admite Iara. Estes sentimentos de ambivalência e de rivalidade entre mãe e filha nos casos de incesto têm sido amplamente discutidos (Amendola, 2004; Felipe, 1999; Saffioti, 1999) e demonstram que a mãe sente-se confusa diante da suspeita ou constatação de que o companheiro abusa sexualmente da filha. Ambivalente também em relação à filha, a mãe sente raiva e ciúme, ao mesmo tempo em que atribui a si a culpa por não protegê-la. Na verdade, a mãe é igualmente vítima da violência familiar. Negar, desmentir a filha ou culpá-la pela sedução é uma forma de suportar o impacto da violência, da desilusão e da frustração diante da ameaça de desmoronamento da família. Em qualquer das situações, o desmentido materno, a afirmação de que nada aconteceu, é o pior que pode acontecer a uma criança que revela o abuso sexual. A negação da mãe, segundo os referidos autores, pode estar ainda relacionada com uma cumplicidade silenciosa, freqüente em casais com conflitos sexuais, onde a criança ocupa um lugar (função sexual) que não é dela, desviando ou amenizando o conflito conjugal. O silenciamento da mãe é percebido como forma de manter a homeostase familiar, havendo um acordo tácito entre o casal sobre o desvio da sexualidade do pai em relação à filha, apesar do aparente segredo. Para Felipe (1999), são raros os casos de incesto na família acerca do qual as mães não têm conhecimento, silenciando e, inclusive, oferecendo a sexualidade das filhas como forma de se livrarem do sexo imposto e garantirem seu sustento econômico. Segundo Saffioti (1999, p. 137), “a mãe sempre ‘sabe’, independentemente de seu grau de cultura, quando o marido está usando sexualmente a filha”.

A confusão, a ambigüidade, a dissociação e a negação da realidade estão presentes não só nas crianças vítimas, mas também nas mães, sobretudo se foram vítimas de abuso sexual em sua infância, como é o caso da participante deste estudo. Iara explicita em suas falas essa confusão: “*no início, eu sempre defendia ela, eu não queria acreditar, era uma confusão na minha cabeça*”, diz ela. A dificuldade das mães em perceber o que ocorre com suas filhas, antes que cumplicidade silenciosa, pode ser uma forma de evitar a dolorosa re-experimentação dos abusos vividos em suas infâncias, que parece retornar através do abuso da filha. A revelação deste abuso parece catalizar a revivência de vitimização na infância das mães, que voltam a re-experimentar sintomas de estresse pós-traumático numa espécie de ‘incesto revisitado’ (Green, Coupe, Fernandes & Stevens, 1995; Laird, 2002). O impensável, o abuso da mãe na infância, muito tempo negado, retorna através do abuso da filha. Alguns sintomas acentuam-se à medida que o indivíduo encontra-se em situações que recordam ou simbolizam o trauma original, entre eles, a dissociação do pensamento, a negação da realidade e a anulação dos sentimentos. Nos casos de incesto, a dificuldade de verbalização ocorre pela falta de acesso ao evento traumático dada a intensidade da emoção que acompanha a re-experimentação do trauma vivido. Mulheres que sofreram abuso sexual na infância tornam-se mais vulneráveis para estabelecer relações com homens abusivos, o que compromete a capacidade de proteger a si e às filhas (Narvaz, 2003).

Além de serem percebidas como passivas, acusadas de permanecerem em relações violentas e de não protestarem contra os abusos sofridos, as mulheres e meninas têm, ainda, sido vistas como provocadoras, sedutoras e, portanto, culpadas pela violência que sofrem. As meninas, ao buscarem carinho e afeto da figura masculina, recebem sexo e são culpabilizadas por isso. Estes elementos são sugeridos por falas de Iara, nas quais José atribui a sedução à Ana, a menina vítima. Iara conta que José “*dizia que ela que queria, ela que dava confiança, que tira a roupa perto de mim e vem em cima*”. Entretanto, mesmo diante de um possível comportamento sedutor da menina/adolescente, cabe ao adulto delimitar as fronteiras da experiência erótica. Como diz Neuter (1993, p.205), “apesar de seus comportamentos sedutores, que constituem uma demanda de reconhecimento de sua existência, de sua desejabilidade, de sua feminilidade, o que a filha demanda ao seu pai é que ele encarne o interdito.” As vítimas de abuso sexual jamais podem ser responsabilizadas pelo abuso sofrido.

Discursos que postulam as teorias da provocação, da conivência e cumplicidade femininas, segundo as quais as mulheres e meninas, sedutoras, provocam a sexualidade masculina e são culpadas pelas violências que sofrem, parecem ter influenciado a percepção de Iara. Mãe e filha passaram a ser rivais ao invés de vítimas, mantendo o abusador fora de foco e, portanto, na impunidade. Nestes discursos, há um desvio implícito de responsabilidade do verdadeiro agressor (Ravazzola,1999), dinâmica segundo a qual “a vergonha de que deveria ser portador aquele que a agrediu volta-se contra a mulher e a silencia, tornando-a parte da rede que sustenta a dominação” (Zuwick, 2001, p. 89). O discurso de provocação da vítima e de culpabilização das mães de que se vale José sustenta-se em discursos científicos (ver Delgado & Fisberg, 1990). Entretanto, a lógica destes discursos não se aplica à relação de Iara com a filha Vanessa, que parece ser uma boa relação, segundo Iara: “*mesmo estando no pai dela, ela liga para mim (...) ela se importa comigo e fica preocupada que ele (José) possa fazer alguma coisa contra mim (...). Nós semo amiga*”, diz ela. Mesmo que não tenha sido boa mãe para Ana, Iara se percebe como boa mãe para Vanessa. Os atributos de boa mãe aparecem no discurso de Iara ao dizer que planejou, amamentou e acompanhou o desenvolvimento desta filha, conversando sobre tudo com ela, inclusive sobre sexo e sobre abuso. Apesar da intimidade, do apego, enfim, de Iara ter desejado, cuidado e acompanhado o desenvolvimento de Vanessa, esta também foi abusada por José e não revelou prontamente o abuso que vinha sofrendo à mãe. A entrevistadora lembra Iara que também ela fora abusada em sua infância e não revelou o abuso à família, ao que Iara complementa dizendo que ela sabe como é difícil falar nisso, pois é “*um assunto feio, sujo, um tabu e as ameaças deixam a gente com medo*”. A partir da reflexão proporcionada pela entrevista, Iara vai desconstruindo seu discurso monológico de culpabilização e parece dar-se conta de que “*se a Vanessa não falou do abuso, é porque tinha medo e foi ameaçada*”. Ao final da segunda entrevista, Iara diz “*é,* *eu salvei ela do abuso mesmo, assim como tu me explicou que só tentar já é abuso, agora eu sei, mas eu digo assim, do estupro mesmo, porque eu conversei muito com ela e agora eu tô fazendo tudo, denunciando e tudo*”.

A não revelação do abuso não pode ser atribuída apenas à falta de apego ou a distúrbios do vínculo mãe-filha. Tais concepções devem ser problematizadas, uma vez que remetem às formações discursivas ideológicas inscritas nos discursos de culpabilização e cumplicidade das mães das vítimas de incesto, isentando os homens, o Estado e a sociedade em geral da responsabilidade pelo cuidado e pela proteção das crianças e adolescentes (Narvaz, 2003). A dificuldade da revelação nos casos de abuso sexual associados a diversos aspectos tais como: os tabus que cercam a sexualidade, a vergonha, o medo, a culpa, o receio de que a revelação não seja bem acolhida e a vergonha de outros estigmas advindos da violação sexual, o que se confirma nesta investigação. Alguns obstáculos à revelação de abusos foram descritos por Fontes (1993), entre eles: idéias de que os homens têm pouco controle sobre os impulsos sexuais; a idéia de que as crianças abusadas pecaram; a censura às mulheres que buscam o divórcio; a crença de que a revelação causará muita raiva em algum membro da família e matará o abusador; e a tendência cultural de resolver problemas sem a ajuda das instituições sociais.

Os tabus que envolvem a sexualidade (Fontes, 1993) são fatores que dificultam a revelação do segredo do abuso. A valorização da virgindade e da fidelidade da mulher aparece em vários momentos no discurso de Iara. O preconceito e controle em relação à sexualidade e aos corpos das mulheres, bem como em relação ao adultério e à prostituição são tributários das formas patriarcais e monogâmicas de organização familiar (Engels, 1884/1964). Segundo os ditames patriarcais, às mulheres é prescrito, natural e esperado que sejam virgens, recatadas e fiéis (Fonseca, 2001). Abusada pelo tio na infância, Iara “*cresceu achando que era prostituta*”, devido a ter vários companheiros. A valorização da virgindade feminina e os tabus em relação à sexualidade parecem ser valores internalizados desde a infância por Iara. Segundo ela, em sua infância, “*não se falava de sexo, pois isso era feio, sujo*”. Iara parece reproduzir os valores patriarcais aprendidos em sua história de vida. Embora ressalte que conversa com a filha Vanessa, “*para não acontecer com ela o mesmo que aconteceu comigo e com a mais velha*”, referindo-se ao abuso sexual, os conselhos que Iara dá à filha enaltecem a virgindade feminina, bem como reforçam os estereótipos de gênero, em que os homens querem usar as mulheres para satisfazerem suas necessidades: “*Na verdade um rapaz vai só te sujar*”. Percebe-se também o preconceito quanto a ser mãe solteira, bem como a valorização da virgindade: “*queria ter casado de branco, de vestido de noiva, bem como a avó certamente gostaria de ter visto a neta casar na Igreja*”, ressalta ela.

A família e a igreja aparecem como instituições mediadoras das normas patriarcais a serem internalizadas. A percepção da sexualidade da mãe de Iara como ‘desviada’, numa interpretação claramente pejorativa, foi evidente em várias falas. Iara conta que a família adotiva dizia que “*a minha mãe era uma prostituta, uma mulher da vida, um tipo de mulher que não podia ficar com uma filha mulher, e que eu ia ficar igual a ela*”. Estes discursos revelam a captura da formação discursiva patriarcal que discrimina de forma sexista as possibilidades de exercício da sexualidade, destituindo das mulheres o direito ao prazer.

Imposições do agressor para que a vítima não revele o abuso foi relato em várias pesquisas (Amendola, 2004; Fontes, 1993) como fator que contribui à submissão e ao silenciamento das mulheres-mães e das vítimas de incesto. O medo do abusador foi identificado na análise do discurso de Iara. Fugitivo da polícia, ex-presidiário, José era um homem violento que “*não aceita ser mandado embora por mulher e é capaz de tudo*”, comenta ela. José já havia agredido Iara por diversas vezes, inclusive com uma faca, e seguiu com ameaças. O medo do parceiro abusivo evidencia-se em suas falas e denuncia o controle que os homens abusivos parecem ter sobre os corpos e as subjetividades das mulheres, o que facilita a submissão através da sujeição invisível.

A vergonha também é um dos fatores que leva crianças e adultos vítimas de abuso sexual a manterem silêncio sobre o abuso. A alta valorização da virgindade engendra nas meninas que foram abusadas a percepção de que estão ‘danificadas’ ou ‘destruídas’. Muitas meninas e famílias não denunciam as violações sofridas às autoridades para escapar deste estigma e tentam manter o segredo ou lidar com a situação do abuso sem recorrer aos recursos da comunidade. A negação da mãe diante do abuso e a relutância em denunciar a violência sofrida pela filha pode ser entendida como forma de defesa ao estigma de família agressora. A estigmatização e a violação da subjetividade das famílias ao denunciar o abuso seria, dentro desta perspectiva, uma forma de revitimização institucional e social. A negação e o silenciamento da mãe diante do abuso da filha seriam uma forma de proteção da sua identidade de mãe e da identidade da filha, que ficariam aprisionadas ao papel de vítimas. A recusa da mãe em reconhecer e denunciar o abuso pode, assim, ser uma atitude protetiva (Roure, 2001).

A recusa em acreditar no relato das vítimas de abuso sexual não ocorre apenas pela mãe das vítimas. Profissionais que atuam em diversos segmentos, tais como na saúde, na educação e nos sistemas de garantias de direitos da infância e da adolescência, despreparados tecnicamente (Brino & Williams, 2003) e influenciados pela crença de que as crianças mentem e fantasiam sobre o abuso, tendem a desacreditar e a invalidar a tentativa de revelação. O tabu da sexualidade perpassa todo o tecido social, dificultando o acolhimento da revelação do abuso sexual não só pelas mães das vítimas de incesto, mas pela comunidade social e científica, o que é uma forma de (re)vitimização. Através destas instituições é que são disseminados os discursos de vitimização e de culpabilização das mulheres à violência que sofrem. Estes discursos foram identificados por Iara quanto tentou, segundo ela, buscar auxílio na delegacia por ocasião da fuga de Ana de casa. Iara explicita o preconceito da delegacia que, segundo ela insinuou ser cúmplice de José por este estar foragido da polícia. Sem o apoio familiar, pois “*já não tinha mais pai e nem mãe e o irmão morava longe*”, Iara tenta buscar ajuda nos recursos da comunidade mas, ao invés de ser protegida, é vítima da violência institucional e revitimizada. A falta de apoio conjugal, inviabilizada no caso de Iara, aliada à falta de suporte institucional, comunitário ou social parecem ter contribuído à sua posição de silenciamento diante do incesto da filha Ana. Sem apoio familiar e comunitário, “*não tendo para onde ir*”, recorre à delegacia onde é mal acolhida. O abusador, em uma estratégia de intimidação, ameaça Iara dizendo que “*ele já fez e aconteceu com outras e nunca aconteceu nada e que ela não iria ter proteção 24 horas*”. Desvelam-se nestas falas a falta de suporte comunitário, o despreparo e o preconceito das redes sociais e dos sistemas legais que deveriam cumprir com o papel de acolhimento, de adequada escuta e de proteção integral das mulheres vítimas de violência.

Amendola (2004) relata situações em que os conselheiros tutelares recomendam às mães de vítimas de incesto que não se separarem dos companheiros, mesmo que abusivos. Fontes (1993) identificou que crianças e adultos desconfiam e temem instituições que deveriam ser de proteção, tais como as escolas, a polícia, a justiça e o sistema de saúde e de assistência social. Temer que tais organizações possam machucar ou prejudicar algum membro da família inibe algumas crianças de revelar o abuso sexual e pode também inibir adultos de denunciar às autoridades a ocorrência de abusos. Estes elementos confirmam-se aqui. A falta de confiança nos recursos de apoio e o sentimento de pena por José que, se fosse denunciado, seria novamente preso é verbalizada por Iara: “*sempre tive pena dele, por que já tinha sido preso e uma pessoa que é presa sofre muito, é muito judiada, maltratada*”.

A análise destes dados indica que a falta de apoio familiar, comunitário, institucional e legal contribui para a permanência das mulheres nas situações de violência e para a submissão das mães diante do abuso da filha. Iara verbaliza claramente esta posição quando diz que “*Na época do abuso da Ana eu não fiz nada, eu não reagi (...). Não me senti com força por não conhecer lei*”. Ainda assim, ao invés de serem considerados todos estes aspectos na complexa dinâmica do silenciamento e da submissão diante do incesto da filha de uma mulher-mãe, vitimada desde a infância e vítima da sociedade patriarcal e capitalista na qual suas posições são engendradas, nos discursos que veiculam pelo imaginário científico e social, essas mulheres, das quais Iara é representante, são consideradas coniventes, cúmplices e culpadas. Para Azevedo e Guerra (1989, p. 60), “há uma tendência em responsabilizar a mãe por tudo o que acontece na família, daí acusá-la de fraca, negligente, incapaz, imatura ou mesmo conivente nos casos de abuso sexual incestuoso”. Contradizendo alguns destes discursos, a maioria das mães parece não estar ciente de que o abuso sexual ocorre (Zavaschi, Teitelbom, Gazal, & Shansis, 1991) e, quando sabem, são elas as que mais denunciam os abusos intrafamiliares. Sattler (1994) refere que 76% das denúncias de abuso sexual são feitas pelas mães. Paradoxalmente, no mesmo trabalho em que Saffioti (1999) afirma que as mães sempre sabem do abuso e sugere a cumplicidade materna, mesmo que inconsciente, a autora estima que “64, 5% das denúncias são feitas majoritariamente pelas genitoras, cifra compatível com estatísticas internacionais. As vizinhas têm papel importante neste contexto, denunciando o abuso sexual incestuoso em 13,3% dos casos” (Saffioti, 1999, p. 131).

As mulheres-mães das vítimas de incesto (e as mulheres vítimas de quaisquer formas de violência) desempenham seu papel dentro do contexto das condições concretas de existência de que dispõem e da rede de apoio com a qual podem contar. Para que seja rompido o ciclo da violência é necessário que exista uma rede articulada de apoio à mulher agredida, que nem sempre silencia, bem como uma escuta competente que possa realmente acolher sua denúncia e oportunizar a ela e a sua prole adequada proteção (Narvaz & Koller, 2004; Strey, Werba & Nora, 2004). Mesmo sendo pioneiro na criação das Delegacias da Mulher, na década de 1980, o Estado brasileiro ainda tem uma rede de apoio e de cuidados ineficiente às mulheres. A maioria das Delegacias da Mulher trabalha com parcos recursos humanos e quase sem apoio institucional, sendo poucas as brasileiras privilegiadas com o acesso a tais equipamentos, precários e inexistente em mais de 90% das cidades brasileiras (Oliveira, 2004; Strey, Werba & Nora, 2004). Os profissionais que trabalham com crianças e adolescentes desconhecem o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brino & Williams, 2003), estando igualmente despreparados e sem apoio institucional para cumprirem com a doutrina de proteção integral à infância e à adolescência. Também nos sistemas de saúde há despreparo e preconceito quanto às mães das vítimas de incesto. Pesquisa recente (Amendola, 2004) denuncia o papel que os laudos psicológicos podem cumprir como instrumentos de condenação prévia destas mulheres.

**A posição de resistência**

Perceber as mulheres apenas e sempre como incapazes de agir ou de reagir pode funcionar como discurso que as mantêm numa posição de subordinação, o que facilita a dominação. Há, portanto, que se explodir com a lógica patriarcal homogeneizante e unívoca implícita no discurso da vitimização e, por extensão, da dominação feminina. As mulheres são plurais, tensas, heterogêneas e se constituem enquanto sujeitos em um campo político de relações marcado por posições que deslizam entre a submissão e a resistência. Coexistem ambas as posições na história de vida de Iara. Os recursos de apoio e de suporte social foram necessários para a superação da condição de risco e de subordinação que caracterizaram sua posição-sujeito de submissão. Nesse contexto é que deve ser compreendida a posição de uma mulher-mãe de vítimas de incesto diante do abuso das filhas. No caso investigado, a mesma mulher-mãe ocupou diferentes posições diante do incesto das filhas, ora de submissão, ora de resistência, sendo que os recursos de apoio foram identificados como facilitadores da posição de resistência da participante às violências sofridas. Ao ser apoiada, Iara “*reagiu, denunciou, agora está fazendo tudo e, se pudesse, voltaria atrás e faria diferente, esperando que essa ‘terapia’ que está fazendo possa auxiliá-la a resgatar a relação com a filha Ana*”, diz ela. No contexto reflexivo e respeitoso da entrevista, consoante com as epistemologias feministas (Harding, 1986), a participante parece ter-se sentido apoiada e valorizada. Conforme Szymanski (2001), a simples escuta da entrevistadora pode ser interpretada como fonte de apoio, especialmente quando promove reflexão sobre sua história de vida, o que se confirma aqui. Nesta investigação, a pesquisadora serviu como recurso de apoio, oferecendo informações, resgatando as capacidades e as competências de Iara, auxiliando-a a refletir sobre discursos incorporados de culpa que foram re-significados ao longo da entrevista, o que desvela a possibilidade de articulação da pesquisa acadêmica a ações políticas com vistas ao empoderamento das mulheres.

**IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados encontrados nesta investigação evidenciaram a complexidade de fatores envolvidos na compreensão da história de vida de uma mulher-mãe de vítimas de incesto e indicaram, ainda, a associação entre ditames patriarcais e capitalistas na produção do fenômeno da violência nas famílias incestuosas. Tais ditames parecem ter engendrado discursos sobre a culpabilidade e a conivência materna diante do incesto da filha, discursos estes que reforçam o discurso patriarcal homogeneizante da vitimização e da dominação feminina. Ao dar visibilidade às formas de resistência das mulheres diante dos abusos sofridos, este estudo explode com a lógica patriarcal homogeneizante da dominação das mulheres apenas como vítimas assujeitadas. A mulher-mãe participante desta investigação mostrou-se plural, heterogênea, tensionada entre a submissão e a resistência em sua história de vida. As diferentes posições ocupadas por uma mulher-mãe diante do incesto da filha, da qual Iara é representante, devem ser situadas dentro do contexto histórico das relações de gênero, de classe social, geração e etnia permeadas pelo poder e pela dominação masculina patriarcal e capitalista. As mulheres não podem ser culpabilizadas pelas violências que sofrem, não sentem prazer com a violência e nem sempre silenciam diante dos abusos sofridos. Não são apenas vítimas as mães e suas filhas vítimas de incesto. São também sobreviventes e têm, ao longo da história, articulado estratégias de resistência à dominação masculina. Embora caiba também às mulheres buscar soluções para o problema, sob o risco de serem tuteladas e, com isso, cristalizarem uma posição de vitimismo (Gregori, 1993), faz-se fundamental a existência de uma rede de apoio que as auxilie a romper com o ciclo de isolamento e segredo típicos das situações abusivas (Cardoso, 1997a, 1997b; Meneghel & cols., 2003).

Precisamos, portanto, avaliar que condições as mulheres-mães acusadas de cúmplices têm para vencer o complô do silêncio que cerca o fenômeno do incesto, no qual desempenham também o papel de vítimas. As mulheres denunciam, pela transgeracionalidade de sua vulnerabilidade, não só sua história individual ou familiar, mas a história coletiva do gênero feminino (Narvaz & Koller, 2004). Iara, a participante deste estudo, representa muitas mulheres-mães, brasileiras, mestiças, pobres e vítimas de diversas formas de violência inscritas na dominação patriarcal e na violência estrutural da pobreza. Cabe lembrar que “a história coletiva e individual são inseparáveis (...). No instante atual se inscreve o passado mais remoto, assim como a cicatriz individual é ferida histórica” (Matos, 2002, p. 111).

Embora uma fala seja um recorte das representações de um tempo histórico e de um espaço social (Brandão, 1983), este estudo tem limitações, uma vez que foi baseado em um único caso, sendo que as informações coletadas ocorreram a partir de um único membro de uma família incestuosa, ou seja, da mulher-mãe das vítimas de incesto. Novas investigações relativas à temática das famílias incestuosas são necessárias, envolvendo outras mulheres-mães de vítimas de incesto de diferentes classes sociais e de diferentes etnias. Pesquisas que envolvam a participação de outros membros de famílias incestuosas, tais como vítimas, irmãos das vítimas e perpetradores do abuso também são recomendadas. Estudos que investiguem a percepção de profissionais que trabalham com famílias e incesto igualmente são interessantes a fim de identificarmos que discursos e práticas têm sido desenvolvidos, principalmente, pelos profissionais dos sistemas de saúde, da educação, do sistema legal e da assistência social. Pretendemos, com este trabalho, contribuir com a proposição de ações afirmativas, sugerindo especialmente a articulação e a capacitação da rede de acolhimento através de políticas públicas eficazes ao atendimento e ao empoderamento das mulheres e das meninas vítimas de violência. Se, enquanto psicólogas, não somos chamadas a intervir diretamente nos mecanismos que engendram as estruturas injustas de dominação nas relações de gênero e de classe social, podemos, enquanto pesquisadoras, contribuir para o desvelamento dos processos subjetivos que sustentam, viabilizam e legitimam essas estruturas (Martín-Baró, 1997), compromisso que assumimos com o presente estudo.

*Referências*

Amendola, M. F. (2004). Mães que choram: Avaliação psicodiagnóstica de mães de crianças vítimas de abuso sexual (pp. 103-170). In M. C. A. Prado (Org.), *O mosaico da violência: A perversão da vida cotidiana.* São Paulo: Vetor.

Azevedo, M. & Guerra, V. (1989). *Violência doméstica contra crianças e adolescentes*. São Paulo: Cultrix.

Bass, E. & Davis, L. (1998). *The courage to heal*. New York: Harper & Row.

Brandão, H. H. N. (1993). *Introdução à análise do discurso*. (2.ed.). Campinas: Unicamp.

Brino, R. F. & Williams, L. C. A. (2003). Capacitação do educador acerca do abuso sexual infantil. *Interação em Psicologia, 7*(2), 1-10.

Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Cardoso, N. M. (1997a). A socialização do gênero feminino e suas implicações na violência conjugal em relação às mulheres. In A.V. Zanella, M. J. Siqueira, L. A. Lulhier & S. I. Molon (Orgs.), *Psicologia e práticas sociais* (pp. 280-292). Porto Alegre: ABRAPSO-SUL.

Cardoso, N. M. (1997b). Mulher e maus-tratos. In M. Strey (Org*.), Mulher: Estudos de gênero* (pp. 127- 138). São Leopoldo: Unisinos.

Carrasco, L. K. (2003). *A mulher vítima de violência conjugal: Uma perspectiva transgeracional*. Tese de Doutorado não publicada. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.

Chauí, M. (1989). *Conformismo e resistência.* (4.ed.). São Paulo: Brasiliense.

Conselho Nacional de Saúde (1996). *Resolução 196 de outubro de 1996*. Brasília: Ministério da Saúde.

Delgado, L. F. & Fisberg, M. (1990). Síndrome do bebê espancado. *Pediatria Moderna*, *25*, 111-116.

Del Priore, M. (2001). *História das mulheres do Brasil*. (2. ed.). São Paulo: Contexto.

Engels, F. (1964). *El origem de la familia, de la propiedad privada e del Estado*. Buenos Aires: Clariedad (Original publicado em 1884).

Felipe, S. (1999). *Cumplicidade e violência*. Florianópolis, Anais do Congresso Internacional de Família e Violência, abril.

Fonseca, C. (2001). *Família, fofoca e honra*: *Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares.* Porto Alegre: UFRGS.

Fontes, L. (1993). The oppression and cultural barriers to disclosure of child sexual abuse. *Journal of Child Sexual Abuse, 2*(1), 304-310.

Foucault, M. (1995). O sujeito e o poder. In H. Dreyfus & P. Rabinow (Orgs.), *Michel Foucault: Uma trajetória filosófica* (pp. 231-249). Rio de Janeiro: Forense.

Foucault, M. (2002). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão* (25. ed.). Petrópolis: Vozes. (Original publicado em 1975)

Goldner, V. (1988). The treatment of violence and victimization in intimate relationships*. Family Process, 37*, 263-286.

Gomes, R; Deslades, S. F.; Veiga, M. M.; Bhering, C. & Santos, J. F. (2002). Por que as crianças são maltratadas? *Cadernos de Saúde Pública, 18*(3),707-714.

Green, A . H., Coupe, O., Fernandez, R. & Stevens, B. (1995). Incest revisited: Delayed post-traumatic stress disorder in cases of child maltreatment. *Child, Abuse & Neglect, 19*, 1275-1282.

Gregori, M. F. (1993). As desventuras do vitimismo. *Estudos Feministas, 1*(1), 143-149.

Grossi, P. K. (2001). Por uma nova ótica e uma nova ética na abordagem da violência contra mulheres nas relações conjugais. In P. K. Grossi & G. C .Werba (Orgs.), *Violências e gênero: Coisas que a gente não gostaria de saber* (pp. 19-45). Porto Alegre: Edipucrs.

Harding, S. (1987). *Feminism and methodology*. Indiana: Indiana University.

Keil, I. M. (2001). Capitalismo, ordem social e exclusão. In M. Baquero (Org.), *Reinventando a sociedade na América latina: Cultura política, gênero, exclusão e capital social* (pp. 71-115). Porto Alegre: UFRGS.

Koller, S. H. (1999). Violência doméstica: Uma visão ecológica. In AMENCAR (Org*.), Violência Doméstica* (pp. 32-42). Brasília: UNICEF.

Laird, J. (2002). Segredos das mulheres: O silêncio das mulheres. In E. Imber-Black (Org.), *Os segredos na família e na terapia familiar* (pp.245-268). Porto Alegre: Artes Médicas.

Leon, M. (2000). Empoderamiento: Relaciones de las mujeres con el poder. *Estudos Feministas,* *8,*191-207.

Martin-Baró, I. (1997). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia, 2*(1), 7-27.

Matos, O. (2002). Benjamin e o feminino: Um nome, o nome. In M. Tiburi, M. M. Menezes & E. Eggert (Orgs.), *As mulheres e a filosofia* (pp. 103-122). São Leopoldo: Unisinos.

Meneghel, S., Barbiani, R., Steffen, H., Wunder, A. P., Dalla Roza, M., Rotermund, J., Brito, S. & Korndorfer, C. (2003). Impacto de grupos de mulheres em situação de vulnerabilidade de gênero. *Cadernos de Saúde Pública, 19*(4), 15-22.

Millet, K. (1970). *Sexual politics*. New York: Doubleday & Company.

Minayo, M. C. (1994). Violência social sob a perspectiva da saúde pública. *Cadernos de Saúde Pública*, *10* (1), 7-18.

Muller, R., Goebel-Fabri, A., Diamond, T. & Dinklage, D. (2002). Social support and the relationship between family and community violence exposure and psychopathology among high risk adolescent. *Child, Abuse and Neglect, 24*, 449-464.

Mutti, R. (2003, maio). O primado do outro sobre o mesmo... *I Seminário de Estudos em Análise de Discurso,* Porto Alegre, UFRGS.

Narvaz, M., Berwanger, C., Moraes, R. & Rosa, M. I. (2000). Abuso sexual infantil - compartilhando dores na esperança de reescrever uma nova história: Uma experiência com grupos multifamiliares. *Nova Perspectiva Sistêmica, 18*, 31- 38.

Narvaz, M. (2002). A transmissão transgeracional da violência. *Insight, 11(*18),17- 22.

Narvaz, M. (2003). Quem são as mães das vítimas de incesto? *Nova Perspectiva Sistêmica, 21*, 40-44.

Narvaz, M. & Koller, S. H. (2004). Famílias, gêneros e violências: Desvelando as tramas da transmissão transgeracional da violência de gênero. In M. Strey, M. P. R. de Azambuja & F. P. Jaeger (Orgs.), *Violência, gênero e políticas públicas* (pp. 149- 176). Coleção Gênero e Contemporaneidade, 2. Porto Alegre: EDIPUCRS.

Negrão, T. (2002). Feminismo no plural. In M. Tiburi, M. Menezes & E. Eggert (Orgs.), *As mulheres e a filosofia* (pp. 271-280). São Leopoldo: UNISINOS.

Negrão, T. (2004). Nós e rupturas da rede de apoio às mulheres. In M. Strey, M. P. R. de Azambuja & F. P. Jaeger (Orgs.), *Violência, gênero e políticas públicas* (pp. 149- 176). Coleção Gênero e Contemporaneidade, 2. Porto Alegre: EDIPUCRS.

Neuter, P. (1993). Pai real, incesto e devir sexual da menina. In A. B. do Rio (Org.), *Do pai e da mãe* (pp.40-58). Coleção Psicanálise da Criança. Salvador, BA: Álgama.

Neves, S. & Nogueira, C. (2003). A psicologia feminista e a violência contra as mulheres na intimidade: A (re)construção dos espaços terapêuticos. *Psicologia & Sociedade, 15*(2), 43-64.

Nunes, M. R. (1999). Políticas públicas voltadas para a proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência. In AMENCAR (Org.), *Violência doméstica* (pp. 12-17). Brasília: UNICEF.

Oliveira, F. (2004). *A Convenção de Belém do Pará dez anos depois.* Capturado da web http:// cepcos.sites.uol.com.br em 10.12.2004.

Pateman, C. (1993). *O contrato sexual*. Rio: Paz e Terra.

Pêcheux, M. (1983). A análise automática do discurso. In F. Gadet & T. Hak (Orgs.), *Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux.* (Original publicado em 1969)

Prá, J. R. (2001). Cidadania de gênero, capital social, empoderamento e políticas públicas no Brasil. In M. Baquero (Org.), *Reinventando a sociedade na América latina: Cultura política, gênero, exclusão e capital social* (pp. 173-208). Porto Alegre: UFRGS.

Rago, M. (1997). *Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar*. *Brasil 1890-1930* (3.ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Rago, M. (2001). Trabalho feminino e sexualidade. In M. Del Priore (Org.), *História das mulheres do Brasil* (2.ed.; pp. 578-606). São Paulo: Contexto.

Ravazzola, M. C. (1997). Violencia familiar: El abuso relacional como un ataque a los derechos humanos. *Sistemas Familiares, 23*, 29-42.

Ravazzola, M. C. (1999). *Historias infames: Los maltratos en las relaciones*. Buenos Aires: Paidós.

Reis, J. R. T. (1985). Família, emoção e ideologia. In S. Lane & W. Codo (Orgs.), *Psicologia Social: O homem em movimento* (pp. 99-124). (3 ed.). São Paulo: Brasiliense.

Roure, G. Q. (2001). “Todo mundo sabe disso…Mió eu sumi daqui”. In Orlandi (Org.), *Cidade Atravessada: Os sentidos públicos no espaço urbano* (pp. 61-82). São Paulo: Pontes.

Saffioti, H. (1979). *A mulher na sociedade de classes: Mitos e realidade*. Rio de Janeiro: Rocco.

Saffioti, H.(1999). Filhas de pais sexualmente abusivos. In H. B. de Hollanda & M. H. Capelato (Orgs.), *Relações de gênero e diversidades nas Américas* (pp. 113-143). São Paulo: EDUSP.

Saffioti, H. (2001). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu, 16*, 115-136.

Sattler, M. K. (1994). Incesto: Fantasia ou realidade? *Nova Perspectiva Sistêmica, 4*, 42-47.

Soihet, R. (1997). História, mulheres, gênero: Contribuições para um debate. In N. Aguiar (Org.), *Gênero e ciências humanas:* *Desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres* (pp.95-113). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

Strey, M. N. (1988). Gênero. In M. G. C. Jacques, M. N. Strey, N. M.G. Bernardes, P. Guareschi, S.A. Carlos & T. M. G. Fonseca (Orgs.), *Psicologia social contemporânea: Livro-texto* (pp. 181-198). Petrópolis: Vozes.

Strey, M. N. (2000). Será o século XXI o século das mulheres? In M. N. Strey, F. Mattos, G. Fensterseifer & G. C. Werba (Orgs.), *Construções e perspectivas em gênero* (pp. 09-18). São Leopoldo: Unisinos.

Strey, M. N. (2001). Violência e gênero: Um casamento que tem tudo para dar certo. In P. K. Grossi & G. C. Werba (Orgs.), *Violências e gênero: Coisas que a gente não gostaria de saber* (pp. 47-70). Porto Alegre: Edipucrs.

Strey, M. N., Werba, G. C. & Nora, T. C. (2004). “Outra vez essa mulher?” Processo de atendimento a mulheres em situação de violência nas delegacias da mulher do RS. In M. Strey, M. P. R. de Azambuja & F. P. Jaeger (Orgs.), *Violência, gênero e políticas públicas* (V. II, pp. 101-122). Coleção Gênero e Contemporaneidade. Porto Alegre: Edipucrs.

Szymanski, H. (2001). Entrevista reflexiva: Um olhar psicológico para a entrevista em pesquisa. *Revista Psicologia da Educação, 13*, 1-32.

Toledo, C. (2003). *Mulheres: O gênero nos une, a classe nos divide.* (2.ed.). Série Marxismo e opressão. São Paulo: José Luís e Rosa Sundermann.

Werba, G. C. & Strey, M. N. (2001). Longe dos olhos, longe do coração: Ainda a invisibilidade da violência contra a mulher. In P.K. Grossi & G. C. Werba (Orgs.), *Violências e gênero: Coisas que a gente não gostaria de saber* (pp.71-82). Porto Alegre: Edipucrs.

Yin, R. (1994). *Case study research: Design and methods*. London: Sage.

Zaluar, A. (1993). Mulher de bandido: Crônica de uma cidade menos musical. *Estudos Feministas, 1*(1), 135-142.

Zavaschi, M. L., Teitelbom, M., Gazal, C. H. & Shansis, F. M. (1991). Abuso sexual na infância: Um desafio terapêutico. *Revista de Psiquiatria do RS, 13*(3), 136-45.

Zuwick, A. N. (2001). O corpo violado. In P. K. Grossi & G. C. Werba (Orgs.), *Violências e gênero: Coisas que a gente não gostaria de saber* (pp. 83-94). Porto Alegre: Edipucrs.

|  |  |
| --- | --- |
| Nome: Tom agudo, voz de mulher. A temática feminina na obra de Maria de Zayas y Sotomayor. | **A 016**  **Menção Honrosa** |
| Autora/o Rosangela Schardong |
| Orientadora/o Profa. Dra. Maria Augusta da Costa Vieira |
| IES: Universidade de São Paulo |
| Cidade/Estado: São Paulo -SP |
| Outras Informações: Mestre e Estudnte de Doutorado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas |

**Índice**

I. Introdução 3

II. Objetivos 9

III. Metodologia 10

IV. Desenvolvimento 11

V. Considerações finais 30

VI. Bibliografia 31

I. Introdução

Na Espanha dos séculos XVI e XVII a educação das mulheres deveria restringir-se à leitura de textos que ensinassem virtudes, tais como a vida piedosa dos santos, segundo os ditames dos moralistas católicos, responsáveis pela instrução feminina.[[265]](#footnote-265) Ante esta limitação, pode-se supor o grande arrojo de Maria de Zayas y Sotomayor ao lançar-se como escritora e publicar sua primeira obra em 1637, em pleno Século de Ouro Espanhol. Trata-se de uma coleção de contos, gênero que teve sua estréia nas letras espanholas com Miguel de Cervantes, através de suas famosas *Novelas Exemplares* (1613). O conto gozou de grande popularidade, tendo sido exercitado por autores de diferentes grandezas. A obra de Maria de Zayas y Sotomayor viria a apresentar inovações ao gênero, que em 1637 já entrava em decadência. Certamente destacou-se por haver sido escrita por uma mulher e, principalmente, podemos imaginar, pelo propósito com que a obra vinha imbuída.

Nas *Novelas amorosas e exemplares* [[266]](#footnote-266) encontramos um prólogo no qual a autora faz uma declaração de intenções a respeito da recepção da obra, como era comum. Porém, fugindo ao padrão, neste espaço textual Zayas promove uma arguta reflexão sobre acondição da mulher de seu tempo. Com um tom entre irônico e arrogante, Zayas diz compreender a surpresa do leitor ao ver que uma mulher teve o entendimento e a ousadia de escrever um livro e publicá-lo, então desafia-o a discordar da opinião de alguns, os néscios, de que a mulher é “uma coisa incapaz”. Em seguida lança mão da conhecida teoria pseudo**-**médica sobre a constituição dos corpos[[267]](#footnote-267) - que determinaria a imperfeição feminina - a fim de desautorizá-la, para logo defender a igualdade das potências masculinas e femininas, recorrendo ao dogma cristão da natureza da alma. Depois assegura que o pouco caudal das mulheres não se deve à falta de capacidade, mas de professores, os quais lhes são tiranamente negados. Afirma que a falta de instrução impossibilita à mulher chegar aos cargos[[268]](#footnote-268) e às cátedras, ocupados unicamente pelos homens. Para autorizar seus argumentos, Zayas recorda uma série de mulheres célebres da antigüidade que se dedicaram às letras. A escritora conclui a lista com uma afirmação categórica em favor da educação da mulher, citando textos de autoridades e acrescentando a interrogação que permeará a obra:

E depois que existe *Polianteas* em latim, e *Sumas morais* em romance, os seculares e as mulheres podem ser letrados. Pois se isto é verdade, que motivo há para que não tenhamos aptidão para os livros? (Zayas, 2000, p. 161)[[269]](#footnote-269)

Para finalizar, Zayas usa de sua experiência pessoal como prova contumaz para sua argumentação. Menciona sua afeição natural à leitura, que a levou ao gosto por compor versos, até chegar a escrever as *Novelas*. Termina usando o costumeiro recurso da *captatio benevolentie*, estimando que o leitor aprecie a obra. Porém, Zayas transforma o convencional *topos humilitatis* em um texto sexuado, como diz Julián Olivares, uma vez que faz lembrar ao leitor que, como cavaleiro, deve ter piedade das mulheres e sempre elogiá-las. As palavras finais são de uma audaz ironia, com as quais a autora faculta com força impositiva a autorização de sua obra, dizendo que se não pode ser apreciada por seu valor literário, deve sê-lo por causa da tradicional cortesia que se deve ao servilismo feminino:

E assim, pois, não hás de querer ser descortês, néscio, grosseiro nem mal-agradecido. Ofereço-te este livro muito segura de tua bizarria e confiando em que se te desagradar, poderás desculpar-me porque nasci mulher, não com a obrigação de fazer bons contos, senão com muitos desejos de acertar ao servir-te (Zayas, 2000, p. 161).

O que o leitor pode encontrar depois deste prólogo desafiador? Nas *Novelas amorosas* *e exemplares*, que seguem o modelo de estrutura do *Decamerão*, de Boccaccio, os narradores contam casos nos quais majoritariamente as mulheres ocupam o protagonismo de forma brilhante e valorosa, em que seus atributos ganham destaque através de seu discurso e de sua ação. Com esta obra, por meio de insignes mulheres, sempre mais aptas que os homens para controlar os impulsos e usar agudamente a razão, Zayas exalta as qualidades femininas.

Diferentemente das *Novelas*, na coleção posterior, intitulada *Parte segunda do* *honesto e entretido sarau*(1647), conhecida como *Desenganos amorosos*, não encontramos um prólogo, apenas uma introdução, em que são enunciados os acontecimentos que motivaram o segundo sarau. Neste contexto são apresentadas as determinações de Lisis, a anfitriã, de que a narração seja feita apenas pelas damas, que os contos sejam casos verdadeiros e que se chamem *desenganos*. Destaca-se que a intenção de Lisis era defender as mulheres, tão prostradas pelo mal juízo dominante, posto que não havia quem falasse bem delas.[[270]](#footnote-270)

As oradoras, antes de iniciar a narração do conto, fazem diversas asseverações a respeito de temas pertinentes à causa feminina, nas quais podemos encontrar contumazes denúncias sobre os procedimentos culturais responsáveis pela perpetuação dasubmissão damulher. Nos contos o protagonismo é exclusivamente masculino e as mulheres são vítimas de um tratamento cruel por parte de seus pais, irmãos ou cônjuges, que geralmente culmina em severos castigos ou na morte sangrenta.

As coleções de contos de Maria de Zayas foram muito populares nos séculos XVII e XVIII, na Espanha e na Europa. Dão testemunho disto as sucessivas reedições realizadas na Espanha e também a tradução, parcial ou completa, a outros idiomas.[[271]](#footnote-271) No século XX, com o advento do feminismo, a obra foi revalorizada por causa do vigor dos argumentos em defesa da emancipação feminina, encontrados especialmente em *Desenganos amorosos*. Desde então consagrou-se a opinião de M.V. de Lara (1932) de que Maria de Zayas é “a primeira feminista teorizante que conscientemente comenta a situação do sexo feminino na Espanha”.[[272]](#footnote-272) Entretanto, há muita disparidade na apreciação da obra. Amezúa (1948) afirma que Zayas expressa um “arraigado e intransigente feminismo”. Já Susan C. Griswold (1980) mantém que o feminismo nas obras de Zayas é só um *topos* da *querrelle des femmes*. Há muitos que compartem a opinião de Salvador Montesa Peydro (1982), de que Zayas enuncia uma “profunda animadversão ao matrimônio e ao sexo masculino”, no entanto não propõe nada novo, aceitando “a submissão e a secundariedade da mulher e o papel preponderante e dirigente do homem”. Esta opinião é compartilhada por Maria Grazia Profeti (1995), quem acrescenta que “todo o ‘feminismo’ de Zayas fica reduzido a mostrar as atrocidades de maridos aos quais as questões de honra desembocam em autêntica crueldade, castigando, não poucas vezes, mulheres inocentes.” [[273]](#footnote-273) Muito diferente é a avaliação de Teresa Langle de Paz (1997) de que “Zayas propõe uma noção de sujeito feminino que não existia nos discursos dominantes da época (...). O discurso feminista de Zayas é uma tentativa de fazer frente ao uso misógino da cultura de seu tempo, mediante uma desarticulação verbal das imagens dominantes da fiminilidade. Tanto por sua sofisticada reelaboração das convenções literárias e de seu caráter simbólico e universalizante, como por seu conteúdo altamente subversivo, os contos de Zayas são uma contribuição valiosíssima ao labor feminista iniciado por Cristine de Pisan.”[[274]](#footnote-274)

A falta de consenso na apreciação da obra de Maria de Zayas se deve, a meu ver, aos equívocos decorrentes dainadequação da perspectiva teórico-literária de nossos dias (fundamentada no Romantismo do século XIX), como também da abordagem feminista do século XX, para analisar uma obra da primeira metade do século XVII. Há que considerar que não são idênticos os parâmetros culturais, tampouco os poéticos. Estou convencida de que devemos ler Maria de Zayas sob a óptica de seu tempo.

De acordo comIvan Teixeira, na produção de arte não é a realidade que se impõe ao artista, mas uma certa idéia de arte e de realidade, que integra a dinâmica cultural da época, a qual pode ser chamada de poética cultural. Segundo ele, a poética cultural de um período envolve não só o conceito de arte e as regras de composição, de leitura e de veiculação, mas também a própria idéia de realidade vigente no momento da mimesis.[[275]](#footnote-275) Em conformidade com este conceito, acredito que o modo mais adequado de proceder o estudo crítico da obra de Maria de Zayas y Sotomayor é através dos parâmetros filosóficos, religiosos, políticos e artísticos que lhe foram contemporâneos, a fim de compreender e examinar devidamente a matéria, a estrutura e o discurso que a compõem.

Esta é minha proposta de pesquisa que consta de um projeto de doutorado, em andamento junto ao programa de pós-gradução da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Augusta da Costa Vieira. Nesta monografia pretendo apresentar os resultados parciais da pesquisa em curso, com a qual espero estimular e fortalecer os estudos da obra de uma importante escritora espanhola do Século de Ouro Espanhol, ainda desconhecida na academia brasileira.

Debruçando-me sobre a obra desta polêmica escritora, pretendo colaborar para a ampliação dos estudos da literatura do Século de Ouro Espanhol no Brasil, que já conta com insignes investigadores,[[276]](#footnote-276) como tambémincrementar as perspectivas de leitura da obra de Maria de Zayas y Sotomayor.

Com respeito à pesquisa das relações de gênero, o estudo da obra desta autora deve fomentar a percepção da vigência de uma tradição nos escritos de autoria feminina com vistas à emancipação da mulher, uma vez que a obra de Maria de Zayas dialoga com suas eminentes antecessoras, como são Cristine de Pisan, criadora da chamada *querelle des femmes*,[[277]](#footnote-277) e a Rainha Marguerita de Navarra, autora de *Heptamerón*, obra que foi fonte para alguns dos contos de Maria de Zayas. Sendo assim, creio que a pesquisa voltada à obra de Maria de Zayas no Brasil pode contribuir substancialmente para a construção do conhecimento sobre os históricos caminhos da constituição da identidade feminina, bem como da reflexão e da argumentação em favor da emancipação da mulher. Creio que a obra de Maria de Zayas registra um precioso saber que nos permite resgatar os argumentos que compunham, nos séculos XVI e XVII, o debate a favor e contra a mulher.

A despeito do que foi dito, o didatismo da obra de Zayas ao delatar os constructos culturais que ditaram os discursos sobre a incapacidade e a inferioridade da mulher são instrumentos surpreendentemente atuais, apresentados por meio de argumentos e imagens muitos vivos, que tornam a obra acessível ao público pouco experimentado na leitura de textos de autoria feminina, de caráter reinvidicatório.

II. Objetivos

Frente à falta de consenso na avaliação da obra de Maria de Zayas, creio que, primeiramente, devo propor-me a observar em que consistia o “feminismo” da escritora, por meio do exame do prólogo, da composição dos contos e dos textos de moldura, segundo as poéticas culturais de seu tempo.

A tese que pretendo desenvolver é a de que nas coleções de contos de Zayas podemos encontrar um projeto de obra que consiste em abordar, com diferentes perspectivas e recursos, as questões relativas à mulher do seu tempo, a fim de promover a reflexão sobre elas, com vistas à uma conseqüente mudança na *opinião* sobre as relações de gênero. Nesta monografia serão abordados alguns dos recursos empregados pela autora.

Parece-me possível demonstrar que Zayas imbui sua obra de um tom de protesto, com o propósito de fomentar novos discursos e novas imagens para a representação damulher. Quero, nesta monografia, assinalar como no projeto de obra de Maria de Zayas imbricam-se as questões literárias e culturais com as de âmbito pessoal, posto que a engenhosidade da obra, concebida por uma mente feminina, pode ser entendida como a evidência da necessidade de mudar favoravelmente a *opinião* a respeito da mulher.

O foco da pesquisa será a identificação e apreciação das diferentes estratégias empregadas pela autora para realizar o propósito, reiteradamente repetido, de fazer a defesa da mulher. Ainda tenciono observar como a autora cria a unidade entre as duas coleções de contos, reunidas sob o mesmo ideário. Concomitantemente, esta monografia pretende destacar que a autora persegue o conceito de *agudeza* na invenção da obra literária, o quepressupõe a excelência do *engenho* do autor. Estes conceitos estão estreitamente relacionados aograu de instrução do escritor nas Humanidades, ao domínio da normas retóricas para a invenção poética, assim como do conhecimento das obras e autores que constituíam as autoridades canônicas, e sua capacidade para imitá-los com *decoro*. A busca da demonstração da *agudeza* através de sua obra é especialmente significativa se consideramos que a questão chave das reivindicações pela emancipação feminina na época de Maria de Zayas, como devo expor, era o debate sobre o *entendimento* feminino e a capacidade da mulher para receber educação, como o prólogo já nos indica.

III. Metodologia

Para tentar ilustrar significativamente os recursos empregados por Maria de Zayas na composição das duas coleções, irmanadas pelo título e por grandes semelhanças estruturais, devo valer-me da análise de dois contos, um de cada coleção. Com eles espero exemplificar, através do exame da estrutura, do tratamento dos temas e dos recursos retóricos utilizados, em que consistia o feminismo de Maria de Zayas e como ela pretendia levar a cabo opropósito enunciado de fazer a defesa da mulher.

A análise dos contos a ser apresentada reúne informações de dois artigos de minha autoria que já foram lidos publicamente.[[278]](#footnote-278)

Para examinar os contos lanço mão das normas poéticas vigentes no século XVII, ou seja, a doutrina retórica, como também alguns dos princípios político-filosófico-religiosos que permeavam as artes espanholas no período da Contra Reforma.

Este estudo deverá privilegiar alguns aspectos que norteiam minha pesquisa da obra e que alicerçam o debate em torno da questão feminina e da representação da mulher enunciados por Maria de Zayas, como são:

a) a observância das doutrinas poéticas, políticas e religiosas da época;

b) o procedimento de rescritura do cânone e de refutação do discurso misógino;

c) a proposição de um sujeito feminino e o conseqüente rechaço à generalização na representação da mulher;

d) a invenção de uma imagem para representar a condição feminina, através dos “martírios”;

e) o debate em torno ao discurso usado para referir-se à mulher.

IV. Desenvolvimento

Como já foi enunciado, é amplamente conhecido dos estudiosos de Maria de Zayas a índole “feminista” de sua obra. Não obstante, parece-me pertinente examinar em que consiste esta matéria, uma vez que, como podemos observar desde o prólogo, as reivindicações em favor da mulher distam muito daquelas que deram origem ao movimento feminista na alvorada do século XX.

No prólogo às *Novelas* encontramos o debate em torno à capacidade intelectual feminina, que se alicerça nas diferenças físicas entre os sexos. Ali deparamo-nos com a denúncia de que o suposto defeito de caudal nas mulheres se deve à falta de professores. Este argumento remete à uma questão de mentalidade, refutado com o asserto de que se, na infância, em vez de cambraias e bastidores lhes dessem livros e preceptores, as mulheres seriam tão aptas como os homens para os postos ocupados por eles.

O protesto da autora parece centrar-se nos conceitos vigentes sobre a capacidade intelectual feminina, considerada inferior à do homem. No debate Zayas dedica-se a assinalar as diferentes teses que os sustentam. Ao apresentá-los e refutá-los vigorosamente, deixa claro que a inferioridade feminina constituiu um constructo cultural.

Era habitual que os defensores da causa feminina citassem as mulheres célebres da antigüidade como exemplo da capacidade da mulher. Zayas também o faz. Com essa matéria ela ilustra sua erudição e, simultaneamente, desafia os conhecimentos do leitor:

E outras infinitas da antigüidade e de nossos tempos que passo em silêncio, porque já terás notícias de tudo, ainda que sejas leigo e não tenhas estudado (Zayas, 2000, p. 160).

Entretanto, ela vai além do procedimento convencionado e particulariza a matéria, colocando a si mesma como exemplo de afinidade, capacidade e disposição natural para as letras. Desta forma, podemos entender que Zayas inscreve sua obra como prova concreta da tese de que as mulheres têm aptidão para as letras, e que, portanto, podem receber educação.

O asserto mais impositivo do prólogo parece-me aquele em que Zayas afirma que “com as mulheres não há competição: quem não as estima é néscio(...), quem as ultraja, ingrato”. A força da sentença está em que a autora condiciona o reconhecimento da boa educação, do entendimento e da nobreza do homem à obrigação de estimar as mulheres.[[279]](#footnote-279)

Parece-me que Zayas, neste prólogo, através do articulado confronto entre teses e antíteses, cria um diálogo socrático que ilustra sua *discrição*,[[280]](#footnote-280) posto que ela mostra conhecer os discursos e os textos autorizados no extenso debate a favor e contra a mulher, além de ser capaz de usá-los com *decoro* em sua argumentação. Creio ser correto afirmar que Maria de Zayas tenciona dar ao diálogo socrático a função de uma *ironia socrática*, com o evidente intento de levar o leitor a reconhecer sua própria ignorância no que diz respeito à capacidade intelectual feminina e sua aptidão para as letras.

Por tanto, a defesa da mulher que Zayas se propõe realizar centra-se na questão da*opinião*, ou seja, sobre aquilo que se pensa e se diz sobre a mulher. Cabe, então, verificar como este propósito é levado a cabo na composição da obra, tendo em vista suas peculiaridades estruturais e as diferenças entre as *Novelas* e os *Desenganos*.

A estrutura das duas coleções de contos é similar, observando-se, porém, grande diferença no conteúdo. Nas *Novelas* os contos têm majoritariamente o protagonismo feminino, enquanto nos *Desenganos* é exclusivamente masculino. Na primeira coleção as protagonistas são heroínas que provam seu valor superando grandes dificuldades e atuando exemplarmente nas questões de justiça. O amor e o casamento geralmente conduzem à felicidade dos cônjuges, que se unem sob critérios individuais específicos. O divórcio é debatido e aplicado como solução para os problemas conjugais havendo, em alguns casos, segundas núpcias. Estes temas são tratados de forma complementar nos contos, com a proposição de diferentes perspectivas e soluções para os conflitos em torno da temática amorosa e feminina. No que diz respeito ao texto da moldura, nas *Novelas* ele se limita aos acontecimentos do sarau e à introdução do conto a ser narrado. A complementariedade observada no tratamento dos temas corrobora a tese de que Maria de Zayas tinha um projeto de obra, didaticamente apresentado ao leitor.

Estou de acordo com a afirmação de Peter Cocozzella, de que Zayas “fundou sua arte no equilíbrio entre *ciência* e *consciência*. Ciência, como resultado do profundo conhecimento de seus antecedentes literários e de sua maestria artística, em combinação com a *consciência* de uma artista impelida pela dedicação a uma causa: a defesa feminina.”[[281]](#footnote-281) Um dos recursos da ciência de novelar de Maria de Zayas, como Sanda M. Foa já observou, é utilizar temas e obras literárias bastante conhecidas como fonte, recriando-os segundo seu propósito feminista.[[282]](#footnote-282) Fruto deste trabalho é o conto “O prevenido enganado”, cuja fonte inequívoca é “O zeloso estremenho”,[[283]](#footnote-283) de Miguel de Cervantes. Neste conto Cervantes reúne engenhosamente alguns dos tipos e temas bastante conhecidos dos textos culturais contemporâneos, como são, por exemplo, a figura do espanhol que volta rico da América; a do velho abastado que se casa com uma esposa muito jovem; a da velha alcoviteira e a figura do “virote”, tipo popular sevilhano.[[284]](#footnote-284) Além disso, os extremados ciúmes de Carrizales, o protagonista, fazem par com a misoginia predominante na mentalidade da Idade Média que recobrava forças no crepúsculo do Renascimento. Quanto à representação feminina, Cervantes reproduz a freqüente polarização entre a boa mulher, comparada a Virgem Maria, casta e virtuosa, e a má, comparada a Eva, sujeita aos ímpetos irrefreáveis de seu ventre.[[285]](#footnote-285) Da combinação genial destes elementos surge um dos mais saborosos e estudados contos da literatura universal. Um de seus reconhecidos méritos são os silêncios na trama, criados inovadoramente pelo autor, bem como as sutis sugestões que intrigam e fascinam leitores de todos os tempos. É justamente sobre estes silêncios que Maria de Zayas dedicou-se, esmerando-se em evidenciar o que Cervantes apenas sugeriu, dizendo com todas as letras o que o texto cervantino quis calar.

Quando o ancião Carrizales,[[286]](#footnote-286) “o homem mais ciumento do mundo”,[[287]](#footnote-287) decide casar-se com uma moça mal saída da infância é com o propósito de encerrá-la e moldá-la, a fim de que soubesse apenas o que ele lhe ensinasse. Os motivos de Carrizales se fundamentam, como sugere o texto, em suas experiências com mulheres na juventude. Suas convicções na busca da esposa ideal expressam, nas entrelinhas, a tese misógina de que a mulher não deve receber instrução, porque ela usa do entendimento para engendrar trapaças e para perder-se mais facilmente. Maria de Zayas, como defensora das mulheres, tem como bandeira a defesa do direito feminino à liberdade e à educação. Não obstante, como afirma Gerda Lerner, naquela época os defensores da mulher primeiro tinham que provar que ela podia ser educada, ou seja, que a mulher tinha capacidade cognitiva para receber educação.[[288]](#footnote-288)

Seguindo os moldes dos textos culturais de conteúdo anti-feminino, em “O zeloso estremenho” o velho Carrizales e o jovem Loaysa, seu antagonista, representam o atributo masculino por excelência: a razão. Carrizales envaidece-se da fortaleza que criou em torno do objeto de seus ciúmes, a jovem esposa, enquanto Loaysa empenha-se em burlar a estratégia aparentemente indefectível do ancião. No que diz respeito às personagens femininas, antagonizam-se a boba Leonora, esposa de Carrizales, e Dona Marialonso, mulher astuta e dissimulada. Sobre a astúcia da velha ama recai toda a culpa da ruína das fabulosas precauções do ancião. Carrizales penaliza a ama, mas perdoa Leonora, reconhecendo que “persuasões de velhas astutas e requebros de moços apaixonados facilmente vencem e triunfam sobre o pouco engenho que os poucos anos encerram.”[[289]](#footnote-289) Pode-se concluir que Cervantes defrauda a teoria misógina sobre o entendimento, posto que, no final do conto o industrioso protagonista é levado a admitir que o que ele pensou que asseguraria o zelo da sua honra - o pouco entendimento de sua esposa - foi o elemento causador da ofensa.

A derrocada do plano arquitetado por Carrizales pode ser entendido como uma deposição simbólica do ideário anti-feminino que defendia a manutenção da mulher sob constante vigilância, como depositária da honra masculina.

A oposição a tal preceito conta com um verdadeiro hino à liberdade feminina entoado por Dona Marialonso, acompanhada ao violão por Loaysa. Trata-se de uma canção popular sevilhana que Cervantes recolheu dos cantares tradicionais para compor seu texto literário.[[290]](#footnote-290) Nesta canção há uma clara afirmação da supremacia da vontade do sujeito feminino frente às pressões externas. Diz o refrão: “Mãe, minha mãe, / guardas me pões,/ [mas] se eu não me guardo,/ não me guardareis.” Outros versos reafirmam a mensagem: “Se a vontade/ por si não se guarda,/ não lhe farão guarda/ medo ou distinção.” [[291]](#footnote-291)

O grande gesto de vontade feminina livre, neste conto, ficou eternizado pelo invólucro de suspense que o genial Cervantes criou sobre ele: a decisão de Leonora de não casar-se com Loaysa, como Carrizales havia determinado em seu testamento, aparentemente premiando seu opositor com o objeto disputado. O texto de Cervantes mantém em silêncio as razões de Leonora, não obstante, destaca sua vontade autônoma. Ao decidir ingressar em um convento, Leonora está assumindo o governo de seu destino, negando-se a ser objeto da disputa ou dos ditames masculinos. Sua determinação, que dá mostra de seu entendimento, deixa constrangido o jovem Loaysa, que então embarca para a América, como antes havia feito Carrizales.

Como se pode notar, o conto de Cervantes traz em seu cerne o que Maria de Zayas queria pôr em evidência: o antagonismo entre as teses favoráveis e desfavoráveis à emancipação feminina.

Indubitavelmente, com o propósito de rescrever o cânone literário com vistas a colocar a colocar a mulher em uma situação mais favorável e de maior destaque, Zayas usa o conto de Cervantes como fonte para compor “O prevenido enganado”.[[292]](#footnote-292) Neste conto Zayas identifica o protagonista[[293]](#footnote-293) como um jovem de reconhecido entendimento que gasta a juventude em aventuras amorosas. Enquanto Cervantes abrevia os jogos amorosos da mocidade de Carrizales em uma sentença evocativa,[[294]](#footnote-294) Maria de Zayas é prolixa, desdobrando em seis episódios a vida sentimental de dom Fadrique.[[295]](#footnote-295) Inicialmente ele se apaixonou por uma formosa jovem, Serafina, que era cortejada por outro cavaleiro, dom Vicente. Contudo, ele trata o casamento com os pais da moça, confiando na superioridade de seus títulos e bens, e é admitido. Serafina protela o casamento por problemas de saúde, que na verdade ocultam sua gravidez. Dom Fadrique testemunha secretamente o nascimento e o consecutivo abandono da filha de sua prometida esposa. Como cavaleiro, dom Fadrique ampara o bebê, deixando-o com uma tia, sob a ordem de mandá-lo a um convento quando tivesse três anos. Em conseqüência de sua desilusão amorosa, dom Fadrique desfaz seu compromisso matrimonial e deixa a cidade, ficando ele:

Tão escarmentado com Serafina que por ela ultrajava todas as demais mulheres, não fazendo exceção de nenhuma, coisa contrária ao seu entendimento, pois para uma má há cem boas, e nem todas o são, nem é justo, mesclando umas com outras, culpar a todas. Mas, enfim, ele dizia que não havia de fiar-se nelas, e menos nas discretas, porque de muito sábias e entendidas davam em travessas e viciosas, e que com suas astúcias enganavam os homens; pois uma mulher não havia de saber mais do que tecer e rezar, governar sua casa e criar seus filhos; e o mais eram bacharelices e sutilezas que não serviam senão para perder-se mais rapidamente (Zayas, 2000, pp. 300-1)

A partir de então dom Fadrique começa uma longa peregrinação em que, a cada nova experiência amorosa, se vê defraudado, o que o leva a reafirmar seu conceito negativo referente às mulheres *discretas*, sem ser capaz de resistir aos seus encantos.

De Granada, seu lugar de origem, dom Fadrique passa a Sevilha, onde trata o casamento com uma bela viúva. Mas desilude-se depois de descobrir que ela levou à morte um de seus escravos, por causa de seu aguçado apetite sexual. De lá vai a Madri, onde conhece duas primas, consideradas as Sibilas[[296]](#footnote-296) da Espanha, as quais o submetem a uma troça vexatória.[[297]](#footnote-297) Tão envergonhado se sente o nobre cavaleiro que decide deixar o país. Parte para Nápoles e Roma, onde continuam suas desventuras românticas. Em Roma tem um caso com uma mulher que, por ele, mata seu marido. Esgotados os seus bens, dom Fadrique regressa à Espanha, quando conhece uma duquesa catalã, mulher que parece desfrutar livremente de sua sexualidade, posto que o convida a fazer a cesta com ela enquanto seu marido está caçando. Ao saber da opinião de dom Fadrique sobre as mulheres discretas, e que ele pretende voltar à sua terra em busca de uma mulher néscia para casar-se, a duquesa previne-o de que a mulher discreta sabe cuidar melhor as leis da honra e que, se acaso não o faz, sabe ocultá-lo. Porém, ela não convence dom Fadrique. Em Granada ele se casa com dona Graça, a filha de Serafina que cresceu no convento. Nela confluem as esperanças do vivido cavaleiro de ter um casamento feliz, pois ela é inexperiente e ingênua, o que ele concebe como requisito imprescindível para o zelo de sua honra. Dom Fadrique acomoda a casa que herdou de seus pais, porque não quer que sua esposa conviva com a família materna, a fim de que não se cultive seu pouco engenho. Para servi-la procura as criadas mais ignorantes e menos maliciosas. Com o propósito de testar a ingenuidade da esposa,[[298]](#footnote-298) nas núpcias dom Fadrique ensina-lhe que a vida de casados consiste em que a mulher deve vestir-se como cavaleiro, empunhar uma lança e velar o sono do marido, marchando pelo quarto toda a noite. A farsa estende-se por alguns dias, até que dom Fadrique tem de viajar. Durante sua ausência um jovem cordovês, com a ajuda de uma vizinha que lhe serve de alcoviteira, ocupa o lugar do marido, e tem ocasião de ensinar a dona Graça outra forma de vida dos casados que lhe proporciona grande satisfação. Tanto que ela protesta, quando dom Fadrique volta: “muito melhor eu ia com o outro marido, que me deitava com ele e me regalava mais que vós”. Depois de apurar os fatos, dom Fadrique compreende que foi ele o néscio e o culpado de que sua honra tenha sido afrontada, com o agravante de que a mulher boba sequer soube ocultar o que fez. Desde então ele passou a estimar as mulheres que são discretas e virtuosas, dizendo que não havia comparação para elas, pois mesmo quando não fossem virtuosas, faziam suas coisas com recato e prudência. Em seu testamento dom Fadrique ordena que sua esposa receba suas posses se se retirar ao convento onde está sua mãe. Ela o obedece. O narrador dá fim ao conto tendo-o como uma advertência aos “ignorantes que condenam a discrição das mulheres”, posto que “onde falta o entendimento, não pode sobrar a virtude” (Zayas, 2000, p. 340).

Entendo que a sentença do narrador reordena os valores autorizados pelo cânone, uma vez que enuncia a mensagem que o texto cervantino deixou implícito. Maria de Zayas, como vemos em “O prevenido enganado”, parece disposta a denunciar categoricamente os preconceitos que sustentaram a ideologia misógina, a qual se opunha a que a mulher recebesse educação.

A conduta sexual de dom Fadrique parece destinada a preencher as propositais lacunas do texto cervantino sobre a origem do grande temor de Carrizales pela astúcia alheia, e o extremado zelo de sua honra. Merece atenção que o desdobramento do conto de Zayas em seis episódios põe em primeiro plano as aventuras sentimentais do obstinado cavaleiro. Deste modo, Zayas expõe claramente a falsa moral de seu protagonista, posto que ele quer para si o que não foi capaz de conceder aos demais homens: o respeito à honra da mulher casada. Dom Fadrique, que preza muito sua dignidade, é incapaz de frear seus ímpetos sexuais e de aplicar sua razão e seu entendimento em algo de mais valor que o exercício de suas habilidades de sedutor. Julgo que, através desta personagem, Zayas está pondo em xeque a prestigiada imagem do homem como o natural detentor da razão e da cordura pois, ao enfocar a sexualidade masculina, destaca a interessada participação de dom Fadrique nas infrações das leis da honra. Desta forma, Zayas desloca a culpa da mulher para o homem, fazendo incidir sobre ele a imagem do sujeito que tem a sexualidade desregrada. Portanto, Zayas desautoriza o comum argumento de que a mulher é governada pelo ventre, que desde longa data era usado para justificar a inferioridade da mulher. [[299]](#footnote-299)

Propositadamente, no texto de Maria de Zayas, as mulheres se mostram superiores ao varão em malícia, como irreverente prova do entendimento feminino. Isto porque, como ela diz no prólogo, “tudo o que se faz com manha, ainda que não seja virtude, é engenho” (Zayas, 2000, p. 160).

A autora repetidamente critica, no conjunto de sua obra, o procedimento generalizador de julgar as mulheres. Em franca oposição a esta tendência misógina, ela afirma, por intermédio da voz do narrador do conto, que não “é justo, mesclando umas com outras, culpar a todas” (Zayas, 2000, p. 300), recomendando que há que estimar e pôr em seu lugar a cada uma (Idem, p. 293). Com o propósito de alterar o padrão da tipificação, Maria de Zayas cria um vasto rol de indivíduos femininos, com quem o protagonista se relaciona. Como afirma Iris Zavala, ao enfocar de maneira crítica o impulso totalizador, se rechaça o eu misógino, monológico e autoritário, e se abre a cultura para a heterogeneidade.[[300]](#footnote-300) Eis uma inovação de Maria de Zayas, com a qual demonstra sua *consciência* sobre a representação que se fazia da mulher.

De forma notável a autora promove o embate entre as posturas contrárias, a favor e contra a emancipação feminina, por meio do discurso e da atitude das personagens. De modo muito didático, o desfecho exalta ou pune exemplarmente a *opinião* que cada uma delas representa.

O reconhecido didatismo de Maria de Zayas, imprescindível ao propósito pedagógico de que sua obra está investida, consiste em um procedimento das artes do seu tempo, expresso pelo princípio de *ensinar deleitando*, ditado pela retórica clássica. [[301]](#footnote-301)

Julgo que a rescritura do cânone é o aspecto mais significativo e inovador de Maria de Zayas, freqüentemente aplicado nas *Novelas*. Muitas vezes ela foi acusada de plágio e, talvez por este motivo, sua obra tenha sido considerada de segunda grandeza. É importante considerar que a idéia de plágio não existia no século XVII. Creio que Zayas estava lançando mão de outro elemento da doutrina retórica, muito aplicado pelos artistas de seu tempo, o conceito de *autoridade*, segundo o qual a inequívoca referência ou imitação dos autores consagrados indicava a ilustração daquele que o fazia. Tinha, portanto, uma conotação positiva. A qualidade da criação literária estava subordinada à capacidade do artista em imitar com *decoro*, ou seja, em conformidade com o *gênero* e o *estilo* do texto em que a imitação era empregada.

Luisa López Grigera, em *La Retórica en la España del Siglo de Oro*, ao tratar da *inventio* (a parte da retórica dedicada à seleção de argumentos para a composição do texto), diz que, segundo Brocense, os “argumentos poderiam ser extraídos das coisas - da realidade verdadeira ou imaginada como verdadeira -, ou dos autores, isto é, do acúmulo de saberes que possuía aquele que preparava o discurso, e das notas que em suas incontáveis leituras havia tomado, ou das ‘fontes’ que ele devia saber manejar: grandes repertórios de temas, de apotegmas e de sentenças. A melhor invenção literária era a que buscava os assuntos nos autores, sobretudo se o destinatário era pessoa erudita.”[[302]](#footnote-302) Exemplo destes repertórios de erudição eram as *Polianteas* e, no âmbito moral-religioso, as *Sumas* *morais*, mencionadas por Maria de Zayas na prólogo às *Novelas*. Logo, Maria de Zayas empregou um tradicional recurso da retórica, mas deu-lhe funções completamente novas: a de indicar a capacidade feminina para as letras, tanto para a leitura como para a composição, demonstrando um domínio *decoroso* da doutrina em voga, além disso, ela serviu-se engenhosamente do cânone para denunciar o anti-feminismo de que estava impregnado.

Estas observações nos permitem reafirmar a consideração de Peter Cocozzella a respeito da *ciência* de Maria de Zayas no domínio dos recursos literários, os quais são postos a serviço de um ideal reivindicatório que permeia a obra.

Em conclusão, o reconhecimento daengenhosidade da composição do conto deve servir ao leitor como prova contumaz da *agudeza* que pode alcançar o entendimentofeminino.Sem dúvida, novos estudos devem aprofundar a questão e lançar novas luzes sobre ela, a fim de que se tenha uma dimensão mais adequada do valor da obra de Maria de Zayas y Sotomayor.

A fim de apresentar os principais traços das coleções, de modo a oferecer uma visão do conjunto da obra de Maria de Zayas, passo a abordar o segundo volume de contos, que apresenta significativas diferenças no âmbito estrutural e temático. A pesquisa sobre apoética cultural dos séculos XVI e XVII permite-me assegurar que as particularidades do texto de moldura e do trágico final das heroínas dos *Desenganos* não tornam a obra fragmentada ou contraditória, como chegou-se a afirmar.[[303]](#footnote-303) Pelo contrário, penso que a diferença dá unidade à obra e ao projeto de reunir múltiplos discursos e imagens para tratar de forma dialética as questões pertinentes à representação da mulher.

Respeitando os limites de um estudo monográfico, será enfocado apenas um conto, no qual me detenho às considerações sobre o texto de moldura, o respeito às normas retóricas de composição do conto e o uso peculiar da figura da *evidência*. Pretendo demonstrar como estes elementos compositivos estão firmemente atrelados ao propósito ideológico da autora.

Dez anos separam as duas coleções de contos de Zayas, porém o título *Parte segunda do Sarau e entretenimento honesto* (1647)[[304]](#footnote-304) indica a intenção de interligá-las. Como já foi referido, esta coleção está desprovida de prólogo, porém, na sua introdução há a explícita declaração dos objetivos do evento social que a obra alude. Com a realização do sarau a anfitriã pretende defender a opinião das mulheres posto que, segundo ela, “encontra-se tão prostrada”. Os contos deverão chamar-se *desenganos*, com o evidente propósito de servir como escarmento. As damas convidadas a palestrar durante o sarau vislumbram a possibilidade de desagravar-se, principalmente de que os homens julguem a todas as mulheres por uma.[[305]](#footnote-305) Desde logo, na *Parte segunda* vemos ser reiterado o propósito de fazer da obra um instrumento de defesa da mulher e de denúncia e oposição ao padrão difamatório e generalizador.[[306]](#footnote-306)

Diversamente do que acontece nas *Novelas*, as oradoras, antes de iniciar a narração do conto, tecem uma série de comentários relativos à causa feminina. Desta forma Maria de Zayas instaura um novo uso para o texto de moldura, convencionalmente empregado apenas para unir os contos.[[307]](#footnote-307) Vejamos como isto ocorre.

No desengano VIII, Dona Francisca sucede sua irmã no assento das narradoras. A dama inicia a exposição com uma assertiva e uma interrogação aos ouvintes, com as quais apresenta a equivalência, aparentemente indissociável, da capacidade masculina para amar e enganar:

Que os homens sempre põem a mira em enganar as mulher, não me persuado a crer; que alguns haverá que com a primeira intenção, ou aficionados à beleza, ou rendidos ao agrado, ou apetecidos pela comodidade, amem, tenho-o por certíssimo; que se cansam logo, e cansados, ou se arrefecem, ou aborrecem e esquecem, é seguro. Mas que há muitos que enganam, quem pode duvidar? (Zayas, 1983, p. 369)

Em seguida, sua argumentação se dá através da proposição de um diálogo, em que ela se dirige ao homem casado, inquirindo-o sobre os motivos que o fazem procurar uma mulher fora de casa. Às prováveis respostas ela acrescenta uma contra-resposta. Aconselha-o que olhe a sua esposa com o olhar que destina àquela que busca fora.

Logo dirige sua advertência aos galãs e às damas, afirmando que elas são a causa dos enganos cometidos, porque elas dão crédito a eles. Por isso dona Francisca não se espanta que os homens condenem as mulheres. A seguir ela desenvolve melhor sua sentença, dizendo que os homens, ao serem acusados de enganar as mulheres, perguntam: por que elas se deixam enganar? Afirma que eles têm razão, pois há mulheres que são como o ladrão obstinado, que vê seu companheiro sendo enforcado e continua furtando.[[308]](#footnote-308) Assegura que há mulheres que vêem outras lamentarem-se por haver sido enganadas e, sem tomar escarmento, enganam a si mesmas.

Dona Francisca pergunta-se: por que haveria de deixar-se enganar por quatro mentiras bem elaboradas que um homem lhe diz? Assegura que só se deve crer nos homens quando eles dizem: “Domine, non sum dignus”. [[309]](#footnote-309)

Então, dona Francisca dá um exemplo de uma aventura amorosa entre uma dama e um galã em que, ao final, ele a esqueceu ao afastar-se dela duas léguas; mas ela, como estava advertida da manha do galã, não se lembrou mais dele ao afastar-se uma légua. Ao que a desenganadora sentencia: “a la treta armar la contratreta, que de cosario a cosario no hay que temer” (Zayas, 1983, p.371).[[310]](#footnote-310) A continuação, dona Francisca se dirige ao auditório feminino:

Isto é, minhas senhoras, não se deixar enganar; e enquanto não fizereis assim, vos encontrareis a cada passo nas desditas em que hoje encontram-se todas as que tratam destes mistérios, mais dolorosos que gozosos (Zayas, 1983, p. 371).

Ela dá seqüência à advertência discorrendo sobre o fato de os homens falarem mal das mulheres, com o que faltam com seus compromissos de nobreza. Reconhece, porém, haver más mulheres, contudo, já as denunciam suas obras, não sendo necessário maior vilipêndio. Diz acreditar que os ânimos masculinos estão obstinados contra as mulheres, porque como não encontram boas mulheres, não querem acreditar que elas existem, o que consiste na maior das ignorâncias. Então aconselha os varões que procurem as boas mulheres no lugar certo, uma vez que não as encontrarão pelas ruas, prados e rios, de noite e de dia - em clara alusão às prostitutas-, e assim não terão do que queixar-se.

Por fim anima-se a desempenhar o papel que lhe coube:

Tratemos de iniciar com nossa intenção, que é provar que há e têm havido muitas [mulheres] boas, que têm padecido e padecem na crueldade dos homens, sem culpa (Zayas, 1983, p. 371).

Dito isso, dona Francisca apresenta o conto que, podemos entender, opera como *exemplo* da tese apresentada. Ao final, ele será comentado e julgado pela audiência do sarau.

O tema nuclear do conto é o amor, próprio da *novela de corte*.[[311]](#footnote-311) A estrutura é bipartida, centrando-se a primeira parte no casamento secreto, “por palavra”, de dom Enrique e dona Mencia. Ele é um rico jovem aristocrata que possui gala e bizarria, além de um caráter dadivoso. Porém, sobre dom Enrique recai a suspeita de uma mancha de sangue, por seus avós terem sido lavradores, ainda que fossem cristãos-velhos. A “honesta e recolhida” dona Mencia é filha de um homem avaro, de natureza cruel, que deseja ter seu filho, dom Alonso, como único beneficiário de sua fortuna. Afrontados pelo casamento, o pai e o irmão de dona Mencia planejam vingar-se. Dom Alonso mata a irmã com golpes de punhal e fere gravemente dom Enrique. Depois foge para a Itália, instalando-se em Nápoles, onde conhece o amor por dona Ana, jovem “virtuosa”, de família honrada, mas pobre. Com dona Ana, dom Alonso conhece a felicidade e o matrimônio lhes traz um filho. Não obstante, o amor pela esposa dura até que dom Alonso recebe uma carta de seu pai, onde anuncia a suspensão da pensão mensal e a intenção de aniquilar sua fortuna, em represália pelo enlace com uma mulher pobre. Tencionando voltar às boas com seu pai, dom Alonso segue o conselho de seu amigo Marco Antônio e mata sua esposa: degola-a e joga o corpo num poço, levando a cabeça consigo na fuga, para enterrá-la próximo ao porto. Mais tarde é preso em Gênova, como ladrão, e reconduzido a Nápoles. Lá confessa os crimes anteriores, atormentado pelo sonho em que lhe aparece a irmã, ameaçando-o com uma faca. No cadafalso, prestes a ser degolado, dom Alonso revela onde está a cabeça de dona Ana e pede que seja resgatada. Com a cabeça de sua vítima nas mãos, ele declara a inocência da esposa e reconhece a própria culpa.

Terminada a narração do conto, damas e cavalheiros presentes ao sarau debatem sobre ele, chegando-se à seguinte conclusão:

Os cavaleiros, ou rendidos à verdade, ou agradecidos à cortesia, votaram nas damas, confessando ter havido e haver muitas mulheres boas, e que têm padecido e padecem inocentes na crueldade dos enganos dos homens. E [concordaram] que a opinião comum e vulgar, por leiga e descortês, não era justo guardá-la os que são nobres, honrados e bem entendidos, pois não o é, nem pode ser, aquele que não estima as mulheres (Zayas, 1983, p. 399). [[312]](#footnote-312)

Observando a estrutura do conto, nota-se que Maria de Zayas segue as normas da retórica clássica, e o princípio de *ensinar deleitando*, assim como fizeram seus contemporâneos. Neste conto, vale referir que a autora explora magistralmente a *circunstância de conselho*, relativa à *inventio*, através da qual é dado ao leitor conhecer o que vai pela mente da personagem, como ele pensa e delibera. Como a ação do conto é preponderante masculina, é sobre o homem que esta circunstância melhor se aplica.

Creio que é acertado afirmar que o enredo se fundamenta nesta circunstância, uma vez que a “razão premeditada” desencadeia a ação. No enredo, é o antagonismo ou a sincronia entre os propósitos que dá origem aos enlaces e aos conflitos pessoais. Por exemplo, a inimizade entre dom Enrique e dom Alonso fundamenta-se na disparidade de intenções em relação a dona Mencia. Dom Enrique despreza o dote da amada, importando-se apenas com o seu consentimento para a união. Já dom Alonso quer dar fim à irmã, para não dividir a herança com ela. Da mesma forma a amizade e cooperação entre dom Alonso e Marco Antônio deve-se à predominância, em ambos, dos interesses venais. O acesso à íntima deliberação permite concluir que a ação das personagens resideemsua “razão”, ou seja, naquilo que seu entendimento concebe, segundo determinadas inclinações, e o modo como ele é empregado.

Essa organização do enredo com o intuito de dar vulto às atividades psíquicas das personagens está estreitamente relacionada ao conjunto de valores que sustenta o universo ficcional do conto, posto que este procedimento individualiza as personagens, o que as desvia da tipificação. Além disso, permite ao leitor fazer um minucioso exame dos caracteres[[313]](#footnote-313) e, conseqüentemente, julgá-los.

Outro recurso retórico especialmente empregado na composição do conto é a figura da *evidência*. Trata-se de uma figura de linguagem, relativa à *elocutio*, muito empregada pelos contemporâneos de Zayas, cuja finalidade é *pôr diante dos olhos* do leitor as idéias, a fim de *mover* seus afetos. A autora utiliza brilhantemente este recurso na representação espetacular da morte sangrenta das mulheres. Acompanhando a plastificação do horror pelo assassinato brutal, a cena da morte é seguida de acontecimentos sobrenaturais. Por exemplo, o corpo de dona Mencia emana uma estranha luz que atrai dom Enrique para o lugar onde está o cadáver. Ele observa que, misteriosamente, o sangue não cessa de correr das feridas e que o corpo tem uma rara beleza. Um ano depois do sepultamento, quando o corpo foi trasladado, as feridas de dona Mencia ainda sangravam. Quanto a dona Ana, quando levam sua cabeça ao cadafalso, verifica-se que ela está “tão fresca e formosa como se não fizesse seis meses que estava debaixo da terra”(Zayas, 1983, p. 398). De acordo com a tradição hagiográfica, este são sinais visíveis que indicam que a vítima inocente foi premiada por Deus com a salvação de sua alma.

Julgo que os elementos sobrenaturais, vivamente descritos, têm a função de ativar na mente do leitor um conjunto de valores religiosos que a autora manipula engenhosamente na construção do significado do conto, no qual a mulher é muito mais propensa à virtude que o homem.

Na sua intenção de defender a *opinião* da mulher, Zayas faz reincidir a axiologia moral e religiosa do século XVII sobre as relações entre os sexos, onde os “martírios” - como são referidos, nos contos, o cruel assassinato das mulheres - põem diante dos olhos do leitor a imagem da desmedida força do homem aplicada à aniquilação da mulher.[[314]](#footnote-314) Considero que, com estas cenas truculentas, Zayas pretende criar uma nova imagem para representar a condição da mulher de seu tempo.

Penso que não seria errôneo imaginar que Zayas estaria denunciando a violência contra suas iguais, já que não é raro encontrar nos cronistas da época o registro de escandalosos homicídios, havendo grande semelhança com os crimes descritos nos *Desengaños*.[[315]](#footnote-315) Entretanto, não podemos perder de vista as dimensões que a defesa da mulher tinha no século XVII. Zayas, apesar de apontar para inúmeras perspectivas, parece centrar-se na questão da *opinião*, ou seja, no conceito depreciativo atribuído à mulher, assentando aí a raiz do problema, como fica patente na conclusão do conto VIII.

Falta-nos considerar a relação existente entre o texto de moldura e o conto propriamente dito, a fim de observar mais apropriadamente como Zayas organizou a enunciação da denúncia em favor da mulher nos *Desenganos amorosos*. A partir da pesquisa das poéticas culturais dos séculos XVI e XVII, considero que a estrutura das coleções, que imita a narrativa oral ambientada em um evento da sociedade aristocrática, aproxima o texto de Zayas às obras dedicadas à arte da conversação, que têm como modelo *O Cortesão* (1528), de Baldassare Castiglione. Dita obra mimetiza os serões que tinham lugar na corte de Urbino, na Itália, ficcionalmente situados em março de 1504. Em *O Cortesão*, o diálogo entre ilustres aristocratas se dedica a debater questões relevantes à formação do perfeito habitante da corte. A *Parte segunda do Sarau e entretenimento honesto*, como o próprio título enuncia, pretende mimetizar um acontecimento social no qual distintos convidados se reúnem para desfrutar do prazer intelectual da conversação elegante. Assim, encontramos no texto de moldura da *Parte segunda* o decoroso discurso de uma narradora, escolhida para versar sobre um tema, dirigindo-se aos participantes do sarau, os quais deverão julgar seus argumentos e deles extrair uma *lição*. Neste contexto, o conto consiste num *caso exemplar*, supostamente verdadeiro, que é apresentado para defender uma tese enunciada pela narradora. Por conseguinte, o desengano VIII, dedicado ao vitupério do homem que não possui excelência na deliberação constitui, então, o *exemplo*, sob a forma de *escarmento*, de uma lição prudencial. Esta *lição* é apresentada como matéria de um conto, incorporado à estrutura do gênero *diálogo* que, neste caso, o sarau mimetiza. Esta interpretação permite-nos perceber a unidade entre o texto de moldura e o relato, como também reconhecer a pertinência do forte caráter pedagógico da narrativa.[[316]](#footnote-316)

O direcionamento da matéria do *desengano*, que consiste na estrutura criada pela relação entre moldura, conto e conclusão, confere um caráter peculiar ao texto, posto que todos os elementos da fala de dona Francisca estão estreitamente relacionados aos propósitos do sarau, como são dar escarmento e defender a *opinião* da mulher. Da mesma forma, a *lição*, que resulta da apresentação do conto e do debate sobre ele (sinteticamente apresentado como conclusão), confirma a tese apresentada pela narradora, o que celebra a eficácia dela como oradora.

O discurso apropriado ao público ilustre, no qual se revela a engenhosidade na invenção das sentenças, a capacidade para elaborar elegantes e agudas facécias, e ainda de usar brilhantemente o recurso de plastificação das idéias, dão prova do agudo entendimento da narradora, sua instrução nas Humanidades e seu domínio das artes da conversação. Estes atributos certamente tornam sumamente agradável a oratória de dona Francisca, o que a faria merecer a palma, usada em tais certames como prêmio pela distinção nas disciplinas intelectuais.[[317]](#footnote-317) Sem dúvida a somatória destes quesitos confirma a autoridade da dama para ocupar o papel que lhe coube: o de deleitar enquanto ensina, o que serve de prova irrefutável da aptidão da mulher para as letras e para ocupar as cátedras.

V. Considerações finais

Ante o exame do prólogo, dos contos e do texto de moldura que, nesta monografia, sintetizam a obra, pode-se concluir que o feminismo de Maria de Zayas centra-se na questão da *opinião*, ou seja, nos discursos dirigidos à mulher. Cabe destacar como Zayas ataca a misoginia, porém não é partidária da homofobia, posto que nas duas coleções encontram-se representadas a excelência e a deficiência moral em ambos os sexos. Igualmente, nos *Desenganos* vimos como a oradora condena tanto os excessos masculinos como os femininos.

Por meio do estudo apresentado, creio que é acertado afirmar que Maria de Zayas tinha um projeto de obra, no qual as diferenças temáticas e estruturais colaboram para reunir recursos poéticos e perspectivas ideológicas, de diversa índole, de modo a propiciar a abordagem dialética das questões relativas à mulher de seu tempo. Somado a isto, o convencionado princípio de *ensinar deleitando* é magistralmente empregado para dar univocidade à interpretação do conto e à mensagem veiculada, sempre favorável à mulher, com vista a promover uma mudança de *opinião*.

No conjunto da obra vemos os recursos tradicionais da doutrina retórica serem empregados para fomentar novos discursos e imagens para a representação a mulher, rechaçando a generalização e os preconceitos sobre a sexualidade e a capacidade intelectual femininas.

É fácil constatar que Zayas engenhosamente articula uma obra de patente caráter didático, dirigida à educação política. A obra consiste em uma demonstração contumaz de que a mulher culta pode usar com *decoro* as normas, textos e discursos canônicos e, inclusive, emulá-los e que, por tanto, pode ocupar as cátedras. Considero que a argúcia de Zayas na invenção da obra literária constitui uma *evidência* do caudal feminino, que autoriza o discurso favorável à educação e à emancipação da mulher.

Acredito que a autora se dedica, página a página, a produzir o desengano a respeito do constructo cultural da superioridade masculina, para que então seja possível ao leitor, sem ter a razão obnubilada pelo preconceito, perceber na voz das narradoras e nas letras de Zayas a agudeza do engenho feminino.

VI. Bibliografia

CASTIGLIONE, Baldassare. *O Cortesão*. Trad. Carlos Nilson M. Louzada. São Paulo: Martins Fontes, 1528/1997.

CERVANTES Y SAAVEDRA, Miguel de. *El ingenioso hidalgo don Quijote de la Mancha*. Ed. Martín de Riquer. Barcelona: Planeta, 1605-1615/1990.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. “El celoso Extremeño”, em: *Novelas ejemplares*. Ed. F. Sevilla Arroyo e A. Rey Hazas. Madri: Espasa Calpe, vol. II, 28. ed., 1613/1991, pp. 357-396.

FOA, Sandra M. *Feminismo y forma narrativa. Estudio del tema y las técnicas de María de Zayas y Sotomayor*. Valência: Albatrós e Hispanófila, 1979.

GONZALES DE PALENCIA, Angel (ed.). *Noticias de Madrid* (1621-1627). Madri: Artes Gráficas Municipales, 1942.

GRISWOLD, Susan C. “Topoi and Rhetorical Distance: The feminism of María de Zayas”. Em: *Revista de Estudios Hispánicos*, 14.2, 1980, pp. 97-116.

HANSEN, João Adolfo. “Educando príncipes no espelho”. Em: FREITAS e KUHLMANN (orgs.) *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002, pp. 61-97.

HORÁCIO. *A arte poética de Horácio*. Ed. Dante Tringali. São Paulo: Musa, 1993.

LANGLE DE PAZ, Teresa. *Las voces del cuerpo. El arte narrativo de maría de Zayas*, Tesis doctoral, Brown University, 1997.

LEÓN, Frei Luís de. *La perfecta casada*. Madri: Espasa-Calpe, 2.ed., 1946.

LERNER, Gerda. *The Creation of Feminist Consciousness*. Oxford: Oxford University Press, 1993.

LÓPEZ GRIGERA, Luisa. *La Retórica en la España del Siglo de Oro*. Salamanca: Universidad, 1994.

MONTESA PEYDRO, Salvador. *Texto y contexto en la narrativa de María de Zayas*. Madri: Dirección General de Juventud y Promoción Sociocultural, 1981.

MARTÍNEZ-BURGOS, Palma. “Experiencia religiosa y sensibilidad femenina en la España Moderna”, em: G. Duby e M. Perrot, *Historia de las mujeres. Del Renacimiento a la Edad Moderna*. Madri: Taurus, 1992, tomo 3., pp. 571-583.

NAVARRA, Margarita de. *Heptamerón*. Trad. e Ed. María Soledad Arredondo. Madri: Cátedra, 1558/1991.

PÉCORA, Alcir (org.) *A arte de conversar*. Trad. Edmir Missio, Maria E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PELLICER, José de. *Avisos históricos*. Seleção de Enrique Tierno Galván. Madri: Taurus, 1965.

PIZÁN, Cristina de. *La ciudad de las damas*. Ed. Marie-José Lemarchand. Madri: Siruela, 2.ed., 2001.

PROFETI, Maria Grazia. “Mujer y escritura en la España del Siglo de Oro”, em: ZAVALA, Iris M. (coord.) *Breve historia feminista de la literatura española (en lengua castellana)* *- II. La mujer en la literatura española*. Barcelona: Anthropos, 1995, pp. 235-284.

SOLDEVILA, F. *Historia de España*. Barcelona: Ariel, tomo 5, 2. ed., 1963.

SYLVANYA, Lena E.V. *Doña María de Zayas y Sotomayor, a contribution to the study of her works*. New York: AMS Press, 1966.

TEIXEIRA, Ivan. “Literatura como imaginário: introdução ao conceito de poética cultural”, em: *Revista Brasileira*, Fase VII, Ano X, n. 37. Rio de Janeiro, 2003, pp. 43-67.

TUÑÓN DE LARA, Manuel, et alli. *Historia de España*. Barcelona: Lobor, 1991.

VICENS VIVES. *Historia de España y América*. Barcelona: Vicens-Vives, tomo 3, 2. ed., 1971.

VIVES, Juan Luis. “Formación de la mujer cristiana”(1523). Em: *Obras completas*. Ed. Lorenzo Riber, Madri: Aguilar, tomo I, 1947, pp. 985-1175.

ZAVALA, Iris M. “Las formas y funciones de una teoría crítica feminista. Feminismo dialógico”, em: ZAVALA, Iris M. (coord.) *Breve historia feminista de la literatura española (en lengua castellana)* *-I. Teoría feminista: discursos y diferencia*. Barcelona: Anthropos, 1993, pp. 27-76.

ZAYAS Y SOTOMAYOR, Maria. *Novelas amorosas y ejemplares*. Ed. Julián de Olivares. Madri: Cátedra, 1637/2000.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. *Parte segunda del Sarao y entretenimiento honesto [Desengaños amorosos]*. Ed. Alicia Yllera. Madri: Cátedra, 1647/1983.

|  |  |
| --- | --- |
| NomE: Não-provedores: gênero, desemprego e alcoolismo masculino em comunidade de baixa renda | **A 017**  **Menção**  **Honrosa** |
| Autora/o: Pedro Francisco Guedes do Nascimento |
| Orientadora/o : Cláudia Lee Willians Fonseca |
| IES: Universidade Federal do Rio Grande do Sul /RS |
| Cidade/Estado: Porto Alegre-RS |
| Outras Informações: Doutorando do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social – UFRGS Núcleo de Estudos Antropologia e Cidadania – NACI – UFRGS; Núcleo Família, Gênero e Sexualidade – FAGES – UFPE; Instituto Papai; Bolsista IFP – Fundação Ford |

Este trabalho é baseado em pesquisa realizada em uma comunidade de baixa renda no município de Camaragibe, Região Metropolitana de Recife, Pernambuco. Convivi com vários sujeitos dessa comunidade desde 1997, e em 1999 residi na área para o desenvolvimento desta investigação. Além da observação sistemática, entrevistei homens e mulheres com o objetivo de perceber as conexões entre gênero e desemprego masculino ou, mais precisamente, as implicações do fato de os homens não serem provedores de seus lares e dependerem financeiramente de mulheres.

Não estudei a condição de homens que, desempregados[[318]](#footnote-318), estavam à procura de trabalho, tendo sua história laboral caracterizada por períodos regulares de desemprego. Meu interesse era caracterizar a condição de homens que apresentaram essa trajetória mas que, naquele momento, aparentemente “acomodados”, não mais buscavam superar esses períodos de desemprego: estavam adaptados à nova situação em que se identificavam e eram identificados como “homens que não trabalhavam”, sustentados por outrem. Ao mesmo tempo, interessava-me perceber como as mulheres envolvidas nestas relações as significavam, identificando os conflitos e os arranjos aí construídos.

Em pesquisa anterior (Nascimento, 1999) sobre experiências e estratégias de atualização dos padrões de masculinidade, realizada nesse mesmo contexto, havia me detido, sobretudo na dimensão lúdica dos bares e sua possibilidade de oferecer um espaço onde se pode dramatizar, com matizes diversos, os aspectos negativos do cotidiano daqueles homens. O contato posterior com essa população chamou minha atenção para outros elementos de seu cotidiano, que redimensionaram o significado dos bares. Tentei então maior aproximação com o espaço doméstico, para o que foi necessário desenvolver outras estratégias, que permitiram acesso ao lado menos festivo, aos demais níveis de suas experiências cotidianas. No entanto, a todo o momento, mesmo buscando desvencilhar-me, via-me remetido ao espaço dos bares. Entendia esse quadro como demonstrando que aqueles homens, impossibilitados de cumprir a prescrição do trabalho e do provimento do lar, não conseguiam redefinir o ambiente doméstico, nem criar novos sentidos para suas vidas. Assim, o universo da bebida apresentava-se como a única possibilidade, alternativa perversa à impossibilidade de redimensionamento do espaço doméstico, eminentemente feminino.

Essa visão deu lugar à busca dos possíveis sentidos da condição daqueles homens, inclusive para evitar a tendência a sua vitimização. Sabia que não podia vê-los apenas como “pobres coitados”, mas o tipo de relação mantido naquele momento não deixava margem a interpretações alternativas.

Algumas dessas inquietações começaram a ganhar sentido quando percebi que os caminhos que a pesquisa tomava não se deviam necessariamente a uma dificuldade minha de constituir outras vias de investigação. Devia-se ao fato de que a população que havia decidido investigar – homens desempregados, assumidos como não-trabalhadores e assim percebidos pela comunidade – apresentava como característica marcante o fato de ser dependente do álcool. Mesmo considerando-se as diferenças entre eles, inclusive o fato de alguns passarem períodos sem ingerir bebida alcoólica, sua trajetória era identificada pela comunidade em relação a essa dependência.

A definição da característica de dependência do álcool dos homens investigados contribui para marcar suas significativas diferenças em relação aos demais. Se a bebida os levou ao desemprego ou se a condição de desempregado os levou ao consumo excessivo de bebida alcoólica não é a questão central aqui. Contudo, em qualquer das situações, a relação desemprego-álcool assume grande importância no contexto dessa comunidade; e o consumo de bebida aparece como uma estratégia marcadamente masculina. Continuei, assim, interessado em perceber como esses homens (que, além de dependerem do álcool, são dependentes também de outra pessoa para sobreviverem materialmente), atualizam os padrões tradicionais de gênero, em suas relações cotidianas. A pergunta fundamental continuava sendo: a inversão do padrão de homem provedor e mulher dona de casa subverte (ou em que medida altera) as relações tradicionais marcadas pela dominação masculina?

O dilema de perceber esses homens como dependentes químicos e ao mesmo tempo viabilizar uma interpretação que não os considerasse apenas como “doentes” pôde ser contornado na medida em que outros elementos de suas trajetórias puderam ser trazidos à tona. O álcool, mesmo sendo uma dimensão fundamental, foi cotejado a outras dimensões de suas vidas, como as diferentes relações mantidas, os discursos sobre a bebida e a falta de trabalho, a alternância de períodos de bebida e abstinência, a manipulação da identidade de doentes etc. – elementos estes que permitem não ver esses homens apenas como alcoolistas[[319]](#footnote-319), nem as relações em que estão inseridos como marcadas exclusivamente pela compaixão das pessoas que deles cuidam. Superadas essas primeiras dificuldades, foi possível desenvolver uma interpretação que articula a dupla dependência desses homens.

**Apresentando contexto e sujeitos**

O desenvolvimento do trabalho de campo veio a esclarecer várias questões inicialmente formuladas. Percebi que a condição de homens que não trabalhavam, convivendo com esposas provedoras exclusivas, era muito mais rara do que havia suposto anteriormente. Na maioria dos casos, os homens que haviam se adaptado a uma vida sem trabalho estavam separados de suas esposas, vivendo com parentes. Apenas dois casos configuravam a situação de esposa provedora e marido desempregado. Num outro caso, marido e mulher estavam juntos, mas a principal fonte de renda da casa era a mãe do marido. Os demais casos eram de homens “sustentados” pela mãe e/ou irmã (Quadro 1).

Além disso, é importante notar que os arranjos de convivência não são fixos. Há uma circulação que depende de vários fatores, o que faz com que, por exemplo, homens que moram com suas esposas venham a se separar, outros que vivem com suas mães ou irmãs venham a morar sozinhos, ou que moram sozinhos passam a morar com suas irmãs. Isso aponta para algo que será central para a compreensão das questões postas: a sobrevivência desses homens depende de sua capacidade de estabelecer redes de cuidado, sendo estas sempre marcadas pela presença feminina.

Com base em meu círculo de convivência, foram identificados 11 homens que se inseriam no perfil de “pessoas que vivem a condição de ser sustentados por outra/s pessoa/s”. Das mulheres, foram entrevistadas sete, sendo três delas mães, cada uma, de dois informantes (três pares de irmãos), três esposas e outra irmã de dois deles. Os nomes com que mulheres e homens são referidos são fictícios.

**Quadro 1** Caracterização dos sujeitos pesquisados

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Nome** | **Idade** | | | | **N de uniões** | | | **N de filhos** | | | **Coabitação atual** | | | | **Ocupações anteriores/ tempo sem trabalhar** | | | | | | **Quem provê hoje/ ocupação** | |
| Beto (A) **\*** | | 42 | | | | 2 | 2 | | | Mãe e 5 irmãos | | Cerâmica, Construção civil / 3 anos | | | | | | | Mãe (aposentada) (A) | | | |
| Brito (B) | | 40 | | | | 2 | 1 | | | Esposa | | Frentista, Ajudante de pedreiro/ 4 anos | | | | | | | Esposa (empregada doméstica) (B) | | | |
| Paulo (C) | | 33 | | | | 1 | 1 | | | Só (Já morou com a mãe e a irmã) | | Balconista, Vigilante/ 5 anos | | | | | | | Mãe (aposentada) (C) | | | |
| Renato (D) | | 42 | | | | 4 |  | | | Esposa e enteada | | Motorista, Calunga (ajudan-te de caminhão)/ 12 anos | | | | | | | | | | Mãe (empregada doméstica) (D) |
| Dino (D) | | 39 | | | | 2 | 2 | | | Esposa e filha | | Porteiro, Calunga / 12 anos | | | | | | Esposa e Mãe (ambas empregadas domést.) (D) | | | | |
| Joca (C) | | 32 | | | | 2 | 4 | | | Irmã e cunhado (C) | | Carregador /5 anos | | | | | | | Irmã e Mãe (ambas aposentadas) (C) | | | |
| Neto (E) | | 28 | | | | 2 | 1 | | | Irmã (morou depois com Joca) | | | Agricultor, Garçom /3 anos | | | | Irmã (dona de bar) Cunha-do (cobrador de ônibus) (E) | | | | | |
| Geraldo (F) | | 29 | | | | 1 |  | | Mãe, irmã e cunhado | | | | | Biscateiro / 6 anos | | | | | Mãe (aposentada) (F) | | | |
| Antônio (G) | | | 43 | | | 1 | 1 | | | Irmã, cunhado, sobrinhos | | Pedreiro / 4 anos | | | | | | | Irmã (costureira) (G) | | | |
| Brás (A) | | 44 | | | | - | - | | | Mãe e irmãos | | Carroceiro (cerâmica) / 8 anos | | | | | | | Mãe (aposentada) (A) | | | |
| Severino (H) | | | | 32 | | 3 | 8 | | | Irmã, cunhado e sobrinhos (morou só) | | | | | | Ajudante de pedreiro, Bóia-fria / 5 anos [fazendo “bicos”] | | | | Irmã (empreg. domést.) [S. vive de bicos] | | |

\*As letras identificam pessoas da mesma família.

O fato de a grande maioria dos informantes morar numa área específica do bairro, chamada Invasão, é significativo, se levarmos em conta o modo como essa área é percebida pela comunidade envolvente e pelos próprios moradores. Trata-se da área menos valorizada do bairro, com condições precárias de abastecimento de água e saneamento, a maior parte das ruas sem calçamento, cujas casas foram construídas de modo irregular em terrenos da prefeitura que foram invadidos pela população, daí o nome Invasão[[320]](#footnote-320). Comparando-a com seu pólo oposto, conhecido como a “Avenida”, é possível entender o jogo de valores aí envolvido. A Avenida é uma espécie de coração do bairro, é seu centro comercial. É uma rodovia com tráfego intenso de automóveis (e pessoas), que liga vários municípios do interior do estado à capital, Recife, típica de periferia de metrópole. É possível perceber-se uma hierarquia que marca a disposição das casas a partir desse ponto. Morar “em baixo”, próximo à Avenida,é uma marca de distinção que se perde à medida que se sobe. Morar “lá em cima”, bem mais que ser indesejado por sua geografia íngreme, é sinal de pobreza.

Pensando a Invasão como uma área geográfica específica, ela própria é configurada de modo diverso por seus habitantes. Para os moradores de outras áreas, é percebida como um todo negativo, às vezes chamada de favela, às vezes de Invasão e apontada como o lugar mais violento do bairro, onde se concentram os “maconheiros” e as “almas sebosas”[[321]](#footnote-321). Seu trecho mais próximo à “rua” é o mais valorizado. Esta é a única rua calçada desse trecho e isso já é um ponto de diferenciação, visto que não há ruas calçadas na Invasão. Os acessos são formados por estreitos corredores, a ponto de apenas dois deles permitirem acesso de veículos.

À medida que se vai afastando dessa rua em direção ao interior da Invasão e, principalmente, aproximando-se do trecho da Mata Atlântica ainda restante, a região é considerada ainda mais violenta e, assim, menos valorizada – possivelmente por ser próxima ao córrego, onde se costuma “fazer pacote”, ou seja, área onde são depositados corpos de vítimas da violência.

A Invasão corresponde a uma área ocupada nas últimas duas décadas e formada atualmente, como grande parte da população do bairro, por famílias oriundas do interior do estado, de antigas zonas canavieiras e de demais partes da Região Metropolitana do Recife. Para além das categorizações locais, é fato que o bairro, de um modo geral, e a Invasão, de modo bastante particular, são social e economicamente discriminados ou marginalizados. Se não é possível falar de marginalidade, no sentido de exclusão, é válido considerar o que Woortmann (1987, p.50) chama de marginalidade subjetiva: “um sentimento ou uma autopercepção de ‘não contar’, de ‘desimportância’ ”.

**Tentativas de manutenção da imagem de homem provedor**

É possível identificar na trajetória de todos os sujeitos a referência ao trabalho como dimensão importante da vida, mesmo que para alguns sempre tenha havido períodos sem trabalho e para outros seja tentadora a possibilidade de ter alguém que os “banque”, que os mantenha por um certo tempo.

Constatei, com bastante variação, casos de homens que, ao longo do tempo, vão se adaptando a um certo jeito de viver, seja pelo fato de perceber que é possível aproveitar-se do resultado do trabalho alheio, seja por razões de saúde, em geral decorrentes de debilitação pela bebida, seja pela impossibilidade de encontrar um trabalho que faça diferença no orçamento doméstico, ou por articulações desses fatores, com diferenciadas ênfases de acordo com a pessoa e o momento.

Quando digo que não trabalham, refiro-me ao sentido de não-participação no conjunto das despesas da casa. Definitivamente, não são os provedores do lar. Fazendo biscates dos mais diversos tipos (construindo laje, prestando pequenos serviços a vizinhos ou, mais corriqueiramente, transportando água para casa), esses homens muitas vezes desenvolvem pequenas atividades e recebem algum dinheiro por isso. Seu destino em geral é a própria bebida ou outras pequenas compras pessoais como cigarro, lanches etc.

Seria possível apresentá-los em um *continuum* que vai desde os que fazem pequenas atividades diariamente, salvo momentos em que bebem demais e não têm condições físicas, até os casos dos que “não fazem nada”, mas isso precisaria ser compreendido numa dinâmica que permite variações, não sendo possível associar definitivamente a nenhum deles nem predefinir que tarefas seriam mais próprias de alguns.

Veremos adiante os vários discursos utilizados para, a princípio, ocultar e, depois, explicar e legitimar sua condição de não-provedores. Esses discursos não são especificidade dos próprios homens, mas em contextos específicos são utilizados tanto pelas mulheres como pelos outros que constituem a rede de relações em que estão inseridos.

Em uma de minhas primeiras conversas com Dino (39 anos, casado) sobre essa questão, quis saber como era mantida financeiramente sua casa. Afirmou que ele e sua esposa o faziam: “Ela bota pra dentro e eu também”. A princípio não entendi, pois sabia que ele não trabalhava, mas ele, na seqüência, passou a esclarecer: “Minha mãe me dá. Minha mãe abanca eu e meu irmão”. Assim, dizer que também “bota dinheiro pra dentro” de casa era um recurso para aparentar alguma autonomia (por intermédio da mãe, empregada doméstica). Numa acrobacia lingüística, onde o jogo das relações de parentesco fazia mãe e filho aproximarem-se em oposição à “estrangeira” esposa (Fonseca, 1987), esse homem se via, ao menos naquele momento, desobrigado de me dizer frente aos colegas que era sustentado pela mulher.

Quando recursos narrativos dessa natureza não são utilizados, a afirmação de que, além de não estar trabalhando, é a esposa quem está sendo responsável pelo sustento da casa não é feita de forma direta. Uma das justificativas mais comuns é a de se apresentar o contexto atual de desemprego como algo temporário: “Esses dias eu tou parado...” ou “O negócio não tá muito bom... Quem tá sustentando a casa é a mulher...” “Quando eu não tenho, é ela que sustenta”. De outro modo ainda, quando a alegação não é a de uma situação provisória (que, na maioria das vezes, significa muito tempo), mas seguindo a mesma lógica, muitos apresentam um discurso “moderno”, sinalizando naturalidade para sua posição de dependência: “Mas ela sabe que comigo é *nenhuma*[[322]](#footnote-322)*,* quando eu não tenho ela tem... e assim a gente vai levando”.

Ao confrontar-se com uma experiência onde não é possível agir de modo compatível com os desígnios que se considera necessário seguir, é preferível, antes de admitir-se incapaz, tentar reelaborar ou ressignificar o próprio modelo[[323]](#footnote-323). É possível buscar projetar em um futuro pouco definido a possibilidade de restabelecer a ordem perdida. Não importa, ao menos neste caso, perceber se será ou não alcançado esse tempo; se o tempo em que “eu não tou podendo” vai deixar de existir. O mais importante é perceber esse redimensionamento do tempo como uma possibilidade de se conviver com um presente que não é o idealizado ou desejado.

**O reconhecimento do desemprego: legitimando o ócio**

Com o passar do tempo e uma maior abertura das pessoas em campo, esses recursos tendiam a perder sua eficácia e os sujeitos da pesquisa já não procuravam ocultar, de mim ou dos outros, o fato de que não trabalhavam e que não dependia deles a manutenção financeira da casa. Passava-se então a uma nova situação, onde novos recursos eram utilizados, não apenas admitindo sua condição, como também buscando apresentá-la sob argumentos eficazes. Não mais uma tentativa de ocultamento, mas de legitimação.

Em nenhum momento a condição de dependente de outrem é simplesmente apresentada. Ela sempre vem acompanhada de uma tentativa de justificação e demonstra um esforço engenhoso para dizerem que não têm condições de voltar a desempenhar esse papel ou, ainda, que não o desejam. Esse esforço envolve doença, conjuntura nacional, preguiça, esperteza etc. Brito (casado, 40 anos), pelo fato de viver ainda com a esposa e não desenvolver qualquer atividade remunerada, torna seu discurso ainda mais significativo quando fala que, desde que casou, não trabalhou com regularidade e não foi o provedor do lar:

*– De lá pra cá eu não... trabalhei muito tempo mais não. Trabalhei assim... pingado aí (...) E até hoje nunca me preocupei mais, não fiz mais nada na vida. Só nessa... já tou ficando velho mesmo, não tem mais com que me aperrear com nada... e emprego tá difícil mesmo. Se o cara for procurar, gasta o dinheiro que tem e não come, e não acha emprego. Que vou fazer? Fico o dia inteiro em casa, no dia que aparecer eu vou...*

O que vai variar é o tom com que cada um apresenta essa experiência. Uns mais à vontade, como é o caso de Brito, querendo a todo instante passar um tom de naturalidade, outros mais constrangidos. “Coitados” ou “espertos”, assumem-se dependentes. E essas afirmações não são feitas apenas para mim. Todos esses homens se percebem e são percebidos como pessoas que não estão trabalhando. Diferentemente daqueles que não trabalham por um período, mas estão sempre à procura de algum trabalho, esses são os que não apenas não trabalham, como se sabe que não irão fazê-lo.

Neves (1985), em seu estudo sobre matrifocalidade, destaca o fato de que os arranjos matrifocais são uma variação que permite o controle de situações críticas onde, enquanto é possível, a mulher vai procurar mudar a situação “cooptando o companheiro a assumir os papéis principais ou a assegurar os recursos básicos à reprodução da família, cabendo-lhe, então, a complementação de recursos” (Neves, 1985, p.202). Os casos por mim estudados certamente configuram arranjos bastante distintos dos enunciados por Neves. Neles, não se trata de uma variação para controle de situações críticas, mas de casos onde as mulheres, ao que parece, desistiram, cansaram-se de tentar reverter a situação e já não esperam que seus homens voltem a trabalhar para que elas apenas complementem os recursos. Há um reconhecimento explícito de que não podem mais contar com eles: “o jeito é eu trabalhar. Se eu não trabalhar, o negócio cai mesmo, não vai mesmo. Meu marido, tou com ele assim, mas ele não trabalha, se eu não trabalhar, é de passar fome” (Zélia, 51 anos, esposa de Dino, 39 anos).

Se isso acontece na relação entre maridos e esposas, o mesmo se percebe entre mães e filhos, como é o caso de Dona Neide, um dos exemplos mais instigantes por mim investigados. Ela tem sete filhos; dois deles, assumidamente, já não trabalham e são os “papudinhos”[[324]](#footnote-324) da casa; o filho mais novo nunca teve emprego nem contribuiu significativamente para o orçamento familiar. Uma irmã é empregada doméstica e mora em uma casa vizinha com seu marido e dois filhos, e os demais se revezam entre períodos em que moram em outra casa com suas esposas ou companheiras e períodos em que recorrem à casa da mãe, quando estão desempregados, ou ainda momentos em que brigam com suas mulheres ou mesmo se separam. Dona Neide, aos 62 anos, toma conta de todas as atividades da casa e se refere a seus filhos, que têm entre 22 e 40 anos, como “os meninos”; explica que é ela quem mantém a casa com o dinheiro que recebe da pensão do falecido esposo:

*– É porque é uma mixaria de nada né, aí eu faço mais é... eu ainda compro as coisas para dentro de casa, porque se eu não comprar as coisas pra dentro de casa a gente vai viver como, só dentro de casa com... o chão da casa só, né? Por que eles não compram, quem tem que comprar sou eu mesma.*

Interessante destacar a semelhança com a fala de Zélia. Mesmo em se tratando de relações diferentes (esposo/esposa, mãe/filhos) a resignação de que “tem que fazer” porque não há quem faça aparece inequívoca. A pergunta, talvez sem resposta definitiva, que aparecerá ao longo do tempo é por que elas aceitam esse lugar. Será que a compaixão pelos homens bebedores, “doentes”, explica tudo?

Embora nenhuma delas considere essa uma condição “normal”, mesmo que tolerada com maior ou menor resignação, é clara a distinção de que o que se leva em conta na relação com os homens não é apenas o fato de não trabalharem, mas a maneira como se comportam nessa situação. A forma como se relacionam com a bebida é fundamental para essa compreensão, como se pode perceber no discurso indignado da esposa de Renato, Zeneide (40 anos):

*– Pior coisa é a pessoa que mora com um homem que bebe! Principalmente homem que não trabalha. Pior castigo que a pessoa pode desejar a alguém é desejar que more com um homem que bebe e que não trabalhe. (...) Porque tem muitos que bebem, mas ainda trabalham. Só aperreia de noite ou no final de semana. E esses alcoólatras é aviciado, bebe de domingo a domingo (...) Renato não liga pra nada, pra nada, pra nada. Ele só, não: acho que todos os cachaceiros. São uns trastes, uns inúteis. Homem, não, homem inútil. Pior que mulher. Todos, sem exceção.*

Desde o discurso revoltado de uma mulher casada há mais de dez anos com esse homem que não mais trabalha e bebe, passando pela compaixão ou o sentimento de obrigação ou de solidariedade, é clara a percepção de que se está diante de uma situação com contornos bem marcados. Frente a esses diversificados posicionamentos, emerge a busca por uma compreensão que justifique a experiência atual. Entre eles, o mais presente na fala de homens e mulheres é o reconhecimento da dificuldade de qualquer homem conseguir emprego em virtude dos contextos conjunturalmente formados. Mesmo figurando junto à noção de que muitas vezes há desinteresse e preguiça dos homens, a consideração de que existem elementos externos à vontade dos sujeitos é reconhecida por todos. O que varia é a ênfase dada a cada caso, o que depende do tipo de relação mantido pela pessoa envolvida e dos contextos em que cada experiência é avaliada. A mesma mãe que, em alguns momentos, reclama porque o filho não trabalha e questiona sua constante embriaguez, pode em outro momento compadecer-se de sua condição:

*– Na maioria, hoje não é ele só. É em todo canto que passa é essa calamidade que não tem emprego (...) que a gente vê em repórter, vê notícia, tudo, vê pai de família desempregado às vez não é nem por causa de cachaça, às vez tem profissão, vai procurar emprego, não encontra. A situação tá difícil mesmo porque emprego hoje em dia... Se pra quem tem profissão já é difícil, e pra quem não tem? Pra quem tá novo assim de 20 anos, 22 até 25, que tem profissão, ainda é mais fácil. E o de 30 anos, que não querem empregar mais? E outra, os meus meninos não têm profissão.* (Dona Aline, 52 anos)

Assim, compreende-se que não se trata apenas de falta de vontade. Dona Aline que, além dos filhos, sustenta o marido, em sua interpretação do desemprego no país marca a distinção entre os outrosque seriam só aproveitadores, por um lado, e seu marido e seus “meninos”, por outro. Essa percepção é uma das variantes há pouco citadas que permite a esses mesmos homens não serem vistos apenas como vagabundos ou exploradores.

Do mesmo modo que Brito comentava em outro momento que “emprego tá difícil mesmo”, insistindo em que não valeria a pena sair para procurar trabalho, pois, ao invés de consegui-lo, acabaria por gastar dinheiro com transporte e alimentação, os outros homens falam de sua condição corroborando a compreensão de Dona Aline. Um de seus filhos, Joca (32 anos) reafirma, com enorme sintonia de argumento, as razões de não estar trabalhando:

*– Porque, pra começar, emprego tá difícil, né? Emprego tá difícil. Porque você vê, hoje em dia pro cara arrumar um trabalho, às vezes, a pessoa, quando a gente vê no rádio, na televisão, tem que ter o primeiro grau, o segundo grau, não sei o que mais, precisa de curso não sei de quê, eu não tenho esses estudos. Eu só faço, mesmo, se acontecer de eu tiver a sorte de entrar numa firma, só... o que é que eu vou fazer? É só preencher a ficha, preencher que eu sei preencher, e pronto. Mas, para arrumar serviço melhor, que nem trabalhar em loja, essas coisas, não dá pra mim. Porque eu não sei, não vou negar.*

Considerando que, dos sujeitos investigados, apenas Paulo e Beto concluíram o primeiro ciclo do ensino fundamental (antigo primário) e só Neto concluiu o segundo (antigo ginásio), a falta de qualificação para o mercado contribui decisivamente para manter esses homens afastados do mundo do trabalho ou, ao menos, lhes dá mais elementos para justificar sua condição de dependentes de outras pessoas.

Além desses elementos conjunturais, um dos principais argumentos para o não-trabalho é a própria bebida. Mesmo mantendo-se válidas as opiniões a respeito da bebida como irresponsabilidade ou esperteza de homens que preferem a vida dos bares ao trabalho, ela é reconhecida em diversas situações como um empecilho ao trabalho. Principalmente quando surgem as comparações com o passado (possível diferenciador da condição atual), essa é uma das implicações. A importância da bebida na configuração e legitimação desse quadro dá-se não só no sentido de que alguns homens deixaram de trabalhar, tornaram-se vagabundos e “entregaram-se à bebida”, mas também do reconhecimento de que a bebida interfere em sua capacidade de trabalho por debilitá-los fisicamente. Zélia, a esposa de Dino, deixa entrever isso quando compara a situação atual de seu marido com esse tempo passado e reconhece sua incapacidade para assumir algum trabalho:

*– Ele trabalhava, fazia biquinho, sabe? Bebia cana, mas não bebia tanto, sabe? Agora é que ele bebe direto sem parar. Ele pegava qualquer biscate. Ele não pega por causa da bebida. Porque quem vai dar serviço a uma pessoa que só bebe? Não dá, porque vê que a pessoa não tem resistência pra continuar aquele serviço, começar e continuar. A resistência dele é muito fraca. Ele pega uma coisinha assim, qualquer coisa que ele pega, sua tanto, chega eu penso que ele vai ter um troço...*

Acompanhei momentos de grandes complicações da saúde pelo menos para Joca, Renato, Geraldo e Brito. Principalmente esses dois últimos tiveram de ser hospitalizados e, quando voltaram a suas casas, sempre houve mulheres que cuidaram deles por um longo tempo até se recuperarem; no caso de Geraldo, a mãe e a irmã e, no caso de Brito, sua esposa e sua irmã. Como a esposa de Brito trabalhava fora, ele passou algum tempo em casa de uma irmã em Camaragibe e uma outra o acolheu no Recife no momento mais crítico.

Alguns homens narraram a percepção de que precisariam passar algum tempo sem beber ou bebendo menos, para que não viessem a passar por momentos como os de seus colegas, ou seja, precisarem totalmente dos outros para recuperação de uma dessas crises. No entanto, parece que, por mais críticas que lhes sejam feitas, uma vez doentes, os efeitos da bebida sobre os homens têm o poder de ser ressignificados no tempo presente, fazendo com que o que bebe não seja abandonado totalmente. Certamente, isso pode ser interpretado como sendo parte de um valor largamente partilhado pela comunidade de que não se deve negar ajuda a alguém. De todo modo, é interessante ver que esse socorro é sempre antecedido por recorrentes alertas e ameaças do tipo “se você ficar doente, não vou cuidar de você”.

Beto, falando sobre seu irmão, explica por que o mesmo não trabalha: “Porque ele bebe, (...) também uma coisa dessas também não se pode trabalhar mais né, tem que sustentar ele agora até o fim”. Em outros casos, essa justificativa via doença vem aliada a uma admissão explícita de que não querem voltar a trabalhar, mesmo usando argumentos semelhantes. Brito fala com extrema naturalidade articulando todos esses argumentos apresentados até agora:

*– Ave Maria! Vou fazer força? Não, vou procurar trabalho mais não. Se ele quiser me procure, aí eu vou. Agora, eu ir procurar? Não me interessa mais. Trabalha tanto pra nunca ter nada na vida. Agora que tá ruim mesmo. O cara ter que dormir na fila do trabalho, que nem tá acontecendo aí nos serviços que tem aí, né? O cara tem que passar o dia, a noite lá, pegar uma ficha ainda pra ir lá e, se aproveitar, vê se trabalha ainda. Quem tem condições vai, quem não tem... vai passar o dia todinho com fome, a noite com frio. Tou pra isso não. Não agüento mais não, o que eu tinha de fazer já fiz já, há muito tempo. É, rapaz. Eu, pra mim não tou nem ligando agora. Eu vou dizer, que pra mim tenho o prato de comer pr’eu comer e pronto, tanto faz. Trabalho, eu nunca corri de trabalho não, mas procurar, vou nada. Doente, sem poder trabalhar. Trabalhar eu posso, só coisa pouca, mas pra trabalhar no pesado mesmo... não agüento... aí tou por aqui... só nessa...*

Se o fato de “ter o prato de comer” já desencoraja esses homens de procurar trabalho, será explícito para todos que, para além dessas justificativas, o principal elemento para que um homem se instale na condição de não-trabalhador será o fato de ter alguém que o sustente, como aparece na fala de Dona Aline:

*– No caso, depende da pessoa mesmo, né? Porque a pessoa dentro de casa não arruma nada não, a pessoa tem que batalhar, tem que sair, procurar, falar com alguém, pra ver se arruma alguma coisa. A pessoa dentro de casa arruma o quê? Nada. A maioria dessas pessoas que vivem assim*[[325]](#footnote-325) *é por que têm alguém pra ajudar, porque... se não tivesse, acho que não vivia assim e a pessoa não vai andar sem uma roupa, sem uma sandália (...) não vai viver sem alimento. Se vive, é por que tem alguém pra dar, né? Vai se preocupar, vai?*

Muito embora prevaleça a percepção de que “alguém” os sustenta, na maioria das vezes esse alguém é a mãe. A mãe é a primeira e mais importante referência de cuidado. Tanto Neto como Brito localizam na morte de suas mães a passagem para períodos de maiores dificuldades. Mesmo que uma mulher ocupe o lugar da mãe, essa substituição nunca é vivida como satisfatória.

Essa referência corrente à mãe irá aparecer não apenas pelo que significa em termos de provimento financeiro. Mesmo que esse provimento se dê via irmãs ou esposas, as mães são pensadas como “naturalmente” mais propensas a serem as cuidadoras. As dificuldades de convivência apontadas, em momentos distintos, pelos homens marcam a diferença definida pela presença de uma ou outra. A mãe é apontada tanto pelos próprios homens quanto pelas mulheres como capaz de dar atenção ao filho nas mais diversas situações:

*– E, eu sempre eu digo ao daqui de casa* [o marido]*: ‘Reze pra você só adoecer enquanto sua mãe tiver viva, viu? Porque sua mãe cuida de você. No dia que sua mãe bater as botas (se eu não bater as botas primeiro) e você chegar ao ponto dele* [referindo-se a Brito que, nessa época, estava doente], *de mim você tá cortado. Eu boto você pra dormir no chão, porque na minha cama não dorme, e levar pro hospital não levo não. Você morre aí no chão. Quando morrer, eu vou lá no cemitério e enterro’. Cuido não. Ele tá doente porque quer. Enquanto a mãe dele estiver viva, a mãe dele faz.*

Essa fala de Zeneide não apenas refere a predestinaçãoda mãe como cuidadora, mas retoma a questão dos constantes alertas e das ameaças feitas aos homens em razão da bebida. A própria esposa de Brito já o havia alertado antes para que não viesse a adoecer novamente por causa da bebida, o que entretanto não a impediu de cuidar dele quando veio a adoecer. Além disso, mesmo Zeneide, quando seu esposo chega bêbado em casa e acorda com os efeitos devastadores da ressaca, assiste-o com alimentação e outros cuidados, apesar de todas as reclamações.

Tão significativo quanto o fato de que não foi possível localizar nenhum homem sendo cuidado por outro homem – além do fato de que, quando sozinhos, vivem em piores condições do que qualquer outro – é o de que, quando não há a figura da mãe, a possibilidade de sobrevivência de um homem passa pela presença feminina. A vida na casa das irmãs, em geral, é apresentada como sendo mais difícil do que na das mães. Joca sempre reclama de sua irmã, dizendo que ela “é muito braba” e que ele só fica lá porque seu cunhado gosta muito dele.

Neto relatou-me que, tão logo sua mãe morreu, sua irmã começou a dizer que ele não poderia continuar a morar com eles: “Agora que mãe morreu, pega tuas coisas e vai embora”. Dizia que comia restos de comida e era humilhado por todos que, sob qualquer pretexto, diziam: “Vai beber com teus amigos”. Quando se tornou insustentável a convivência de Neto em casa de sua irmã, ele passou alguns meses em casa de Paulo (que morava sozinho). Mesmo estando claro que este o tinha acolhido, ele sempre dizia que estava “passando uns dias” lá porque, como Paulo estava doente, caso ele viesse a ter alguma crise, ele (Neto) poderia avisar sua mãe.

Esta é uma situação rica em significados. Em primeiro lugar, Neto não se assume *acolhido* ou *cuidado* por outro homem. Porém, mesmo quando se coloca como cuidador, caso viesse a haver alguma complicação na saúde do seu amigo, ele iria recorrer à mãe deste. Neto não passou muito tempo em casa de Paulo, apenas uns três meses. Vivia contando histórias de como sairia daquela situação crítica: iria arranjar um emprego, mas ao mesmo tempo dizia que não podia por causa da bebida; dizia outras vezes que Dona Aline (mãe de Paulo) iria lhe comprar uma casa. Sua situação não é diferente da experiência de outros com impossibilidade de manter o vínculo com a irmã, o que os coloca numa situação de itinerantes, com muito menos segurança do que teriam em casa de suas mães: Por algum tempo, Paulo morou na casa de Dona Neide, mãe de Beto; Antônio morou na casa de Severino, depois voltou para a casa de sua irmã, saindo ainda mais uma vez; Severino voltou para a casa de sua irmã, depois de passar muito tempo vivendo sozinho; Dino morou algum tempo na casa de Paulo, mesmo estando casado.

Esses exemplos apontam não só para a centralidade das mulheres na vida desses homens, como que lhes dando um norte (Villa, 1997), como também deixa claro que os arranjos construídos para sua sobrevivência não são fixos. Quando me refiro ao apoio que recebem e ao cuidado devotado pelas mulheres, estou falando de negociações constantes, sempre tensas e passíveis de rupturas, mesmo que não definitivas, permitindo que um homem que hoje mora só possa vir no futuro a ser novamente acolhido por sua irmã, para citar os exemplos de Severino, Antônio e Joca; ou, então, que um homem acolhido por uma delas seja obrigado a encontrar outras possibilidades no futuro. Contudo, mesmo frágil, é essa possibilidade de contar com alguém que lhes permite manipular todos os argumentos aqui delineados. Se assim não fosse, não seria compreensível a situação de Severino no tempo em que morou sozinho, ou a situação de Bento, colega de bebida dos homens aqui referidos. Ele tem vários filhos e, mesmo sendo em muitos aspectos semelhante aos seus amigos no que se refere à bebida e qualificação profissional, nunca se deu “ao luxo”de não trabalhar.

**Trabalho e honra: quando é melhor não trabalhar**

Mesmo sendo essa explicação válida para o caso de Bento, ela será insuficiente para pensar a situação daqueles que mais diretamente constituíram o objeto desta investigação. O argumento da pressão da necessidade não é suficiente, ou ao menos é necessário dizer que os homens encontram outros argumentos para não trabalharem. É preciso deixar claro que, em meio a essa negação do trabalho, este é vital na definição de suas identidades.

Bem mais do que uma simples justificativa para o fato de não trabalharem, há uma marcante compreensão dos homens acerca de que trabalhar é muito mais do que apenas desenvolver alguma atividade. Além de ter um trabalho, este precisa ser capaz de fazer com que eles vislumbrem a possibilidade de virem a estar em uma situação melhor do que a atual.

Acompanhei diversas cenas de negociação de serviços que surgiam, bem como os diversos argumentos para assumi-los ou não. Uma delas, registrada em meu diário de campo, ilustra todas as questões consideradas frente à possibilidade de algum trabalho:

Dino saiu por um instante e o vi conversando algum tempo com um senhor que, em relação a ele, estava bem vestido. Ao voltar, ele pergunta se Paulo sabe misturar concreto e ele entende logo que tem serviço para fazer. Ele explica o que esteve conversando com o homem que o chamou: tem uma laje para fazer e está procurando quatro homens para trabalharem nesse serviço no final de semana. Noto a princípio um certo entusiasmo deles, ao considerarem que terão o que fazer no domingo, enquanto Dino diz que precisam encontrar Severino, para saber se ele vai poder. Nesse intervalo exalta-se a disposição de Severino que, apesar de tomar muita cachaça, “é um cabra danado”. O entusiasmo que ao menos eu havia percebido não dura muito tempo. Logo depois, ouço Dino reclamando e dizendo que acha que não vai trabalhar “pra fresco nenhum”. Diz que o homem “esse tempo todinho não falou em dinheiro” e que, ao que parece, estaria querendo pagar o serviço com cachaça. Após essa consideração, Dino demonstra maior irritação e diz “não ter futuro”. Diz que se “o homem botasse a bebida e pelo menos desse uns dois reais a cada um, ainda ia... mas assim não dá...”. Perguntei que valor ele atribuiria a esse serviço e ele disse: “Por qualquer dois real eu ia”. Dizia “ficar puto” porque o homem que os queria contratar ganhava “três salários por mês”, o que, em sua percepção, seria suficiente para, se ele quisesse, lhes pagar.

A idéia de que não se trabalha porque os trabalhos que aparecem ou são muito pesados ou são negociados de forma injusta pelos que os oferecem caracteriza o discurso de muitos homens que conheci e sua recorrência me faz considerá-lo válido, no contexto de sua constante busca de sentidos positivos para suas vidas. Renato dizia que “rico não quer saber de pobre”. Quando trabalhava para “um doutor” em Boa Viagem (bairro de classe média alta do Recife), certa vez adoeceu, passando duas semanas sem poder ir trabalhar. Quando retornou, o patrão reclamou que o serviço estava parado e mandou dar-lhe as contas. No dia seguinte, Renato teria dito ao patrão que “ele podia ser juiz, advogado ou o que danado fosse”, mas que não mandava nele e que, por isso, ele “agora é quem não queria” trabalhar para ele. Na percepção de que seria demitido, antecipa-a para dizer que o fez por que quis...

Essa referência está bastante presente nas falas de Dino e Paulo, entre outros, associando-se diretamente com as justificativas para recusar certos serviços que aparecem. Existe uma diferença marcante entre ricos e pobres mas, ao mesmo tempo, redefine-se cotidianamente a relação, onde a idéia de que a esperteza do pobre e uma dignidade que não pode sucumbir frente ao dinheiro repõe a igualdade, ao menos na fantasia desses homens, marcada pelo sentido de honra, pelo direito ao “orgulho de si mesmo” (Pitt-Rivers, 1971, p.13), uma vez que, para os pobres, essa honra vincula-se à virtude moral e não à posição social (Sarti, 1998, p.119).

Esses argumentos apresentados pelos homens podem ser pensados na direção do que Fonseca (2000) sugere sobre a mesma noção de honra, para refletir sobre um grupo em condição de pobreza que se aproxima à de meus informantes. Segundo essa autora, a honra figuraria “como elemento simbólico chave que, ao mesmo tempo, regula o comportamento e define a identidade dos membros do grupo” e permite dar ênfase aos aspectos não-materiais da organização social. Para ela, a noção de honra permite empreender uma reelaboração simbólica que tende a maximizar o amor próprio, utilizando-se um “filtro imaginário que permite ver e narrar sua vida de acordo com uma imagem de si socialmente aceitável” (Fonseca, 2000, p.21). Não por acaso, por mais difíceis que fossem as circunstâncias em que estavam vivendo esses homens, eles sempre apresentavam diversas estratégias para se apresentarem como próximos das características percebidas como masculinas no nível ideal. Estas configurariam um recurso que chamei de auto-elogio[[326]](#footnote-326).

É fácil perceber que todas as pessoas procuram controlar as impressões que suas ações podem gerar nos outros (Goffman, 1996) e que preferimos ser vistos como pessoas bem-sucedidas a sermos considerados fracassados. Ninguém gosta de ter de admitir que não fez o que ele/a mesmo/a e os outros esperavam que fosse feito. Desse modo, é claro que buscar apresentar uma imagem positiva não é uma especificidade dos homens por mim investigados. Mas acredito que, dadas as condições de extrema pobreza da maioria deles – o que por si só implicaria uma distância ainda maior entre a prática cotidiana e as prescrições tradicionais associadas aos homens – , é possível entender o elogio que fazem de si como sendo parte desse “filtro imaginário” a que se refere Fonseca.

A utilização desses argumentos precisa ser levada em conta para não cairmos na explicação fácil da pressão da necessidade. Só assim será possível somar-se a esse conjunto de fatores o fato já mencionado, de que, quando há a expectativa de que uma outra pessoa irá trabalhar para sustentá-lo, o homem “se acomoda”. Podemos então entender a diferença entre estes acomodados e aqueles, sejam os sozinhos ou os que têm grande família para sustentar, que já não podem contar com apoio algum. O trecho que se segue – que é de uma conversa entre o pesquisador (P) e Brito – revela as razões de manter sua condição, o que faz com tranqüilidade:

*– Aqui eu vivo só, tranqüilo. Se tivesse menino, nem que eu quisesse não tava. Tem que correr atrás de alguma coisa, batalhar pra arrumar o leite pro menino, o pão mais tarde, qualquer coisa. Ter menino é fogo, viu? Passar por certa humilhação que eu vejo o povo passar por aí…*

P : Que tipo de humilhação?

*– É. Porque o cara que tem quatro, cinco filhos não pode (…) Aí o cara tem que ser explorado mesmo de toda maneira, porque tem filho pra dar de comer, tem leite pra comprar e o cara tem que batalhar. E tem gente que se apóia nesse tipo de coisa (…) aí quer maltratar a pessoa. É por isso que eles não me chamam pra trabalhar, porque sabem que eu não vou mesmo. Vou nada. Tu é doido? Aí o cara assim, trabalhar, ficar doente, sem precisão. Vou não, prefiro ficar em casa, sem fazer nada. Vou me aperrear pra quê? Trabalhar de me matar pra ninguém.*

Com essa fala Brito certamente se referia a Bento, que mora em frente a sua casa. Foi a esposa de Bento quem me disse certa vez com sorriso irônico que Brito “dormia demais”; e certamente o barulho que os muitos filhos do vizinho fazem à sua porta permitem-no respirar aliviado quando lembra que não os tem.

**O príncipe que não veio: conjugalidade e desemprego masculino**

As diversas questões referidas até aqui procuram deixar claro que não é possível dizer que o fato de os homens não trabalharem é percebido de forma tranqüila. Apesar disso, as mulheres em algumas situações apresentam certa resignação na fala, quando se referem aos homens com quem vivem, sejam maridos, filhos ou irmãos. Da mesma forma como as ameaças de abandono em caso de doença não se confirmam, os constantes conflitos, bem como as queixas em razão da bebida e da falta de trabalho não resultam facilmente em rupturas e mudanças.

Mesmo quando as mulheres fazem comparações entre o tempo em que esses homens não bebiam e o presente, o que se percebe é mais um lamento por não se poder ver cumpridas as expectativas alimentadas do que uma crítica irrestrita à postura masculina. Muito embora existam discursos emancipatórios e críticas vorazes, estas não são feitas como uma cobrança insistente do tipo “agora ou nunca”. Muito embora acredite que não seja possível responder à pergunta “Por que essas mulheres não abandonam esses homens?”, apenas com base na racionalidade, considero importante destacar duas questões que devem ser levadas em conta se quisermos entender ao menos algumas de suas nuanças.

A primeira é que *não* operam com a noção de que qualquer discrepância do homem em relação ao esperado implicaria necessariamente o fim do relacionamento. Ao contrário, o que se percebe é um longo período de negociações e adaptações. Os sonhos são refeitos a cada dia de acordo com a experiência que se apresenta, sugerindo uma maleabilidade ou plasticidade que confere a essas relações capacidade de manutenção maior do que a habitual.

A segunda questão refere-se à necessidade de entender os vários arranjos constituídos em suas características específicas. Ou seja, não se trata de pensar homens e mulheres como categorias absolutas, mas perceber que o tipo de vínculo mantido em cada par define os contornos assumidos na trajetória de aparentes subversões dos padrões de gênero: se o par é formado por um esposo e uma esposa, uma mãe e um filho, ou um irmão e uma irmã, as diferenças são marcantes. Além disso, há em geral mais de duas pessoas envolvidas na questão.

Para pensar sobre esse aspecto, o exemplo de Zeneide e Renato é bastante esclarecedor. Eles moram numa casa nos fundos da casa da mãe de Renato. Este não trabalha; Zeneide recebe pensão do primeiro marido e, às vezes, vende produtos de beleza a domicílio. Contudo, sempre deixaram evidente que as despesas da casa são pagas pela mãe de Renato, o que funciona a favor deste: se, por um lado, é criticado pela esposa por beber e não trabalhar, por outro apóia-se no fato de que não é da esposa que depende para sobreviver. O grande trunfo de sua esposa na equação de forças é a posse da casa que, segundo ela, vem sendo construída há anos com seu dinheiro. Vejamos como ela explicita essa relação, referindo-se a sua sogra:

*– Ela me ajuda ainda. Ela me dá assim, mais do que uma cesta básica; ela me dá cinqüenta reais e o bujão* [de gás] *todo mês (…) E assim, quando é remédio pra mim ela é quem compra, remédio caro. Quando é, assim, remédio de dez, doze reais, eu compro, pra mim e pra minha menina, mas quando é remédio de vinte, quarenta e acima, ela é quem compra. Que ela vê que eu não tenho condições de comprar, aí, ela é quem compra.*

Assim, não parece sobrar dúvida de que a manutenção da casa é assegurada pela mãe de Renato. Em outros casos, podemos pensar que não só se provêm alimento e teto. Numa sociedade marcada pela aspiração à conjugalidade, a imagem de alguém sozinho ou abandonado não é o que se pode chamar de um projeto acalentado. Reforçando essa idéia, o discurso de Brito afirmando não se incomodar com as críticas e xingamentos que recebe sugere a possibilidade de pensarmos sua condição como uma situação legitimada, em virtude de suas vantagens intrínsecas:

*– Umas pessoas por aí, ouvi dizer, umas não, um bocado. Ficam falando, sabe? ‘É, porque Marta se lasca de trabalhar, pra dar de comer a Brito, não sei o quê’ (…) Aí eu tou, eu sei das coisas, mas eu fico calado, que eu não vou me preocupar com isso. Eu tou comendo e dormindo, e não tou devendo a ninguém, vou tá me aperreando?! Tem certas pessoas que falam demais... e ela* [sua esposa] *nunca se preocupou com isso não.*

É significativo o fato de Brito não apenas dizer que sua esposa “nunca se preocupou com isso não”, bem como o de reforçar na seqüência que a mesma já sabia de sua condição de desemprego e de não procurar trabalho desde que se conheceram. Isso é suficiente para ele não se apresentar destituído, como alguém que não tivesse nada a dar em troca na relação.

A casa é citada como contrapartida. Outros homens – e mulheres, como o caso de Zeneide citado há pouco – usam o argumento de não abrir mão da casa como razão para não se separarem. Outro elemento igualmente importante nessa configuração é a fuga da solidão.

Por sua vez, as mulheres referem sua condição de independência financeira em relação aos maridos como algo positivo, alegando não sentir falta da ajuda do marido, muito embora digam que, se seus homens trabalhassem, elas não trabalhariam tanto: “Queria que ele trabalhasse e sempre continuasse botando a feira dentro de casa. Aí eu fazia assim: trabalhava um dia, outro não... [poderia] ficar mais em casa. Mas ele não me ajuda, o que é que eu vou fazer?”.

Algumas vezes acompanhei Irina, que vendia comida em uma banca na rua. Ela reclamava que, todas as vezes que ela começava a ganhar algum dinheiro, seu marido passava a faltar ao trabalho com o objetivo de ser demitido. Ela dizia que só trabalhava quando “as coisas apertavam”. Irina via muitas mulheres nos pontos de ônibus, às vezes com filho no braço, esperando seus maridos chegarem do trabalho. Por vezes a vi reclamar de sua situação dizendo, “isso não é vida de ninguém”. Outras vezes suspirava dizendo que “a coisa mais linda do mundo é uma mulher em casa com as coisas feitas, esperando o marido chegar”.

A queixa principal de muitas mulheres é à impossibilidade de experimentar a situação tradicional, romanticamente idealizada, de mulher dona de casa, mãe e esposa. A falta sentida é não apenas a de um homem provedor, mas de elementos subjetivos como o respeito e a companhia. Perguntei certa vez para Zélia se ela percebia diferença entre o tempo em que seu marido fazia biscates e o tempo em que não mais trabalhava e ela apresentou essa diferença entre a falta material e a falta afetiva:

*– Pra mim, não senti diferença nenhuma, porque os biscates dele pra mim não servia. Só servia pra ele mesmo... Não sinto falta não, de jeito nenhum. Não sinto falta de nada dele não. Eu mesmo (...) trabalho, faço minhas compras. Sentir falta assim, a gente sente falta assim, sabe, de não ter assim a força de um homem, aí isso aí a gente sente falta. Porque um homem dentro de casa é pra ajudar a gente. É pra ter uma conversa, conversar com a gente. Ele chega, não faz. Pra mim, ele nunca fez, sabe, assim desde o começo ele nunca fez isso não. É um homem assim sem, sem ter assim um, um... um homem sem força, sabe. Assim, ter um diálogo pra gente conversar e tudo, ele não tem não. Nunca teve. Aí, isso aí, eu sinto falta. Sinto falta.*

Importante notar que essa falta é remetida a um tempo anterior ao atual, de maior ausência do marido. Mesmo sentindo essa falta desde que o conheceu, a relação foi mantida. Isso indica que não houve uma ruptura radical no quadro original do casamento. Ao longo dos anos de convivência, ela talvez tenha continuado a esperar que isso se efetivasse. Parece não esperar mais que o provimento econômico se efetive. Mas será possível pensar que o demais, o imaterial pode ainda ser conseguido? Daí a idéia de não se separar... Ou ainda, não haverá, para além das queixas, certa noção de que, de algum modo, essa dimensão simbólica se atualiza pela presença do homem, mesmo se insatisfatória?

Percebo uma reconfiguração do quadro tradicional de relações, por exemplo, quando a mesma mulher fala acerca das tarefas que manda o marido fazer. Não se trata de mandá-lo procurar emprego ou mudar totalmente de vida. Sua cobrança é pela execução de pequenas tarefas compreendidas como masculinas: “Eu reclamo porque eu digo, ‘vai buscar uma coisa ali e tal’, ele não vai. Difícil ele encher essas jarras; ontem eu mandei ele ir buscar o bujão de gás, e ele não foi”.

Essa noção se associa às falas onde aparece a idéia de que a mulher não quer mais conviver com o marido, mas ao mesmo tempo não o põe para fora de casa por variadas razões:

*– Eu tou convivendo aqui, eu vivo com ele e sozinha. Ele não me ajuda. E eu já avisei a ele, ele não quer ir. Oxe, fique aí, enquanto você tá vivendo, fique aí. (...) E até separado assim a gente tá, eu não durmo com ele mais não. Uma que ele chega sujo, e é muito sujo ele, pra tomar um banho, só Deus tem dó. Mas pra gente conviver assim, não dá mais não. Eu já disse a ele, mas ele não quer sair, vou fazer o quê? Digo fique aí. (...) Porque ele não se liga, o motivo dele tá comigo, porque eu não tou com ele mais não. É porque ele não se liga, se ele se ligasse, se ele fosse um homem que tivesse inteligência na cabeça ele ia embora.*

Do mesmo modo, Zeneide avalia a manutenção do casamento usando exemplos de outras mulheres. “Quem é que quer ter um homem que não quer trabalhar, só viver de beleza dentro de casa, feito marica? Sem querer ter obrigação com nada na vida? Eu acho que muda, muda muito. Não tem quem goste, quem queira”. Quando perguntada por que acha que as mulheres aceitam a situação, ela retoma o discurso, agora incluindo-se no grupo das mulheres que esperam o dia em que seus parceiros irão embora. Usa o discurso de que quer se separar, atribuindo sempre ao homem o poder de efetivar a ruptura, mas ao mesmo tempo deixa entrever as vantagens da situação:

*– Muitas aceitam, sei lá. Eu mesmo, eu aceito. (...) Uma, até que enfim o irmão tirou o marido dela de casa dela. Que era uma das minhas amigas. O marido dela era igualzinho a Renato. Ela botava ele de casa pra fora, ele não saía. Uma mulher não pode com um homem. Você sabe que não tem como uma mulher poder com um homem. A não ser que mate ele. Aí ela vai presa. Ganhou o quê? Nada. É melhor ela tá com ele. Pelo menos tá em liberdade. (...) Eu mesmo moro porque, vou fazer o quê? Deixar minha casa eu não vou. Já sofri muito pra ter. (...) E muitas mora assim, né? Muitas porque têm medo de botar pra fora. Outras porque, sei lá? Porque tem pena, sei lá? E outras porque eles não saem, são safados, se acostuma, não sai de dentro de casa. (...) Porque, eu mesma, se fosse homem, não queria depender de mulher, de mãe, de irmão. (...) Mas nem todo homem é assim, honra as calças que veste, se acostuma, se acomoda. E aqui em Camaragibe, olhe, foi o lugar onde eu mais vi homem gigolô.*

Esse discurso indignado, em outras situações, dá lugar a um outro, mais tolerante. Dona Aline, que sustenta o marido e dois filhos, sinaliza com uma receita para manter esse tipo de relação:

*– É um termo de responsabilidade, porque depende das pessoas se unir um com outro e entender que aquela pessoa precisa... tá vendo o momento que realmente não tem, aí se a pessoa gosta, não pode desprezar, vai entender que aquela pessoa não trabalha não é porque não queira, é porque não existe* [emprego]. *Eu mesmo... do meu lado eu entendo (...) e pelos meus meninos mesmo ... se realmente fosse fácil, eu acho que eles trabalhavam... Agora, porque tem uma ajuda, aí também não vai tá ficando se preocupando, sabe que todo dia tem, ou bom ou ruim, tem... vai se preocupar? Não vai.*

Mesmo não contando com a contrapartida masculina do provimento, as mulheres dizem manter suas atividades de dona de casa. A inversão desses papéis não altera as demais relações de forma significativa. Tanto Zélia como Dona Aline, por exemplo, apontam para a idéia de que estão vivendo situações que não gostariam de viver, quando se referem a trabalhar fora de casa. Como já mencionado, há queixas ecoando sempre.

*– Eu deixo pronto. Deixo a comida pronta, aí ele come mais a filha* (risos)*. A vida é dar comida a ele aí, mas eu reclamo e tudo, mas eu digo assim (...): 'Comida, a gente dá um prato de comer até um animal, né?'. Eu reclamo porque eu digo assim, ‘Vai buscar uma coisa ali e tal’, ele não vai. Difícil ele encher essas jarras. Ontem eu mandei ele ir buscar o bujão de gás, não foi. Foi ali, foi até ali numa barraca que tem, não foi, deixou. Disse que na outra não tinha, eu disse na outra tem, fui buscar.*

Interessante observar aqui que sua reivindicação não é a de que ele rompa totalmente com a situação presente, mesmo que depois apresente seus sonhos. O que ela reivindica é que ele faça certas coisas, “não se entregue” totalmente. Se, por um lado, as mulheres consideram que não abandonarão por completo os homens, a essa noção corresponde a percepção masculina de ser legítimo o cuidado que as mulheres lhes devotam. Brito relata alegremente porque é sua esposa quem tem de fazer todas as atividades domésticas quando chega em casa à noite, segundo ele, sem reclamação:

*– Não, não reclama não, porque é a obrigação dela. E eu vou tá perdendo tempo pra fazer comer?! Tem dia que eu acordo, não posso nem morrer,* [risos] *é, e ela sabe... Ó, eu vou dizer, não sou machista não, mas né não, é porque ela tem que ter a obrigação dela.*

Diante dessa declaração, decidi provocá-lo para verificar se ele manteria o mesmo tom de sua fala. Perguntei qual seria, então, sua obrigação, enquanto homem e esposo, já que todas as atividades mencionadas até então seriam obrigação da esposa. Por um breve lapso de tempo, ele pareceu constrangido em dizer que a obrigação dele seria trabalhar para sustentar a casa, mas, reafirmando sua impossibilidade por razões que estariam para além de sua vontade, rapidamente voltou ao tema das funções domésticas para dizer que, mesmo assim, a obrigação não seria sua:

*– Não. É obrigação dela, era obrigação, se eu morasse só (...) porque não tinha quem fizesse. Lavava roupa, já botei água pra ela lavar roupa. Eu vou pegar e vou lavar minha roupa, por quê? Eu com mulher em casa... Não, não é assim não. Agora, se eu tivesse só, morasse só, não tivesse ninguém pra fazer, aí era obrigação minha mesmo, porque senão, se eu não fizesse, quem ia fazer? Eu ia, eu ia passar fome era, morrer de sede?*

Esse engenhoso discurso para justificar a submissão feminina deve certamente ser também entendido como um daqueles discursos de auto-afirmação, já mencionados. É fácil imaginar que ele queria eliminar qualquer possibilidade de eu vir a fazer dele o mesmo juízo que fazem seus vizinhos – preguiçoso e explorador. Mas sua argumentação busca dizer não apenas que há alguém que provê sua manutenção e satisfaz suas necessidades materiais, a despeito de ele não trabalhar: o mais importante em sua fala é o tom de naturalidade que ele imprime, visando afirmar que as coisas não estão assim tão modificadas quanto parecem. A despeito da grande distância dos desígnios tradicionais de gênero, busca demonstrar que o que ocorre não chega a reconfigurar totalmente as relações estabelecidas. Pode ser uma tentativa desesperada de dizer que alguma coisa ainda sobrevive da forma como ele imagina que deveria ser – nem que essa sobrevivência dure o tempo de uma entrevista.

Tento evitar uma oscilação entre duas possíveis interpretações mais imediatas para esse quadro. Uma primeira leitura, focalizando os homens como doentes ou desempregados e impossibilitados de conseguir qualquer trabalho, poderia levar à visão deles como vítimas de uma estrutura injusta de desemprego. Outra leitura, focalizando os argumentos de Brito, ou as declarações de mulheres que acham que têm de manter suas atividades, pode apresentá-los como exploradores e as mulheres como vítimas. Experimento aqui uma terceira interpretação que precisa considerar o universo simbólico onde se situam as relações de gênero e o lugar do valor trabalho e do valor provimento para a constituição das convenções de gênero que, como os dados aqui trazidos sugerem, estão sendo negociadas sob diversos aspectos cotidianamente. Por essa razão, a pergunta que deve ser feita não é se as coisas mudaram, mas em que implicaram essas mudanças. Talvez, no contexto de profundas mudanças na estrutura das relações, onde os homens perdem o poder de barganha pela perda do trunfo do provimento, outros recursos sejam acionados de forma tão incisiva que pode parecer cinismo para uns e desespero para outros.

O fato de certas mulheres manterem as uniões não implica sua concordância com a forma de sua vida hoje, como já foi dito, não só em relação ao trabalho e sua função de provedora, mas a aspectos subjetivos de suas vidas. Sua inserção nesse contexto não lhes faz abrir mão totalmente dos sonhos que alimentaram, mesmo admitindo a noção radicalizada do ideal burguês fracassado, como faz Zélia:

*– Eu sonhava assim: “Meu marido vai ser um homem cheiroso’. Quando ele chegar, ele tá com aquele suor, daquele suor do homem que vem do trabalho, aí eu... tiro até o sapato dele (...) eu imaginava de tirar, sabia? Imaginava assim: ele chega, me cheira... eu tou tomada banho esperando ele. Meu sonho era esse (...). Aí quando ele chegar, do jeito que ele chegar, cheirar ele com aquele suor que ele vem do serviço. Oh, meu Deus, meu sonho era esse, mas não vai se realizar, acho que não, já tou tão...* (riso)*, não sei, eu acho que... só se esse sonho passar pra minha filha, pra (...) ele se realizar, porque é muito bonito. Eu acho lindo, lindo, lindo.*

Se as mulheres, insatisfeitas, não esperam grandes mudanças em suas vidas, da parte dos homens a expectativa de alguma mudança em suas vidas – quando as almejam – passa, quase que inevitavelmente, pelas mesmas questões: parar de beber para arranjar um emprego. Se nos ativermos à discussão da doença, destituiremos os homens da capacidade de gerir seus caminhos. Por outro lado, negar as implicações do álcool em suas vidas seria tão obscurecedor quanto ocultar outras características suas.

**Outros dilemas**

As questões aqui expostas buscam uma compreensão satisfatória para a pergunta: Como é que homens em condição de pobreza extrema constroem atributos masculinos para si, tendo em vista que a maioria dos elementos característicos da experiência da masculinidade não se apresentam em suas vidas? Essa pergunta gera outra, que também procurei acompanhar: A mudança na vida desses homens tornados dependentes de mulheres implica alterações significativas na estrutura das relações de gênero?

A exposição ao cotidiano daqueles homens me fez ter, a princípio, a visão deles como presos a circunstâncias por demais negativas, deixando-me impossibilitado de vê-los como sujeitos e, muitas vezes, vendo-os apenas como vítimas de uma estrutura injusta, não só pela destituição do trabalho, mas por estarem ligados a uma estrutura de gênero igualmente rígida. Considerava que, frente a essa estrutura, pela impossibilidade de experimentarem as prescrições tradicionais e por serem incapazes de redimensionar o mundo doméstico, os homens eram marginalizados e impelidos ao álcool, percebido como elemento desencadeador da autodestruição.

Só posteriormente comecei a entender as implicações de suas ações como capazes de torná-los seres que davam sentido a suas vidas, não como homens arruinados. Não considero exagerado dizer que eles percebem sua condição, assumem-na, ressignificam-na e ainda podem tirar dela algumas vantagens. Isso implica o reconhecimento de sua capacidade para construírem redes nas quais se inserem, o que lhes possibilita manterem-se vivos, utilizando elementos que lhes são favoráveis, e onde, quase sempre, conseguem criar conteúdos masculinos para suas vidas – onde o consumo de álcool aparece como prerrogativa masculina.

Nesse sentido, aplica-se o clichê de que a realidade que buscamos alcançar sempre será muito maior e mais dinâmica do que somos capazes de supor – muito embora o dinamismo, no caso, não aponte para as mudanças que gostaríamos de ver acontecer, e que tornariam as relações entre homens e mulheres mais equânimes (pois esta questão foge às possibilidades da investigação).

Da parte das mulheres notei queixas, mais que crítica ou reivindicação, o que remete a essa percepção das coisas como inalteradas. Parece-me que homens e mulheres dizem coisas muito semelhantes, mesmo quando estão em suas cobranças e acusações: as mulheres lamentando o fato de os homens não fazerem o que se espera deles, cônscias ao mesmo tempo de que eles não o farão e não abrindo mão por completo da convivência com eles – pois isso implicaria mais perdas, talvez. E os homens lamentando não fazer o que é prescrito, mas já se adaptando ou adaptados a uma conjuntura onde continua possível dizer que é homem, não por cumprir a demanda tradicional, mas por encontrar quem o faça.

O grande desafio posto no momento para esses homens parece ser exatamente o de conseguirem se inserir numa rede em que essas atribuições que não mais são capazes de atualizar possam ser feitas por uma outra pessoa – quase sempre a mãe, a esposa ou a irmã, mas sempre uma mulher. A impossibilidade de efetivar essa estrutura e não o reconhecimento de que fracassaram é seu grande desafio. Conseguir que não se “entreguem à bebida”, não sejam violentos e não as abandonem por completo parece ser o desafio das mulheres e não a experiência plena do ideal burguês, muito embora este esteja sempre presente, como presente estão aquelas mesmas orientações que dizem o que ambos deveriam fazer.

**Referências**

ALMEIDA, Miguel V. *Senhores de si*:uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa: Fim de Século, 1995.

\_\_\_\_\_\_\_\_. Gênero, masculinidade e poder: revendo um caso do sul de Portugal. *In*: ANUÁRIO Antropológico 95. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p.161-89.

ARILHA, Margareth, RIDENTI, Sandra U., MEDRADO, Benedito D. (orgs.) *Homens e masculinidades*: outras palavras*.* São Paulo: ECOS; Ed.34, 1998.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.20, n.2, p.133-84, jul/dez. 1995.

CALDAS, Paulo, LUNA, Marcelo. *O* rap *do Pequeno Príncipe contra as almas sebosas*. Recife: Raccord Prod.Art., 2000. Filme. 90’.

CONNELL, Robert W. La organización social de la masculinidad. *In*: VALDÉS, Teresa, OLAVARRÍA, José (eds). *Masculinidad/es*: poder y crisis*.* Santiago de Chile: Isis; Flacso, 1997. p.31-48. (Ediciones de las Mujeres, 24).

FONSECA, Claudia. Aliados e rivais na família: o conflito entre consangüíneos e afins em uma vila portoalegrense. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.4, n.2, p.88-104, jun. 1987.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. *Família, fofoca e honra*: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana.* Petrópolis: Vozes, 1996.

KIMMEL, Michael. La producción teórica sobre la masculinidad: nuevos aportes. *In*: RODRIGUES, Regina (ed.) *Fin de siglo*: género y cambio civilizatorio. Santiago de Chile: Isis, 1992. p.129-38. (Ediciones de las Mujeres, 17).

NASCIMENTO, Pedro F. G. *'Mulher é o Cão':* a construção da identidade masculina em bar da feira central de Campina Grande. Campina Grande, 1995. Monografia (Bacharelado) Ciências Sociais, UFPB.

\_\_\_\_\_\_\_\_. *‘Ser homem ou nada’*: diversidade de experiências e estratégias de atualização da masculinidade hegemônica em Camaragibe, PE. Recife, 1999*.* Dissert. (Mestr.) Antropologia Cultural, UFPE.

NEVES, Delma P. Alcoolismo: acusação ou diagnóstico? *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.20, n.1, p.7-14, jan/fev. 2004.

\_\_\_\_\_\_\_\_. O consumo de bebidas alcoólicas: prescrições sociais. *BIB Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, n.55, p.73-97, 1º sem. 2003.

\_\_\_\_\_\_\_\_. Nesse terreiro galo não canta: estudo do caráter matrifocal de unidades familiares de baixa renda. ANUÁRIO Antropológico 83. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Fortaleza: UFC, 1985.

PITT-RIVERS, Julian. Honra e posição social. *In:* PERISTIANY, John G. (org.) *Honra e vergonha*: valores das sociedades mediterrâneas*.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971. p.11-60.

SARTI, Cynthia. *A família como espelho*:estudo sobre a moral dos pobres*.* São Paulo: Autores Associados, 1996.

SCOTT, R. Parry. O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico. *Cadernos de Pesquisa,* São Paulo, n.73, p.38-47, maio 1990.

VALDÉS, Teresa, OLAVARRÍA, José (eds). *Masculinidad/es*: poder y crisis. Santiago de Chile: Isis, Flacso, 1997. (Ediciones de las Mujeres, 24).

VALDÉS, Teresa, OLAVARRÍA, José. Ser hombre en Santiago: a pesar de todo, un mismo modelo. *In*: VALDÉS, Teresa, OLAVARRÍA, José (eds.) *Masculinidades y equidad de género en América Latina*. Santiago de Chile: Flacso; UNFPA, 1998. p.12-35.

VILLA, Alejandro M. Significados da reprodução na construção da identidade masculina em setores populares urbanos. *In*: COSTA, Albertina (org.) *Direitos tardios*: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina. São Paulo: FCC; Ed. 34, 1997. p.115-40.

WOORTMANN, Klaas. *A família das mulheres*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; CNPq, 1987.

|  |  |
| --- | --- |
| Nome : A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA PERSPECTIVA DE POLICIAIS MILITARES DE CONCÓRDIA – SC | **A 018**  **Menção**  **Honrosa** |
| Autora/o: Marisa Signori |
| Orientadora/o : Drª Valéria Silvana Faganello Madureira |
| IES: Universidade do Contestado – UnC |
| Cidade/Estado: SC |
| Outras Informações: Estudante de Graduação |

**1.0 - INTRODUÇÃO**

A violência no Brasil, principalmente a urbana, choca a sociedade e gera um profundo sentimento de insegurança. Ela pode, entretanto, estar oculta nos lares, sob forma de agressão física, violência sexual, rixas familiares, abuso de crianças, abuso emocional, assassinatos, prostituição forçada, mutilação genital e violência racial. A violência contra a mulher pode ser cometida por seus parceiros, familiares, conhecidos ou estranhos.

Segundo Aranha (1992), violência é o prejuízo causado a outrem pelo uso da força ou privação de algum bem, seja ele a vida, a integridade física ou espiritual, a dignidade, a liberdade de movimento ou de bens materiais. Constitui então violência matar, ferir, prender, roubar, humilhar, explorar o trabalho alheio.

“A violência é um fenômeno complexo, é a manifestação exterior e o sintoma de um desequilíbrio mais profundo. Para analisar as causas deste mal endêmico, não basta uma observação superficial, mas será preciso mergulhar no interior das estruturas do ser humano e chegar até às estruturas sociais que o ser humano, através da evolução histórica, construiu” (CARAM, 1978, p. 15).

A Organização Mundial da Saúde - OMS (2005) reconhece a violência contra a mulher como um problema de saúde pública, pois afeta a integridade física e a saúde mental da mulher. A violência de gênero ou contra a mulher acontece em praticamente todos os países com os mais diversos regimes políticos e econômicos, porém com agressões variadas.

A violência contra a mulher é uma manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres, com dominação da mulher pelo homem, sua discriminação e a interposição de obstáculos ao seu pleno desenvolvimento. Essa violência deriva essencialmente de hábitos culturais, em particular dos efeitos prejudiciais de algumas práticas tradicionais ou de costumes e de todos os atos de extremismo relacionados com a raça, sexo, idioma e religião, que perpetuam a condição de inferioridade da mulher na família, no local de trabalho, na comunidade e na sociedade (ONU, 1996).

Ainda, a violência é agravada por pressões sociais, como a vergonha de denunciar, a falta de acesso da mulher à informação jurídica, à assistência e à proteção; a falta de leis que proíbam a violência contra a mulher, a falta de meios educacionais e de outras formas de combater as causas e as conseqüências da violência.

Nos estudos sobre violência contra a mulher, o conceito de gênero é adotado para compreender como acontecem as relações entre homens e mulheres, os papéis que cada um assume na sociedade e as relações de poder estabelecidas entre eles, cujos modelos de comportamento são construídos culturalmente e têm caráter fundamentalmente social.

Há diferenças biológicas entre os dois sexos, mas não são essas diferenças que determinam a posição/situação/condição de mulheres e homens na sociedade. Porém, as diferenças biológicas acabam servindo de pretexto para legitimação de desigualdades entre homens e mulheres.

“Gênero não pretende significar o mesmo que sexo, ou seja, enquanto sexo se refere à identidade biológica de uma pessoa, gênero está ligado à construção social como sujeito masculino ou feminino” (LOURO, 1997, p. 09). Da mesma forma, não focaliza somente a mulher como centro de estudos e sim os sujeitos masculinos e femininos, bem como os processos de formação da feminilidade e da masculinidade. A construção dos gêneros é processo social e histórico que envolve os corpos dos sujeitos (LOURO, 1997).

Os movimentos feministas questionavam seriamente o patriarcado, o papel do homem e as hierarquias entre os diferentes grupos e o modo como o homem relacionava-se consigo, com outros homens e com as mulheres. No século XX as mulheres intensificam os esforços se em defesa de seus direitos, mas os valores impostos a elas até então servem de obstáculos à luta pelo direito de igualdade. As que assumiram o movimento feminista foram alvo de discriminação por parte daqueles(as) que aceitavam o papel de submissão destinado à mulher na sociedade patriarcal.

Durante a passagem dos anos 70 para os 80, o movimento de mulheres integrou o amplo espaço público onde se davam as críticas ao totalitarismo e se articulavam as propostas democráticas.

Sem deixar de denunciar a violência estatal, esses movimentos salientavam a violência de que eram objeto as mulheres, principalmente nos seus lares e lugares de trabalho, mas também em muitos outros espaços da sociedade, constituindo ameaça à integridade física e emocional. Ameaça ainda maior pelo fato de ser invisível e insuficientemente reconhecida como crime, sobretudo pelos órgãos de justiça criminal (BRUSCHINI E UNBEHAUM, 2002, p.297).

O crescimento das denúncias de violência contra a mulher ganhou maior visibilidade na medida que as diferentes formas de violência experimentadas pela mulher saiam dos espaços de intimidade passando ao público, sendo incluído no diálogo e nas interações entre diversas instituições do Estado, resultando na implantação das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher – DEAMs (BRUSCHINI e UNBEHAUM, 2002).

Outro fator relevante para a busca incessante de espaço e afirmação da mulher, é que poucos anos antes da criação das DEAMs a mulher começa a ingressar no mercado de trabalho formal de forma mais precisa n a tentativa de melhoria das condições de vida. Mas essa busca por direitos igualitários trouxe também à mulher a dupla jornada de trabalho.

Hoje, a condição subalterna da mulher pode ser sutil e disfarçada. Antigos e sempre novos problemas como planejamento familiar, mortalidade materna, violência, aborto, participação na esfera política, preconceito, educação, trabalho, são problemas inter-relacionados e que decorrem da subordinação da mulher na sociedade (BLAY, 1999).

A adição de novas leis com o intuito de garantir a igualdade de gênero e respeito aos direitos humanos da mulher é um fator relevante, mas não foi o suficiente para superar os obstáculos na prevenção e eliminação da violência contra a mulher (FRANCO, 2002).

Em todos os âmbitos da vida privada ou pública, nos espaços que envolvem movimentos sociais em geral, houve um aumento da atuação feminina, considerada como conquista de ‘direito e igualdade’, mas a mulher ainda sofre discriminação nessas áreas. De acordo com a Declaração de Beijing (ONU, 1996, p.27),

é reconhecido que a situação da mulher progrediu em alguns e importantes sentidos na última década, mas a progresso tem sido irregular, as desigualdades entre homens e mulheres continuam e ainda permanecem grandes obstáculos, cujas implicações tem sérias conseqüências sobre o bem-estar de todos.

A Declaração de Beijing sustenta que a violência contra a mulher constitui obstáculo para que se alcance os objetivos de igualdade, desenvolvimento e paz, além de violar e prejudicar ou anular o desfrute, por parte dela, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. Em todas as sociedades, em maior ou menor incidência, as mulheres e meninas estão sujeitas a maus tratos de natureza física, sexual e psicológica, sem distinção quanto ao seu nível econômico, classe social ou cultura. A baixa condição social e econômica da mulher pode ser tanto uma causa como uma conseqüência da violência de que é vítima (ONU, 1996).

Conforme tratada na Declaração de Beijing, a violência contra a mulher se refere a qualquer ato de violência que tem por base o gênero e que resulta ou pode resultar em dano ou sofrimento de natureza física, sexual ou psicológica, inclusive ameaças, a coerção ou a privação arbitrária da liberdade, quer se produzam na vida pública ou privada (ONU, 1996). Então a violência contra a mulher pode assumir algumas formas como: **1)** a violência física, sexual e psicológica que ocorre na família, inclusive as sevícias, o abuso sexual das meninas no lar, a violência relacionada com o dote, a violência por parte do marido, a mutilação genital e outras práticas tradicionais que atentam contra a mulher, a violência exercida por outras pessoas além do marido e a violência relacionada com a exploração. **2)** a violência física, sexual e psicológica no nível da comunidade em geral, inclusive as violações, os abusos sexuais, o assédio e a intimidação sexuais no trabalho e, o tráfico de mulheres e a prostituição forçada. 3) a violência física, sexual e psicológica perpetrada ou tolerada pelo Estado, onde quer que ocorra.

Os atos ou as ameaças de violência quer ocorram no lar ou na comunidade, perpetrados ou tolerados pelo Estado, infundem medo e insegurança na vida das mulheres. O medo da violência, incluindo o assédio, é um constrangimento permanente para a mobilidade da mulher que limita o seu acesso às atividades e recursos básicos (ONU, 1996).

A violência contra a mulher é um dos mecanismos sociais fundamentais que a força a uma posição de subordinação comparada com a do homem. Em muitos casos, a violência contra a mulher ocorre na família ou no lar, onde muitas vezes se tolera a violência.

A Conferência Mundial dos Direitos Humanos (1996) reafirmou claramente que os direitos humanos da mulher, durante o seu ciclo vital, são inalienáveis e constituem parte integrante e indivisível dos direitos humanos universais.

De acordo ainda com a Declaração de Beijing (ONU, 1996), faz-se necessário a adoção de um enfoque integral e multidisciplinar que permita abordar o desafio que é a tarefa de criar famílias, comunidades e Estados livres da violência contra a mulher, não sendo apenas uma necessidade, mas também uma possibilidade real.

No que se refere à enfermagem, a questão da violência contra a mulher é um tema relevante para discussões e levantamento de dados que possam contribuir para uma melhor compreensão do quadro atual e para o delineamento de ações que visem modificá-lo. Isso é especialmente verdadeiro tomando-se em conta que a violência contra a mulher ainda é um assunto pouco debatido entre os profissionais da enfermagem, embora seja um problema que atinge a população de Concórdia no seu dia-a-dia, bem como o país inteiro e o mundo. Diante das proporções que a violência adquiriu, do grande número de vítimas, dos agravos e das ameaças às vítimas, a temática já se tornou um problema de saúde pública.

Novas pesquisas podem colaborar para o esclarecimento das dificuldades levantadas pelo fenômeno da violência. Como esta temática é pouco evidenciada principalmente pelos profissionais da enfermagem julgo importante trazer à tona algumas informações sobre a realidade da cidade de Concórdia-SC. Para tanto, este estudo analisou a concepção de violência contra a mulher na perspectiva dos policiais militares que atuam no 2º Batalhão de Polícia Militar da cidade de Concórdia-SC.

**2.0 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Esta é uma pesquisa de caráter qualitativo desenvolvida no município de Concórdia SC no período de abril a novembro de 2005, com policiais militares do 2º Batalhão da Polícia Militar.

Antes de iniciar a pesquisa, foi enviado um ofício à direção do 2º Batalhão da Polícia Militar afim de que fosse concedida autorização para a coleta dos dados. Os policiais que participaram da pesquisa foram comunicados verbalmente pelo Tenente responsável pelo Batalhão.

Os dados foram coletados pela própria pesquisadora, em entrevistas individuais, agendadas previamente, as quais foram desenvolvidas em sala do próprio Batalhão. Os dados foram gravados e posteriormente transcritos para análise dos relatos. A entrevista foi orientada por um roteiro elaborado para este fim.

As entrevistas seguiram um roteiro com perguntas, através das quais fosse possível investigar os temas relacionados com a questão e com o objetivo do estudo. O roteiro orientou-me durante a entrevista, na qual optei por ouvir atentamente o relato espontâneo de cada entrevistado introduzindo as questões do roteiro de acordo com a necessidade.

A pesquisa foi desenvolvida com a participação de 10 policiais militares do 2º Batalhão da Polícia Militar de Concórdia – SC e, tendo em vista o objetivo do estudo, interessava-me coletar os dados com policiais que atuam diretamente no atendimento das ocorrências, critério que foi utilizado para a seleção dos participantes. A idade dos participantes variou de 29 a 40 anos de idade e o tempo de serviço na Polícia Militar variou de 08 a 23 anos.

Para a realização das entrevistas, encontrei-me individualmente com cada um dos participantes nos dias 2, 3, 8 e 9 de agosto de 2005. Na ocasião, esclareci os objetivos do estudo e solicitei que cada um dos participantes assinasse o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Cada entrevista estendeu-se por uma hora em média. Posteriormente as gravações foram integralmente transcritas pela própria pesquisadora e os dados analisados.

No que se refere às questões éticas, atendi o previsto pelo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem e pela Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Em atenção a elas, apresentei a proposta e fiz o convite para que participassem da pesquisa, esclareci o objetivo da mesma e a metodologia a ser usada. Ainda, lhes foi garantido sigilo a respeito das informações obtidas que pudessem identificá-los, bem como o respeito à privacidade de cada participante, preservando-lhes o anonimato. Da mesma forma, a todos foi assegurada a liberdade de deixar de participar da pesquisa a qualquer momento se assim decidissem. Além disso, o estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UnC.

Para análise dos dados, escolhi a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo – DSC.

“O DSC crê que respostas oferecidas a indagações de cunho qualitativo provocarão um pensamento encadeado discursivamente sobre certo tema. A forma com um determinado grupo ou população pensa este tema se manifesta – dentre outros meios – através do conjunto dos discursos verbais emitidos por membros deste grupo. O discurso coletivo procura expressar do modo mais fiel possível o que uma população pensa sobre o tema” (LEFÈVRE, LEFÈVRE e TEIXEIRA, 2000).

Para elaborar os DSCs, os discursos brutos são submetidos a uma análise inicial decompondo-os, selecionando as principais ancoragens e/ou idéias centrais presentes em cada discurso individual, assim como em todos eles reunidos, resultando numa síntese que reconstitui discursivamente a representação social. Cada depoimento foi analisado, de modo a extirpar as diferentes Idéias Centrais e suas respectivas Expressões-Chave, reunindo-as para obter o DSC (MADUREIRA, 2005). Para a construção dos DSC, segui os passos adaptados por MADUREIRA (2005) a partir da proposição de (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2003):

**1)** Leitura exaustiva das transcrições das entrevistas. **2)** Identificação de temas e junção das expressões-chave relativas a cada um em todas as entrevistas, uma a uma. **3)** Identificação de grandes temas presentes nos textos. **4)** Identificação e junção das expressões-chave por temas. **5)** Leitura exaustiva das expressões-chave reunidas em cada tema. **6)** Identificação das idéias centrais em cada tema. **7)** Identificação das idéias centrais de sentido igual, semelhante ou complementar e junção das mesmas sob uma idéia central-síntese com suas respectivas expressões-chave. **8)** Elaboração do DSC. **9)** Análise do conjunto de DSCs relativos a cada tema e junção dos iguais, semelhantes ou complementares. **10)** Reelaboração dos DSCs para obter um quadro de discursos coletivos coerentes, consistentes e condizentes com a questão norteadora e com o objetivo do estudo.

**3.0 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS**

Nos últimos anos, a luta pela cidadania feminina tornou-se mais evidente e o fenômeno da violência contra a mulher, até pouco tempo ignorado ou mantido sob domínio privado, emergiu sendo tratado como uma violação dos direitos humanos. Apesar da violência fazer parte da vida cotidiana das pessoas em geral, ela não atinge de forma igualitária todos os segmentos da sociedade, se apresentando também de forma desigual com alguns grupos mais vulneráveis que outros.

A violência doméstica é percebida, hoje, no Brasil, mesmo no senso comum, como uma das principais formas de violência das quais as mulheres são vítimas (GROSSI, 1998). A violência contra a mulher ou de gênero acontece em todas as idades, classes sociais, etnias, religiões ou opções sexuais e pode ocorrer no âmbito do trabalho, do casamento e da participação social.

No Brasil foi por volta dos anos 80 que feministas passaram a utilizar o termo “gênero” para referir-se à construção sócio-cultural do masculino e do feminino, não levando em conta apenas o biológico, mas também o social. Trata das construções das “características masculinas” de agressividade, iniciativa, comando, fortaleza, assim como das “características femininas” inversas de passividade, não-iniciativa, obediência e fraqueza (FACUNDES, 2004). Ainda que a situação ideal da eliminação da violência contra a mulher esteja longe de ser alcançada talvez possamos refletir sobre normas e costumes sociais que afetam esse fenômeno.

Falando de violência em geral, os policiais participantes deste estudo apontam que as **ocorrências mais freqüentes** são de perturbação do sossego alheio e público, perturbação do trabalho, agressão do marido para com a mulher, embriaguez que se transforma em agressão, briga familiar, vias de fato seguidas de lesões corporais, ocorrências relacionadas ao trânsito, danos ao patrimônio público e arrombamentos. Essas ocorrências geralmente acontecem em final de tarde, à noite e em final de semana, períodos em que o consumo de bebida alcoólica está mais elevado, fator que também leva o homem a cometer agressão contra a mulher.

A denúncia aos policiais é feita muitas vezes por vizinhos, filhos, pela própria mulher quando ela consegue se desvencilhar do agressor ou mesmo por parentes mais próximos, os quais solicitam auxílio à policia militar quando ela não pode fazê-lo.

**3.1 – MOTIVOS DA VIOLÊNCIA**

De acordo com os policiais, muitos homens autores de violência apontam vários motivos para justificar o uso da mesma contra suas parceiras, dentre os quais destacam-se o ciúme, a desconfiança, o descumprimento das ‘obrigações’ por parte da mulher ou motivos que não sabem explicar.

Por sua vez, a mulher em situação de violência aponta como motivos da agressão o álcool consumido pelo companheiro, o machismo e as ‘cobranças’ que faz a ele. Além desses motivos, os policiais ainda apontam o uso de drogas e o medo sentido pela mulher como pressuposto para a agressão. Os motivos da violência estão expressos nas idéias centrais e nos discursos que seguem.

***IDÉIA CENTRAL - O principal motivo da violência é o álcool***

*DSC 1**–* ***Existem aqueles casos crônicos, os de embriaguez. Uns 80% dos casos de violência contra a mulher são relacionados a embriaguez e, desses, 60%, 70% é violência familiar. Um homem em sã consciência é uma pessoa tranqüila, calma mas, tomando a bebida ele acaba se transformando. Quando bebe, ele aproveita da condição de bêbado para ser prevalecido, para se sentir o machão e descarrega em uma mulher indefesa. A própria vítima alega que o parceiro agride quando está fora do seu estado normal e a maioria das agressões acontecem quando ele está alcoolizado.***

***DSC 2 –*** *Há também casos em que ele toma ou ela toma e quando um ou outro está embriagado, acabam levando primeiro para a agressão moral depois para a física.*

*IDÉIA CENTRAL – O uso de drogas*

***DSC –*** *As drogas seriam um terceiro motivo. Casal drogado é problema, então aí a violência é certa e os filhos acabam sofrendo as conseqüências. Em uma ocorrência, o marido estava drogado além de embriagado e acabou agredindo a esposa e a criança também.*

***IDÉIA CENTRAL – A mulher não compreende seu estado de embriaguez***

***DSC –*** *Ele não é compreendido pela parceira ou pela mulher quando está embriagado (risos), o que gera uma discussão e a, partir daí, a violência seja verbal ou física.*

Mulheres em situação de violência, homens citados como agressores e policiais militares entrevistados fazem o mesmo diagnóstico: apontam a bebida alcoólica como fator desencadeante e facilitador da violência contra a mulher. Quanto maior o consumo de bebida alcoólica, maiores também serão as chances de o indivíduo ter problemas em casa, no trabalho, com amigos e até mesmo com estranhos. Relacionado à violência, o álcool pode desencadear discussões entre os cônjuges e outros membros da família, levando algum deles a cometer ou a ser vítima de atos violentos.

A sociabilidade do ser humano é caracterizada pela sua capacidade de se relacionar e sua adequação social. O álcool reduz essas particularidades e a pessoa passa a se comportar de maneira ‘diferenciada’. Cerca de 87% dos casos de agressão registrados nas delegacias da mulher são causadas pelo álcool (TIBA, 2003). Essa estatística vem ao encontro do que foi relatado pelos policiais os quais, mesmo empiricamente, afirmam que o percentual de agressões vinculadas ao álcool é de aproximadamente 80% na cidade de Concórdia-SC.

Quando relacionada ao consumo de álcool, a violência pode ser interpretada apenas com relação aos excessos. O descontrole com relação à bebida alcoólica, o ‘ficar transtornado’ com o álcool é usado como justificativa para cometer atos violentos em nome de uma suposta necessidade que o homem tem de manter e/ou demonstrar seu poder sobre a mulher.

O álcool tem profundos efeitos imediatos sobre o comportamento do indivíduo. Quando ingerido em pequenas doses, o indivíduo sente-se feliz, falador, com maior energia e eufórico, mas com o aumento da quantidade ingerida, o indivíduo começa apresentar mudanças no estado psicológico e emocional como grande alegria, tristeza ou ira (MILAN, 1986). O álcool age de forma transformadora sobre o indivíduo como se ajudasse a liberar alguns ‘instintos’, diminuindo o discernimento, a auto-censura e a racionalidade.

O consumo de bebida alcoólica vem crescendo entre as mulheres nos últimos anos, em todas as faixas etárias. Esse aumento propicia que a mulher se envolva mais em situações de violência como vítima e/ou como agressora. Nos discursos dos policiais, às vezes a mulher é citada como consumidora de álcool e, em alguns casos, a embriaguês dela ou do companheiro é motivo para os desentendimentos entre o casal, o que pode chegar à agressão física.

A violência está contida no homem e nas relações que construiu graças à assimetria das relações de gênero; no entanto, mulheres alcoólatras em geral não praticam violência contra o homem (FRANCO, 2000).

Álcool e outras drogas geralmente estão envolvidos com as situações de violência. Segundo os policiais, as drogas geram um problema muito grande no relacionamento, levando à violência contra a mulher e contra os filhos, classificada como violência intrafamiliar, ou seja, toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar e a integridade física ou psicológica. Pode ser cometida por qualquer integrante da família que esteja em relação de poder com a pessoa agredida (BRASIL, 2001).

A violência relacionada ao álcool é muito mais comum do que se imagina e tende a tornar-se pior e cada vez mais freqüente, mas álcool e violência podem ser controlados (LAZO, 1989). O homem consumidor de bebida alcoólica deixa de participar das decisões da família e de desempenhar o seu papel; aos filhos resta o sentimento da vergonha e à companheira as conseqüências são ainda piores. Com certeza, as pessoas mais atingidas pelo estado ‘fora do normal’ do homem alcoolizado são as pessoas que convivem diretamente com ele, geralmente filhos e companheira. Nesses indivíduos podem aflorar sentimentos de medo, raiva, isolamento social e até mesmo problemas de saúde. Não há dúvida que o problema do consumo de álcool está arraigado na rede de interações familiares e os que convivem nesse meio são afetados, em maior ou menor escala (CORDO *apud* STAMM, 2000).

Como foi citado anteriormente, o álcool é facilitador de mudança de atitudes e, não é diferente quando se trata de atitudes nas relações afetivas. Para os policiais, o fato de o homem estar embriagado e não ser compreendido por sua companheira, gera agressão verbal e pode até chegar a agressão física.

Mas assim como a sociedade se encontra em constante modificação, também algumas mulheres já não aceitam o fato de ter um companheiro dominador e tentam de alguma forma reverter à situação. A mulher não mais precisa assumir o papel de submissa e ‘boazinha’ dentro de casa, pode lutar contra essas características impostas a ela durante muito tempo.

A liberdade não é a escolha voluntária diante de várias opções, mas sim a capacidade de autodeterminação para pensar, querer, sentir e agir; é autonomia. Ser sujeito é construir-se e constituir-se como capaz de autonomia numa relação, de tal forma que as coisas e os demais não se ofereçam como determinadores do que somos ou fazemos, mas como o campo no qual o que somos e fazemos pode ter a capacidade aumentada ou diminuída, segundo nos submetamos ou não à força e à violência ou sejamos agentes delas (CARDOSO, 1985).

***IDÉIA CENTRAL - A mulher não fala o motivo porque tem medo***

DSC – **Geralmente elas não querem falar na presença dele [do companheiro].**

***IDÉIA CENTAL – A mulher ‘cobra’ e o marido não aceita***

***DSC –*** *[Ela] quer saber aonde o marido vai [a partir disso] a convivência começa se agravar. O casal acaba discordando de algum fato e os ânimos se exaltam.*

Outro motivo de violência indicado nos DSC é o medo que a mulher tem de denunciar o companheiro, o que a leva a somente aceitar falar quando o(s) agressor(es) não está(ão) presente(s). Cabe dizer que o companheiro faz uso do poder para impor medo à mulher.

Podemos salientar que o gênero serve como instrumento para explicar também as relações entre homem e mulher na sociedade, recaindo assim diretamente sobre os relacionamentos, onde a questão das diferenças fica evidente: a superioridade exercida pelo homem sobre a mulher que freqüentemente ocupa uma posição de inferioridade.

A violência também visa manter a relação, conservando as partes presentes uma para a outra, porém com uma delas anulada e submetida à vontade e à ação da outra. Ainda, a violência almeja a submissão consentida ou a supressão da vontade do outro que ‘consente’ em ser suprimido na sua diferença. Postas como dependentes para os outros e, geralmente, do outro, as mulheres naturalizam sua posição historicamente construída (CARDOSO, 1985).

Hoje, a violência exercida sobre a mulher é ainda socialmente tolerada, o que está relacionado à compreensão de que a mulher faz parte do pólo ‘dominado’, submisso, passivo, dependente, oprimido, e de que o homem ocupa a posição de ‘dominador’ nas relações de gênero. Quando essas características são aceitas como verdadeiras por homens e mulheres, ocorre a naturalização dessa desigualdade no campo social, conferindo à mulher uma posição de inferioridade, fruto do que chamamos de poder como dominação (MADUREIRA, 2004).

O uso deste poder como articulação da relação do casal é feito pelo companheiro em várias situações, e fica evidente no fato de não admitir ‘cobranças’ por parte da mulher, ocasiões em que pode usar de violência para reforçar sua autoridade.

Portanto, a violência contra a mulher é um dos mecanismos sociais fundamentais mediante os quais a mulher é forçada a uma posição de subordinação comparada com a do homem (ONU, 1996).

Nas relações de poder, a diferença sexual é um dos elementos dotados da maior instrumentalidade, muito utilizado para manobras, e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias (FOUCAULT, 1999).

Cabe ressaltar que a igualdade entre homens e mulheres e o respeito pela dignidade humana deveriam nortear o processo de socialização. Porém, os relacionamentos interpessoais e a personalidade também são marcados pela dominação e pela violência, que têm sua origem na cultura e nas instituições do patriarcalismo. É essencial, tanto do ponto de vista analítico quanto político, não esquecer o enraizamento do patriarcalismo na estrutura familiar e na reprodução sócio-biológica da espécie, contextualizado histórica e culturalmente (CASTELLS, 2001).

A transformação da conscientização da mulher e dos valores sociais ocorridos nas últimas décadas e em quase todas as sociedades, é imprescindível e traz conseqüências fundamentais para toda sociedade humana (CASTELLS, 2001).

***IDÉIA CENTRAL – A mulher não cumpre com as ‘obrigações’***

*DSC –* ***[Ele alega que] a mulher não colabora, não trabalha, não limpa a casa, não lava a roupa, não faz comida, não cuida dos filhos. Ou porque respondeu para ele, não quis manter relação sexual com ele. Ela fica desobedecendo, não faz o que seria tratado, as coisas em casa não são como ele quer.***

*IDÉIA CENTRAL – A cultura machista é também um motivo*

***DSC –*** *O homem trata a mulher como se ela fosse um bem, um objeto dele. Acha que a mulher é escrava dele e tem que estar à disposição. É o machismo que impera! Ele acha que tem todo o direito do mundo e a mulher só tem deveres. Às vezes [a mulher] quer igualdade e o marido não aceita, quer mandar. O agressor trata a mulher como posse dele; bate por que se acha superior, acha que tem o poder de determinar o que ela pode fazer e o que não pode fazer, mas ele tem toda liberdade do mundo para ir onde quer, fazer o que bem entende. Ele também não considera o trabalho da mulher em casa e a mulher diz “ele quer que eu faça aquilo que ele quer, quer que eu seja uma empregada, não uma esposa.*

***IDÉIA CENTRAL – Os motivos da violência contra a mulher são múltiplos***

*DSC –* ***[A violência ocorre porque o casal] está desestruturado, o ciúme é doentio, tem problemas financeiros, falta de cultura e tudo isso acaba desembocando na violência. Ele suspeita de traição, alega que ela saiu com outro e a mulher pode até tentar se explicar mas ela não consegue convencer principalmente se o cara está embriagado. Ele não sabe nem explicar! Pelo simples fato de estar embriagado e a mulher pronunciar qualquer palavra ele se sente ameaçado na sua hombridade e usa da força física para submeter à mulher ao seu domínio.***

**Cada sociedade atribui determinados papéis a homens e mulheres e esses papéis freqüentemente ajustam-se perfeitamente a certas idéias de como são ambos os sexos. Desde o patriarcado que as atividades do homem eram dirigidas para o mundo social, enquanto que as mulheres eram rigidamente restringidas e limitavam-se ao mundo doméstico da própria família (PARKER, 1991). Sendo assim, o homem trabalha fora de casa, por exemplo, porque está mais orientado em direção ao exterior, enquanto que a mulher é dona-de-casa porque é orientada ao interior.**

**A violência contra a mulher baseada no gênero, tal como as sevícias e outras violências domésticas, é incompatível com a dignidade e o valor da pessoa humana, sendo assim deve ser combatida e eliminada tanto na vida pública como privada coibindo certas práticas tradicionais, habituais ou modernas que violam os direitos da mulher (ONU, 1996).**

**Índices já apontam violências cometidas contra a mulher por parte do companheiro, tais como a proibição da mulher em fazer amizades, trabalhar fora de casa, ser obrigada a ouvir xingamentos, bem como ser acusada pelo companheiro de ter amantes (DINIZ *et al*, 2004). Essa violência é vista por Cardoso (1985) como conversão de diferença e de assimetria numa relação hierárquica de desigualdade com fins de dominação, exploração e opressão. A violência é uma ação que trata um ser humano como coisa e é demonstrada pelos agressores, conforme indicam os DSC sobre os motivos que os levaram a cometer a violência.**

**Através de formas simbólicas que moldam o corpo humano e suas práticas, as distinções entre os dois tipos anatômicos completamente opostos são transformadas em noções de masculinidade e feminilidade que se remetem em valores culturais, tornando-se sustentação para um sistema de domínio cultural entre homem e mulher. Tanto na compreensão do passado patriarcal, como na vida diária presente, essas diferenças anatômicas permanecem como subsídio para as diferenças de gênero (PARKER, 1991).**

Sendo assim, a estrutura familiar patriarcal vem servindo de base para a sociedade contemporânea, caracterizada pela autoridade do homem sobre a mulher, que se encontra historicamente mantida em submissão. Em conseqüência, os relacionamentos são marcados pela dominação e violência (CASTELLS, 2001).

Ainda, nossa civilização é androcêntrica, ou seja, centrada na figura masculina. Os direitos, deveres, aspirações e sentimentos da mulher se acham há tempos subordinados aos interesses do patriarcado, assim sendo, ao sistema de relações sociais que garante a dependência da mulher em relação ao homem (ARANHA, 1992).

Geralmente as formas de dominação se impõem pela naturalização, que consiste em considerar naturais certas características construídas a partir das relações sociais. Os mitos relacionados à natureza feminina alegam que a mulher teria certas virtudes e defeitos próprios, ou seja, por um lado seria amorosa, sensível, altruísta, maternal, intuitiva e por outro lado seria frágil, dependente, sem iniciativa e instável (ARANHA, 1992).

Diante dos discursos construídos, podemos verificar que, para o homem, a mulher ainda é vista essencialmente como mãe, como mantenedora do lar e não como companheira. Ela deve ser a principal responsável pela educação dos filhos, pela ordem do lar e pelos cuidados dispensados à família (STREY *et al*, 1997).

Ainda, o cuidar, tanto do lar como dos filhos, tradicionalmente atribuído à mulher, não é um atributo biológico e essencial da mulher, mas sim fruto de atitudes sociais e historicamente construídas, na qual ela ainda se incorpora; apesar das lutas há um lado maternal e doméstico muito pronunciado no cotidiano da mulher (SIQUEIRA, 1999).

Os motivos alegados pelo agressor são múltiplos, mas ciúmes, falta de cultura, problemas financeiros e álcool são usados como âncora para justificar uma situação de violência. Na relação de poder usa-se a força de opressão de um indivíduo sobre outro como meio de dominação e coação física e psicológica (CARDOSO, 1985).

**A mulher contemporânea ainda tem uma visão de que o homem ideal é aquele trabalhador, provedor do lar, construída através da comparação com a identidade masculina, mas que mostra-se uma visão inadequada mediante o comportamento violento.**

**Vale ressaltar que toda relação afetiva entre parceiros é regida por regras que fundamentam a relação e são compartilhadas por ambos. Quando uma das partes transgride uma dessas regras, gera a violência, juntamente com a falta de diálogo que sustenta a relação afetiva (GROSSI, 1998).**

**3.2 – PORQUE A MULHER NÃO DENUNCIA**

A freqüência com que ocorre a suspensão da queixa frustra as expectativas dos policiais e das próprias feministas, pois acreditam que práticas de agressão sejam elas quais forem, devem levar à punição do acusado como forma de barrar todo e qualquer tipo de violência.

De acordo com os relatos colhidos, a mulher, numa tentativa de não aceitação da violência, está buscando ajuda mesmo que momentânea. Ampara-se no poder hierárquico dos policiais em busca de um pacto, fazendo a denúncia, porém, em seguida e em grande parte das vezes, desiste de dar prosseguimento ao caso por vários motivos, os quais estão evidenciados no rol de idéias centrais, discursos e interpretações abaixo listadas.

***IDÉIA CENTRAL – São muitos os fatores que impedem a denúncia***

***DSC –*** *O preconceito influencia bastante, a mulher não quer aparecer por que há uma discriminação bastante grande. Por gostar [de] conviver com o companheiro. Muitas vezes essa vítima acaba não fazendo nada por que tem dó do marido, “Vou prejudicar meu marido no trabalho, daqui a pouco o que os outros vão dizer”. Não tem coragem de encarar uma separação. Ela não quer ser envolvida em situações vexatórias perante a sociedade, o filho, os vizinhos e, então, se tranca em casa e deixa quieto por vergonha.*

***IDÉIA CENTRAL – Não denuncia por medo de sofrer agressão novamente***

***DSC –*** *A mulher diz: “se eu for [fazer a denúncia] o marido me quebra a pau amanhã”. Ela apanha e fica quieta, acaba sufocando, velando aquilo para ela. Se a mulher já está com medo ela não vai para a delegacia porque acredita que se for depois vai ser pior. Então, o autor do delito impõe pressão e medo na mulher e ela se sente impotente. O próprio medo de tomar a liberdade, de adquirir a liberdade acaba encobrindo.*

Dentre os vários motivos abordados pelos policiais, está o preconceito e a discriminação sofridos pela mulher ao fazer a denúncia. Preconceito significa conceito ou opinião formado antecipadamente sem um adequado conhecimento dos fatos. O perigo do preconceito está na recusa em reexaminar as convicções quando se tornam sentenciosas. Nesse sentido o preconceito é fonte de intolerância e portanto, violência (ARANHA, 1992). O preconceito leva a discriminação quando o diferente é considerado inferior, excluído de privilégios que outros desfrutam.

Das mulheres que denunciam, segundo os policiais, apenas uma minoria concorda com a possibilidade de retirada do companheiro do lar. Grande parte das mulheres não quer a separação, pretendem continuar com o relacionamento mesmo que isso acarrete bruscas mudanças na vida a dois.

Por vezes, a violência contra a mulher é agravada por pressões sociais, como a vergonha de denunciar certos atos. A violência ao longo do seu ciclo vital deriva essencialmente de hábitos culturais, em particular, dos efeitos prejudiciais de algumas práticas tradicionais ou consuetudinárias e atos de extremismo relacionados com a raça, sexo, idioma ou a religião, que perpetuam a condição de inferioridade conferida à mulher no seio da família, no local de trabalho, na comunidade e na sociedade (DECLARAÇÃO DE..., 1996).

A mulher tem receio de ver sua intimidade exposta para outras pessoas, aceitando então ficar a mercê das agressões do parceiro, ocultando-se, o que a torna ainda mais vulnerável ao agressor, que se vê dono de maior poder.

**Além disso é comum a preocupação da mulher para com seu companheiro, com o emprego do mesmo e com a opinião alheia. Em razão disso, ela geralmente não denuncia na primeira agressão sofrida. Há um intervalo de silêncio fruto da vergonha e do medo, mecanismos que produzem a compaixão para com o agressor, visando proteger o vínculo amoroso e, até mesmo os filhos (FRANCO, 2000).**

A violência contra a mulher não se restringe somente à agressão física, pois existem também as agressões morais e psicológicas. A agressão psicológica é a mais enfatizada nos disucros, onde o agressor usa de artifícios para convencer a mulher a sustentar a situação em que se encontra, sob pena de qualquer atitude dela piorar a situação. Ele usa da ameaça para manter-se e mantê-la no lar, impondo-lhe medo. Essa ameaça é considerada violência psicológica.

O medo de uma violência ainda maior, muitas vezes paralisa qualquer reação que a mulher possa ter no sentido de sua auto-defesa (CARDOSO, 1985). Na verdade, é muito difícil qualquer ação realmente eficaz contra o agressor, o que pode colocar a mulher em situação de maior vulnerabilidade à violência.

***IDÉIA CENTRAL – Não denuncia em função da dependência financeira***

***DSC –*** *Mulheres que não trabalham, não tem independência, na maioria das vezes não têm interesse de**tomar uma atitude contra o agressor. Ele passa a se sentir impune e perde o receio da justiça, passa a agredir a mulher. [Ela] não dá um basta naquilo, não demonstra interesse em não apanhar de novo. Acredito que ninguém gosta de apanhar. A realidade é que às vezes ficam com receio de acabar com aquela situação, com receio de piorar. Muitas vezes a mulher acaba se tornando tão dependente que tem medo de tomar uma atitude. Ela foi agredida uma, duas, três, quatro vezes e aceita no dia seguinte......alguma coisa está acontecendo de errado, a própria dependência.*

O fator sócio-econômico faz com que muitas mulheres desistam de fazer a denúncia ou que, ao fazê-la, terminem por retirar a queixa. A dependência emocional e financeira do companheiro, a presença de filhos menores e o sentimento de vergonha faz com que a maioria das vítimas não leve a agressão ao conhecimento da autoridade policial (ONU, 1996).

Embora muitas mulheres tenham melhorado sua situação econômica, a maior parte delas, sobretudo aquelas que se encontram em situação de violência, continuam sem poder alcançar a autonomia financeira e meios de vida sustentáveis para si e seus dependentes (ONU, 1996). Historicamente, as atividades do homem eram dirigidas para o mundo social e da mulher para o doméstico e, mesmo após a mulher ter ingressado no mundo industrial, ainda grande número permanece no âmbito privado, o que a torna mais dependente do companheiro, servindo essa condição para que ela permaneça sob domínio dele.

O ambiente familiar deveria servir de abrigo para os indivíduos mas, conforme indicam os discursos, vem sendo usado para gerar medo, receio, humilhação, pois a maioria das mulheres que sofrem violência são donas-de-casa.

Pesquisa realizada em Recife, Salvador e Aracaju mostrou que, em média, 22% das mulheres entrevistadas apontam sua dependência financeira em relação ao companheiro como motivo para suportar a violência exercida por ele (DINIZ *et al,* 2004), o que vem ao encontro dos achados deste estudo, nos quais os policiais afirmam que a dependência financeira interfere dificultando ou impedindo que a mulher tome uma atitude a seu favor, denunciando o agressor.

***IDÉIA CENTRAL – Não denuncia porque ele muda de atitude no dia seguinte, é diferente quando não está bêbado***

***DSC –*** *A mulher não quer fazer o registro por que não é sempre que o marido é agressivo, só quando bebe. O marido chega no dia seguinte com uma palavra de carinho, ou muda totalmente a sua maneira em relação ao dia anterior e ela acaba cedendo, “se eu não ir, de repente amanhã ele muda e não vai mais acontecer”. A mulher alega que [ele agrediu] porque bebeu. Ela nos diz “não, ele é assim por que bebeu um pouco, mas amanhã ele não está bêbado, ele é uma pessoa boa, ele não deixa faltar nada, é só quando ele bebe”. “Meu marido é um homem muito bom, só que quando ele bebe é assim, não vou registrar queixa por que daqui a pouco passa”. Quando as coisas se acalmam, o marido acaba convencendo que não vai mais fazer, até que ela retirou a queixa e depois começa de novo. As poucas [mulheres] que decidem ir para a delegacia, no outro dia quando o marido está em sã consciência, retiram a queixa, pedem para arquivar, [o numero de mulheres] que chegam até o final [do processo] é muito pequeno.*

***IDÉIA CENTRAL – Não denuncia por ter vivenciado a violência na família***

***DSC –*** *[Pela] questão familiar e educacional, ela já vem de uma outra família com essas mesmas características e acaba aceitando, [sob] a desculpa esfarrapada [de] que não consegue viver sem aquele homem.*

A esperança da possibilidade de mudança de comportamento do parceiro após a agressão é muito grande. A mulher é convencida pela mudança de atitude do companheiro no dia seguinte. Ele garante que não virá a cometer tal ato novamente, fazendo com que ela desista de dar continuidade ao processo que segue a denúncia, pois o agressor não é um estranho, mas um homem de significado afetivo para a mulher.

Através dos discursos dos policiais, percebe-se que o homem atribui sua atitude a um ‘estado anormal’ em que se encontra no momento em submete a mulher à situação de violência. Estando no outro dia em ‘sã consciência’, situação referida pela mulher, a mesma retira a queixa.

Fica evidenciado que a mulher aceita a embriaguês do companheiro como justificativa para a violência, seja ela física, psicológica ou moral. O álcool e outras drogas quando usados para justificar a inocência do agressor podem ser encarados como uma tentativa de negociação com a violência (FRANCO, 2002).

No esforço de justificar as atitudes do companheiro, a mulher usa freqüentemente caracterizações como bom pai de família, provedor do lar, trabalhador, homem honesto e cumpridor dos seus deveres, como atenuantes para a violência cometida por ele. Ainda hoje, a violência contra a mulher é vista por muitos, e inclusive por ela, como algo natural.

Destaca-se um aspecto importante da violência no qual ela é assimilada pela cultura, já tem seu lugar e é tolerada em alguns graus e punida em outros. Ainda, as diferenças homem-mulher, tornadas desigualdades, conferindo à mulher a posição inferior e ao homem a posição de superior nas relações sociais, estabelecem uma ordem conjugal polarizada. Essa ordem é normatizadora dos comportamentos agressivos do homem fazendo com que a mulher acredite que a violência praticada contra ela seja parte integrante das relações conjugais e que, em assim sendo, sempre irá existir, não havendo possibilidade de mudança (FRANCO, 2000).

A violência contra a mulher ainda é vista como questão de pouca importância, de cunho doméstico e natural ao processo de convivência do casal, à qual o agressor e a própria mulher vêem como ‘normal’ e que não compromete a harmonia familiar. As transgressões que às vezes não ocorrem em vias públicas entre quadro paredes são feitas com naturalidade.

A mulher é freqüentemente tratada como inferior e é socialmente ensinada a se colocar em último lugar, o que vai diminuindo seu sentimento a respeito da própria dignidade, demonstrando que há um risco grande de rotinização da violência por ela sofrida (ONU, 1996).

***IDÉIA CENTRAL – Não denuncia pela falta de apoio assistencial***

***DSC –*** *Elas se recusam em fazer o registro na delegacia por que não podem recorrer à assistência social de plantão, não tem profissionais de plantão. Continua sendo agredida por que a lei diz que não tem como prender o rapaz, [ela] deveria entrar com a separação de corpos como medida imediata para que tire o cônjuge varão de casa.*

***IDÉIA CENTRAL – Não denuncia por desconhecer seus direitos***

***DSC –*** *Muitas delas se acham incapazes de qualquer coisa e acabam aceitando isso até por desconhecerem seus direitos. Ou então, muitas vezes [são] ameaçadas, ‘se você me deixar acabo fazendo alguma coisa mais grave’. A mulher não procura seus direitos e, se ela não toma uma atitude o marido vai continuar batendo por que sabe que não vai lhe acontecer nada.*

Atualmente a mulher conta com legislação para proteção de seus direitos em situação de violência, conquistada através do movimento feminista. As DEAMs já existem em vários municípios, mas algumas mulheres ainda não sabem e outras tantas não querem usar a delegacia como recurso para afastar o agressor que permanece no seio da família com a mulher suportando a situação por muito tempo.

Outro fator relevante apresentado nos discursos é que a mulher ainda não conta com uma assistência para ela e para os filhos depois de feita a denúncia, o que a impede de tomar uma atitude. Além disso, o retorno do companheiro para casa após a denúncia expõe a mulher a novas agressões.

O medo e a vergonha aliados à carência dos serviços prestados e das delegacias especializadas no atendimento à mulher em situação de violência impedem a denúncia, a prevenção e o tratamento dos problemas decorrentes da violência. Esses fatos dificultam o registro e o conhecimento da real dimensão da violência contra a mulher (FOELKEL, 2004).

Esses discursos evidenciam, no cotidiano, as afirmações da ONU (1996) de que a violência cometida pelo companheiro ou por outros familiares próximos, muitas vezes deixa de ser denunciada ou, quando a mulher o faz, nem sempre se protege a vítima ou se castiga o agressor.

Garantir à mulher o acesso às informações e aos serviços disponíveis para o combate da violência contra a mulher é um dever daqueles que detêm as informações. Nesse sentido, é essencial tomar medidas de educação para modificar os hábitos e condutas sociais da mulher e do homem, eliminar os preconceitos, bem como as bases de inferioridade da mulher atribuída pelos estereótipos construídos socialmente (ONU, 1996).

A mulher pode ainda encontrar-se em situação desvantajosa por ignorar os seus direitos, bem como por fatores como raça, etnia, cultura, religião e nível sócio-econômico, ou ainda pelos obstáculos que encontra para obter informações e mecanismos de recurso nos casos de violação de seus direitos (ONU, 1996).

Os direitos só adquirem existência social na medida em que são enunciados em normas, legislações e tratados, configurando o espaço da cidadania formal, que não se confunde com o da cidadania efetiva e cuja fronteira não tem um traçado definitivo (BRUSCHINI e UNBEHAUM, 2002). Desde os anos 70, época da militância dos movimentos feministas, a violência contra a mulher vem sendo denunciada no seu mais amplo espaço, mas a mulher era e continua sendo, objeto de violência em seus lares e espaço social, constituindo ameaça à integridade física e emocional da mulher. Essa ameaça torna-se ainda maior pelo fato da violência ser invisível e insuficientemente reconhecida como crime, sobretudo pelos órgãos de justiça criminal (BRUSCHINI e UNBEHAUM, 2002).

Entretanto, não basta que os direitos da mulher existam legalmente; é preciso também que ela os exerça. Para tanto, deve conhecê-los e ter condições (pessoais, ambientais, sociais) que lhe possibilitem tal exercício. O grande desafio hoje é a implementação das conquistas já obtidas pelas mulheres em suas lutas.

O pleno gozo da igualdade de direitos da mulher é prejudicado pela existência de excessivos procedimentos administrativos, morosos e pela escassez de informações sobre os direitos existentes. É necessário que todas as pessoas, especialmente as mulheres em situação de violência, tenham conhecimento de seus direitos e acesso aos recursos contra a violação dos mesmos (ONU, 1996).

Na expectativa de que o companheiro mude de atitude com relação à violência, em nome dos filhos, e por medo de assumir as conseqüências de uma possível separação, a mulher suporta os maus-tratos. Geralmente ela detém parcela menor de poder, o que não lhe dá condições de barganha cedendo quase sempre, inclusive quando o assunto é violência (BRUSCHINI e UNBEHAUM, 2002).

*3.3 – CONCEPÇÃO DE VIOLÊNCIA SEGUNDO OS POLICIAIS*

Existem várias formas de violência já diagnosticadas na vida pública e privada do ser humano, impedindo e/ou dificultando o exercício de seus direitos. A violência contra a mulher ocorre no mundo todo e perpassa as classes sociais, as diferenças étnicas e os credos religiosos, mas nem sempre é fácil identificá-la. Ela pode ser explícita numa situação de guerra ou assalto, mas, por outro lado, pode estar oculta nos lares, nos locais de trabalho, em toda vida social sob as mais diferentes formas. Segundo os participantes desse estudo, a violência não aparente é a mais usada pelo agressor e nem sempre é denunciada pela mulher.

***IDÉIA CENTRAL – Há diferentes tipos de violência, mas a psicológica é a pior***

***DSC –*** *A violência se classifica basicamente em duas formas: a violência física e a violência psicológica. A física é quando a mulher é agredida fisicamente, que deixa lesões no corpo. Porém a violência psicológica é a pior; é quando a mulher é pressionada, é humilhada, é exposta, é subjugada. Violência não precisa nem encostar a mão muitas vezes. A violência verbal machuca..... a violência física talvez não machuque aparentemente mas emocionalmente vai machucar.... qualquer tapa vai machucar, seja emocional ou fisicamente. Às vezes [a mulher] é agredida com palavras, humilhações frente à comunidade em que ela vive. Hoje a mulher [é] mais agredida moralmente do que fisicamente. Uma agressão verbal pode causar mais transtornos, ou acabar prejudicando mais do que se fosse uma agressão física. Qualquer tipo de violência é condenável.*

***IDÉIA CENTRAL – Existem vários aspectos de violência contra a mulher***

***DSC –*** *A violência tem vários fatores: o moral, o psicológico e a agressão física [propriamente]. A agressão contra a mulher envolve agressão contra toda família. O fato de a mulher ser discriminada social e economicamente, a diferenciação econômica no trabalho, a discriminação com relação ao homem em determinados setores, em determinados serviços. A mulher é menos valorizada. O machismo, a superioridade que o homem quer ter sobre a mulher. Ele quer mandar. Hoje a mulher quer igualdade e o homem quer ser o chefe da casa. Tudo isso é violência.*

***IDÉIA CENTRAL – ‘Mulher objeto’ também é considerado violência***

***DSC –*** *A agressão maior é a mulher se tornar escrava, objeto do homem, ser obrigada às vezes a se submeter a coisas por medo de perder o marido ou de medo de apanhar, ou de sofrer uma conseqüência. Ela suporta tantas coisas pela família, principalmente onde há crianças.*

A violência contra a mulher se refere a qualquer ato de violência que tenha como base o gênero e que resulte em dano de natureza física, sexual ou psicológica, inclusive ameaça, coerção ou privação da liberdade, independente de ser produzida na vida pública ou privada (ONU, 1996).

A violência não é fato novo na história da humanidade e sequer é exceção. Antes, se revela prática constante na evolução da civilização, mas algumas vezes, ela é sutil, é oculta, como a violência individual sofrida por algumas mulheres no âmbito de seus lares. Quando se fala de violência contra a mulher, podemos destacar que ela é variável e justificada, dependendo da idade, classe sócio-econômica, etnia e credo religioso da mulher, sendo assim, é perpetuada entre os indivíduos que se relacionam numa determinada sociedade. Várias são as formas de violência exercidas sobre esses indivíduos que podem ser evidenciadas através de agressões verbais, psicológicas e físicas, trazendo consigo grande prejuízo para quem a sofre e influenciando diretamente no seu convívio social.

A violência contra a mulher é também a manifestação das relações de poder construídas entre homens e mulheres com base na assimetria da estruturação da sociedade patriarcal. Essa dominação da mulher pelo homem tem causado a discriminação e a interposição de obstáculos para seu pleno desenvolvimento (ONU, 1996).

A violência psicológica e moral pode trazer maiores conseqüências à mulher do que a agressão física. De acordo com os discursos, um ‘tapa’ pode ser mais facilmente esquecido do que uma pressão, uma humilhação ou uma ameaça, mas qualquer tipo de violência é condenável.

Os atos ou as ameaças de violência podem ocorrer no lar ou na comunidade e infundem medo e insegurança na vida da mulher, constituindo obstáculos à obtenção da igualdade e do desenvolvimento (ONU, 1996), isso porque a violência viola, prejudica e anula o desfrute por parte da mulher dos direitos humanos e da liberdade fundamental.

Existem várias formas de violência psicológica, considerada toda ação que cause ou vise causar dano à auto-estima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa (BRASIL, 2001). Nesse contexto se inclui a ameaça de agressão física, humilhação, chantagem, discriminação, impedimento de trabalhar fora de casa, de ter amizades, de conversar como outras pessoas, ser ameaçada de separação e de perda da guarda dos filhos, entre outras.

Apesar de ocorrer com maior freqüência, a violência psicológica é a mais difícil de ser identificada. Em seus discursos, os policiais deixam claro que, para uma situação de violência, não é necessário que aconteça a agressão física, bastando palavras ou humilhações a que o companheiro expõe a mulher. Hoje, segundo os policiais, a mulher é mais agredida moralmente do que fisicamente.

A violência física é outra forma de violação dos direitos humanos e, no caso da mulher, é a que mais se evidencia aos olhos da sociedade e ocorre quando alguém causa ou tenta causar dano por meio de força física, de algum tipo de arma ou instrumento que possa causar lesões internas, externas ou ambas. Essa forma de violência pode causar conseqüências físicas e psicológicas, deixando ou não marcas aparentes. Os danos causados podem ser temporários ou permanentes (BRASIL, 2001).

Os crimes mais denunciados nas DEAMs são lesões corporais e ameaças (FOELKEL, 2004), o que evidencia ainda mais os discursos dos policiais que, além da violência física, apontam outros aspectos como a violência moral e psicológica.

Outro elemento importante evidente nos discursos é o fato de a violência contra a mulher atingir toda a família, pois uma situação de violência abala a estrutura familiar. Discutida anteriormente, essa violência é chamada de intrafamiliar, pois coloca em risco todos os membros da família. Pode ser cometida dentro ou fora do lar e por qualquer um dos membros.

Embora muitas pessoas possam ser agredidas, as maiores vítimas da violência são as mulheres e as crianças. Nas relações conjugais, a mulher sofre violência por conta de mitos e preconceitos construídos, resultado de séculos de relações desiguais de poder entre homens e mulheres (BRASIL, 2001).

Nos últimos anos houve muitas mudanças nos hábitos e costumes das populações. Porém, apesar do aumento da participação da mulher nas relações políticas e econômicas, ela é ainda discriminada pelo simples fato de ser mulher. Segundo os discursos, há uma desvalorização da mulher na área profissional. A questão salarial, apesar de ter melhorado, ainda a mantém num patamar inferior ao do homem no exercício de funções semelhantes e muitas vezes com melhor qualificação, exigindo dela maiores esforços na luta pela igualdade nesse setor da vida.

Atualmente, as relações entre as pessoas de uma mesma sociedade não permitem que a mulher tenha as mesmas condições de trabalho e renda que os homens têm. A mulher ainda não conquistou a igualdade de condições para se beneficiar dos frutos do desenvolvimento social (LOURO*,* 2002).

Esse aspecto foi abordado pelos policiais como sendo uma violência baseada na cultura machista e, nos discursos, relatam que o homem envolvido na situação de violência ainda se vê como superior à mulher, quer mandar, se impor no relacionamento. A mulher, por sua vez, pode aceitar tal posição de inferioridade em razão de múltiplos fatores como, por exemplo, baixa auto-estima, crença de que o relacionamento conjugal ‘é assim mesmo’ ou por não vislumbrar outras possibilidades em sua vida. Entretanto, ela pode também buscar se igualar ao companheiro como forma de manter o equilíbrio no relacionamento e, nesse intento, pode assumir um comportamento também violento. Há também a possibilidade de a mulher não aceitar a situação de violência e buscar caminhos para superá-la. Neste enfrentamento da violência é preciso considerar os gêneros como equivalentes, mantendo a igualdade de direitos entre ambos.

Nesse sentido, podemos salientar que, sem a participação ativa da mulher na vida social, econômica, política e cultural, as transformações necessárias para a sociedade alcançar novos patamares de desenvolvimento e de democracia não ocorrerão, pois todo o processo de desenvolvimento sócio-econômico deve contar com a participação ativa de homens e mulheres (LOURO, 2002).

Contudo, as mudanças culturais e sociais acontecem em ritmo lento, com alcances parciais e desiguais, tanto em relações de sistemas sociais diversos bem como no interior de um mesmo sistema social, nesse caso, o âmbito familiar (SARAIVA, 1989). Mas, em contrapartida, existem condições gerais que estimulam as mudanças sociais, entre elas estão o acesso ao conhecimento por parte dos indivíduos e a ocorrência de conflitos sociais, que buscam contestar a forma em que se apresentam os papeis vistos como masculinos e femininos.

**3.4 - INTERFERÊNCIA NOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

Como falamos anteriormente, a violência faz parte do cotidiano de homens e mulheres, mas esse fato não nos obriga a concordar que a violência seja ‘normal’ entre os seres humanos. Cabe a todos a interferência nas situações de violência, seja ela pública ou privada. Tratar a violência contra a mulher envolve aspectos legais, os quais foram apontados na pesquisa, envolvendo as DEAMs e o procedimento-padrão dos policiais frente a uma solicitação de interferência em situações de violência. Nesse sentido, abordaremos o assunto pelo ponto de vista dos policiais, ressaltando o modo pelo qual eles abordam e conduzem cada ocorrência de violência contra a mulher.

*IDÉIA CENTRAL – A obrigatoriedade da autoridade policial em intervir nos casos de violência*

***DSC –*** *A autoridade policial obrigatoriamente tem que intervir se for solicitado. Quem não está envolvido, informe simplesmente a polícia militar que tem condições de atender esse problema. Temos que nos envolver,**por que é uma função nossa, legal. Fomos acionados e temos que dar uma solução. Nossa parte nós fazemos, a condução. Independente de quem esteja envolvido, a partir do momento que tiver ameaça ou risco de vida para qualquer pessoa, me meto em qualquer lugar como policial, porque é o meu trabalho.*

**IDÉIA CENTRAL – A reação passiva da sociedade diante da violência contra a mulher**

***DSC –*** *As pessoas não querem se envolver com problemas que não [são seus] por que têm medo e pensam que tudo isso é problema de policia, mas não é, até por que a constituição federal diz que a segurança é um dever do Estado onde todos devem ajudar a fazer. Na busca pelo direito tem que haver o comprometimento, o envolvimento de todas as pessoas para acabar com esse tipo de coisa. [Quando vêem] que está acontecendo alguma coisa errada, ninguém quer se meter, todo mundo fica de lado, prefere deixar a coisa rolar. Enquanto as pessoas pensarem que é só problema da polícia e do judiciário, não vai se resolver nada.*

De acordo com o evidenciado nos discursos, a violência, seja ela contra a mulher ou contra qualquer outro indivíduo, deve ser diagnosticada e combatida por todos os órgãos competentes, através de medidas de promoção e proteção dos direitos humanos. Essa posição faz eco à Declaração de Beijing (ONU, 1996) que afirma ser preciso proibir e eliminar todo aspecto nocivo de certas práticas tradicionais, habituais ou modernas, que violam os direitos da mulher.

A interferência nos casos de violência contra a mulher é uma função legal que compete à Polícia Militar, mas a mesma só poderá intervir se for solicitada, desde que haja uma denúncia. Nesses casos, a autoridade policial entra em ação e orienta sua conduta de acordo com o interesse e a vontade manifestos da vítima.

Retomando os Discursos, os mesmos revelam que, apesar de não receberem treinamento específico para tratar de casos de violência contra a mulher, os policiais militares intervêm sempre que há ameaça ou risco de vida a alguém, em função da posição que ocupam na sociedade. Segundo eles, a polícia atua como mediadora entre a vítima e o agressor. Dentro da legalidade, cabe ao Policial Militar executar sua função, orientar as pessoas envolvidas na situação e fazer os encaminhamentos necessários para que se dê o andamento do procedimento burocrático.

Outro aspecto importante abordado nos discursos é a forma como a sociedade reage diante de uma situação de violência contra a mulher. Geralmente os espectadores (mesmo que involuntários e indiretos) da violência não querem se envolver por medo ou simplesmente por considerarem que a violência é questão privada e/ou problema somente da polícia e do judiciário.

Coerentemente com isso, os discursos ressaltam que a violência só será contida quando as pessoas usarem o artifício da denúncia como freio para o problema. Ainda segundo eles, deve haver um maior comprometimento das pessoas, encarando o problema como ele é.

Uma das iniciativas de combate à violência foi feita pela movimento feminista que obteve conquistas significativas para as mulheres em geral, mas outras ações devem dar continuidade a esse processo de luta pela igualdade de direitos entre os gêneros apesar das diferenças biológicas. O não envolvimento da sociedade em geral nas questões de violência contra a mulher, mesmo naquelas formas mais visíveis e que envolvem agressão física no lar, pode ser compreendido pela tradicional separação dos espaços de acordo com o gênero. O espaço do lar vem historicamente sendo considerado como pertencente ao mundo privado, bem como tudo o que nele se passa, o que implica que as questões relativas a ele devem ser encaminhadas e resolvidas longe dos olhares alheios.

A vinculação do lar com a vida privada vem associada à idéia de que o mesmo éum espaço predominantemente afetuoso, protetor e seguro. Percepções como essa, cultivadas ao longo dos tempos, têm servido para proteger a família e também para ocultar situações de violência, consideradas de menor importância em virtude de acontecerem na ‘vida particular’ de cada um, idéia que persiste embora as estatísticas coloquem a violência como questão de saúde pública. Daí talvez a dificuldade que as pessoas têm de interferir em brigas e discussões domésticas.

Cabe salientar que o silêncio é uma arma poderosa contra a mulher. Romper com o silêncio e com o medo é o primeiro passo para se libertar da humilhação e do sofrimento causado pela violência.

Algumas mudanças já ocorreram ao longo do tempo, através de lutas conduzidas pelas próprias mulheres. Experiências de outros países demonstram que é possível mobilizar homens e mulheres a fim de superar a violência contra a mulher e em outras formas, através de medidas de enfrentamento de suas causas e conseqüências. Uma abordagem de enfoque integral e multidisciplinar pode permitir o desafio da criação de famílias, comunidades e Estados livres da violência contra a mulher. (ONU, 1996).

**4.0 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Foram anos de lutas e reivindicações das mulheres em torno da busca pelo direito de ser reconhecida como indivíduo tão capaz quanto o homem e com os mesmos direitos que ele. No entanto, é necessário abordar questões de gênero, rever os valores aprendidos, desconstruir os preconceitos e descobrir novas possibilidades nas relações com as mulheres e com os homens.

No transcorrer da pesquisa tive a oportunidade de conhecer o trabalho desenvolvido pelos profissionais que atuam no 2º Batalhão de Polícia Militar de Concórdia – SC e, diante dos dados obtidos, pude observar que a naturalização da violência está presente na forma de pensar de homens e mulheres, ou seja, agressores e vítimas, os quais ainda consideram ‘normal’ certas situações de violência contra a mulher.

Segundo os policiais militares, a violência contra a mulher não pode ficar restrita ao âmbito privado, por fazer parte de uma teia social, pois suas conseqüências atingem toda sociedade. Portanto, a banalização é o que possibilita que a violência contra a mulher seja vista de modo natural nas relações familiares, o que é reforçado pela sociedade ao tratar o mundo onde se dão essas relações como pertencente ao espaço privado.

Os participantes da pesquisa ainda destacam que a violência é mantida no sigilo do lar, não sendo denunciada pela mulher por vários e diferentes motivos, gerando agressão contra toda a família. O motivo abordado com unanimidade pelos policiais foi o álcool, classificado como o elemento principal na violência contra a mulher.

Aliados ao álcool, outros motivos foram destacados tais como o uso de outras drogas, a cultura machista, o medo e a pressão impostos pelo homem sobre a mulher, a falta de ‘cultura’ (escolaridade), o ciúme e problemas financeiros, bem como cobranças que a mulher exerce sobre o homem e que não são aceitas por ele.

Quanto à concepção de violência, os policiais indicam vários aspectos envolvidos na mesma, os quais englobam fatores morais, psicológicos e físicos, bem como culturais, econômicos e sociais.

A violência física pode ser diagnosticada com maior facilidade por deixar lesões aparentes, mas a violência psicológica exercida através de humilhação, pressão e dominação deixa marcas não aparentes, profundas, e traz grandes transtornos para o cotidiano da mulher.

Além disso, outras formas de violência são praticadas contra a mulher, tais como a discriminação, a desvalorização do trabalho feminino e o machismo do homem que o faz tratá-la como ‘coisa’ ou ‘objeto’ dele, subjugando-a e impondo-lhe medo de uma agressão ainda maior.

A partir disso, posso dizer que os policiais militares têm uma visão ampliada sobre a violência contra a mulher, pois contextualizam essa questão em uma perspectiva maior do que o âmbito das relações de casal e familiares, envolvendo aspectos sócio-econômicos e culturais, nos quais são consideradas as desigualdades de direito existentes entre homens e mulheres, determinantes da posição/condição/situação social de ambos.

Entretanto, mesmo ampliada, a visão que os policiais têm da violência contra a mulher é desorganizada, mais resultante de suas experiências de vida do que do acesso ao conhecimento já existente neste campo. Aqui abre-se um espaço para a atuação da enfermagem que poderia desenvolver um trabalho de educação em saúde com os mesmos abordando a questão da violência contra a mulher desde uma perspectiva de gênero. Em um trabalho dessa natureza seria indispensável a parceria com profissionais de outras áreas visando ampliar e diversificar a abordagem da questão, estabelecendo relações entre ela, os diversos setores do viver e do viver concreto de cada um.

Cabe ressaltar que a violência praticada contra a mulher ou contra qualquer ser humano, independente da forma com que seja praticada, atinge todos os indivíduos da sociedade, direta ou indiretamente, conseqüentemente abrange o setor da saúde, bem como a área da enfermagem, que tem se dedicado mais aos cuidados das seqüelas deixadas pelos conflitos entre os indivíduos do que à prevenção dos mesmos.

Contudo, a atuação da enfermagem pode ser mais ampla, através de educação continuada, campanhas educacionais que contemplem a prevenção das situações de violência, os direitos humanos, os direitos da mulher, as questões de gênero e informem sobre as instituições que apóiam a mulher em situação de violência, promovendo engajamento maior de toda sociedade, assim como o bem-estar individual e coletivo.

Propõe-se à Polícia Militar juntamente com a Delegacia de Proteção a Mulher a implantação de um programa de educação continuada que promova a discussão da violência desde a perspectiva dos estudos de gênero. Uma ação dessa natureza poderia contribuir para as modificações e conquistas legais necessárias para tratar da violência contra a mulher de maneira mais rápida e eficaz, diferenciando-a das demais formas de violência.

Além disso, é necessário dar continuidade ao trabalho de pesquisa abordando a questão de gênero e violência contra a mulher em outras instituições públicas, a fim de obter outras informações que possibilitem a interação das áreas de saúde e de segurança pública, com o intuito de intervir nas situações de violência contra a mulher através de programas educativos e da tomada de medidas que possam melhorar o cotidiano de mulheres e homens na sociedade.

Sobretudo, há que se continuar pensando e questionando a maneira como homens e mulheres são socializados, as estereotipias sócio-culturalmente construidas para ambos e as possibilidades que existem para transformação desses modelos tão presentes no cotidiano e tão danosos a todos.

No âmbito da enfermagem, considero importante desenvolver um estudo com os profissionais que nela atuam com intuito de compreender melhor a maneira como a violência contra a mulher é tratada no exercício cotidiano da profissão.

**6.0 - REFERÊNCIAS**

ADEODATO, Vanessa Gurgel *et al.* Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros. **Rev. Saúde Pública**. Fortaleza. v. 39, n. 1, p. 108–13, 2005.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; ARANHA, Maria Helena Pires Martins. **Temas de Filosofia**. São Paulo: Moderna. 1992.

BLAY, Eva Alterman. Gênero e políticas públicas ou sociedade civil, gênero e relações de poder.In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. **Falas de Gênero**. Florianópolis: Mulheres, 1999.

\_\_\_\_\_\_\_\_. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estudos Avançados**. v. 17, n. 49, p. 87–98, 2003.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Direitos humanos e violência intrafamiliar:** Informações e orientações para agentes comunitários de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. 1. ed. São Paulo: 34, 2002.

BRUSCHINI, Maria Cristina A.; ROSEMBERG, Fúlvia. **Vivência:** história, sexualidade e imagens femininas. 1. ed. São Paulo: Livraria Brasiliense, 1980.

CARAM, Dalto. **Violência na sociedade contemporânea**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

CASTELLS, Manuel. **O poder da Identidade**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. v. 2.

**CONFERÊNCIA** Nacional de Saúde On Line. A violência contra a mulher é também uma questão de saúde publica. Disponível em <http://www.datasus.gov.br/cns/temas/tribuna/violênciacontramulher.htm>. Acessado em 05.06.05.

**Contra** a violência: Fórum Social Mundial 2002. Disponível em http://[www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas,mulher/contraviolência](http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas,mulher/contraviolência). Acessado em 05/06/05.

COSTA, Claudia de Lima. Paradoxos de gênero**.** **Rev. Gênero**. Niterói, v. 4, n. 1, p. 169-77, 2003.

CARDOSO, Ruth; CHAUÍ, Marilena; PAOLI, Maria Célia. **Perspectivas Antropológicas da Mulher:** sobre mulher e violência. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

DINIZ, Normélia Maria Freire *et al.* Violência doméstica e institucional em serviços de saúde: experiências de mulheres. **Rev. Bras. Enferm.** Brasília, v. 57, n. 3, p. 354-6, Maio/jun. 2004.

FACUNDES, Ana. Violência contra a mulher. **Cadernos Cidadanix**. 2.ed. São Paulo, 2003. n. 1.

FOELKEL, Alessandra. **Violência sexual e doméstica contra as mulheres no Brasil:** reflexões sobre o quadro atual e a atuação do Ipas Brasil. 2004. Disponível em: <http://www.ipas.org.br/caminhos.html> Acessado em: 07 outubro 2005.

FOUCAULT, Michel.  **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal. 1988.

FRANCO, Ieda Ribeiro. Mulheres em situação de violência no âmbito conjugal:As denúncias na Delegacia de Proteção à mulher de Salvador. In: BARBOSA, Regina Maria *et al.* **Gênero, sexualidade e saúde reprodutiva.** Campinas: Unicamp, 2002.

\_\_\_\_\_\_\_\_. **Mulheres em Situação de Violência Doméstica:** a resposta institucional e o enfrentamento feminino ao fenômeno. São Paulo. 2000.

GROSSI, Miriam Pillar. **Gênero, violência e sofrimento**. Florianópolis: UFSC, 1998. (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social).

LAZO, Donald M. **Alcoolismo:** O que você precisa saber. 5. ed. São Paulo: Paulinas, 2001.

LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti; TEIXEIRA, Jorge Juarez Vieira. **O discurso do sujeito coletivo**: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa. Caxias do Sul: EDUCS, 2000.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. **O discurso do sujeito coletivo**: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos). Caxias do Sul: EDUCAS, 2003. (Coleção Diálogos)

LIMA, Wilma Resende; ALVES, Delvair de Brito; DALTRO, Amândia Santos Teixeira. Violência doméstica contra a mulher: o caso de Aracaju – Sergipe. **Revista Redor, v? n?** p. 349 – 366, **mês? ano?**

LOURO, Guacira Lopes. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, Marta Julia Marques; MEYER, Dagmar Estermann; WALDOW, Vera Regina (org). **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 07–18.

\_\_\_\_\_\_\_\_. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 14–36.

MILAN, James R.; KETCHAM, Katherine. **Alcoolismo: o**s mitos e a realidade. 1. ed. São Paulo: Nobel, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

MURARO, Rose Marie.  **A mulher no terceiro milênio**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

MACHADO, Lia Zanotta. Gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. In: SCHPUN, Mônica Raisa (org). **Masculinidades.** São Paulo: Boitempo, 2004. p. 35 –51.

MADUREIRA, Valéria Silvana Faganello. **A visão masculina das relações de poder no casal heterossexual como subsídio para a educação em saúde na prevenção de DST/AIDS**. 2005. 306 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Enfermagem. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis.

\_\_\_\_\_\_\_\_. Gênero e Poder. In: SANTIN, Myriam Aldana (org). **Dossiê Gênero e Cidadania.** Revista Grifos. Chapecó, n. 16, p.13–25, 2004.

MELO, Jacira; SANEMATSU, Marisa (coord.). **Onde tem violência todo mundo perde**.Instituto Patrícia Galvão. São Paulo, Outubro, 2004. Cap.3: : magnitude da violência doméstica. p. 25 – 37.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas (ONU). **Declaração de Beijing**. Conferência Mundial Sobre a Mulher. Rio de Janeiro: Fiocruz. 1996.

\_\_\_\_\_\_\_\_. **Declaração de Beijing**. Conferência Mundial Sobre a Mulher. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996. Anexo: Relatório geral sobre a Mulher na Sociedade Brasileira. p. 283 – 352.

PARKER, Richard G. **Corpos, prazeres e paixões:** a cultura sexual no Brasil contemporâneo. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

SARAIVA, Railda. **Poder, violência e criminalidade.** 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

SIQUEIRA, Maria Juraci Tonelli. Novas formas de paternidade: repensando a função paterna à luz das práticas sociais.In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. **Falas de Gênero**. Florianópolis: Mulheres, 1999.

STAMM, Mariestela. **A enfermeira cuidando de famílias em situação de alcoolismo com uma abordagem transpessoal**. 2000. 168 f. Dissertação (Mestrado). Programa de de Pós-Graduação em Enfermagem. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis.

STREY, Marlene Neves *et al.* Mulher Gênero e representação.In:\_\_\_\_\_ **Mulher – Estudo de gênero.** 1. ed. São Leopoldo: Unisinos, 1997.

TIBA, Içami. **Anjos caídos: c**omo prevenir e eliminar as drogas na vida do adolescente. 14. ed. São Paulo: Gente, 2003.

|  |  |
| --- | --- |
| Nome : | **A 021**  **Menção**  **Honrosa** |
| Autora/o: |
| Orientadora/o : |
| IES: |
| Cidade/Estado: |
| Outras Informações: Estudante de Graduação |

1. Apesar das mulheres estarem progressivamente aumentando sua participação no mercado de trabalho, vale ressaltar que os mais recentes estudos continuam apontando uma persistente diferença de salários entre os gêneros. [↑](#footnote-ref-1)
2. Estes dados estão expostos em www.inep.gov.br. [↑](#footnote-ref-2)
3. GUATTARI, Felix e ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996. [↑](#footnote-ref-3)
4. Ibidem. [↑](#footnote-ref-4)
5. FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade III:* o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 1985. [↑](#footnote-ref-5)
6. CHARTIER, Roger. *A história cultural*: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990. [↑](#footnote-ref-6)
7. MATOS, Maria Izilda Santos de. *Meu lar é o botequim*: alcoolismo e masculinidade. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001. [↑](#footnote-ref-7)
8. Idem. *Âncora de emoções*. Corpos, subjetividades e sensibilidades. Bauru, SP: EDUSC, 2005. [↑](#footnote-ref-8)
9. MENDONÇA, Ana Rita. *Carmen Miranda foi a Washington*. Rio de Janeiro: Record, 1999. [↑](#footnote-ref-9)
10. TOTA, Antônio Pedro. *O imperialismo sedutor*: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. [↑](#footnote-ref-10)
11. SANTA CRUZ, Maria Áurea. *A musa sem máscara –* a imagem da mulher na música popular brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos, 1992. [↑](#footnote-ref-11)
12. BASSANEZI, Carla. *Virando as páginas, revendo as mulheres*: Revistas femininas e relações homem-mulher (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. [↑](#footnote-ref-12)
13. BUITONI, Dulcília H. S. *Mulher de papel*: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira. São Paulo: Edições Loyola, 1981. [↑](#footnote-ref-13)
14. *Jornal das Moças.* Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1942, n° 1420, p. 5. [↑](#footnote-ref-14)
15. Ibidem, p. 6. [↑](#footnote-ref-15)
16. BASSANEZI, Carla. *Virando as páginas, revendo as mulheres*: Revistas femininas e relações homem-mulher (1945-1964), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 32. [↑](#footnote-ref-16)
17. *Jornal das Moças.* Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1943, n° 1438, p.16. [↑](#footnote-ref-17)
18. GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. *Micropolítica*: cartografia do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 27. [↑](#footnote-ref-18)
19. MATOS, Maria Izilda S. *Âncora de emoções*: corpos, subjetividades e sensibilidades. Bauru: EDUSC, 2005, p. 28. [↑](#footnote-ref-19)
20. BUITONI, Op. Cit. p. 121. [↑](#footnote-ref-20)
21. Ibidem, p. 125. [↑](#footnote-ref-21)
22. *Jornal das Moças.* Rio de Janeiro, 2 de abril de 1942, n° 1398, p. 24 [↑](#footnote-ref-22)
23. Ibidem, p. 52 [↑](#footnote-ref-23)
24. Idem, 15 de maio de 1942, n° 1404, p. 6. [↑](#footnote-ref-24)
25. Idem, 3 de setembro de 1942, n° 1420, p. 5. [↑](#footnote-ref-25)
26. BUITONI, Op. Cit. p. 142. [↑](#footnote-ref-26)
27. FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade III:* o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 1985. [↑](#footnote-ref-27)
28. *Jornal das Moças*, 3 de setembro de 1942, n° 1420, p. 13. [↑](#footnote-ref-28)
29. Idem, 22 de junho de 1944, n° 1514, p. 16. [↑](#footnote-ref-29)
30. Idem, 29 de junho de 1944, n° 1515, p. 2. [↑](#footnote-ref-30)
31. Idem, 15 de novembro de 1945, n° 1587, p. 2. [↑](#footnote-ref-31)
32. Idem, 16 de agosto de 1945, n° 1574, p. 14. [↑](#footnote-ref-32)
33. Idem, 19 de novembro de 1942, n° 1431, p. 4. [↑](#footnote-ref-33)
34. Idem, 11 de fevereiro de 1943, n° 1443, p. 43-46. [↑](#footnote-ref-34)
35. Idem, 23 de abril de 1936, n° 1088, p. 4. [↑](#footnote-ref-35)
36. Idem, 15 de fevereiro de 1945, n° 1548, p. 15. [↑](#footnote-ref-36)
37. BUITONI, Op. Cit., p. 142. [↑](#footnote-ref-37)
38. *Jornal das Moças*, 16 de setembro de 1943, n° 1474, p. 9. [↑](#footnote-ref-38)
39. Entramos aqui com a idéia de unidade encontrada por Michel Foucault em diversos textos da Antiguidade. [↑](#footnote-ref-39)
40. *Vir a ser* ou *devir*, refere-se à possibilidade ou não de um processo se singularizar (GUATTARI, p. 74). [↑](#footnote-ref-40)
41. TINHORÃO, José Ramos. *Música popular – do gramofone ao rádio e TV*. São Paulo: Ática, 1981, p. 74. [↑](#footnote-ref-41)
42. VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995, p. 20. [↑](#footnote-ref-42)
43. TINHORÃO, José Ramos. *História social da música popular brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 295. [↑](#footnote-ref-43)
44. MATOS, Maria Izilda Santos de. *Âncora de emoções:* corpos, subjetividades e sensibilidades. Bauru: EDUSC, 2005. [↑](#footnote-ref-44)
45. TINHORÃO, José Ramos. *Música popular – do gramofone ao rádio e TV*. São Paulo: Ática, 1981, p. 52. [↑](#footnote-ref-45)
46. SANTA CRUZ, Maria Áurea. *A musa sem máscara*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992, p. 51. [↑](#footnote-ref-46)
47. SOUZA, Tarik de e HOMEM DE MELLO, Zuza (org.) *História da Música Popular Brasileira – grandes compositores*: Assis Valente. São Paulo: Abril Cultural, 1982, 1982, p. 6. [↑](#footnote-ref-47)
48. ZIRALDO. “Na rolança de Mário Lago”. In: *Bundas*. N° 32. Rio de Janeiro: Fernando Chinaglia. p. 7–13. [↑](#footnote-ref-48)
49. HAHNER, June E. *Emancipação do sexo feminino*: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940. Trad: Eliane T. Lisboa. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2003, p. 208. [↑](#footnote-ref-49)
50. ALMIRANTE. Op. Cit. p. 194. [↑](#footnote-ref-50)
51. SANTA CRUZ, Maria Áurea. Op. Cit. p. 30. [↑](#footnote-ref-51)
52. “O maior castigo que eu te dou” (Noel Rosa, 1934). [↑](#footnote-ref-52)
53. ALMIRANTE, *No tempo de Noel Rosa*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Ed., 1981.

    52 Ibidem, p. 209. [↑](#footnote-ref-53)
54. [↑](#footnote-ref-54)
55. Encontramos o termo “orgia” em diversas músicas do período, com o significado de festa, noitada regada a bebida e música, com dança e diversão. Mais tarde o termo vai adquirir a conotação sexual que conhecemos nos dias de hoje e perder o antigo significado. [↑](#footnote-ref-55)
56. Não foi gravada em disco. Consta do livro de Almirante, *No tempo de Noel Rosa*, p. 112. [↑](#footnote-ref-56)
57. MAUAD, Ana Maria. “A embaixatriz dos balangandãs”. In: *Nossa História*. Ano 1, n° 6. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2004, p. 56. [↑](#footnote-ref-57)
58. TOTA, Antonio Pedro. Op. Cit. p. 114. [↑](#footnote-ref-58)
59. SANTA CRUZ, Op. Cit. p. 17. [↑](#footnote-ref-59)
60. Disponíveis em CDs, LPs e livros. [↑](#footnote-ref-60)
61. FLAX, Jane. Pós-Modernismo e Relações de Gênero na Teoria Feminista. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.) *Pós-Modernismo e Política.* Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p. 217-50. [↑](#footnote-ref-61)
62. SCHMIDT, Rita Terezinha. Os estudos literários como campo de investigação: paradimas e desafios. *Cadernos do IL.* nº 20, p. 85-92, Porto Alegre, dez. 1998. [↑](#footnote-ref-62)
63. Benedict Anderson (1898) define as nações como “comunidades imaginadas”, ou seja, não são elas apenas definidas pelos limites territoriais: as nações são também *imaginadas* e *narrativizadas*. A literatura, bem como outras artes, tem um papel fundamental neste processo de “imaginação narrativa” da identidade nacional. Edward Said (1995), por sua vez, afirma que este processo de narrativização via de regra institui a identidade nacional como uma e monolítica, sem que se dê espaço para as diferenças –de classe, de raça, de gênero, de orientação sexual etc. - existentes entre os diferentes sujeitos abrigados sob a égide de uma identidade nacional. [↑](#footnote-ref-63)
64. Conferir MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma Catarinense na Literatura do Século XIX. In: CASTRO, Ana Luísa de Azevedo. *D. Narcisa de Villar: legenda do tempo colonial pela Indígena do Ipiranga*. Florianópolis: Editora Semprelo, 1990.p. IX-XVI. [↑](#footnote-ref-64)
65. Ainda que não seja uma obra do *corpus* aqui analisado, cabe dar um pouco de atenção ao romance *Úrsula* (1859), de Maria Firmina dos Reis. Este romace é, ao que tudo indica, o primeiro romance abolicionista escrito no Brasil. *A Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães, só é publicado em 1875. [↑](#footnote-ref-65)
66. “A estratégia suplementar interrompe a serialidade discursiva da narrativa de plurais e do pluralismo ao mudar radicalmente o seu modo de articulação” (Bhabha 1998:219). [↑](#footnote-ref-66)
67. GOMES, Heloísa Toller. A Questão da Nacionalidade, Relações Sociais e Código Erótico na Literatura Brasileira Oitocentista. In: *Literatura e Diferença: Anais do IV Congresso da ABRALIC.* São Paulo: ABRALIC, 1995. p. 387-92. [↑](#footnote-ref-67)
68. De acordo com Aristóteles na *Arte* *Poética* (Rio de Janeiro: Ediouro, [s.d.]:255), a ação complexa no texto trágico (há o trágico de ação simples, no qual a fábula se desenvolve linearmente) é constituída por três partes: a *peripécia* ou “mudança de ação no sentido contrário ao que foi indicado” (id. ibid.), o *reconhecimento* (o momento no qual se passa da ignorância ao conhecimento como, por exemplo, quando Édipo descobre ser filho de Jocasta, levando ao desfecho trágico) e, finalmente, o *patético* ou *catástrofe*: “o patético é devido a uma ação que provoca a morte ou sofrimento, como as das mortes em cena, das dores agudas, dos ferimentos e outros casos análogos” (id. ibid.). Baseado nesses três “traços” da ação trágica complexa é que afirmo o caráter trágico de *D. Narcisa de Villar* (e também de *Gupeva*, como será visto mais adiante): a peripécia (a não consumação do amor entre o par idílico índio-brasileiro e branca-portuguesa), o reconhecimento (presente tanto em Castro quanto em dos Reis através do incesto entre os amantes, revelado pouco antes da morte do par amoroso) e do patético - ou catástrofe - (o assassinato extremamente violento do casal inter-racial, em ambos os casos - tanto em Castro quanto em dos Reis - realizado por parentes muito próximos - os irmãos, em D. Narcisa, e o próprio pai, em *Gupeva.* [↑](#footnote-ref-68)
69. HOLANDA, Sergio Buarque de. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Brasiliense, 2000. [↑](#footnote-ref-69)
70. MORAIS FILHO, José Nascimento. *Maria Firmina: fragmentos de uma vida.* São Luís: Imprensa do Governo do Maranhão, 1975. [↑](#footnote-ref-70)
71. MUZART (2000:272) menciona as seguintes composições: *Auto de Bumba-Meu-Boi* (letra e música); *Valsa* (letra de Gonçalves Dias e música de Maria Firmina dos Reis); *Hino à Mocidade* (letra e música); *Rosinha* (letra e música); *Pastor Estrela do Oriente* (letra e música) e *Canto de Recordação* (letra e música). [↑](#footnote-ref-71)
72. MUZART, Zahidé. Maria Firmina dos Reis. In: \_\_\_\_\_. (org.) *Escritoras Brasileiras do Século XIX.* 2. ed. Florianópolis; Santa Cruz do Sul: Mulheres; EDINISC, 2000. p. 264-284. [↑](#footnote-ref-72)
73. Assim descreve a natureza Maria Firmina dos Reis, por ocasião dos primeiros momentos de sua narrativa: “*Uma tarde de agosto nas nossas terras do norte, tem um encanto particular; quem ainda as não gozou, não conhece na vida o que há de mais belo, mais poético*, não conhece a hora do dia que o Criador nos deu para esquecermos todas as ambições da vida, para folhearmos o livro do nosso passado, buscarmos nele a melhor página, a única dourada que nele existe, e aí nos deleitarmos na recordação saudável da hora feliz da existência [...]”. Ou ainda, mais adiante: “[...] porque nessa hora [o ocaso] como que a face do senhor se nos patenteia nos desmaiados raios do sol, no manso gemer da brisa, o saudoso murmúrio das matas, na vasta superfície das águas, na ondulação mimosa dos palmares, no perfume odorífero das flores, no canto suavíssimo das aves, na voz reconhecida da nossa alma!” (dos Reis 1975, p. 104 - grifos meus). [↑](#footnote-ref-73)
74. Importante ressaltar que, na narrativa, há duas personagens de nome Épica. Uma é a jovem pela qual Gastão se apaixona; a outra é mãe desta mesma jovem, a prometida de Gupeva. [↑](#footnote-ref-74)
75. Os limites entre as noções *metadiegese* e *metalepse*, se vistas descontextualizadas do restante do pensamento de Genette, podem parecer um pouco difusos. Por *diegese* Genette entende o universo ficcional de uma narrativa (o tempo, o espaço, as leis que o regem, etc.) em sua totalidade. Entretanto, essa totalidade pode ser rompida através de uma instância metadiegética que, grosso modo, pode ser entendida, como “a narração dentro da narração”, ou ainda como “a história dentro da história”. Já a *metalepse* é descrita como a passagem de um nível narrativo para outro. O termo fica mais compreensível se comparado com outros análogos, também formulados por Genette, como *prolepse* (antecipação de um acontecimento da narrativa, por exemplo, por meio de um sonho divinatório), *analepse* (conhecido em linguagem fílmica como *flash-back*, a analepse trata de voltar a acontecimentos passados em relação ao presente da narrativa, ainda que tais acontecimentos ainda não tenham sido, em nenhum momento, desvelados pelo narrador ou por algum personagem) e finalmente *silepse* (a narração simultânea de dois acontecimentos distintos, mas que ocorrem paralelamente em um mesmo espaço de tempo). [↑](#footnote-ref-75)
76. Na verdade, o reconhecimento não dá conta da relação incestuosa propriamente dita, mas da possibilidade do incesto, visto que os amantes - em ambas as narrativas - são assassinados antes de poderem concretizar o intercurso sexual. [↑](#footnote-ref-76)
77. Quando falo em filiação ideológica, não pretendo taxar de panfletárias essas escritoras, por comparação a outros escritores supostamente “neutros”. Acredito ter deixado claro que Alencar é também ideológico em seu projeto de construir a nação brasileira através de seus escritos. [↑](#footnote-ref-77)
78. “Antes que possamos concordar quanto aos elementos que compõem a identidade americana, temos de admitir que, enquanto sociedade de colonos imigrantes que se impôs sobre as ruínas de uma considerável presença autóctone, a identidade americana é variada demais para chegar a constituir algo unitário e homogêneo; na verdade, a luta que se trava em seu interior envolve defensores de uma identidade unitária e os que vêem o conjunto como uma totalidade complexa, mas não redutoramente unificada. Essa oposição supõe duas perspectivas diferentes, duas historiografias diversas, uma linear e dominadora, a outra contrapontual e muitas vezes nômade” (Said 1995:27-8). [↑](#footnote-ref-78)
79. Doravante nas citações dos contos da coletânia *“Contemporary African Short Stories”* apenas se indicará o número da página. [↑](#footnote-ref-79)
80. Grifo do autor [↑](#footnote-ref-80)
81. O termo “comfort girl” é utilizado em inglês para se referir a “garotas de programa” [↑](#footnote-ref-81)
82. O nome próprio Moses, pode ser referido como Moíses, em português. [↑](#footnote-ref-82)
83. Este ensaio foi elaborado com elementos extraídos da minha dissertação, defendida na Universidade Federal de Pernambuco, em 2001, cujo título é *Na trilha do feminino*: condições de vida de mulheres escravizadas na Paraíba (1828-1888). [↑](#footnote-ref-83)
84. O trabalho escravo convivia com relações não-escravistas, no litoral as pessoas livres ou libertas trabalhavam na derrubada de mata, seguida da formação de lotes de madeira que eram enviados à metrópole portuguesa ou outra província, visando a construção de navios, móveis e outros objetos. Eram ainda recrutados para formar os corpos militares do governo e da guarda pessoal de senhores de engenho. No agreste e sertão eram empregados na pecuária e nas lavouras de subsistências e nas plantações de algodão. [↑](#footnote-ref-84)
85. Para um balanço dos estudos sobre as mulheres, produzidos nas décadas de 1970 e 1980, veja-se Rago (1995); Soihet (1997) e Del Priore (2001). [↑](#footnote-ref-85)
86. Na década de 1970, surgiram, também, os movimentos sociais como a luta anti-racista, em que a prática de seus protagonistas contribuiu com o mundo das idéias, permitindo a superação de interpretações tradicionais, nas quais a maior parte da população (trabalhadores, negros, crianças, mulheres) era excluída do saber. [↑](#footnote-ref-86)
87. Del Priore (2001: 220) atribuiu às feministas o pioneirismo no fazer da história das mulheres, antecedendo, portanto, os(as) historiadores(as). [↑](#footnote-ref-87)
88. Em um artigo Queiroz (1988), abordou as hierarquias entre as mulheres negras (escravas, forras e livres) no município do Rio de Janeiro, no século XIX. [↑](#footnote-ref-88)
89. Na década de 1980, além do tema da diversidade e complexidade das mulheres, foram realizados debates revisionistas da produção sobre a história das mulheres, ver Del Priore (2001: 223-224). [↑](#footnote-ref-89)
90. O estereótipo de mulher como excessivamente sensual foi atribuído à mulata**.** Se, no século XIX, na literatura, ela aparecia como responsável pela perdição da família, nos dias atuais, são exportadas imagens de mulatas com roupas sumárias, dançando sensualmente sambas, ou seja, mantém-se uma imagem que apela para o sexo. Sobre a invenção da “mulata” em vários tipos de discursos ver Corrêa (1996). [↑](#footnote-ref-90)
91. Os estudos de Freyre, como *Casa Grande e Senzala* (1933) e *Sobrados e Mocambos* (1936), simplificavam ou minimizavam os espaço de ação no âmbito da relação senhor e escravo e sua narrativa contribuiu pela elaboração de vários estereótipos sobre a sexualidade de negras e negros, como a “mulata” sensual e outros. [↑](#footnote-ref-91)
92. O sociólogo Florestan Fernandes, um dos mais fortes opositores das teses de Freyre, e outros profissionais da área de ciências humanas publicaram inúmeros estudos que trouxeram à tona a violência do sistema escravista. Um outro intelectual e ativista negro que produziu obra significante sobre a resistência negra, foi Clóvis Moura, que, por mais de quatro décadas, editou vários livros. [↑](#footnote-ref-92)
93. *Correspondência do Chefe de Polícia* – Delegados e Subdelegados (1863-1864), f. 100, documento nº 219, de 18/02/1864, AHPB. Vale acrescentar que, até 1889, a certidão de batismo constituía-se documento fundamental para a confirmação da condição jurídica de qualquer indivíduo. [↑](#footnote-ref-93)
94. *Subdelegacia de Alagoa Nova*, 1865, caixa 46, Ano: 1865; *Registro dos Officios dirigidos as Autoridades Policiais* (1864-1865), f. 220 e *Correspondência a Delegados e Subdelegados* – Chefia de Polícia (1861-1862), f. 122v, todos depositados no Arquivo Histórico da Paraíba (AHPB). [↑](#footnote-ref-94)
95. Após décadas de “batalhas” contra o povo, o governo Imperial conseguiu realizar o primeiro censo nacional em 1872, mas o registro civil passou a vigorar apenas no governo republicano, em 1889. [↑](#footnote-ref-95)
96. Jornal *O Solícito,* 27/07/1867, NDIHR/UFPB, microfilme rolo 1. [↑](#footnote-ref-96)
97. Estou me referindo à situação de escravas e escravos que compravam a sua carta de liberdade sob condição de se manterem no cativeiro até cumprir determinadas cláusulas, entre as quais a total liberdade somente seria obtida após a morte de seu senhor ou sua senhora. Uso também o termo *libertanda*. [↑](#footnote-ref-97)
98. Apelação Cível a penhora da escrava Gertrudes, 1828-1842, f. 68, ATJPB. [↑](#footnote-ref-98)
99. Varadô, ou seja, Varadouro que, no século XIX, era um dos bairros comerciais mais movimentados da capital paraibana. [↑](#footnote-ref-99)
100. As listas nominativas de escravos eram mapas da população escrava dos municípios elaborados com o objetivo de libertar alguns escravos com recursos do Fundo de Emancipação, que seguiam as determinações da lei de 28 de setembro de 1871, conhecida como Lei do Ventre Livre. [↑](#footnote-ref-100)
101. *Lista nominativa de escravos para libertarem escravos pelo Fundo de Emancipação*. Cajazeiras, 1876, f. 1, caixa 60-A, AHPB, de agora em diante LNE-FE. [↑](#footnote-ref-101)
102. **LNE-FE.** Idem**,** f. 3 e 30. Na realização da classificação das filhas de Vicência, esta apresentou um pecúlio (economia) de 85 mil réis. [↑](#footnote-ref-102)
103. **LNE-FE.** Piancó, 1876, f. 15 e 58, caixa 61-B, AHPB. [↑](#footnote-ref-103)
104. *Correspondência da Secretaria de Polícia com o Presidente da Província* (1848-1850), f. 187, AHPB. [↑](#footnote-ref-104)
105. Documentos Avulsos: Secretaria da Polícia da Paraíba, 1862, caixa 42, no AHPB. [↑](#footnote-ref-105)
106. Jornal *O Independente*, 30/07/1887, NDIHR, microfilme rolo 1. [↑](#footnote-ref-106)
107. Correspondência ao Governo da Província (1860-1861)*,* f. 89, de 23/03/1861, AHPB. [↑](#footnote-ref-107)
108. Correspondência do Chefe de Polícia – Delegados e Subdelegados (1863-1864), f. 247, documento nº 1.443, datado de 18/7/1864, AHPB. Ainda foram registrados, nos de 1858 e 1860, outros suicídios de mulheres, ocorridos em Alagoa do Monteiro e Mamanguape, respectivamente. [↑](#footnote-ref-108)
109. **LNE-FE.** Cajazeiras, 1883/1884, caixa 65-A, AHPB. [↑](#footnote-ref-109)
110. O relato histórico sobre Gertrudes Maria foi baseado na Apelação Cível a penhora da escrava Gertrudes, 1828-1842, depositado no Arquivo do Tribunal de Justiça da Paraíba.. [↑](#footnote-ref-110)
111. Naquela época, a cartas de alforria sob condição podiam ser revogadas, contudo, não se levantou, em nenhum momento do processo, tal hipótese. [↑](#footnote-ref-111)
112. Segundo o Novo Dicionário da Língua Portuguesa, de Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira, o termo jurídico *Apelação*, refere-se a um recurso que se interpõe das decisões terminativas do processo a fim de tribunais reexaminarem e julgarem de novo as questões decididas na instância inferior. As questões judiciais da Província da Paraíba eram resolvidas no *Tribunal de Relação de Pernambuco*, em razão da precária organização da justiça paraibana no período Imperial. [↑](#footnote-ref-112)
113. Pessoa legalmente constituída para responsabilizar-se pelo escravo ou libertando(a), até que se resolvesse uma ação judicial. [↑](#footnote-ref-113)
114. Conforme Leitão (1991, p. 16), no período monárquico, apenas 11 capitais dispunham de Cortes de Justiça de 2ª instância. A Província da Paraíba, sem os chamados Tribunais de Relação, dependia do trabalho dos desembargadores de Pernambuco, fator que contribuía para demora nos julgamentos cíveis e criminais. [↑](#footnote-ref-114)
115. Sobre a visão senhorial de liberdade, consulte-se Xavier (1996: 101-105). [↑](#footnote-ref-115)
116. Depoimento de Luzia, mulher negra de 59 anos, que trabalhou por quase 40 anos em “casa de família”, como doméstica, moradora em conjunto habitacional no Botafogo (RJ), depoimento coletado em 1983, por Medeiros (1987: 220-221). [↑](#footnote-ref-116)
117. Mulheres que se não construíram a sua identidade de classe ou de etnia, em seus relatos, não deixaram de registrar a violência cotidiana de discriminação racial que sofreram no espaço de trabalho doméstico, conforme Medeiros (1987: 210). [↑](#footnote-ref-117)
118. Imaginário pode ser definido como a capacidade das pessoas produzirem imagens que, embora extraídas do real e da percepção, são reelaboradas e desfiguradas através de um processo criador que reconstrói ou transforma o real, criando uma lógica compartilhada pela coletividade. Ver também sobre o imaginário social, mulata e as contradições sociais, em Corrêa (1996: 49). [↑](#footnote-ref-118)
119. Educação para a *cidadania democrática* é entendida na perspectiva de Benevides (1998: 148), que a propõe para modificar as relações de gênero, mas que se aplica para o combate às desigualdades étnicas. [↑](#footnote-ref-119)
120. Relatório Final do Programa PIBIC/CNPq. Carmella de P. F. CAMPICI, 2004:18. [↑](#footnote-ref-120)
121. “(...) a Comissão Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais, instância da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais (FETAEMG), a partir de maio de 2002 sofreu uma mudança significativa em sua composição e orientação decorrentes da realização das eleições durante o 5º Congresso Estadual dos Trabalhadores Rurais de Minas Gerais. As trabalhadoras rurais, dirigentes sindicais de diversas regiões do Estado que integravam a referida Comissão buscam hoje se rearticular em outros espaços” (PRADO, CAMPICI, PIMENTA, 2004:299). Como proposta deste trabalho, analisaremos não só a história desse grupo, mas também essa desarticulação e as atuais possibilidades rearticulatórias. [↑](#footnote-ref-121)
122. O termo ‘mulheres da base’ é amplamente utilizado no cotidiano dos movimentos e denota as trabalhadoras rurais que não são lideranças, mas que são mobilizadas nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) e nas comunidades locais em função do movimento. [↑](#footnote-ref-122)
123. Para os dados dessa pesquisa, ver PRADO, CAMPICI, PIMENTA, 2004. [↑](#footnote-ref-123)
124. Essa Oficina de devolução integra uma das estratégias metodológicas desta monografia, sendo que alguns de seus elementos serão analisados na seção sobre Resultados da pesquisa e discussão. [↑](#footnote-ref-124)
125. Por movimentos sociais compreendemos as ações coletivas que incorporam práticas de solidariedade, manifestam conflitos e que não se compatibilizam “com os limites do sistema dentro do qual a ação mesma se situa” (Melucci, 1991, citado por SPOSITO, 2000:76). Assim, os movimentos sociais não devem ser confundidos com os movimentos de massa. Compreendidos como estruturas de relação, os movimentos sociais e de massa se distinguem na maneira como vivenciam o conflito social no qual estão engendrados, ou seja, é nesse espaço onde se instaura o conflito que “algumas relações poderão experimentar a passagem das relações de subordinação para as relações de opressão [movimentos sociais] e outras, indiferenciadas na formação identitária atenderão muito mais a uma política de identidade que busca, em verdade, criar posições homogêneas a partir do pretenso discurso da reivindicação da diferença absolutizada”. (PRADO, 2005:15). [↑](#footnote-ref-125)
126. Além dessas formas de opressão, outras podem ser identificadas, como, por exemplo, a questão racial. No Vale do Jequitinhonha, a grande maioria das trabalhadoras rurais são negras. No entanto, é interessante observar que o movimento das trabalhadoras rurais ainda não tematiza a própria questão racial na qual está engendrada, o que merece maiores investigações.

     No meio rural observamos que a temática geracional, principalmente em relação à juventude, vem sendo cada vez mais debatida nos movimentos sociais e sobre a qual já existem esforços como, por exemplo, na área educacional com a criação das Escolas Família Agrícola (EFAs).

     Enfim, como sustentam PORTELLA, SILVA e FERREIRA (2004) “a agricultura familiar é, talvez, um dos campos que melhor expressam as diferentes esferas de manifestação das desigualdades em nosso país: gênero, classe, raça, geração e região, não apenas atravessam e dão forma ao problema da agricultura familiar e do desenvolvimento rural no Brasil, como, sobretudo, nos desafiam a pensar o problema para além da esfera estritamente econômica” (PORTELLA, SILVA e FERREIRA, 2004:41). Para esse estudo, o enfoque nas formas opressoras de classe e gênero será privilegiado por serem as predominantes nos discursos das lideranças dos movimentos de trabalhadoras rurais. [↑](#footnote-ref-126)
127. As expressões ‘movimentos mistos’ e ‘movimentos autônomos’ são utilizadas correntemente pelos movimentos sociais, sendo que o primeiro abrange os movimentos compostos por homens e mulheres (como por exemplo, o movimento sindical e o MST) e o segundo diz respeito a movimentos compostos apenas por mulheres camponesas, que são, em sua grande maioria, filiadas aos sindicatos, mas que não encontram neles espaço para mobilizarem e articularem suas próprias reivindicações, além disso, os movimentos autônomos “(...) não recebem apóio financeiro estável de nenhuma instituição ou outro movimento” (PAULILO, 2004:239). [↑](#footnote-ref-127)
128. Relatório Final do Programa PIBIC/CNPq. Carmella de P. F. CAMPICI, 2004:18. [↑](#footnote-ref-128)
129. “Mulheres trabalhadoras rurais: organização e luta pela reforma agrária em Minas Gerais”. Apresentação no seminário realizado no auditório da casa do movimento popular, em contagem, dia 13 de agosto de 1999, numa promoção da comissão estadual das mulheres da FETAEMG e do CEDEFES. [↑](#footnote-ref-129)
130. Abordaremos essa maneira própria das mulheres de fazer política no contexto sindical em seguida. [↑](#footnote-ref-130)
131. Regimento Interno da Comissão Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais (p.2). [↑](#footnote-ref-131)
132. Mobilização Nacional ocorrida em Brasília, por milhares de mulheres do Brasil inteiro, com o objetivo de levar ao governo federal as reivindicações de trabalhadoras rurais (as margaridas) de todo o país. O nome da Marcha lembra a trabalhadora rural Margarida Alves, líder sindical rural da Paraíba assassinada em1983. [↑](#footnote-ref-132)
133. Esses cânticos foram cedidos e apontados como centrais nas práticas cotidianas da CEMTR pela ex-assessora da Comissão, Sara Pimenta, em entrevista para esta pesquisa. [↑](#footnote-ref-133)
134. Essa desarticulação ocorreu porque foi desfeita, às vésperas da data de apresentação de chapa para concorrer a diretoria da FETAEMG, uma composição entre o grupo de tendência ligada a CUT e ao novo sindicalismo com o grupo que representava o setor tradicional do sindicalismo. Com a composição desfeita, o grupo ligado a CUT, que era minoria, não pôde se reorganizar para montar outra chapa para disputar as eleições. Importante destacar que o perfil da Comissão de Mulheres era de uma organização política ligada a CUT e ao PT, ou seja, com características do sindicalismo combativo e de esquerda. [↑](#footnote-ref-134)
135. Até os dias atuais, a CEMTR continua a existir no interior da FETAEMG. [↑](#footnote-ref-135)
136. Diário de Campo: 06/07/2005. **Encontro de rearticulação da Rede de Mulheres Trabalhadoras Rurais.** [↑](#footnote-ref-136)
137. Diário de Campo, 06/07/2005. **Encontro de rearticulação da Rede de Mulheres Trabalhadoras Rurais.** [↑](#footnote-ref-137)
138. Diário de Campo, 21/06/2005, pg:23. [↑](#footnote-ref-138)
139. Diário de Campo, 06/07/2005. **Encontro de rearticulação da Rede de Mulheres Trabalhadoras Rurais.** [↑](#footnote-ref-139)
140. Diário de Campo, 06/07/2005. **Encontro de rearticulação da Rede de Mulheres Trabalhadoras Rurais.** [↑](#footnote-ref-140)
141. Relatório dos Encontros com as Mulheres Trabalhadoras Rurais (Vale do Jequitinhonha, Zona da Mata, Noroeste, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Norte de Minas, Vale do Rio Doce). Realização: Movimento do GRAAL no Brasil. Belo Horizonte, nov de 2004. [↑](#footnote-ref-141)
142. Informações retiradas do Relatório dos encontros, produzido pelo GRAAL, citado acima. [↑](#footnote-ref-142)
143. Diário de Campo: 06/07/2005. **Encontro de rearticulação da Rede de Mulheres Trabalhadoras Rurais.** [↑](#footnote-ref-143)
144. Mesa: Trabalhadoras Rurais: cidadania e acesso às políticas públicas, do Seminário Estadual: Mulheres Trabalhadoras Rurais nas Políticas Públicas do MDA. Realizado pelo convênio MDA/SOF. Retirado do relatório da consultora deste convênio Sara Pimenta. [↑](#footnote-ref-144)
145. Anotação de campo: reunião da Rede de Intercâmbio de Mulheres Trabalhadoras Rurais. 06/07/2005. [↑](#footnote-ref-145)
146. Relatório produzido pelo GRAAL, 2004:p.9. [↑](#footnote-ref-146)
147. Seminário realizado em 2000 e organizado pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), Bancada Feminina no Congresso Nacional e Conselho Nacional dos Direitos da mulher (CNDM). Contou com a presença de cerca de 100 pessoas, entre elas, parlamentares. [↑](#footnote-ref-147)
148. Os legislativos profissionais devem ser vistos como instituições em que há forte disputa entre seus membros [↑](#footnote-ref-148)
149. Desde 1979, ano da primeira participação de uma mulher como senadora, até o ano de 2005 a instituição contou ao total com 28 senadoras, das quais 14 eram suplentes, o que representa aproximadamente 5% dos parlamentares no período. [↑](#footnote-ref-149)
150. Em 2005 passa a ser denominada Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. [↑](#footnote-ref-150)
151. De acordo com o artigo 102-E do Regimento Interno do Senado Federal [↑](#footnote-ref-151)
152. De acordo com o artigo 99 do Regimento Interno do Senado Federal [↑](#footnote-ref-152)
153. De acordo com o artigo 100 do Regimento Interno do Senado Federal [↑](#footnote-ref-153)
154. De acordo com o artigo 101 do Regimento Interno do Senado Federal [↑](#footnote-ref-154)
155. De acordo com o artigo 102-A do Regimento Interno do Senado Federal. [↑](#footnote-ref-155)
156. Exceto o ano de 1996 que não teve a participação de nenhuma senadora. [↑](#footnote-ref-156)
157. De acordo com o artigo 102 do Regimento Interno do Senado Federal [↑](#footnote-ref-157)
158. Seriam as convicções estereotipadas definidas por Leonie Huddy e Nayda Terkildsen explicadas na Revisão Bibliográfica. [↑](#footnote-ref-158)
159. De acordo com o artigo 104 do Regimento Interno do Senado Federal [↑](#footnote-ref-159)
160. Senadora Emília Fernandes (PTB / RS) foi presidente da comissão no período de 1999 – 2000. [↑](#footnote-ref-160)
161. Artigo 46 do Regimento Interno do Senado Federal. [↑](#footnote-ref-161)
162. Senadora Júnia Marise (PRN / MG) foi 2ªVice-Presidente da Mesa Diretora no período de 1997 – 1998. [↑](#footnote-ref-162)
163. Senadora Júnia Marise (PRN / MG) foi 3ª Secretária da Mesa Diretora no período de 1993 – 1994. [↑](#footnote-ref-163)
164. A comparação foi feita com o cargo de Secretário porque este apresenta o mesmo número de postos de suplência na comissão, ou seja, quatro. [↑](#footnote-ref-164)
165. Na análise não foram considerados os Diversos, a Indicação, o Requerimento da Mesa do Senado, o Requerimento da Comissão Representativa e a Sindicância devido à pequena freqüência e ao objeto de que tratam. [↑](#footnote-ref-165)
166. Inserem-se nesta perspectiva, por exemplo, Almeida (1995; 2001), Andrade (1998; 1999; 2005), Martins (2001) e Shiraishi Neto (2001). [↑](#footnote-ref-166)
167. Sobre história oral, cf. SIMSON, 1997 e FERREIRA; AMADO, 2002. “Na entrevista de história oral, o mais importante é o fenômeno da estruturação dos fatos de memória. Nele atuam mecanismos extremamente sutis, que estão relacionados com a construção da identidade pessoal”. Nesse sentido, o que legitima a história de vida é que “cada pessoa é como uma maquete de sua sociedade [e de seu tempo]” (AUGRAS, 1997, p. 27; 29-30). [↑](#footnote-ref-167)
168. Também chamada “Lei de Terras do Sarney”. Cf. GONÇALVES, 2000. O “Grupo Sarney”, também denominado de “oligarquia Sarney” (COSTA, 1998; 2002) ou “dinastia Sarney” (GONÇALVES, 2000), chega ao poder político do estado em 1966, ano em que José Sarney é eleito Governador do Maranhão. Desde então, seus familiares e aliados têm ocupado os principais cargos políticos do estado. [↑](#footnote-ref-168)
169. Período em que fazendeiros/grileiros (muitos de outros estados da federação) se apropriaram das terras cercando-as em grandes áreas (fazendas) sobretudo para a realização de projetos agro-pecuários. [↑](#footnote-ref-169)
170. Bando de capangas, jagunços e/ou peões que trabalham para proprietários de terras. [↑](#footnote-ref-170)
171. Galpões localizados nas fazendas onde mulheres, homens e crianças quebravam coco para proprietários de terras, muitas vezes esperando receber o dinheiro da venda do produto somente ao final da semana. [↑](#footnote-ref-171)
172. Em todos os casos, tratava-se de uma parte da produção das quebradeiras que era entregue aos proprietários. Para maior detalhamento desses contratos, cf. SHIRASHI NETO, 2001. [↑](#footnote-ref-172)
173. Ainda hoje, em alguns lugares, atravessadores chegam a comprar o quilo do coco por R$ 0,50. Num dia de muito trabalho, uma quebradeira consegue quebrar, em média, de sete a dez quilos de babaçu. [↑](#footnote-ref-173)
174. Em alguns casos, mulheres e até mesmo companheiros delas foram levados à julgamento (ANDRADE, 1998). [↑](#footnote-ref-174)
175. Áreas de pastagens também conhecidas como quintas. [↑](#footnote-ref-175)
176. Obviamente, não podemos desconsiderar a influência da Igreja Católica, através de padres e missionários e de intelectuais atuando direta ou indiretamente no processo de mobilização dessas mulheres. [↑](#footnote-ref-176)
177. Roseana Sarney, filha de José Sarney, então governadora do estado do Maranhão. [↑](#footnote-ref-177)
178. Dona Maria Adelina Chagas (BARROS et al., 2004), durante a abertura do V EIQCB. [↑](#footnote-ref-178)
179. Outro benefício para famílias agroextrativistas, no Maranhão, foi a criação do PRONERA (Programa de Educação e Alfabetização para Jovens e Adultos em Áreas de Reforma Agrária), fomentado pelo MDA (Ministério de Desenvolvimento Agrário), com apoio do Governo Federal, MST (Movimento dos Sem Terra), UFMA (Universidade Federal do Maranhão) e INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Outros órgãos que mantêm constante contato com o Movimento são a ASSEMA (Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão), o CENTRU (Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural) e a SMDH (Sociedade Maranhense de Direitos Humanos). [↑](#footnote-ref-179)
180. Ora, como sabemos, “Muitas vezes o discurso sobre a igualdade universal dos seres humanos ocultou a desigualdade histórica e cultural na experiência vivida. E este ‘oculto’ ou este ‘velado’ certamente atingiu muito mais as mulheres do que os homens, muito mais os negros do que os brancos, muito mais os pobres do que os ricos” (GEBARA, 2000, p. 45). De fato, gênero, “raça”/etnia e classe constituem categorias que, de modo inter-relacionado, inscrevem muitas experiências vividas. Gilroy (2001), partindo da idéia de Hall (2003) de que a raça é a modalidade na qual a classe é vivida, sugere que o gênero é a modalidade na qual a raça é vivida. A nosso ver, cabe usar o termo “raça” referindo-se a algo a ser descrito, mas não como uma categoria analítica. [↑](#footnote-ref-180)
181. De todo modo, nos é evidente que “A abordagem recente do gênero está igualmente associada à procura e à conformação de identidades, vistas hoje como identidades plurais. Ao se pôr em questão o masculino e o feminino e ao correlacioná-los às condições de classe, etnia, opções sexuais e outras associações, afloram potencialidades e diferenças que realçam com nitidez identidades e oposições, portanto a complexidade inerente ao campo.” (QUEIROZ, 1996, p. 11) [↑](#footnote-ref-181)
182. Entendemos que a identidade “só pode ser revelada quando estamos com os outros, e nos apresentamos ao mundo” (FARIAS, 2001, p. 148) e está sempre em processo de (re)estruturação, pois “sejam elas sexuais, de gênero, geração, raça, religião, etnia [...] não são um produto acabado, senão um processo contínuo que nunca se completa, subjetivando-se em seu espaço e tempo. Os sujeitos são, portanto, fluidos e se inventam no transcurso de complexas histórias, fundadas num sentimento de pertença que torna possível o funcionamento da vida, embora estejam sempre sujeitos a mudanças e revisões.” (DORNELLES, 2002, p. 5) [↑](#footnote-ref-182)
183. Para Barth (1998), a identidade étnica é percebida na interação de um “Nós”, integrantes de um grupo étnico, em relação aos “Outros”, integrantes de um outro grupo. Nessa perspectiva, um integrante é considerado membro de um grupo quando se reconhece e é reconhecido como pertencente ao mesmo. [↑](#footnote-ref-183)
184. A memória coletiva e individual, segundo Pollak (1992), precisa ser considerada a partir dos aspectos que a constituem: os acontecimentos vividos pessoalmente e os vividos por tabela. O último tipo se refere a episódios que uma pessoa pode não ter vivenciado, mas que por serem tão relevantes dentro do imaginário de seu grupo social, considera ter deles participado. Podemos falar, então, numa memória quase que herdada, possibilitada por socialização política ou histórica, resultante de uma projeção ou identificação com o ocorrido. [↑](#footnote-ref-184)
185. Em estudo sobre a “Terra de Índios”, município de Viana, no Maranhão, Andrade (1999) descreve a atividade de extração do babaçu, destacando que existem no imaginário desse grupo representações da palmeira como “virgem” ou “viúva” e que alguns moradores vêem o corte do cacho de coco como o defloramento de uma virgem ou o molestar de uma viúva. De acordo com sua análise, “o que está em jogo por trás dessas representações sobre os cortes dos cachos de coco é a preocupação em permitir que este recurso esteja disponível a todas as unidades domésticas” (ANDRADE, 1999, p. 175). [↑](#footnote-ref-185)
186. Em alguns casos, quando quebradeiras tentam empatar o corte de palmeirais e não obtêm êxito, são realizadas místicas que simbolizam as derrubadas de palmeiras como sendo a morte de mães e são feitas orações para seu enterro. (FIGUEIREDO, 2005) [↑](#footnote-ref-186)
187. Será, aqui, utilizado o conceito de gênero proposto por Scott (1989) que o entende como uma forma de significação das relações de poder dentro da sociedade as quais correspondem tanto a símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações, muitas vezes contraditórias; quanto a conceitos normativos que tomam, comumente, uma oposição binária entre masculino e feminino, e sobre a qual a pesquisa histórica vem tentando romper ao tentar entender a origem da repressão que mantém essas oposições. [↑](#footnote-ref-187)
188. Num trabalho inicial, como o presente, com uma delimitação de um *corpus* restrito, julgamos não ser conveniente ampliarmos muito as faixas temporais das publicações analisadas, considerando, entretanto, que, num momento posterior, a comparação de publicações atuais com as de outras sincronias poderá contribuir para apontar variações nas caracterizações de gênero segundo as épocas consideradas. [↑](#footnote-ref-188)
189. Entendemos, nesse sentido, que as fadas e bruxas, dotadas de forma humana, embora sendo figuras mágicas que atuam magicamente em auxílio ou em oposição às protagonistas humanas, podem ser entendidas como representações que alargam o campo da representação humana para um domínio da fantasia e dos poderes sobrenaturais. [↑](#footnote-ref-189)
190. Em oposição aos “contos de retorno”, também evidenciados por ela, nos quais a criança volta para casa, no final da estória, sozinha e sem a ajuda de adultos. Esse outro tipo de conto, segundo a autora, tem a intenção de evidenciar o despreparo da criança para sair sozinha pelo mundo [↑](#footnote-ref-190)
191. O que pode ser comprovado pelo fato de que entre os aprovados no vestibular a maioria advém daí. [↑](#footnote-ref-191)
192. No caso específico do Brasil, “... não faltaram preocupações... quanto à necessidade de escolas que fornecessem às jovens uma ‘educação intelectual e moral’ que lhes possibilitasse ‘ensinar aos seus próprios filhos os elementos da educação e os seus deveres para com Deus e os homens’.” (Sohiet, 1997: 14) [↑](#footnote-ref-192)
193. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, mestranda em Direito da mesma Universidade e bolsista da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Iniciou seus estudos de gênero durante a graduação, quando integrou o grupo de estudos “Direito, Gênero e Bioética”, coordenado pela Profa. Dra. Maria Claudia Crespo Brauner, da qual foi bolsista de iniciação científica nos anos de 2001 e 2004. Atualmente participa do “Grupo de Pesquisa Interdisciplinar de Direitos Humanos”, realizado na mesma Universidade e coordenado pelo Prof. Dr. Vicente de Paulo Barretto. Possui artigos e capítulos de livro publicados versando sobre questões de Direito e gênero. É ainda membro da Associação Direito, Bioética e Solidariedade, participando da elaboração de projetos de pesquisa e de intervenção social envolvendo violência de gênero. [↑](#footnote-ref-193)
194. Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professor do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, ministrando atualmente a disciplina de Direitos Humanos. [↑](#footnote-ref-194)
195. O delito de estupro foi o escolhido apenas como exemplo paradigmático. Isso porque entendemos que é no julgamento dos crimes sexuais que o papel social de gênero atribuído à mulher é verificado de forma mais rígida. Nesse tipo de delito, ainda está em pauta a questão da sexualidade feminina e do seu exercício. Assim, a fundamentação estará baseada também na forma com que a sexualidade é exercida por aquela mulher, vítima no processo, muitas vezes "julgando-se" se ela é exercida apenas com fins reprodutivos. [↑](#footnote-ref-195)
196. HEILBORN, Maria Luiza. Corpo, sexualidade e gênero. In: DORA, Denise Dourado (org.). *Feminino masculino*: igualdade e diferença na justiça. Porto Alegre: Sulina, 1997, p. 51. [↑](#footnote-ref-196)
197. LOURO. Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 21. [↑](#footnote-ref-197)
198. Acerca da biologização das diferenças culturais ver: CITELI, Maria Teresa. Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 2001, v. 9, n. 1, p. 131-145. [↑](#footnote-ref-198)
199. Conforme Cardoso, *"a naturalização dos papéis designados às mulheres faz com que se torne invisível a regulação hierárquica dos sentimentos, dos sexos, do uso do dinheiro, do processo de tomada de decisões, ocultando as relações de poder na família"* (CARDOSO, Nara Maria Batista. Mulher e maus-tratos. In: STREY, Marlene Neves (org.). *Mulher, estudos de gênero*. São Leopoldo: Unisinos, 1997, p. 128). [↑](#footnote-ref-199)
200. Strey *et alli* asseveram que *"quando uma característica masculina ou feminina é vista como derivada ou produto do biológico, apesar de ser culturalmente construída, isso terá uma importância muito maior do que se fosse considerada somente como algo cultural. É mais fácil dizer que o estado de espírito de uma mulher é conseqüência da menstruação, da gravidez ou da menopausa, do que da vivência de certos processos sociais, interacionais ou culturais no transcorrer de sua vida diária"* (STREY, Marlene Neves *et alli*. Mulher, gênero e representação. In: STREY, Marlene Neves (org.). *Mulher, estudos de gênero*. São Leopoldo: Unisinos, 1997, p. 85). [↑](#footnote-ref-200)
201. SAFFIOTI, Heleieth I. B.; ALMEIDA, Suely Souza de. *Violência de gênero*: poder e impotência. Rio de Janeiro: Revinter, 1995, p. 15 e 17. [↑](#footnote-ref-201)
202. VANCE, Carole S. A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. *Physis*: revista de saúde coletiva, Rio de Janeiro, 1995, v. 5, n. 1, p. 10. [↑](#footnote-ref-202)
203. GROSSI, Miriam; HEILBORN, Maria Luiza; RIAL, Carmen. Entrevista com Joan Wallach Scott. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 1998, v. 6, n. 1, p. 115. [↑](#footnote-ref-203)
204. SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 1990, p. 16. [↑](#footnote-ref-204)
205. LOURO. Op. cit., p. 84. [↑](#footnote-ref-205)
206. WELZER-LANG, Daniel. *A construção do masculino*: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 2001, v. 9, n. 2, p. 461. [↑](#footnote-ref-206)
207. BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 44. O autor coloca-nos ainda que a força da ordem masculina é evidenciada no fato de que ela dispensa justificação. A visão androcêntrica impõe-se, dessa forma, como neutra, sendo inexistente a necessidade de legitimá-la e a ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça. Esse domínio, exercido não somente sobre as mulheres, mas sobre todos os indivíduos que não se encaixam no modelo masculino hegemônico (branco, burguês e heterossexual), é tido como imutável. [↑](#footnote-ref-207)
208. WELZER-LANG. Op. cit., p. 461. [↑](#footnote-ref-208)
209. Idem. [↑](#footnote-ref-209)
210. GUIMARÃES, Marilene Silveira. A igualdade jurídica da mulher. In: STREY, Marlene Neves (org.). *Mulher, estudos de gênero*. São Leopoldo: Unisinos, 1997, p. 37. [↑](#footnote-ref-210)
211. CARDOSO. Op. cit., p. 127. [↑](#footnote-ref-211)
212. STREY, Marlene Neves; WERBA, Graziela C. Longe dos olhos, longe do coração…: ainda a invisibilidade da violência contra a mulher. In: GROSSI, Patrícia Krieger; WERBA, Graziela C. (orgs.). *Violências e gênero*: coisas que a gente não gostaria de saber. Porto Alegre: Edipucrs, 2001, p. 72. [↑](#footnote-ref-212)
213. SAFFIOTI; ALMEIDA. Op. cit., p. 30. [↑](#footnote-ref-213)
214. MUSZKAT, Malvina Ester. Violência de gênero e paternidade. In: ARILHA, Margareth; UNBEHAUM, Sandra G.; MEDRADO, Benedito (orgs.). *Homens e masculinidades*: outras palavras. São Paulo: Ecos; 34, 1998, p. 227. Para Barsted, a violência de gênero se dá em todas as classes sociais. No entanto, a visibilidade dessa violência nas camadas pobres da sociedade é maior porque as pessoas moram muito próximas, os vizinhos se envolvem mais na vida alheia e porque as mulheres pobres denunciam mais a violência (BARSTED, Leila Linhares. Metade vítimas, metade cúmplices?: a violência contra as mulheres nas relações conjugais. In: DORA, Denise Dourado (org.). *Feminino masculino*: igualdade e diferença na justiça. Porto Alegre: Sulina, 1997, p. 75). [↑](#footnote-ref-214)
215. CARDOSO. Op. cit., p. 128. [↑](#footnote-ref-215)
216. Tal naturalização pode ser demonstrada, por exemplo, pelo fato de muitos homens não saberem que estão praticando a violência e muitas mulheres não saberem que estão sendo violentadas (MUSZKAT. Op. cit., p. 227). [↑](#footnote-ref-216)
217. STREY; WERBA. Op. cit., p. 79. [↑](#footnote-ref-217)
218. Podemos citar como exemplo a Ação Penal Pública nº 270/2001-1, da Santa Luzía do Paruá (MA), na qual o juiz João Pereira Neto aplicou o princípio da insignificância, absolvendo o réu do delito de atentado violento ao pudor, com os seguintes argumentos: *"(…) ficou comprovado nos autos, à parte qualquer colorido de vítima ou preconceito, que a vítima é uma pessoa de vida sexual bastante ativa, que inclusive oferece, vez por outra, seus serviços carnais a alguns ‘clientes’, mediante um certo pagamento em dinheiro. (…) o depoimento da vítima perante este julgador mostrou que ela, convincentemente, apenas denotou ter ficado magoada com o réu pelo fato de o mesmo não ter lhe consultado antes se poderiam ‘ficar’ juntos, em um congresso sexual amoroso (…)"* (*Boletim IBCCRIM*, São Paulo, 2003, ano 11, n. 128, p. 714). [↑](#footnote-ref-218)
219. ZÜWICK, Ana Maria. O corpo violado. In: GROSSI, Patrícia Krieger; WERBA, Graziela C. (orgs.). *Violências e gênero*: coisas que a gente não gostaria de saber. Porto Alegre: Edipucrs, 2001, p. 84. [↑](#footnote-ref-219)
220. GIDDENS, Anthony.  *A transformação da intimidade*: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas Trad. Magda Lopes. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1993, p. 138. [↑](#footnote-ref-220)
221. ZÜWICK. Op. cit., p. 84. [↑](#footnote-ref-221)
222. Para Cardoso, *"a violência pode ser entendida como a aquisição de padrões interativos de comportamento que são introjetados pelos indivíduos na sua socialização e se transmitem de geração para geração (…). Esses padrões estão organizados em um sistema de autoridade no qual a distribuição do poder organiza-se em concordância com as hierarquias, estabelecendo relações de dominação/subordinação autoritárias"* (CARDOSO. Op. cit., p. 132). [↑](#footnote-ref-222)
223. CARDOSO. Op. cit., p. 131. [↑](#footnote-ref-223)
224. CARDOSO. Op. cit., p. 132. [↑](#footnote-ref-224)
225. ZÜWICK. Op. cit., p. 86. [↑](#footnote-ref-225)
226. ZÜWICK. Op. cit., p. 89. [↑](#footnote-ref-226)
227. Para Chaui, a ideologia não é um processo subjetivo consciente, mas um fenômeno objetivo e subjetivo involuntário, produzido pelas condições objetivas da existência social dos indivíduos (CHAUI, Marilena de Souza. *O que é ideologia*. 37. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 78). No que se refere ao Direito, temos que, conforme Wolkmer, o Direito deve ser visto como um fenômeno ideológico. Devido ao seu caráter ideológico, ele estaria comprometido com uma concepção ilusória de mundo, a qual emerge das relações concretas e antagônicas do social. O Direito seria, portanto, a projeção normativa que instrumentaliza os princípios ideológicos e as formas de controle de poder de um determinado grupo social. As estruturas jurídicas, dessa forma, reproduzem o jogo de forças sociais e políticas, bem como os valores morais e culturais de uma dada organização social (WOLKMER, Antonio Carlos. *Ideologia, estado e direito*. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 154 e 155). [↑](#footnote-ref-227)
228. WARAT, Luiz Alberto. *O direito e sua linguagem*. Col. Leonel Severo Rocha. 2ª versão. 2. ed. aum. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1995, p. 59. [↑](#footnote-ref-228)
229. O autor assim explica a vinculação entre definições persuasivas e estereótipos: *"verificamos como na etapa de elaboração de um estereótipo existe a produção de definições persuasivas, onde são selecionadas como características definitórias algumas notas conotativas substancializadas. As propriedades conotativas são aparentemente verificadas em relação a alguns componentes da classe e logo se estendem retoricamente a todos"* (WARAT. Op. cit., p. 73). [↑](#footnote-ref-229)
230. WARAT. Op. cit., p. 70. [↑](#footnote-ref-230)
231. [www.tj.rs.gov.br](http://www.tj.rs.gov.br). [↑](#footnote-ref-231)
232. Apelação Crime nº 70006612642, Câmara Especial Criminal, Tribunal de Justiça do RS, relatora: Vanderlei Teresinha Tremeia Kubiak, julgado em 18/11/2003, fls. 3 e 4. [↑](#footnote-ref-232)
233. Apelação Crime nº 70005861729, Sexta Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, relator: Paulo Moacir Aguiar Vieira, julgado em 03/04/2003, fls. 4 e 5. [↑](#footnote-ref-233)
234. Apelação Crime nº 70006306070, Sétima Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, relator: Ivan Leomar Bruxel, julgado em 18/09/2003, fls. 5 e 6. [↑](#footnote-ref-234)
235. Apelação Crime nº 70006431597, Sexta Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, relator: Paulo Moacir Aguiar Vieira, julgado em 09/10/2003, fl. 24. [↑](#footnote-ref-235)
236. Apelação Crime nº 70006306070, Sétima Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, relator: Ivan Leomar Bruxel, julgado em 18/09/2003, fls. 5 e 6. [↑](#footnote-ref-236)
237. Não pretendemos, com este trabalho, trazer a discussão acerca do fato de a presunção de violência ser considerada relativa ou absoluta. Não diferenciamos, na nossa coleta, acórdãos cujas vítimas eram adolescentes ou adultas, por compreendermos que ambos servem à análise da forma com que as mulheres vítimas de estupro são vistas pelos julgadores. [↑](#footnote-ref-237)
238. Apelação Crime nº 70005794169, Câmara Especial Criminal, Tribunal de Justiça do RS, relatora: Vanderlei Teresinha Tremeia Kubiak, julgado em 25/11/2003, fl. 4. [↑](#footnote-ref-238)
239. Apelação Crime nº 70006502256, Sexta Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, relator: Paulo Moacir Aguiar Vieira, julgado em 04/09/2003, fl. 8. [↑](#footnote-ref-239)
240. Apelação Crime nº 70001587153, Oitava Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, relator: Tupinambá Pinto de Azevedo, julgado em 09/04/2003, fl. 7. [↑](#footnote-ref-240)
241. O artigo 5º da mesma Convenção proclama que os Estados signatários deverão adotar todas as medidas necessárias *"para modificar os modelos de conduta social e cultural dos homens e mulheres, tendo em vista alcançar a eliminação de preconceitos e de práticas habituais ou quaisquer outras que se baseiem na idéia da inferioridade ou superioridade de qualquer dos sexos ou em papéis estereotipados para os homens e para as mulheres"*. [↑](#footnote-ref-241)
242. SIMIONI, Fabiane; CARLOS, Paula Pinhal de; SCHIOCCHET, Taysa. Saúde, sexualidade e adolescentes no contexto jurídico brasileiro. In: *Campaña por la convención de los derechos sexuales y los derechos reproductivos.* Serias para el debate nº 2. Lima: Cladem, 2003, p. 12. [↑](#footnote-ref-242)
243. BUGLIONE, Samantha.Reprodução e sexualidade: uma questão de justiça. In: BUGLIONE, Samantha (org.) *Reprodução e sexualidade*: uma questão de justiça. Porto Alegre: Themis – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero/Sergio Antonio Fabris Editor, 2002, p. 143. [↑](#footnote-ref-243)
244. *“Art. 1º. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:*

     *(...)*

     *III – a dignidade da pessoa humana;*

     *(...).”* [↑](#footnote-ref-244)
245. Sarlet refere que a dignidade da pessoa humana deve ser tida como o fundamento de todo o sistema de direitos fundamentais, já que estes constituem exigências, concretizações e desdobramentos da mesma, devendo ser interpretados com base em tal princípio (SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais*. 3. ed. rev. atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003, p. 118). [↑](#footnote-ref-245)
246. SARLET. Op. cit., p. 108 e 109. [↑](#footnote-ref-246)
247. *“Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...).”* [↑](#footnote-ref-247)
248. *“I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”*. [↑](#footnote-ref-248)
249. *“Art. 213. Constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça:*

     *Pena – reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos.”* [↑](#footnote-ref-249)
250. STRECK, Lenio Luiz. Os crimes sexuais e o papel da mulher no contexto da crise do Direito: uma abordagem hermenêutica. *Cadernos Themis Gênero e Direito*, Porto Alegre, 2002, ano III, n. 3, p. 158. [↑](#footnote-ref-250)
251. CAMPOS, Carmen. Da violência real à institucional: do Direito Penal clássico ao moderno. *Cadernos Themis Gênero e Direito*: crimes sexuais, Porto Alegre, 2000, ano 1, n. 1, p. 35 e 36. [↑](#footnote-ref-251)
252. PIMENTEL, Silvia; SCHRITZMEYER, Ana Lúcia P.; PANDJIARJIAN, Valéria. *Estupro: crime ou "cortesia"?* Abordagem sociojurídica de gênero. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1998, p. 34. [↑](#footnote-ref-252)
253. BARSTED. Op. cit., p. 84. [↑](#footnote-ref-253)
254. IZUMINO, Wânia Pasinato. *Justiça e violência contra a mulher*: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero. São Paulo: Annablume; Fapesp, 1998, p. 30 e 31. A autora aduz ainda que, ao observar o funcionamento do Judiciário a partir da aplicação da justiça na solução dos conflitos de gênero, é possível verificar em que casos o princípio da igualdade cai por terra, dando lugar à desigualdade e às assimetrias expressas na oposição de gênero, o que acarreta na legitimação dos atos que perpetuam a prática da violência contra a mulher. [↑](#footnote-ref-254)
255. IZUMINO. Op. cit., p. 32. [↑](#footnote-ref-255)
256. ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Violência sexual e sistema penal: proteção ou duplicação da vitimação feminina?. In: DORA, Denise Dourado (org.). *Feminino masculino*: igualdade e diferença na justiça. Porto Alegre: Sulina, 1997, p. 120. [↑](#footnote-ref-256)
257. CAMPOS, Carmen. Op. cit., p. 39. [↑](#footnote-ref-257)
258. CRUZ, Rúbia Abs da. Os crimes sexuais e a prova material. *Cadernos Themis Gênero e Direito*: direitos sexuais, Porto Alegre, 2002, ano 3, nº 3, p. 82. [↑](#footnote-ref-258)
259. ANDRADE. Op. cit., p. 119. [↑](#footnote-ref-259)
260. ANDRADE. Op. cit., p. 122 e 123. [↑](#footnote-ref-260)
261. ANDRADE. Op. cit., p. 108. [↑](#footnote-ref-261)
262. ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Criminologia e feminismo: da mulher como vítima à mulher como sujeito. In: CAMPOS, Carmen Hein de (org.). *Criminologia e feminismo*. Porto Alegre: Sulina, 1999, p. 114. [↑](#footnote-ref-262)
263. ANDRADE. Violência sexual e sistema penal: proteção ou duplicação da vitimação feminina?. Op. cit., p. 121. [↑](#footnote-ref-263)
264. Ressalta-se que as conclusões aqui colocadas não têm por base apenas a coleta de acórdãos que versassem sobre o delito de estupro julgados pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul no ano de 2003. Trata-se da análise de um conjunto de elementos, os quais incluem a jurisprudência pesquisada e também a pesquisa bibliográfica efetuada, a qual aponta conclusões no mesmo sentido. [↑](#footnote-ref-264)
265. Cf. Palma Martínez-Burgos, “Experiencia religiosa y sensibilidad femenina en la España Moderna”, em: G. Duby e M. Perrot, *Historia de las mujeres. Del Renacimiento a la Edad Moderna*. Madri: Taurus, 1992, tomo 3., pp. 571-583. [↑](#footnote-ref-265)
266. Será utilizada a edição de Julián de Olivares (2000), publicada em Madri pela editora Cátedra. [↑](#footnote-ref-266)
267. Esta teoria de origem medieval foi especialmente difundida pela obra de Huarte de San Juan, *Examen de* *ingenios* (1575). [↑](#footnote-ref-267)
268. Cargos na administração pública, podemos inferir. [↑](#footnote-ref-268)
269. As *Polianteas* são, segundo o glossário que consta da edição feita por Julián de Olivares, uma “reunião ou agrupamento de notícias em matérias diferentes e de distintas classes” (2000, p. 540). Luisa López Grigera, em *La Retórica en la España del Siglo de Oro*, informa a publicação de *Polianteas* em Saona, na França, em 1503, e outras em Veneza, em 1592. Tratava-se de um catálogo de sabedoria cujos temas serviam de fonte para a composição literária (Salamanca: Universidad, 1994, p. 179). É minha a tradução de todas as citações apresentadas nesta monografia. [↑](#footnote-ref-269)
270. Cf. Zayas, 2000, pp. 118-119. Há que destacar que este argumento, extremamente pertinente à realidade da época, é uma referência direta a Cristine de Pisan. No Livro I de “A cidade das damas”, onde Cristine apresenta sua motivação para compor a obra, afirma: “Perguntava-me quais poderiam ser as razões que levam a tantos homens, clérigos e laicos, a vituperar as mulheres, criticando-as por palavras, escritos e tratados. Não é que seja coisa de um homem ou dois (...), mas não há texto que esteja isento de misoginia” (*La ciudad de las damas*. Ed. Marie-José Lemarchand. Madri: Siruela, 2.ed., 2001, p. 64). [↑](#footnote-ref-270)
271. Sandra M. Foa enumera as seguintes edições espanholas: a primeira coleção foi publicada em 1637 e 1638, a segunda em 1647, e as duas juntas em 1648, 1649, 1656, 1658, 1659, 1664, 1705, 1724, 1729, 1734 e 1786. Ela informa que os contos de Zayas também fizeram muito sucesso na França, onde foram traduzidos e adaptados por Paul Scarron e Antoine de Methel (*Feminismo y forma literaria*. Valência: Albatrós e Hisponófila, 1979, p. 181). Lena E.V. Sylvania acrescenta edições posteriores às mencionadas: 1795, 1814, feitas em Madri, e 1847, em Paris. Também registra traduções para o alemão, em 1806, de Sophie Brentano, e para o inglês, de apenas um dos contos, *The Miser Chastised*, em 1832, por T. Roscoe (*Doña María de Zayas, a contribution to the study of her works*. Nova York: AMS Press, 1966). [↑](#footnote-ref-271)
272. Esta citação e as seguintes foram recolhidas de “*El contexto feminista*”, de Julián de Olivares, apresentado em sua edição a *Novelas amorosas y ejemplares*, op. cit., pp. 28-29. [↑](#footnote-ref-272)
273. “Mujer y escritura en la España del Siglo de Oro”, em ZAVALA, Iris M. (coord.) *Breve historia feminista de la literatura española (en lengua castellana)* *- II. La mujer en la literatura española*. Barcelona: Anthropos, 1995, p. 248. [↑](#footnote-ref-273)
274. LANGLE DE PAZ, Teresa. *Las voces del cuerpo. El arte narrativo de María de Zayas*. Tese de doutorado. Brown University, 1997, pp. 13-14. [↑](#footnote-ref-274)
275. Cf. Ivan Teixeira, “Literatura como imaginário: introdução ao conceito de poética cultural”, em: *Revista Brasileira*, Fase VII, Ano X, n. 37. Rio de Janeiro, 2003, pp.43-67. [↑](#footnote-ref-275)
276. Por exemplo, o Prof. Dr. Mário Miguel González (USP), a Profa. Dra. Maria da Costa Vieira (USP) e a Profa. Dra. Lygia Rodrigues Vianna Peres (UFF). [↑](#footnote-ref-276)
277. De acordo com Sandra M. Foa, no século XV Cristine de Pisan assume ativa e conscientemente a defesa da mulher. Nas suas obras, *Epistre au Dieu d’Amour* (1399), *Mutacion de Fortune* (1403), *Cité des Dames* (1404) e *Livre des Trois Vertus* (1407?), Cristine de Pisan condena os enganos dos homens, seu rechaço e difamação generalizada das mulheres e reclama a educação feminina (Cf. *Feminismo y forma literaria*, op.cit., p. 13-15). [↑](#footnote-ref-277)
278. São eles “El celoso extremeño: fuente para una novela feminista de Doña María de Zayas y Sotomayor” (publicado em: A.Fanjul, A.C. Olmos e M.M. González (orgs.) *Hispanismo 2002*. São Paulo, Humanitas, 2004, vol. II, pp. 249-255) e “Sangue e Retórica: o martírio em um conto de Maria de Zayas y Sotomayor”, apresentado no III Congresso Brasileiro de Hispanistas, em outubro de 2004, em Florianópolis - S.C. [↑](#footnote-ref-278)
279. Cf. Zayas, 2000, p.161. [↑](#footnote-ref-279)
280. Há que esclarecer a conotação do conceito de “discrição”. De acordo com João Adolfo Hansen, nas práticas de representação dos séculos XVI e XVII a “discrição classificava e especificava a distinção e a superioridade sociais de ações e palavras. especificava a distinção e a superioridade sociais de ações e palavras. (...) Etimologicamente, o substantivo (...) vem do particípio do verbo ‘discernir’. O termo significa a qualidade intelectual do juízo capaz de penetrar no mais intrincado dos assuntos com propriedade ou perspicácia, para distinguir o verdadeiro do falso e estabelecer o meio-termo justo que é próprio da prudência” (Em: “Educando príncipes no espelho”, em: FREITAS, M.C. e KUHLMANN Jr., Moysés (orgs.) *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002, nota 6, pp. 63-64). [↑](#footnote-ref-280)
281. Apud OLIVEIRA, 2000, p. 30. [↑](#footnote-ref-281)
282. Cf. “Maria de Zayas y sus fuentes”, op. cit., pp. 131-139. [↑](#footnote-ref-282)
283. É necessário apontar a imprecisão da tradução, posto que no título original deste conto, que faz parte das *Novelas exemplares*, Cervantes propositadamente usa termos que suscitam ambigüidade. Vejamos: “celoso” pode significar zeloso, cuidadoso, como também ciumento. O adjetivo “extremeño” originalmente qualifica quem ou o que é procedente da “Extremadura”, província da Espanha. Porém, a leitura do conto nos leva a destacar a semelhança deste termo com outros como “extremo” y “extremado” - de mesma grafia e significado em Português. [↑](#footnote-ref-283)
284. Cervantes explica, no próprio texto, que o termo se refere a um “mozo soltero”. Pelo contexto entendemos que é um jovem desocupado que, juntamente com seu grupo de amigos, procura com que divertir-se. Cf. CERVANTES Y SAAVEDRA, Miguel. *Novelas Ejemplares II*. Ed. F. Sevilla Arroyo y A. Rey Hazas. Madri: Espasa Calpe, 28. ed., 1991, p. 367. [↑](#footnote-ref-284)
285. A polarização entre a mulher honesta e virtuosa, recluída ao seu lar, e a mulher libertina e atrevida é registrada por muitos historiadores ao referir-se aos séculos XVI e XVII na Espanha, tais como Vicens Vives (*Historia de España y América*, pp. 230-231), F. Soldevila (*Historia de España*, p. 132) e Manuel Tuñón de Lara (*Historia de España*, 245). [↑](#footnote-ref-285)
286. Cervantes parece ter escolhido um nome muito significativo para sua personagem, que ajuda a compô-la. “Carrizal” em espanhol designa a plantação de “carrizos”, que é um tipo de cana (“caña”, em espanhol). Julgo que há uma jocosa intencionalidade na escolha deste nome, posto que o termo “caña” é um parônimo de “cana” (cã, em português). O nome, portanto, é um sugestivo referente aos muitos anos da personagem. [↑](#footnote-ref-286)
287. Cervantes, op. cit., 362. [↑](#footnote-ref-287)
288. Cf. *The Creation of Feminist Consciousness*. Oxford: Oxford University Press, 1993, pp. 10-12. [↑](#footnote-ref-288)
289. Cervantes, op. cit., p. 394. [↑](#footnote-ref-289)
290. Cf. nota dos editores, em Cervantes, op. cit., nota 98, p. 386. [↑](#footnote-ref-290)
291. Cervantes, op. cit., p. 387. [↑](#footnote-ref-291)
292. O título do conto de Zayas contém a mesma ambigüidade do texto que lhe serve de fonte. “Prevenido” pode ser entendido como aquele que foi avisado sobre algo, como aquele tem certas preocupações com respeito a um determinado assunto ou fato, ou ainda como aquele que tomou certas precauções. Todas as conotações são adequadas à interpretação do conto. [↑](#footnote-ref-292)
293. Este é um dos poucos contos das *Novelas* cujo protagonismo é masculino. Foi selecionado para integrar este estudo porque nos permite observar o procedimento da rescritura de um texto canônico - recurso característico desta coleção - aplicado a um conto que atualmente é bastante conhecido. [↑](#footnote-ref-293)
294. Quando o jovem Carrizales parte para a América, depois de viver tal como o filho Pródigo, como diz o narrador, vai pensativo, “revolvendo em sua memória os muitos e diversos perigos que nos anos de sua peregrinação havia passado, e o mal governo que em todo o decurso de sua vida tinha feito; e ia tomando uma firme resolução de mudar de vida, e de ter outro estilo de guardar a renda que Deus fosse servido em dar-lhe, e de proceder com mais recato do que até então com as mulheres” (Cervantes, op. cit., p. 360). [↑](#footnote-ref-294)
295. “Fadrique” não é um nome comum em língua espanhola. Suponho que Maria de Zayas quis repetir o mesmo jogo de palavras criado por Cervantes para nomear tão significativamente o protagonista de “O zeloso estremenho”. “Fadrique” parece-se a “faldriquera”, um termo derivado de “falda” (saia) que designa uma bolsa que as mulheres usavam debaixo da saia, atada à cintura (Cf. M. Moliner, *Diccionario de uso del Español*. Madri: Gredos, vol. 1, p. 1273). A associação se confirma na leitura do conto, que incita a designar dom Fadrique como “faldero”, termo aplicado a homens demasiado aficionados a tratar com mulheres (Idem). Através da eficiência da imitação relativa ao efeito irônico dos nomes das personagens, julgo que Maria de Zayas indica ao leitor sua capacidade intelectual para perceber o engenho masculino e criar um engenho semelhante, igualmente sutil, gracioso e adequado ao contexto. [↑](#footnote-ref-295)
296. Segundo o índice de nomes organizado por Julián Olivares, em sua edição às *Novelas*, as Sibilas eram dez mulheres sábias que tinham o dom da profecia. Porém, neste texto, como em muitos outros da época, a Sibila é um ícone de sabedoria e de dotes artísticos (op. cit., p. 557). [↑](#footnote-ref-296)
297. Dom Fadrique colabora com seu amigo, dom Juan, em sua aventura romântica com dona Ana, esposa de um homem muito ciumento. Para possibilitar seus encontros furtivos, dom Fadrique passa uma noite deitado ao lado do esposo traído, o que lhe é muito embaraçoso. Na manhã seguinte descobre que, na verdade, passou a noite ao lado de uma das primas, as quais haviam planejado burlar-se dele. (Cf. Zayas, 2000, p. 324-326). [↑](#footnote-ref-297)
298. O intuito de testar a esposa faz clara referência a outro conto de Cervantes, “O curioso impertinente”, que está inserido em *Dom Quixote* (parte I, cap. 32-35), cuja trama e trágico final origina-se do “impertinente” desejo do marido em testar a fidelidade de sua esposa. [↑](#footnote-ref-298)
299. No século XVI, na Espanha, dois eminentes eclesiásticos dedicaram-se a escrever obras dedicadas à educação da mulher, são eles Frei Luis de León [1527-1591], autor de *La perfecta casada*, e Juan Luis Vives, autor de *Formación de la mujer cristiana* (1523). Estas obras tornaram-se documentos axiológicos daquele século e dos posteriores. Na citada obra, Juan Luis Vives afirma que todas as mulheres herdaram de Eva a sua fisiologia, cujo castigo recebido de Deus ao ser expulsa do paraíso arruinou-lhe o ventre e multiplicou-lhes as dores do parto. Ele afirma que a Natureza, entendida como expressão da vontade divina, declarou a subordinação da mulher ao varão, posto que o fez “mais apto para o governo que a mulher”, porque como ela sofre “freqüentemente os transtornos fisiológicos, seu juízo está afetado quase sempre por alguma impressão e, por isto, [ela] é menos conseqüente consigo mesma, [tendo o juízo] agitado por borrascas de afetos contraditórios e, por conseguinte, quase sempre inválido e ineficaz” (1947, p. 1086). [↑](#footnote-ref-299)
300. “Las formas y funciones de una teoría crítica feminista” em *Breve historia feminista de la literatura española*, op.cit., vol. I, 1993, p. 31. [↑](#footnote-ref-300)
301. O princípio de ensinar deleitando teve longa vigência nas artes que antecederam o postulado teórico do Romantismo do século XIX. Origina-se em Horácio quem, na carta aos Pisões, diz que “os poetas ou pretendem ser úteis ou deleitar ou, ao mesmo tempo, dizer coisas belas e aproveitáveis à vida” (*A arte poética de Horácio*. Ed. Dante Tringali. São Paulo: Musa, 1993, p. 34). [↑](#footnote-ref-301)
302. Op. cit., p. 21. [↑](#footnote-ref-302)
303. Refiro-me às considerações de Salvador Montesa Peydro, autor de uma tese de doutoramento sobre a obra de Maria de Zayas onde, no capítulo “A tese ideológica: o feminismo”, observa a dicotomia entre os discursos apresentados - que julga “de uma modernidade assombrosa”, dos quais “haveria que admitir o caráter revolucionário” - e o modo de comportar-se das personagens femininas dos contos. Montesa Peydro afirma que a diferença entre as palavras e as ações pode levar-nos ao engano e estima que, “para saber o autêntico alcance do feminismo zayesco deveríamos analisar como resolvem sua vida as heroínas dos contos”, posto que, “uma coisa é o que Dona Maria propõe em suas *digressões doutrinais* e outra o que encarna na *ação*” (Cf. *Texto y contexto en la narrativa de Maria de Zayas*. Madri: Dirección General de la Juventud y Promoción Sociocultural, 1981, p. 132). Creio que a análise de Montesa Peydro não percebe a diferença estrutural e funcional do texto de moldura, havendo, portanto, a necessidade de ajustar a perspectiva teórica para poder ler devidamente o texto de 1647. [↑](#footnote-ref-303)
304. Será utilizada a edição de Alicia Yllera, editada em 1983, em Madri, pela editora Cátedra. [↑](#footnote-ref-304)
305. Cf. Zayas, 2000, p. 120. [↑](#footnote-ref-305)
306. Sandra M. Foa, em *Feminismo y forma narrativa*, no capítulo dedicado às tradições feministas do Renascimento, observa como a corrente humanista cristã, que se manifesta favoravelmente em relação à mulher, ao amor e ao casamento, é seguida “por razões sociais, econômicas e religiosas, por uma época de desintegração, de caos e de desordem. E a mulher sofre essa mudança em seu tratamento pela sociedade e na literatura” (op. cit., p. 54). No capítulo seguinte Foa observa como é historicamente pertinente o protesto de Maria de Zayas contra o anti-feminismo de seus contemporâneos. [↑](#footnote-ref-306)
307. No estudo introdutório à sua edição de *Desenganos amorosos*, Alicia Yllera apresenta sumariamente a origem do marco narrativo, consagrado na literatura ocidental por Boccaccio, e os usos que dele fizeram os antecessores e contemporâneos a Zayas. Yllera julga que na obra de Zayas o marco narrativo “desperta maior interesse ao desenvolver uma trama independente dos contos e ao criar uma interação entre a moldura e os relatos” (Cf. op. cit., pp. 32-33). [↑](#footnote-ref-307)
308. Esta sentença pode levar ao riso, como efeito do inesperado que resulta da inusual associação entre uma dama e um ladrão. Nela há uma ironia mordaz que, no entanto, evita a excessiva aspereza contra as senhoras da corte ao escolher um sujeito indeterminado e ao suavizar a gravidade da sentença com o efeito risível. Dona Francisca domina habilmente os meandros da arte da conversação, posto que adorna sua admoestação com engenhosos jogos de linguagem. [↑](#footnote-ref-308)
309. A citação latina é um fragmento de uma sentença bíblica. Originalmente compõe Mateus 8:8. Neste capítulo Jesus está pregando em Cafarnaum, quando se aproxima dele um centurião, pedindo que Ele cure seu empregado, que jaz em sua casa. Jesus se prontifica a ir até ele e curá-lo. É quando o centurião lhe diz: “Senhor, não sou digno de que entres debaixo do meu telhado, mas dize somente uma palavra, e o meu criado sarará.” Este versículo foi modificado e incorporado à liturgia da missa católica. Aqui é ironicamente usado pela desenganadora para dar força à sua argumentação. Dona Francisca usa as palavras que originalmente são ditas com uma conotação positiva, na confissão da fé, agora com uma conotação negativa, a da declaração de culpa. A inusitada inversão do significado dos termos torna o mote engenhoso e risível, segundo dom Bernardo Bibiena, no segundo livro d’*O Cortesão*, dedicado aos jogos de linguagem (CASTIGLIONE, Baldassare. São Paulo, Martins Fontes, 1528/1997). [↑](#footnote-ref-309)
310. “Cosario”: corsário (port.). Julián Olivares, no breve glossário que acrescenta à sua edição das *Novelas* (op. cit), registra o conceito de *cosario* dado por Covarrubias: “*cosario*: el que es muy versado y ordinario en ir y venir algún camino o trajinar y tener trato de alguna cosa” (p. 536). Sebastián de Covarrubias y Horozco foi um famoso lexicógrafo espanhol (1539-1613), autor do célebre dicionário *Tesoro de la* *lengua castellana o española* (1611) [Cf. GARCÍA-PELAYO Y GROSS, Ramón. *Pequeño Larousse Ilustrado*, p.1224]. [↑](#footnote-ref-310)
311. De acordo com Alicia Yllera, o tema amoroso era uma convenção dos contos desde a época bizantina. Ainda que não tinha como princípio refletir a verdade histórica, é surpreendente nos contos do século XVII a presença de numerosos aspectos da vida da época. O termo “novela cortesana” refere-se aos contos cuja trama envolve os habitantes e os fatos próprios da corte (Cf. “La novela breve en la primera mitad del siglo XVII”, em: *Desenganos amorosos*, op.cit., pp. 22-33). [↑](#footnote-ref-311)
312. Cabe esclarecer a conotação que o termo “vulgar” recebia na época. Segundo J.A. Hansen, no século XVII Baltasar Gracián define “vulgar” como categoria intelectual (em oposição a “sábio”): “Tão vulgares há alguns [príncipes] e tão ignorantes quanto os seus próprios lacaios. E repara que, embora seja um príncipe, não sabendo as coisas e querer meter-se a falar delas, a dar sua opinião no que não sabe, nem entende, imediatamente se declara homem vulgar e plebeu; porque o vulgo não é outra coisa senão uma sinagoga de ignorantes presumidos que falam mais das coisas quando menos as entendem” (Apud. Hansen, op. cit., nota 10, p. 67). [↑](#footnote-ref-312)
313. Há que destacar que, no século XVII, a norma para a composição dos caracteres era a dada por Aristóteles na teoria da conduta, apresentada em *Ética a Nicômacos.* [↑](#footnote-ref-313)
314. Estou de acordo com Alicia Yllera em que “Maria de Zayas nos deixou uma das mais impressionantes imagens dos sexos em luta” (op. cit., p. 51). [↑](#footnote-ref-314)
315. Cf. *Avisos históricos*, de Pellicer, e *Noticias de Madrid* (1621-1627), editadas por Gonzales de Palencia. [↑](#footnote-ref-315)
316. Estas conclusões possibilitam contestar o argumento de Montesa Peydro, apresentado na nota 39. [↑](#footnote-ref-316)
317. Cf. Alcir Pécora, *A arte de conversar*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. XI. [↑](#footnote-ref-317)
318. A classificação de desempregados é uma auto-atribuição. A despeito de alguns homens realizarem algumas atividades remuneradas, são percebidos como não trabalhadores o que, para efeitos deste texto, estarei usando como equivalente de desempregados. [↑](#footnote-ref-318)
319. A preocupação principal era não perder de vista a dimensão social dessa prática e mesmo sua importância para as questões investigadas. Para uma discussão sobre o “beber como ato social” e o alcoolismo como “fenômeno socialmente construído”, ver Neves (2003, 2004). [↑](#footnote-ref-319)
320. É interessante notar que não existe um nome específico para se referir a essa área invadida, como acontece em outros casos. Diz-se apenas "a Invasão" ou "a favela". O nome Nossa Senhora do Carmo, que corresponde ao loteamento ao qual essa área pertence, não é utilizado, embora o seja para as áreas circunvizinhas. [↑](#footnote-ref-320)
321. “Maconheiro” é o termo utilizado para referir-se a traficantes, usuários de maconha e outras drogas, bem como para delinqüentes em geral. “Alma sebosa” também é usado nesse sentido, mas não remete necessariamente às drogas, e sim a pessoas consideradas de má índole, sobretudo as que promoveriam desordem ou, de algum modo, prejudicariam as pessoas de sua própria comunidade. Essa expressão não se restringe ao bairro, tampouco é especificidade da periferia, tendo se popularizado ainda mais ao ser inscrita no título do filme *O* rap *do Pequeno Príncipe contra as almas sebosas* (Caldas & Luna, 2000), que retrata as distintas trajetórias de dois jovens de Camaragibe: um músico de *rap* e um matador. [↑](#footnote-ref-321)
322. Expressão muito usada que equivale a “não tem problema” ou “deixa pra lá”, sempre indicando o sentido de não-incômodo. [↑](#footnote-ref-322)
323. Para a discussão da masculinidade como modelo, ver Kimmel (1992), Almeida (1995, 1996) e Connell (1997); para pesquisas sobre o contexto latino-americano, ver Valdés y Olavarría (1997, 1998) . [↑](#footnote-ref-323)
324. Termo usado para designar os dependentes de bebida alcoólica. [↑](#footnote-ref-324)
325. Esse recurso foi várias vezes percebido. As mulheres falam da situação que vivem como se falassem de outras pessoas. [↑](#footnote-ref-325)
326. Essa questão foi desenvolvida com mais detalhes em pesquisa anterior, onde discuti a relação entre as diversas formas de se viver a masculinidade no cotidiano em sua relação de oposição, submissão ou busca de superação do modelo ideal postulado tradicionalmente (Nascimento, 1999). [↑](#footnote-ref-326)